

**António Manuel Ribeiro Pereira da Costa**

**MUSEOLOGIA DA ARTE SACRA EM PORTUGAL  
(1820-2010)  
ESPAÇOS, MOMENTOS, MUSEOGRAFIA**



**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
2011**



**António Manuel Ribeiro Pereira da Costa**

**MUSEOLOGIA DA ARTE SACRA EM PORTUGAL  
(1820-2010)**

**ESPAÇOS, MOMENTOS, MUSEOGRAFIA**

Tese de Doutoramento em Letras, na área de História,  
especialidade de Museologia e Património Cultural,  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,  
sob a orientação do Professor Doutor José Manuel dos Santos Encarnação e  
do Professor Doutor José Maria Amado Mendes

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2011**



*À memória de meu Pai ...*



## Agradecimentos

A investigação levada a cabo para elaboração desta tese, efectuada também no quadro da actividade do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n.º 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia), a que tenho a honra de pertencer, gozou do privilégio de ter sido apoiada com uma bolsa outorgada pela referida Fundação [SFRH / BD / 21419 / 2005], o que mui penhoradamente agradeço, pois sem esse auxílio esta pesquisa não teria sido possível.

Ainda que seja um trabalho solitário por natureza, este estudo não poderia realizar-se sem a colaboração de várias pessoas e instituições que, de um modo ou de outro, me ampararam no caminho. Por isso, agradeço também:

- Aos meus orientador, Doutor José d'Encarnação, e co-orientador, Doutor José Amado Mendes, pela aceitação desse múnus, pela confiança e motivação constantes, bem como pelos conselhos e indicações que ao longo deste tempo me transmitiram;
- À minha Mãe e meu Pai (*in memoriam*), pelo apoio incondicional;
- À minha noiva Eunice, pela paciência, compreensão e encorajamento durante todo este período;
- Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, pela simpatia e dedicação com que acolheram os incessantes pedidos;
- E a um conjunto de pessoas que de alguma forma contribuíram em uma ou outra etapa deste trabalho: Albertina Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira Chã), Alexandra Braga (Museu de Lamego), Ana Cristina Baptista (Directora de Projectos da Fundação Eugénio de Almeida), Dulce de Andrade (Museu de Angra do Heroísmo), Eunice Amaro (Fundação Eugénio de Almeida), Fernanda Formigo (Museu Municipal de Alcochete), P.<sup>e</sup> Francisco Couto (Pároco de Nossa Senhora da

Assunção, Elvas), P.<sup>o</sup> João de Deus Jorge (Pároco de Sobrosa), José Miguel Miranda Amaral (Museu de Ribeira Chã), Luís Menezes (Director do Museu da Horta), Maria Carlos Pêgo (Museu da Pedra, Cantanhede), Maria da Conceição Santos (Vereadora da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira), Maria Isabel Rocha Roque, entre outras que no anonimato ofereceram abnegadamente também o seu préstimo...



## Resumo

A arte sacra cristã constitui uma categoria muito própria da produção artística, enquanto evidência material do Homem e da sua relação com o Sagrado, caracterizada quer pela temática e simbologia, quer pela peculiar aplicação ritual. Atendendo à importância do legado histórico e artístico eclesiástico no património cultural português, o presente estudo analisa as práticas museológicas em torno dos bens da Igreja Católica afectos ao culto e à devoção, nomeadamente a sua inclusão na esfera dos museus e a utilização em exposições, desde o início do período liberal, momento de afirmação do museu como instituição de utilidade pública, até à actualidade, marcada por uma crescente dinâmica neste domínio.

Em termos estruturais, radica em dois objectivos distintos que se complementam num avanço convergente do histórico para o teórico e do geral para o particular, procurando compreender o fenómeno da museologia da arte sacra em Portugal através das suas dimensões permanente e temporária. Num âmbito histórico, traça-se a evolução da museologia da arte sacra, a partir do inventário e estudo dos museus e das exposições temporárias, determinando os momentos-chave e a sua relação com a História do País, da Igreja e da Museologia, de um modo geral, considerando não apenas o processo expositivo mas também as restantes funções museológicas que se coligem da definição internacional de museu, bem como as outorgadas especificamente aos museus desta tipologia. Em concreto, examinam-se as motivações e a relação entre as exposições temporárias, as permanentes e as acções desenvolvidas no âmbito da salvaguarda dos bens culturais da Igreja e suas inter-influências. Dentro de um plano mais teórico, analisa-se a relação da arte sacra com a disciplina museológica, ponderando o termo de uma função ritual e devocional e o início de uma nova existência como objecto museológico pleno, e o que ocorre quando a entidade musealizadora é a própria Igreja.

## **Abstract**

Christian sacred art establishes a distinct category in the realm of artistic production, as a material evidence of Man and its relation with the Sacred, characterized not only by its thematic and symbology, but also by its peculiar ritual application. Attending to the historical and artistic value of the ecclesiastic legacy in the Portuguese cultural heritage, this study analyses the museological practices around the goods of the Catholic Church affected to the cult and the devotion, especially its inclusion in the sphere of the museums and its use in exhibitions, since the beginning of the liberal period, affirmation moment of the museum as a public utility institution, until the present, marked by an increasing dynamics in this domain.

In structural terms, it settles on two distinct goals that complement each other in a convergent progression from the historical to the theoretical and from the general to the individual, looking to understand the sacred art museological phenomena in Portugal through its permanent and temporary dimensions. In a historical scope, the evolution of the sacred art museology it's traced from the inventory and study of the museums and temporary exhibitions, setting forth the key-moments and its relation with the Country, Church and Museology History, in general, regarding not only the exhibitional process but also the remaining museological functions collected from the international definition of museum, as well as the ones specifically granted to this kind of museums. In particular, the motivations and the relation between the temporary and permanent exhibitions and the actions developed on the safeguard of the cultural goods of the Church and its inter-influences are examined. Inside of a more theoretical plan, the relation between sacred art and the museological disciplines, considering the term of a ritual and devotional function and the beginning of a new full existence as museological object, and what happens when the Church itself is the musealizer entity.

## Sumário

<b>Abreviaturas, Acrónimos, Siglas e Sinais</b> .....	15
<b>Introdução</b> .....	19
<b>1. Em torno dos conceitos de Museologia e Arte Sacra</b> .....	25
1.1. Museologia e museus .....	27
1.2. Arte Sacra.....	33
1.2.1. Sagrado .....	33
1.2.2. Criação artística e o divino no Cristianismo .....	35
1.2.3. Arte Sacra e Arte Religiosa .....	36
1.3. Museologia da Arte Sacra .....	37
<b>2. Património Sacro</b> .....	41
2.1. Papel da Igreja na salvaguarda da arte sacra .....	43
2.1.1. Património da Igreja .....	43
2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé.....	44
<i>Disposições do primeiro “Codex Iuris Canonici”</i> .....	45
<i>Criação do “Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia”</i> .....	46
<i>“Instructio De Arte Sacra”: a disseminação de normas</i> .....	48
<i>Preceitos conciliares</i> .....	48
<i>Implementação de reformas</i> .....	49
<i>“Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ”: preservar o</i> <i>património artístico e cultural da Igreja</i> .....	51
<i>“Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus”: da conservação para a</i> <i>valorização</i> .....	53
<i>“Charta der Villa Vigoni”: tutela dos bens eclesiásticos</i> .....	54
<i>Urgência do inventário</i> .....	55
<i>Museus eclesiásticos como instrumento pastoral</i> .....	56
2.1.3. Acção da Igreja portuguesa .....	57
<i>Percurso de salvaguarda</i> .....	58
<i>Criação de organismos reguladores</i> .....	58
<i>Nota pastoral sobre o Património Histórico-Cultural da Igreja</i> .....	59

<i>Reformular para promover e garantir o diálogo de cultura</i> .....	61
<i>Prioridade à inventariação</i> .....	63
<i>Formação dos intervenientes</i> .....	65
<i>Inventário, arquivos e museus</i> .....	66
<i>Carta de Princípios para os Bens Culturais da Igreja</i> .....	68
<i>Igreja e Estado</i> .....	71
<i>Abertura ao laicado</i> .....	74
<i>Conselho Nacional para os Bens Culturais da Igreja</i> .....	74
<i>Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica</i> .....	76
<i>Antecedentes</i> .....	76
<i>Incremento e coordenação da actividade dos museus da Igreja</i> .....	77
<i>Novas Experiências, Novas Realidades: 1.ªs Jornadas</i> .....	79
<i>Credenciação e a Qualificação dos Museus: 2.ªs Jornadas</i> .....	79
<i>Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa</i> .....	81
<i>Igreja, Património e Ensino Superior</i> .....	81
<i>Contacto com o exterior</i> .....	82
2.2. Misericórdias e o Património.....	84
2.3. Arte sacra no encontro com o século.....	86
2.3.1. Separação da Igreja do Estado.....	87
2.3.2. Disposições concordatárias: relações entre Estado e Igreja.....	91
<i>Concordata de 1940</i> .....	91
<i>Nova Concordata de 2004</i> .....	92
2.3.3. Património e museus nas leis da III República.....	95
<i>Património Cultural Português</i> .....	95
<i>Credenciação dos museus</i> .....	97
2.3.4. Projecto “Igreja Segura”.....	101
<i>“Nove magníficos”</i> .....	102
<i>Conhecimento e protecção</i> .....	104
<i>Três eixos de acção</i> .....	105
<i>Exposição “SOS Igreja”</i> .....	106
<i>Igrejas Piloto</i> .....	107
<i>Formação</i> .....	108
2.3.5. 18 de Abril 2008: Património religioso no “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios”.....	109
2.3.6. Turismo cultural e religioso: divulgação e valorização.....	111
<i>Cooperativa Turel</i> .....	112

<i>Jornadas e congressos: partilha de experiências</i> .....	114
<i>Inovação, qualificação e sensibilização</i> .....	115
<i>Turismo e Património Religioso: formação especializada</i> .....	116
<b>3. Museologia e arte sacra no contexto português</b> .....	119
3.1. Práticas museológicas em finais de Oitocentos.....	122
3.1.1. Exposições de arte ornamental.....	122
3.1.2. Primeiras iniciativas em torno do património religioso.....	128
<i>“Thesouro da” Sé de Coimbra</i> .....	128
<i>“Thesouro da Capella” de São João Baptista</i> .....	132
3.2. Novos museus da República.....	134
3.2.1. Museu Nacional de Arte Antiga.....	134
3.2.2. Espólios eclesiásticos, museus do Estado.....	135
<i>Museu de Aveiro</i> .....	136
<i>Museu de Évora</i> .....	137
<i>Museu Grão Vasco</i> .....	138
<i>Museu do Abade de Baçal</i> .....	140
<i>Museu de Lamego</i> .....	141
<i>Museu Alberto Sampaio</i> .....	142
3.3. Aproximação do Estado da Igreja.....	146
3.3.1. Museu de Arte Sacra de Arouca.....	147
3.3.2. Tesouros eclesiásticos.....	150
<i>Tesouro da sé bracarense</i> .....	152
<i>Tesouros desanexados do Estado</i> .....	154
3.4. Arte sacra em exposição durante o período do Estado Novo.....	158
3.4.1. Comemorações do duplo centenário.....	158
3.4.2. Arte sacra moderna.....	160
3.4.3. Arte das missões.....	163
3.4.4. Extensão cultural do Congresso do Apostolado da Oração.....	167
3.4.5. Ano Mariano de 1954.....	169
3.4.6. Iniciativas locais.....	172
3.4.7. Museus instituídos pela Igreja.....	180
3.4.8. Consequências tardias da I República.....	189
3.5. Nos alvares da III República.....	193
3.5.1. Envolvimento cívico.....	196
3.5.2. Museus e comunidade.....	199
3.5.3. Criação de novos museus.....	202

3.5.4. Ano Mariano de 1988.....	207
3.5.5. Museu dos Terceiros – Ponte de Lima .....	208
3.6. Nução do Património Histórico-Cultural da Igreja .....	214
3.6.1. Acção da sociedade laica.....	214
<i>Emancipação da arte sacra nos museus</i> .....	214
<i>Contribuição dos museus públicos</i> .....	217
3.6.2. Iniciativa eclesiástica.....	222
<i>Museus da Igreja</i> .....	222
<i>Excepções temporárias de concepção eclesiástica</i> .....	228
3.6.3. “Encontro de Culturas”.....	233
3.6.4. 800 anos sobre o nascimento do Santo do Menino Jesus .....	237
3.6.5. Comemorações Jubilares da Diocese de Bragança.....	240
3.6.6. Exposição Universal de Lisboa – Expo’98.....	243
3.7. Ano Jubilar de 2000.....	248
3.7.1. Cristo, fonte de esperança.....	249
3.7.2. Outras exposições no âmbito das comemorações jubilares .....	255
3.7.3. Grande Jubileu e missionação .....	259
3.8. No dealbar do século XXI.....	262
3.8.1. Divulgação do património religioso local.....	263
3.8.2. Projectos duradouros .....	275
<i>Contributos do Museu da Pedra</i> .....	276
<i>Ciclo de exposições de arte religiosa do concelho de Ovar</i> .....	279
<i>Arte Sacra de Alcochete</i> .....	282
3.8.3. Património religioso na evocação da História .....	285
3.8.4. Exposições avulsas .....	291
3.8.5. Profusão de museus .....	298
<i>Projectos e ideias</i> .....	322
3.9. Dinâmica insular .....	331
3.9.1. Diocese do Funchal e a arte sacra madeirense.....	332
<i>Museu diocesano de arte sacra do Funchal</i> .....	334
<i>Exposições temporárias</i> .....	337
<i>Diálogo com os artistas contemporâneos</i> .....	340
3.9.2. Arquipélago dos Açores .....	341
<i>Museus eclesiásticos açorianos</i> .....	341
<i>Arte sacra nos museus do poder público</i> .....	347
<i>Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado</i> .....	350

<i>Exposições temporárias no Museu Carlos Machado</i> .....	352
<i>Exposições de curta duração</i> .....	353
<i>Planos para o futuro</i> .....	355
3.10. Acção diocesana.....	358
3.10.1. Património e inventário .....	359
3.10.2. Criação de museus diocesanos.....	378
3.10.3. Actividade expositiva .....	386
3.10.4. Parceria duradoura entre museu e diocese lamecenses.....	396
3.10.5. Pedagogia para o Património: o exemplo do Patriarcado de Lisboa.....	403
3.10.6. Leiria: entre a Diocese e o Santuário .....	408
<i>Primeiras experiências museológicas na Diocese de Leiria</i> .....	408
<i>Exposições por iniciativa da diocese leiriense</i> .....	409
<i>90 anos das Aparições</i> .....	411
3.11. Novos tesouros das catedrais.....	414
3.12. Musealização do património das Misericórdias .....	425
3.12.1. Museu de São Roque .....	425
<i>Um ciclo de exposições temporárias</i> .....	428
<i>Serviços Educativos do museu</i> .....	430
3.12.2. Nas comemorações dos 500 anos das Misericórdias Portuguesas: 1998-2000.....	432
3.12.3. Dinâmica museológica das Misericórdias .....	437
3.12.4. Misericórdias e poder local.....	447
3.12.5. Casa-Museu Padre Belo: dinâmica em torno de uma doação .....	453
3.13. Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima .....	457
3.13.1. Dinâmica de exposições .....	459
3.13.2. Públicos-alvo específicos .....	462
3.13.3. Tertúlias no Museu .....	465
3.13.4. “Despertar para o Património”: sensibilização e formação do clero diocesano.....	466
3.14. Diocese de Beja: o arquétipo.....	467
3.14.1. Divulgação o património diocesano .....	470
3.14.2. Rede Museológica Diocesana.....	479
3.14.3. Extensão cultural .....	486
<b>4. Secularidade da arte sacra</b> .....	497
4.1. Arte Sacra e o Século .....	499
4.1.1. Ἔθος ( <i>Ēthos</i> ) da arte sacra .....	499
<i>Uma arte ao serviço do culto</i> .....	499
<i>Artes da Igreja</i> .....	501

4.1.2. Epifanias da arte sacra .....	502
<i>Local de culto</i> .....	502
<i>Museus</i> .....	503
<i>Tesouros</i> .....	504
<i>Exposições</i> .....	505
<i>Colecções privadas</i> .....	506
4.2. Musealização da arte sacra.....	507
4.2.1. Arte sacra como objecto museológico.....	507
4.2.2. Trinómio museológico.....	510
<i>Investigação</i> .....	510
<i>Preservação</i> .....	511
<i>Comunicação</i> .....	513
4.2.3. Museologia, arte e Igreja.....	517
<b>Conclusão</b> .....	527
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	535
Fontes impressas .....	537
Documentos da Igreja Católica .....	538
Outros documentos .....	544
Fichas de inventário .....	547
Legislação .....	549
Publicações periódicas .....	551
Bibliografia .....	557
Sítios na Internet e documentos electrónicos .....	588



## Abreviaturas, Acrónimos, Siglas e Sinais

a. C.	Antes de Cristo
AAS	<i>Acta Apostolicæ Sedis</i> (Actos da Sé Apostólica)
AG	<i>Ag Gentes. Decretum de Activitate Missionali Ecclesiæ</i> (Decreto sobre a Actividade Missionária da Igreja)
APMIC	Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica
<i>apud</i>	segundo, conforme
art. / arts.	artigo / artigos
<i>ca.</i>	<i>circa</i> (cerca de)
can. / cann.	<i>canon / canones</i> (Cânone / cânones)
cap. / caps.	capítulo / capítulos
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CEBCI	Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja
CEC	<i>Catechismus Ecclesiæ Catholicæ</i> (Catecismo da Igreja Católica)
CECBCCS	Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
cf.	confronte ou confira
CIC	<i>Codex Iuris Canonici</i> (Código de Direito Canónico)
col. / cols.	coluna / colunas
D.	Dom
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
dir.	direcção
DBCDV	Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu
DPHADB	Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja
ed.	edição
EMRPM	Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus
EPRPM	Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus
<i>et al.</i>	<i>et alii</i> (e outros)
etc.	<i>et cætera</i> (e o resto)
f. / ff.	<i>folium / folia</i> (fólio / fólios)

fac-simil.	fac-similado
fasc.	fascículo
Fr.	Frei
GS	<i>Gaudium et Spes. Constitutio Pastoralis de Ecclesia in Mundo huius temporis</i> (Constituição pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo)
<i>i. e.</i>	<i>id est</i> (isto é)
ICOFOM	International Committee for Museology / Comité International pour la Muséologie
ICOM	International Council of Museums / Conseil International des Musées
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites / Conseil International des Monuments et des Sites
IHAC	Instituto de História e Arte Cristã
IMC	Instituto dos Museus e da Conservação
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IGMR	<i>Institutio Generalis Missalis Romani</i> (Instrução Geral do Missal Romano)
IPCR	Instituto Português de Conservação e Restauro
IPM	Instituto Português de Museus
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
ISPJCC	Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais
MAHPJ	Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária
MD	<i>Mediator Dei. Litteræ Encyclicæ</i> (Carta Encíclica de Pio XII sobre a Sagrada Liturgia)
mimeog.	mimeografado
MSD	<i>Musica Sacrae Disciplina. Litteræ Encyclicæ</i> (Carta Encíclica de Pio XII sobre a Música Sacra)
n.º	número
<i>Op. cit.</i>	<i>opere citato</i> (na obra citada)
p. / pp.	página / páginas
P.º	Padre
POC	Programa Operacional da Cultura
PP.	<i>Papa Pontifex</i> (Padre Pontífice)
<i>reg.</i>	<i>regit</i> (reinou)
RPM	Rede Portuguesa de Museus
s. / ss.	e seguinte / e seguintes
s. d.	<i>sine data</i> (sem data)
s. l.	<i>sine loco</i> (sem lugar)
s. n.	<i>sine nomine</i> (sem nome)
s. v. / ss. vv.	<i>sub verba</i> (na palavra) / <i>sub verbæ</i> (nas palavras)
SC	<i>Sacrosanctum Concilium. Constitutio de Sacra Liturgia</i> (Constituição sobre a Sagrada Liturgia)

SNBCI	Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja
SNI	Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
t.	tomo
UCP	Universidade Católica Portuguesa
UMP	União das Misericórdias Portuguesas
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization / Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
v. g.	<i>verbi gratia</i> (a título de exemplo)
vd.	<i>vide</i> (veja)
vol. / vols.	volume / volume
§ / §§	parágrafo / parágrafos
*	nascido
†	falecido

## **Livros Bíblicos**

### ***Antigo Testamento***

<i>Gn</i>	<i>Liber Genesis</i> (Livro do Génesis)
<i>Ex</i>	<i>Liber Exodus</i> (Livro do Êxodo)
<i>Lv</i>	<i>Liber Leviticus</i> (Livro do Levítico)
<i>Ion</i>	<i>Prophetia Ioniae</i> (Profecia de Jonas)

### ***Novo Testamento***

<i>Mt</i>	<i>Evangelium secundum Matthaenum</i> (Evangelho segundo Mateus)
<i>Mc</i>	<i>Evangelium secundum Marcum</i> (Evangelho segundo Marcos)
<i>Lc</i>	<i>Evangelium secundum Lucam</i> (Evangelho segundo Lucas)
<i>Io</i>	<i>Evangelium secundum Ioannem</i> (Evangelho segundo João)
<i>Apc</i>	<i>Apocalypsis Ioannis</i> (Apocalipse de João)



# **INTRODUÇÃO**



## Introdução

As expressões *museu de arte sacra* e *exposição de arte sacra* têm surgido cada vez mais amiúde na linguagem do quotidiano para aludir a actos de musealização dos bens culturais da Igreja Católica, a religião com maior representatividade em Portugal. Em verdade, estima-se que o legado histórico e artístico eclesiástico corresponde a cerca de 75% de todo o património cultural português.

Atendendo à importância desta herança e ao empenho dos organismos eclesiásticos na sua defesa e valorização, vem ganhando corpo uma noção que decorre daqueles epítetos: *museologia da arte sacra*. Enunciado simples mas portador de uma complexa carga semântica, posto que implica compreender a essência da arte sacra e a maneira como esta condiciona a museologia.

Nesse sentido, o presente estudo visa analisar as práticas museológicas em torno dos bens da Igreja afectos ao culto e à devoção, nomeadamente a sua inclusão na esfera dos museus e a utilização em exposições. A opção pela arte do Catolicismo resulta da abundância de ocorrências em território português. Em termos de balizas cronológicas, estabeleceu-se o início do período liberal, momento de afirmação do museu como instituição de utilidade pública, e a actualidade, ante a dinâmica que se verifica neste domínio.

Este trabalho radica em dois objectivos distintos, mas que se complementam num avanço convergente do histórico para o teórico e do geral para o particular, procurando compreender o fenómeno da museologia da arte sacra em Portugal através das suas dimensões permanente e temporária.

Num âmbito histórico, o propósito é traçar a evolução da museologia da arte sacra, a partir do inventário e estudo dos museus e das exposições temporárias, determinando os momentos-chave e a sua relação com a História do País, da Igreja e da Museologia, de um modo geral. Mais especificamente, intenta-se examinar as motivações e a relação entre as exposi-

ções temporárias, as permanentes e as acções desenvolvidas no âmbito da salvaguarda dos bens culturais da Igreja e suas inter-influências.

Dentro de um plano mais teórico, pretende-se analisar a relação da arte sacra com a disciplina museológica, considerando o termo de uma função ritual e devocional e o início de uma nova existência como objecto de museu, onde será, porventura, descontextualizado e tomado apenas como um testemunho de um espaço e de uma época ou de uma cultura, e o que ocorre quando a entidade musealizadora é a própria Igreja.

No final espera-se responder às questões: o que é efectivamente a museologia da arte sacra e qual o seu enquadramento no universo português?

Quanto à estrutura formal, o trabalho divide-se em quatro capítulos. Na primeira parte – 1.º e 2.º capítulos – delimita-se o contexto de acção, ora pela definição terminológica, ora pelo quadro jurídico e normativo, traçando ainda a evolução das preocupações eclesíásticas em matéria de património cultural, plasmadas na criação de organismos pontifícios e nas medidas tomadas pela Igreja portuguesa.

Depois, na segunda parte, a mais extensa, tem lugar o percurso pelos espaços e momentos da musealização da arte sacra, articulado com a análise da museografia e o contexto museológico de cada período, quer em sequência cronológica, quer no avanço do geral para o particular, realçando os casos paradigmáticos.

Por fim, o 4.º capítulo, mais exegético, contempla o dissecar, no sentido pleno do vocábulo, anónimo e independente, de tudo quanto se realizou em termos de museologia da arte sacra em Portugal, extraindo considerações teóricas acerca desta relação.

Sob o ponto de vista metodológico, o estudo assenta mormente no material publicado pelos museus ou entidades organizadoras de exposições, incluindo catálogos, roteiros e desdobráveis. Sempre que viável, efectuaram-se visitas aos locais, colhendo alguns dados também das epígrafes que ali assinalam factos memoráveis e das conversas travadas com funcionários ou mentores dos espaços museológicos. Além disto, consultaram-se diversas publicações periódicas, de acordo com as datas mais relevantes, em especial o arquivo da Agência Ecclesia – a agência de notícias da Igreja Católica em Portugal –, para eventos mais recentes no âmbito eclesíástico, e a documentação oficial de organismos do poder local, nomeadamente as actas de reunião de câmara e de assembleia municipal.



A informação em suporte digital, via Internet, embora crucial no âmbito da investigação, foi citada somente quando não havia outro suporte documental e no caso de sítios fidedignos e oficiais dos museus ou organismos, ou então de publicações periódicas electrónicas com estrutura editorial. O advento da Web 2.0 e conseqüente participação em massa dos utilizadores deu azo a informação menos criteriosa e a um emprego fácil de vocábulos e expressões, como *museu* e *arte sacra*, implicando maior rigor na crítica das fontes. Por outro lado, muitas instituições privilegiam agora este meio de comunicação, ao invés da tradicional publicação em papel, originando um problema de volatilidade da informação, pois, ao contrário de agências noticiosas, que mantêm os seus textos em arquivo, muitas entidades museológicas actualizam constantemente a informação sem preocupações de registo histórico.

No que respeita à acção da Igreja, recorreu-se fundamentalmente à documentação oficial da Santa Sé e, no caso português, aos comunicados finais emanados das assembleias plenárias da Conferência Episcopal Portuguesa. Para os aspectos teóricos relacionados tanto com as disciplinas basilares quanto com as complementares – em especial a museologia, a arte sacra, a história, a teologia, a liturgia, entre outras –, empregou-se a bibliografia nacional e internacional de referência nas respectivas matérias. Ademais, procedeu-se a pesquisas bibliográficas junto de bibliotecas de estabelecimentos universitários, permitindo aceder a um conjunto de teses e dissertações já elaboradas sobre os mais diversos assuntos e casos particulares versados neste trabalho.

Ainda que a especificidade do tema possa sugerir um teor confessional, este trabalho tem um objectivo eminentemente científico, firmado numa visão analítica do fenómeno museológico no terreno do religioso, mediante o conhecimento tão profundo quanto possível da essência da arte sacra e do seu papel na relação do Homem com o divino, mas sobretudo do processo e das conseqüências da sua conversão em objecto museológico pleno, atendendo a factores determinantes como a Origem e o Fim do ente museal.



# CAPÍTULO I

## **EM TORNO DOS CONCEITOS DE MUSEOLOGIA E ARTE SACRA**



## 1. Em torno dos conceitos de Museologia e Arte Sacra

A primeira tarefa que se demanda no início de uma tese desta natureza é clarificar os conceitos que nos ocupam. Palavras de uso comum vêm a sua noção confusa, deturpada ou imprecisa, consequência de diversas épocas, interpretações, tradições ou regionalismos, cujo significado apenas pode ser apreendido no pleno conhecimento do contexto que as encerra. Não se pretende, por isso, corrigir ou impor uma acepção, antes analisar e compreender os diferentes vocábulos, apresentando-nos no sentido em que os mesmos serão empregados neste trabalho.

### 1.1. Museologia e museus

A génese do vocábulo *museologia* encontra-se no grego μουσεῖον (*mouseíon*), que significa museu<sup>1</sup>, e λόγος (*lógos*), o sufixo *-logia*, que traduz a ideia de tratado, estudo ou ciência<sup>2</sup>. Museologia será, portanto, a ciência do museu<sup>3</sup>.

Os dicionários da língua portuguesa só recentemente incluíram a palavra, mas apresentam-nos já acepções carregadas de alguma especificidade. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, obra de referência da lexicografia no espaço português, define museologia como a “Ciência que tem por objecto o estudo dos museus e das colecções nele existentes, que trata da conservação, organização e exposição do seu recheio, dos processos de comunicação com o público, das normas que

---

<sup>1</sup> José Pedro MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 4, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 186, s. v. “museu”.

<sup>2</sup> *Idem*, vol. 3, p. 438, s. v. “-log(o)-, -logia”.

<sup>3</sup> *ICOM News*, Paris, ICOM, Vol 23, n.º 1, 1970, p. 28; cf. Luis ALONSO FERNÁNDEZ, *Museología y Museografía*, 2.<sup>a</sup> ed., Barcelona, Ediciones del Serbal, 2001, pp. 20 e 32; Francisco Javier ZUBIAUR CARREÑO, *Curso de Museología*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 103, Gijón, Ediciones Trea, 2004, p. 47.

devem orientar a instalação de museus...”<sup>4</sup>. Outra obra de nomeada, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, refere que é o “conjunto de conhecimentos científicos, técnicos e práticos que dizem respeito à conservação, classificação e apresentação dos acervos de museus” ou “este conjunto constituído numa disciplina, profissão e currículo autónomos”<sup>5</sup>.

Num contexto mais técnico, o glossário desenvolvido pelo Groupe de Recherche sur la Terminologie Muséologique do ICOFOM, sob coordenação de André Desvallées, e recentemente apresentado na 22.<sup>a</sup> Conferência Geral do ICOM, em Novembro de 2010, regista que:

Étymologiquement parlant la muséologie est “l’étude du musée” et non pas sa pratique, qui est renvoyée à la muséographie<sup>6</sup>.

O § 2 do mesmo verbete, por seu turno, refere que a aceção corrente é ainda a apresentada por Georges Henri Rivière, em 1981:

La muséologie: une science appliquée, la science du musée. Elle en étudie l’histoire et le rôle dans la société, les formes spécifiques de recherche et de conservation physique, de présentation, d’animation et de diffusion, d’organisation et de fonctionnement, d’architecture neuve ou muséalisée, les sites reçus ou choisis, la typologie, la déontologie<sup>7</sup>.

Já no que respeita à museografia, escreve-se que:

[...] la muséographie est essentiellement définie comme la figure pratique ou appliquée de la muséologie, c’est-à-dire l’ensemble des techniques développées pour remplir les fonctions muséales et particulièrement ce qui concerne l’aménagement du musée, la conservation, la restauration, la sécurité et l’exposition<sup>8</sup>.

As definições ora apresentadas marcam uma evidente diferença entre as duas disciplinas, nem sempre observável quando se consultam as respectivas entradas num dicionário lexicográfico. A museologia, uma disciplina científica, lida com as questões “do porquê”,

<sup>4</sup> ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ed. lit.) & FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (ed. lit.), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 2, Lisboa, Verbo, 2001, p. 2555, s. v. “museologia”.

<sup>5</sup> Antônio HOUAISS (ed. lit.), Mauro de Salles VILLAR (ed. lit.) & Francisco Manuel de Melo FRANCO (ed. lit.), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002-2003, p. 2574, s. v. “museologia”.

<sup>6</sup> François MAIRESSE, André DESVALLÉES & Bernard DELOCHE, «Concepts fondamentaux de la muséologie», in *Museology. Back to Basics*, ICOFOM Study Series, 38, Paris, ICOFOM, 2009, p. 41, s. v. «Muséologie»; François MAIRESSE (dir.) & André DESVALLÉES (dir.), *Concepts Clés de Muséologie*, Paris, Armand Colin, 2010, p. 55, s. v. «Muséologie».

<sup>7</sup> *Ibidem*; cf. Georges Henri RIVIÈRE, *La Museología: Curso de Museología/Textos y Testimonios*, Colección Arte y Estética, n.º 30, Madrid, Ediciones Akal, 1993, p. 105.

<sup>8</sup> F. MAIRESSE, A. DESVALLÉES & B. DELOCHE, *op. cit.*, p. 40, s. v. «Muséographie»; F. MAIRESSE (dir.) & A. DESVALLÉES (dir.), *op. cit.*, p. 53, s. v. «Muséographie».

enquanto a museografia, mais ligada ao funcionamento do museu, se ocupa com as questões “do como”, procurando nunca se antecipar à sua congénere<sup>9</sup>, *i. e.*, a museologia deve corporificar os fundamentos antes de a museografia implementar as acções.

Por sua vez, o étimo *museu*, que designa o objecto da museologia, evidencia origens deveras remotas. Na Antiga Grécia, *ca.* 500-450 a. C., dava-se o nome de μουσεῖον aos templos dedicados às musas das artes e das ciências, habitualmente locais de culto funerário mas também de contendas entre os membros das sociedades literárias<sup>10</sup>, e depois, em particular no âmbito das academias helenísticas, *ca.* 400-300 a. C., às escolas filosóficas ou mesmo instituições de ensino e investigação científica<sup>11</sup>, presididas pelas musas, um conceito transposto para o mundo romano, no qual a palavra *museum* denominava, no contexto das *villæ* particulares, o lugar onde ocorriam os encontros e disputas filosóficas<sup>12</sup>. Não se aplicava ainda aos acervos de obras de arte, muito embora o coleccionismo fosse uma realidade consolidada. Durante o Renascimento o vocábulo *museu* adquiriu um novo sentido taquigráfico enquanto abreviatura erudita para designar tanto as salas que continham os espécimes das colecções quanto os livros que descreviam esses espécimes<sup>13</sup>. A breve trecho,

<sup>9</sup> Ivo MAROEVIĆ, *Introduction do Museology: The European Approach*, Munich, Verlag Dr. C. Müller-Straten, 1998, p. 100.

<sup>10</sup> Jeffrey ABT, «Museum», *s. v.*, in Jane TURNER (ed. lit.), *The Dictionary of Art*, vol. 22, New York, Grove, 1996, p. 354; L. ALONSO FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 28.

<sup>11</sup> Merecem especial menção o μουσεῖον do λύκειον aristotélico, estabelecido em Atenas, em 336-335 a. C., referido no testamento de Teofrasto [DIOGENES LAERTIUS, *Vitæ Philosophorum*, XIV, 51; cf. DIOGENIS LAERTII, *De vitis philosophorum*, T. I, Lipsiae, Sumptibus Ottonis Holtze, 1870, p. 231] e o μουσεῖον de Alexandria, fundado *ca.* 290 a. C., por Ptolomeu Soter I (\* *ca.* 367 – † 283 a. C.; *reg.* 305-283 a. C.), com vista à salvaguarda de textos e objectos em risco devido ao alvoroço político da época, à reunião de amostras biológicas e à produção de novo conhecimento [STRABONIS, *Geographica*, XVII, 1, 8; cf. STRABO, *The Geography of Strabo*, Cambridge (Massachussets), Harvard University Press/London, William Heinemann, 1967, pp. 34-35].

<sup>12</sup> Germain BAZIN, *Le Temps des Musées*, Colection L’Art Témoin, Liège/Bruxelles, Desoer, 1967, p. 16; Francisca HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *Manual de Museología*, Colección Ciencias de la Información: Biblioteconomía y Documentación, Madrid, Editorial Síntesis, 1994, p. 15; I. MAROEVIĆ, *op. cit.*, p. 28.

<sup>13</sup> J. ABT, *op. cit.*, p. 355. Em língua portuguesa, o *Vocabulário português e latino*, do erudito Raphael Bluteau, editado entre 1712 e 1728, regista “Museo” como “hum lugar consagrado às Musas”, pelo que “derão o nome de Museo a todo o lugar destinado ao estudo das letras humanas, como tambem a casas de curiosidades scientificas, [...] & a livros, [...] em que o dito Author dà noticias da sciencia, & vida de Varões illustres em letras” [Raphael BLUTEAU, *Vocabulário português e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florífero, forense, fructífero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...*, vol. 5, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1716, pp. 649-650, *s. v.* “Museo”]. Veja-se também o exemplo do bispo humanista Paolo Giovio (\* 1483 – † 1552) que empregou a palavra “museum” na descrição que fez da sua colecção, bem como a inscreveu no edificio que a albergava [F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 63].

o vocábulo tornou-se frequente no título dos estabelecimentos que acolhiam colecções visíveis e abertas ao público, nomeadamente: o Ashmolean Museum, inaugurado a 21 de Maio de 1683, sob tutela da Universidade de Oxford; o British Museum, em Londres, criado por acto parlamentar com aprovação régia em 7 de Junho de 1753, acessível para a todas as pessoas curiosas e estudiosas; e, quarenta anos mais tarde, o Musée Central des Arts, em Paris, instituído por decreto da Convenção Nacional em 27 de Julho de 1793 e aberto ao público a 10 de Agosto seguinte, sob a designação de Muséum de la République, precursor dos grandes museus nacionais da Europa e introdutor de um novo conceito de património cultural como propriedade pública<sup>14</sup>.

Não obstante, somente após a criação do ICOM, nos meados do século XX, se vem assistindo a uma enunciação cada vez mais rigorosa da noção de museu, no sentido de uma entidade com propósitos específicos, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, cujas funções são: adquirir, conservar, estudar, expor e transmitir o património material e imaterial da Humanidade, para fins de estudo, educação e deleite<sup>15</sup>.

No que respeita ao caso português avultou o preceito disposto no art. 5.º do *Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46758, de 18 de Dezembro de 1965, segundo o qual:

**Art. 5.º** Os museus têm a seguinte finalidade geral:

- 1) Conservar e ampliar as colecções de objectos com valor artístico, histórico e arqueológico;
- 2) Expor ao público as espécies que melhor possam contribuir para a formação do seu espírito e para a educação da sua sensibilidade;
- 3) Realizar trabalhos de indagação artística, histórica e arqueológica e facultar elementos de estudo aos investigadores;
- 4) Constituírem-se em centros activos de divulgação cultural, solicitando constantemente o público e esclarecendo-o.

Durante a III República, o conceito de museu foi enunciado no Decreto n.º 45/80, de 20 de Março, que reestruturou os serviços e os quadros de pessoal dos museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural:

---

<sup>14</sup> F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 25.

<sup>15</sup> «Evolution de la définition du musée selon les statuts de l'ICOM (2007-1946)», in *ICOM* [em linha], Paris, ICOM], de 9 Agosto de 2009, disponível em URL: [http://archives.icom.museum/hist\\_def\\_fr.html](http://archives.icom.museum/hist_def_fr.html) (acedido em 21 de Abril de 2010).



### **Artigo 1.º**

(Atribuições)

1 – Os museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural são instituições permanentes, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos e abertos ao público, que fazem investigação sobre os testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, ao mesmo tempo que os adquirem, conservam e muito especialmente os expõem para fins de estudo, educação e recreio. [...]

Fiel à noção do ICOM, esta definição manter-se-ia no quadro legislativo português por mais de vinte anos. Nem mesmo o Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto, constitutivo do já extinto Instituto Português de Museus – ao qual atribuía o “objectivo de superintender, planear e estabelecer um Sistema Nacional de Museus”<sup>16</sup> –, enuncia o conceito. Apenas a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, designada por *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, patenteia:

### **Artigo 3.º**

#### **Conceito de museu**

1 – Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;

b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

2 – Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.

O texto evidencia fortes marcas do espírito da aceção do ICOM – a versão em vigor até à revisão de 2007 –, com ligeiras dissemelhanças do que seria uma tradução literal.

<sup>16</sup> Art. 1.º § 2.º do Decreto-Lei 278/91, de 9 de Agosto. O mesmo acontecendo com o Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março, que instituiu o seu sucessor IMC – o qual tem por missão “desenvolver e executar a política cultural nacional nos domínios dos museus e da conservação e do restauro, bem como do património cultural móvel e do património imaterial” [Art. 3.º § 1.º do Decreto-Lei 97/2007, de 29 de Março] –, porém, à data deste último, o conceito de *museu* constava já da *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, como veremos adiante.

Isto, obviamente, não lhe reduz a importância ou valor, bem pelo contrário, pois o ICOM mantém uma permanente discussão acerca do assunto e é uma referência internacional de mérito, que o legislador soube coligir.

A *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* vai, porém, um pouco mais longe ao acrescentar, no art. 4.º, o conceito de *colecção visitável*, que nos convém reter:

**Artigo 4.º**

**Colecção visitável**

1 – Considera-se colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu. [...]

Além de representar uma novidade no que respeita às concepções oferecidas pelos estatutos do ICOM, esta noção alarga o âmbito de aplicação da lei. Ou seja, as instituições que, por motivos diversos, não reúnem as condições para se enquadrarem na designação de museu, vêem reconhecida a sua personalidade museológica e, nos termos do § 2.º do mesmo artigo, podem até ser “objecto de benefícios e programas de apoio e de qualificação adequados à sua natureza e dimensão”<sup>17</sup>.

Numa lei que constitui um referencial exigente para a esfera dos museus portugueses<sup>18</sup>, a introdução deste conceito manifesta, simultaneamente, uma abertura e um incentivo à requalificação dos organismos museológicos, no sentido próprio de *museu*, tanto mais que, como acrescenta o § 3.º, aqueles programas serão preferencialmente estabelecidos quando esteja “assegurada a possibilidade de investigação, acesso e visita pública regular”.

Com a publicação da *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, deu-se um grande passo no panorama legislativo português, cuja principal referência neste domínio era ainda o *Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia*, e cumpriu-se a “primeira etapa de um longo percurso que tem por objectivo reforçar a valorização e a qualificação

<sup>17</sup> Desde que acolham bens culturais inventariados de harmonia com art. 19.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Cf. Art. 4.º § 2.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>18</sup> Manuel Bairrão OLEIRO, «IPM – Novos desafios», in *Museus. Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, n.º 13, Setembro de 2004, p. 1.

dos museus, assegurar a salvaguarda e a fruição pública do património à sua guarda, incentivar a formação e o reconhecimento profissional de quantos neles trabalham”<sup>19</sup>.

## 1.2. Arte Sacra

Ao empregarmos a designação *arte sacra*, o ente *arte* é caracterizado pelo modificador *sacra*. Ou seja, a *arte*, nomeada pelo substantivo, adquire uma qualidade, resultado da aposição do adjectivo de valor restritivo ou classificatório *sacra*. Nesse caso, compreender a diferença entre arte sacra e a arte na generalidade implica conhecer o significado do adjectivo *sacra*.

José Pedro Machado, no seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, atribui a origem do adjectivo sacro ao latim *săcru-*, no sentido de “consagrado a uma divindade, sagrado”<sup>20</sup>. Por seu lado, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* refere que, com origem no latim *sacer*, o adjectivo qualifica o que é “relativo às coisas divinas, à religião, aos ritos ou ao culto”<sup>21</sup>, sinónimo de sagrado e santo, definição idêntica à que se encontra no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*<sup>22</sup>.

### 1.2.1. Sagrado

O *sagrado* será, pois, elemento fundamental da arte sacra. Definido por oposição a profano, significa “tudo aquilo que está delimitado, separado, reservado ou proibido”<sup>23</sup>. Para o *homo religiosus*, o espaço não é homogêneo, apresentando áreas qualitativamente diferentes<sup>24</sup>. A mesma ideia é sugerida pelo *sacer* latino, segundo o qual existem dois espaços, representações simbólicas do templo (*fanum*) e das imediações do templo

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> J. P. MACHADO, *op. cit.*, vol. 5, p. 136, s. v. “Sacro”.

<sup>21</sup> ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, ed. lit. & FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, ed. lit., *op. cit.*, vol. 2, p. 3302, s. v. “sacro<sup>1</sup>, a”.

<sup>22</sup> A. HOUAISS (ed. lit.), M. de S. VILLAR (ed. lit.) & F. M. de M. FRANCO (ed. lit.), *op. cit.*, vol. 6, p. 3228, s. v. “sacro”.

<sup>23</sup> Manuel da Costa FREITAS, «Sagrado», s. v., in *LOGOS. Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia*, vol. 4, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1992, p. 859.

<sup>24</sup> Mircea ELIADE, *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*, Coleção Vida e Cultura, n.º 62, Lisboa, Livros do Brasil, 2002, p. 35. Veja-se, por exemplo, o episódio bíblico no qual Deus ordena a Moisés que descalce as sandálias, pois encontrava-se em lugar sagrado (*Ex III, 5*).

(*profanum*)<sup>25</sup>. Sagrado e profano constituem, assim, dois universos que se definem apenas um pelo outro<sup>26</sup>, numa oposição correlativa<sup>27</sup>.

Posto isto, o *sagrado* designa uma ordem de realidades cuja essência supera o mundo em que vivemos, apresentando-se “separado, investido de um valor intangível, inviolável”<sup>28</sup>. Esse cosmos superior é constituído por um ou mais seres nos quais se concentra o sagrado propriamente dito, acreditados como criadores e senhores de todas as coisas<sup>29</sup>. Por extensão, o qualificativo sagrado também se aplica aos seres, objectos, acções, espaços e tempos sempre que neles ou por seu meio se manifeste a eficácia do poder divino<sup>30</sup>.

Propriedade estável ou efémera<sup>31</sup>, o sagrado é, por natureza, diferente e torna diferente<sup>32</sup>. O ser ou objecto consagrado não sofre qualquer modificação na sua aparência, mas não deixa de ser transformado na sua totalidade<sup>33</sup>. Por seu turno, o crente, que espera do sagrado todo o socorro e todo o sucesso<sup>34</sup>, experimenta uma alteração paralela no seu comportamento relativamente aos entes consagrados<sup>35</sup>, os quais suscitam, ao mesmo tempo, sentimentos de pavor e de veneração<sup>36</sup>.

Na dualidade ontológica sagrado/profano, o homem religioso confere uma descontinuidade ao mundo sensível, reclassificando qualitativamente os múltiplos seres da realidade circundante, significativos da dimensão sagrada e antítese do amorfo profano.

<sup>25</sup> Mircea ELIADE, *Tratado de História das Religiões*, 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Edições ASA, 2004, p. 25; Alfonso di NOLA, «Sagrado/Profano», s. v., in Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol. 12, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 124-127.

<sup>26</sup> Roger CAILLOIS, *O Homem e o Sagrado*, Colecção Perspectivas do Homem, n.º 10, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 19.

<sup>27</sup> Manuel da Costa FREITAS, «Profano», s. v., in *LOGOS...*, cit., vol. 4, p. 448.

<sup>28</sup> Rudolf OTTO, *O Sagrado*, Colecção Perspectivas do Homem, n.º 41, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 38-39.

<sup>29</sup> M. da C. FREITAS, «Sagrado», cit., p. 859.

<sup>30</sup> R. CAILLOIS, *op. cit.*, p. 20.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> M. da C. FREITAS, «Sagrado», cit., p. 859.

<sup>33</sup> R. CAILLOIS, *op. cit.*, p. 20.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 20.

<sup>36</sup> R. OTTO, *op. cit.*, pp. 23-29.

### 1.2.2. Criação artística e o divino no Cristianismo

A arte sacra tem uma especial ligação com o sagrado, mas o fenómeno artístico, *per se*, pode ser entendido, em particular no âmbito cristão, como prossecução do acto criador de Deus. Ele é o autor original por excelência, o Criador em sentido absoluto<sup>37</sup>, o *Artifex* divino<sup>38</sup>.

O acto criativo de Deus representou a produção a partir do nada, *productio rei ex nihilo sui et subiecti*<sup>39</sup>. No entanto, por seu lado, o Homem não cria, antes continua a criação divina<sup>40</sup>, dando forma e significado a algo já existente<sup>41</sup>. De acordo com o mito cosmogónico do *Livro do Génesis*, Deus criou o mundo *ex nihilo* e, ao sexto dia, fez o ser humano à Sua imagem e semelhança, a quem confiou a tarefa de dominar a terra (*Gn* I, 28). Assim, o domínio criativo do Homem é exercido sobre a matéria do universo que o circunda, resultado da obra primordial do Omnipotente<sup>42</sup>. Usando as mãos ou recorrendo à técnica para trabalhar a natureza, o Homem cumpre a vontade de Deus, manifestada no princípio dos tempos (*Gn* I, 28)<sup>43</sup>. Contudo,

Mais do que um objecto estético que se propõe à fruição dos outros, a obra de arte é um compêndio de conhecimentos, um texto com uma complexa rede de significados. Ela é uma realidade mediática: porque transmite conhecimentos e memórias, permite a identificação de experiências e imagens, revela dimensões espirituais ocultas ou desconhecidas, amplia a consciência do homem para o reconhecimento da sua própria transcendência.

<sup>37</sup> Jesús ÁLVAREZ GÓMEZ, *Arqueología Cristiana*, Colección Sapientia Fidei: Serie de Manuales de Teología, n.º 17, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1998, pp. 5-6.

<sup>38</sup> AURELIUS AUGUSTINUS, sanctus, *De Civitate Dei*, XI, 22; XII, 25 (cf. J[acques]-P[aul] MIGNE, *Patrologiae Cursus Completus. Series Latina*, T. 41, Parisiis, Migne, 1845, cols. 335 e 374; AGOSTINHO, sanctus, *A Cidade de Deus*, vol. 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 1042 e 1147); THOMÆ AQUINATIS, sanctus, *Summa Theologiae*, I, q. 27 a. 1 ad 3; I, q. 44 a. 3; e I, q. 45 a. 2. (cf. J[acques]-P[aul] MIGNE, *Patrologiae Cursus Completus. Series Secunda*, T. I, Parisiis, Migne, 1845, cols. 703, 839-841, e 844-845; TOMAS DE AQUINO, sanctus, *Suma de Teologia*, 4.ª ed., vol. 1, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2001, pp. 308, 445 e 449).

<sup>39</sup> Celestino PIRES, «Criação», s. v., in *LOGOS...*, cit., vol. 1, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1989, p. 1218; cf. IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Lettre aux Artistes*, Cidade do Vaticano, 4 de Abril de 1999.

<sup>40</sup> J. ÁLVAREZ GÓMEZ, *op. cit.*, p. 6.

<sup>41</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Lettre aux Artistes*, cit.

<sup>42</sup> AURELIUS AUGUSTINUS, sanctus, *De Civitate Dei*, XII, 25 (cf. J.-P. MIGNE, *Patrologiae Cursus Completus. Series Latina*, cit., T. 41, col. 374; AGOSTINHO, sanctus, *A Cidade de Deus*, cit., vol. 2, p. 1147).

<sup>43</sup> Cf. GS 57.

Campo do simbólico e do estético é obviamente o campo da relação do homem com o sagrado, o divino. E nesta relação intervêm, necessariamente, as artes como linguagens e expressões que transcendem o nível do banal, exactamente porque aspiram à plenitude, ao sublime e ao absoluto<sup>44</sup>.

### 1.2.3. Arte Sacra e Arte Religiosa

*Arte sacra* é um conceito vulgar, mas, todavia, sem deixar de constituir uma noção polissémica, e muitas vezes inexacta. A frequente confusão, também, com a expressão *arte religiosa* impõe uma clarificação das designações.

Atendendo ao significado dos elementos modificadores: o adjectivo *religioso* qualifica o que é relativo ou próprio da religião<sup>45</sup>, enquanto *sacro* classifica aquilo que diz respeito ao divino, à religião, aos rituais e ao culto<sup>46</sup>.

Numa primeira análise, os adjectivos parecem sinónimos, porém, o termo *religioso* tem um sentido mais amplo e generalista face à especificidade indiciada pelo vocábulo *sacro*, que remete para o plano ritual e do culto. Assim, infere-se que a arte sacra constitui um conjunto mais restrito e contido no âmbito da arte religiosa.

Colocando de parte o exame meramente semântico, tome-se agora a primeira frase do sétimo capítulo da *Constitutio de Sacra Liturgia Sacrossanctum Concilium*, emanada do Concílio Ecuménico Vaticano II (1962-1965), dedicado à arte sacra e alfaias litúrgicas:

Inter nobilissimas ingenii humani exercitationes artes ingenuae optimo iure adnumerantur, praesertim autem ars religiosa eiusdemque culmen, ars nempe sacra<sup>47</sup>.

A arte sacra é o cume da arte religiosa. Logo, esta é um conceito mais alargado e inclui a primeira, *i. e.*, toda a arte sacra é religiosa, mas nem toda a arte religiosa é sacra<sup>48</sup>.

<sup>44</sup> Emília NADAL, «Arte sacra: teologia, estética, liturgia e linguagem das artes», in *Novas Igrejas de Vários Tempos: Actas*, Lisboa, Rei dos Livros, 1998, p. 114.

<sup>45</sup> ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, ed. lit. & FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, ed. lit., *op. cit.*, vol. 2, p. 3175, s. v. “religioso<sup>1</sup>”; A. HOUAISS (ed. lit.), M. de S. VILLAR (ed. lit.) & F. M. de M. FRANCO (ed. lit.), *op. cit.*, vol. 6, p. 3138, s. v. “religioso”.

<sup>46</sup> ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, ed. lit. & FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, ed. lit., *op. cit.*, vol. 2, p. 3302, s. v. “sacro<sup>1</sup>”; A. HOUAISS (ed. lit.), M. de S. VILLAR (ed. lit.) & F. M. de M. FRANCO (ed. lit.), *op. cit.*, vol. 6, p. 3328, s. v. “sacro”.

<sup>47</sup> SC 122.

<sup>48</sup> Cf. J. ÁLVAREZ GÓMEZ, *op. cit.*, p. 8.

Num quadro mais concreto, a arte religiosa é a totalidade da produção artística inspirada na fé de uma religião e baseada em textos sagrados ou estimulada pela devoção pessoal<sup>49</sup>. No âmbito do século, fora dos templos e qualquer que seja a religião, é exercício da experiência estética e responde aos sentimentos religiosos privados<sup>50</sup>.

A arte sacra, por sua vez, constitui uma categoria mais restrita e tem uma natureza diferente. Ainda que as fontes de inspiração sejam as mesmas e use técnicas e materiais similares, é concebida especificamente para o culto litúrgico, com uma intenção ritual<sup>51</sup>. Os seus limites e objectivos são estabelecidos pelas exigências do culto<sup>52</sup> e expressa valores sagrados que se instalam na obra de arte pela afectação ao rito mediante a consagração, a dedicação ou a bênção<sup>53</sup>.

### 1.3. Museologia da Arte Sacra

Na linha dos conceitos supra-analisados, pode dizer-se que a museologia da arte sacra será a ciência dos museus especializados em arte concebida para a função litúrgica. Por um lado, estuda-se o universo específico dos museus de arte sacra; por outro, analisa-se a peculiaridade da arte sacra submetida às funções museológicas.

A arte sacra não foi produzida com fins museológicos, mas com a intenção de expressar o culto, a catequese, a cultura e a caridade, conduzir o espírito do homem até Deus<sup>54</sup>. Esta finalidade deve ser para o museu um objecto de estudo mas também um critério de selecção da documentação, pois a obra de arte é portadora de informação sobre a fé religiosa, bem como do modo de vida da sociedade marcada por essa fé<sup>55</sup>.

<sup>49</sup> Cf. P[aul] ROMANE-MUSCULUS, «L'Église Réformée et l'art», in Victor-Henry DEBIDOUR (ed. lit.), *Problèmes de l'Art Sacré*, Paris, Le Nouveau Portique, 1951, p. 86.

<sup>50</sup> J. ÁLVAREZ GÓMEZ, *op. cit.*, p. 8.

<sup>51</sup> Cf. P. ROMANE-MUSCULUS, *op. cit.*, p. 86.

<sup>52</sup> Cf. SC 123-128; *Circular do Santo Ofício*, Cidade do Vaticano, 25 de Novembro de 1947, *apud* Manuel Cardoso Mendes ATANÁSIO, *Arte Moderna e Arte da Igreja*, Coimbra, 1959, p. 61.

<sup>53</sup> J. ÁLVAREZ GÓMEZ, *op. cit.*, p. 8; CIC 1917 can. 1497 § 2; cf. CIC 1917 cann. 1150 e 1154; CIC 1983 cann. 1171 e 1205.

<sup>54</sup> Cf. SC 122.

<sup>55</sup> Alain GIRARD, «Musées d'art sacré: une nouvelle génération», in *Forme et Sens. Colloque sur la formation à la dimension religieuse du patrimoine culturel. [actes du colloque]*, Paris, La Documentation Française, 1997, p. 229.

O conceito de *musealizar* necessita ser entendido no seu sentido mais lato de “transformar em peças de museu”<sup>56</sup> e não apenas na sua acepção estrita, habitual e imprecisamente imputada, de expor ou exhibir objectos. Essa transformação, no que respeita à arte sacra é, contudo, algo complexa. Os objectos, outrora criados com um propósito litúrgico, adquirem um novo estatuto<sup>57</sup>. Ainda que dotados de sacralidade e funcionalidade<sup>58</sup> no campo da pastoral litúrgica, são também um elemento material do culto, que interessa enquanto objecto de estudo e de fruição<sup>59</sup>. Ao integrarem o museu, deixam o domínio reservado dos fiéis e do rito e convertem-se numa colecção pública, um bem comum<sup>60</sup> acessível para o deleite de qualquer visitante, sem prejuízo de agressão às suas convicções religiosas<sup>61</sup> e sujeita a todas as funções atribuídas às instituições museológicas.

Removida do seu contexto natural, a obra de arte sacra perde o carácter sagrado e utilitário associado ao rito e à devoção. Dir-se-ia que há um processo de dessacralização, mas não se deve, porém, responsabilizar o museu, pois esta ocorre muitas vezes antes de aquela ali ser incorporada, quando se torna obsoleta e inútil e, com frequência, deixada ao abandono. Por outro lado, na fé cristã, os objectos sagrados são mediadores, sinais e símbolos que elevam o Homem às realidades supra-sensíveis. A veneração é dirigida não aos objectos em si mas àquilo que representam. Não existe uma sacralidade intrínseca e intocável dos objectos, o tabu ou interdito. Estes adquirem o estatuto de sacros enquanto mediadores e elementos activos na liturgia, pelo que a dessacralização causada pelo museu é mais aparente do que real.

Ao longo da sua existência, a Igreja nunca reclamou arte própria, admitindo as formas de expressão artística características de cada época, povo ou região, criando, assim, um imenso património, que demanda ser cuidadosamente preservado<sup>62</sup>.

---

<sup>56</sup> Cf. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, ed. lit. & FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, ed. lit., *op. cit.*, vol. 2, p. 2555, s. v. “musealizar”; A. HOUAISS (ed. lit.), M. de S. VILLAR (ed. lit.) & F. M. de M. FRANCO (ed. lit.), *op. cit.*, vol. 4, p. 2574, s. v. “musealizar”.

<sup>57</sup> François BERGOT, «Présentation des œuvres d’art à caractère religieux dans les collections publiques», in *Forme et Sens...*, *cit.*, p. 99.

<sup>58</sup> Carlo CHENIS, *Fondamenti Teorici dell’Arte Sacra: Magistero Post-Conciliare*, Collezione Biblioteca di Scienze Religiose, 94, Roma, LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 1991, p. 121.

<sup>59</sup> *Idem*, p. 140.

<sup>60</sup> A. GIRARD, *op. cit.*, p. 228.

<sup>61</sup> F. BERGOT, *op. cit.*, p. 99.

<sup>62</sup> Cf. SC 123; IGMR 289.



Definidos os conceitos que dizem respeito à museologia e à arte sacra, consideremos ainda a terminologia utilizada neste estudo para designar os diversos entes museológicos. No âmbito do território português, as tradições, os vocabulários autóctones ou até interpretações vernáculas, entre outros motivos, propiciaram uma disparidade de nomenclaturas tipológicas para as instituições, que, não obstante a sua correcção, importa uniformizar para efeitos de trabalho. Assim, e sem comprometer a denominação particular de cada evento, individualizamos as tipologias formais<sup>63</sup> museu de arte sacra, núcleo museológico de arte sacra, secção/sala de arte sacra, exposição temporária de arte sacra e tesouro de arte sacra.

Nesse sentido, *museu de arte sacra* é uma instituição museológica monográfica dedicada à temática da arte sacra. Com identidade própria, ocupa habitualmente espaços independentes do contexto cultural ou templos desafectados do culto. O *tesouro de arte sacra*, nem sempre de fácil destrição daquele conceito, distingue-se pelo facto de se encontrar ligado, física e tematicamente, a um espaço consagrado<sup>64</sup>, em sala ou divisões anexas, como uma sacristia ou, mormente, a sala do tesouro.

Por seu turno, o *núcleo museológico de arte sacra* é um museu de arte sacra sob dependência administrativa e técnica de uma instituição museológica polinucleada, *i. e.*, consiste num museu monográfico integrado administrativamente num museu multitemático ou generalista, ocupando edifício independente da sede, na mesma localidade ou até em povoações distintas. A *secção/sala de arte sacra*, por outro lado, constitui uma área expositiva monográfica inserida ou articulada com o espaço de exposição permanente de um museu generalista. Ou seja, é uma zona concreta da exposição permanente de um museu, bem definida e dedicada à temática exclusiva da arte sacra. Pelo que concerne à *exposição temporária de arte sacra*, a expressão designa uma exposição temporária monográfica no âmbito da arte sacra.

---

<sup>63</sup> A presente classificação baseia-se somente em critérios formais, sem atender, de modo algum, à legitimidade institucional, assente nas definições de museu e cumprimento das suas funções, para usar tais designações.

<sup>64</sup> Cf. A. GIRARD, *op. cit.*, p. 229; Olivier POISSON, «Trésors d'église et musées d'art sacré», in *Patrimoine, Temps, Espace. Patrimoine en Place, Patrimoine Déplacé*, Actes des Entretiens du Patrimoine, n. 2, Paris, Fayard, 1997, p. 217.



**CAPÍTULO II**  
**PATRIMÓNIO SACRO**



## 2. Património Sacro

O património sacro é gerado num contexto litúrgico ou salvífico. Há, contudo, uma dimensão artística, histórica e cultural que importa preservar, sem prejuízo do seu referencial religioso. Por isso, embora com ritmos diferentes, as diversas entidades que custodiam estes bens têm vindo a promover acções para a sua salvaguarda e valorização, cada uma a seu jeito, isoladamente ou em parceria, e mediante os recursos de que dispõem ou conseguem granjear.

### 2.1. Papel da Igreja na salvaguarda da arte sacra

#### 2.1.1. Património da Igreja

No âmbito do património da Igreja, costumam distinguir-se as *res sacræ*, destinadas ao culto, dos *bona ecclesiastica*, bens necessários à actividade e meio de sustento dos seus diversos organismos<sup>1</sup>. O antigo direito da Igreja, em especial o *Decretum* coligido por Graciano, ca. 1140, reconhecia, porém, apenas uma categoria, separando as *res Ecclesie* ou *res ecclesiasticæ*<sup>2</sup>, às quais opunha as *res profanæ* ou *proprie*<sup>3</sup>, propriedade laica, sem relação com a organização eclesiástica.

Um marco na evolução destes conceitos é o *Codex Iuris Canonici*, promulgado na solenidade de Pentecostes do ano 1917, que determina:

<sup>1</sup> Alberto PERLASCA, *Il Concetto di Bene Ecclesiastico*, Collezione Tesi Gregoriana, Serie Diritto Canonico, n.º 24, Roma, Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1997, p. 172; cf. Manuel Saturino da Costa GOMES, «Legislação eclesiástica sobre o património cultural», in *Património Classificado. Actas dos Encontros*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1997, p. 120.

<sup>2</sup> GRATIANUS DE CLUSIO, *Concordatiam Discordantium Canonum seu Decretum Gratiani*, C. I, q. III, cc. 5, 7 e 12 (cf. J[acques]-P[aul] MIGNE, *Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina*, T. 187, Parisiis, Migne, 1891, cols. 548A-549A, 554A-554B); cf. A. PERLASCA, *op. cit.*, p. 172; M. S. da C. GOMES, *op. cit.*, p. 120.

<sup>3</sup> GRATIANUS DE CLUSIO, *Concordatiam Discordantium Canonum seu Decretum Gratiani*, C. XII, q. I, cc. 7 e 18-21 (cf. J.-P. MIGNE, *Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina, cit.*, T. 187, cols. 884B-885A, 891A-892B); cf. A. PERLASCA, *op. cit.*, p. 172; M. S. da C. GOMES, *op. cit.*, p. 120.

**Can. 1497.** – §1. Bona temporalia, sive corporalia, tum immobilia tum mobilia, sive incorporalia, quae vel ad Ecclesiam universam et ad Apostolicam Sedem vel ad aliam in Ecclesia personam moralem pertineant, sunt bona ecclesiastica.

§ 2. Dicuntur sacra, quae consecratione vel benedictione ad divinum cultum destinata sunt; pretiosa, quibus notabilis valor sit, artis vel historiae vel materiae causa<sup>4</sup>.

Os bens eclesiásticos eram, pois, todos os bens materiais e imateriais que pertenciam à Igreja universal, à Sede Apostólica e a qualquer pessoa moral da Igreja. Não obstante, de harmonia com o § 2 daquele cânone, eram *res sacra* os bens afectos ao culto por meio da consagração ou bênção e introduziu-se o conceito de *res pretiosa* para aqueles objectos que manifestassem considerável valor histórico, artístico ou material<sup>5</sup>.

Na versão do CIC posterior à *Constitutio Apostolica Sacrae Disciplinae Leges*, de 25 de Janeiro de 1983, além dos *bona ecclesiastica*, constituídos pelo património temporal da Igreja<sup>6</sup>, sobressaem três classes de bens. As *res sacrae*<sup>7</sup>, consagradas ou benzidas para fins rituais, poderão também ser propriedade privada, não formando parte, neste caso, do conjunto dos bens eclesiásticos<sup>8</sup>. Dentro do espírito oriundo do código de 1917, as *res pretiosae* têm a sua preciosidade assente no valor económico, histórico ou artístico<sup>9</sup>. No entanto, esta versão utiliza pela primeira vez a noção de *bona culturalia*<sup>10</sup>, distintos das coisas preciosas, ao descrever os bens que devem incluídos no inventário que os administradores estão obrigados a efectuar quando iniciam funções<sup>11</sup>.

### 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé

As preocupações da Igreja Católica com a salvaguarda do património contam já com um longo percurso, plasmadas em diversos actos pontifícios e conciliares. Citem-se, a título

<sup>4</sup> CIC 1917 can. 1497.

<sup>5</sup> A. PERLASCA, *op. cit.*, pp. 170-177. De harmonia com o can. 1280 do CIC 1917, pertencem também a esta categoria os objectos proeminentes pela sua antiguidade, qualidade artística ou culto.

<sup>6</sup> CIC 1983 can. 1257 § 1.

<sup>7</sup> CIC 1983 can. 1171, cujo teor condensou o disposto nos cann. 1497 § 2 e 1150 do CIC 1917; cf. A. PERLASCA, *op. cit.*, p. 206.

<sup>8</sup> Como se infere de CIC 1983 cann. 1171 e 1269; cf. A. PERLASCA, *op. cit.*, p. 206.

<sup>9</sup> CIC 1983 cann. 638 §3 e 1292 § 2. A noção de preciosidade encontra-se ainda em CIC 1983 can. 1189, aplicada às imagens que sejam notáveis pela sua antiguidade, arte ou culto; cf. A. PERLASCA, *op. cit.*, p. 207.

<sup>10</sup> CIC 1983 can. 1283 § 2; cf. M. S. da C. GOMES, *op. cit.*, p. 123.

<sup>11</sup> CIC 1983 can. 1283 § 2.

de exemplo, as constituições apostólicas de Martinho V<sup>12</sup>, em 1425<sup>13</sup>, e de Sixto IV<sup>14</sup>, em 1480<sup>15</sup>, o édito do cardeal Bartolomeo Pacca, de 7 de Abril de 1820<sup>16</sup>, diploma paradigmático para a subsequente legislação no âmbito das belas-artistas, ou a carta circular do cardeal Merry del Val, de 10 de Dezembro de 1907<sup>17</sup>, que instituiu os comissariados diocesanos para os monumentos custodiados pela Igreja, responsáveis pela valorização dos objectos de arte, pela guarda sobre a sua conservação e análise dos projectos de restauro e construção<sup>18</sup>.

### *Disposições do primeiro “Codex Iuris Canonici”*

No que respeita à especificidade da arte sacra, a regulamentação coube ao CIC, na versão originária de 1917. Em consonância com documentos pontifícios anteriores, atribuiu ao Ordinário do lugar o dever de velar pelo respeito da tradição cristã e das regras da arte sacra na edificação ou reparação das igrejas<sup>19</sup>. De igual modo, tinha de cuidar da dignidade cultural das imagens sacras expostas nos templos<sup>20</sup> e, quando o seu estado de conservação exigisse uma intervenção de restauro, competia-lhe dar licença por escrito, após “prudentes ac peritos viros consulat”<sup>21</sup>, *i. e.*, depois da consulta a homens prudentes e qualificados.

<sup>12</sup> \* 1368 – † 1431; *reg.* 1417-1431.

<sup>13</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1417-1431 (Martinus PP. V), *Constitutio Apostolica Etsi in Cunctarum Orbis Provinciarum*, Roma, 31 de Março de 1425 (cf. Laertii CHERUBINI, *Magnum Bullarium Romanum*, T. 1., Lugduni, Sumpt. Petri Borde, Joannis & Petri Arnaud, 1692, pp. 325-326); cf. Zaccaria da SAN MAURO, «Arte: XI: La legislazione ecclesiastica e civile», *s. v.*, in *Enciclopedia Cattolica*, vol. II, Città del Vaticano, Ente per l’Enciclopedia Cattolica e per il Libro Cattolico, 1949, col. 44; Francisca HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *El Patrimonio Cultural. La Memoria Recuperada*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 60, Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 41.

<sup>14</sup> \* 1414 – † 1484; *reg.* 1471-1484.

<sup>15</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1471-1484 (Sixtus PP. IV), *Constitutio Apostolica Etsi in Cunctarum Civitatum*, Roma, 30 de Junho de 1480 (cf. L. CHERUBINI, *op. cit.*, T. 1, pp. 435-437); cf. Z. da SAN MAURO, *op. cit.*, col. 44; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *El Patrimonio Cultural...*, *cit.*, p. 43.

<sup>16</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Editto dell’Emo e Rmo Sig. Cardinal Pacca Camerlengo di S. Chiesa sopra le Antichità e gli Scavi*, Roma, 7 de Abril de 1820; cf. Z. da SAN MAURO, *op. cit.*, col. 44.

<sup>17</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Lettera Circolare dell’Em.mo Card. Merry del Val per l’Istituzione dei Commissariati Diocesani per i Monumenti Custoditi dal Clero. N. 27114*, Roma, 10 de Dezembro de 1907.

<sup>18</sup> Z. da SAN MAURO, *op. cit.*, col. 44.

<sup>19</sup> CIC 1917 can 1164 § 1.

<sup>20</sup> CIC 1917 can 1279.

<sup>21</sup> CIC 1917 can 1280.

O título XVIII do livro terceiro do CIC estava inteiramente dedicado às alfaias e objectos litúrgicos, a *sacra supellex*. Quanto à sua concepção, em termos de matéria e de forma, observariam as prescrições rituais, a tradição da Igreja e, sobretudo, as regras da arte sacra<sup>22</sup>. Consagrados ou benzidos para afectação ao culto público, deviam ser guardados na sacristia ou em outro lugar decente e seguro<sup>23</sup>, constando de inventário a efectuar pelos administradores dos bens eclesiásticos<sup>24</sup>, e não podiam ser empregados em usos profanos<sup>25</sup> e a custódia e vigilância dispensada às *res sacrae* era semelhante àquela ministrada ao conjunto dos *bona ecclesiastica*<sup>26</sup>, dando, porém, especial atenção às coisas preciosas<sup>27</sup>.

#### *Criação do “Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia”*

As questões relacionadas com a arte sacra vinham a tornar-se cada vez mais presentes. Face ao sucesso já alcançado com as políticas de conservação e bom uso dos arquivos e bibliotecas eclesiásticas, Pio XI<sup>28</sup> instituiu o *Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia*, por Carta Circular datada a 1 de Setembro de 1924<sup>29</sup>. A Igreja reconhecia a importância do vasto património inspirado pela fé cristã, testemunho material da sua sobrenaturalidade, reunido ao longo de muitos séculos, que exigia o zelo inteligente e devoto pela sua conservação e incremento<sup>30</sup>. Embora criada na dependência da Santa Sé, esta comissão central tinha um âmbito geográfico muito delimitado – o território italiano –, não deixando, contudo, de ser um arquétipo da intensa preocupação pelo património artístico da Igreja em Itália<sup>31</sup>.

<sup>22</sup> CIC 1917 can. 1296 § 3.

<sup>23</sup> CIC 1917 can. 1296 § 1.

<sup>24</sup> CIC 1917 can. 1296 § 2; cf. CIC 1917 can. 1522 §§ 2-3.

<sup>25</sup> CIC 1917 can. 1296 § 1.

<sup>26</sup> CIC 1917 cann. 1522-1523.

<sup>27</sup> CIC 1917 can. 1532 § 1, n.º 1.

<sup>28</sup> \* 1857 – † 1939; *reg.* 1922-1939.

<sup>29</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Circolare della Segreteria di Stato del 1.º Settembre 1924 a tutti gli Ecc.mi Vescovi d'Italia con la quale Veniva Istituita la Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra*. N. 34215, Roma, 1 de Setembro de 1924, n.º 1.

<sup>30</sup> *Idem*, n.º 2; cf. Z. da SAN MAURO, *op. cit.*, col. 45.

<sup>31</sup> M. C. M. ATANÁSIO, *op. cit.*, p. 187; cf. *Enchiridion dei Beni Culturali della Chiesa. Documenti Ufficiali della Pontificia Commissione per i Beni Culturali della Chiesa*, Bologna, EDB – Edizioni Dehoniane Bologna, 2002, p. 23.



Reservando para si um encargo de direcção, inspecção e propaganda, coordenaria e apoiaria a actividade das comissões diocesanas ou regionais<sup>32</sup>, que tinham a particular missão de fomentar:

- [...] a) la compilazione degli inventari degli oggetti d'arte;
- b) la formazione e l'ordinamento dei Musei diocesani;
- c) l'esame dei disegni dei nuovi edifici, ampliamenti, decorazioni, restauri, ecc.;
- d) il promuovere, mediante libri, conferenze, lezioni, ecc., il gusto e la cultura nella diocesi o nella regione, massime in quelle persone che per l'ufficio, come i Fabbricieri, per le condizioni di fortuna o per altre qualità personali possono più utilmente concorrere alla buona causa dell'arte religiosa; e il procurare con opportuni espedienti (per es. Società degli Amici dell'Arte) di raccogliere, anche per mezzo di tenui offerte, i mezzi necessari per supplire alle insufficienti entrate remaste alle Chiese<sup>33</sup>.

O dinamismo desta pontifícia comissão foi veemente, salientando-se a atenção para com os museus diocesanos; a organização de *Settimane di arte sacra*, entre 1933 e 1939, verdadeiras escolas de formação litúrgica, estética, cultural e pastoral, e, anos mais tarde, *Settimane per l'arte sacra*, em 1956, 1961, 1965, 1969, 1970 e 1972, e *Settimane sui beni storico-artistici della Chiesa*, nos anos 1981, 1982 e 1985, das quais resultaram diversas publicações; a edição da revista *Fede e Arte*, entre 1953 e 1967; a criação de cursos de arquitectura e arte sacra para arquitectos e liturgistas, em 1982 e 1983; a análise de projectos de igrejas, seminários e outros edificios episcopais ou paroquiais; entre outras acções. Um estudo mais atento das actividades desenvolvidas está condicionado, visto que o arquivo documental da comissão se encontra actualmente depositado no Arquivo Secreto do Vaticano e, por ora, inacessível aos investigadores<sup>34</sup>.

Em 1989, atendendo à vontade de João Paulo II<sup>35</sup> para que a função impulsionadora da Igreja, em matéria de património histórico e artístico, envolvesse e se alargasse aos bens da Igreja de todo o mundo, a Pontifícia Comissão Central para a Arte Sacra em

<sup>32</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Circolare della Segreteria di Stato del 1.º Settembre 1924...*, cit., n.º 3.

<sup>33</sup> *Idem*, n.º 4.

<sup>34</sup> *Enchiridion dei Beni Culturali della Chiesa...*, cit., pp. 23-25, nota 20; cf. «Archivio della Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra in Italia: Inventariazione del fondo», in *Archivum Secretum Apostolicum Vaticanum* [em linha], Cidade do Vaticano, Archivio Secreto Vaticano, disponível em URL: <http://asv.vatican.va/it/prog/cei.htm> (acedido em 4 de Julho de 2010).

<sup>35</sup> \* 1920 – † 2005; reg. 1978-2005.

Itália cessou funções<sup>36</sup>, dando lugar à Pontifícia Comissão para a Conservação do Património Artístico e Cultural da Igreja, instituída pela *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, de 28 de Junho de 1988<sup>37</sup>.

*“Instructio De Arte Sacra”*: a disseminação de normas

O documento dirigido pela Santa Sé às dioceses do mundo quanto à arte sacra emanou da Congregação do Santo Ofício, sob a forma de Instrução, em 30 de Junho de 1952. Atribuindo à arte sacra a função e dever de contribuir para a beleza da Casa de Deus e de nutrir a piedade e a fé daqueles que se reúnem nos templos para assistir aos ofícios cultuais, evoca as prescrições tridentinas sobre as imagens sagradas, ao mesmo tempo que cita e reafirma os cânones do CIC em vigor<sup>38</sup>.

Não obstante, este diploma, ainda que realce nitidamente o carinho que a Igreja sempre teve para com a arte, demonstra uma firme preocupação de zelar pelo decoro dos locais de culto, apelando ao equilíbrio e ao cuidado para que nada de escandaloso ou indigno fosse incluído na arte sacra. No espírito do organismo pontifício que o produziu, e sem rejeitar novas tendências artísticas, é um documento voltado para as directrizes do desenvolvimento da arquitectura e da arte litúrgica. O desvelo pela preservação do património artístico da Igreja continuava a ser uma missão da Pontifícia Comissão Central para a Arte Sacra em Itália.

*Preceitos conciliares*

O Concílio Ecuménico Vaticano II representou um marco relevante na História da Igreja, impulsionando profundas mudanças no seio da vivência eclesial. No âmbito da reforma litúrgica preconizada pela SC, os padres conciliares dedicaram o sétimo capítulo daquela constituição à temática da arte sacra e alfaias litúrgicas.

---

<sup>36</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia, *Notifica della Cessazione dell'Attività della Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra in Italia*. Prot. n. 358/87141, Roma, 20 de Novembro de 1989.

<sup>37</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, Roma, 28 de Junho de 1988, art. 99.

<sup>38</sup> IGREJA CATÓLICA, Suprema Sacra Congregatio Sancti Officii, *Instructio De Arte Sacra*, Cidade do Vaticano, 30 de Junho de 1952; cf. M. C. M. ATANÁSIO, *op. cit.*, pp. 187-188.

As determinações vinham na linha de documentos anteriores, conferindo especial interesse aos assuntos relacionados com a sua qualidade funcional e principalmente o respeito pelos dogmas da fé e pela dignidade dos espaços sacros. Todavia, ressaltou o facto de os objectos sacros estarem sujeitos a uma evolução e diversidade estética, cultural e ritual, que contribuiu, ao longo dos séculos, para a criação de vasto tesouro artístico, o qual deveria ser diligentemente conservado<sup>39</sup>, cabendo aos Ordinários a vigilância para que não se perdessem ou alienassem alfaias litúrgicas e obras preciosas<sup>40</sup>. No sentido de uma maior proficiência para estimar e preservar o património da Igreja, assim como para orientar os artistas na realização das suas obras, deviam os clérigos, no currículo da sua formação filosófica e teológica, estudar a história, evolução e fundamentos da arte sacra<sup>41</sup>.

Ainda neste contexto, as directivas conciliares sugeriam a criação de uma comissão litúrgica, composta por especialistas em liturgia, música, arte sacra e pastoral, admitindo, quando necessário, leigos de singular competência<sup>42</sup>. Além desta, aconselhavam igualmente a instituição de comissões específicas de música sacra e de arte sacra<sup>43</sup>. Entre as atribuições destes organismos estava a emissão de pareceres, a par com outras opiniões expressas por peritos laicos, que auxiliassem os Ordinários de lugar a formar juízos sobre as obras de arte<sup>44</sup>.

### *Implementação de reformas*

Com a *Constitutio Apostolica De Romana Curia Regimini Ecclesiae Universae*, publicada a 15 de Agosto de 1967, Paulo VI<sup>45</sup> reformou a Cúria Romana, adaptando-a às novas exigências decorrentes do concílio vaticanoense. Ao tempo, renomeou a *Sacra Congregatio Concilii* para *Sacra Congregatio pro Clericis*<sup>46</sup>, outorgando-lhe a tutela dos

---

<sup>39</sup> SC 123.

<sup>40</sup> SC 126.

<sup>41</sup> SC 129; cf. SC 127; M. S. da C. GOMES, *op. cit.*, p. 136.

<sup>42</sup> SC 44.

<sup>43</sup> SC 46.

<sup>44</sup> SC 126.

<sup>45</sup> \* 1897 – † 1978; *reg.* 1963-1978.

<sup>46</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Constitutio Apostolica De Romana Curia Regimini Ecclesiae Universae*, Roma, 15 de Agosto de 1967, n.º 65.

bens temporais da Igreja e, por extensão, a orientação e defesa do património artístico eclesiástico<sup>47</sup>.

Em 11 de Abril de 1971, na sequência de numerosos roubos, usurpações, destruições do património histórico e artístico da Igreja e diversos abusos a pretexto da reforma litúrgica conciliar, a Sagrada Congregação para o Clero dirigiu uma carta circular aos presidentes das Conferências Episcopais, onde condenava tais actos e recordava o conjunto das normas vigentes. As obras de arte do passado tinham de ser preservadas e, por isso, as cúrias diocesanas eram responsáveis, depois de consulta a especialistas, por assegurar a execução de um inventário de todos os locais de culto e do conteúdo considerado de importância histórica e artística<sup>48</sup>.

Aos bispos recomendava apertada vigilância nas remodelações dos espaços litúrgicos, sob orientação das comissões de arte sacra e liturgia ou mediante conselho de peritos. Sendo necessário adequar obras de arte ou tesouros do passado aos novos preceitos litúrgicos, deviam zelar para que nenhum dano ocorresse aos objectos<sup>49</sup>. Aqueles espécimes que já não serviam os fins rituais encontrariam nos museus diocesanos ou inter-diocesanos um prolongar da sua existência para fruição pública, evitando, a todo o custo, a alienação para uso profano. De igual modo, os edificios eclesiásticos não poderiam ser negligenciados quando perdessem a utilidade original<sup>50</sup>.

Uma nova reforma da cúria romana ocorreu durante o pontificado de João Paulo II. A *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, de 28 de Junho de 1988, criou a *Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiae Ecclesiae*, na dependência da *Congregatio pro Clericis* – que detinha a tutela dos bens eclesiásticos desde a reforma de Paulo VI –, “cuius officium est curae patrimonii historiae et artis totius Ecclesiae praesse”<sup>51</sup>. Este organismo representou uma mudança na Pontificia Comissão Central para a Arte Sacra em Itália, cujas funções passaram para a responsabilidade da Conferência Episcopal Ita-

---

<sup>47</sup> *Idem*, n.º 70 §§ 1-2.

<sup>48</sup> IGREJA CATÓLICA, Sacra Congregatio pro Clericis, *Litterae Circulares ad Praesides Conferentiarum Episcopaliū. Opera Artis. De Cura Patrimonii Historico-Artistici Ecclesiae*, Cidade do Vaticano, 11 de Abril de 1971, n.ºs 2-3.

<sup>49</sup> *Idem*, n.º 6.

<sup>50</sup> *Idem*, n.º 4.

<sup>51</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, *cit.*, art. 99.

liana, coexistindo, porém, com a nova comissão até 31 de Dezembro de 1989, data em que cessou actividade<sup>52</sup>.

*“Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ”*: preservar o património artístico e cultural da Igreja

Com a missão de presidir à tutela do património histórico e artístico de toda a Igreja, a nova Pontificia Comissão entrou de pleno vigor em 1 de Março de 1989<sup>53</sup>. No seu conceito de património compreendiam-se todas as obras de qualquer arte do passado, a ser guardadas e conservadas com especial diligência, recomendando que os espécimes cujo uso específico tinha cessado fossem convenientemente expostos em museus da Igreja ou instituições similares. Entre os bens históricos, acentuava a importância dos instrumentos e documentos jurídicos eclesiais, testemunho da vida e cuidado pastoral, que deveriam ser preservados em arquivos e bibliotecas, confiados a pessoas competentes<sup>54</sup>.

A comissão ofereceria ainda a sua ajuda aos organismos episcopais para constituição de museus, arquivos e bibliotecas, bem como para a recolha e conservação do património, no sentido de o disponibilizar para desfrute público, ao tempo que, de colaboração com a *Congregatio de Seminariis atque Studiorum Institutis* e a *Congregatio de Cultu Divino et Disciplina Sacramentorum*, exortaria o Povo de Deus a tornar-se mais consciente da importância e necessidade de conservar aquela herança histórica e artística<sup>55</sup>.

No diálogo com os episcopados, sobretudo através de cartas circulares, a comissão procurou inteirar-se da situação do património artístico e histórico de toda a Igreja e difundir um conjunto de recomendações. A 10 de Abril de 1989, na carta circular dirigida aos presidentes das Conferências Episcopais para apresentação daquele organismo pontifício, incluía-se um questionário para avaliar a condição das Igrejas locais, relativamente à exis-

<sup>52</sup> *Enchiridion dei Beni Culturali della Chiesa...*, cit., p. 26, nota 22; cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia, *Notifica della Cessazione dell'Attività...*, cit.

<sup>53</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Presentazione della Nuova Pontificia Commissione per la Conservazione del Patrimonio Artistico e Storico della Chiesa*, Roma, 10 de Abril de 1989; cf. IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, cit., conclusio.

<sup>54</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, cit., arts. 100-101.

<sup>55</sup> *Idem*, arts. 102-103.

tência de comissões episcopais para a tutela do património da Igreja, às relações com as autoridades civis locais, ao estado de conservação e fruição dos bens e à formação universitária eclesiástica em matéria do património histórico e artístico<sup>56</sup>. Nas conclusões do inquérito, constataram a grande diversidade de circunstâncias entre as Igrejas do mundo e reforçaram as sugestões de criação de órgãos episcopais para a protecção destes bens, de qualificação do clero para estes assuntos, de catalogação do património e a instituição de museus, para que a recolha de bens artísticos e históricos:

[...] sia una garanzia maggiore per la loro inviolabilità e un'occasione permanente di accostamento ai valori più propri della storia religiosa di un paese o di una diocesi, garantita a studiosi e a quanti possono essere interessati a conoscere la storia, la spiritualità e i relativi "monumenti" della Chiesa che li conserva<sup>57</sup>.

Acções semelhantes foram levadas a efeito quanto aos arquivos eclesiásticos<sup>58</sup> e ao estudo dos bens culturais nas universidades católicas<sup>59</sup>. Além disso, em Junho de 1991, a comissão tinha anunciado a criação de um curso superior para os bens culturais da Igreja, na Pontificia Università Gregoriana<sup>60</sup>, em Roma. Em Outubro do ano seguinte, perante a emergência de *praxes* indevidas e no intuito de imprimir um renovado empenho para a consciencialização acerca da salvaguarda e valorização do património da Igreja, emitiu uma carta circular a respeito da formação dos futuros presbíteros em matéria de bens culturais eclesiásticos<sup>61</sup>.

<sup>56</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Presentazione della Nuova Pontificia Commissione...*, cit.

<sup>57</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Relazione sulle Risposte al Questionario sui Beni Culturali nelle Varie Nazioni*, Roma, 10 de Março de 1992.

<sup>58</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Quesiti Circa gli Archivi Ecclesiastici*. Prot. n. 111/90/1, Roma, 30 de Junho de 1990.

<sup>59</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Invio di un Questionario sullo Studio dei Beni Culturali nelle Università Cattoliche*, Roma, 31 de Janeiro de 1992. As conclusões deste inquérito foram analisadas já pela comissão sucessora, conforme relatório apresentado em IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Relazione sul Questionario Inviato alle Università Cattoliche*. Prot. n. 239/89/18, Roma, 10 de Setembro de 1994.

<sup>60</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Presentazione del Corso Superiore per i Beni Culturali della Chiesa presso la Pontificia Università Gregoriana in Roma*. Prot. n. 66/90/121, Roma, 15 de Junho de 1991.

<sup>61</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Lettera Circolare sulla Formazione dei Futuri Presbiteri all'Attenzione Verso i Beni Culturali della Chiesa*. Prot. n. 121/90/18, Roma, 15 de Outubro de 1992.

Outro documento relevante foi a carta circular escrita em Junho de 1991, no contexto da abertura das fronteiras da, à época, Comunidade Europeia, sobre o perigo de tráfico ilícito de obras de arte. Nela recomendava, mormente, a inventariação actualizada, com fotografias, e uma documentação apurada do património à guarda da Igreja, contemplando a origem, iconografia, uso e os contextos histórico e artístico de cada espécime, assim como as intervenções a que fosse sujeito<sup>62</sup>.

*“Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus”*: da conservação para a valorização

A crescente simpatia da cultura contemporânea pelos bens culturais incentivou aquela Comissão Pontifícia a produzir iniciativas tão próprias do sector da sua competência que o vínculo à *Congregatio pro Clericis* se ia enfraquecendo, consequência da disparidade de interesses dos dois dicastérios. Por outro lado, o Sumo Pontífice, sensível à acção evangelizadora através do património cultural da Igreja, entendeu reorientar o organismo pontifício do campo da conservação para o plano da valorização, compreendendo o património histórico-artístico da Igreja como um bem vivo, o qual pode ser desfrutado para fins de educação, catequese, liturgia e cultura<sup>63</sup>.

Nesse propósito, determinou, mediante o *Motu Proprio Inde a Pontificatus*, que a *Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiae Ecclesiae* passasse a designar-se *Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus*, assumindo as funções àquela atribuídas pelo disposto nos arts. 100 a 103 da *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, enquanto organismo pontifício *sui iuris*, ou seja, libertando-se da alçada da *Congregatio pro Clericis*. O seu presidente faz parte, por inerência, dos membros do *Pontificii Consilii de Cultura*, com o qual mantém contactos periódicos, de forma a garantir a sintonia de objectivos e uma fecunda colaboração recíproca<sup>64</sup>.

Em carta enviada aos superiores dos institutos religiosos, a 10 de Abril de 1994, esta comissão apresentou a sua missão e fez diversas recomendações quanto aos bens cultu-

<sup>62</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiae Ecclesiae, *Lettera Circolare sull'Apertura delle Frontiere nella Comunità Europea e il Pericolo di Traffico Illecito di Opere d'Arte*. Prot. n. 103/91/1, Roma, 15 de Junho de 1991.

<sup>63</sup> *Enchiridion dei Beni Culturali della Chiesa...*, cit., pp. 26-27, nota 22.

<sup>64</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Litterae Apostolicae Motu Proprio Datae Inde a Pontificatus*, Roma, 25 de Março de 1993, art. 4 § III.

rais da Igreja, evidenciando as intervenções nos edifícios e os materiais museológicos, arquivísticos e bibliográficos. Sobre os objectos de cariz museológico, louvou as experiências de recolha e exposição efectuadas em algumas instituições, inserindo-os num contexto didáctico que ajuda a percorrer a história de uma família religiosa, no decurso da sua vida quotidiana, na vivência comunitária e no empenho apostólico. Acrescentava, ainda, a importância de efectuar inventários de acordo com critérios actuais e deixava alguns conselhos acerca dos cuidados de conservação a dispensar aos espécimes, tendo em consideração que, além de um interesse arqueológico, eles são testemunho da própria história humana e religiosa<sup>65</sup>.

*“Charta der Villa Vigoni”: tutela dos bens eclesiásticos*

Um mês depois daquela missiva, este organismo pontifício divulgou aos presidentes das Conferências Episcopais uma cópia da *Charta der Villa Vigoni*, dedicada à tutela dos bens eclesiásticos da Igreja<sup>66</sup>. O documento, bilingue, em alemão e italiano, foi redigido por ocasião de um encontro em Villa Vigoni, Lago di Como, promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, de 27 de Fevereiro a 1 de Março de 1994, sob o tema “Denkmalpflege als Aufgabe von Staat und Kirche”<sup>67</sup> (A conservação do património cultural como dever do Estado e da Igreja).

Os bens culturais da Igreja, enquanto expressão da tradição cristã vivida por numerosas gerações de crentes, constituem um património entregue à responsabilidade da Igreja, da sociedade e do Estado, que o investigam, defendem e valorizam para transmitir às gerações vindouras, no âmbito das respectivas competências. A Igreja, por seu turno, deve considerar os seus bens culturais como instrumento pastoral na reevangelização do mundo contemporâneo, reagindo aos processos de secularização, dispersão e profanação que os ameaçam. Nesse sentido, advertia-se para a criação de catálogos e inventários segundo preceitos hodiernos em todas as dioceses e aconselhava-se a contratação de um conservador, bem

<sup>65</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera I Beni Culturali degli Istituti Religiosi*. Prot. n. 275/92/12, Roma, 10 de Abril de 1994.

<sup>66</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Presentazione della “Carta di Villa Vigoni” sulla Tutela dei Beni Culturali della Chiesa*. Prot. n. 4/93/57, Roma, 10 de Maio de 1994.

<sup>67</sup> *Charta der Villa Vigoni – Carta di Villa Vigoni*, Loveno di Menaggio, 1 de Março de 1994, *proœmium*.



como de outros especialistas, sem, todavia, negligenciar a formação do clero nestas matérias. Apelava-se ainda para a idoneidade das intervenções de restauro, sempre acompanhadas de estudos prévios e documentação continuada, buscando o prolongamento da utilização dos bens conforme a primitiva finalidade ou, pelo menos, compatível com o seu carácter religioso quando a alteração de uso não fosse evitável<sup>68</sup>.

### *Urgência do inventário*

Depois da documentação emanada a respeito dos arquivos e bibliotecas eclesiásticas<sup>69</sup>, a *Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus* dirigiu a sua atenção para a inventariação/catalogação dos bens culturais propriedade de entidades e instituições eclesiásticas, a fim de tutelar e valorizar o património histórico e artístico da Igreja. Em carta circular enviada aos bispos diocesanos, pedia-se que fossem porta-vozes da urgência de cuidar dos bens culturais e participassem da sensibilização dos Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, que, no século, deram também origem a um património cultural de incalculável valor<sup>70</sup>.

O conceito de inventário, na esfera da Igreja, desde cedo acompanhou o crescendo de importância atribuído aos bens artísticos e culturais<sup>71</sup>. Contudo, o intento daquela missiva partia do disposto no CIC, o qual encarrega os administradores de bens eclesiásticos de criar um inventário exacto e discriminado das coisas imóveis e móveis sob sua gestão, quer preciosas quer de algum modo passíveis de ser bens culturais, com a respectiva descrição e avaliação<sup>72</sup>. Não obstante, a comissão recordava que o inventário dos bens culturais era uma operação complexa e em contínuo desenvolvimento, urgente e necessária, que devia ser conduzida com rigor científico.

---

<sup>68</sup> *Idem*, §§ 1-7, 9-10 e 12.

<sup>69</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare Le Biblioteche Ecclesiastiche nella Missione della Chiesa*. Prot. n. 179/91/35, Roma, 19 de Março de 1994; IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare La Funzione Pastorale degli Archivi Ecclesiastici*. Prot. n. 274/92/87, Cidade do Vaticano, 2 de Fevereiro de 1997.

<sup>70</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Necessità e Urgenza dell'Inventariazione e Catalogazione dei Beni Culturali della Chiesa*. Prot. n. 147/97/87, Cidade do Vaticano, 8 de Dezembro de 1999, *prooemium*.

<sup>71</sup> *Idem*, n.º 1.

<sup>72</sup> CIC 1983 can. 1283 § 2.

Com efeito, mais do que um meio de sensibilização, a carta circular surgiu como um documento inspirador e orientador do ponto de vista metodológico e técnico para a efectivação de um inventário/catálogo enquanto instrumento de conhecimento, salvaguarda e valorização.

### *Museus eclesiásticos como instrumento pastoral*

Lançado o apelo para a urgência da inventariação dos bens culturais, e após um período voltado sobretudo para o património arquivístico e bibliográfico, esta comissão pontifícia produziu um texto director para os museus da Igreja. Sob a forma de carta circular, de 29 de Junho de 2001, enaltecia a importância de conservar materialmente, de tutelar numa perspectiva jurídica e de valorizar pastoralmente o património histórico e artístico da Igreja que já não se utilizasse de modo corrente<sup>73</sup>.

Um museu eclesiástico está intimamente ligado à vivência eclesial de uma comunidade, pois documenta o seu desenvolvimento cultural e religioso, constituindo uma estrutura ordenada para a valorização dos bens culturais postos ao serviço da missão da Igreja. Parte integrante da sua expressão cultural e da sua acção pastoral, estes museus devem ser organizados de modo a comunicar o sagrado, o belo, o antigo e o novo, assentes num fundamento eclesiológico, numa óptica teológica e numa dimensão espiritual<sup>74</sup>.

Num espectro alargado de culturas, a especificidade do museu da Igreja, por seu lado, radica num programa museológico próprio, que vise o conhecimento da peculiar finalidade e história dos espécimes, a sua contextualização na vida social, eclesial e devocional, referenciando-a à experiência contemporânea, bem como a utilização das obras do passado numa dimensão pastoral<sup>75</sup>. A fruição destes bens culturais dá-se primária e fundamentalmente num âmbito cultural cristão, ao mesmo tempo que o museu eclesiástico se transforma num ponto de agregação social, cultural e eclesial, desenvolvendo um projecto de conhecimento do passado e de descoberta da vivência da Igreja<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici*. Prot. n. 1119/97/57, Cidade do Vaticano, 29 de Junho de 2001, *proœmium*.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> *Idem*, n.º 1.2.

<sup>76</sup> *Idem*, n.ºs 2.1.1 e 2.1.2.

Estes organismos museológicos pretendem ser um instrumento de crescimento na fé cristã, sinais sensíveis da acção da Igreja no tempo pelo exercício do magistério pastoral da memória e da beleza. Porque, na diversidade, fazem referência a um único sistema cultural, as funções do museu serão também norteadas nesse sentido. Conservará os objectos que, por motivos diversos, não poderão permanecer no seu lugar de origem. A investigação e consequente estruturação museográfica deverá incidir na evolução temporal e territorial da comunidade cristã, evidenciando a continuidade histórica ao representar, com os vestígios do passado, a sua memória estável em concomitância com a sua presença activa e actual, sem, contudo, desprezar o encontro com as demais expressões culturais do território<sup>77</sup>.

A carta circular sobre a função pastoral dos museus eclesiais, além de enfatizar esta valência, substancializou um pequeno manual de museologia e museografia dirigido às entidades episcopais. Após um conjunto inicial de questões teóricas, dedicava-se a assuntos mais técnicos, visando aspectos de organização e gestão, fruição e formação dos agentes culturais para os museus da Igreja<sup>78</sup>. Ainda que a designação *museu eclesiástico* seja a adoptada neste documento, o perfil daquela comissão pontificia, publicado em Outubro do mesmo ano, emprega, numa acepção idêntica, a expressão *museu de arte sacra* como uma das suas áreas de competência, denominando um museu que tutela e valoriza bens culturais da Igreja, integrado num projecto pastoral da comunidade cristã que o acolhe e pólo privilegiado de formação cultural e religiosa de um determinado território<sup>79</sup>.

### 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa

A Igreja portuguesa, enquanto conjunto das Igrejas particulares da nação<sup>80</sup>, está em comunhão com a *Sancta Sedes*, a Igreja universal. Animada pelas acções desta e inspirada pela documentação emanada, vem despertando a atenção e a consciência para o património histórico-cultural da Igreja e estabelecendo meios para apoiar a sua preservação.

---

<sup>77</sup> *Idem*, n.ºs 2.2.1 e 2.2.2.

<sup>78</sup> Cf. *Idem*, caps. III-V.

<sup>79</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Profilo*, Cidade do Vaticano, 8 de Outubro de 2001, n.º 2.5.

<sup>80</sup> Cf. CIC 1983 cann. 368-374 e 447-459.

### *Percurso de salvaguarda*

#### *Criação de organismos reguladores*

A instituição de comissões diocesanas dedicadas à arte sacra é uma realidade jovem. Em Itália, o impulso fora dado pela fundação da Comissão Central para a Arte Sacra em Itália, em 1924<sup>81</sup>. À época, aconselhava-se a promoção de comissões diocesanas ou regionais em natural correspondência com aquele organismo pontifício<sup>82</sup>. Em carta enviada aos bispos de Itália, a 1 de Dezembro de 1925, advertia-se insistentemente para a extrema importância e urgência da sua constituição. Porém, ainda que a Carta Encíclica de Pio XII *Mediator Dei*, de 20 de Novembro de 1947, as tomasse como um facto consolidado<sup>83</sup>, a verdade é que, em Portugal, em finais da década de 50, de acordo com o padre Mendes Atanásio, apenas duas comissões estavam canonicamente erectas: Guarda e Aveiro. O mesmo autor defendia também que aquelas comissões eram tanto obrigatórias como necessárias e, com vista à sua eficácia, deviam ser formadas por artistas, técnicos, arqueólogos e historiadores, ao lado de sacerdotes de boa sensibilidade artística e capazmente informados. Não obstante, dizia, impunha-se a criação, pelo menos, de uma comissão central munida de autoridade para tratar da organização de comissões diocesanas e de tudo o mais que se tornava premente fazer neste campo<sup>84</sup>.

O País, no entanto, carecia de uma estrutura episcopal que congregasse as diversas dioceses. Embora os bispos portugueses reunissem regularmente desde 1932, a Conferência Episcopal Portuguesa teve início apenas em 16 de Maio de 1967, data de aprovação dos seus primeiros estatutos. Todavia, atendendo às comissões episcopais então instituídas, as questões relacionadas com a arte sacra seriam dirigidas à Comissão Episcopal de Liturgia<sup>85</sup>. Somente em 22 de Maio de 1989, na dependência da CEP, foi criada a Comissão Nacional de Arte Sacra para tutelar a defesa e promoção do património cultural da Igreja<sup>86</sup>.

<sup>81</sup> Vd. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé: Criação do “Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia.

<sup>82</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Circolare della Segreteria di Stato del 1.º Settembre 1924...*, cit., n.ºs 4-5.

<sup>83</sup> Cf. MD 98.

<sup>84</sup> M. C. M. ATANÁSIO, *op. cit.*, pp. 150-151.

<sup>85</sup> Paulo F. de Oliveira FONTES, «Conferência Episcopal Portuguesa», s. v., in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 440.

<sup>86</sup> M. S. da C. GOMES, *op. cit.*, p. 162.

*Nota pastoral sobre o Património Histórico-Cultural da Igreja*

Cerca de um ano após a constituição desta comissão, a CEP emitiu uma nota pastoral sobre o património histórico-cultural da Igreja. Datado em Lisboa, a 14 de Maio de 1990, aquele documento assomou como um instrumento de reflexão e orientação. Começando por definir a noção de património histórico-cultural, com particular ênfase para o património histórico-cultural da Igreja, resultado do exercício da sua função evangelizadora e pastoral, estabelecido e enriquecido quer pela generosidade espontânea dos povos quer pela oferta de pessoas económica ou culturalmente mais dotadas, alargava-se para assuntos de cooperação Igreja/Estado e orientações pastorais sobre a conservação e fruição<sup>87</sup>.

No âmbito dos bens eclesiais, o texto enunciava as suas finalidades essenciais e distintivas. A primeira – e imprescindível – é a função de culto, cujo nexos devia estar sempre presente, mesmo em sociedades profanas e secularizadas, sob pena de ofender a tradição que gerou esse património cultural. Por outro lado, lembrava o propósito catequético, enquanto meio de instrução dos povos, o exercício da caridade, a memória histórica e a identidade da comunidade eclesial. Estas funções inerentes exigem que a própria Igreja tenha um papel activo no acesso ao seu património histórico-cultural, reclamando que a utilização se faça pelo respeito à natureza intrínseca, sem o desviar dos seus fins eclesiais e comunitários<sup>88</sup>.

O documento não deixou de recordar também alguns atentados ao património eclesial português, em que o Estado praticou graves esbulhos, apropriando-se de parte considerável desses bens, como a actuação do Marquês de Pombal<sup>89</sup> contra a Companhia de Jesus, a extinção das Ordens Religiosas, pelo Decreto de 28 de Maio de 1834, sério exemplo de expropriação maciça, e com a implantação da I República, a *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, de 20 de Abril de 1911, que operou uma nacionalização daqueles bens, o que:

[...] deu origem a muito maiores abusos e desvios: descaracterização de numerosos templos e edifícios, destruição de outros, afectação de muitos deles a fins que repugnam à sua natureza, perda, destruição ou extravio de bens móveis<sup>90</sup>.

<sup>87</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, Lisboa, 14 de Maio de 1990, n.ºs 1-2, 5-7.

<sup>88</sup> *Idem*, n.º 3.

<sup>89</sup> \* 1699 – † 1782.

<sup>90</sup> *Idem*, n.º 4.2.

Evocado o nefasto passado, os bispos pronunciaram-se ainda sobre as disposições da Concordata de 7 de Maio de 1940<sup>91</sup>, que procurou repor alguma justiça, e, particularmente, acerca da, à época, recente Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, a *Lei do Património Cultural*, remetendo para a apreciação em nota pastoral, datada de 14 de Novembro de 1985, onde expunham diversas inquietações quanto ao novo diploma<sup>92</sup>.

O capítulo quinto foi dedicado à cooperação da Igreja e sociedade civil no que respeita ao património eclesiástico. Reforçando a ideia de que este deve ser valorizado tendo em consideração a sua função originária<sup>93</sup>, sem o desligar da finalidade genuína e do quadro de referência nativo<sup>94</sup>, a Igreja reconhece que, não raro, aquele é também património da humanidade – das nações, das regiões, das autarquias ou de outro tipo de comunidade –, pelo que se teriam de procurar formas de cooperação para a sua defesa e promoção<sup>95</sup>.

Neste campo, a Igreja insistia nas contumazes relações ásperas com o Estado e relembra que este tem apenas uma função de ordem nacional e temporal, com poderes de coordenação da esfera regional e local, ao passo que àquela cabe uma dimensão católica ou universal, de carácter primariamente espiritual. Sublinhava, ainda, que o património da Igreja é aquele que a comunidade eclesial ou entidade civil cristã quis colocar ao serviço de funções eclesiásticas e, nesse sentido, muitos bens, hoje na posse do Estado, continuam a ser património histórico-cultural da Igreja<sup>96</sup>.

Para concluir a sua nota, inspirada pela documentação e pela criação de organismos pontifícios nestes domínios, o Episcopado lançou algumas recomendações. A Igreja estava empenhada em desenvolver actividades de defesa e valorização do património cultural, dando prioridade à inventariação, e propunha acções de consciencialização e formação de toda a Igreja – não apenas os sacerdotes mas todos quantos dela fazem parte – para o

---

<sup>91</sup> Cf. *Idem*, n.º 4.3.

<sup>92</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota do Episcopado sobre a Lei do Património Cultural Português*, Lisboa, 14 de Novembro de 1985.

<sup>93</sup> O património eclesiástico é um conjunto de bens que os povos ofertaram à Igreja e dedicaram ao culto, à prática da caridade e da solidariedade social, ou à instalação condigna das pessoas e dos ofícios eclesiásticos.

<sup>94</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, *cit.*, n.º 5.1.

<sup>95</sup> Cf. *Idem*, *cit.*, n.º 5.

<sup>96</sup> *Idem*, n.ºs 5.2 e 5.3.

valor histórico, estético e religioso<sup>97</sup>, com respeito pela função pastoral e evangelizadora, encaminhando-os para uma participação viva na salvaguarda dos seus bens culturais<sup>98</sup>. As acções mais urgentes, contudo, deveriam ser conduzidas nas dioceses, com a renovação das comissões diocesanas de arte sacra, às quais pediam presteza na conclusão dos respectivos inventários artísticos<sup>99</sup> e a promoção de encontros de sensibilização e esclarecimento técnico<sup>100</sup>.

A defesa do património, todavia, não podia ser um exercício passivo e teria de avançar para a sua valorização activa, criando condições para a apreciação cultural, a identificação ou documentação histórica, e para ser instrumento de formação e cultura. Possibilitar a fruição constituiria a acção mais importante, pois os objectos e espaços seriam usados conforme as suas finalidades próprias ou recolhidos os espécimes de valor artístico ou histórico em museus e arquivos abertos à consulta e estudo, contribuindo, desse modo, para o avanço da ciência e do melhor conhecimento da comunidade<sup>101</sup>.

#### *Reformular para promover e garantir o diálogo de cultura*

Na sequência da nota pastoral de 1990 – que apresentou o conceito e as finalidades do património histórico-cultural da Igreja, a experiência eclesial na sua criação e manutenção, bem como as grandes linhas para a sua recta utilização –, a CEP, reunida em Assembleia Plenária, em Fátima, de 10 a 13 de Novembro de 1997, dedicou parte significativa da sua reunião à análise da conservação e valorização do património artístico e cultural da Igreja<sup>102</sup>.

Apelando para a regular frequência destas reflexões, não apenas sobre a defesa dos bens culturais herdados mas também com vista à melhor qualidade das obras que se enco-

<sup>97</sup> *Idem*, n.ºs 6.2, 6.5 e 7.2. Prevenindo, neste âmbito, que o património não era somente as alfaias e obras valiosas pela matéria e pela arte mas tudo aquilo que traduzisse a vida e história de uma comunidade.

<sup>98</sup> *Idem*, n.º 6.6.

<sup>99</sup> Na impossibilidade de o inventário ser efectuado por peritos, segundo normas museológicas internacionalmente aceites, deveria o responsável local, ajudado por leigos, fomentar a criação de simples fichas com a identificação das obras, dimensões e breves descrições, acompanhadas de, “como elemento imprescindível, uma fotografia, ainda que imperfeita” [*Idem*, n.º 7.5].

<sup>100</sup> *Idem*, n.º 7.3.

<sup>101</sup> *Idem*, n.ºs 6.2 e 6.3.

<sup>102</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota Informativa sobre o Património Cultural da Igreja*, Fátima, 13 de Novembro de 1997, n.º 1.

mendavam aos artistas, os bispos lembraram o carácter próprio do património eclesiástico<sup>103</sup> e tiraram como consequências:

[...] a obrigação de o manter vivo na sua utilização religiosa; o dever de possibilitar o seu conhecimento e fruição, em diálogo de cultura, que para a Igreja é também diálogo pastoral<sup>104</sup>.

Sem nunca pôr em causa o direito de propriedade da Igreja, porque o criou, esta reivindicava a missão de protegê-lo e orientá-lo para o serviço da fé e do povo cristão, ainda que aceitasse, por se tratar de um bem de interesse público, a colaboração de outras entidades empenhadas na sua defesa, tais como autarquias, comissões culturais, museus e, acima de todos, o próprio Estado<sup>105</sup>. Por seu turno, este, através do Ministério da Cultura, havia solicitado à CEP que integrasse uma comissão paritária para assegurar um diálogo permanente, em ordem a conjugar os esforços na defesa e valorização dos bens culturais eclesiásticos e a discutir os problemas surgidos nos espaços de interesse comum, em particular os imóveis classificados como monumentos nacionais<sup>106</sup>.

No sentido de promover e garantir o diálogo, a CEP decidiu criar a Comissão Episcopal de Património Cultural da Igreja, integrada por alguns bispos e assessorada por comissões executivas, com competências sobre tudo o que na área da Igreja se considera património artístico e museológico, património histórico e património arquivístico<sup>107</sup>. Em resultado, pediu-se à recém-instituída comissão episcopal que reorganizasse a Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja como seu órgão executivo<sup>108</sup> e formou-se também a Comissão Nacional dos Arquivos da Igreja no âmbito daquela<sup>109</sup>.

Entre as competências da nova comissão episcopal encontrava-se o apoio à revitalização das Comissões Diocesanas de Arte Sacra, sempre em contacto com os respectivos bispos, procurando estimular a sua actividade nas diversas regiões do país, com vista a uma conser-

---

<sup>103</sup> O património da Igreja é o fruto da fé e da generosidade de pessoas e gerações de crentes, expressamente criado para o culto de Deus e a prática da religião. Enquanto manifestação da sensibilidade de um povo, marco da sua experiência e produto das suas capacidades, é também um valor cultural e histórico [cf. *Idem*, n.º 2].

<sup>104</sup> *Idem*, n.º 3.

<sup>105</sup> *Idem*, n.º 4.

<sup>106</sup> *Idem*, n.º 8.

<sup>107</sup> *Idem*, n.º 5.

<sup>108</sup> *Idem*, n.º 7.

<sup>109</sup> *Idem*, n.º 12.



vação eficaz e acerto nos critérios de restauro. A grande preocupação continuava a ser o inventário, pelo que se decidiu intensificar a sua execução, caminhando para bases de dados em suporte informático, em diálogo com o Ministério da Cultura ou outras entidades sobre possíveis formas de cooperação, “salvaguardando sempre a indiscutível propriedade dos bens inventariados, a sua especificidade e a necessária reserva no acesso ao mesmo inventário”<sup>110</sup>.

O documento reforçava ainda a ideia de uma utilização pastoral e cultural do património eclesiástico, com respeito pelas finalidades com que o mesmo foi criado, aproveitando a sua mensagem evangelizadora, fosse numa criativa utilização catequética, fosse no diálogo da fé com a cultura<sup>111</sup>.

Todas estas acções, porém, exigiam disponibilidade e preparação das pessoas para animar e garantir as actividades. Por isso, a Comissão Episcopal prontificou-se para colaborar na formação dos intervenientes no Património da Igreja, considerando a diversidade dos níveis de actuação, desde a simples divulgação à preparação técnica e científica<sup>112</sup>.

#### *Prioridade à inventariação*

Face às orientações emanadas, cerca de um ano depois, em 19 de Outubro de 1998, aqueles organismos, então designados por Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja e, como seu órgão executivo, Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja, reuniram em Fátima para analisar o que vinha sendo feito no âmbito da inventariação do património cultural da Igreja. As dioceses apresentaram relatórios dos trabalhos que estavam a desenvolver e a comissão participou que deveria ser seguido um critério que unisse os variados sistemas e modos de inventariar, constituindo, para o efeito, três grupos de trabalho, dedicados às vertentes de inventariação, museus e arquivos<sup>113</sup>. Com o Governo envolvido no processo e em diálogo com a Igreja<sup>114</sup>, esta manifestava o desejo de um apoio técnico e

---

<sup>110</sup> *Idem*, n.ºs 9-10.

<sup>111</sup> *Idem*, n.º 11.

<sup>112</sup> *Idem*, n.º 13.

<sup>113</sup> «Igreja inventaria Património», in *Voz Portucalense*, Porto, Fundação Voz Portucalense, A. XXIX, n.º 37, de 28 de Outubro de 1998.

<sup>114</sup> A comissão referiu, contudo, alguns atritos entre a Igreja e o Estado, a nível local, sobretudo quando teimavam realizar visitas a monumentos no decurso das cerimónias litúrgicas, “como se o monumentos lhes pertencesse” [*Ibidem*].

económico do Estado, visto que ela era especialista no zelo de conservar as obras de arte, mantendo-as ao serviço e educando os fiéis para a sua apreciação.

Decorrido mais um ano, em meados de Outubro de 1999, foi a vez de os responsáveis diocesanos pelos museus da Igreja se juntarem em Fátima, no seu primeiro encontro nacional. Embora nem todas dispusessem de espaços museológicos, dezassete das vinte dioceses estiveram presentes e partilharam a situação vivida nas suas regiões bem como algumas das preocupações acerca da salvaguarda dos bens culturais. Os participantes concordaram na necessidade de maior união de esforços e colaboração entre os diversos museus da Igreja. Por outro lado, admitiram a urgência nos cuidados a prestar ao património que pudesse estar em risco de degradação ou perda e na formação dos intervenientes. A correcta estruturação dos museus eclesiais estava dependente de uma inventariação criteriosa, quer científica quer tecnicamente<sup>115</sup>.

As dioceses portuguesas, de acordo com os meios humanos, técnicos e financeiros disponíveis, procuravam dar resposta aos problemas de salvaguarda e valorização do seu património cultural, impulsionando variados eventos culturais e outras iniciativas locais no âmbito do inventário.

Promovido pelo SNBCI, o *Encontro Nacional de Serviços Diocesanos e Equipas de Inventariação dos Bens Culturais da Igreja*, realizado em Fátima, em 23 de Outubro de 2000, contaria com representantes de comissões de arte sacra ou secretariados de bens culturais e membros das equipas de inventário que operavam a nível diocesano. Procurava-se a partilha de experiências e esforços, no sentido de uma ajuda mútua para conhecer, conservar, valorizar e fruir a memória da Fé, tendo em mente que “as ‘obras artísticas’ não são peças de museu, são património ‘vivo’ que deve ‘respirar’ ao ritmo da vida da Fé das comunidades cristãs...”. O encontro incluía uma exposição, seguida de diálogo, apresentada por Natália Correia Guedes, a respeito das “Orientações da Santa Sé e Legislação Nacional: Conteúdos, Sugestões e Perspectivas”, e um debate, introduzido pela Diocese de Beja, sob o tema “Inventariar: Missão Impossível?”<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> «Bens culturais da Igreja», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXX, n.º 37, de 3 de Novembro de 1999.

<sup>116</sup> «Bens Culturais da Igreja», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXI, n.º 36, de 18 de Outubro de 2000.

### *Formação dos intervenientes*

Em 2001, as atenções da CEBCI voltaram-se mais para os arquivos eclesiásticos<sup>117</sup>. Não obstante, no que respeita aos bens culturais, havia medidas em curso que visavam colmatar carências já identificadas. Em 3 de Julho desse ano, aquela comissão organizou, no Centro Apostólico do Sameiro, em Braga, uma acção de formação para formadores na área do património eclesiástico. O encontro começou por salientar a importância dos bens culturais da Igreja<sup>118</sup> e identificar os seus principais inimigos<sup>119</sup>. Dentro deste espírito, diversos especialistas prosseguiram com a análise das diferentes tipologias de bens: estatuária, pintura, talha, têxteis e paramentaria, ourivesaria, documentação gráfica, mobiliário<sup>120</sup>.

Nas conclusões da reunião insistia-se na efectivação do inventário, não só porque as paróquias, igrejas e instituições eclesiásticas a isso estavam obrigadas<sup>121</sup> como também era um instrumento para o conhecimento, estudo, defesa, conservação e gestão daquele património. Quanto à protecção contra os agentes naturais, deram-se orientações técnicas para

<sup>117</sup> Em Abril, a Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja promoveu, em Fátima, um encontro nacional dos responsáveis pelos arquivos diocesanos, o que permitiu um melhor conhecimento da situação arquivística eclesial, dos acervos disponíveis nas dioceses e os seus recursos humanos, técnicos e financeiros. Aquela comissão estabeleceu então, como objectivo, estudar e apresentar um plano de definição do âmbito dos arquivos ao nível da sua conservação e requisitos financeiros, estabelecer uma relação entre os arquivos paroquiais e os arquivos diocesanos e contratar técnicos de arquivística [«Semana a semana», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXII, n.º 14, de 4 de Abril de 2001]. Na Assembleia Plenária da CEP, em meados de Novembro de 2001, D. Albino Mamede Cleto, Bispo de Coimbra e Presidente da Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja, apresentou um documento de trabalho sobre Arquivos Diocesanos, pedindo orientações e sugestões que pudessem conduzir à elaboração de um texto com carácter normativo, a ser discutido e aprovado na Assembleia Plenária seguinte [IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 148, *Comunicado Final*, Fátima, 15 de Novembro de 2001 (Comunicado Final da 148.ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 12 a 15 de Novembro de 2001), n.º 4]. Em meados de 2002, cerca de 20 arquivistas visitaram os Arquivos da Diocese de Portalegre Castelo Branco, a convite daquela comissão episcopal, a fim de entrarem em contacto com a experiência concreta da criação de um novo arquivo, segundo as novas exigências, tanto tecnológicas como científicas [«Na comunhão das Igrejas: Portalegre-Castelo Branco: Arquivistas visitam diocese», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXIII, n.º 22, de 12 de Junho de 2002].

<sup>118</sup> Na abertura dos trabalhos, D. Albino Cleto, presidente daquela comissão episcopal, realçou a importância artística, histórica e cultural dos bens eclesiásticos, mas também a função pastoral, catequética e litúrgica que os distingue.

<sup>119</sup> Comunicação de José Marques, cónego da Sé de Braga e professor da Universidade do Porto, que chamou a atenção para a problemática dos crimes de furto e roubo, mas sobretudo para os agentes naturais (cuja acção resulta, geralmente, da incúria) e para a intervenção humana, que descaracteriza ou extermina o património.

<sup>120</sup> «Bens culturais da Igreja: Defender e conservar», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXII, n.º 27, de 11 de Julho de 2001.

<sup>121</sup> Cf. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé: “Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus”: da conservação para a valorização: Urgência do inventário.

os cuidados a dispensar aos edifícios: drenagem de solos e conservação dos telhados para prevenir infiltrações e inundações; instalações eléctricas devidamente protegidas, uso moderado e cauteloso de velas para reduzir o risco de incêndio; ornamentação floral comedida e prudente para não prejudicar a talha e a estatuária; limpeza dos espaços, a fim de não atrair animais; ventilação equilibrada e interdição de tudo o que pudesse alterar substancialmente as condições de humidade e temperatura próprias do espaço, bem como a luminosidade habitual<sup>122</sup>.

No âmbito da actuação humana, fizeram-se recomendações de prudência, pois uma intervenção ignorante, néscia e presunçosa poderia ser muito nefasta. As acções de conservação deveriam ser precedidas de estudos científicos dos bens e executadas apenas por técnicos certificados e habilitados. Mesmo o simples armazenamento e manuseamento dos espécimes exigiam um profundo sentido de responsabilidade e seria preciso adequar as condições e operações à natureza dos objectos<sup>123</sup>.

A necessidade de formação fora expressa já em 1990, na nota da CEP sobre o Património Histórico-Cultural da Igreja<sup>124</sup>. Apesar do zelo cioso dos fiéis pelos bens, a deficiente instrução criava por vezes problemas aos responsáveis e pedia-se a promoção de fóruns de sensibilização e esclarecimento técnico<sup>125</sup>. A CEBCI comprometeu-se a colaborar neste domínio<sup>126</sup> e organizou um evento que respondeu àquelas demandas, em particular na sua especificidade eclesial.

### *Inventário, arquivos e museus*

Em reunião da CEBCI com o respectivo Secretariado Nacional, no dia 3 de Outubro de 2001, em Coimbra, mereceu realce a ideia da constituição de uma associação dos espaços

<sup>122</sup> «Bens culturais da Igreja: Defender e conservar», *cit.*, n.ºs 1-2.

<sup>123</sup> *Idem*, n.ºs 3-4.

<sup>124</sup> Cf. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Percurso de salvaguarda: Nota pastoral sobre o Património Histórico-Cultural da Igreja.

<sup>125</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, *cit.*, n.ºs 7.2 e 7.3.

<sup>126</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota Informativa sobre o Património Cultural da Igreja*, *cit.*, n.º 13.

museológicos da Igreja<sup>127</sup> – talvez por inspiração da carta circular sobre a função pastoral dos museus eclesiais, de 29 de Junho desse ano<sup>128</sup> –, corporificada apenas alguns meses mais tarde<sup>129</sup>.

O encontro, que marcou o início do ano pastoral 2001/2002, lançou ainda propostas no intuito de avaliar as possibilidades de informatização dos inventários, partindo da experiência das próprias equipas diocesanas, e instigar acções que tornassem visível os trabalhos já desenvolvidos em algumas dioceses. No campo dos arquivos, sector debilitado de recursos técnicos e humanos, pretendiam continuar as actividades começadas no ano anterior com os responsáveis diocesanos, pela partilha de informação e experiências, procurando estabelecer normas comuns a propor às dioceses<sup>130</sup>.

Depois de uma avaliação positiva dos esforços empreendidos, em Junho de 2003, e apesar das diferenças de ritmo nos diversos bispados<sup>131</sup>, a CEBCI, reunida no dia 23 de Setembro seguinte, em Fátima, anunciou as prioridades para o novo ano pastoral: inventariação, arquivística e museus da Igreja. O inventário estava concluído nas dioceses de Leiria-Fátima e Beja, mas, das restantes, havia algumas que iam a meio e outras ainda mais atrasadas. Não obstante, o presidente da comissão, D. Albino Cleto, manifestou o desejo de que, em meados do ano pastoral, se realizasse uma exposição conjunta entre as várias dioceses, onde se mostrasse os benefícios da inventariação para o conhecimento de espécimes pouco divulgados ou outros que somente deste modo se descobriam. Acerca dos arquivos, salientou a necessidade premente de ajuda<sup>132</sup>. Nos museus, por seu turno, animados pela recente

<sup>127</sup> «Igreja quer Associação dos Espaços Museológicos», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXII, n.º 37, de 17 de Outubro de 2001.

<sup>128</sup> Cf. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé.

<sup>129</sup> Vd. desenvolvimento deste assunto no subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica.

<sup>130</sup> «Igreja quer Associação dos Espaços Museológicos», cit.

<sup>131</sup> Luís Filipe SANTOS, «Bens Culturais avaliam actividades», in *Agência Ecclesia*, Moscavide, Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Igreja, de 25 de Junho de 2003.

<sup>132</sup> Nos dias 15 e 16 de Maio de 2003, havia já sido promovido, pela Comissão Episcopal dos Bens Culturais e o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, em Fátima, um encontro nacional com os responsáveis dos arquivos diocesanos e dos Institutos religiosos, bem como uma acção de formação técnica, dirigida aos arquivistas e técnicos de arquivo que trabalhavam com fundos provenientes de instituições religiosas [Luís Filipe SANTOS, «Arquivística religiosa», in *Agência Ecclesia*, cit., de 13 de Maio de 2003; Luís Filipe SANTOS, «Formar arquivistas religiosos», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Maio de 2003]. Cerca de um ano depois, a 6 de Março de 2004, novo encontro nacional procurou garantir a formação contínua nas técnicas de preservação e conservação dos fundos documentais e lançar uma dinâmica para a

criação da Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica, iriam lançar algumas iniciativas, entre as quais as comemorações das Jornadas Europeias do Património, nesse ano com a temática do património cultural monástico da Europa<sup>133</sup>.

#### *Carta de Princípios para os Bens Culturais da Igreja*

A assinatura de nova Concordata entre a Santa Sé e o Estado português<sup>134</sup>, a 18 de Maio de 2004, proporcionou uma ocasião para revigorar o dinamismo da CEP. Na sua 157.<sup>a</sup> Assembleia Plenária, que decorreu em Fátima, entre 8 e 11 de Novembro desse ano, foi analisada e aprovada, na generalidade, uma proposta de reestruturação, “com vista a aumentar a eficácia dos seus serviços e a contemplar os novos desafios apresentados pelo mundo actual. Quanto aos bens culturais, a Assembleia iniciou uma reflexão sobre algumas linhas orientadoras da acção da Igreja neste âmbito, devendo conduzir à redacção de uma carta de princípios, que definisse caminhos a percorrer em comum por todas as dioceses e orientasse a sua actuação<sup>135</sup>.

Em assembleia plenária extraordinária, realizada em inícios de Março de 2005, a reformulação da CEP, entre outras medidas, agrupou as comissões episcopais de Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais numa única<sup>136</sup>. Um mês depois, a Assembleia Plenária ordinária elegeu para seu presidente D. Manuel Clemente, ao tempo bispo-

---

elaboração de normas e procedimentos dos arquivos eclesiásticos [Luís Filipe SANTOS, «Preservação e conservação em Arquivos», in *Agência Ecclesia*, cit., de 26 de Fevereiro de 2004].

<sup>133</sup> Luís Filipe SANTOS, «Prioridades da Comissão Episcopal dos Bens Culturais», in *Agência Ecclesia*, cit., de 23 de Setembro de 2003; «Comissão Episcopal define prioridades», in *Agência Ecclesia*, cit., de 1 de Outubro de 2003.

<sup>134</sup> Sobre este assunto, vd. subcapítulo 2.3.2. Disposições concordatárias: relações entre Estado e Igreja.

<sup>135</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 157, *Comunicado Final*, Fátima, 11 de Novembro de 2004 (Comunicado Final da 157.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 8 a 11 de Novembro de 2004), n.<sup>os</sup> 5 e 7.

<sup>136</sup> Luís Filipe SANTOS, «CEP reformula comissões episcopais», in *Agência Ecclesia*, cit., de 9 de Março de 2005; Octávio CARMO, «Conferência Episcopal Portuguesa rende homenagem ao Papa de Fátima», in *Agência Ecclesia*, cit., de 4 de Abril de 2005. Ante os poucos bispos disponíveis, a CEP entendeu reduzir o número de comissões episcopais, juntando algumas contíguas, que poderiam ser presididas por uma pessoa [cf. «CEP reformula comissões episcopais», in *Correio do Vouga*, Aveiro, Tempo Novo – Multimédia – Edição e Venda de Livros, A. LXXVI, n.º 3687, de 23 de Março de 2005].

-auxiliar de Lisboa, e aprovou, na generalidade, os *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja*<sup>137</sup>.

Entretanto, apenas outro mês volvido, Fátima acolheu o Encontro Nacional dos responsáveis dos Serviços Diocesanos do Património Cultural, sob o tema “A Missão Evangelizadora do Património Cultural”, que contou, além de uma comunicação do Presidente da nova Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, com três casos de estudo no domínio da valorização do património cultural da Igreja numa perspectiva pastoral: “Exposições de Arte Sacra”, “Utilização Apropriada do Património” e “Itinerários e Roteiros”<sup>138</sup>.

A Igreja portuguesa declarava o empenho em apostar na conservação e divulgação dos seus bens culturais, que nasceram com a missão específica da evangelização, e corroborava o importante volume de obras de arte sacra patente em museus, tesouros e igrejas abertas ao culto. Se, no passado, a preocupação fundamental fora a defesa do património, com receio de furtos ou danos, a Igreja avançou para a sua conservação, o que despertou o desejo de mostrar o que tinha, e, num percurso natural, entendia agora a divulgação como uma exigência, embora com especificidades próprias inerentes à sua função cultural originária. A questão da formação dos intervenientes estava ainda presente, mas os objetivos das recentes iniciativas apontavam não só para que aqueles soubessem guardar mas também mostrar<sup>139</sup>.

O documento normativo *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja* veio a lume na 161.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da CEP, a 16 de Novembro de 2005<sup>140</sup>, estabelecendo os deveres dos responsáveis pela gestão do património cultural da Igreja<sup>141</sup>.

<sup>137</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 159, *Comunicado Final*, Fátima, 7 de Abril de 2005 (Comunicado Final da 159.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 4 a 7 de Abril de 2005).

<sup>138</sup> «Encontro Nacional discute papel do Património Cultural na Igreja», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 6 de Maio de 2005.

<sup>139</sup> Octávio CARMO, «Património Cultural da Igreja tem de ganhar vida», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 6 de Maio de 2005.

<sup>140</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 161, *Comunicado Final*, Fátima, 17 de Novembro de 2005 (Comunicado Final da 161.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 14 a 17 de Novembro de 2005), n.º 8; cf. IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações sobre os Bens culturais da Igreja*, Fátima, 16 de Novembro de 2005.

<sup>141</sup> Octávio CARMO, «Bispos Bens culturais da Igreja são património vivo», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 17 de Novembro de 2005.

No cumprimento da sua missão, a Igreja usa bens imóveis, móveis e imateriais, afectos ao culto a Deus e à actividade catequética, conferindo-lhes uma carácter sagrado, mas também advoga a sua guarda e estima mesmo quando, perdendo estas funções, sejam somente testemunhos da tradição<sup>142</sup>.

Todavia, os bispos defendiam que o património artístico da Igreja permanece vivo enquanto usado de acordo com o seu destino. Os templos cristãos abertos ao culto são lugares vivos, onde as imagens, adornos e alfaias litúrgicas constituem manifestações de vida e testemunho eloquente da fé, para cujo serviço foram concebidas e preservadas, distinguindo-se de um museu, que enaltece o passado e preserva inalteráveis os objectos expostos<sup>143</sup>.

Ao longo de 37 itens, abordaram-se diversas matérias que preocupavam a Igreja no âmbito dos bens culturais, exigindo como primeira obrigação o registo dos imóveis nos devidos organismos públicos e um cuidado inventário do património móvel, acompanhado da indispensável reprodução fotográfica. Neste ponto, e porque a Igreja se interessa por tudo o que seja valor humano, determinava-se como critério para a inventariação ora a presença de valor artístico ou económico ora o contributo do espécime para a história, a ciência e a memória da comunidade<sup>144</sup>.

Embora reclamando a primazia dos fins culturais e catequéticos, a Igreja afirmava possuir museus, tesouros e colecções artísticas onde se guardam os valores que perderam aquela utilidade, competindo-lhe empregar este património de modo a favorecer a catequese, o apreço pela transmissão e vivência da fé, bem como a fruição da beleza<sup>145</sup>. Consciente do seu serviço à sociedade e do papel enquanto promotora de valores humanos, aceitava, porém, colaborar com as entidades civis, num diálogo que supusesse contributos recíprocos, de harmonia com o disposto na Concordata<sup>146</sup>.

Por último, as Dioceses portuguesas afirmavam o seu propósito de impulsionar a criação de novos valores artísticos, cultivando a ligação dos bens culturais ao povo cristão,

---

<sup>142</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações sobre os Bens culturais da Igreja*, cit., n.º I, 1-5; cf. n.º III, 22.

<sup>143</sup> *Idem*, n.º II, 15-18.

<sup>144</sup> *Idem*, n.º II, 13-14.

<sup>145</sup> *Idem*, n.º III, 22-23.

<sup>146</sup> *Idem*, n.º IV, 29; cf. *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa [2004]*, Cidade do Vaticano, 18 de Maio de 2004, art. 23.



cuidando também de o elucidar e formar. Em diálogo com os artistas, exortariam à verdade, pureza, paz e transcendência que hão-de caracterizar as obras de arte sacra, não descurando, igualmente, a preparação dos sacerdotes e outros responsáveis comunitários para o conhecimento, salvaguarda e correcta utilização do património sacro<sup>147</sup>.

### *Igreja e Estado*

As relações entre a Igreja e o Estado são historicamente marcadas por alfétenas. No entanto, o património cultural da Igreja é também testemunho da cultura da humanidade – das nações, dos povos, de diversos tipos de comunidades, etc. –, o que implica um esforço comum, procurando formas de colaboração para a defesa e valorização do mesmo.

Reanimada pela Concordata de 2004, a Igreja Católica almejou fortalecer os laços com a República Portuguesa quanto aos bens eclesiásticos que integravam o património cultural português<sup>148</sup>. Em 18 de Novembro de 2005, o SNBCI e o Instituto Português de Conservação e Restauro assinaram um protocolo de cooperação, instrumento que permitiria a consultoria científica e técnica no âmbito das intervenções a desenvolver nos bens culturais que compusessem o acervo tutelado pelas dioceses, como também a realização de acções de formação e de sensibilização no âmbito das boas práticas de preservação, conservação e restauro do património cultural. A acção do IPCR passaria igualmente pelo apoio na elaboração da parte técnica dos cadernos de encargos e apreciação de propostas de intervenção, acautelando que estas estivessem adaptadas às comunidades e que os custos fossem adequados e justos<sup>149</sup>.

No dia 10 de Junho de 2006, decorreu, em Fátima, o encontro nacional dos responsáveis diocesanos pelos bens culturais da Igreja, subordinado ao tema “O Património Religioso Classificado: Culto, Gestão e Fruição”. O programa contou, durante a manhã, com uma reflexão sobre o contexto jurídico oferecido pela recente Concordata 2004 e pelo ordenamento jurídico complementar da chamada *Lei do Património Cultural* (Lei n.º 107/2001, de

<sup>147</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações sobre os Bens culturais da Igreja*, cit., n.º V, 34-36.

<sup>148</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 23 §§ 3-4.

<sup>149</sup> «Cooperação entre IPCR e Secretariado dos Bens Culturais da Igreja», in *Agência Ecclesia*, cit., de 14 de Novembro de 2005; Nuno Rosário FERNANDES, «Lições da História através da Arte», in *Agência Ecclesia*, cit., de 3 de Janeiro de 2006.

8 de Setembro) e, à tarde, com uma comunicação de Elísio Summavielle, presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico, sobre a “Gestão e Fruição do Património Religioso Classificado: Dificuldades e Colaboração”<sup>150</sup>.

Igreja e Estado enfrentavam novos desafios e dificuldades para implementar a lógica de cooperação consagrada naqueles diplomas. Ainda que o relacionamento com o IPPAR se desenrolasse em bom ambiente, lamentava-se a lentidão de outras entidades e a confusão em alguns processos. O presidente daquele instituto público referiu algumas questões por resolver, mas manifestou o desejo de verdadeira parceria perante os reptos lançados pelo novo milénio<sup>151</sup>.

O P.<sup>o</sup> Nuno Aurélio, director do SNBCI, via naquela reunião o sinal de um diálogo que podia continuar; contudo, poucos meses após, escreveu um artigo marcado pelo desânimo, a respeito da constituição da Comissão Bilateral para o património, prevista pelo art. 23 § 3 da Concordata de 2004<sup>152</sup>. Tendo por missão “promover a salvaguarda, valorização e fruição dos bens da Igreja, nomeadamente através do apoio do Estado e de outras entidades públicas às acções necessárias para a identificação, conservação, segurança, restauro e funcionamento, sem qualquer forma de discriminação em relação a bens semelhantes”<sup>153</sup>, em finais de 2006, o Governo continuava sem publicar a composição da sua parte neste organismo<sup>154</sup> e, em meados de 2009, a Igreja queixava-se ainda da inactividade desta comissão, cuja primeira, e única, reunião sucedeu em 2 de Julho de 2008<sup>155</sup>.

<sup>150</sup> Luís Filipe SANTOS, «Culto, gestão e fruição do Património Religioso», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 24 de Maio de 2006; «Mais atenção ao património cultural religioso», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 12 de Junho de 2006.

<sup>151</sup> «Mais atenção ao património cultural religioso», *cit.*

<sup>152</sup> Cf. Nuno AURÉLIO, «Cooperação: Missão impossível?», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 28 de Novembro de 2006.

<sup>153</sup> *Concordata... [2004], cit.*, art. 23 § 3.

<sup>154</sup> Em Janeiro de 2007, a CECBCCS pretendia organizar o encontro nacional de responsáveis diocesanos pelos bens culturais em parceria com a Comissão Bilateral Estado-Igreja para o património, mas a situação não dava mostras de evolução, pondo em causa, inclusive, o desenvolvimento de diversos projectos [Lígia SILVEIRA, «Preocupação com o património e dinamização cultural», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 13 de Janeiro de 2007].

<sup>155</sup> «Concordata: Património e fiscalidade entre as matérias por regulamentar», in *Lusa. Agência de Notícias de Portugal*, Lisboa, Lusa – Agência de Notícias de Portugal, de 29 de Julho de 2009. Uma segunda reunião chegou a estar marcada, mas foi cancelada por parte do Estado. Citado nesta notícia, o cônego José Paulo Leite de Abreu, da Arquidiocese de Braga, presidente da delegação da Santa Sé naquela comissão, dizia aguardar ainda a acta do primeiro encontro.

Não obstante, havia alguns exemplos de boa relação e cooperação com instituições do Estado, não apenas ao nível da administração central, mas sobretudo ao nível local e regional: os museus nacionais, e também municipais, que colaboravam na inventariação e conservação preventiva do património móvel ou integrado; os serviços regionais do IPPAR e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; e o IPCR, que prestou serviços na formação e recuperação dos bens móveis<sup>156</sup>. Deste último, em inícios de 2007, merece ainda referência a obra publicada em co-edição com a CECBCCS, *Vade-mécum: Preservação do Património Histórico e Artístico das Igrejas*, um manual de boas práticas sobre preservação do património em relação ao roubo e vandalismo; aos focos de incêndio; às infiltrações de água e problemas de excesso de humidade; à infestação por animais; aos sismos; e à manutenção dos locais e conservação dos objectos<sup>157</sup>.

Em 2007, o encontro nacional dos responsáveis diocesanos pelos bens culturais, realizado a 9 de Março, teve como tema “Comissão Bilateral Estado-Igreja: Missão e Cooperação” e contou também com a presença dos representantes da Igreja naquele organismo. O objectivo era debater e recolher as carências, dificuldades, impasses, mas igualmente as boas soluções experimentadas na resolução dos problemas que se colocavam à Igreja na convivência com o Estado e seus organismos. Ao mesmo tempo, procurava-se dinamizar as relações orgânicas entre as dioceses e a Comissão Bilateral que, vindo a funcionar, seria uma plataforma de diálogo. No final da reunião, revelou-se a dificuldade, ou até incapacidade, do Estado em honrar os seus compromissos e obrigações decorrentes do quadro jurídico e concordatário. Acerca do inventário, sublinhou-se o facto de todas as dioceses estarem já sensibilizadas para o assunto, apesar das disparidades de andamento entre elas<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> N. AURÉLIO, «Cooperação: Missão impossível?», *cit.*

<sup>157</sup> Luís Filipe SANTOS, «Vade-mécum», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 27 de Fevereiro de 2007; cf. Gabriela CARVALHO & Anabela ALMEIDA, *Vade-mécum. Preservação do Património Histórico e Artístico das Igrejas*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro/Conferência Episcopal Portuguesa, Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, 2007.

<sup>158</sup> «Bens Culturais da Igreja», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 27 de Fevereiro de 2007; Luís Filipe SANTOS, «Defender melhor os bens patrimoniais da Igreja», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 10 de Março de 2007.

### *Abertura ao laicado*

Quase uma década após a constituição do SNBCI, a escolha da CEP para dirigir aquele secretariado, recaiu sobre um leigo: João Soalheiro, ligado ao Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e apresentado, em Setembro de 2007, como alguém com grande experiência no sector e dotado de extrema competência. Esta opção representaria, por isso, uma mais-valia para as Dioceses, já que podia ajudá-las a elaborar projectos, com maior rigor nos levantamentos e valorização do património. Entre as suas funções salientava-se a promoção da colaboração com organismos eclesiais e estatais no campo do património cultural e a valorização pastoral e catequética dos bens culturais, com iniciativas de formação de agentes e intervenientes nesta área e o incentivo de boas práticas de conservação preventiva<sup>159</sup>.

O primeiro passo dado pelo novo director foi um contacto de proximidade com as Dioceses, auscultando-as quanto ao acervo conservado em arquivos e bibliotecas eclesiais<sup>160</sup>. Considerados uma efectiva prioridade de actuação no domínio do património cultural, o objectivo concreto deste trabalho era operacionalizar uma rede de arquivos da Igreja Católica, que permitisse disponibilizar ao público os seus conjuntos históricos e documentais<sup>161</sup>. Assim, na programação do ano pastoral 2008/2009, os intentos continuavam a ser a dinâmica dos arquivos da Igreja – cuja prioridade não seria alterada para outra disciplina até à sua consolidação a nível nacional –, o que requeria a instalação física dos arquivos com todo o seu trabalho prévio de estudo, organização e formação<sup>162</sup>.

### *Conselho Nacional para os Bens Culturais da Igreja*

Por iniciativa da CECBCCS e com organização do seu SNBCI, agora sob nova direcção, o encontro nacional anual dos responsáveis diocesanos pelo património assumiu, em 2008, um formato profundamente institucionalizado, reunindo, pela primeira vez, o Conselho

<sup>159</sup> «CEP escolhe leigo para dirigir Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja», in *Agência Ecclesia*, cit., de 11 de Setembro de 2007.

<sup>160</sup> Lígia SILVEIRA, «Manoel de Oliveira: “Sinal de dignificação da cultura”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 13 de Dezembro de 2007.

<sup>161</sup> Luís Filipe SANTOS, «Igreja e Estado têm de passar ao terreno pela defesa do património», in *Agência Ecclesia*, cit., de 17 de Junho de 2008.

<sup>162</sup> Lígia SILVEIRA, «Apostas no Património e na cultura», in *Agência Ecclesia*, cit., de 30 de Setembro de 2008.

Nacional para os Bens Culturais da Igreja, que contou com a participação de representantes de todas as dioceses portuguesas e de instituições eclesiais com particular responsabilidade na esfera do património cultural<sup>163</sup>.

A assembleia pretendia avaliar os marcos alcançados, ao longo dos últimos anos, com vista à estruturação de *praxes* comuns de gestão, da organização dos serviços diocesanos até à definição de políticas globais de actuação nas mais diversas ciências patrimoniais. Admitia-se a falta de capacidade financeira para intervir nos bens culturais com a qualidade e competência desejadas e sublinhava-se, ainda, a necessidade de formação e sensibilização. No entanto, assinalava-se já uma diminuição dos pseudo-restauros e dos furtos, salientando a importância da divulgação das boas práticas e exemplos<sup>164</sup>.

No comunicado final, o Conselho Nacional lançava o apelo a todas as comunidades e instituições eclesiais para a materialização do seu compromisso no âmbito do património cultural, mediante uma efectiva estruturação dos serviços, no sentido de providenciar os meios humanos, técnicos e financeiros essenciais a uma actuação mais eficaz. O sucesso do seu empenho, porém, dependia de um sério e franco diálogo entre as instituições eclesiais e as instituições do Estado Português e da sociedade civil, sendo “absolutamente necessário potenciar as relações cordiais e convertê-las em relações concretizadoras de iniciativas estruturantes e responsáveis de todos os intervenientes”. A Igreja esmerava-se na partilha do seu património com a sociedade e exortava ao envolvimento activo e consequente de todas as pessoas na salvaguarda e valorização de um legado que estava ao serviço da evangelização, da cultura e do desenvolvimento, testemunho de fé e sustentáculo de uma identidade construída ao longo de gerações<sup>165</sup>.

---

<sup>163</sup> «Conselho Nacional para os Bens Culturais da Igreja», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 16 de Junho de 2008; «Cultura: Igreja católica cria conselho nacional para harmonizar gestão de bens culturais», in *Lusa..., cit.*, de 17 de Junho de 2008; Luís Filipe SANTOS, «Igreja e Estado têm de passar ao terreno pela defesa do património», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 17 de Junho de 2008; «Igreja discute Património», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 18 de Junho de 2008.

<sup>164</sup> Luís Filipe SANTOS, «Património da Igreja não se compadece com amadorismos», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 19 de Junho de 2008; Luís Filipe SANTOS, «Padres pouco sensibilizados para os bens culturais», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 19 de Junho de 2008.

<sup>165</sup> CONSELHO NACIONAL DOS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 1, [*Comunicado Final*]. *Património eclesial exige compromisso de todos*, Lisboa, 19 de Junho de 2008 (Comunicado Final do I Conselho Nacional dos Bens Culturais da Igreja, reunido no Mosteiro de São Vicente de Fora, Patriarcado de Lisboa, nos dias 18 e 19 de 2008), n.ºs 1-3.

O Ministro da Cultura, presente na sessão de encerramento em sinal do interesse em usar e partilhar todos os meios ao seu alcance para trabalhar em prol da cultura em Portugal<sup>166</sup>, manifestou a disponibilidade para colaborar com a Igreja na área do património e ajudá-la nos objectivos propostos<sup>167</sup>.

Para o futuro, a realização deste Conselho teria lugar, alternadamente, nas três províncias eclesiais – Braga, Évora e Lisboa –, procurando uma maior aproximação das instituições eclesiais responsáveis pelos bens culturais e um incremento do diálogo e cooperação com a sociedade portuguesa. Em 2009, o II Conselho Nacional dos Bens Culturais da Igreja teve lugar em Braga, nos dias 17 e 18 de Junho, dedicado à temática dos “Arquivos da Igreja: memória das comunidades ao serviço da sociedade”, um sector declarado prioritário na acção do SNBCI<sup>168</sup>.

### *Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica*

#### *Antecedentes*

Quando, em Maio de 1990, a CEP se pronunciou sobre o património histórico-cultural da Igreja, expressou o desejo de impulsionar a criação de museus e arquivos diocesanos nos bispados que carecessem destes organismos. Com vista a melhorar a instalação e o serviço dos museus já abertos, sugeria-se a criação de uma associação inter-diocesana de museus – e o mesmo se dizia para os arquivos –, tarefa confiada à Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja<sup>169</sup>.

Passada uma década, e reformulado este órgão executivo<sup>170</sup>, aquela ideia aguardava ainda pela concretização. Em todo o caso, a CEBCI, em reunião com o seu Secretariado Nacional para lançamento do novo ano pastoral, a 3 de Outubro de 2001, em Coimbra,

<sup>166</sup> «Governo disponível para ajudar na preservação dos bens culturais da igreja», in *Lusa...*, *cit.*, de 19 de Junho de 2008.

<sup>167</sup> Luís Filipe SANTOS, «Ministério da Cultura e Igreja juntos pelo Património», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 19 de Junho de 2008.

<sup>168</sup> João SOALHEIRO, «Arquivos da Igreja: entre memória e serviço», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 17 de Junho de 2009; Octávio CARMO, «Património documental da Igreja em debate», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 17 de Junho de 2009.

<sup>169</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, *cit.*, n.º 7.3.

<sup>170</sup> Cf. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Percurso de salvaguarda: Reformular para promover e garantir o diálogo de cultura.

referia a intenção de constituir uma associação dos espaços museológicos da Igreja, enquanto forma de valorizar o seu património cultural, ao serviço da evangelização e fruição do público<sup>171</sup>.

A este intento não seria alheio, por certo, a publicação, em 29 de Junho de 2001, da carta circular sobre a função pastoral dos museus eclesiásticos<sup>172</sup>. Documento director para os museus da Igreja, estimulava a criação de comissões ou associações de especialistas, a quem pudessem confiar tarefas de gestão e animação, tanto ao nível de estratégias gerais, como de complexos museológicos (v. g. associações nacionais dos museus eclesiásticos, associações nacionais dos responsáveis pelos inventários, etc.), corporificando uma referência específica para os museus existentes no território<sup>173</sup>.

#### *Incremento e coordenação da actividade dos museus da Igreja*

Em 9 de Fevereiro de 2002, D. Albino Cleto, ao tempo presidente da CEBCI, anunciou em Fátima a proposta para criação da Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica<sup>174</sup>. Apreciada em Assembleia Plenária da CEP, foi aprovada em Abril do mesmo ano, para incrementar e coordenar a actuação dos referidos museus<sup>175</sup>. O projecto dos estatutos esteve em discussão, para posterior aprovação, em Novembro 2002<sup>176</sup>.

A APMIC deu início à sua actividade a 15 de Fevereiro de 2003, num encontro, em Fátima, organizado pela CEBCI, que juntou os 14 sócios fundadores para um primeiro contacto entre eles e definição dos seus órgãos sociais<sup>177</sup>, homologados na Assembleia

<sup>171</sup> «Igreja quer Associação dos Espaços Museológicos», *cit.*

<sup>172</sup> Cf. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé: “Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus”: da conservação para a valorização: Museus eclesiásticos como instrumento pastoral.

<sup>173</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici...*, *cit.*, n.º 5.1.5.

<sup>174</sup> «Na comunhão das Igrejas: Leiria-Fátima: Museus da Igreja Católica», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIII, n.º 7, de 20 de Fevereiro de 2002.

<sup>175</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 149, *Comunicado Final*, Fátima, 11 de Abril de 2002 (Comunicado Final da 149.ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 8 a 11 de Abril de 2002).

<sup>176</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 151, *Comunicado Final*, Fátima, 14 de Novembro de 2002 (Comunicado Final da 151.ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 11 a 14 de Novembro de 2002).

<sup>177</sup> «Rede de museus católicos avança», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 18 de Fevereiro de 2003; ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, «Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica: Objectivos e metodologia», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 13, p. 29. Foram sócios fundadores, de

Plenária de Maio de 2003<sup>178</sup>. Instrumento importante de qualificação de espaços museológicos eclesiais<sup>179</sup>, esta associação propunha-se adquirir, preservar, estudar e tornar úteis os bens culturais móveis das várias instituições com património cultural ou artístico de cariz religioso, procurando expandir-se e marcar uma presença singular no panorama da museologia portuguesa<sup>180</sup>.

Depois de algum tempo de existência, a APMIC apontou a formação como a sua grande prioridade de trabalho. Os museus da Igreja evidenciavam algumas problemáticas a esse nível, não só de carácter técnico mas sobretudo no sentido do acolhimento dos visitantes e da evangelização pela cultura e pelo património. Instituições com um perfil muito próprio, cujos serviços extravasavam, com frequência, os atribuídos pela concepção museológica tradicional, deveriam criar espaços onde, de alguma maneira, o contexto que rodeou os objectos pudesse perdurar e permitisse aceder ao seu significado mais profundo<sup>181</sup>.

A associação vem tentando conhecer a realidade dos museus eclesiais e das suas necessidades, de modo a suprir o apoio mais ajustado. Manifestando o desejo de continuar a crescer, encara a possibilidade de interagir em rede, para obviar a dificuldades de ordem técnica ou financeira e ao sentimento de isolamento institucional. O seu principal objectivo era contribuir para que os Museus se convertessem em lugares de animação cultural das comunidades cristãs e da sociedade, em lugares de intercâmbio entre história e contemporaneidade, *i. e.*, em estruturas de evangelização<sup>182</sup>.

---

Norte para Sul: Tesouro da Sé de Braga; Museu Pio XII, do Seminário de Braga; Tesouro da Catedral do Porto, Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto; Museu de Arte Sacra de Arouca; Museu de S. Pedro da Palhaça (Aveiro); Tesouro-Museu da Catedral de Viseu; Museu de Arte Sacra e Etnologia, dos Missionários da Consolata (Fátima); Tesouro da Sé Patriarcal (Lisboa); Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora; Museu da Sé de Elvas (Évora); Museu de Arte Sacra de Santiago do Cacém e Tesouro da Igreja de S. Vicente de Cuba (Beja); e Museu Diocesano de Arte Sacra do Funchal. A Direcção ficou constituída por: Presidente – Carlos A. Moreira Azevedo (Museu da Catedral do Porto); Vice-Presidente – Manuel Lourenço (Tesouro da Sé Patriarcal); Tesoureiro – Gonçalo Cardoso (Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima); Vogal – José Paulo Leite de Abreu (Museu Pio XII de Braga).

<sup>178</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 153, *Comunicado Final*, Fátima, 8 de Maio de 2003 (Comunicado Final da 153.ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 5 a 8 de Maio de 2003).

<sup>179</sup> Luís Filipe SANTOS, «Bens Culturais avaliam actividades», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 25 de Junho de 2003.

<sup>180</sup> «Rede de museus católicos avança», *cit.*

<sup>181</sup> Octávio CARMO, «Museus da Igreja Católica querem crescer», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 19 de Maio de 2006.

<sup>182</sup> ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, *op. cit.*, p. 29.



*Novas Experiências, Novas Realidades: 1.ª Jornadas*

*Os Museus da Igreja Católica: Novas Experiências, Novas Realidades* foi o assunto em discussão nas 1.ªs Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja Católica, levadas a efeito, nos dias 31 de Maio e 1 de Junho de 2004, na Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, no ambiente da Exposição *As Formas do Espírito – Arte Sacra da Diocese de Beja*. Primeiro evento público da APMIC, incidiu em aspectos fundamentais quanto à inventariação, labor museográfico e fontes de financiamento<sup>183</sup>.

O programa distribuiu-se por três sessões, com a presença de oradores provenientes das instituições representadas na associação, mas também de entidades civis com responsabilidade no domínio do património cultural. No primeiro dia, pela manhã, as questões relacionadas com o novo enquadramento administrativo dos museus e a conservação preventiva estiveram a cargo, respectivamente, dos directores do IPM e do IPCR; à tarde, os membros dos museus da Igreja partilharam as suas experiências e analisaram-se casos de sucesso. O segundo dia serviu para debater o futuro dos museus, em particular no que concernia às fontes de financiamento e de apoio técnico a que podiam aderir.

A APMIC referia a necessidade de os museus da Igreja consolidarem o seu trabalho e avançarem qualitativamente, visto que só assim poderiam atingir o nível dos museus da rede pública. Não estariam, contudo, sozinhos nessa luta, uma vez que a associação se comprometia, através da união de forças e com a colaboração de organismos do Estado e outras instituições da sociedade civil, a dar passos decisivos na qualificação do pessoal, na melhoria dos serviços pedagógicos, na dignificação das instalações e critérios de apresentação, na publicação de catálogos e guias cientificamente elaborados, na inventariação rigorosa, entre outros<sup>184</sup>.

*Credenciação e a Qualificação dos Museus: 2.ªs Jornadas*

As 2.ªs Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja decorreram em Santiago do Cacém, a 26 de Novembro de 2007, no âmbito da exposição *No Caminho sob as Estrelas: Santiago*

<sup>183</sup> ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, *Os Museus da Igreja Católica: Novas Experiências, Novas Realidades: 1.ªs Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja Católica: [Programa]* [desdobrável], s. l., Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica, 2004; cf. Luís Filipe SANTOS, «A realidade dos Museus da Igreja Católica», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 7 de Maio de 2004.

<sup>184</sup> Luís Filipe SANTOS, «Radiografia dos museus da Igreja», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 2 de Junho de 2004.

e a *Peregrinação a Compostela*, empreendida pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, o Município de Santiago do Cacém e a Xunta de Galicia (Governo Autónomo da Galiza).

O programa dividiu-se em dois painéis, o primeiro, com a participação da direcção do Instituto dos Museus e da Conservação e da Rede Portuguesa de Museus, voltado para o regime jurídico decorrente da nova *Lei-Quadro dos Museus* e suas exigências quanto à credenciação, e o outro, dedicado à valorização, com a análise de estudos de caso de museus da Galiza, que possuíam legislação recente e estavam a ser alvo de um grande esforço de requalificação por parte dos serviços públicos, numa linha de abertura às comunidades locais e de promoção do turismo cultural e religioso<sup>185</sup>.

Portugal atravessava uma conjuntura de particular importância para a salvaguarda e afirmação do património cultural da Igreja, mas, em simultâneo, enfrentava problemas recorrentes de furto, vandalismo, abandono e desertificação do território, quer no interior do País quer nos centros históricos<sup>186</sup>. Em contrapartida, assistia-se a uma maior empatia da sociedade civil e até das instituições da Igreja. Durante as jornadas, os oradores insistiram na especificidade dos museus da Igreja e lembraram que, além das suas funções museológicas, possuíam uma missão evangelizadora<sup>187</sup>.

Destas jornadas saiu a prioridade de os museus deixarem de trabalhar isolados e caminharem no sentido de modelos de parceria, numa acção em rede, que fomentasse o diálogo entre os pares e optimizasse os recursos existentes. No processo, o envolvimento de instituições académicas e centros de estudo dar-lhes-ia outra solidez científica.

A credenciação e a valorização dos museus constituíam duas prioridades nacionais, estabelecidas pela legislação recentemente aprovada. Tornava-se, pois, crucial que os respon-

---

<sup>185</sup> ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, *Associação dos Museus da Igreja promove 2.ªs Jornadas Nacionais do sector* [nota de imprensa], de 20 de Novembro de 2007; ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, *A Credenciação e a Qualificação dos Museus: 2.ªs Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja Católica: [Programa]* [desdobrável], s. l., Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica, 2007; «Museus da Igreja definem estratégia», in *Agência Ecclesia*, cit., de 26 de Novembro de 2007; «Museus de arte sacra debatem estratégia global», in *Jornal de Notícias*, Lisboa, Empresa do Jornal de Notícias, de 26 de Novembro de 2007.

<sup>186</sup> António MARUJO, «Museus católicos preparam credenciação e formação», in *Público*, Lisboa, Público Comunicação Social, de 27 de Novembro de 2007.

<sup>187</sup> Luís Filipe SANTOS, «Trabalho em rede nos museus da Igreja», in *Agência Ecclesia*, cit., de 26 de Novembro de 2007.

sáveis dos museus eclesiásticos estivessem conscientes das novas directrizes. Havia um atraso efectivo na credenciação, pelo que era imprescindível agilizar o seu desenvolvimento, patamar técnico indispensável para uma candidatura a financiamentos nacionais e comunitários. Qualificação dos espaços museológicos, acolhimento dos visitantes e criação de condições de segurança foram outros assuntos em discussão.

*Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa*

*Igreja, Património e Ensino Superior*

Quando, a 10 de Abril de 1989, a recém-criada *Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ* enviou a sua carta de apresentação aos presidentes das conferências episcopais, um questionário anexo, entre outras coisas, inquiria sobre o benefício da criação de um curso superior que formasse agentes culturais em matéria de conservação e promoção do património artístico e histórico da Igreja<sup>188</sup>. Atendendo ao voto expresso nas respostas, em Junho de 1991, aquela comissão anunciou o começo do Corso Superiore per i Beni Culturali della Chiesa, para o Outono seguinte, na Pontificia Università Gregoriana, em Roma<sup>189</sup>, um momento que firmou uma base e referência no quadro do património cultural eclesiástico.

Apenas seis anos mais tarde, no ano lectivo 1997/1998, arrancou, no Centro Regional do Porto da UCP, a Escola das Artes, uma das unidades básicas de ensino e investigação daquele estabelecimento universitário católico. Além de “Música” e “Som e Imagem”, ministrava a Licenciatura em “Arte”, um curso que tinha em vista, sobretudo, servir a Igreja Católica, levando em consideração o seu património móvel e imóvel, as necessidades observadas no Norte do País e a carência de meios de formação neste sector<sup>190</sup>.

O objectivo cardeal deste curso era o conhecimento aprofundado sobre o Património, concretizado através de uma dupla abordagem: inventariação, estudo e gestão, por um lado,

<sup>188</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Presentazione della Nuova Pontificia Commissione...*, cit.

<sup>189</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Presentazione del Corso Superiore...*, cit.

<sup>190</sup> PORTUGAL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Belas-Artes e Design, *Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa. [Relatório de Avaliação Externa]*, Julho de 2005, p. 4.

preservação e restauro, pelo outro<sup>191</sup>. Assim, a licenciatura em Arte compôs-se de duas variantes: Arte – Património, com início logo em 1997/1998, e Arte – Conservação e Restauro, principiada somente no ano lectivo 2002/2003<sup>192</sup>, na sequência da inauguração dos novos edifícios da Escola das Artes, a 29 de Março de 2001<sup>193</sup>, que incluíam um Centro de Restauro, com valências de particular interesse para os bens culturais da Igreja<sup>194</sup>.

Em 2008, e no intuito de promover a elevação dos níveis académicos no domínio do património artístico eclesiástico, a Escola das Artes da UCP encetou um projecto pioneiro e inovador de estudos doutorais em Arte Sacra. Importantes progressos tinham já sido feitos no que respeitava ao inventário, salvaguarda e musealização dos bens culturais religiosos, porém, na área da investigação da arte sacra, havia ainda uma escassez de profissionais capazes de desenvolver e aprofundar a obra iniciada. O plano de estudos contempla diversas disciplinas, como as artes plásticas, arquitectura e música, incorrendo também nos temas da musealização e dinamização turística do património cultural religioso<sup>195</sup>.

#### *Contacto com o exterior*

Enquanto instituição académica e fatora de conhecimento, a Escola das Artes abriu-se aos seus pares e à comunidade. Logo no segundo ano lectivo de actividade, realizou as jornadas *O Norte à Procura do Restauro da sua Talha*, em Junho de 1999, dirigidas à comunidade em geral, mas principalmente ao corpo universitário do Norte do País, às paróquias e instituições eclesiásticas desta região e outros organismos ligados aos bens culturais. Com a presença de especialistas nacionais e estrangeiros, propunha uma ocasião

---

<sup>191</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>192</sup> «Escola das Artes da Universidade Católica promove restauro de obras de arte», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIV, n.º 12, de 26 de Março de 2003.

<sup>193</sup> «Escola das Artes da Universidade Católica: Porto», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXII, n.º 15, de 11 de Abril de 2001.

<sup>194</sup> «Bispo do Porto e Membros da Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja visitam o Centro de Restauro da Universidade Católica», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIII, n.º 16, de 1 de Maio de 2002.

<sup>195</sup> *Doutoramento em Arte Sacra: 2008-2011* [desdobrável], Porto, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Escola das Artes, 2008; «Curso de doutoramento em Arte Sacra», in *Agência Ecclesia*, cit., de 5 de Julho de 2008.

para reflectir sobre uma área patrimonial em risco e, dessa forma, dar um contributo relevante para a sua preservação e valorização<sup>196</sup>.

Método privilegiado de difusão e diálogo científico, os congressos vêm fazendo parte do quotidiano da Escola das Artes. Isenta de uma orientação exclusiva para o património eclesiástico – embora este seja uma união quase inevitável –, actua num espectro alargado, fomentando a divulgação dos trabalhos desenvolvidos e, simultaneamente, uma oportunidade de debate e aprendizagem. Em 2008, contavam cinco edições das *Jornadas de Arte e Ciência* e a organização das *I Jornadas sobre o Estuque em Portugal*. As exposições foram outro modo de ligação com o exterior, produzindo eventos que mostravam ao público os processos e resultados de conservação e restauro – salienta-se a exposição *Imaginária Feminina na Arte Sacra Portuguesa: Processos de Conservação e Restauro*, patente na Casa-Museu Guerra Junqueiro, no Porto, em Junho e Julho de 2005<sup>197</sup>.

Sem prejuízo da sua função universitária, ministrou alguns cursos livres, num discurso acessível e rigoroso, através de diversas palestras pronunciadas por especialistas nos domínios da História da Arte e do Património<sup>198</sup>. Entre Novembro de 2004 e Março de 2005, por exemplo, aos fins da tarde de terças e quintas-feiras<sup>199</sup>, discutiram-se temas que iam do cinema às pedras preciosas ou à joalheria portuguesa, da pintura aos bens culturais da Igreja ou à História das Ordens religiosas em Portugal.

Por outro lado, a celebração de protocolos entre a Secção de Arte da Escola das Artes e outras instituições proporcionou um envolvimento mais activo com a sociedade civil, numa estratégia extra-curricular do seu corpo docente e discente, de maneira a consolidar o papel da Escola nos campos do estudo, gestão e conservação do património cultural<sup>200</sup>. Realça-se,

<sup>196</sup> *O Norte à Procura do Restauro da sua Talha. 11 e 12 de Junho de 1999* [desdobrável], Porto, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Escola das Artes, 1999; «Escola das Artes (UCP) quer salvar a talha», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXX, n.º 26, de 14 de Julho de 1999; «Para restaurar a nossa talha», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXX, n.º 27, de 21 de Julho de 1999.

<sup>197</sup> Cf. «Conferências e eventos», in *Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa* [em linha], Porto, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Escola das Artes, disponível em URL: <http://www.artes.ucp.pt/artes/eventos.html> (acedido em 15 Julho de 2010).

<sup>198</sup> «Cursos livres na Escola das Artes da Universidade Católica», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXV, n.º 40, de 10 de Novembro de 2004.

<sup>199</sup> O tema geral era, precisamente, “Fins de Tarde na Católica – Cursos Livres”.

<sup>200</sup> «Projectos e protocolos», in *Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://www.artes.ucp.pt/artes/projectos.html> (acedido em 15 Julho de 2010). Entre outros, assinalam-se os protocolos assinados com o Instituto de Restauración y Oficios Artísticos – San Sebastian,

por exemplo, o protocolo assinado com a Santa Casa da Misericórdia do Porto, em Maio de 2008, que visava inventariar, catalogar e divulgar o património e o legado histórico e artístico, tendo como fim a criação do Museu, Biblioteca e Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto<sup>201</sup>.

## 2.2. Misericórdias e o Património

No dia 15 de Agosto de 1498, dia consagrado a Nossa Senhora, numa capela da Sé Patriarcal de Lisboa, fundou-se uma nova confraria dedicada à Virgem da Misericórdia<sup>202</sup>, sob patrocínio directo de D. Leonor, viúva de D. João II<sup>203</sup>, e de seu irmão, o rei D. Manuel I<sup>204</sup>. Este, no propósito de criar, em todo o reino, confrarias à imagem da Misericórdia de Lisboa, ofereceu condições de tal modo aliciantes que, à sua morte, já as principais vilas e cidades de Portugal dispunham de uma Misericórdia, tendo a sua difusão continuado durante os reinados posteriores. Definidas como confrarias laicas<sup>205</sup>, ficavam sob protecção régia, apenas sujeitas a visitas episcopais no foro espiritual, para inspeccionar os locais e alfaias de culto<sup>206</sup>. Não obstante a sua componente assistencial, eram marcadas por uma forte dimensão espiritual e penitencial, que lhes permitiu constituir, ao longo destes cinco séculos, um notável acervo de índole religiosa.

Consciente do valor histórico e cultural conservado nestas instituições, a União das Misericórdias Portuguesas<sup>207</sup> instituiu, em 1997, a Comissão do Património Cultural, encar-

---

a Universitat de Valencia – Estudi General – Valencia, o Museu de Santa Maria de Lamas, a Diocese de Bragança-Miranda, a Paróquia de São Pedro de Miragaia, o Instituto Português de Conservação e Restauro, o Instituto Português de Museus e o Instituto Português do Património Arquitectónico.

<sup>201</sup> «Santa Casa da Misericórdia do Porto e Universidade Católica Portuguesa celebraram um Protocolo de Cooperação», in *Misericórdia. Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, A. XVI, n.º 44, de Dezembro 2008, pp. 2-3; «Protocolo entre a UCP Porto e Santa Casa da Misericórdia da cidade», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 14 de Maio de 2008; «Universidade Católica e Santa Casa da Misericórdia do Porto assinam protocolo», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXIX, n.º 19, de 21 de Maio de 2008.

<sup>202</sup> Ivo Carneiro de SOUSA, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 1998, p. 11.

<sup>203</sup> \* 1455 – † 1495; *reg.* 1477 [1481]-1495.

<sup>204</sup> \* 1469 – † 1521; *reg.* 1495-1521.

<sup>205</sup> Por oposição às confrarias eclesiásticas, fundadas por um bispo, que tinha o direito de aprovar os seus estatutos e efectuar visitas.

<sup>206</sup> Isabel dos Guimarães SÁ, «Misericórdias», *s. v.*, in C. M. AZEVEDO (dir.), *op. cit.*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 200-201; cf. I. C. de SOUSA, *op. cit.*, pp. 147-161.

<sup>207</sup> Constituída em cumprimento de uma moção aprovada no Congresso das Misericórdias de Portugal, reunido em Viseu, de 26 a 28 de Novembro de 1976 [*Estatutos da União das Misericórdias Portuguesas*, Fátima, 19 de Dezembro de 1982, art. 1.º § 1].

regada da sensibilização sobre as suas riquezas patrimoniais, bem como acerca dos princípios de gestão que lhe devem estar associados. No seu empenho pela salvaguarda, preservação e divulgação do património imóvel, móvel e arquivístico, a UMP vem celebrando protocolos e parcerias com as entidades nacionais responsáveis por estas áreas<sup>208</sup>.

Ao abrigo destes acordos, o IPM ministrou, em Março/Abril de 2004, um curso de inventariação de emergência para as Santas Casas, compreendendo princípios, metodologias e boas práticas<sup>209</sup>. Poucos dias depois, a UMP e o IPCR assinaram um protocolo para recuperação e conservação do património das Misericórdias, competindo àquele instituto ajudar a estabelecer prioridades, a fazer levantamentos do estado de conservação, aconselhamento e supervisão de trabalhos<sup>210</sup>. Ainda no mesmo ano, em Junho, um protocolo de colaboração entre a UMP e o Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo previa apoio logístico por parte dos arquivos distritais para esclarecimentos ou intervenções nas Santas Casas e a promoção de acções de formação e sensibilização<sup>211</sup>.

A UMP estava obstinada nos seus desígnios de salvaguarda dos bens culturais das Misericórdias<sup>212</sup>. Com assento no Conselho de Museus<sup>213</sup>, instituído pelo Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de Dezembro, esperava ter acesso à informação mais atempadamente e intervir de maneira activa nas discussões orientadoras de estratégias, defendendo os interesses específicos das Misericórdias<sup>214</sup>. Em meados de 2006, com um financiamento do Programa Operacional da Cultura, começou o projecto de inventário do património cultural de 26 Santas Casas, o primeiro passo para a inventariação de todo o património artístico das Misericórdias, processo que – diziam –, havia muito, deveria ter sido posto

<sup>208</sup> «Gabinete do Património Cultural», in *União das Misericórdias Portuguesas* [em linha], Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, disponível em URL: <http://cpc.ump.pt/ump/> (acedido em 21 de Julho de 2010).

<sup>209</sup> «Património – IPM oferece curso às Santas Casas», in *Voz das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, A. XXII, n.º 220, Fevereiro de 2004.

<sup>210</sup> Bethania PAGIN, «Inventariar, restaurar e conservar: Protocolo vai beneficiar Santas Casas», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXI, n.º 222, Abril de 2004.

<sup>211</sup> «Protocolo: Juntos pela preservação da história», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXII, n.º 224, Junho de 2004.

<sup>212</sup> «Tesouro nacional das Misericórdias», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXIII, n.º 234, Maio de 2005.

<sup>213</sup> A UMP tinha já assento no antecessor Conselho Consultivo de Museus, um órgão do IPM, desde a redacção da Lei Orgânica do IPM fixada pelo Decreto-Lei n.º 161/97, de 26 de Junho, reiterada pela versão do Decreto-Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro.

<sup>214</sup> «Cultura: União das Misericórdias no Conselho de Museus», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXIV, n.º 241, Janeiro de 2006.

em prática<sup>215</sup>. No ano seguinte, a UMP pretendia apostar também na formação, tanto através da parceria com o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais no Projecto *Igreja Segura*, que organizou acções de formação específicas para a realidade das Misericórdias, quanto por meio do Centro de Formação da UMP – Cerforcórdia, que preparou actividades de sensibilização para questões mais generalistas do património<sup>216</sup>.

Preservar o património era uma prioridade; todavia, após o inventário, impunha-se a sua divulgação junto das comunidades, por intermédio da fundação de museus ou parceria com entidades que possuíssem já esse tipo de equipamentos. Entretanto, a UMP preparava-se para disponibilizar, via Internet, uma edição digital do inventário, versão para acessibilidade ao grande público, em fichas com a descrição e estado de conservação dos espécimes, ilustradas com a respectiva fotografia<sup>217</sup>. Os resultados foram apresentados num seminário, em Fátima, a 23 de Fevereiro de 2008, que marcou o encerramento desta fase de inventariação, onde ficou, também, a garantia do empenho em prosseguir, apesar da possível falta de apoio de fundos estruturais da União Europeia<sup>218</sup>. A continuidade do inventário foi animada, em princípios de 2009, pela aprovação de uma candidatura no âmbito do Programa Operacional da Região Norte do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, visando inventariar o acervo de 20 instituições no Norte do País<sup>219</sup>.

### 2.3. Arte sacra no encontro com o século

A arte sacra brota no terreno do religioso; porém, consequência de vicissitudes diversas, tem uma presença muito significativa no mundo profano, secular. Por outro lado, mesmo que a cargo de Igrejas ou comunidades locais, mantém sempre uma dimensão universal, enquanto testemunho material da humanidade – da sua fé, da sua cultura, da sua arte, da sua história. Nesse sentido, há um duplo dever e um duplo interesse na defesa e valorização deste património, envolvendo os planos espiritual e temporal. Ou seja, existe

<sup>215</sup> «Comissão Património Cultural – Património de 26 Santas Casas começa a ser inventariado», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXIV, n.º 247, Julho de 2006.

<sup>216</sup> «Avaliação: Conquistas e sonhos de 2006», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXIV, n.º 251, Dezembro de 2006.

<sup>217</sup> «Inventário: Provedores querem divulgar património», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXV, n.º 258, Julho de 2007.

<sup>218</sup> «Inventário vai continuar», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXVI, n.º 265, Março de 2008.

<sup>219</sup> «QREN: 20 Misericórdias vão ter inventário», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXVII, n.º 275, Fevereiro de 2009.



uma responsabilidade partilhada entre a Igreja, o Estado e a sociedade civil, que exige um esforço de cooperação e concertação, sem apego a monopólios de direito positivo, de poder político ou capacidade económica<sup>220</sup>.

### 2.3.1. Separação da Igreja do Estado

Na convivência entre a Igreja e o Estado, o património cultural eclesiástico português tem sofrido perdas avultadas, seja pela expropriação dos bens, seja pela destruição que derivou de alguns actos legislativos.

Em 3 de Setembro de 1759, após um período de perseguição e de campanha anti-jesuítica montada pelo Marquês de Pombal, publicava-se o decreto de expulsão da Companhia de Jesus<sup>221</sup>, incorporando os respectivos bens na Fazenda Nacional<sup>222</sup>. Este acontecimento é o prelúdio da violenta extinção das ordens religiosas em Portugal, promulgada a 30 de Maio de 1834<sup>223</sup>. Agora, de uma só vez, extinguíam-se todas as casas de quaisquer ordens regulares masculinas<sup>224</sup>. Os seus bens foram nacionalizados, com excepção dos vasos sagrados e vestes litúrgicas, os quais seriam postos à disposição dos Ordinários respectivos, para distribuição pelas igrejas mais necessitadas das dioceses<sup>225</sup>. Pouco tempo depois, deram-se instruções para proceder à arrecadação, inventariação e classificação dos bens<sup>226</sup>. Os bens móveis comuns e semoventes<sup>227</sup> foram vendidos em

<sup>220</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, cit., n.ºs 5.2 e 5.3.

<sup>221</sup> Nuno da Silva GONÇALVES, «Jesuítas (Companhia de Jesus)», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *op. cit.*, vol. 3, p. 26.

<sup>222</sup> António Martins da SILVA, «Extinção das ordens religiosas», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *op. cit.*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 232.

<sup>223</sup> António Martins da SILVA, «A desamortização», in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 340; Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, vol. 8, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, p. 202; Vítor NETO, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 50. O Decreto, promulgado por D. Pedro a 30 de Maio de 1834, está datado de 28 de Maio. Cf. «Decreto de 28 de Maio de 1834», in *Chronica Constitucional de Lisboa*, n.º 127, de 31 de Maio de 1834. Sobre este assunto, vd. também António Martins da SILVA, *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*, Coimbra, 1990 (Tese de Doutoramento em Letras, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).

<sup>224</sup> Decreto de 28 de Maio de 1834, art. 1.º

<sup>225</sup> *Idem*, arts. 2.º e 3.º

<sup>226</sup> A. M. da SILVA, «Extinção das ordens religiosas», cit., p. 233; A. M. da SILVA, «A desamortização», cit., p. 345.

<sup>227</sup> Incluía-se objectos domésticos e alfaias agrícolas, frutos pendentes, géneros comestíveis e cereais arrecadados, aves, gado e outros da mesma natureza.

hasta pública, enquanto as livrarias e obras de arte<sup>228</sup> se encaminharam para os estabelecimentos de ensino e cultura<sup>229</sup>, ao passo que os objectos preciosos, de ouro ou prata, deram entrada na Casa da Moeda, para reverterem a favor do Estado ou para serem distribuídos por museus<sup>230</sup>.

No que concerne às instituições femininas, as normas de 1834 não se aplicaram, por razões morais, mas um diploma de 9 de Agosto de 1833 proibira o noviciado e decretou a supressão das casas com menos de 12 religiosas<sup>231</sup>. Contudo, em lei de 4 de Abril de 1861, mandou-se proceder à desamortização dos bens prediais das corporações religiosas, podendo as freiras continuar a viver nos conventos ou mosteiros até à morte da última freira ou monja<sup>232</sup>. Deste modo, e ao contrário do que sucedera antes, fora uma operação mais organizada. Noticiado às autoridades o falecimento da última religiosa, a Repartição da Fazenda procedia a um inventário geral dos bens do convento e comunicava a extinção do cenóbio a três entidades: à hierarquia eclesiástica, à Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos e à Academia de Belas-Artes. Então, os objectos artísticos mais proeminentes eram entregues à Academia e ao Museu Nacional que tutelava, ficando o restante mobiliário, alfaias e vestes litúrgicas para servir a entidade eclesiástica. O que sobrasse era disperso por instituições que, por necessidade, o solicitassem ou alienava-se em hasta pública<sup>233</sup>.

Com o advento da República, em 5 de Outubro de 1910, o Estado católico chegava ao seu termo. A fragilidade da Igreja, a partir da década de 1860, facilitou a hegemonia do Estado sobre o poder religioso<sup>234</sup>. Apenas meio ano volvido, a *Lei da Separação do Estado*

<sup>228</sup> As que, entretanto, não foram perdidas ou extraviadas, ou até destruídas em resultado das péssimas condições em que estavam acumuladas.

<sup>229</sup> Merece realce a criação da Academia Pública das Belas-Artes de Lisboa, por decreto de 25 de Outubro de 1836, que recebeu como património os quadros dos antigos conventos e mosteiros que se encontravam à guarda da comissão de depósitos das livrarias [Joaquim Veríssimo SERRÃO, *op. cit.*, vol. 8, p. 352; cf. José Alberto Seabra CARVALHO, «Museus», *s. v.*, in C. M. AZEVEDO (dir.), *op. cit.*, vol. 3, p. 290].

<sup>230</sup> Das peças de ouro e prata, um número muito restrito foi seleccionado para incorporar em museus – apenas 207 de 17 861 espécimes inventariados –, sendo as restantes vendidas ou fundidas para amedramento [J. A. S. CARVALHO, *op. cit.*, p. 290].

<sup>231</sup> A. M. da SILVA, «Extinção das ordens religiosas», *cit.*, p. 235; A. M. da SILVA, «A desamortização», *cit.*, p. 345; V. NETO, *op. cit.*, p. 246.

<sup>232</sup> V. NETO, *op. cit.*, p. 252.

<sup>233</sup> J. A. S. CARVALHO, *op. cit.*, p. 291.

<sup>234</sup> V. NETO, *op. cit.*, p. 263.

*das Igrejas*, promulgada em 20 de Abril de 1911<sup>235</sup>, pôs fim ao regime concordatário vigente durante a monarquia constitucional<sup>236</sup>. Nacionalizava-se a propriedade eclesiástica<sup>237</sup> e determinava-se a realização do seu arrolamento e inventário<sup>238</sup>. Os bens móveis de valor remeter-se-iam para os depósitos públicos ou para os museus de arte nacionais ou regionais, devendo a Comissão Concelhia de Inventário requisitar, à Comissão Regional Artística, o auxílio de peritos de reconhecida competência, quando se tratasse de bens de valor histórico ou artístico<sup>239</sup>. No entanto, o Estado ordenava a cedência gratuita dos espaços culturais – à exceção dos edifícios de proveniência jesuítica<sup>240</sup> – e bens mobiliários que os guarneciam, na medida do estritamente necessário e a título precário, às corporações encarregadas do respectivo culto<sup>241</sup>. Os paços episcopais e presbitérios seriam também concedidos, nas partes imprescindíveis à habitação dos prelados e dos párocos, enquanto estes respeitassem as leis da República<sup>242</sup>.

Na sequência da *Lei da Separação*, um decreto com força de lei, de 26 de Maio de 1911, reorganizou os serviços artísticos e arqueológicos, dividindo o País em três circunscrições artísticas, na sede das quais funcionaria um Conselho de Arte e Arqueologia<sup>243</sup>. A este organismo competiria, entre outras funções, a escolha das obras de arte entre as incorporadas ao abrigo do art. 62.º do Decreto com força de lei, de 20 de Abril de

<sup>235</sup> Cf. Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], *Diário do Governo*, n.º 92, de 21 de Abril de 1911; *Lei da Separação da Igreja do Estado. Decretada pelo Governo Provisório da República Portuguesa em 20 de Abril de 1911*, Lisboa, Francisco Franco, [191-].

<sup>236</sup> V. NETO, *op. cit.*, p. 265.

<sup>237</sup> “Todas as catedraes, igrejas e capellas, bens immobiliarios e mobiliarios que teem sido ou se destinavam a ser applicados ao culto publico da religião catholica e á sustentação dos ministros d’essa religião e de outros funcionarios, empregados e serventuarios d’ella, incluindo as respectivas bemfeitorias e até os edificios novos que substituiram os antigos, [...] salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com individualidade juridica” [Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], art. 62.º].

<sup>238</sup> Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], arts. 62.º e 63.º; cf. J. V. SERRÃO, *op. cit.*, vol. 11, Lisboa, Verbo, 1989, p. 81; V. NETO, *op. cit.*, p. 271.

<sup>239</sup> Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], art. 65.º

<sup>240</sup> *Idem*, art. 92.º

<sup>241</sup> *Idem*, art. 89.º; cf. V. NETO, *op. cit.*, p. 271.

<sup>242</sup> Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], arts. 98.º-100.º; cf. V. NETO, *op. cit.*, p. 271.

<sup>243</sup> Decreto n.º 1, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Maio de 1911, arts. 1.º e 2.º; cf. Henrique Coutinho GOUVEIA, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, vol. 1, n.º 1, Janeiro/Junho 1985, p. 163.

1911<sup>244</sup>, assim como a indicação dos peritos que deveriam proceder à inventariação dos bens móveis de valor histórico e artístico, estabelecida pelo art. 65.º do mesmo diploma<sup>245</sup>.

Marcada pelo anticlericalismo, além de afirmar a laicidade do Estado<sup>246</sup>, a *Lei da Separação* permitiu a transferência de grande número de edifícios religiosos para a Fazenda Nacional e a incorporação dos bens artísticos móveis das igrejas e paços episcopais em museus, criando condições propícias para a constituição ou reformulação de estruturas museológicas regionais afectas à administração central<sup>247</sup>. Na vigência da I República, entre 1912 e 1924, instituíram-se em Portugal 13 novos museus regionais, ocupando, na maioria, instalações expropriadas a paços episcopais ou conventos devolutos, fundamentalmente voltados para a integração de acervos de arte e arqueologia<sup>248</sup>.

Poucos anos mais tarde, contudo, no espírito da paz religiosa encetada por Sidónio Pais<sup>249</sup>, foram modificadas e revogadas algumas disposições daquela lei, tendendo à restituição do património da Igreja Católica. O Decreto n.º 3:856, com força de lei, de 22 de Fevereiro de 1918, previa a cedência gratuita dos templos e objectos neles contidos, necessários ao culto público católico<sup>250</sup>, e atribuía ao Estado os encargos com o pessoal de guarda e vigilância em monumentos nacionais affectos ao culto<sup>251</sup>. Depois, após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, o Decreto n.º 11:887, com força de lei, de 6 de Julho desse ano, confirmaria e reforçaria aquele sentido, estabelecendo a devolução dos bens imóveis e móveis não utilizados ou aplicados em serviços de utilidade pública<sup>252</sup> – com excepção dos templos classificados como monumentos nacionais –, ressaltando, porém, o seu retorno à posse do Estado se a Igreja os não afectasse ao culto<sup>253</sup>. Começavam a dar-se os primeiros passos no sentido do regime concordatário.

<sup>244</sup> Decreto n.º 1, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, art. 3.º

<sup>245</sup> *Idem*, art. 7.º

<sup>246</sup> Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], art. 2.º

<sup>247</sup> J. A. S. CARVALHO, *op. cit.*, pp. 291-292.

<sup>248</sup> H. C. GOUVEIA, *op. cit.*, p. 165.

<sup>249</sup> Cunha e COSTA, *A Igreja Catholica e Sidonio Paes*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921, pp. 53-78.

<sup>250</sup> Decreto n.º 3:856, com força de lei, de 22 de Fevereiro de 1918, art. 5.º

<sup>251</sup> *Idem*, art. 7.º

<sup>252</sup> Decreto n.º 11:887, com força de lei, de 6 de Julho de 1926, art.ºs 9.º e 10.º

<sup>253</sup> *Idem*, arts. 12.º e 13.º

### 2.3.2. Disposições concordatárias: relações entre Estado e Igreja

O termo *concordata* designa um acordo, convénio ou tratado bilateral entre a Igreja e os Estados, do qual derivam direitos e obrigações recíprocas<sup>254</sup>. Entre Portugal e a Santa Sé foram assinados, ao longo dos séculos, diversas concórdias, acordos e concordatas, mas eram de carácter pontual e destinavam-se a resolver problemas concretos e bem definidos<sup>255</sup>. Ao invés, a *Concordata de 7 de Maio de 1940* apresentou-se como um documento de âmbito geral, destinada a “regular por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado”<sup>256</sup>.

#### *Concordata de 1940*

Consequência de um longo e meândrico processo negocial, e com o empenho pessoal de Oliveira Salazar (1889 – 1970)<sup>257</sup>, a Concordata de 1940 procurou resolver o contencioso decorrente da separação da Igreja do Estado: a confiscação dos bens eclesiásticos. Nesse intuito, admitindo na Lei de 20 de Abril de 1911 um diploma violento, que ofendeu a consciência de todas as pessoas honestas e suscitou um grave conflito em nome de uma mal entendida liberdade e independência do poder público, restituíam-se os bens à Igreja, dentro de certas cláusulas<sup>258</sup>.

Em primeiro lugar, reconhecia-se à Igreja Católica a propriedade de todos os bens imóveis (igrejas, paços episcopais, residências paroquiais, seminários, casas de institutos religiosos, etc.) e móveis (alfaias e vestes litúrgicas e outros objectos afectos ao culto) que anteriormente lhe pertenciam e ainda se encontravam na posse do Estado, salvo os que se encontrassem aplicados a serviços públicos ou classificados de “monumentos nacionais” ou “imóveis de interesse público”<sup>259</sup>. Estes, todavia, ficariam em propriedade

<sup>254</sup> A. LEITE, «Concordatas», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *op. cit.*, vol. 1, p. 423; A[ntónio] D[omingues] de S[ousa] C[OSTA], «Concordata», s. v., in Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 143.

<sup>255</sup> A. LEITE, *op. cit.*, p. 428; A. D. de S. C[OSTA], *op. cit.*, pp. 143-145.

<sup>256</sup> *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa [1940]*, Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940, *proœmium*.

<sup>257</sup> R[ita] C[ARVALHO], «Concordata», s. v., in António BARRETO (coord.) & Maria Filomena MÓNICA (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 388; J. V. SERRÃO, *op. cit.*, vol. 14, Lisboa, Verbo, 2000, pp. 225-230 e 414-420.

<sup>258</sup> M. S. da C. GOMES, *op. cit.*, p. 166.

<sup>259</sup> *Concordata... [1940]*, *cit.*, art. VI § 1.

do Estado, mas com afectação permanente ao serviço da Igreja, competindo àquele os encargos com a conservação e o restauro, em acordo com a autoridade eclesiástica, de forma a evitar perturbações no serviço religioso<sup>260</sup>. Por outro lado, os bens móveis destinados ao culto incorporados em museus públicos poderiam ser utilizados em cerimónias religiosas nos templos a que pertenciam, quando na mesma localidade em que os objectos estivessem guardados<sup>261</sup>.

Acrescentava-se também que os templos, edifícios, dependências ou objectos afectos ao culto católico só poderiam ser demolidos ou destinados a outro fim mediante acordo prévio com a autoridade eclesiástica ou por uma urgente necessidade pública – guerra, incêndio ou inundação. No caso de expropriação por utilidade pública, deveria a autoridade eclesiástica ser sempre consultada, não se praticando, de todo o modo, acção alguma sem que os bens alienados fossem privados do seu carácter sagrado<sup>262</sup>.

O regime concordatário proclamado em 1940 assentou sobretudo num princípio de reposição da justiça, apesar de manter muitos aspectos essenciais das nacionalizações de 1834 e de 1911. Não obstante, fundou condições mínimas para que o património cultural de inspiração religiosa permanecesse ligado à sua função litúrgica originária, fomentando a sua utilização pública, tal como a sua conservação e valorização<sup>263</sup>.

#### *Nova Concordata de 2004*

Passados sessenta anos, diversos acontecimentos aconselhavam a revisão da Concordata de 1940. Portugal, no pós-revolução de 25 de Abril de 1974, democrático e descolonizador, promulgara uma nova constituição, em Abril de 1976<sup>264</sup>, e, mais recentemente, a *Lei da Liberdade Religiosa*<sup>265</sup>; a Igreja, por seu turno, atravessara o Concílio Ecuménico Vati-

<sup>260</sup> *Idem*, art. VI § 3.

<sup>261</sup> *Idem*, art. VI § 4; este preceito fora já enunciado no Decreto n.º 11:887, com força de lei, de 6 de Julho de 1926, art.º 14.º

<sup>262</sup> *Idem*, art. VII §§ 1-2.

<sup>263</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, cit., n.º 4.3.

<sup>264</sup> Ainda hoje vigente, na redacção que lhe foi dada pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de Setembro, 1/89, de 8 de Julho, 1/92, de 25 de Novembro, 1/97, de 20 de Setembro, 1/2001, de 12 de Dezembro, 1/2004, de 24 de Julho, e 1/2005, de 12 de Agosto [cf. Art. 1.º da Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto].

<sup>265</sup> Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho.

cano II, entre 1962 e 1965, publicando a *Declaração sobre a Liberdade Religiosa*<sup>266</sup>, e promulgara, em 1983, o novo *Codex Iuris Canonici*<sup>267</sup>.

Porém, em virtude das profundas transformações verificadas durante aquele tempo, no plano nacional e internacional, da revisão passou-se à elaboração de uma nova Concordata<sup>268</sup>, longe do litígio nascido com a *Lei da Separação* e sem problema grave a resolver<sup>269</sup>, mais voltada para a cooperação em prol do bem comum e da dignidade da pessoa humana, da justiça e da paz<sup>270</sup>.

No que respeita aos bens culturais da Igreja, embora incluísse várias novidades, o novo instrumento jurídico não se afastava muito do anterior<sup>271</sup>. Quanto ao património imóvel classificado, o art. 22 tinha paralelo com o art. VI da *Concordata de 1940*, garantindo a continuidade da sua afectação permanente ao serviço da Igreja e o dever do Estado na sua conservação e restauro<sup>272</sup>; mantiveram-se as condições para cedência de espécimes guardados em museus ou entidades públicas<sup>273</sup>; acrescentando, num alargamento daquele preceito, a possibilidade de haver, por motivos justificados, um acordo para o empréstimo temporário dos objectos religiosos para utilização no local de origem ou em outro lugar apropriado<sup>274</sup>.

A inovação foi introduzida pelo art. 23, onde Estado e Igreja declararam o seu empenho na salvaguarda, valorização e fruição dos bens eclesiásticos, que compõem o património cultural português<sup>275</sup>, de harmonia com o princípio de cooperação<sup>276</sup> na protecção,

<sup>266</sup> SACROSANCTUM CONCILIUM (ECUMENICUM VATICANUM II, Declaratio de Libertate Religiosa, *Dignitatis Humanae*, (Concílio Vaticano II, Declaração sobre a Liberdade Religiosa, 7 de Dezembro de 1965).

<sup>267</sup> Cf. Manuel Braga da CRUZ, «Apresentação», in *Concordatas Santa Sé – Portugal, 18 de Maio 2004, 7 de Maio 1940*, Colecção Cadernos Forum Canonicum, n.º 3, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de Direito Canónico, 2004, p. 3.

<sup>268</sup> António de Sousa FRANCO, «Princípios gerais da nova Concordata», in *Concordatas Santa Sé – Portugal...*, cit., p. 8; cf. *Concordata... [2004]*, cit., *proæmium*.

<sup>269</sup> M. B. da CRUZ, *op. cit.*, p. 3.

<sup>270</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 1.

<sup>271</sup> Luís Filipe SANTOS, «Radiografia dos museus da Igreja», cit.

<sup>272</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 22 § 1; *Concordata... [1940]*, cit., art. VI § 3.

<sup>273</sup> Neste ponto, o novo documento reproduz textualmente as disposições de 1940; cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 22 § 2 e *Concordata... [1940]*, cit., art. VI § 4.

<sup>274</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 22 § 3.

<sup>275</sup> Cf. *Idem*, art. 23 § 1.

<sup>276</sup> Expresso logo no art. 1 (vd. nota 270).

que a República Portuguesa concedia – e à qual se obrigava – aos bens eclesiásticos, a nível de direito e de outros mecanismos<sup>277</sup>. Esta colaboração seria desenvolvida por uma comissão bilateral, a criar para o efeito, tendo como missão promover e valorizar os bens da Igreja, através do apoio do Estado às acções necessárias para identificação, conservação, segurança, restauro e funcionamento, em igualdade de oportunidades com outros bens semelhantes<sup>278</sup>.

O art. 24, conquanto possuísse uma redacção mais aperfeiçoada, revelava também afinidade com o predecessor art. VII, ressaltando a auscultação e acordo prévio da autoridade eclesiástica para a demolição, ocupação, transporte, reparação ou sujeição a outro fim de qualquer templo, edifício, dependência ou objecto afecto ao culto, e apenas por motivo de urgente necessidade pública<sup>279</sup>. A requisição ou expropriação por utilidade pública seriam igualmente precedidas de consulta à autoridade eclesiástica, não se praticando acto algum de apropriação ou utilização profana sem que os bens fossem dessacralizados<sup>280</sup>. Adicionou-se ainda uma alínea que conferia à autoridade eclesiástica o direito de audiência antes da realização de obras ou de procedimentos de inventariação ou classificação dos bens culturais<sup>281</sup>.

Com a assinatura da nova concordata, a ideia de recompensa pelas atrocidades da I República ficara de lado, caminhando-se para um relacionamento no qual se aceitava a função cultural activa da Igreja, cujo património tinha de estar ao serviço da Cultura portuguesa<sup>282</sup>, num quadro de cooperação e sob dever de protecção do Estado<sup>283</sup>. Naquele documento, reconhecia-se a importância e singularidade dos bens culturais eclesiásticos e o papel do Estado português no incentivo da valorização do património cultural da Igreja<sup>284</sup>.

<sup>277</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 23 § 2; [Manuel] Saturino [da Costa] GOMES, «Análise ao texto da Concordata de 2004», in *Agência Ecclesia*, cit., de 18 de Maio de 2004.

<sup>278</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 23 §§ 3-4.

<sup>279</sup> Cf. *Idem*, art. 24 § 1; *Concordata... [1940]*, cit., art. VII § 1.

<sup>280</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 24 § 2; *Concordata... [1940]*, cit., art. VII § 2.

<sup>281</sup> Cf. *Concordata... [2004]*, cit., art. 24 § 3.

<sup>282</sup> Cf. [M.] S. [da C.] GOMES, «Análise ao texto da Concordata de 2004», cit.

<sup>283</sup> «Mais atenção ao património cultural religioso», cit.

<sup>284</sup> Luís Filipe SANTOS, «Radiografia dos museus da Igreja», cit.



### 2.3.3. Património e museus nas leis da III República

#### *Património Cultural Português*

No regular exercício do poder legislativo, o entendimento entre Estado e Igreja tem experimentado algumas contrariedades. Em pleno regime democrático, um momento de tensão surgiu com a promulgação da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, a *Lei do Património Cultural*, que gerou enorme polémica<sup>285</sup>, suscitando, inclusive, uma Nota do Episcopado em que alvitavam a sua reformulação, de maneira a ressalvar e acautelar “devidamente os inalienáveis direitos da Igreja, com total respeito e explícita referência aos artigos VI e VII da Concordata”<sup>286</sup>. Tal pedido era, contudo, infundado, pois as disposições concordatárias estavam tacitamente vigentes, já que, enquanto tratado internacional, faziam parte integrante do direito português<sup>287</sup>.

Mas subsistia uma réstia de razão nas críticas apontadas pela Igreja: a “atitude notoriamente estatizante”<sup>288</sup>. Norteado por um espírito de concentração de tudo no domínio do Estado<sup>289</sup>, este promoveria, através dos serviços regionais do Ministério da Cultura e outros departamentos estatais, “as medidas necessárias e indispensáveis a uma acção permanente e concertada de levantamento, estudo, protecção, conservação e valorização dos bens culturais”<sup>290</sup>. E acrescentava-se que “independentemente do tipo de propriedade, os bens culturais serão submetidos a regras especiais, que estabelecerão, designadamente, a sua função social, alienação e forma de intervenção”<sup>291</sup>.

Não passaram muitos anos até que se preparasse a substituição daquele diploma. Apresentada publicamente a proposta de uma nova lei de bases do património cultural, em 6 de Feve-

<sup>285</sup> José António MARQUES, «Legislação eclesiástica aplicável ao património classificado», in *Património Classificado. Actas dos Encontros*, cit., p. 178.

<sup>286</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota do Episcopado sobre a Lei do Património Cultural Português*, cit.

<sup>287</sup> Cf. *Constituição da República Portuguesa*, de 2 de Abril de 1976, art. 8.º, publicada nos termos do Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de Abril de 1976, bem como na redacção fixada pela Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de Setembro.

<sup>288</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota do Episcopado sobre a Lei do Património Cultural Português*, cit.

<sup>289</sup> “[...] parecendo ver no intervencionismo estadual a melhor forma de protecção dos bens culturais.” [J. A. MARQUES, *op. cit.*, p. 182].

<sup>290</sup> Art. 4.º § 2.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

<sup>291</sup> Art. 4.º § 4.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

reio de 1998, antevia-se um melhor relacionamento institucional entre a Igreja e o Ministério da Cultura, assente no diálogo directo e constante para resolver as questões mais prementes<sup>292</sup>.

Em verdade, na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, verificou-se uma maior abertura do Estado. Assumindo como tarefa fundamental o “conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural”<sup>293</sup>, de modo a assegurar a “transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular”<sup>294</sup>, preceituava, todavia, a possibilidade de celebrar acordos com “detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização dos bens culturais ou empresas especializadas”<sup>295</sup>. Estes instrumentos poderiam ter por objecto “a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais”<sup>296</sup>. No caso de acervos de excepcional importância detidos por pessoas colectivas de direito público e de direito privado poderiam ainda acordar-se “fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respectivas relações no domínio da aplicação da presente lei”<sup>297</sup>.

Estas disposições aplicavam-se a todas as confissões religiosas, mas, no âmbito da Igreja Católica, “enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de propriedade do Estado e com afectação permanente ao serviço da Igreja Católica, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé”<sup>298</sup>. Além de reconhecer o valor dos bens culturais eclesiais, respondia às querelas levantadas aquando da promulgação do diploma de 1985. Por outro lado, esta nova *Lei do Património Cultural* introduzia princípios inovadores acerca do direito à fruição, contemplando “como modo de fruição cultural

<sup>292</sup> «Património terá uma nova lei», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXIX, n.º 7, de 19 de Fevereiro de 1998; «Proposta dispensa Pacto com Igreja», in *Terras da Beira*, Guarda, Fundação Frei Pedro, de 24 de Setembro de 1998.

<sup>293</sup> Art. 3.º § 3.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<sup>294</sup> Art. 3.º § 1.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<sup>295</sup> Art. 4.º § 1.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<sup>296</sup> Art. 4.º § 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<sup>297</sup> Art. 4.º § 3.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<sup>298</sup> Art. 4.º § 4.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

o uso litúrgico, devocional, catequético e educativo dos bens culturais afectos a finalidades de utilização religiosa<sup>299</sup>. Na secularidade que se impõe a um instrumento legal, a lei de 2001 encara o património sacro não apenas no plano histórico, artístico ou cultural – valores comuns a todo o património –, mas admite também a sua fruição naquela que é a sua função primeira: o culto.

### *Credenciação dos museus*

Num período em que os museus da Igreja procuravam afirmar-se, particularmente estimulados pela fundação da APMIC<sup>300</sup>, em 2002, a publicação da *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto) emergiu como um referencial exigente e responsável no panorama museológico nacional<sup>301</sup>. Credenciar, organizar e qualificar constituíam os objectivos basilares que orientavam o legislador, reforçando as responsabilidades das entidades públicas e privadas detentoras de museus, bem como das equipas técnicas que neles trabalhavam<sup>302</sup>. Era preciso distinguir os verdadeiros museus das restantes instituições, enunciando princípios essenciais que condicionassem o funcionamento de cada entidade<sup>303</sup>.

O *Inquérito aos Museus em Portugal*, realizado em 1999 e 2000 pelo Observatório das Actividades Culturais, inscrito nos trabalhos preparatórios para a constituição da Rede Portuguesa de Museus, revelou números pouco animadores quanto às instituições que preenchiam os critérios mínimos<sup>304</sup>. Os museus não podiam continuar isolados, sem uma estrutura de apoio, e impunha-se suster, de uma forma planificada e partilhada, a “explosão museológica”<sup>305</sup>, o crescimento desenfreado de auto-denominados museus<sup>306</sup>.

<sup>299</sup> Art. 7.º § 4.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<sup>300</sup> Sobre este assunto, vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica.

<sup>301</sup> M. B. OLEIRO, «IPM – Novos desafios», *cit.*, pp. 1-3.

<sup>302</sup> Manuel Bairrão OLEIRO, «Anteprojecto de Lei-Quadro dos Museus», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 8, Junho de 2003, p. 1.

<sup>303</sup> Lucinda CANELAS, «Museus: Uma nova Lei-Quadro para 800 entidades», in *Público*, *cit.*, de 18 de Maio de 2003.

<sup>304</sup> Cf. PORTUGAL, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000, pp. 156-162.

<sup>305</sup> Rui Ferreira e SOUSA, «É preciso planificar a explosão museológica», in *Público*, *cit.*, de 8 de Dezembro de 2000.

<sup>306</sup> Clara Fraião CAMACHO, Clara Freire PIGNATELLI & Joana Sousa MONTEIRO, *Rede Portuguesa de Museus. Linhas Programáticas*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, 2001, p. 22.

Com efeito, em 1 de Agosto de 2000, entrou em actividade a equipa que compunha a Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus<sup>307</sup>, “um sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da cooperação com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa”<sup>308</sup>. A adesão a este organismo, aberta a todo o tipo de museus, independentemente da sua tutela, temática, colecções ou âmbito territorial, pautava-se por critérios de cumprimento da função social do museu, de observância dos cuidados de preservação e de valorização das colecções e dos acervos, e de condições de sustentabilidade<sup>309</sup>. O plano de acções assentava em três eixos estruturantes: informação, para promover a circulação e o intercâmbio de informação entre museus, a divulgação das actividades da Rede e dos museus que a integram, e fomentar a partilha e cooperação entre os profissionais do sector; formação, que visa divulgar boas práticas museológicas e estimular a habilitação profissional dos recursos humanos; e qualificação, contemplando apoios técnicos e financeiros, para qualificar os serviços técnicos, os espaços e as actividades dos museus<sup>310</sup>. Com o regime jurídico instaurado pela *Lei-Quadro*, a EPRPM adicionou dois novos eixos programáticos às suas acções: credenciação, para apoiar os museus da RPM no processo de transição para o novo sistema de acreditação decorrente daquela lei; articulação e cooperação, potenciando modos efectivos de ligação entre os seus membros e de colaboração institucional, ora no País ora no plano internacional<sup>311</sup>.

<sup>307</sup> A Rede Portuguesa de Museus havia sido enunciada, de forma sucinta, no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 161/97, de 26 de Junho, a Lei Orgânica do Instituto Português de Museus, e reiterada na sua redacção fixada pelo Decreto-Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro. Surgiu, contudo, mediante o Despacho conjunto n.º 616/2000, de 17 de Maio, como Estrutura de Projecto, denominada Rede Portuguesa de Museus, com a duração de três anos e na dependência do IPM, mantida em funcionamento pelos Despachos conjuntos n.ºs 309/2003, de 14 de Março, e 455/2004, de 6 de Julho. Em 2005, foi criada a Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2005, de 21 de Julho, prorrogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2006, de 16 de Outubro, que permitiu a continuidade das tarefas e competências atribuídas àquela Estrutura de Projecto. No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, e no esforço de racionalização estrutural consagrado no Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a lei orgânica do Ministério da Cultura, criou-se o Instituto dos Museus e da Conservação, pelo Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março, que integrou as competências outrora da responsabilidade daquela Estrutura de Missão.

<sup>308</sup> C. F. CAMACHO, C. F. PIGNATELLI & J. S. MONTEIRO, *op. cit.*, p. 32; «Rede Portuguesa de Museus», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 1, Junho de 2001, p. 2.

<sup>309</sup> «Adesão à Rede Portuguesa de Museus», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 1, p. 3.

<sup>310</sup> C. F. CAMACHO, C. F. PIGNATELLI & J. S. MONTEIRO, *op. cit.*, 42-48; «Plano de acções para 2001», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 1, p. 4.

<sup>311</sup> «RPM – Actividades para 2005», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 15, de Março de 2005, pp. 10-12.

Aquela lei de bases teve implicações muito significativas na institucionalização da RPM e, particularmente, na credenciação de museus, instrumento fulcral da política museológica portuguesa. Definida conceptualmente, a RPM é “um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”<sup>312</sup>, e compõe-se pelos “museus existentes no território nacional e credenciados nos termos da presente lei”<sup>313</sup>.

A credenciação consiste numa avaliação e reconhecimento oficial da qualidade técnica dos museus, no sentido da promoção do acesso à cultura e do enriquecimento do património cultural, “através da introdução de padrões de rigor e de qualidade no exercício das funções museológicas”<sup>314</sup>. Processo voluntário requerido por qualquer museu com personalidade jurídica ou pessoa colectiva pública ou privada de que dependa um museu<sup>315</sup>, a credenciação e conseqüente integração na RPM decorre da verificação do cumprimento de todas as funções museológicas<sup>316</sup> enunciadas na *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, assim como da existência de instalações adequadas e garantia de acesso ao público, de um regulamento do museu e de recursos humanos e financeiros<sup>317</sup>.

Por sua vez, a respeito da criação de novos museus, este diploma determina que quaisquer entidades públicas ou privadas são livres de tomar a iniciativa<sup>318</sup>, mediante documento em que manifestem formalmente essa intenção, definindo o respectivo estatuto jurídico, e se comprometam a executar o programa museológico e a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurem a sua sustentabilidade<sup>319</sup>. No entanto, está sujeita a

<sup>312</sup> Art. 102.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>313</sup> Art. 104.º § 1.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. A adesão à RPM foi suspensa, em Junho de 2003, em virtude da entrega do ante-projecto da *Lei-Quadro dos Museus* ao Ministro da Cultura, o qual previa a institucionalização da Rede e definia os requisitos da credenciação de museus, enquadramento jurídico que regeria futuramente a integração naquele organismo [«Suspensão da adesão à Rede Portuguesa de Museus», in *Museus. Boletim Trimestral...*, cit., n.º 8, p. 3]. As candidaturas foram formalmente abertas a 18 de Maio de 2007 [«Credenciação de Museus», in *Museus. Boletim Trimestral...*, cit., n.º 24, Junho de 2007, p. 3].

<sup>314</sup> Art. 111.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>315</sup> Art. 112.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>316</sup> De harmonia com o art. 7.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, são funções do museu: estudo e investigação; incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação e exposição, educação.

<sup>317</sup> Art. 113.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto; cf. Despacho Normativo n.º 3/2006, de 10 de Janeiro.

<sup>318</sup> Art. 5.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>319</sup> Art. 85.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

autorização do Ministro da Cultura, após parecer emitido pelo Conselho de Museus<sup>320</sup> na fase de instrução do procedimento<sup>321</sup>.

Instrumento regulador dirigido a todos os museus portugueses, a *Lei-Quadro dos Museus* implica, passado o período transitório consignado<sup>322</sup>, uma maior diferenciação entre as entidades cujo título de museu é reconhecido institucionalmente – tendendo a corresponder sobretudo aos organismos credenciados –, e as instituições em que tal não acontece<sup>323</sup>. Porém, para evitar uma separação extrema *museu/não-museu*, optou-se por uma classificação dicotómica mais branda: *museu e colecção visitável*<sup>324</sup>.

O recente enquadramento legal dos museus portugueses firmou um referencial exigente, direccionado para a qualificação e um melhor ordenamento da realidade museológica portuguesa. Descrevendo com grande rigor as suas funções e a forma de as cumprir, estabelece parâmetros mínimos em matéria de recursos humanos, físicos e financeiros.

No que concerne à salvaguarda e afirmação do património cultural religioso, é necessário que os responsáveis pelos museus e tesouros eclesiásticos se adaptem às novas directrizes civis, mas aliando a componente pastoral que tais instituições encerram<sup>325</sup>. O papel da Igreja portuguesa nesta área e a sua contribuição para o desenvolvimento da política museológica nacional vem sendo reconhecido pelo Estado, que lhe outorga assento no Conselho de Museus<sup>326</sup>.

<sup>320</sup> Órgão colegial com funções consultivas no domínio da política museológica nacional, na dependência directa do Ministro da Cultura, cuja criação, pelo Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de Dezembro, decorre da *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*. Sucede ao Conselho Consultivo de Museus, instituído pelo art. 7.º do Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto, que criou o IPM, mantendo-se, com alteração na sua composição, no art. 10.º das redacções dos Decretos-Lei n.º 161/97, de 26 de Junho, e n.º 398/99, de 13 de Outubro.

<sup>321</sup> Art. 87.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>322</sup> Cf. Art. 140.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>323</sup> *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais/Rede Portuguesa de Museus, 2005, p. 25.

<sup>324</sup> Vd. subcapítulo 1.1. Museologia e museus; cf. *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, cit., p. 24.

<sup>325</sup> Cf. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé: “Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus”: da conservação para a valorização: Museus eclesiásticos como instrumento pastoral. A APMIC dedicou as 2.ªs *Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja* à situação emergente do regime jurídico recentemente aprovado, com o tema “A credenciação e a qualificação dos museus”. Vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica: Credenciação e a Qualificação dos Museus: 2.ªs Jornadas.

<sup>326</sup> A CEP tem um representante naquele órgão consultivo [art. 2.º § 1.º alínea q) do Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de Dezembro], à semelhança do que acontecia no antecessor Conselho Consultivo de Museus, na actualização da Lei Orgânica do IPM, em 1999 [art. 10.º § 3.º alínea l) do Decreto-Lei n.º 398/99,

### 2.3.4. Projecto “Igreja Segura”

O Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária<sup>327</sup>, órgão do ISPJCC, possui um núcleo considerável de arte sacra no seu acervo, um conjunto de espécimes furtados e posteriormente recuperados pela Polícia Judiciária, o qual não podia ser devolvido à sua origem por esta permanecer desconhecida, seja porque não houve apresentação de queixa, seja por nunca terem sido reclamadas após publicitação das suas imagens por parte daquela polícia<sup>328</sup>. Na realidade, na viragem para o século XXI, grande número de bens culturais móveis patentes em igrejas e outros edifícios religiosos não estava ainda inventariado e muito menos defendido por meios de segurança adequados<sup>329</sup>. Nalguns casos, o seu estado de conservação era deficiente ou desconhecido e a Igreja, por insuficiência de recursos afectos, via-se incapaz – apesar dos esforços e trabalhos desenvolvidos – de implementar os procedimentos necessários à efectiva protecção e salvaguarda do seu vasto património artístico e cultural<sup>330</sup>.

---

de 13 de Outubro]. Na versão daquela lei orgânica promulgada pelo Decreto-Lei n.º 161/97, de 26 de Junho, a Igreja estava representada por um membro da Comissão de Arte Sacra [art. 10.º § 3.º alínea j)]. À data da constituição do IPM, porém, não havia qualquer representante da Igreja no Conselho Consultivo de Museus [cf. art.º 7.º § 3.º do Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto].

<sup>327</sup> Actualmente Museu de Polícia Judiciária, órgão da Escola de Polícia Judiciária, ao qual compete “organizar e administrar o Museu da PJ, assegurando a recolha, conservação, estudo e divulgação dos objectos que possuam interesse criminalístico, histórico, documental e museológico existentes na PJ e dos apreendidos que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado” [art. 3.º alínea e) do Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de Fevereiro]. Criado pelo Decreto-Lei n.º 41306 de 2 de Outubro de 1957, juntamente com a Escola de Polícia Judiciária e o Laboratório de Polícia Científica, não foi, porém, concretizado após essa data. Em 1978, surgiu uma nova referência a este museu, constituído como órgão da Escola de Polícia Judiciária [art. 4.º alínea e) do Decreto-Lei n.º 37/78, de 20 de Fevereiro], competindo-lhe “a recolha, guarda e exposição dos objectos de interesse criminalístico e didáctico existentes na Polícia Judiciária e dos que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado, [...] se não se tornarem necessários ao Laboratório de Polícia Científica” [art. 13.º § 1.º do Decreto-Lei n.º 37/78, de 20 de Fevereiro]. As disposições mantiveram-se na redacção fixada pelo Decreto-Lei n.º 235/80, de 18 de Julho. O programa museológico do museu foi oficializado por Ordem de Serviço da Directoria Geral da Polícia Judiciária, n.º 39, de 2 de Abril de 1993, com a designação de Museu Nacional de Criminalística da Polícia Judiciária [vd. *Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária*, Lisboa, Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária, s. d., p. 3; Leonor SÁ, «Museu Nacional de Criminalística da Polícia Judiciária: projectos para a salvaguarda do património cultural móvel português», in *Seminário Furto e Tráfico Internacional de Obras de Arte. Situação Actual e Estratégias para o Futuro*, Lisboa, Polícia Judiciária, 1997, p. 208].

<sup>328</sup> L. SÁ, *op. cit.*, p. 209; Leonor SÁ, «Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária: “Igrejas roubadas: trancas à porta?”», in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Lisboa, Ordem dos Advogados, n.º 29, Novembro/Dezembro 2003.

<sup>329</sup> Cf. *Protocolo Igreja Segura*, Lisboa, 18 de Junho de 2003, preâmbulo, alínea c).

<sup>330</sup> Cf. *Idem*, preâmbulo, alíneas d) e f).

Diante de um cenário de furtos frequentes, mas também de igrejas encerradas por falta de condições de segurança, impedindo o culto, a fruição estética, o estudo científico, e representando um desperdício do seu potencial para o desenvolvimento sociocultural, turístico e económico das comunidades, aquele museu, num encontro das perspectivas policial e cultural, quis contribuir para a melhoria da situação das igrejas portuguesas<sup>331</sup>.

Impulsionada por uma função social de prevenção criminal<sup>332</sup>, a ideia inicial de intervenção do museu na área da segurança em igrejas evoluiu para uma abordagem global e multidisciplinar da salvaguarda do património religioso, obtendo parcerias de outras instituições, no intento de juntar competências e recursos, tanto na vertente da segurança quanto na da conservação e restauro<sup>333</sup>. Formada a equipa de apoio dentro da Polícia Judiciária, a nível nacional, integrando um membro das Brigadas contra o Furto e Tráfico de Obras de Arte de cada Directoria territorial, chamaram para este projecto a CEBCI e o IPCR, estruturando, assim, os três lados do triângulo problemático: *prevenção criminal, património da Igreja e conservação preventiva*<sup>334</sup>.

“*Nove magníficos*”<sup>335</sup>

De iniciativa e coordenação do ISPJCC, através do MAHPJ, o Projecto *Igreja Segura* foi concebido em colaboração com o IPCR e a CEBCI<sup>336</sup>, para ser realizado em parceria com a DGEMN, a UCP, a UMP, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Instituto Politécnico de Portalegre e a Ordem dos Engenheiros, contando com a cooperação do IPPAR, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil<sup>337</sup>. O protocolo, celebrado a 18 de Junho

<sup>331</sup> Cf. *Idem*, preâmbulo, alíneas a) e g).

<sup>332</sup> Assumida das próprias competências da Polícia Judiciária [cf. arts. 4.º § 1.º alínea f) do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro; *Protocolo Igreja Segura*, *cit.*, preâmbulo, alínea b)].

<sup>333</sup> Leonor SÁ, «Projecto *Igreja Segura*», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 9, Setembro de 2003, p. 24.

<sup>334</sup> L. SÁ, «Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária: “Igrejas roubadas: trancas à porta?”», *cit.*

<sup>335</sup> Expressão empregada por Francisco Teodósio Jacinto, director do ISPJCC, para designar as entidades de cariz público, privado e social que aderiram ao Projecto *Igreja Segura*. Vd. «Património: Misericórdias na Igreja Segura», in *Voz das Misericórdias*, *cit.*, A. XXI, n.º 213, Junho de 2003.

<sup>336</sup> Representada, na prática, pela Diocese de Coimbra, cujo prelado era, ao tempo, presidente da dita comissão episcopal.

<sup>337</sup> L. SÁ, «Projecto *Igreja Segura*», *cit.*, p. 24.



de 2003 entre os nove parceiros, permitiu a optimização dos recursos e uma cobertura abrangente dos domínios necessários à protecção do património sacro português.

A cada membro caberia uma responsabilidade distinta, em função do seu domínio de actividade e da sua área de influência. O ISPJCC, através do seu museu, coordenaria o Projecto e a comunicação entre todos os parceiros; teria a seu cargo a elaboração e organização da exposição multimédia itinerante *SOS Igreja*, bem como a concepção dos conteúdos pedagógicos do filme, do manual de segurança e do questionário para avaliação de riscos, em colaboração com uma equipa de especialistas; coordenaria e colaboraria com a equipa de acompanhamento das “igrejas piloto” e nas acções de formação e sensibilização para a temática da segurança. Ao IPCR competiria disponibilizar o seu laboratório móvel e uma equipa técnica para visitar e analisar o estado de conservação do património móvel das igrejas inscritas no Projecto; elaborar os conteúdos do manual de conservação, adequando-os ao contexto em causa; apreciar os programas e cadernos de encargos das intervenções de conservação e restauro. Pela CEBCI, a Diocese de Coimbra assumiria a missão de divulgar o Projecto, sensibilizando as demais Dioceses para aderirem, acolhendo-o como instrumento de apoio no âmbito da salvaguarda dos seus bens culturais, e mobilizar os párocos, comissões fabriqueiras e outras entidades detentoras de edifícios religiosos com património móvel<sup>338</sup>.

Porque, não raras vezes, a conservação do conteúdo depende da condição do contentor, a DGEMN foi, por isso, convidada para a parceria, tocando-lhe executar relatórios ou fichas de diagnóstico relativos ao estado de conservação dos imóveis religiosos e avaliar os respectivos cadernos de encargos, assim como coordenar e fiscalizar as intervenções julgadas necessárias. À Associação Nacional de Municípios Portugueses cumpria encorajar a câmaras municipais no seu apoio ao projecto, quer pela disponibilização de recursos técnicos que integrem as equipas, quer recursos financeiros indirectos, mediante a captação de potenciais mecenas ou eventuais candidaturas a fundos de índole local. Por seu turno, a Ordem dos Engenheiros participaria com uma equipa de especialistas em segurança para a elaboração de estudos, projectos e conteúdos<sup>339</sup>.

---

<sup>338</sup> Cf. *Protocolo Igreja Segura, cit.*, arts. 1.º a 3.º

<sup>339</sup> *Idem*, arts. 4.º, 8.º e 9.º

A UCP encarregou-se de orientar, coordenar e uniformizar os trabalhos de inventariação das igrejas, segundo critérios científicos e em suportes informatizados adequados, enquanto a UMP divulgaria o Projecto junto de todas as Misericórdias portuguesas, no sentido de promover a sensibilização para a causa e recolher, entre as respectivas comunidades, apoios técnicos e financeiros para a implementação e manutenção das medidas de segurança preconizadas. A imagem corporativa e difusão do Projecto, ora em suporte informático ora de papel, ficaria a cargo do Instituto Politécnico de Portalegre<sup>340</sup>.

O grupo de entidades que compôs o Projecto *Igreja Segura*, oriundo de diversos sectores e de carácter multidisciplinar, consistiu numa união e optimização de esforços e competências, que se materializaram em diversas acções de intervenção e prevenção no domínio do património histórico e cultural da Igreja.

### *Conhecimento e protecção*

O inventário é tarefa por excelência e indispensável para o conhecimento do património<sup>341</sup>, constituindo “o primeiro passo e a pedra basilar em qualquer sistema global de segurança”<sup>342</sup>. No âmbito dos bens culturais, de harmonia com a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, a *Lei do Património Cultural*, entende-se como forma de protecção legal e consiste no “levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação”<sup>343</sup>. Já em contexto museológico, em conformidade com a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, “é a relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação”<sup>344</sup>, visando “a identificação e individualização de

---

<sup>340</sup> *Idem*, arts. 5.º a 7.º

<sup>341</sup> As suas origens remontam, pelo menos, à Grécia Antiga. Os *hieropeus* estavam responsáveis pela sua execução, registando detalhadamente os elementos para identificação dos ex-votos depositados nos santuários: o nome do objecto, a matéria, o peso, sinais particulares, o nome do deus ao qual era ofertado, o motivo da dedicação, a data, o nome e nacionalidade do doador [G. BAZIN, *op. cit.*, pp. 12-14].

<sup>342</sup> *Projecto Igreja Segura. Manual Básico de Segurança*, Lisboa, Instituto Superior de Polícia e Ciências Criminais, 2004, p. 19.

<sup>343</sup> Art. 19.º § 1.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>344</sup> Art. 16.º § 1.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

cada bem cultural e integra[ndo] a respectiva documentação de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características”<sup>345</sup>.

A carência deste instrumento esteve nas origens do Projecto *Igreja Segura*. Os objectos de arte sacra que compõem o acervo do MAHPJ, ali conservados por não se lograr encontrar o legítimo proprietário, chamaram a atenção para esta problemática<sup>346</sup>. Contudo, o crime não era o único inimigo do património religioso, pois, além do furto e do vandalismo, a sua perda resulta também da falta de medidas de protecção adequadas<sup>347</sup>. Por conseguinte, as actividades a desenvolver passariam pela sensibilização e prevenção em termos de segurança contra a criminalidade, onde o inventário e boas práticas de controlo e vigilância desempenham um papel fulcral, mas igualmente em termos de segurança contra incêndio e outros acidentes<sup>348</sup>, prevendo-se ainda uma actuação ao nível da conservação<sup>349</sup>, fosse pela preservação, com intervenção de carácter profilático sobre o objecto, fosse pela conservação preventiva, operando na envolvente ou no continente dos bens culturais móveis, ou pelo restauro, agindo de modo directo nos espécimes para os devolver a uma condição anterior.

### *Três eixos de acção*

O Projecto *Igreja Segura* ambicionava abrir mais igrejas, bem conservadas e em segurança, com o intuito de valorizar o seu património e possibilitar o seu usufruto<sup>350</sup>, para que, “continuando como centros de culto, sejam também pólos dinamizadores de cultura, e por isso espaços abertos e seguros”<sup>351</sup>. Para isso, assentava em três eixos de acção fundamentais:

<sup>345</sup> Art. 16.º § 2.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

<sup>346</sup> Cf. L. SÁ, «Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária: “Igrejas roubadas: trancas à porta?”», *cit.*

<sup>347</sup> Cf. *Projecto Igreja Segura* [desdobrável], Lisboa, Instituto Superior de Polícia e Ciências Criminais, 2004.

<sup>348</sup> Neste âmbito, a 10 de Janeiro de 2006, foi apresentado um modelo tipo de *Plano de Emergência Interno* para igrejas, documento preventivo e de gestão operacional, que sistematiza um conjunto de normas e regras de procedimentos para minimizar os efeitos de acidentes e catástrofes [vd. «Modelo Tipo de Plano de Emergência Interno para igrejas», in *Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], Lisboa, Instituto Superior de Polícia e Ciências Criminais, de 8 de Maio de 2006, disponível em URL: <http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/PEI.htm> (acedido em 19 de Fevereiro de 2010)].

<sup>349</sup> *I. e.*, um conjunto de acções destinadas a manter a segurança e a integridade de um bem cultural e minimizar a sua deterioração a fim de prolongar a sua vida útil [cf. Josep BALLART HERNÁNDEZ, *Manual de Museos*, Colección Patrimonio Cultural, n.º 4, Madrid, Editorial Síntesis, 2001, p. 153].

<sup>350</sup> «Introdução», in *Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://www.igrejasegura.com.pt/introducao.htm> (acedido em 19 de Fevereiro de 2010).

<sup>351</sup> *Protocolo Igreja Segura*, *cit.*, preâmbulo.

uma exposição multimédia itinerante, *SOS Igreja*, com o objectivo de informar e sensibilizar; a criação de “igrejas piloto”, modelos de boas práticas de segurança e conservação; e pesquisa, estudo e acções de formação, de maneira a ampliar e difundir o conhecimento sobre a história, protecção e segurança dos bens culturais religiosos<sup>352</sup>.

### *Exposição “SOS Igreja”*

A exposição *SOS Igreja*, o mais visível dos três eixos, surgia enquanto evento multimédia itinerante, firmado numa estratégia assertiva e lúdica, com recursos a meios expositivos pouco convencionais, que informasse e sensibilizasse para as sérias dificuldades de segurança das igrejas portuguesas. Através de uma exposição de arte sacra, à qual se aliam luz, imagem, som e acções em tempo real, focam-se os principais problemas que assolam o património histórico e artístico religioso, apontando de seguida para soluções quer do ponto de vista da prevenção criminal, quer da conservação preventiva. Destinada a um público geral, de todas as idades, pretende atingir, todavia, um grupo-alvo muito específico, composto de todos os responsáveis pela gestão e manutenção das igrejas e demais espaços depositários de arte sacra e outros bens culturais<sup>353</sup>.

O primeiro momento deu-se em Coimbra, no contexto da iniciativa Coimbra: Capital Nacional da Cultura 2003. Inaugurada a 27 de Outubro de 2003, esteve patente na igreja de São Tiago, em Coimbra, até 14 de Dezembro, prosseguindo, depois, para Portalegre<sup>354</sup>, Lisboa<sup>355</sup>, Loulé<sup>356</sup>, Braga<sup>357</sup>, Castro Daire<sup>358</sup>, Pinhel<sup>359</sup> e Santarém<sup>360</sup>. A equipa dispôs-se a

<sup>352</sup> «Introdução», in *Projecto IGREJA SEGURA*, *cit.*

<sup>353</sup> «Exposição Multimédia “SOS Igreja”», in *Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], *cit.*, de 16 de Setembro de 2010, disponível em URL: [http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/exposicao\\_multimedia.htm](http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/exposicao_multimedia.htm) (acedido em 19 de Dezembro de 2010); «Exposição multimédia SOS Igreja», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 13, p. 30.

<sup>354</sup> De 30 de Junho a 31 de Agosto de 2004, na Igreja da Misericórdia, com o apoio da Câmara Municipal de Portalegre e a participação do Instituto Politécnico de Portalegre [Octávio CARMO, «Igrejas portuguesas mais preocupadas com questões de segurança», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 1 de Julho de 2004].

<sup>355</sup> De 27 de Setembro a 30 de Novembro de 2004, na Igreja do Convento das Mónicas, com a colaboração da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e da Câmara Municipal de Lisboa [«Exposição multimédia SOS Igreja», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 13, p. 30].

<sup>356</sup> De 1 de Março a 30 de Abril de 2005, na Igreja do Convento de Santo António, com o apoio da Câmara Municipal de Loulé [Samuel MENDONÇA, «A importância da segurança nas igrejas», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 8 de Março de 2005].

<sup>357</sup> De 21 de Julho a 25 de Setembro de 2005, no Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo – Igreja de S. Paulo [«Projecto Igreja Segura chega a Braga», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 16 de Junho de 2005; «Inaugurada exposição “SOS Igreja” em Braga», in *Diário do Minho*, Braga, Empresa Diário do Minho, de 22 de

levar a exposição por todo o país, mediante convite de entidades que tencionem albergá-la. Por onde já passou, os resultados mostravam o cumprimento dos objectivos, criando-se uma ou mais igrejas modelo em cada Diocese para servir de exemplo do que era preciso fazer pelas demais<sup>361</sup>.

### *Igrejas Piloto*

A designação “Igreja Piloto do Projecto Igreja Segura – Igreja Aberta” traduz um modelo de boas práticas de segurança e de conservação. Para alcançar esta categoria, as entidades que manifestassem o seu interesse e situação de viabilidade seriam visitadas por uma equipa do Projecto, com o propósito de diagnosticar as necessidades de segurança na igreja em causa e confirmar (de ambas as partes) a efectividade da candidatura, delineando logo os planos de inventário e de acções pedagógicas<sup>362</sup>. Formalizada a adesão, deviam dar início ao preenchimento do questionário de avaliação de riscos e à inventariação, proceder à acção de formação sobre prevenção criminal em igrejas e garantir que eventuais obras de conservação e restauro seguiriam critérios de qualidade<sup>363</sup>. Depois, adquirido e instalado o equipamento de segurança, conforme o relatório elaborado pela equipa do Projecto, a igreja seria avaliada sobre a idoneidade para receber o título de Igreja Piloto<sup>364</sup>.

A 23 de Junho de 2006, decorreu, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Loulé, a cerimónia de entrega do prémio “Igreja Segura – Igreja Aberta 2005” à capela de Nossa Senhora da Conceição<sup>365</sup>, daquele município, aproveitando-se a ocasião para festejar o

---

Julho de 2005; «Exposição “Igreja Segura” espera responsáveis paroquiais», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 8 de Setembro de 2005].

<sup>358</sup> De 17 de Novembro a 29 de Dezembro de 2006, na Capela das Carrancas e Museu Municipal de Castro Daire [«Exposição Multimédia “SOS Igreja”», in *Projecto IGREJA SEGURA*, *cit.*].

<sup>359</sup> De 1 de Agosto a 30 de Setembro de 2008, na Igreja de Santa Maria do Castelo, com o apoio da Câmara Municipal de Pinhel [«Pinhel acolhe “SOS Igreja”», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 1 de Agosto de 2008].

<sup>360</sup> Vd. «Exposição Multimédia “SOS Igreja”», in *Projecto IGREJA SEGURA*, *cit.*

<sup>361</sup> «Inaugurada exposição “SOS Igreja” em Braga», *cit.*

<sup>362</sup> «Igrejas piloto», in *Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], *cit.*, de 16 de Julho de 2008, disponível em URL: <http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/Noticias7.htm> (acedido em 19 de Dezembro de 2010), n.ºs 1 a 3.

<sup>363</sup> *Idem*, n.º 5.

<sup>364</sup> *Idem*, n.ºs 7 e 8.

<sup>365</sup> Nuno Rosário FERNANDES, «Capela em Loulé recebe Prémio “Igreja Segura”», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 22 de Junho de 2006; Idílio REVEZ, «Insegurança em monumentos religiosos preocupa Polícia Judiciária», in *Público*, *cit.*, de 25 de Junho de 2005.

terceiro aniversário do Projecto *Igreja Segura*<sup>366</sup>. Distinção atribuída à melhor “igreja piloto” do ano, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, teve o valor pecuniário de 15 000 Euros para ser empregue nas melhorias detectadas como necessárias e na execução de um projecto cultural.

Três anos após a implementação do Projecto *Igreja Segura*, haviam já aderido treze dioceses e onze “igrejas piloto” encontravam-se em fase de diagnóstico e elaboração de relatórios de segurança e conservação, números, no entanto, aquém das expectativas. Apesar disso, a UMP vinha a dinamizar com grande eficácia a informação e divulgação do Projecto junto das Misericórdias e, apenas na primeira metade de 2008, registaram-se três novas inscrições ligadas àquele organismo<sup>367</sup>.

### *Formação*

A vertente pedagógica do Projecto *Igreja Segura* constituía um dos seus eixos de actuação, pelo que proporcionava acções de formação, de carácter gratuito, a grupos formados por párocos, zeladores, membros de comissões fabriqueiras e de irmandades, etc., contribuindo para uma melhoria efectiva da segurança e da conservação dos bens culturais das Dioceses e Municípios aderentes. Durante o triénio 2003-2005, realizaram a acção subordinada ao tema da “Prevenção Criminal e Conservação Preventiva do Património Cultural das Igrejas” em Coimbra, Braga, Almada e Loures; nesta última localidade, conjugada com outra acção, acerca da “Vigilância em Igrejas”<sup>368</sup>.

No ano de 2006, em molde diferente, com a temática de “Prevenção Criminal e Vigilância em Igrejas”, a formação passou por seis Dioceses, algumas delas mais periféricas: Bragança-Miranda, Algarve, Setúbal, Braga, Angra e Évora<sup>369</sup>. Não obstante, em princípios do ano imediato, na sequência de um curso de Formação de Formadores ministrado no ISPJCC, as quatro Directorias (Porto, Lisboa, Coimbra e Faro) e seis dos Departamentos

<sup>366</sup> Octávio CARMO, «Capela de Loulé recebe prémio Igreja Segura 2005», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 30 de Maio de 2006.

<sup>367</sup> «Igrejas piloto», in *Projecto IGREJA SEGURA*, *cit.*

<sup>368</sup> «Acções de formação», in *Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], *cit.*, de 11 de Abril de 2006, disponível em URL: <http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/Noticias1.htm> (acedido em 19 de Dezembro de 2010).

<sup>369</sup> «Formação», in *Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], *cit.*, de 21 de Abril de 2009, disponível em URL: [http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/Noticias\\_afpi.htm](http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/Noticias_afpi.htm) (acedido em 19 de Dezembro de 2010).

de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (Aveiro, Braga, Guarda, Leiria, Ponta Delgada e Portimão) passaram a dispor de um Inspector formador para, localmente, dar resposta aos pedidos de acção de formação “Prevenção Criminal e de Riscos/Vigilância em Igrejas”, provenientes de Dioceses, Paróquias, Misericórdias, Câmaras Municipais ou outros organismos da sua área territorial<sup>370</sup>. A componente formativa do Projecto tornara-se mais descentralizada e operativa a nível local.

Num plano mais alargado, assinala-se o Seminário Internacional *Segurança, Protecção e Valorização do Património Cultural*, organizado no âmbito do Projecto *Igreja Segura*, entre os dias 24 e 26 de Março de 2004, no Instituto Franco-Português, em Lisboa, pelo ISPJCC, através do MAHPJ, e pela Embaixada de França. Contando com a presença de várias personalidades nacionais e estrangeiras, de prestígio e comprovada experiência, abordaram-se diversas perspectivas da problemática criminal ligada aos bens culturais, não só das igrejas como também dos palácios e museus, com particular atenção para as estratégias de protecção e segurança a seguir no futuro<sup>371</sup>.

### **2.3.5. 18 de Abril 2008: Património religioso no “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios”**

Por iniciativa do ICOMOS, estabeleceu-se, a 18 de Abril de 1982, “la Journée des Monuments et Sites”. Considerando a necessidade de intensificar o esforço no sentido de promover uma melhor compreensão do património cultural por parte do público<sup>372</sup>, a 22.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO, em Novembro de 1983, aprovou a comemoração anual do dia 18 de Abril como “Journée Internationale des Monuments et des Sites”<sup>373</sup>. A cada ano, há um tema proposto pelo ICOMOS, oferecendo uma oportunidade de desenvolver a consciência pública a respeito da diversidade patrimonial, mas igualmente da sua vulnerabilidade e consequente empenho, num zelo de solidariedade internacional, para a

<sup>370</sup> «Igrejas seguras em todo o país», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 3 de Maio de 2007.

<sup>371</sup> «Seminário Internacional: Segurança, Protecção e Valorização do Património Cultural», in *Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], *cit.*, de 1 de Fevereiro de 2005, disponível em URL: <http://www.igrejasegura.com.pt/noticias/Noticias3.htm> (acedido em 19 de Dezembro de 2010).

<sup>372</sup> UNESCO, Conférence générale, 22, *Actes de la Conférence Générale*, Paris, UNESCO, 1983 (Actes de la Conférence générale, vingt-deuxième session, Paris, 25 octobre – 26 novembre 1983), vol 1, p. 61, résolution 11.10.

<sup>373</sup> Cf. *Idem*, vol 3. pp. 150 e 1373.

proteger e a conservar<sup>374</sup>. O tema eleito para o ano de 2008 era “Património Religioso e Lugares Sagrados”<sup>375</sup>.

Através dos tempos e por todo o mundo, as sociedades humanas têm constituído um vasto património associado às suas convicções e práticas religiosas<sup>376</sup>, marcando as paisagens com a construção de espaços sagrados<sup>377</sup> ou reconhecendo propriedades hierofânicas nos elementos naturais que as rodeiam. Desde pequenos santuários ou templos até complexos urbanos de cariz religioso, paisagens sacras ou rotas de peregrinação, portadores de notável importância comunitária, antropológica, científica, histórica e artística, todos são “monumentos e sítios” que interessam ao ICOMOS. Porém, este alegava que não podiam ignorar-se os bens culturais móveis – obras de arte e outros objectos, os arquivos e documentação –, nem sequer o património imaterial, como os ritos ou as tradições, que participam do significado e realidade dos lugares sacros e práticas religiosas que encerram<sup>378</sup>.

Ainda que seja uma organização não-governamental civil – vocacionada para todos os lugares e valores culturais mundanos e não para questões religiosas –, diante de um tópico de grande actualidade, com lugar de relevo no campo dos estudos patrimoniais, cuja protecção e conservação representava uma necessidade e um desafio, o envolvimento do ICOMOS era assaz pertinente<sup>379</sup>.

Em Portugal, a adesão foi grande. Por todo o país, múltiplas e variadas actividades revelaram e enaltecem o património religioso português. De carácter formal ou mais lúdico, os cerca de 400 eventos agendados incluíam exposições, visitas guiadas, palestras, conferências, jogos, dramatizações, oficinas pedagógicas, entre outros, abrindo-se templos e espaços sagrados habitualmente fechados ao público, subordinados a diversas confissões

<sup>374</sup> «Joyeux 18 Avril! La Journée Internationale des Monuments et des Sites», in *ICOMOS International Secretariat e-news* [em linha], Paris, ICOMOS, n.º 36, de 18 April 2008, disponível em URL: [http://www.international.icomos.org/publications/e-news/2008/E-news\\_36\\_20080418.pdf](http://www.international.icomos.org/publications/e-news/2008/E-news_36_20080418.pdf) (acedido em 19 de Dezembro de 2010).

<sup>375</sup> «Património Religioso e Espaços Sagrados», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 17 de Abril de 2008.

<sup>376</sup> Dinu BUMBARU, «Patrimoine religieux et lieux sacrés», in *ICOMOS International Secretariat e-news special* [em linha], *cit.*, de 18 April 2008, disponível em URL: [http://www.international.icomos.org/18thapril/2008/18\\_april\\_calendar\\_events.pdf](http://www.international.icomos.org/18thapril/2008/18_april_calendar_events.pdf), p. [4], (acedido em 19 de Dezembro de 2010).

<sup>377</sup> «Património Religioso e Espaços Sagrados», in *Agência Ecclesia, cit.*

<sup>378</sup> D. BUMBARU, *op. cit.*, pp. [4-5].

<sup>379</sup> *Idem*, p. [6].



religiosas com implantação em Portugal<sup>380</sup>. O desígnio de sensibilizar a população para a protecção do património imóvel, móvel e imaterial de natureza religiosa, mobilizou entidades civis e eclesiásticas, públicas e privadas, municípios, museus, departamentos e comissões diocesanas, escolas, associações.

Todavia, as comemorações do *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios – 18 de Abril de 2008* não contaram com a participação da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, ficando apenas a cargo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Nesse ano, o ICOMOS – Portugal decidiu não colaborar nem envolver-se em iniciativa alguma de celebração, como forma de protesto contra a evolução – que considerava negativa – da política de gestão do património cultural português<sup>381</sup>, em consequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado<sup>382</sup>.

### 2.3.6. Turismo cultural e religioso: divulgação e valorização

Ao longo do seu zelo pela salvaguarda do património histórico e artístico, a Igreja assumiu a promoção e valorização como parte de um percurso natural iniciado com a inventariação. Os responsáveis diocesanos reconheciam a importância dos bens culturais enquanto pólo de atracção e o seu dever em dá-los a conhecer ao público<sup>383</sup>. Diversas acções de formação e sensibilização vinham preparando os intervenientes, mas havia um conjunto de agentes externos àquela dinâmica eclesial, que desempenhava um papel relevante na divulgação do património religioso: o Turismo.

<sup>380</sup> «Dia Internacional dos Monumentos e Sítios comemora-se amanhã em 150 localidades», in *Lusa...*, *cit.*, de 17 de Abril de 2008; cf. *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: 18 de Abril* [em linha], Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Abril de 2008, disponível em URL: <http://18deabril.sapo.pt> (acedido em 26 de Agosto de 2009).

<sup>381</sup> Raquel Henriques da SILVA, Walter ROSSA, José AGUIAR & Cláudio TORRES, *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Problemas na Política da Conservação do Património Cultural* [em linha], Lisboa, 18 de Abril de 2008, disponível em URL: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/wrrhsjaartigofinalpublico.pdf> (acedido em 26 de Agosto de 2009); cf. Raquel Henriques da SILVA, Walter ROSSA, José AGUIAR & Cláudio TORRES, «Reformar a Reforma da Gestão do Património Imóvel: Lacuna, sobreposições, conflitos, confusão, desperdícios e abandono!», in *Público*, *cit.*, de 23 de Abril de 2008.

<sup>382</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto.

<sup>383</sup> Octávio CARMO, «A Igreja portuguesa aposta no turismo», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 13 de Julho de 2004; Octávio CARMO, «A aposta no turismo da Igreja em Portugal», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 27 de Setembro de 2004.

### *Cooperativa Turel*

Em 2001, um acordo assinado entre o Cabido Metropolitano e Primacial da Sé de Braga e a Associação Comercial de Braga marcava o início de um projecto, baptizado de “Turismo Religioso – Promoção e Dinamização do Turismo Religioso como Motor de Desenvolvimento Regional”, que visava a promoção da economia local mediante o aproveitamento dos fluxos gerados pelo turismo religioso<sup>384</sup>. Depois de cerca de dois anos de trabalhos para avaliar qual a estratégia mais adequada<sup>385</sup>, a 28 de Maio de 2003, formalizou-se a constituição da cooperativa Turel|TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, juntando àqueles fundadores Confrarias e Irmandades da Arquidiocese de Braga e algumas individualidades da região, cujo objectivo era potenciar o turismo religioso em ligação com a história, cultura e património local<sup>386</sup>.

A actuação da Turel assentou, numa primeira fase, na criação de produtos e serviços turísticos e na edição de instrumentos de apoio à realização de visitas a locais de grande interesse turístico cultural e religioso. Programas como “À Descoberta dos Santuários”, para visitas em grupo<sup>387</sup>, ou “Peregrinos dos Santuários”, orientado para um espírito de peregrinação<sup>388</sup>, com fortes influências da peregrinação jacobea, associados a um cartão de fidelização, que concede descontos em diversos estabelecimentos – o “Cartão Turel”<sup>389</sup> –, e a um conjunto de “Guiões Turísticos dos Santuários”, visando suprir a carência de informação sobre os mesmos<sup>390</sup>, contribuíram sobremaneira para uma renovada dinâmica turís-

<sup>384</sup> «Semana a semana», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXII, n.º 29, de 25 de Julho de 2001; «Na comunhão das Igrejas: Braga: A cidade de Braga tornou-se pioneira na promoção do turismo religioso», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXII, n.º 40, de 7 de Novembro de 2001.

<sup>385</sup> «ACB adjudica estudo do Turismo Religioso», in *Correio do Minho*, Braga, Arcada Nova – Comunicação, Marketing e Publicidade, de 16 de Março de 2003.

<sup>386</sup> «Cooperativa chama a si promoção do turismo cultural e religioso», in *Correio do Minho*, cit., de 28 de Maio de 2003.

<sup>387</sup> «Parta à descoberta dos santuários», in *Correio do Minho*, cit., de 5 de Dezembro de 2003; «TUREL atrai operadores ao turismo minhoto», in *Correio do Minho*, cit., de 12 de Janeiro de 2004.

<sup>388</sup> «“Peregrino dos Santuários”: Turel|TCR lança produto inovador no Turismo Cultural e Religioso», in *Turel. Boletim Informativo*, Braga, TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, n.º 3, Outubro/Novembro/Dezembro 2004, p. 1.

<sup>389</sup> «Em parceria com o BES... Aí está o “Cartão TUREL”», in *Turel. Boletim...*, cit., A. II, n.º 7, Julho/Agosto 2005, p. 2.

<sup>390</sup> «Turel|TCR elabora guiões dos santuários para profissionais do turismo», in *Turel. Boletim...*, cit., n.º 1, Junho 2004, p. 1.

tica em torno do património cultural religioso minhoto<sup>391</sup>. Depois, correspondendo a um desejo de alargamento<sup>392</sup>, tanto institucional quanto geográfico, foram várias as adesões a este organismo cooperativo: os municípios de Terras de Bouro<sup>393</sup>, Amares<sup>394</sup>, Vila Nova de Famalicão<sup>395</sup>, Barcelos<sup>396</sup>, Póvoa de Varzim<sup>397</sup>, Cabeceiras de Basto<sup>398</sup>, Vila Verde<sup>399</sup>, Ponte da Barca<sup>400</sup>, Vila Pouca de Aguiar<sup>401</sup>, Boticas<sup>402</sup>, Aveiro<sup>403</sup>, Arcos de Valdevez<sup>404</sup>; a Direcção Xeral de Turismo da Xunta de Galicia<sup>405</sup>; a Diocese de Lamego<sup>406</sup>; a Fundação Oriente<sup>407</sup>; a Confraria de São Bento das Pêras, em Vizela<sup>408</sup>; entre outras. As suas motivações radicavam sobretudo no desenvolvimento socioeconómico local a partir da promoção e valorização do património cultural de índole religiosa orientadas para o público turístico.

<sup>391</sup> Cf. «Santuários minhotos registam aumento de visitantes», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 15 de Julho de 2005.

<sup>392</sup> Cf. «Reuniões com Câmaras Municipais», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 10, Janeiro/Fevereiro 2006, p. 2; «Alargamento da Base Associativa», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 11, Março/Abril 2006, p. 2; «Mais duas instituições aderem à Turel», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 12, Maio/Junho 2006, p. 1.

<sup>393</sup> Cf. «Novas adesões à Turel|TCR», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, n.º 1, p. 2.

<sup>394</sup> Cf. Fundação Oriente e Câmara Municipal de Amares concretizam a adesão à Turel|TCR», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, n.º 4, Janeiro/Fevereiro 2005, p. 2.

<sup>395</sup> Cf. «“Seria um erro histórico não aderir à Turel!”: Afirmou o edil famalicense na sessão de adesão do município à Cooperativa de Turismo Cultural e Religioso», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. II, n.º 5, Março/Abril 2005, p. 1.

<sup>396</sup> Cf. «Câmara Municipal de Barcelos adere à Turel|TCR e torna-se cooperante», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 10, p. 1.

<sup>397</sup> Cf. «Póvoa do Varzim quer promover turismo religioso», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 5 de Julho de 2006; «Câmara da Póvoa de Varzim integra a Turel|TCR», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 13, Julho/Agosto 2006, p. 2.

<sup>398</sup> Cf. «Património cultural e religioso de Cabeceiras de Basto mais divulgado», *Diário do Minho*, *cit.*, de 4 de Agosto de 2006; «Cabeceiras de Basto cooperante da Turel|TCR», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 13, p. 2.

<sup>399</sup> Cf. «Câmara Municipal de Vila Verde adere à Turel|TCR», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 15, de Novembro/Dezembro 2006, p. 1.

<sup>400</sup> Cf. «Ponte da Barca promove património religioso», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 13 de Janeiro de 2007.

<sup>401</sup> Cf. «Vila Pouca de Aguiar entra na rota do Turismo Cultural e Religioso», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 9 de Agosto de 2007.

<sup>402</sup> Cf. «TUREL estende-se a Boticas», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 15 de Dezembro de 2007.

<sup>403</sup> Cf. «Câmara Municipal de Aveiro aprovou adesão à TUREL», in *Lusa...*, *cit.*, de 17 de Janeiro de 2008; «Turel e Câmara de Aveiro assinam protocolo», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 16 de Julho de 2008.

<sup>404</sup> Cf. «Arcos de Valdevez aderiu à TUREL», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 15 de Abril de 2009.

<sup>405</sup> Cf. «Turismo da Galiza vai aderir à TUREL», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 20 de Dezembro de 2007.

<sup>406</sup> Cf. «Diocese de Lamego formaliza adesão à Turel», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 11 de Fevereiro de 2009.

<sup>407</sup> Cf. «Fundação Oriente e Câmara Municipal de Amares concretizam a adesão à Turel|TCR», *cit.*, p. 2.

<sup>408</sup> Cf. «Confraria de S. Bento das Pêras (Vizela) adere à Turel|TCR», in *Turel. Boletim...*, *cit.*, A. III, n.º 13, p. 2.

*Jornadas e congressos: partilha de experiências*

Com o intuito de analisar a situação e tendências do turismo cultural e religioso, a Turel organizou, nos dias 28 e 29 de Outubro de 2005, na sede da Associação Comercial de Braga, as Jornadas Luso-Galaicas de Turismo Cultural e Religioso, um espaço de reflexão, debate e partilha de saberes, ideias e experiências, que permitissem delinear estratégias de utilização do património na promoção turística de Portugal e da Galiza. Profissionais da área do turismo, empresários e operadores turísticos, investigadores e docentes universitários, associações culturais e religiosas, entre outros, tiveram oportunidade de discutir a actualidade do sector e alguns casos de estudo: Braga, Fátima, Santiago de Compostela<sup>409</sup>.

O sucesso do evento repetiu-se nos anos seguintes. Em Outubro de 2006, as II Jornadas tiveram lugar na Casa das Artes, em Vila Nova de Famalicão. Os objectivos eram os mesmos do ano anterior, mas abordaram-se ainda algumas questões mais práticas, como a gestão do património e a concepção de produtos turísticos. Por outro lado, a deslocalização deu o motivo para um exame específico da conjuntura famalicense<sup>410</sup>. No ano de 2007, coube a Guimarães acolher as III Jornadas, no Palácio Vila Flor<sup>411</sup>. História, património e turismo e sua relação com as cidades constituíram o tema cardeal, com particular relevância para um caso de estudo sobre a experiência vimaranense como Património da Humanidade. Em meados daquele ano, a Turel levava a cabo também, na Póvoa de Varzim, um Fórum de Arquitectura Religiosa, no qual diversos arquitectos reflectiram acerca das novas orientações e técnicas de construção, conservação e restauro de património religioso<sup>412</sup>.

---

<sup>409</sup> «Jornadas de Turismo Cultural e Religioso: Turel organiza Jornadas Luso-Galaicas de Turismo Cultural e Religioso em Braga», in *Turel. Boletim..., cit.*, A. II, n.º 7, p. 1; «Jornadas Luso-Galaicas de Turismo Cultural e Religioso foram um verdadeiro sucesso», in *Turel. Boletim..., cit.*, A. II, n.º 8, Setembro/Outubro 2005, p. 1; «Jornadas Luso-Galaicas analisam turismo cultural e religioso», in *Diário do Minho, cit.*, de 28 de Outubro de 2005.

<sup>410</sup> «II Jornadas Luso-Galaicas: Turismo Cultural e Religioso», in *Turel. Boletim..., cit.*, A. III, n.º 12, p. 1; «Turel organiza as II Jornadas em parceria com a C. M. Famalicão», in *Turel. Boletim..., cit.*, A. III, n.º 13, p. 1; «II Jornadas Luso-Galaicas de Turismo Cultural e Religioso», in *Turel. Boletim..., cit.*, A. III, n.º 14, Setembro/Outubro 2006, p. 2; «Jornadas Luso-Galaicas de Turismo Cultural e Religioso», in *Diário do Minho, cit.*, de 27 de Setembro de 2006.

<sup>411</sup> «Jornadas Luso-Galaicas de Turismo Religioso», in *Diário do Minho, cit.*, de 15 de Setembro de 2007.

<sup>412</sup> «Arquitectura Religiosa no século XXI», *Diário do Minho, cit.*, de 3 de Março de 2007.

No ano seguinte, as Jornadas assumiram a configuração de Congresso Internacional. De 22 a 24 de Abril de 2008, novamente na Póvoa de Varzim, o Congresso Internacional de Turismo Cultural e Religioso, subordinado ao tema “Turismo cultural e religioso: Oportunidades e desafios para o século XXI”, juntou mais de 400 participantes, oriundos de 29 países diferentes, para debater, a partir da análise de distintas realidades, as estratégias de planeamento e gestão dos espaços culturais e religiosos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, respondendo às novas oportunidades do mercado global, mas em benefício das economias locais. O congresso teve algumas actividades paralelas, como um salão de artesanato poveiro e uma exposição de arte sacra, composta de espécimes provenientes do Santuário de Nossa Senhora da Abadia<sup>413</sup>.

#### *Inovação, qualificação e sensibilização*

Braga é amplamente conhecida pelo vasto património que possui, mas também pela produção e comércio de objectos religiosos. No sentido de qualificar e inovar a oferta, a Turel promoveu, no Santuário do Sameiro, em Braga, de 28 e Abril a 1 de Maio de 2006, o “*Ars Artium* – Salão de Artigos Religiosos”. Ali estaria patente variado artesanato religioso, compreendendo imaginária, ourivesaria, vestes e livros litúrgicos, produtos em cera e outros, que poderiam ser adquiridos por paróquias, confrarias, irmandades ou outras instituições religiosas. Com uma atitude pedagógica, o objectivo central do evento era sensibilizar os fabricantes e artistas para uma maior qualidade e rigor das suas obras e, ao mesmo tempo, alertar os comerciantes para a importância de uma boa escolha e nível elevado de exigência<sup>414</sup>.

O êxito alcançado animou a organização para repetir o evento, ponderando a hipótese de fomentar actividades paralelas, como conferências, colóquios ou concertos<sup>415</sup>. As edições

<sup>413</sup> Abílio VILAÇA & Varico PEREIRA, «Introdução», in *Turismo Cultural e Religioso. Oportunidades e Desafios para o Século XXI*, Braga, Turel|TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, 2008, pp. 16-18; «Turel assegura figuras de proa para congresso na Póvoa de Varzim», in *Diário do Minho, cit.*, de 23 de Janeiro de 2008; «Turismo, cultura e religioso no século XXI», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 15 de Abril de 2008; «Turismo como instrumento de paz e de diálogo», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 23 de Abril de 2008.

<sup>414</sup> «Salão de Artigos Religiosos», in *Turel. Boletim..., cit.*, A. III, n.º 11, p. 1; «Qualificar e inovar oferta de artigos religiosos», in *Diário do Minho, cit.*, de 24 de Março de 2006; «Arte religiosa com qualidade», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 29 de Abril de 2006.

<sup>415</sup> «Turel quer dar continuidade ao salão de artigos religiosos», in *Diário do Minho, cit.*, de 2 de Maio de 2007.

seguintes, contudo, decorreram em Barcelos, num formato que incluía um concurso para novos criadores de artigos religiosos, de modo a desafiar os artesãos a criar e apresentar novas peças e modelos, no sentido da qualificação e inovação da arte religiosa<sup>416</sup>. Em 2008, o salão contou ainda com um programa cultural pontuado por concertos e palestras alusivas à temática, versando matérias de inventariação, conservação, restauro e gestão do património cultural religioso<sup>417</sup>.

#### *Turismo e Património Religioso: formação especializada*

A emergência do turismo por motivos culturais e religiosos foi acompanhada de uma necessidade de formação especializada, que ajudasse a melhorar a oferta turística nacional, provendo-a de intervenientes capazes nesses domínios. Assim, a Faculdade de Teologia da UCP iniciou um curso de especialização em Turismo e Património Religioso, reunindo competências no âmbito da História Religiosa de Portugal, da Museologia, da História da Arte, da Arquitectura, da Liturgia, da Antropologia, da Gestão e Planeamento do Turismo. Ministrado com recurso a tecnologia de *e-learning*, para ensino à distância via Internet, permitindo uma ampla distribuição geográfica, contava com a participação das comunidades judaica e islâmica de Lisboa, abarcando, por isso, as três tradições abraâmicas<sup>418</sup>.

A arte sacra germina e evolui no contexto de uma religião. Logo, é natural que sejam as suas estruturas temporais a cuidar do legado histórico e artístico, enriquecido por sucessivas gerações de fiéis. Com efeito, a Igreja desde cedo tem envidado esforços no sentido da salvaguarda do seu património cultural. Não obstante, apenas a partir dos últimos decénios do século XX se assistiu à criação de medidas verdadeiramente efectivas para a defesa dos bens culturais eclesiásticos, mediante a instituição de órgãos pontifícios vocacionados para a sua tutela. A Igreja portuguesa acompanhou as preocupações

---

<sup>416</sup> «TUREL distinguiu novos criadores de artigos religiosos», in *Diário do Minho, cit.*, de 1 de Junho de 2007; «Artesanato religioso “tem de ter mais qualidade”», in *Diário do Minho, cit.*, de 16 de Janeiro de 2008.

<sup>417</sup> «Salão de Artigos Religiosos abriu espaço a actividades culturais», in *Diário do Minho, cit.*, de 25 de Fevereiro de 2008.

<sup>418</sup> Octávio CARMO, «Turismo e Património Religioso em parceria inédita», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 5 de Fevereiro de 2004; Octávio CARMO, «UCP lança novo curso de Turismo e Património Religioso», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 26 de Julho de 2004.

e orientações do Vaticano, implementando variadas acções no âmbito nacional. Por outro lado, aquele património documenta a vivência da comunidade em que está inserido – nalguns casos nem sequer é propriedade da Igreja –, pelo que a sociedade civil e o poder político assumem uma parte da responsabilidade para com a sua conservação, embora por vezes num relacionamento difícil e conturbado.

O empenho tem-se feito notar por diversas entidades. Igreja e Estado, organizações religiosas e públicas, em projectos individuais ou de colaboração, lutam afincadamente em torno de um objectivo comum: o conhecimento, defesa e valorização dos testemunhos da fé do povo português.





## CAPÍTULO III

### **MUSEOLOGIA E ARTE SACRA NO CONTEXTO PORTUGUÊS**



### 3. Museologia e arte sacra no contexto português

A arte sacra, pela sua essência, tem uma presença natural no viver religioso das sociedades humanas, acompanhando, desde as origens, a sua evolução e desenvolvimento. Ao invés, os museus e as exposições, tal como hoje os concebemos, são uma realidade muito jovem<sup>1</sup>.

Com a emergência do Liberalismo e decorrente transformação das colecções artísticas e galerias privadas em museus de arte públicos, ainda nos finais do século XVIII, iniciou-se um novo período da história da museologia<sup>2</sup>. Em Portugal, o primeiro museu como instituição ao serviço do público surgiu, em 1833, com a criação, no Porto, de um *museu de pinturas, estampas e outros objectos de bellas artes* – o Museu Portuense<sup>3</sup>. Instituído na conjuntura do movimento liberal e revolucionário<sup>4</sup>, durante o cerco àquela cidade<sup>5</sup>, sob direcção de João Baptista Ribeiro, incorporou diversas obras de arte provenientes dos conventos abandonados e casas sequestradas da região<sup>6</sup> e, depois, o acervo da pinacoteca do mosteiro de Tibães e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>7</sup>.

Entretanto, a aplicação do Decreto de 28 de Maio de 1834 – a extinção das ordens religiosas – concretizou uma nacionalização de numerosos bens culturais monásticos e conventuais,

---

<sup>1</sup> Cf. Madalena Braz TEIXEIRA, «Os primeiros museus criados em Portugal», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, vol. 1, n.º 1, Janeiro/Junho 1985, pp. 185-239; Madalena Braz TEIXEIRA, *Los Comienzos de la Investigación y de la Actividad Museológica en Portugal*, Colecção Revista de Museología [monografías], n.º 1, Madrid, Asociación Española de Museólogos, 2000.

<sup>2</sup> Cf. G. H. RIVIÈRE, *op. cit.*, pp. 72-75; G. BAZIN, *op. cit.*, pp. 169-191.

<sup>3</sup> Criado pela Portaria de 11 de Abril de 1833, a sua fundação, contudo, só foi oficializada em 1836, pelo Decreto de 12 de Setembro. Vd. José Silvestre RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal*, t. VI, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, pp. 49-50 e t. VIII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1879, pp. 201-202.

<sup>4</sup> M. B. TEIXEIRA, *Los Comienzos...*, *cit.*, p. 25.

<sup>5</sup> Entre Julho de 1832 e Agosto de 1833. Vd. António Álvaro DÓRIA, «Porto. Cerco do (1832-1833)», s. v., in Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, pp. 124-127.

<sup>6</sup> J. S. RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos...*, *cit.*, t. VI, p. 50; M. B. TEIXEIRA, *Los Comienzos...*, *cit.*, p. 27.

<sup>7</sup> J. S. RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos...*, *cit.*, t. VI, pp. 54-55; M. B. TEIXEIRA, «Os primeiros museus...», *cit.*, p. 216.

sobretudo pintura e escultura, mas também diversos espécimes de artes decorativas<sup>8</sup>. O património móvel das instituições da região de Lisboa e Estremadura ficava depositado no extinto convento de São Francisco<sup>9</sup>, daquela cidade, do qual seria seleccionado um conjunto de obras com vista à fundação de um Museu Nacional de Belas Artes<sup>10</sup>.

Na senda da protecção às artes e letras preconizada pelo novo regime<sup>11</sup>, instaurado pela Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, criaram-se a *Academia das Bellas Artes de Lisboa*<sup>12</sup> e a *Academia Portuense de Bellas Artes*<sup>13</sup>, em 1836. Aquela foi instalada no mesmo edifício conventual do depósito, passando a dispor do seu acervo<sup>14</sup>. Em 1869, abriu ali ao público a Galeria Nacional de Pintura<sup>15</sup>. No Porto, a Academia ocupou o antigo convento de Santo António, anexando o Museu Portuense, em 1839, para que este servisse tanto ao uso público como para os professores e alunos daquela instituição de ensino artístico<sup>16</sup>.

### 3.1. Práticas museológicas em finais de Oitocentos

#### 3.1.1. Exposições de arte ornamental

Uma exposição de arte ornamental luso-espanhola, inaugurada em Maio de 1881<sup>17</sup>, no South Kensington Museum, em Londres – à época, considerada das mais notáveis que tiveram lugar naquela instituição<sup>18</sup> –, despertou o interesse da Coroa de Portugal. De facto, por decreto de 22 de Junho desse ano, determinou-se a realização de evento semelhante no

<sup>8</sup> M. B. TEIXEIRA, *Los Comienzos...*, cit., p. 26.

<sup>9</sup> Despacho de Ministério do Reino de 16 de Outubro de 1834. Cf. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. Documentos*, vol. III, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1938, pp. 4-5.

<sup>10</sup> Despacho de Ministério do Reino de 11 de Fevereiro de 1835. Cf. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes...*, cit., pp. 4-5.

<sup>11</sup> J. V. SERRÃO, *op. cit.*, vol. 7, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, p. 351.

<sup>12</sup> Decreto de 25 de Outubro de 1836. Cf. J. S. RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos...*, cit., t. VI, pp. 85-86.

<sup>13</sup> Decreto de 22 de Novembro de 1836. Cf. J. S. RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos...*, cit., t. VI, p. 181.

<sup>14</sup> Portaria de 30 de Dezembro de 1836. Cf. J. S. RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos...*, cit., t. VI, pp. 90-91.

<sup>15</sup> José Alberto Seabra CARVALHO & Alexandra CURVELO, «1834-1981. Breve história de uma colecção», in *Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, Edições Inapa, 1999, p. 47.

<sup>16</sup> Carta de Lei de 30 de Julho de 1839. Cf. J. S. RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos...*, cit., t. VI, pp. 204-205.

<sup>17</sup> Lúcia Maria Cardoso ROSAS & Maria da Conceição Meireles PEREIRA, «Arte e nacionalidade. Uma proposta de Yriarte a propósito da exposição de arte ornamental portuguesa e espanhola de 1882», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, S. II, vol. VIII, p. 327; cf. J[ohn] C[harles] ROBINSON (ed.), *Catalogue of the Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art, South Kensington Museum, 1881*, London, Chapman & Hall, 1881.

<sup>18</sup> Moncure Daniel CONWAY, *Travels in South Kensington*, New York, Harper & Brothers, 1882, p. 75.

nosso País, a abrir desde o mês de Novembro seguinte até finais de Janeiro do ano subsequente<sup>19</sup>. Contaria com os objectos enviados para aquela exposição no museu londrino, mas também com os numerosos espécimes reunidos pela comissão então constituída e que não chegaram a ser emprestados a Inglaterra<sup>20</sup>.

O cenário eleito para a designada *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola* foi o Palácio do Marquês de Pombal, primitivo Palácio dos Condes de Alvor, às Janelas Verdes, alugado para instalação do Museu Nacional das Bellas-Artes, havia dois anos<sup>21</sup>. Porém, devido a atrasos nas obras do edifício, só em finais de Dezembro puderam iniciar a montagem. A comissão nomeada para dirigir os trabalhos distinguiu 18 classes de obras admissíveis à exposição: *Ourivesaria, metais preciosos e joias*, mencionando alfaías de culto; *Obras de metais não preciosos*, incluindo alfaías litúrgicas de bronze; *Escultura decorativa; Armas; Cerâmica, vidros e esmaltes; Mosaicos; Obras de tartaruga; Móvelia*, individualizando móveis próprios do culto; *Relógios e instrumentos de precisão; Instrumentos de música; Tecidos bordados*, notando os paramentos e alfaías de culto; *Encadernações; Miniaturas; Revestimentos de salas; Couros; Manuscritos iluminados; e Desenhos*<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Brito REBELLO, «Exposição retrospectiva de arte ornamental em Lisboa», in *Occidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, Lallement Frères, A. IV, vol. 4, n.º 96, de 21 de Agosto de 1881, p. 187; *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. VII-VIII.

<sup>20</sup> *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva...*, cit., p. VII.

<sup>21</sup> L. M. C. ROSAS & M. da C. M. PEREIRA, *op. cit.*, p. 327; cf. Augusto Filipe SIMÕES, «Memórias póstumas», in *Escreptos Diversos de Augusto Filipe Simões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, pp. 305-306.

<sup>22</sup> *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva...*, cit., p. XI-XV.

Pelo que se infere do catálogo, e em especial dos relatos de visita então publicados<sup>23</sup>, o plano museográfico não separava os objectos sacros dos demais, coexistindo no mesmo espaço, qualificados de acordo com a sua tipologia, matéria ou técnica. As divisões do edifício foram designadas segundo um critério alfabético e os objectos tipológica e cronologicamente dispostos em três grandes grupos – tecidos, bordados e manuscritos iluminados; móveis e cerâmica; e ourivesaria, obras de escultura, pintura, etc. –, obedecendo às suas naturais analogias<sup>24</sup>, salvo a *Secção Hespanhola* (Sala B), *Os objectos do South Kensington Museum* (Sala H) e a *Sala de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando* (Sala F)<sup>25</sup>. Os espécimes portugueses exibidos provieram de todo o País, ora de grandes acervos, como os das academias de belas artes e os das catedrais, ora de pequenas igrejas, conventos e mosteiros, entre outras instituições civis e eclesiásticas, ora ainda de numerosas colecções privadas, evidenciando-se as de D. Fernando II, presidente de honra da exposição, e de D. Luís, patrono da mesma.

Inaugurada a 12 de Janeiro de 1882, na presença dos monarcas de Espanha e de Portugal, diante de muitos ilustres convidados<sup>26</sup>, a exposição notabilizou-se pela riqueza exibida e quantidade de espécimes<sup>27</sup>, mas igualmente pela presteza com que foi organizada<sup>28</sup>.

<sup>23</sup> Vd., particularmente, A[ugusto] Filipe SIMÕES, *A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola em Lisboa. Cartas ao Redactor do "Correio da Noite"*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1882, e Brito REBELLO, *op. cit.*, A. V, vol. 5, n.º 111, de 21 de Janeiro de 1882, pp. 22-23; n.º 113, de 11 de Fevereiro de 1882, pp. 34-35; n.º 114, de 21 de Fevereiro de 1882, p. 43; n.º 115, de 11 de Março de 1882, p. 59; n.º 117, de 21 de Março de 1882, p. 67; n.º 118, de 1 de Abril de 1882, p. 75; n.º 119, de 11 de Abril de 1882, p. 82-83; n.º 120, de 21 de Abril de 1882, p. 94; n.º 123, de 21 de Maio de 1882, p. 119; n.º 124, de 1 de Junho de 1882, p. 127; n.º 127, de 1 de Julho de 1882, p. 147; n.º 128, de 11 de Julho de 1882, pp. 154-155; n.º 129, de 21 de Julho de 1882, p. 163; n.º 131, de 11 de Agosto de 1882, pp. 183-184; n.º 132, de 21 de Agosto de 1882, p. 190; n.º 137, de 11 de Outubro de 1882, p. 227-230; A. VI, vol. 6, n.º 146, de 11 de Janeiro de 1883, p. 11; n.º 152, de 11 de Março de 1883, p. 62; n.º 156, de 21 de Abril de 1883, p. 95; n.º 164, de 11 de Julho de 1883, p. 159; n.º 166, de 1 de Agosto de 1883, pp. 174-175; n.º 169, de 1 de Setembro de 1883, p. 197; n.º 171, de 21 de Setembro de 1883, p. 214; n.º 173, de 11 de Outubro de 1883, p. 227; n.º 176, de 11 de Novembro de 1883, p. 251-254; n.º 179, de 11 de Dezembro de 1883, p. 279; n.º 180, de 21 de Dezembro de 1883, p. 287; A. VII, vol. 7, n.º 190, de 1 de Abril de 1884, p. 75; n.º 191, de 11 de Abril de 1884, pp. 87-88; n.º 192, de 21 de Abril de 1884, p. 91.

<sup>24</sup> A. F. SIMÕES, *A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental...*, pp. 1-2.

<sup>25</sup> Cf. *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva...*, *cit.*, pp. 6-125 e 241-255.

<sup>26</sup> B. REBELLO, *op. cit.*, A. V, vol. 5, n.º 111, de 21 de Janeiro de 1882, p. 22.

<sup>27</sup> O espaço ter-se-á mesmo revelado insuficiente para acolher tantos objectos. Cf. L. M. C. ROSAS & M. da C. M. PEREIRA, *op. cit.*, p. 327.

<sup>28</sup> B. REBELLO, *op. cit.*, A. V, vol. 5, n.º 114, de 21 de Fevereiro de 1882, p. 43; João COUTO, *As Exposições de Arte e Museologia*, Lisboa, 1950, pp. 8-9.

Resultou, assim, uma mostra muito ampliada em obras portuguesas, manifestação de arte ímpar e paradigma seguido em diversas capitais de distritos portuguesas<sup>29</sup>.

Alguns meses depois, em Maio, na cidade de Aveiro, o Grémio Moderno promoveu, na Escola Pombal, a *Exposição Districtal de Aveiro*, de arte ornamental e indústrias modernas<sup>30</sup>. Os objectos distribuíam-se por duas salas grandes – uma para a arte ornamental e a outra para as obras de produção industrial do distrito – e alguns gabinetes mais acañados<sup>31</sup>. No primeira sala ampla, “concentravam[-se] luxuosamente em confusões pittorescas, as riquezas maiores d’arte ornamental”. No que respeita à arte de cariz religioso, sem grande representatividade, a ourivesaria sacra misturava-se com a profana, antiga e moderna, encerradas numa enorme estante<sup>32</sup>; viam-se algumas pinturas de temática religiosa; e, num pequeno gabinete, um expositor patenteava indumentária litúrgica, convivendo com alguns livros e porcelana, exibida em dois armários<sup>33</sup>.

Em Maio de 1889, a visita da família real a Évora deu também azo a uma exposição de arte ornamental na sala grande da Biblioteca Eborense, franqueada ao público e muito concorrida, embora organizada apressadamente – em apenas quatro dias – ao jeito de um improvisado<sup>34</sup>. O acervo da catedral avultava, apesar da reduzida selecção de espécimes, em virtude da exiguidade do espaço; porém, à semelhança dos eventos anteriores, a arte sacra convivía com objectos de uso doméstico e decorativo, num discurso que pretendia ilustrar a cidade, as suas gentes e as suas antigas casas<sup>35</sup>.

No entanto, ainda não se haviam dissipado os ecos da *Exposição Retrospectiva*, no Museu Nacional de Bellas-Artes, no Palácio das Janelas Verdes, acolheu, em 1895, a *Exposição de Arte Sacra Ornamental*. Desta feita, a arte sacra era o elemento congre-

<sup>29</sup> Cf. Gabriel PEREIRA, «Exposição de Arte Sacra Ornamental», in *Occidente... cit.*, A. XVIII, vol. 18, n.º 597, de 25 de Julho de 1895, p. 163.

<sup>30</sup> Monteiro RAMALHO, «Exposição Districtal de Aveiro», in *Occidente...cit.*, A. V, vol. 5, n.º 125, de 11 de Junho de 1882, p. 130.

<sup>31</sup> Cf. *Idem*, pp. 130-131; A. V, vol. 5, n.º 126, de 21 de Junho de 1882, pp. 142-143; A. V, vol. 5, n.º 127, de 1 de Julho de 1882, pp. 150-151.

<sup>32</sup> *Idem*, A. V, vol. 5, n.º 125, de 11 de Junho de 1882, pp. 130-131.

<sup>33</sup> *Idem*, pp. 142-143.

<sup>34</sup> Gabriel PEREIRA, *As Exposições de Arte Ornamental*, Estudos Eborenses, 25, Évora, Minerva Eborense, 1890, p. 31.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 34.

gador da exposição, integrada nas comemorações do 7.º centenário do nascimento de Santo António de Lisboa<sup>36</sup>.

Pouco ficou para memória futura dessa mostra, com excepção do catálogo da Sala de El-Rei, organizado e publicado por Ramalho Ortigão, a expensas do monarca<sup>37</sup>. Não obstante, referia-se o grande valor da secção de tecidos e bordados<sup>38</sup> e a singularidade da exibição dos têxteis litúrgicos da capela de São João Baptista, da igreja de São Roque, acompanhados pela sua banqueta, altar e alfaias do culto<sup>39</sup>. Quanto à sala régia, o catálogo revela-nos uma distribuição tipológica: *armação e indumentária eclesiástica, torêutica, cerâmica, ourivesaria, pintura, iluminura, arte tipográfica e musica sacra*<sup>40</sup>.

Tal como acontecera em 1882, pouco depois do fecho desta exposição, abriu em Aveiro, a 22 de Agosto de 1895, a *Exposição de Arte Religiosa*, no Colégio de Santa Joana Princesa, extinto convento de Jesus, em benefício dos pobres daquela cidade<sup>41</sup>. Subordinada, igualmente, à arte de cariz religioso, assentou o seu plano expositivo numa estrutura tipológica, admitindo doze categorias distintas: *ourivesaria*, em particular as alfaias de culto; *obras de metais não preciosos; tecidos e bordados*, que incluía a indumentária e outros têxteis litúrgicos; *móveis*, como sacrários, credências, atris ou retábulos; *escultura decorativa*, mormente figurações de santos ou presépios, de mármore, marfim, barro, madeira ou cera; *cerâmica, vidros e esmaltes; obras de tartaruga*, em especial cofres eucarísticos e relicários; *encadernações; quadros a óleo e miniaturas* de temática religiosa; *panos de Arras; manuscritos iluminados*; e, por último, *desenhos, gravuras e fotografias de templos e objectos religiosos*<sup>42</sup>. Ademais, a organização pretendia evitar a opulência deslumbrante

<sup>36</sup> G. PEREIRA, «Exposição de Arte Sacra Ornamental», *cit.*, p. 163; «A Exposição d'Arte Sacra Ornamental», in *Occidente...*, *cit.*, A. XVIII, vol. 18, n.º 597, de 25 de Julho de 1895, p. 162.

<sup>37</sup> Cf. J. COUTO, *As Exposições de Arte...*, *cit.*, pp. 11-12.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 12; G. PEREIRA, «Exposição de Arte Sacra Ornamental», *cit.*, p. 163.

<sup>39</sup> G. PEREIRA, «Exposição de Arte Sacra Ornamental», *cit.*, p. 163.

<sup>40</sup> Ramalho ORTIGÃO, *Catálogo da sala de Sua Magestade El-Rei. Exposição de arte sacra ornamental, promovida pela Comissão do Centenário de Santo António em Lisboa no anno de 1895*, Lisboa, Castro & Irmão, 1895, pp. 5-102.

<sup>41</sup> Joaquim de VASCONCELLOS, «Exposição de arte religiosa em Aveiro», in *Catálogo da Exposição de Arte Religiosa no Collegio de Santa Joana Princeza em Benefício dos Pobres de Aveiro*, Aveiro, Minerva Central, 1895, p. 135 (artigo publicado originalmente n' *O Commercio do Porto*, Porto, n.ºs 224 e 225, de 20 e 21 de Setembro de 1895).

<sup>42</sup> *Catálogo da Exposição de Arte Religiosa...*, *cit.*, pp. 3-4.



dos eventos lisboetas, dando lugar tanto aos objectos preciosos como a espécimes mais correntes ou vulgares de arte popular, que testemunhavam ora o esplendor das cerimónias das catedrais ora a forma despreziosa e simples do culto católico nas modestas igrejas de aldeia<sup>43</sup>. Grande parte do acervo exposto fora emprestado pela Real Irmandade de Santa Joana Princesa ou por aquele Colégio, havendo, ainda, uma considerável representação da antiga Mitra de Aveiro, cujos bens conservava por privilégio do bispo-conde de Coimbra, que não quis privar os aveirenses das alfaias da sua antiga sé, abdicando do direito que a lei lhe concedia de as levar para a catedral conimbricense, aquando da extinção daquela Diocese, em 1881<sup>44</sup>. Os restantes objectos provinham das diversas paróquias e instituições religiosas da região, bem como de alguns coleccionadores privados.

Um ano depois, em Viana do Castelo, promoveu-se também uma *Exposição de Arte Ornamental*, entre 17 de Agosto e 26 de Setembro de 1896, nas salas do palácio da Escola Industrial de Viana do Castelo. O acervo patente, oriundo de todo o distrito, estava dividido segundo um critério tipológico e temático. Na primeira sala exibia-se *Ourivesaria*: ourivesaria sacra – “bem representada, chamando a atenção” –, ourivesaria profana e joalharia. A sala seguinte patenteava, sobre contadores e credências, exemplares de *Cerâmica nacional* das extintas fábricas de Lisboa, Coimbra, Porto e Viana; ao centro medalheiros com colecções de numismática. Na sala grande e na imediata, via-se *Mobiliário e objectos de arte*. Sucedia-se a *Sala da Índia*, com numerosos objectos orientais – colchas e pratos. A exposição concluía na *Sala de objectos religiosos*, têxteis litúrgicos, relicários e alguma escultura de marfim<sup>45</sup>.

Durante a segunda metade do século XIX, na sequência da Exposição Universal de Londres, em 1851 (a primeira, de uma longa série, que prossegue na actualidade), e decorrente abertura, no ano seguinte, do Museum of Manufacture – posteriormente Art Museum, depois Museum of Ornamental Art, ainda Museum of South Kensington, em 1857, e,

---

<sup>43</sup> *Idem*, p. 94.

<sup>44</sup> *Idem*, pp. 60-61.

<sup>45</sup> L. de Figueiredo da GUERRA, «A exposição de Viana do Castello», in *O Archeologo Português*, Lisboa, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 2, n.º 1-12, de Janeiro-Dezembro 1896, pp. 269-272; cf. *Indicador na exposição de arte ornamental de Vianna do Castello*, Vianna [do Castelo], 1896, pp. 5-43.

por fim, Victoria & Albert Museum, em 1909<sup>46</sup> –, as artes decorativas sofreram um enorme impulso, tanto na sua produção quanto na sua exibição<sup>47</sup>.

Neste contexto, aquele museu londrino levou a efeito a exposição de arte ornamental peninsular, em 1881, com a colaboração do Estado português, introduzindo uma dinâmica de inventariação e selecção de obras de arte, que espoletou o fervor de realizar um evento semelhante no nosso país. De igual modo, a mostra portuguesa, nos princípios do ano seguinte, viria a exortar outras exposições similares bem como o desejo de constituição de museus que as prolongassem, com um carácter mais permanente.

Todavia, neste período, o tópico central das apresentações era a arte ornamental, onde os objectos litúrgicos tinham uma presença assídua e numerosa, mas considerados somente pelos seus aspectos materiais, técnicos e formais, sem qualquer distinção dos espécimes de natureza civil. A despeito de alguns eventos cujo título evocava o cariz religioso e exclusivo dos acervos exibidos, assentavam num discurso de matriz tipológica, estilística e cronológica, em que o objecto sacro era mero objecto museológico.

### **3.1.2. Primeiras iniciativas em torno do património religioso**

As exposições de arte ornamental, fossem de âmbito nacional ou apenas local, trouxeram a lume copiosas obras de arte, em particular oriundas de tesouros eclesiásticos, que permaneciam armazenadas longe dos olhares do público, salvo as que estivessem ainda afectas ao culto, porventura em ocasiões ou cerimónias especiais que as requeressem.

A atenção despertada por estes eventos levou a considerar soluções locais permanentes, que valorizassem aquele património, garantindo, desta maneira, um maior cuidado e desvelo para com espécimes que estavam em vias de se perder.

#### *“Thesoiro da” Sé de Coimbra*

As referências ao acervo da catedral conimbricense remontam à Exposição Distrital de Coimbra, em Julho de 1869, promovida pela Associação dos Artistas daquela cidade. Ainda que se tratasse de uma mostra de indústria e agricultura, dedicou uma secção à

<sup>46</sup> G. BAZIN, *op. cit.*, pp. 232-233.

<sup>47</sup> L. ALONSO FERNÁNDEZ, *op. cit.*, pp. 122-123 e 140, nota 43; Tony BENNETT, *The Birth of the Museum. History, Theory, Politics*, London/New York, Routledge, 1995, pp. 70-72.

arqueologia e raridades naturais, artísticas e industriais, que incluiu aquele património eclesiástico, entre diversos objectos de colecções mineralógicas, botânicas, zoológicas, paleontológicas e etnográficas<sup>48</sup>.

Não obstante, o impulso para a criação de uma estrutura museológica surgiu apenas em 1882, por ocasião da exposição de arte ornamental de Lisboa. Após o sucesso alcançado naquele evento pela representação da Diocese de Coimbra e ante a preservação que se impunha no seu regresso, o bispo-conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina, tomou a iniciativa de fundar um museu de arte religiosa no edifício da sé<sup>49</sup>. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, em 1914, porém, dava a entender que a ideia partira de Augusto Filipe Simões – secretário da comissão executiva da exposição e responsável pela selecção de obras neste bispado –, por ter constatado o mau estado de conservação de alguns objectos aquando da sua visita<sup>50</sup>. Com efeito, o mesmo autor havia já aludido à deterioração e mutilação de alguns espécimes apresentados à exposição de 1869<sup>51</sup>.

As obras na catedral começaram em inícios de 1883, sob direcção do engenheiro militar Adolfo Ferreira de Loureiro, visando adaptar os quartos de alguns cónegos, na ala sudoeste do edifício, de modo a criar duas galerias contíguas para ali instalar o tesouro<sup>52</sup>, a salvo de furtos ou incêndios<sup>53</sup>. Estas dependências seriam aumentadas, pouco tempo depois, em 1892 e, novamente, em 1903, devido à incorporação dos acervos provenientes dos conventos femininos<sup>54</sup> que iam ficando extintos à morte da última religiosa.

---

<sup>48</sup> Henrique Coutinho GOUVEIA, *Museus de Coimbra. Da I Exposição Distrital à Organização do Museu Machado de Castro*, Coimbra, Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1980, p. 10.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 21; António Augusto GONÇALVES & Eugénio de CASTRO, *Notícia Histórica e Descritiva dos Principaes Objectos de Ourivesaria Existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Académica, 1911, p. 7; Marques GOMES, *D. Manoel Corrêa de Bastos Pina. Bispo de Coimbra, Conde d'Arganil. Esboço Biographico*, Aveiro, Minerva Central, 1897, pp. 81-82.

<sup>50</sup> Joaquim Martins Teixeira de CARVALHO, «O sr. bispo-conde e os livres pensadores», in *A Província*, A. 3, n.º 203, de 3 de Abril de 1914.; cf. Carlos SERRA, *D. Manuel Correia de Bastos Pina. Paladino do Património*, Coimbra, 1999 (Trabalho realizado no âmbito do Seminário do Mestrado em Museologia e Património Cultural da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.), p. 6.

<sup>51</sup> Joaquim Martins Teixeira de CARVALHO, «Museus Provinciais», in *Arte e Arqueologia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 89.

<sup>52</sup> H. C. GOUVEIA, *Museus de Coimbra...*, *cit.*, p. 21; C. SERRA, *op. cit.*, pp. 6-7.

<sup>53</sup> M. GOMES, *op. cit.*, p. 82.

<sup>54</sup> C. SERRA, *op. cit.*, p. 8; Carlos Manuel Santos SERRA, *António Augusto Gonçalves. O Percorso Museológico*, Coimbra, 2002 (Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.), p. 157.

A organização do museu coube a Augusto Filipe Simões<sup>55</sup>, que encomendou os expositores em Paris, por ordem do prelado, falecendo, todavia, antes de ver o trabalho concluído<sup>56</sup>. Apesar disso, o arranjo museográfico denunciava a tutela eclesiástica, quer por opções cenográficas fiéis às normas litúrgicas, dispondo as alfaias de forma conhecedora, quer pela exibição de espécimes simples e modestos, mas plenos de valor documental, litúrgico e simbólico<sup>57</sup>. A “luxuosa instalação do esplendido Thesouro”<sup>58</sup> estava marcada também pela modernidade e vanguarda museográficas, num ambiente concebido para propiciar o realce dos espécimes, por meio do contraste com a envolvente<sup>59</sup>. Na sala dos têxteis, o pavimento cerâmico minimizava o risco de incêndio, enquanto a parede estucada de branco compunha um fundo neutro para apreciação dos tecidos. As salas de ourivesaria, por seu turno, iluminadas por grandes janelas, tinham o pavimento alcatifado e a parede forrada com papel aveludado de cor magenta, criando uma coloração que evidenciava os objectos, mas com materiais difusores de luz, que reduziam reflexos indesejáveis. Os suportes consistiam em enormes armários e expositores de “madeira escura e crystal e misulas de pau santo entalhado e marmore preto”<sup>60</sup>. Em termos de segurança do museu, acresciam as fortes portas e janelas de madeira chapeadas de ferro<sup>61</sup>.

Inaugurado em 1884, logo após a *Exposição Distrital de Coimbra*<sup>62</sup>, o objectivo primordial deste museu residia na salvaguarda do património sacro do bispado conimbricense, constituindo um repositório digno e seguro para acolher os objectos que, a pouco e pouco, tinham de deixar os conventos. D. Manuel Correia de Bastos Pina dedicava um especial zelo ao legado das suas comunidades, envolvendo-se em sucessivas contendas com o Poder

<sup>55</sup> C. SERRA, *D. Manuel Correia de Bastos Pina...*, p. 7; H. C. GOUVEIA, *Museus de Coimbra...*, cit., p. 21.

<sup>56</sup> M. GOMES, *op. cit.*, p. 82.

<sup>57</sup> Maria Isabel Rocha ROQUE, *Musealização do Sagrado. Práticas museológicas em torno de objectos do culto católico em contexto português*, Lisboa, 2006 (Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, mimeog.), pp. 77-78; cf. COIMBRA, Bispo, 1872-1913 (Manuel Correia de Bastos Pina), *Offício do Bispo de Coimbra ao Ex.<sup>mo</sup> Presidente do Governo Provisorio da Republica ácerca do Thesoiro da Sé da mesma cidade*, Coimbra, F. França Amado, 1911, p. 6.

<sup>58</sup> M. GOMES, *op. cit.*, p. 82.

<sup>59</sup> Cf. M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 77.

<sup>60</sup> M. GOMES, *op. cit.*, p. 85.

<sup>61</sup> *Ibidem*; COIMBRA, Bispo, 1872-1913 (Manuel Correia de Bastos Pina), *op. cit.*, p. 5.

<sup>62</sup> C. SERRA, *D. Manuel Correia de Bastos Pina...*, p. 7.

Central, que reivindicava a transferência daquele espólio para Lisboa<sup>63</sup>. Os seus esforços foram reconhecidos, de certo modo, em 1911, nos alvares da I República, com um regime de excepção na *Lei da Separação do Estado das Igrejas*. No âmbito da nacionalização compulsiva dos bens eclesiásticos, de harmonia com o art. 62.º daquele decreto com força de lei, de 21 de Abril de 1911, determinava-se a organização de museus de arte regionais, onde não existissem ainda, mas o museu de arte religiosa anexo à catedral de Coimbra, declarado então museu nacional, continuaria sob a direcção do seu instituidor<sup>64</sup>. Cerca de um mês mais tarde, o Decreto n.º 1, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, que reorganizou os serviços artísticos e arqueológicos, fundava o Museu Machado de Castro<sup>65</sup>, do qual se consideraria secção o Museu de Arte Religiosa da Sé de Coimbra, cuja direcção estava, por determinação legal, confiada ao seu instituidor e lhe seria mantida<sup>66</sup>.

Esta situação, no entanto, teria curta duração. Depois da morte de D. Manuel Correia de Bastos Pina, a 19 de Novembro de 1913<sup>67</sup>, António Augusto Gonçalves, director do Museu Machado de Castro e grande admirador da obra do antístite, referiu a conveniência de se transferir o Tesouro da Sé para a igreja de São João de Almedina – anexa àquele Museu –, devido às parcas condições de conservação e de segurança do espaço que o albergava. Todavia, o processo não foi pacífico, inflamando a revolta do clero e da população, que se opunha à secularização daquela igreja. Por fim, a 10 de Dezembro de 1914, o Museu recebeu formalmente o templo para adaptação a fins museológicos<sup>68</sup>.

De modo a não privar a sé das alfaias necessárias às suas cerimónias litúrgicas, uma comissão, presidida por António Augusto Gonçalves, ficou incumbida de separar os objectos que deveriam ser incorporados no Museu Machado de Castro daqueles que permaneceriam afectos ao culto<sup>69</sup>. O tesouro catedralício encerrou em Julho de 1920. A colecção que foi

<sup>63</sup> Cf. M. GOMES, *op. cit.*, pp. 82-83; COIMBRA, Bispo, 1872-1913 (Manuel Correia de Bastos Pina), *A Execução das Leis de Fazenda na Extinção dos Conventos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.

<sup>64</sup> Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], art. 76.º

<sup>65</sup> Decreto n.º 1, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, art. 39.º

<sup>66</sup> *Idem*, art. 39.º § 2.

<sup>67</sup> Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. 3, Porto, Livraria Civilização, 1970, p. 525.

<sup>68</sup> C. M. S. SERRA, *António Augusto Gonçalves...*, *cit.*, pp. 158-161.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 163.

transferida para o Museu passaria a ter uma nova existência, interpretada segundo critérios estéticos, estilísticos ou formais, em detrimento da sua funcionalidade litúrgica<sup>70</sup>.

“*Thesouro da Capella*” de São João Baptista

Propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por doação régia de 8 de Fevereiro de 1768<sup>71</sup> – da igreja e casa professa de São Roque e todo o seu acervo –, o Tesouro da Capela de São João Baptista foi protagonista de uma exposição, inaugurada a 21 de Agosto de 1898, por ocasião das comemorações do 4.º Centenário da fundação daquela Santa Casa<sup>72</sup>.

Na sacristia da igreja de São Roque, adaptada propositadamente para o efeito, apresentaram-se ao público as alfaias e têxteis litúrgicos que o compunham<sup>73</sup>. Acomodou-se o arcaz seiscentista para servir de expositor – as vestes envergadas por manequins – e as pinturas laterais ficaram cobertas com os paramentos; ao centro, sobre bufete encimado por uma vitrina entalhada, exibiam-se os espécimes de ourivesaria sacra<sup>74</sup>. Os trabalhos tinham orientação do coleccionador de arte Francisco Ribeiro da Cunha, homem de “competência, bom gosto e inexcedível zelo”<sup>75</sup>. A opção pela sacristia deveu-se ao facto de ser um espaço com uma localização privilegiada na área do templo, proporcionando as melhores condições de resguardo dos objectos<sup>76</sup>, embora se lamentasse a sua exiguidade para exhibir todo o acervo e a iluminação deficiente e mal distribuída<sup>77</sup>. Por outro lado, terá pesado ainda nesta escolha a própria estrutura da sala<sup>78</sup>, ao jeito de pinacoteca, com longas fileiras de pinturas

<sup>70</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 81.

<sup>71</sup> Teresa Freitas MORNÁ, «O Museu de São Roque. 100 Anos de História. 1905-2005», in Maria Helena OLIVEIRA (ed. lit.) & Teresa Freitas MORNÁ (ed. lit.), *Museu de São Roque. 100 Anos*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2005, p. 13; «Antiga Casa Professa de São Roque / Igreja e Museu de São Roque», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2007, n.º IPA PT031106150012.

<sup>72</sup> T. F. MORNÁ, *op. cit.*, p. 17.

<sup>73</sup> *Ibidem*; Sousa VITERBO & R. Vicente d’ALMEIDA, *A Capella de S. João Baptista Erecta na Egreja de S. Roque*, Lisboa, Typ. da Loteria da Santa Casa da Misericórdia, 1902, p. II.

<sup>74</sup> T. F. MORNÁ, *op. cit.*, pp. 17-18, vd. fotografias ao fundo da p. 17.

<sup>75</sup> S. VITERBO & R. V. d’ALMEIDA, *op. cit.*, p. I.

<sup>76</sup> T. F. MORNÁ, *op. cit.*, p. 17.

<sup>77</sup> S. VITERBO & R. V. d’ALMEIDA, *op. cit.*, p. II.

<sup>78</sup> T. F. MORNÁ, *op. cit.*, p. 17.

nas paredes – como notou Nuno Vassallo e Silva<sup>79</sup> –, tradicionalmente vocacionada para a contemplação de obras de arte.

Perante o interesse e curiosidade suscitados por esta mostra, a Santa Casa pretendia uma solução mais permanente, que expusesse não apenas aquele tesouro mas também outras obras emblemáticas do seu património. Optaram, então, por instalar um museu na antiga Sala de Extracções da Lotaria, no edifício adjacente à igreja, mobilada com grandes expositores para uma ampla apresentação de objectos. Sob a designação de *Museu do Tesouro da Capella de São João Baptista*, o embrião do futuro Museu de São Roque teve inauguração solene, a 11 de Janeiro de 1905<sup>80</sup>.

Dois exemplos distintos, mas orientados por um mesmo propósito: exhibir um acervo de origem religiosa. O museu conimbricense, dirigido pelo antístite D. Manuel Correia de Bastos Pina, evidenciava o carácter sacro dos objectos e denunciava uma tutela eclesiástica, recorrendo inclusivamente à *mimesis* cenográfica da normativa litúrgica para contextualizar alguns objectos e exibindo espécimes de pouco valor material mas plenos de significado ritual e simbólico. Apenas a transição para o Museu Machado de Castro efectivou a laicização das colecções – muito além da mera interrupção da funcionalidade litúrgica –, afastando-as da ambiência religiosa de um templo afecto ao culto e contrariando postumamente a vontade do prelado, para quem o Tesouro corporificava o esplendor da Liturgia e demonstrava a protecção e apoio da Igreja à criação artística<sup>81</sup>.

Em Lisboa, por seu turno, o arranjo museográfico do tesouro foi encargo laico, orientado por um coleccionador de arte. Ainda que se tenham disposto as cruzes, castiçais e sacras sobre os altares e banquetas, no cumprimento do preceito litúrgico, a exposição na sacristia de São Roque manifestava uma sobrecarga de peças, condicionando a leitura da colecção<sup>82</sup>. As opções museográficas norteavam-se sobretudo pelo realçar da riqueza do

<sup>79</sup> Nuno Vassallo e SILVA, «Um livro, uma colecção», in Vítor SERRÃO, *A Lenda de São Francisco Xavier pelo Pintor André Reinoso. Estudo Histórico, Estético e Iconográfico de um Ciclo Barroco Existente na Sacristia da Igreja de São Roque*, 2.ª ed., Lisboa, Quetzal Editores/Museu de São Roque, 2006, p. 13.

<sup>80</sup> T. F. MORNA, *op. cit.*, pp. 20-22; vd. fotografia na p. 21.

<sup>81</sup> Cf. Nogueira GONÇALVES, «Museu de D. Manuel Correia de Bastos Pina», in *Correio de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, A. XXX, n.º 1502, de 16 de Novembro de 1951.

<sup>82</sup> Cf. T. F. MORNA, *op. cit.*, p. 18.

acervo e não tanto pelas suas necessidades intrínsecas de conservação, em especial da paramentaria, que pendia sobre as paredes em deficientes condições de sustentação, embora as preocupações com a segurança se fizessem notar nas vedações colocadas em torno do expositor e nos arcazes<sup>83</sup>.

De um modo geral, e apesar das diferenças, estes museus corresponderam a um desejo comum de superar a efemeridade das exposições temporárias que avultavam nos finais do século XIX.

### 3.2. Novos museus da República

Após a instauração da República Portuguesa, em 5 de Outubro de 1910, constituíram-se, por todo o País, na sequência da separação do Estado das Igrejas e da reorganização dos serviços artísticos arqueológicos, preconizados pelo novo regime, diversos museus de arte, grande parte com acervos de origem eclesiástica e monástica.

#### 3.2.1. Museu Nacional de Arte Antiga

Em Lisboa, a 12 de Junho de 1884, havia aberto ao público o tão esperado Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia, no Palácio das Janelas Verdes, incorporando a colecção de pintura do depósito de São Francisco, enriquecida com a ourivesaria transferida da Casa da Moeda para a Academia de Belas Artes, em 1867, e os conjuntos de escultura e artes decorativas dos conventos e mosteiros femininos que iam encerrando definitivamente<sup>84</sup>. Com a reforma de 1911, aquele museu foi desdobrado nos recém-constituídos Museu Nacional de Arte Antiga, que se mantém no mesmo local, e Museu Nacional de Arte Contemporânea, cujo acervo regressaria para os anexos do antigo convento franciscano<sup>85</sup>.

No edifício das Janelas Verdes, sob direcção de José de Figueiredo, iniciava-se a transformação do “armazém” – como então lhe chamara<sup>86</sup> – num lugar que privilegiasse a

<sup>83</sup> *Ibidem*; cf. fotografias da p. 17.

<sup>84</sup> José de FIGUEIREDO, «O museu nacional de arte antiga, de Lisboa», in *Atlântida*, Lisboa, Pedro Bordallo Pinheiro, A. I, V. I, n.º 2, Dezembro de 1915, pp. 145-146; J. A. S. CARVALHO & A. CURVELO, *op. cit.*, pp. 48-49.

<sup>85</sup> J. de FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 147; cf. Decreto n.º 1, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, arts. 26.º e 27.º

<sup>86</sup> J. de FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 150.



cuidada exposição de peças de qualidade<sup>87</sup>. Todavia, desde as suas origens, e apesar da natureza do acervo, o museu tem organizado a exposição permanente entre os critérios de Escola, ou de fabricos, e de suportes, articulados com um critério cronológico<sup>88</sup>, mantendo-se apartado do ideal de museu moderno almejado pelo seu primeiro director, “em que a arte é apresentada no seu ambiente proprio, colocada entre as suas contemporaneas e disposta, entre elas, no local que o seu primitivo destino lhes teria presumivelmente dado”<sup>89</sup>. Assim, a arte religiosa, abundante nesta instituição, encontra-se dispersa pelas várias colecções, sem qualquer distinção dos espécimes de natureza laica ou civil<sup>90</sup>.

Há, porém, uma excepção: a conservação integral da capela de Santo Alberto, destinada a espaço museológico, por decisão de José de Figueiredo. Devido à falta de espaço, manifestada por aquele director, o extinto convento das Albertas, contíguo ao palácio e entregue provisoriamente ao Museu, por decreto de 31 de Janeiro de 1891, para seu alargamento, foi demolido, em 1918, salvo a área do templo, dando origem a um novo edifício, o Anexo, sob projecto do architecto G. Rebello de Andrade, inaugurado em 1940, com a exposição dos Primitivos Portugueses<sup>91</sup>. A capela, por seu turno, memória da vocação inicial daquela zona do edifício<sup>92</sup>, manteve a estrutura cultural, onde as peças expostas obedecem a um critério litúrgico<sup>93</sup>.

### 3.2.2. Espólios eclesiásticos, museus do Estado

O cumprimento das disposições da *Lei da Separação* resultou numa nacionalização massiva dos bens eclesiásticos, ao mesmo tempo que se determinava a organização de museus de arte regionais onde ainda não existissem<sup>94</sup>. O Decreto n.º 1, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, veio reforçar esse sentido de descentralização, atribuindo amplas

<sup>87</sup> José Luís Gordo PORFÍRIO, «O Museu. Espaços e Exposição», in *Museu Nacional de Arte Antiga, cit.*, p. 40.

<sup>88</sup> José Luís Gordo PORFÍRIO, «A Exposição», in *Museu Nacional de Arte Antiga, cit.*, p. 19.

<sup>89</sup> J. de FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 152.

<sup>90</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 51.

<sup>91</sup> J. L. G. PORFÍRIO, «O Museu. Espaços e Exposição», *cit.*, pp. 38-41; *O Museu das Janelas Verdes*, 2.ª ed., Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1995, p. 8.

<sup>92</sup> *Museu Nacional de Arte Antiga. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2003, p. 159.

<sup>93</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 51.

<sup>94</sup> Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], art. 76.º

competências aos recém-constituídos Conselhos de Arte e Arqueologia, enquanto os museus das regiões sobressaíam numa estratégia de salvaguarda do património local<sup>95</sup>.

### *Museu de Aveiro*

Com o encerramento das duas casas religiosas da cidade de Aveiro, por decreto de 8 de Outubro de 1910, logo se fizeram ouvir as vozes em prol da criação urgente de um museu que conservasse os acervos daquelas instituições extintas<sup>96</sup>. Não tardou muito. O Museu Regional de Aveiro seria instituído pela portaria de 23 de Agosto de 1911, ficando sob administração da Câmara Municipal de Aveiro<sup>97</sup>. Contudo, dada a inércia da autarquia na instalação do museu, a portaria de 7 de Junho de 1912 determinava a nomeação de uma comissão de cidadãos que se encarregaria dessa organização<sup>98</sup>. O resultado da venda de alguns “objectos inúteis” do acervo dos dois conventos aveirenses serviu para custear parte das despesas de instalação e diversas obras de reparação do edifício<sup>99</sup>.

O fundo primitivo foi constituído essencialmente pelos bens do convento de Jesus, enriquecido com espécimes provenientes de outras casas extintas da região, mas também de Lisboa<sup>100</sup>, dando origem a colecções quase exclusivamente de temática ou função sacra. Ocupando o edifício do antigo convento na sua totalidade, o Museu inclui um percurso monumental complementar pelas dependências conventuais, na maioria espaços sagrados, que sobreviveram às sucessivas adaptações do imóvel, primeiro a colégio, depois a museu. Na área de exposição permanente, as colecções apresentam-se de acordo com um critério cronológico, assente nos grandes períodos da história da arte, embora contemple pequenos núcleos temáticos: a *Iconografia da Princesa Santa Joana*, à entrada, com imaginária e relíquias da santa, que saem todos os anos em procissão pelo aniversário da sua morte; o *Scriptorium*, com a colecção de livros e documentos; os têxteis; a ourivesaria; bem como a *Capela de São Domingos e dos Santos da Ordem*, que exhibe o acervo original<sup>101</sup>.

<sup>95</sup> H. C. GOUVEIA, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais...», *cit.*, p. 164.

<sup>96</sup> Marques GOMES, *História do Museu Regional de Aveiro. 1911-1921*, Aveiro, 1921, pp. 5-10.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>98</sup> *Idem*, pp. 17-18.

<sup>99</sup> *Idem*, pp. 21-22.

<sup>100</sup> *Idem*, pp. 26-27.

<sup>101</sup> *Museu de Aveiro* [desdobrável], Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, s. d.

### *Museu de Évora*

O Decreto-lei n.º 1:355, de 16 de Janeiro de 1915, formalizou a criação do Museu Regional de Évora, já expressa no Decreto-lei n.º 226, de 30 de Julho de 1914, com o propósito de coordenar a conservação e valorização dos objectos arqueológicos e artísticos expostos na Biblioteca Pública e na catedral da cidade<sup>102</sup>. Anexa ao museu, organizar-se-ia, na sé, uma secção de arte sacra, constituída pelo tesouro daquela igreja, com todas as obras de ourivesaria, paramentos e indumentária de que se compunha<sup>103</sup>.

Este museu radica, todavia, na acção de D. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, que, ao ser elevado à cátedra eborense, levou consigo, além do Gabinete pessoal, parte do acervo do pacense Museu Sisenando, com o qual estabeleceu, em edifício fronteiro ao paço arquiépiscopal de Évora, uma livraria e um espaço museal, inaugurado em Março de 1805<sup>104</sup>.

No curso da operação desamortizadora, iniciada em 1834, os eborenses receavam a ida dos bens dos seus conventos para Lisboa e tentavam incorporar as pinturas arroladas na pinacoteca de Cenáculo. No entanto, a comissão encarregada do levantamento e classificação do espólio enviou numerosos quadros para o depósito da Capital. Em Évora ficaram apenas algumas obras tidas por menores<sup>105</sup>.

O desagrado sentido na cidade resultou em projectos para a criação de um museu local, que defendesse o património subsistente. A causa foi abraçada por Joaquim da Cunha Rivara, nomeado conservador da Biblioteca Pública, em 1836, auxiliado por João Rafael Lemos, que captaram diversas doações e depósitos, ampliando gradualmente o acervo<sup>106</sup>.

Quando Augusto Filipe Simões assumiu a direcção da biblioteca, em 1863, empenhou-se no incremento e reorganização das colecções, mas também na instalação e ampliação do museu em condições idóneas<sup>107</sup>.

<sup>102</sup> José António FALCÃO, «O Museu de Évora e as suas Colecções de Ourivesaria e Joalharia», in *Inventário do Museu de Évora. Colecção de Ourivesaria*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1993, p. 19.

<sup>103</sup> Decreto-lei n.º 1:355, de 16 de Janeiro de 1915, art. 1.º § único.

<sup>104</sup> *Ibidem*; cf. João Carlos Pires BRIGOLA, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 432.

<sup>105</sup> J. A. FALCÃO, *op. cit.*, p. 20; Gabriel PEREIRA, *Bibliotheca Publica*, Estudos Eborenses, 5, Évora, Minerva Eborense, 1886, p. 13.

<sup>106</sup> J. A. FALCÃO, *op. cit.*, p. 20.

<sup>107</sup> *Ibidem*.

O acervo continuava a crescer, ora por doações e depósitos<sup>108</sup>, ora por incorporação dos espólios dos extintos conventos<sup>109</sup>. Em 1877, o arcebispo D. José António da Matta e Silva ofereceu o antigo celeiro da mitra, no piso térreo da Biblioteca Pública, permitindo o ensejo de reorganização de Filipe Simões<sup>110</sup>, continuado por José Maria de Queirós Veloso e João Filipe Pereira Pinho. Em 1903, inaugurou-se o Museu Arqueológico da Cidade de Évora<sup>111</sup>.

Na sequência da implantação da República, o paço arquiépiscopal transitou para a posse do Estado, acolhendo o Museu Regional de Évora, em 1915, herdeiro das colecções da Biblioteca Pública, às quais se foram juntando novas incorporações de espécimes provenientes das paróquias, do seminário e das irmandades extintas<sup>112</sup>. Entretanto, a secção de arte sacra da sé passou para a tutela do Cabido, pelo Decreto-lei n.º 18:324, de 14 de Maio de 1930.

Com uma colecção diversificada, e apesar das suas proveniências, o plano da exposição do museu obedece a critérios tipológicos e estéticos, inclusivamente a secção de ourivesaria, que inclui diversas alfaias litúrgicas<sup>113</sup>.

### *Museu Grão Vasco*

Em Viseu, nacionalizada a catedral, no cumprimento da *Lei da Separação*, criou-se um museu regional de arte e arqueologia, sob a designação de Museu de Grão Vasco, a instalar na sala do Cabido e em anexos da mesma sé, incorporando a pintura existente naquele templo e o tesouro do Cabido, bem como outros objectos de valor artístico ou histórico<sup>114</sup>.

No entanto, numa primeira fase, a fundação deste museu consistiu essencialmente numa transferência de tutela, da Igreja para o Estado, visto que o acervo permaneceu no espaço em que já existia – a sala capitular e piso superior do claustro – e, de certo modo, já se encontravam soluções paramuseológicas<sup>115</sup>. A obra de Vasco Fernandes – Grão Vasco –,

<sup>108</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>109</sup> António Francisco BARATA, *Catalogo do Museu Archeologico da Cidade de Evora Anexo de sua Bibliotheca*, Lisboa, 1903, p. 10.

<sup>110</sup> *Ibidem*; Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, vol. 1, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1966, p. 118.

<sup>111</sup> J. A. FALCÃO, *op. cit.*, p. 23; T. ESPANCA, *op. cit.*, p. 118.

<sup>112</sup> J. A. FALCÃO, *op. cit.*, pp. 23-24.

<sup>113</sup> Cf. *Idem*, pp. 25-26.

<sup>114</sup> Decreto n.º 2:284-C, de 16 de Março de 1916.

<sup>115</sup> *Museu Grão Vasco. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus/Edições ASA, 2004, p. 10.

referência primeira do Museu, estava patente na sacristia, desde o século XVIII, quando o Cabido decidiu encomendar novos retábulos para as capelas colaterais da sé, juntando aquelas pinturas a outras que já haviam sido retiradas dos seus respectivos altares<sup>116</sup>. Em 1916, apenas mudaram para outras dependências do mesmo imóvel<sup>117</sup>. Inclusive, o Museu coexistia com a catedral, não havendo sequer uma entrada independente<sup>118</sup>.

Francisco de Almeida Moreira, nomeado director logo no acto legislativo fundacional, no primeiro roteiro, que escreveu e editou, em 1921, propunha mesmo uma deambulação pelo templo, sacristia, coro-alto e claustro superior, ainda que a área do museu, propriamente dito, se circunscrevesse às dependências do Cabido<sup>119</sup>.

Entretanto, as colecções, em particular a pintura antiga, iam aumentando significativamente, devido a incorporações dos bens arrolados, provenientes do paço episcopal e de várias igrejas da região<sup>120</sup>.

Todavia, aquela partilha de espaços não agradava, nem à Igreja, que via o seu quotidiano invadido, nem ao Museu, que ansiava por uma instalação permanente e definitiva<sup>121</sup>. Por outro lado, ante os esforços de retorno dos bens espoliados reclamado pela Igreja viseense, criou-se o Tesouro de Arte Sacra, pelo Decreto-lei n.º 20:803, de 21 de Janeiro de 1932, no qual se incorporariam os objectos destinados ao culto provenientes da sé, que integravam, ao tempo, as colecções do Museu de Grão Vasco<sup>122</sup>. Este transitou, então, para o Paço dos Três Escalões, o antigo seminário e paço episcopal, contíguo à catedral, que vinha ocupando já desde 1923, após obras de remodelação, mas apenas em 1938 ficou concluída a transferência definitiva do acervo, alcançando a desejada autonomia<sup>123</sup>.

Os critérios expositivos têm sido fundamentalmente tipológicos e cronológicos. Contudo, o último roteiro do Museu, publicado em 2004, assenta o plano museológico em narrativas concretas, que exploram a significação dos espécimes e as suas características materiais,

<sup>116</sup> *Ibidem*; cf. Francisco de Almeida MOREIRA, *Museu Regional de Grão-Vasco. Catalogo e Guia Sumario*, Porto, Francisco de Almeida Moreira, 1921, p. 10.

<sup>117</sup> *Museu Grão Vasco...*, *cit.*, p. 10.

<sup>118</sup> F. de A. MOREIRA, *op. cit.*, p. 7.

<sup>119</sup> *Museu Grão Vasco...*, *cit.*, p. 11; cf. F. de A. MOREIRA, *op. cit.*

<sup>120</sup> *Museu Grão Vasco...*, *cit.*, p. 11.

<sup>121</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>122</sup> Decreto-lei n.º 20:803, de 21 de Janeiro de 1932, art. 1.º

<sup>123</sup> *Museu Grão Vasco...*, *cit.*, p. 13.

em articulação com o espaço<sup>124</sup>. Apesar da índole religiosa do acervo, diversas doações, legados e aquisições enriqueceram as colecções com obras de arte de natureza civil. Assim, embora marcado por uma leitura segundo as premissas da história da arte, o percurso contempla alguns núcleos temáticos em que o carácter religioso das peças é evidenciado<sup>125</sup>: *Liturgia e devoção no final da Idade Média; Diáspora; Figurações do sagrado na estética barroca; Cerâmica e ourivesaria: da função à ornamentação; Além da morte; Mobiliário: função e decoração; Pintura portuguesa dos séculos XVII-XX; Vasco Fernandes, o Grão Vasco; Gaspar Vaz e outros colaboradores do Grão Vasco; e Contemporâneos de Grão Vasco.*

### *Museu do Abade de Baçal*

No contexto ideológico da I República, criou-se em Bragança o Museu Regional de Obras de Arte, Peças Arqueológicas e Numismáticas, pelo Decreto n.º 2:119, de 13 de Novembro de 1915. O acervo inicial compunha-se dos bens que se encontravam no paço episcopal e do fundo do Museu Municipal de Bragança<sup>126</sup>, o qual tinha aberto ao público, a 14 de Março de 1897, no edifício dos Paços do Concelho, por iniciativa de um grupo de ilustres bragançanos. Em 1935, o Ministro da Instrução Pública conferiu-lhe a designação de Museu do Abade de Baçal<sup>127</sup>, em homenagem ao sacerdote Francisco Manuel Alves, eminente arqueólogo e historiador natural de Baçal, nomeado director desta instituição, em 1925<sup>128</sup>.

As colecções do Museu são diversificadas – arqueologia, pintura e desenho, escultura, ourivesaria, mobiliário e têxteis –, resultado não apenas dos núcleos iniciais mas também de várias doações, legados e até aquisições, patrocinadas pelos Amigos do Museu. O denominado Fundo Antigo, por sua vez, constituiu-se do espólio da Igreja, reunido em consequência da aplicação da *Lei da Separação*. Inclusivamente, dois tectos de igrejas foram deslocados e montados em salas do museu<sup>129</sup>.

<sup>124</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>125</sup> Cf. *Idem*, pp. 20-151.

<sup>126</sup> Decreto n.º 2:119, de 13 de Novembro de 1915, art. 2.º

<sup>127</sup> Maria Alcina R. C. Afonso dos SANTOS, «Introdução», in *Museu do Abade de Baçal. Bragança*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1994, p. 11.

<sup>128</sup> *Museu do Abade de Baçal...*, *cit.*, p. 117.

<sup>129</sup> M. A. R. C. A. dos SANTOS, *op. cit.*, pp. 13-14; cf. *Roteiro do Museu do Abade de Baçal*, Bragança, Museu do Abade de Baçal, 1979, p. 14.

A existência deste fundo e o imóvel onde se instalou não são alheios às opções museográficas. Com efeito, enquanto museu regional, a exposição permanente orbita em torno da história da região do Nordeste Transmontano e a memória do antigo paço episcopal<sup>130</sup>. A arte sacra tem lugar, particularmente, em duas salas temáticas, ilustrando o papel do mecenato eclesiástico nordestino, bem como nas salas monográficas da *antiga capela do paço* e do *antigo paço episcopal*<sup>131</sup>, sem, contudo, obedecer a critérios culturais ou litúrgicos, não indo além de uma leitura da História e da Arte.

### *Museu de Lamego*

Nos primeiros anos do século XX, o Bispo de Lamego, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito<sup>132</sup>, envidou esforços para a instalação de um museu de arte sacra no seu paço episcopal, aproveitando a riqueza artística que se encontrava neste imóvel, à qual ia reunindo algumas obras de arte dispersas, e porventura negligenciadas, pelas igrejas e capelas da diocese lamecense. Em 1906, juntou-se o espólio do convento das Chagas, encerrado por morte da última religiosa. Todavia, a instauração da República, em 1910, pôs termo a esse desejo e a sua colecção ficou ao cuidado da Câmara Municipal de Lamego, que manifestou, logo no ano seguinte, a intenção de fundar um museu<sup>133</sup>.

O Museu Regional de Lamego, um *Museu de Obras de Arte, Arqueologia e Numismática*, foi estabelecido nesta cidade pelo Decreto n.º 3:074, de 5 de Abril de 1917, com instalação no extinto paço episcopal. Aquele acervo permaneceu na posse da Comissão Administrativa da autarquia, até 21 de Maio de 1918, data em que se inaugurou o Museu, sob direcção de João Amaral. Continuamente ampliado por legados e doações várias, públicas e privadas, resulta numa colecção eclética, com dois grandes núcleos: a arte sacra

<sup>130</sup> «Museu do Abade de Baçal», in *Roteiro de Museus*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, 2004, p. 76.

<sup>131</sup> João Manuel Neto JACOB, «Museu do Abade de Baçal. As intervenções mais recentes», in *Museologia.pt*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 1, 2007, pp. 132-135.

<sup>132</sup> *Reg. 1901-1922*.

<sup>133</sup> *Museu de Lamego. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998, pp. 10-11 e 14-15; Agostinho Jorge de Paiva RIBEIRO, *Museu de Lamego. Vinte anos de acção educativa*, Coimbra, 1999 (Trabalho final do Seminário “Museologia: Investigação e Educação”, mimeog.), p. 22.

e artes decorativas, do fundo primitivo, com forte pendor conventual, e a arte de natureza civil, que se vem juntando ao longo dos anos<sup>134</sup>.

Em termos de arranjo museográfico, as colecções eram apresentadas segundo um discurso caro aos gabinetes de curiosidades, marcado pela ostentação desmesurada em esquemas cénicos – apesar de adaptados à natureza artística e sacra do acervo –, que pretendia impressionar o visitante pelo deslumbramento e o *horror vacui*, ao invés de empregar uma narrativa assente em critérios taxonómicos<sup>135</sup>. Mais recentemente as opções museográficas assentaram numa distribuição tipológica, onde se misturam espécimes de função litúrgica ou temática religiosa e outros de uso doméstico ou cariz profano – ainda que provenientes, em grande parte, de instituições religiosas –, salvo a sala monográfica da paramentaria, com indumentária e têxteis litúrgicos, e as capelas que pontuam o percurso expositivo, memória do extinto convento das Chagas, para ali transladas e reconstituídas<sup>136</sup>.

### *Museu Alberto Sampaio*

O vimaranense Museu de Alberto Sampaio foi estabelecido pelo Decreto n.º 15:209, de 17 de Março de 1928, a instalar nas dependências capitulares adjuntas ao claustro da extinta Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira<sup>137</sup>, com o propósito expresso de acolher o património desta, bem como dos antigos conventos de Santa Clara e das Capuchinhas, daquela cidade<sup>138</sup>.

Avulta, porém, nas suas colecções, o tesouro da Colegiada – fundada nas primeiras décadas do século XII e herdeira de um antigo mosteiro, da primeira metade da centúria de 900<sup>139</sup> –, enriquecido, ao longo dos séculos, tanto por dádivas de monarcas, priores, cónegos e vulgares fiéis, quanto por incorporação de bens de instituições extintas, ou ainda por encomendas que visavam suprir as necessidades litúrgicas<sup>140</sup>.

<sup>134</sup> *Museu de Lamego. Roteiro, cit.*, pp. 11 e 13-15; A. J. de P. RIBEIRO, *op. cit.*, p. 24.

<sup>135</sup> A. J. de P. RIBEIRO, *op. cit.*, p. 25.

<sup>136</sup> Cf. *Museu de Lamego. Roteiro, cit.*, pp. 46-52 e 58.

<sup>137</sup> Decreto n.º 15:209, de 17 de Março de 1928, art. 3.º

<sup>138</sup> *Idem*, art. 1.º

<sup>139</sup> Vd. Cláudia Maria Toriz da Silva RAMOS, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (c. 950-1250)*, vol. 1, Porto, 1991 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mimeog.), pp. 48-52 e 84-86.

<sup>140</sup> Manuela de Alcântara SANTOS, «Breve história de uma colecção», in *A Colecção de Ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998, p. 19.



Enquanto colegiada – *i. e.*, uma igreja que, à semelhança das catedrais, dispunha de um *collegium* de clérigos, o cabido, presidido por um prior –, fora dissolvida pelo Decreto de 1 de Dezembro de 1869, mas o seu tesouro permaneceu ao serviço da igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Não obstante, a pressão pública e a acção parlamentar do deputado João Franco conduziram ao seu restabelecimento e reorganização, por carta régia de 8 de Janeiro de 1891<sup>141</sup>.

Os cónegos, que sempre dispensaram um especial zelo à sua prataria e ourivesaria, tomaram a iniciativa, por deliberação em reunião de 22 de Dezembro de 1898, de instalar um *museu de archeologia christã* numa das salas da Casa Capitular<sup>142</sup>.

Com o advento da República e subsequentes medidas anti-eclesiásticas, a colegiada vimaranense foi novamente extinguida. Todavia, o seu património histórico e artístico, embora nacionalizado, não sairia de Guimarães, ficando à guarda da Sociedade Martins Sarmiento, a título de depósito, pela Portaria n.º 1:012, de 6 de Julho de 1917, visto que aquele organismo possuía já um museu organizado, de carácter regional<sup>143</sup>.

Ante uma situação precária, ambicionava-se a constituição de um museu autónomo, no edifício da Casa do Cabido, onde o tesouro ainda permanecia. A Câmara Municipal de Guimarães tentou ali criá-lo, contando, inclusive, com um parecer favorável de José de Figueiredo, à época director do Museu Nacional de Arte Antiga, mas a cedência do imóvel à Caixa Geral de Depósitos, por parte do Estado, inviabilizou este intento, decisão que gerara alguma polémica entre as gentes vimaranenses<sup>144</sup>.

Quando, em meados de 1927, se inaugurou uma exposição de arte sacra no salão nobre da Sociedade Martins Sarmiento, Alfredo Guimarães proferira uma conferência, exaltando o valor daquele tesouro, no fim da qual perguntava se não se justificaria o sacrifício em prol de um museu de arte sacra naquela cidade, enquanto invocava os “altos talentos e as magnificas provas de acendrado patriotismo de Sua Ex.<sup>cia</sup> o Senhor Ministro da Instrução

<sup>141</sup> *Idem*, p. 21; F. de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 35.

<sup>142</sup> Albano BELLINO, *Archeologia Christã. Descrição Historica de todas as Egrejas, Capellas, Oratorios, Cruzeiros e outros Monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1900, p. 108. Citando este autor, Manuela de Alcântara Santos refere, contudo, a criação em 22 de Dezembro de 1891, o ano em que a Colegiada foi restabelecida [cf. M. de A. SANTOS, *op. cit.*, p. 21].

<sup>143</sup> Portaria n.º 1:012, de 6 de Julho de 1917.

<sup>144</sup> M. de A. SANTOS, *op. cit.*, pp. 21-22.

Pública, dr. Alfredo de Magalhães”<sup>145</sup>. Com efeito, cerca de um ano depois, publicava-se o decreto fundador do Museu Alberto Sampaio, instituição que viria a ter uma especial ligação com o iminente regime do *Estado Novo*, em virtude dos espécimes de enorme carga simbólica nacionalista que detém nas suas colecções<sup>146</sup>.

Concluídas as obras mais prementes no claustro e em duas das dependências anexas, a Sociedade Martins Sarmento entregou os bens da Colegiada ao recém-criado museu, em 28 de Julho de 1931, abrindo ao público, com uma exposição limitada, a 1 de Agosto seguinte<sup>147</sup>. Nos anos ulteriores, alargou-se progressivamente para as salas do rés-do-chão, contíguas ao claustro, e a colecção ia aumentando através de aquisições, ofertas e depósitos, tanto de particulares como do Estado e da Câmara Municipal de Guimarães, que subsidiou também diversas compras<sup>148</sup>.

O espaço do Museu tornara-se, assim, exíguo, obrigando a soluções museográficas de recurso, onde as peças se aglomeravam ecleticamente<sup>149</sup> e as tipologias se misturavam, numa lógica sobretudo decorativa<sup>150</sup>. Durante a década de 60, a integração das antigas Casas do Priorado e do Cabido permitiu a criação de um novo percurso expositivo, individualizando as áreas temáticas<sup>151</sup>, mas com grande variedade de arranjos nos expositores, para gerar dinamismo e evitar a monotonia da apresentação, e assente no critério basilar das condições de conservação específicas de cada sala<sup>152</sup>. Ao mesmo tempo, o Museu passou a dispor também de um salão para conferências e de uma dependência para exposições temporárias, no espírito do Regulamento Geral dos Museus, publicado em 1965, que concebia as instituições museológicas como centros culturais plenos<sup>153</sup>.

<sup>145</sup> Alfredo GUIMARÃES, *Exposição de Arte Sacra. Conferência*, Lisboa, Edições Nação Portuguesa, 1928, p. 31.

<sup>146</sup> Sérgio LIRA, *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda. The Portuguese case during the Estado Novo*, Leicester, University of Leicester, 2002 (Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the University of Leicester, mimeog.), p. 142.

<sup>147</sup> M. de A. SANTOS, *op. cit.*, p. 22; Maria Emília Amaral TEIXEIRA, «O Museu Alberto Sampaio», in *Museus de Portugal*, vol. I, Lisboa, Direcção-geral do Património Cultural, 1978, p. 61.

<sup>148</sup> M. de A. SANTOS, *op. cit.*, p. 22; S. LIRA, *op. cit.*, p. 136.

<sup>149</sup> M. E. A. TEIXEIRA, *op. cit.*, pp. 62-63.

<sup>150</sup> Cf. M. de A. SANTOS, *op. cit.*, p. 22.

<sup>151</sup> Manuela de Alcântara SANTOS, «Um Museu com História: De “Tesouro” a Museu», in *Museu de Alberto Sampaio. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005, p. 13.

<sup>152</sup> M. E. A. TEIXEIRA, *op. cit.*, pp. 63-64.

<sup>153</sup> M. de A. SANTOS, «Um Museu com História...», *cit.*, p. 13; cf. Decreto-lei n.º 46758, de 18 de Dezembro de 1965.

Maria Emília Amaral Teixeira, à época directora do Museu, estava determinada em transformá-lo numa instituição moderna<sup>154</sup>. Com efeito, a actual estrutura expositiva reflecte ainda o plano por si idealizado<sup>155</sup>, numa divisão em espaços temáticos, assentes, ora na tipologia – *ourivesaria; pintura e escultura; pintura mural; talha* –, ora em assuntos que se evidenciam nas colecções do museu – *Aljubarrota*, subordinada à devoção de D. João I a Nossa Senhora da Oliveira, a cuja intercessão atribuiu a sua vitória naquela batalha; e *Santa Clara*, que reúne o espólio do antigo convento de Santa Clara, de Guimarães.

O princípio de regionalização museológica em Portugal tem as suas raízes na legislação emanada em 1836, que determinava a criação de uma biblioteca pública e um gabinete de raridades em cada capital de distrito<sup>156</sup>. No entanto, somente nos finais do século começaria a consolidar-se o movimento de criação de pequenos museus regionais, acompanhando sobretudo o desenvolvimento dos estudos e pesquisas arqueológicas, que, frequentemente, conduziam à fundação de espaços museológicos<sup>157</sup>. Por outro lado, em 1875, a comissão encarregada de propor ao Governo uma reforma do ensino das belas-artes, ainda que considerasse a existência de instituições centrais na capital, reforçava a ideia de museus nas províncias com colecções de índole local, bem como a instituição de museus locais de arte industrial, com fins essencialmente didácticos<sup>158</sup>, tópicos retomados, de modo enfático, por Rocha Peixoto, em 1890, que expunha a urgência de “inaugurar um systema de estudo e de propaganda pela criação dos museus regionaes”<sup>159</sup>.

No que concerne a museus de arte, existiam já instituições junto das academias de belas-artes de Lisboa e do Porto, mas apenas depois da instauração da República se assistiu ao efectivo incremento da museologia regional em Portugal. O quadro legal instituído pelo novo regime republicano visava a defesa do património artístico e arqueológico português, assente

---

<sup>154</sup> S. LIRA, *op. cit.*, p. 140.

<sup>155</sup> Cf. *Museu de Alberto Sampaio. Roteiro, cit.*; M. E. A. TEIXEIRA, *op. cit.*, pp. 63-65.

<sup>156</sup> Portaria e Circular de 25 de Agosto de 1836; Circular de 7 de Outubro de 1836.

<sup>157</sup> H. C. GOUVEIA, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais...», *cit.*, p. 149.

<sup>158</sup> *Idem*, p. 152.

<sup>159</sup> Rocha PEIXOTO, «Museus Regionais», in *Revista de Portugal*, Porto, Lugan e Genelioux, V. III, n.º 14, Novembro de 1890, p. 194.

numa estrutura descentralizada com três circunscrições<sup>160</sup>. Ademais, as medidas de laicização do Estado permitiram a nacionalização de numerosos bens móveis e imóveis de origem eclesiástica. Esta conjuntura, que gerou espaços e colecções para o Estado, deu azo à criação de museus regionais – disposta literalmente na *Lei da Separação*<sup>161</sup> –, a maioria dos quais instalada em paços episcopais ou conventos expropriados, onde os espólios poderiam manter-se mais próximos do seu contexto ou localidade de origem, ampliados ainda por algumas peças anteriormente incorporadas em virtude da extinção das ordens religiosas. Minimizaram-se, assim, os riscos da sua perda – como sucedera por ocasião desta – e os conflitos sociais com as populações, que sentiam um direito natural de propriedade e não queriam privar-se do seu património, deixando-o ir para instituições centrais.

Em alguns casos, as colecções museológicas então reunidas resultaram exclusivamente de bens eclesiásticos. Contudo, não apenas pelo acto de conversão em *res museologicae* mas também pelo espírito de secularização prevalecente, foram alienadas do seu significado religioso – a razão da sua existência – e classificadas segundo critérios estéticos, cronológicos, tipológicos, materiais, técnicos ou formais.

### 3.3. Aproximação do Estado da Igreja

Num país de matriz essencialmente católica, a política laicizadora do Estado preconizada pela I República espoletou a mobilização e união dos fiéis para a defesa dos interesses da religião e da Igreja, nomeadamente as práticas e manifestações públicas do culto<sup>162</sup>. Durante os começos da paz religiosa, no período sidonista, iniciou-se um processo de restituição dos bens espoliados à Igreja ao abrigo da *Lei da Separação*, reforçado após a revolta militar de Maio de 1926 e culminando na assinatura da *Concordata de 7 de Maio de 1940*<sup>163</sup>.

<sup>160</sup> H. C. GOUVEIA, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais...», *cit.*, p. 163.

<sup>161</sup> «Art. 76.º – Serão organizados museus de arte regionais onde não existirem ainda estabelecimentos do Estado d’esta natureza [...]».

<sup>162</sup> Paulo F. de Oliveira FONTES, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, pp. 136-152.

<sup>163</sup> Vd. subcapítulos 2.3.1. Separação da Igreja do Estado e 2.3.2. Disposições concordatárias: relações entre Estado e Igreja.

### 3.3.1. Museu de Arte Sacra de Arouca

A aplicação das disposições de extinção das ordens religiosas e desamortização dos seus bens só tinha efeitos práticos nas instituições femininas por falecimento da última professa de cada comunidade<sup>164</sup>. No mosteiro cisterciense de Arouca, esse desfecho ocorreu em 3 de Julho de 1886, com a morte de D. Maria José Gouveia Tovar de Meneses, abadessa donatária daquele cenóbio<sup>165</sup>. Decorridos apenas sete dias, a 10 de Julho, instituiu-se a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, cujo múnus consistia na promoção do culto desta santa, bem como a conservação do seu túmulo e igreja<sup>166</sup>. D. Mafalda, filha de D. Sancho I, recebeu o mosteiro por legado de seu pai, em testamento de Outubro de 1210, no qual viria a ingressar, em 1217, quando voltou para Portugal<sup>167</sup>, enriquecendo-o com os seus vastos haveres e com o prestígio inerente à sua condição social<sup>168</sup>.

Aquando da extinção, em 1886, o acervo do mosteiro estava inventariado pela Fazenda Nacional<sup>169</sup>, mas, no ano seguinte, quando as autoridades civis tentaram retirar os objectos ligados ao culto, a população ofereceu resistência ao que consideraram um acto de usurpação e o tesouro monástico permaneceu em Arouca<sup>170</sup>. Mais tarde, a Lei de 26 de Junho de 1889 atendeu à reivindicação dos arouquenses, entregando a igreja do extinto cenóbio, com as suas dependências, e o património móvel de cariz litúrgico à Junta da Paróquia de São Bartolomeu, com reserva de guarda e administração àquela irmandade, estabelecida no mesmo templo<sup>171</sup>.

<sup>164</sup> Cf. subcapítulo 2.3.1. Separação da Igreja do Estado.

<sup>165</sup> Afonso Costa Santos VEIGA, *Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca*, Colecção Figuras e Factos de Arouca, n.º 5, Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, 2005, p. 39; Pedro DIAS, *Mosteiro de Arouca*, 2.ª ed., Colecção Figuras e Factos de Arouca, n.º 3, Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, 2000, p. 16.

<sup>166</sup> A. C. S. VEIGA, *op. cit.*, p. 40.

<sup>167</sup> Maria Helena da Cruz COELHO, *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca/ Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, 1988, p. 39; Maria Helena da Cruz COELHO & Luís Miguel RÊPAS, «Arouca. Uma memória monástica», in *O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca. História e Arte*, Lisboa, Medialivros, 2003, pp. 13-15.

<sup>168</sup> A. C. S. VEIGA, *op. cit.*, p. 19.

<sup>169</sup> Miguel Jorge TOMÉ, «A intervenção dos “Monumentos Nacionais” nos extintos mosteiros de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris», in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, S. I, V. 2, 2003, p. 706.

<sup>170</sup> *Idem*, p. 41; José António FALCÃO, «O Museu de Arte Sacra», in *O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca...*, *cit.*, 2003, p. 57; P. DIAS, *op. cit.*, p. 16.

<sup>171</sup> A. C. S. VEIGA, *op. cit.*, p. 19; cf. Lei de 26 de Junho de 1889, art. 1.º

Mantendo uma boa situação financeira até 1911, este organismo atravessaria depois um período conturbado com a ingerência do poder republicano<sup>172</sup>. Em Novembro de 1917, os objectos do antigo mosteiro encontravam-se guardados em caixas de madeira, em poucas condições de conservação e de segurança, sugerindo-se então a fundação de um museu que os albergasse com a dignidade que mereciam. A mesa administrativa da irmandade entendeu, à época, instalá-lo na sala do capítulo, a qual necessitava de algumas obras. Aprovado o projecto e o orçamento, pediram ao Ministro do Interior para alienar parte do fundo proveniente das caixas de esmolas, à data da extinção, pois as receitas ordinárias da irmandade não eram suficientes para a sua execução.

A autorização foi concedida pela Portaria n.º 1:219, de 8 de Fevereiro de 1918, assinada por Sidónio Pais, que recentemente havia assumido o poder. Não obstante, embora a intervenção naquela sala tenha começado a breve trecho, surgiram dificuldades em adjudicar os trabalhos pelos montantes previstos<sup>173</sup>, decorrentes da situação política e económica que o País atravessava. Por outro lado, em inícios da década de 30, os mesários da irmandade optaram pela instalação do museu no primeiro piso da ala norte do edifício<sup>174</sup>, devido à exiguidade da sala do capítulo para acolher todo o acervo, reservando-a para expor alguns espécimes, considerados, à época, de menor valor. Organizado por Pedro Vitorino, o museu teve inauguração solene a 27 de Novembro de 1933, com a presença do Ministro do Interior<sup>175</sup>.

Um incêndio na ala sul do mosteiro, em Outubro de 1935, esteve na origem de uma intervenção de grande vulto, levada a cabo pela DGEMN, que se estenderia até meados dos anos 70, visando não só a reparação dos danos, mas também a recuperação profunda do edifício e do património integrado, bem como a sua adaptação a novas funções<sup>176</sup>. Beneficiando da dinâmica gerada por estes trabalhos, em 1958, procedeu-se à ampliação do museu, cuja

<sup>172</sup> A. C. S. VEIGA, *op. cit.*, pp. 68-69.

<sup>173</sup> *Idem*, pp. 146-148.

<sup>174</sup> M. J. TOMÉ, «A intervenção dos “Monumentos Nacionais”...», *cit.*, p. 715.

<sup>175</sup> A. C. S. VEIGA, *op. cit.*, pp. 150-152.

<sup>176</sup> *Idem*, pp. 185-186; M. J. TOMÉ, «A intervenção dos “Monumentos Nacionais”...», *cit.*, pp. 708-717; Romana Margarida Silva Costa de Oliveira RODRIGUES, *Construções Antigas de Madeira. Experiência de Obra e Reforço Estrutural*, Braga, 2004 (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil apresentada à Universidade do Minho, mimeog.), pp. 163-165; «Mosteiro de Arouca e o túmulo de Santa Mafalda», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1998, n.º IPA PT010104030002.

área passou a incluir parte da ala oeste e os dois pisos da ala norte, onde se demoliram as paredes divisórias das antigas celas das monjas, para obter salas de maiores dimensões<sup>177</sup>.

O acervo exposto no Museu de Arte Sacra de Arouca avultava pelo seu valor<sup>178</sup>, tanto histórico e artístico quanto material, ao qual se juntava o facto de ter registado escassas delapidações após a extinção das ordens religiosas<sup>179</sup>, acerrimamente protegido, primeiro pelas monjas, que o ocultaram até dos delegados das exposições de arte ornamental de Lisboa e de Aveiro<sup>180</sup>, depois pela população, que lutou bravamente para o manter em Arouca. Composto por colecções variadas de pintura, escultura, mobiliário, ourivesaria e prataria, indumentária litúrgica e iluminura, resulta, quase na totalidade, do património da comunidade cisterciense daquele mosteiro<sup>181</sup>. Os espécimes dispunham-se pelas salas, devidamente acompanhados pelas respectivas tabelas, segundo critérios tipológicos e cronológicos. O roteiro do museu, da autoria de Pedro Dias, dado à estampa em 1980 e reeditado em 2000, integra-se no guia do mosteiro, oferecendo uma leitura de conjunto do acervo museológico e da igreja e espaço monástico que o envolve e no qual se formou.

Ainda que os seus antecedentes radiquem na extinção das ordens religiosas, o museu de Arouca eclodiu durante a vigência da I República, beneficiando, de certo modo, da política sidonista para a paz religiosa e, mais tarde, da cooperação do Estado Novo, através da acção da DGEMN. Em Janeiro de 2007, por ocasião de uma visita da Ministra da Cultura, foi anunciado que o IPPAR tinha em curso trabalhos de requalificação daquele museu de arte sacra<sup>182</sup>.

<sup>177</sup> M. J. TOMÉ, «A intervenção dos “Monumentos Nacionais”...», *cit.*, pp. 716; «Mosteiro de Arouca e o túmulo de Santa Mafalda», *cit.*

<sup>178</sup> P. DIAS, *op. cit.*, p. 49.

<sup>179</sup> J. A. FALCÃO, «O Museu de Arte Sacra», *cit.*, p. 57.

<sup>180</sup> Cf. A. F. SIMÕES, «Memórias póstumas», *cit.*, pp. 328-329; *Catálogo da Exposição de Arte Religiosa...*, *cit.*, pp. 71-73.

<sup>181</sup> P. DIAS, *op. cit.*, p. 49.

<sup>182</sup> AGÊNCIA DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS DO ENTRE DOURO E VOUGA, «Requalificação do Mosteiro. “Parceria público-privada é exemplo a seguir” – Ministra da Cultura», in *Notícias de Aveiro* [em linha], Aveiro, de 5 de Janeiro de 2007, disponível em URL: <http://www.noticiasdeaveiro.pt/pt/2120/requalificacao-do-mosteiro-parceria-publicoprivada-e-exemplo-a-seguir-ministra/> (acedido em 18 de Junho de 2009).

### 3.3.2. Tesouros eclesiásticos

O conceito de *tesouro* está estreitamente ligado às origens do museu. Nascido no contexto religioso do *θησαυρός* (*thēsauros*) dos antigos santuários gregos, onde se guardavam os objectos votivos oferecidos pelos fiéis, teve grande evidência no Cristianismo da Idade Média como *thesaurus Ecclesiae*. Locução empregada por Santo Ambrósio, já no século IV, para aludir ao mistério essencial de Cristo<sup>183</sup>, foi adoptada pela teologia das indulgências, nos séculos XIII-XIV, em particular por São Tomás de Aquino<sup>184</sup>, e declarada oficialmente na bula jubilar do papa Clemente VI<sup>185</sup> para aludir ao tesouro da superabundância dos méritos de Cristo e dos santos<sup>186</sup> – o *thesaurus gratiorum* ou *meritorum*<sup>187</sup>, *i. e.*, o tesouro das graças ou dos méritos.

No plano espiritual do culto das relíquias, consequência do acto de reunir e venerar os restos mortais de santos e mártires insignes<sup>188</sup>, estas constituem uma expressão sensível daquele tesouro das graças da Igreja. Com efeito, quando os cristãos recolheram as cinzas de São Policarpo, bispo de Esmirna, após o seu martírio, em 155, declararam tratar-se de algo mais valioso do que pedras preciosas ou ouro fino<sup>189</sup>.

Depois do Édito de Milão, em 313, que concedeu a tolerância e liberdade de culto aos cristãos, as relíquias tornaram-se parte integrante e indispensável da sua liturgia<sup>190</sup>. A Eucaristia celebrava-se num altar construído directamente sobre o túmulo de um mártir ou, pelo menos, tinha de conter um relicário<sup>191</sup>. Visto que, até ao século IX, a Igreja ocidental

<sup>183</sup> AMBROSIUS, sanctus, *De Virginitate*, XVIII, 119 (cf. J[acques-]P[aul] MIGNE, *Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina*, T. 16, Parisiis, Migne, 1845, col. 301).

<sup>184</sup> THOMÆ AQUINATIS, sanctus, *Scriptum super Sententiis*, IV, d. 20 q. 1 a. 4 qc. 3 arg. 1.

<sup>185</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1342-1352 (Clemens PP. VI), *Bulla Iubilaei Unigenitus Dei Filius*, Avinhão, 27 de Janeiro de 1343 (cf. *Extravagantium Communium V*, IX, 2, *Corpus Iuris Canonici. Decretalium Collectiones*, Lipsiae, ex Officina Bernhardi Tauchnitz, 1881, pp. cols. 1304-1306).

<sup>186</sup> Herbert VORGRIMLER, *Neues Theologisches Wörterbuch*, Freiburg, Herder, 2000, ss. vv. «Ablaß», pp. 18-19, e «Kirchenschatz», p. 353.

<sup>187</sup> Philippe CORDEZ, «Les usages du trésor des grâces. L'économie idéale et matérielle des indulgences au Moyen Âge», in *Le trésor au Moyen Âge. Questions et Perspectives de Recherche. Der Schatz im Mittelalter. Fragestellungen und Forschungsperspektiven*, Neuchâtel, Institut d'Histoire de l'Art et de Muséologie, 2005, p. 57.

<sup>188</sup> Cf. B. D. BOEHM, *op. cit.*, p. 259.

<sup>189</sup> *Martyrium Polycarpi*, XVIII (cf. Jacques-Paul MIGNE, *Patrologiæ Cursus Completus. Series Graecæ*, T. 5, Parisiis, Migne, 1894, col. 1043).

<sup>190</sup> B. D. BOEHM, *op. cit.*, p. 259.

<sup>191</sup> *Ibidem*; Kinga SZCZEPKOWSKA-NALIWAJEK, «Reliquary», s. v., in J. TURNER (ed. lit.), *op. cit.*, vol. 26, p. 143.



raramente permitia a abertura do sepulcro dos mártires, de modo a conservar o *corpus integrum et incorruptum*, surgiram as relíquias “indirectas” ou “de contacto” – *brandæ* (v. g. peças de roupa) e *eulogiæ* (v. g. terra de solos sagrados) –, cuja virtude decorria do contacto com os despojos ou locais sagrados<sup>192</sup>. Depois, quando, por influência da Igreja oriental, se começaram a trasladar e a partilhar os restos mortais dos santos, multiplicaram-se as colecções de relíquias<sup>193</sup>, preservadas em sumptuosos receptáculos de ourivesaria, de elevado valor material e artístico<sup>194</sup>, cuja magnificência salientava simbolicamente a preciosidade do seu conteúdo. Ao mesmo tempo, os locais onde aquelas se conservavam deviam ser providos das alfaias litúrgicas e outros objectos necessários para a celebração do culto, contando com o apoio mecenático de prelados, nobres e outros abastados, bem como de dádivas de peregrinos, no quadro de uma motivação “dar para receber”<sup>195</sup>.

Assim, em particular nas igrejas catedrais e monásticas, constituíram-se acervos de grande valia espiritual, plasmada na nobreza material das obras de arte, que recebiam, por isso, a designação de tesouros, embora não passassem, a maioria das vezes, de heteróclitas arrecadações. Envolto por uma certa aura de inacessibilidade, tanto pela natureza sacra das relíquias quanto pela habitual função litúrgica dos restantes objectos, estavam geralmente encerrados na *câmara do tesouro*, por motivos de segurança, ou expostos por trás das sólidas grades de uma capela<sup>196</sup>. Apesar desta atitude paramuseológica, os tesouros eclesiásticos serviam um propósito devocional, a despeito da sua carga semântica enquanto expressão do poder eclesiástico<sup>197</sup> ou da noção económica de reserva pecuniária<sup>198</sup>.

À semelhança do que acontecia no resto da Europa, também em Portugal se constituíram diversos tesouros catedralícios e monásticos, cuja existência tem sido documentada

<sup>192</sup> K. SZCZEPKOWSKA-NALIWAJEK, *op. cit.*, p. 143.

<sup>193</sup> B. D. BOEHM, *op. cit.*, p. 260; G. BAZIN, *op. cit.*, p. 30.

<sup>194</sup> P. GEORGE, *op. cit.*; cf. G. BAZIN, *op. cit.*, p. 30; María BOLAÑOS, *Historia de los Museos en España. Memoria, Cultura, Sociedad*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 10, Gijón, Ediciones Trea, 1997, pp. 17-18.

<sup>195</sup> P. GEORGE, *op. cit.*

<sup>196</sup> Cf. M. BOLAÑOS, *op. cit.*, pp. 20-21.

<sup>197</sup> P. GEORGE, *op. cit.*

<sup>198</sup> M. BOLAÑOS, *op. cit.*, p. 20.

ao longo da História<sup>199</sup>. Mantidos no domínio do privado em dependências anexas dos templos, onde se guardavam alfaias usadas esporadicamente em cerimónias litúrgicas de maior solenidade, apenas nos finais do século XIX, sob estímulo das exposições de arte ornamental, se fizeram as primeiras experiências para os dar a conhecer ao público<sup>200</sup>.

Após a instauração da República e a nacionalização compulsiva dos bens da Igreja, assistiu-se a uma nova dinâmica museológica. Alguns tesouros eclesiásticos na posse do Estado foram incorporados nos museus então criados, enquanto outros permaneceram encerrados, mas o processo de restituição daquele património, a partir de 1918<sup>201</sup>, alteraria consideravelmente a realidade destes acervos.

### *Tesouro da sé bracarense*

A existência de um tesouro na catedral de Braga está conotada com a própria história da diocese, visto que tanto o bispo como o seu presbitério careciam de alfaias e livros litúrgicos para a celebração do culto<sup>202</sup>. Dos primórdios da sede episcopal nada subsistirá, resultado da invasão árabe de 711, que tudo destruiu e obrigou à retirada dos arcebispos para Lugo<sup>203</sup>. Depois da sua restauração, em 1071<sup>204</sup>, começou, certamente, a formar-se um novo tesouro, pelas necessidades inerentes à acção cultural, ainda mesmo durante o período de sé provisória num dos templos bracarense, enquanto se construía a catedral<sup>205</sup>. Sagrada com grande solenidade, em 28 de Agosto de 1089, esta deveria ter, à data, um acervo razoável, posteriormente enriquecido por sucessivas doações de beneméritos, desde simples fiéis a cónegos e dignitários capitulares, membros da nobreza e da família real e, sobretudo, os arcebispos<sup>206</sup>.

<sup>199</sup> Cf., entre outros, Avelino de Jesus da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1984 (Separata da Revista Theologica, vol. XVIII, fascs. I-II e III-IV 1983); Avelino de Jesus da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983 (Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, V. 38, 1983); Saul António GOMES, *Livros e Alfaias Litúrgicas do Tesouro da Sé de Viseu em 1188*, s. 1., 2002 (Separata da Revista Humanitas, V. 54, 2002).

<sup>200</sup> Cf. subcapítulo 3.1.2. Primeiras iniciativas em torno do património religioso.

<sup>201</sup> Cf. subcapítulo 2.3.1. Separação da Igreja do Estado.

<sup>202</sup> A. de J. da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga...*, cit., p. 43.

<sup>203</sup> *Idem*, p. 44; cf. José MARQUES, «Braga, Arquidiocese de», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, cit., pp. 221-224.

<sup>204</sup> J. MARQUES, *op. cit.*, p. 224.

<sup>205</sup> A. de J. da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga...*, cit., p. 44.

<sup>206</sup> *Idem*, pp. 45 e 48.

Quando, no cumprimento da *Lei da Separação*, em 1911, se nacionalizou o tesouro da catedral bracarense, este continuou, porém, na sacristia daquele templo. O padre Manuel de Aguiar Barreiros, pronunciando-se acerca desta situação, referia inclusivamente que a sacristia, *per se*, constituía um museu, ao mesmo tempo que insistia na inerência da conservação do acervo nas dependências catedralícias, o seu contexto natural, onde se evidenciava em toda a plenitude<sup>207</sup>.

No entanto, pela Portaria n.º 5:872, de 21 de Janeiro de 1929, a corporação encarregada do culto católico na sé primacial de Braga recebeu, em uso e administração, o edifício da catedral e infra-estruturas conexas, com todo o seu património móvel, criando uma conjuntura favorável à criação de um museu de arte sacra por parte do Cabido bracarense. Com efeito, cerca de um ano depois, o Decreto n.º 18:127, de 25 de Março de 1930, instituiu o Tesouro de Arte Sacra, com a finalidade expressa de “ser evitada a dispersão dos objectos daquele género de considerável valor artístico ali existentes”, sob tutela e encargo do Cabido<sup>208</sup>. O acervo compor-se-ia dos bens cedidos pelo Estado, podendo incorporar igualmente objectos em poder de particulares, por depósito ou a outro título<sup>209</sup>.

O Cabido empreendeu entusiasticamente aquela tarefa, instalando um museu na antiga casa capitular, incluindo também várias capelas e o coro-alto da sé, num total de dezasseis compartimentos. Ao longo do átrio, galerias e terraços do claustro compõem uma secção lapidar, com vestígios arqueológicos<sup>210</sup>. Em 1954, foi publicado o *Catálogo e Guia do Tesouro*, que nos dava a conhecer o percurso museológico, bem como os espécimes mais proeminentes do acervo exposto. O trajecto seguia linearmente pelas salas, as quais tomavam o nome da sua função anterior (*Sala das Sessões, Sala Capitular*), da cor predominante na sua decoração (*Sala Vermelha, Sala Roxa, Sala Verde*) – conquanto passível de sentido litúrgico, este parece ter não sido evocado –, ou das obras mais significativas que acolhia (*Sala do Órgão, Sala da Arca, Sala do Brasil, Sala da Abóbada, Sala dos Apóstolos, Sala das Capas, Sala do Pálio, Sala dos Pergaminhos*)<sup>211</sup>.

<sup>207</sup> Manuel d’Aguiar BARREIROS, *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos Críticos Archeologico-artísticos*, Porto, Marques Abreu, 1922, p. 25.

<sup>208</sup> Decreto n.º 18:127, de 25 de Março de 1930, art. 1.º

<sup>209</sup> *Idem*, art. 2.º

<sup>210</sup> Manuel de Aguiar BARREIROS, *Catálogo e Guia do Tesouro da Sé Primaz de Braga*, Porto, Marques Abreu, 1954, p. 8.

<sup>211</sup> Cf. *Idem*, pp. 12-74.

Ainda que as designações sugiram uma distribuição temática ou tipológica, tal sucedia apenas pontualmente. Por exemplo, a *Sala do Brasil* albergava a cruz processional de ferro que, de acordo com a tradição, foi usada na primeira missa naquele país, aquando da chegada de Pedro Álvares Cabral, formando conjunto com os castiçais de viagem, do mesmo material, contudo, sem haver qualquer relação com os restantes objectos patentes nesta sala. Por seu turno, na *Sala da Capas* exibiam-se sobretudo pluviais ou capas de asperges, mas incluíam-se têxteis litúrgicos não relacionados, como um frontal de altar e um pano de púlpito, e aquela tipologia surgia amiúde noutras salas. Merece menção, ainda, a *Sala dos Apóstolos*, cujo nome advinha das pinturas dispostas nas paredes, em três registos, denunciando um número idêntico de níveis de execução técnica, que pretendiam oferecer uma leitura mais abrangente daquela colecção<sup>212</sup>.

De um modo geral, o tesouro da sé de Braga caracterizava-se pela riqueza, qualidade e variedade dos objectos, mas a sua exposição evidenciava a incoerência, sem relações significativas entre os espécimes nem um discurso congruente, e o acúmulo, uma grande densidade de peças no propósito de patentear todo o acervo. À época daquele catálogo, o autor referia já a necessidade de ampliar o espaço do museu, de modo a dispor convenientemente a colecção<sup>213</sup>, uma ideia reiterada cerca de vinte anos mais tarde<sup>214</sup>, mas concretizada somente nos alvares do século XXI, como mais adiante veremos.

### *Tesouros desanexados do Estado*

Alguns museus regionais portugueses foram constituídos em consequência directa da nacionalização dos bens eclesiásticos, no dealbar da I República, não apenas pelo vasto património que passou para a posse do Estado e cuja conservação se impunha, mas também pela disposição legal que determinava a sua criação<sup>215</sup>. Não obstante, com as diligências para restituição dos bens à Igreja, em especial a partir dos finais da década de 20, parte dos acervos daquelas instituições retornaria à tutela anterior.

---

<sup>212</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>213</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>214</sup> A. Luís VAZ, *O Cabido de Braga. 1071 a 1971*, Braga, José Dias de Castro, 1971, p. 284.

<sup>215</sup> Cf. Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], art. 76.º

Em Évora, a estrutura orgânica do museu regional incluía uma secção de arte sacra, com conservador próprio, organizada na catedral com o tesouro desta igreja<sup>216</sup>. Porém, graças aos esforços do arcebispo D. Manuel Mendes da Conceição Santos, em 1930, pelo Decreto-lei n.º 18:324, de 14 de Maio, fundou-se o Tesouro de Arte Sacra, a cargo do Cabido eborense, com as colecções à guarda deste e outros objectos que viessem a ser-lhe confiados ou entregues<sup>217</sup>.

O Tesouro ficou instalado provisoriamente na Sala Capitular românica, expondo apenas os espécimes mais valiosos de ourivesaria, um tríptico ebúrneo trecentista e duas jarras de porcelana chinesa, enquanto os objectos de escultura, pintura, indumentária litúrgica, mobiliário e restante ourivesaria da sé permaneciam longe dos olhares dos visitantes. Por ocasião das comemorações do primeiro centenário do Liceu de Évora, em Outubro de 1941, um pequeno conjunto de arte sacra figurou nas exposições então realizadas, dando a conhecer as peças menos conhecidas do tesouro catedralício eborense. O interesse despertado levou a ponderar a ampliação do museu de arte sacra da sé, para o que se escolheram as salas da sobrenave esquerda do edifício da catedral, entre a torre norte e a sala gótica, situada por cima da sacristia. Solicitada a intervenção da DGEMN para a adaptação, visto tratar-se de um monumento nacional, as obras arrastaram-se até aos princípios da década de 70, devido às parcas dotações governamentais. Depois, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Junta Distrital de Évora, adquiriram o equipamento conveniente, prevendo-se a abertura das novas instalações para 1976, ano em que se celebrava o primeiro centenário do nascimento de D. Manuel Mendes da Conceição Santos, mas após uma tentativa de assalto foi adiada até à implementação de um sistema de alarme. Assim, a inauguração solene decorreu apenas em 22 de Maio de 1983, no contexto da comemoração do sétimo centenário da fundação da sé<sup>218</sup>.

A exposição do tesouro eborense foi distribuída por três salas, em obediência a critérios de natureza tipológica e cronológica. Na primeira sala dispuseram-se as obras de imaginária gótica, com o intuito de progredir e completar a leitura iniciada na escultura do portal dos Apóstolos e do claustro. A sala seguinte, mais ampla, acolhia a pintura e escultura

---

<sup>216</sup> Decreto-lei n.º 1:355, de 16 de Janeiro de 1915, arts. 1.º e 2.º

<sup>217</sup> Decreto-lei n.º 18:324, de 14 de Maio de 1930, art. 2.º

<sup>218</sup> José Filipe MENDEIROS, *Guia do Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora*, Évora, 1985, pp. 3-5.

dos séculos XVII e XVIII, bem como a indumentária litúrgica, prataria e mobiliário. O percurso concluía na sala gótica, edificada sobre a sacristia e convertida em casa-forte, onde se exibia a ourivesaria mais valiosa e a tapeçaria antiga<sup>219</sup>. Esta estrutura museográfica manter-se-ia até à reinstalação do museu no antigo Colégio dos Moços do Coro da Sé, em inícios do século XXI.

Depois da musealização dos tesouros das catedrais de Braga e Évora, também na cidade de Viseu se instituiu um Tesouro de Arte Sacra, em 1932, sob tutela e encargo do Cabido diocesano, a fim de promover a salvaguarda e conservação dos objectos da liturgia católica. No seu acervo, incorporaria os espécimes respeitantes ao culto ou a ele destinados das colecções do Museu Grão Vasco, que eram provenientes da sé daquela cidade<sup>220</sup>, nacionalizados ao abrigo da *Lei da Separação*. Não obstante, este museu, que ocupava dependências anexas da catedral, apenas em 1938 transitaria em total e definitivo para o Paço dos Três Escalões<sup>221</sup>, enquanto a entrega dos objectos ao Cabido viseense, com excepção dos quadros de Vasco Fernandes, somente em Abril de 1942 foi efectivada<sup>222</sup>. Francisco de Almeida Moreira, director do museu à data daquele decreto, não aceitava bem a cisão do tesouro da sé e ignorou as pretensões do Cabido relativamente ao retorno da posse do acervo. De facto, a situação só começou a resolver-se após o seu falecimento, em 1939. Na prática, esta desanexação do museu representava mais do que um regresso ao passado, pois este tivera origem sobretudo no tesouro catedralício, que ora emergia como organismo autónomo, reduzindo e fragilizando as colecções daquele, em particular de ourivesaria e paramentaria<sup>223</sup>.

Com a desocupação e devolução dos aposentos capitulares, o tesouro da sé de Viseu regressou ao local onde outrora estivera guardado e exposto numa atitude paramuseológica<sup>224</sup>. O novo museu diocesano de arte sacra ficou, então, instalado nas duas salas nobres do Cabido, anexas ao claustro superior, sem, contudo, aparentar obedecer a critérios

---

<sup>219</sup> *Idem*, pp. 6-7.

<sup>220</sup> Decreto-lei n.º 20:803, de 21 de Janeiro de 1932, art. 1.º

<sup>221</sup> *Museu Grão Vasco...*, *cit.*, p. 13.

<sup>222</sup> *Idem*, p. 15; M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 93.

<sup>223</sup> *Museu Grão Vasco...*, *cit.*, pp. 12-13 e 15.

<sup>224</sup> *Idem*, p. 9.

ou discursos museográficos específicos<sup>225</sup>. Em meados da década de 90, o Tesouro encerrou para reorganização, abrindo novamente ao público em 2002.

Ainda que institucionalizados na esteira da fundação do museu da sé primacial de Braga, os tesouros catedralícios de Évora e Viseu, ao invés do que sucedera naquela cidade, foram primeiro alvo de incorporação em museus estatais, criados à época do arrolamento, e posteriormente devolvidos à tutela eclesiástica. Dados a conhecer no contexto de um museu regional de arte, fazendo parte das suas colecções e programa museográfico, estes tesouros manteriam depois a sua condição de objecto museológico, estando mesmo na génese de novas instituições para os expor, agora sob responsabilidade e encargo dos respectivos cabidos diocesanos.

Os efeitos da restituição dos bens eclesiásticos espoliados ao abrigo da *Lei da Separação* manifestaram-se particularmente na fundação dos museus das catedrais de Braga, Évora e Viseu, então designados por Tesouros de Arte Sacra. Conservando um nexo de proximidade pela instalação em dependências dos templos episcopais, estes bens não apenas permaneceram no contexto da sua ambiência natural como também poderiam ser usados nas cerimónias litúrgicas, cumprindo assim o seu múnus original. Com efeito, nos termos do Decreto n.º 11:887, com força de lei, de 6 de Julho de 1926, a devolução daquele património ocorria somente na condição de os mesmos serem afectados ao uso cultural<sup>226</sup>, pelo que estes tesouros catedralícios retomaram a sua função primordial de armazenamento e conservação, à qual se juntava um proveito museológico. No plano museográfico, porém, do que se infere dos roteiros publicados, as opções eram semelhantes às praticadas nos museus regionais de arte, assentes em critérios cronológicos e tipológicos, não se verificando uma influência significativa da mudança de tutela neste domínio.

---

<sup>225</sup> Cf. A. de Lucena e VALE, *Viseu Monumental e Artístico*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu, 1949, p. 72; Alexandre ALVES, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu/Santa Casa da Misericórdia de Viseu/Grupo de Amigos do Museu de Grão Vasco, 1995, pp. 125-133.

<sup>226</sup> Cf. Decreto n.º 11:887, com força de lei, de 6 de Julho de 1926, arts. 10.º e 13.º

### 3.4. Arte sacra em exposição durante o período do Estado Novo

Nascido na sequência da ditadura militar instaurada pelo movimento revolucionário de 28 de Maio de 1926, o Estado Novo afirmou-se económica, política e institucionalmente na segunda metade da década de 30<sup>227</sup>. Ao mesmo tempo, a Igreja, revitalizada pelo Concílio Plenário Português, em finais de 1926, empreendia esforços para a mobilização do catolicismo português, atenuando o laicismo oficial<sup>228</sup>. Na realidade, embora a Constituição da República Portuguesa, aprovada em plebiscito de 19 de Março de 1933 e entrada em vigor em 11 de Abril seguinte, mantivesse a separação entre Estado e Igreja<sup>229</sup>, na sua revisão de 1935 o ensino público ficaria submetido aos princípios da religião e da moral católicas, enquanto tradicionais do País<sup>230</sup>, e, na revisão de 1951, o Catolicismo passou a ser constitucionalmente a religião da Nação Portuguesa<sup>231</sup>. Neste ínterim, a assinatura da *Concordata de 7 de Maio de 1940*, entre o Estado Português e a Santa Sé, surgia como um documento apaziguador e garantidor da estabilidade institucional<sup>232</sup>.

#### 3.4.1. Comemorações do duplo centenário

A institucionalização do regime do Estado Novo foi secundada por uma campanha propagandística de ordem política e ideológica, na qual o restauro do património cultural construído<sup>233</sup> e, mais tarde, os museus públicos e as exposições temporárias tiveram papel fundamental<sup>234</sup>. Em 1934, o Secretariado da Propaganda Nacional – criado em Setembro

<sup>227</sup> Fernando ROSAS, «O Estado Novo nos anos 30», in José MATTOSO (dir.), *op. cit.*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 243.

<sup>228</sup> P. F. de O. FONTES, «O catolicismo português no século XX...», *cit.*, pp. 164-174.

<sup>229</sup> Cf. *Constituição da República Portuguesa*, de 11 de Abril de 1933, art. 46.º, publicada nos termos do Decreto n.º 22:241, de 22 de Fevereiro de 1933.

<sup>230</sup> *Constituição da República Portuguesa*, de 11 de Abril de 1933, art. 43.º § 3, na redacção fixada pela Lei n.º 1:910, de 23 de Maio de 1935.

<sup>231</sup> *Constituição da República Portuguesa*, de 11 de Abril de 1933, art. 45.º, na redacção fixada pela Lei n.º 1:910, de 23 de Maio de 1935; cf. F. ROSAS, «O Estado Novo nos anos 30», *cit.*, p. 270.

<sup>232</sup> Manuel Braga da CRUZ, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Colecção Torre de Babel, n.º 5, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, pp. 45-46.

<sup>233</sup> Margarida ACCIAIOLI, *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, pp. 11-14.

<sup>234</sup> S. LIRA, *op. cit.*, pp. 246 e 250.



do ano anterior, na dependência da Presidência do Conselho<sup>235</sup> – promoveu a *Exposição Documentária*, no Palácio de Exposições do Parque Eduardo VII, no contexto do I Congresso da União Nacional, que pretendia responder à exigência salazarista de demonstração pública da coesão, unidade e homogeneidade do regime<sup>236</sup>. Ainda nesse ano, no Porto, teve lugar também a *Exposição Colonial Portuguesa*, e outros eventos sobrevieram, incluindo a participação em exposições internacionais, sempre num espírito de afirmação de imagem política<sup>237</sup>, culminando na *Exposição do Mundo Português*, em 1940, no âmbito das comemorações do duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal<sup>238</sup>.

Estas actividades, contudo, norteavam-se por quatro temas basilares – o império colonial, a arte portuguesa, a história de Portugal e etnografia e os feitos do Estado Novo –, todos eles tratados segundo uma retórica nacionalista<sup>239</sup>. Apesar da tolerância e paz religiosa que se instalava e do entendimento entre o Estado e a Igreja<sup>240</sup>, a arte sacra, enquanto temática exclusiva ou autónoma, não teve grande relevância<sup>241</sup>. Não obstante, o movimento expositivo desencadeado pelo Estado Novo e a dinâmica eclesial que se ia consolidando tiveram o seu reflexo.

Em Faro, realizou-se uma exposição de arte sacra algarvia, organizada pelo Prof. José António Pinheiro e Rosa, à época membro da Junta de Província do Algarve e da Comissão Executiva daquelas comemorações centenárias, no sentido de ampliar a homenagem ao Bispo D. Francisco Gomes do Avelar, cuja estátua se inaugurava. As dificuldades foram imensas, em parte devido ao escasso período que mediou a ideia e a sua concretização: apenas dois meses. Inquiriram-se os párocos da Diocese do Algarve, mediante circular, acerca dos bens que possuíam nas suas freguesias, dignos de figurar na exposição, mas o seu transporte para Faro ficou a cargo daqueles ou do organizador, visto serem objectos

<sup>235</sup> A. Costa PINTO, «Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI)», s. v., in António BARRETO (coord.) & Maria Filomena MÓNICA (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 408.

<sup>236</sup> M. ACCIAIUOLI, *op. cit.*, pp. 14-15.

<sup>237</sup> Cf. *Idem, passim*.

<sup>238</sup> *Idem*, p. 107; Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, vol. 14, Lisboa, Editorial Verbo, 2000, pp. 633-635.

<sup>239</sup> Cf. lista de exposições temporárias do Estado Novo em S. LIRA, *op. cit.*, p. 241.

<sup>240</sup> J. V. SERRÃO, *op. cit.*, pp. 575-576.

<sup>241</sup> Cf. S. LIRA, *op. cit.*, p. 253.

preciosos. Depois, já na capital do Algarve, impunha-se o problema da classificação dos espécimes, levada a efeito com as gentes da casa, ou seja, com a pouca ciência que havia, a precipitação imposta pela urgência e, conseqüentemente, com grandes deficiências. Todavia, inaugurada pelo ministro Duarte Pacheco, deixou boas impressões<sup>242</sup>.

Na cidade de Coimbra, por seu turno, a arte sacra sobressaiu no programa oficial das comemorações nacionais de 1940, mas numa exposição de *Ourivesaria Portuguesa*, organizada por Vergílio Correia, director do Museu Machado de Castro, Luís Keil, vogal da Academia de Belas Artes, e Aarão de Lacerda, director da Escola de Belas Artes do Porto. Composta, em grande parte, de espécimes de arte sacra do tesouro conimbricense, incorporado já naquele museu, contava também com peças provenientes de todo o País, tanto de museus, quanto de templos, desde as igrejas paroquiais às catedrais. O acervo, dos séculos XII ao XVII, parcas vezes entrecortado por obras de natureza civil, dispunha-se segundo critérios tipológicos e cronológicos<sup>243</sup>.

A arte sacra era um elemento da história e da arte portuguesas, mas apenas isso lhe conferia um lugar de relevo naquelas comemorações, integrando *exposições de arte*. O bom relacionamento entre Estado e Igreja, então vigente, permitia, porém, que os eventos, embora de organização civil, incluíssem espécimes na posse desta.

### 3.4.2. Arte sacra moderna

Em princípios do segundo quartel do século XX, assistiu-se a um impulso de revitalização da arte religiosa na Europa, em particular na França, na Alemanha e na Suíça. Neste contexto, surgiram diversas publicações periódicas especializadas – a mais importante das quais foi a revista *L'Art Sacré*, fundada em 1935 por G. Mollard, L. Salavin e Joseph Pichard – e, entre Novembro de 1938 e Fevereiro de 1939, realizou-se, no Musée des Arts Décoratifs, em Paris, o primeiro Salão de arte sacra, com quatro reedições, após a II Guerra

---

<sup>242</sup> José António Pinheiro e ROSA, *Arte Sacra em Tavira*, Tavira, Comissão Municipal de Turismo de Tavira, 1966, pp. 89-91.

<sup>243</sup> *Exposição da Ourivesaria Portuguesa dos Séculos XII a XVII. Catálogo-guia*, Coimbra/Lisboa, Bertrand, 1940, p. 5-36.

Mundial, entre 1951 e 1955, no Musée National d'Art Moderne, da mesma cidade<sup>244</sup>. Em Espanha, promoveu-se a *Exposición Internacional de Arte Sacro*, em Maio de 1939, na cidade de Vitória, e a *Exposición de Orfebrería y Ropas de Culto*, dois anos depois, no Museo Arqueológico Nacional<sup>245</sup>. Portugal recebeu as influências sobretudo pelo padre João de Almeida, que havia estagiado arquitectura na Suíça, e, em 1952, um grupo de estudantes e arquitectos recém-diplomados pela Escola de Belas Artes de Lisboa criava o Movimento de Renovação da Arte Religiosa<sup>246</sup>.

A arte sacra moderna, porém, tivera já as suas manifestações no nosso País. Em Lisboa, na segunda quinzena de Maio de 1945, a União Noelista Portuguesa, dentro do espírito daqueles movimentos renovadores e exposições promovidas em França e Espanha<sup>247</sup>, organizou a *1.ª Exposição de Arte Sacra Moderna*, no Palácio Galveias, exibindo um conjunto de espécimes contemporâneos de arquitectura (representada por cópias de projectos, maquetas e reproduções fotográficas), escultura, pintura, desenho, gravura e indumentária litúrgica<sup>248</sup>. Em Dezembro de 1947, promoveu a segunda edição, na Galeria Instanta, subordinada à temática natalícia, e, em Janeiro de 1949, de colaboração com a Liga Independente Católica Feminina, realizou a terceira exposição, na Sala de Exposições do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, no Palácio Foz. Aqueles dois organismos católicos haviam já montado, individualmente, eventos semelhantes em anos anteriores, mas uniram os esforços numa empresa que tinha por finalidade aumentar o interesse quer do público, pela arte religiosa moderna, quer dos artistas portugueses, pela interpretação de temas de iconografia cristã<sup>249</sup>. Estiveram patentes diversos espécimes de autores contemporâneos, entre pintura, escultura, desenho e ourivesaria. No Porto, teve lugar uma exposição de escultura religiosa de Altino Maia, com a colaboração de Martinho

---

<sup>244</sup> Anna Paola P. BAPTISTA, *O Eterno ao Moderno. Arte Sacra Católica no Brasil, Anos 1940-50*, Rio de Janeiro, 2002 (Tese de Doutoramento em História Social, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeog.), pp. 91-99.

<sup>245</sup> M. BOLAÑOS, *op. cit.*, 1997, pp. 385-386.

<sup>246</sup> Clara MENÉRES, «Artes plásticas de temática religiosa», in Manuel Braga da CRUZ (coord.) & Natália Correia GUEDES (coord.), *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 56.

<sup>247</sup> *Catálogo da 1.ª Exposição de Arte Sacra Moderna*, Lisboa, 1945, p. [5].

<sup>248</sup> *Idem*, p. [7]; cf. pp. 9-19.

<sup>249</sup> *Exposição de Arte Sacra Moderna*, Lisboa, 1949, p. [3].

Sá, em Outubro de 1948. O escultor apresentou uma série de trabalhos não concluídos, com a intenção de mostrar o processo evolutivo de uma imagem talhada em madeira, desde a concepção à execução. No texto do catálogo, o artista evoca a reeducação das novas gerações de santeiros, dando-lhes um mínimo de cultura técnico-estética de que estavam inteiramente desamparados<sup>250</sup>.

O SNI, em 1944, sucedeu ao Secretariado da Propaganda Nacional, grande impulsor das artes plásticas e da literatura, quer através da organização de concursos e prémios, quer de exposições, aquisições e contratos para decoração de obras públicas. No entanto, depois da sucessão, baixou progressivamente a capacidade de atracção das elites e o SNI desempenhou o seu papel de uma forma mais discreta<sup>251</sup>. Foi nesta conjuntura que se fez a *Exposição de Escultura Religiosa de Maria Amélia Carvalheira da Silva*, em 1950, promovida pelo SNI na sua Sala de Exposições no Palácio Foz. O convite para a realização do evento, feito pelo director, António Ferro, surgiu por ocasião da entrega do Prémio de Artes Plásticas, em 1949, com que a artista foi distinguida por aquele organismo, pela obra *São João de Deus*, da capela do Palácio da Cruz Vermelha, em Lisboa<sup>252</sup>. Outra exposição de temática religiosa ocorreu em 1955, *Exposição de Escultura Sacra em Madeira de Adolfo de Carvalho*, na mesma sala, patenteando ao público a obra daquele escultor executada nos dois anos anteriores. O espaço fora cedido pelo SNI no prosseguimento “da sua tradicional obra cultural”, proporcionando aos artistas plásticos um ambiente que permitisse a divulgação do seu trabalho<sup>253</sup>. Entretanto, o próprio Movimento de Renovação da Arte Religiosa preparou também uma *Exposição de Arte Sacra Moderna*, aberta ao público na Galeria Pórtico, em Lisboa, durante o mês de Março de 1956<sup>254</sup>.

A arte sacra moderna esteve em particular evidência neste período, não apenas pelos movimentos artísticos renovadores que surgiam pela Europa, com o intuito de ultrapassar o

<sup>250</sup> Altino MAIA & Martinho SÁ, *Exposição de Escultura. Imagens Religiosas*, Porto, Oficina de “O Primeiro de Janeiro”, 1948.

<sup>251</sup> A. C. PINTO, *op. cit.*, pp. 408-409.

<sup>252</sup> *Exposição de Escultura Religiosa de Maria Amélia Carvalheira da Silva. Catálogo*, Lisboa, Of. Gráfica, 1950, p. [2].

<sup>253</sup> *Exposição de Escultura Sacra em Madeira de Adolfo de Carvalho*, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1955, p. [1].

<sup>254</sup> MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DA ARTE RELIGIOSA & GALERIA PÓRTICO (ed. lit.), *Exposição de Arte Sacra Moderna*, Lisboa, Galeria Pórtico, 1956.

que apelidaram de decadência da arte religiosa, consequência do academismo oitocentista e da industrialização das artes ornamentais, mas também pelo propósito didáctico assumido que atribuíam a estas exposições, porquanto educadoras do público e orientadoras dos artistas<sup>255</sup>. As obras apresentadas, de autores coevos, demonstravam o renascimento da arte ao serviço do culto, sem que, todavia, as opções museográficas se afastassem formalmente das restantes exposições e salões de arte moderna<sup>256</sup>.

### 3.4.3. Arte das missões

A acção missionária portuguesa recebeu um forte impulso durante os primeiros anos do período do Estado Novo, mercê da sua força civilizadora, que se coadunava com a política colonial do Regime. Depois de uma mal sucedida tentativa da I República para implementar as missões laicas, a ditadura militar, logo em 1926, promulgou o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas, que, embora assente no princípio de separação entre Estado e Igreja, reconhecia personalidade jurídica às missões religiosas, concedendo-lhes ainda terras a título gratuito e estabelecendo vencimentos para os bispos e clérigos do ultramar equiparados aos dos funcionários públicos<sup>257</sup>. Em 1930, o Acto Colonial, que substituiu o título V da Constituição de 1911, reafirmou a importância das missões religiosas no contexto da dimensão civilizadora em que a nação se revia<sup>258</sup>, enquanto “instrumento de civilização e de influência nacional”<sup>259</sup>. Consideradas matéria constitucional, as disposições daquele diploma foram publicadas novamente em 11 de Abril de 1933, no cumprimento da Constituição então promulgada<sup>260</sup>. A situação ficou consolidada, a 7 de Maio de 1940, com a assinatura da Concordata entre Portugal e a Santa Sé e do Acordo Missionário, o qual regulamentou as relações entre o Estado e a Igreja no que concernia à vida religiosa no

<sup>255</sup> *Exposição de Arte Sacra Moderna, cit.*, pp. [3-4].

<sup>256</sup> Artur PORTELA, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Coleção Biblioteca Breve – Série Artes Plásticas, n.º 68, 2.ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, pp. 45-54, 106-116.

<sup>257</sup> Luís Filipe F. R. THOMAZ, «Missões», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3, *cit.*, p. 219.

<sup>258</sup> Nuno da Silva GONÇALVES, «A dimensão missionária do catolicismo português», in C. M. AZEVEDO (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, *cit.*, p. 372.

<sup>259</sup> Decreto-lei n.º 22:465, de 11 de Abril de 1933 [Acto Colonial], art. 24.º

<sup>260</sup> *Constituição da República Portuguesa*, de 11 de Abril de 1933, art. 132.º, publicada nos termos do Decreto n.º 22:241, de 22 de Fevereiro de 1933.

Ultramar Português<sup>261</sup>. Na sequência daquele acordo, o novo Estatuto Missionário, publicado em 1941, considerava as missões católicas portuguesas como “instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador”<sup>262</sup>.

No quadro do movimento de propaganda nacional encetado pelo Estado Novo, as exposições coloniais, mormente a *Exposição do Mundo Português*, faziam a apologia da construção do Império Colonial Português, evidenciando a acção civilizadora e missionária. Em 13 de Junho de 1940, o papa Pio XII, na *Epistula Encyclica Sæculo Exeunte Octavo*, endereçada ao Episcopado Português, saudou Portugal pelas comemorações do duplo centenário e exaltou a sua obra evangelizadora ao longo da história<sup>263</sup>.

Todavia, naquelas exposições a arte de natureza religiosa surgia apenas para ilustrar a intervenção da Igreja na empresa de expansão portuguesa, pois o discurso assentava, invariavelmente, na acção civilizadora de Portugal e nos feitos do Regime, reforçando a ideia de unidade territorial da nação<sup>264</sup>. Com efeito, embora tivessem apoio eclesiástico, eram um encargo estatal, sem participação directa da Igreja.

Entre 11 de Outubro<sup>265</sup> e 2 de Dezembro de 1951<sup>266</sup>, porém, a Agência Geral do Ultramar, sucessora da Agência Geral das Colónias, organismo de produção e divulgação da ideologia colonial do Estado Novo<sup>267</sup>, promoveu a *Exposição de Arte Sacra Missionária*, por iniciativa do Ministro do Ultramar<sup>268</sup>, no claustro do mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa<sup>269</sup>. De carácter itinerante, havia estado patente no Vaticano, durante o Ano Santo de 1950,

<sup>261</sup> *Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa*, Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940, *proœmium*.

<sup>262</sup> Decreto-lei n.º 31:207, de 5 de Abril de 1941 [Estatuto Missionário], art. 2.º

<sup>263</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Epistula Encyclica Sæculo Exeunte Octavo*, Roma, 13 de Junho de 1940.

<sup>264</sup> Cf. S. LIRA, *op. cit.*, p. 163.

<sup>265</sup> Sarmento RODRIGUES, «Exposição de arte sacra missionária. Discurso de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Ultramar no acto da solene inauguração», in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, A. XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951, p. 21, Proferido na igreja dos Jerónimos em 11 de Outubro de 1951.

<sup>266</sup> «Exposição de arte sacra missionária. A sessão solene de encerramento», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951, p. 90.

<sup>267</sup> Cláudia CASTELO, «Agência Geral das Colónias / Agência Geral do Ultramar», *s. v.*, in António BARRETO (coord.) & Maria Filomena MÓNICA (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 62-63.

<sup>268</sup> «Exposição de arte sacra missionária. A exposição», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951, p. 49.

<sup>269</sup> L. Soares de OLIVEIRA, «Nunes (Emmerico)», *s. v.*, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*, vol. 21, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, col. 407.

e depois em Madrid. Por fim, realizou-se em Portugal, integrada nas comemorações do encerramento para o estrangeiro do Ano Santo, por especial deferência do papa Pio XII. Portugal e Espanha não estiveram representados na exposição de Roma, mas apenas em Madrid e Lisboa, onde juntaram, com a sua participação, os documentos primeiros da evangelização além-mar, através da obra de dois povos pioneiros na acção missionária<sup>270</sup>.

No mês de Outubro de 1951, a par da *Exposição de Arte Sacra Missionária*, decorreram em Portugal também o Congresso Internacional sobre “A Mensagem de Fátima e a Paz” e o Encerramento do Ano Santo, no Santuário de Fátima, no dia 13<sup>271</sup>, eventos de índole religiosa que convergiram as atenções para os Portugueses. Por outro lado, o recinto da exposição foi, igualmente, palco de um ciclo de conferências acerca da temática da arte missionária, com grande afluência de público especialista<sup>272</sup>.

A exposição apoiava-se em núcleos temáticos alusivos às zonas de missionação – a arte cristã dos povos primitivos (Oceânia e África); a arte na China; a arte na Índia; a arte no Vietname; a arte no Japão (e Coreia); arte religiosa indígena na América Central e do Sul e arte missionária espanhola; e Portugal e a arte missionária<sup>273</sup>. Delineada, no nosso País, pelo pintor Emmerico Nunes<sup>274</sup>, coadjuvado pelo pintor Mário Costa, o escultor Martins Correia e o engenheiro Carlos Santos<sup>275</sup>, a exposição ressaíu, à época, devido ao cenário que a acolheu – o mosteiro dos Jerónimos, obra ímpar da arquitectura religiosa portuguesa –, mas sobretudo pela espiritualidade do ambiente ali criado, com recurso a cuidados efeitos luminosos, os quais mereceram favorável referência da imprensa e da crítica<sup>276</sup>.

Aberta ao público num horário pouco convencional – à tarde, entre as 15 e as 18 horas, e à noite, das 20 às 24 horas –, recebeu cerca de 200 mil pessoas, de todos os níveis sociais,

<sup>270</sup> *Exposição de Arte Sacra Missionária*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951, p. [9]; «Exposição de arte sacra missionária. A exposição», *cit.*, p. 50.

<sup>271</sup> «Exposição de arte sacra missionária. A exposição», *cit.*, p. 53; J. V. SERRÃO, *op. cit.*, vol. 17, Lisboa, Editorial Verbo, 2007, p. 389.

<sup>272</sup> «Exposição de arte sacra missionária. A exposição», *cit.*, p. 76.

<sup>273</sup> Cf. *Exposição de Arte Sacra Missionária*, *cit.*, pp. 11-101.

<sup>274</sup> L. Soares de OLIVEIRA, *op. cit.*, col. 407; «Exposição de arte sacra missionária. Revista de Imprensa», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951, p. 213.

<sup>275</sup> «Exposição de arte sacra missionária. Revista de Imprensa», *cit.*, p. 252.

<sup>276</sup> *Idem*, p. 213.

durante as sete semanas em que esteve patente<sup>277</sup>. As horas nocturnas ofereciam maior conveniência para o público de Lisboa, enquanto os visitantes no período da tarde eram, na grande maioria, passageiros dos navios que faziam escala de apenas algumas horas no porto da capital, ali próximo<sup>278</sup>.

O encerramento da exposição completou o ciclo das grandes celebrações de Fátima<sup>279</sup>, depois de haver sido prorrogado em virtude da elevada frequência de visitas<sup>280</sup>. Na imprensa e na crítica, teciam-se abundantes encómios de excepcionalidade, tanto da organização e concepção, quanto da qualidade e valor do acervo exibido<sup>281</sup>, constituindo um dos mais importantes eventos do ano de 1951.

A missão portuguesa voltou a estar em realce por ocasião das comemorações do IV Centenário da Morte de São Francisco de Xavier, em 1952. Ainda que os festejos decorressem sobretudo em Goa, integrando uma exposição de arte portuguesa<sup>282</sup>, foram assinalados na metrópole com a recepção solene do relicário que continha o braço direito do santo<sup>283</sup>. Contudo, somente em inícios de 1963 se realizou uma exposição xaveriana em Lisboa – *S. Francisco de Xavier, Apóstolo das Índias* –, no salão de exposições do SNI, entre 24 de Janeiro e 24 de Fevereiro, data em que se comemorava o aniversário da declaração apostólica de São Francisco de Xavier em patrono de todas as Índias, promulgada em 1748<sup>284</sup>. Não era efeméride de singular relevância, mas tinha um nexó de proximidade com a perda das possessões portuguesas de Goa, Damão e

<sup>277</sup> «Exposição de arte sacra missionária. A exposição», *cit.*, p. 79; «Exposição de arte sacra missionária», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVII, n.º 319, Janeiro de 1952, p. 91.

<sup>278</sup> «Exposição de arte sacra missionária», *cit.*, p. 94.

<sup>279</sup> «Exposição de arte sacra missionária. A sessão solene de encerramento», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951, p. 92.

<sup>280</sup> «Exposição de arte sacra missionária. Revista de Imprensa», *cit.*, p. 230.

<sup>281</sup> Cf. *Idem*, pp. 201-271.

<sup>282</sup> Cf. «IV Centenário da Morte de S. Francisco Xavier», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVIII, n.º 326-327, Agosto-Setembro de 1952, pp. 204-205; «IV Centenário da Morte de S. Francisco Xavier», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVIII, n.º 329, Novembro de 1952, pp. 73-78; «IV Centenário do Falecimento de S. Francisco Xavier, Apóstolo das Índias», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVIII, n.º 330, Dezembro de 1952, pp. 3-70.

<sup>283</sup> «IV Centenário da Morte de S. Francisco Xavier», in *Boletim Geral do Ultramar*, *cit.*, A. XXVIII, n.º 328, Outubro de 1952, pp. 107-114.

<sup>284</sup> Cf. PORTUGAL, Secretariado Nacional de Informação, *São Francisco de Xavier, Apóstolo das Índias. Catálogo*, Lisboa, 1963, p. 9.



Diu, em Dezembro de 1961<sup>285</sup>. A mostra evocava a figura do santo jesuíta na obra de missionação no Oriente, em particular na Índia portuguesa, exaltando a sua integração no “enquadramento sociológico preparado pela Nação Portuguesa”. Carregava o epíteto de “Santo de Goa”, mas coube “a Portugal a suprema honra de lhe ter proporcionado não só os caminhos, mas também os meios para os percorrer”<sup>286</sup>.

Esta exposição – a cuja comissão organizadora presidia o Ministro do Ultramar, coadjuvado pelo padre António da Silva Rego – almejava o estímulo da saudade e da devoção, daí que se dividisse naturalmente em duas partes: uma documental, consagrada à anamnese, a outra iconográfica, ignígena da piedade. O acervo exibido compunha-se de espécimes diversos relacionados com a história do padroeiro do Oriente, desde a documentação a objectos iconográficos e outros que fizeram parte do seu quotidiano, bem como um conjunto de relíquias, tanto fragmentos dos restos mortais como relíquias de contacto<sup>287</sup>. No entanto, a arte sacra, *stricto sensu*, servia ali apenas para suportar um discurso em torno do santo e da sua obra missionária.

No contexto de propaganda política e ideológica do Estado Novo, a arte das missões surgia amiúde como testemunho da dispersão da fé e da acção civilizadora dos missionários no Império Colonial Português. Os espécimes de natureza sacra integravam-se na lógica das exposições de temática colonial e nacionalista. Os dois exemplos citados sobressaíram pelo carácter religioso próprio, mas tiveram organização estatal, no quadro da política cultural do Regime, fortalecendo a ideia do vínculo entre a nação portuguesa e a obra missionária.

#### **3.4.4. Extensão cultural do Congresso do Apostolado da Oração**

Durante o mês de Julho de 1945, a cidade do Porto acolheu o 2.º Congresso Nacional do Apostolado da Oração, no âmbito das comemorações do centenário daquela associação, também conhecida pelo nome de Associação do Coração de Jesus. Por ocasião do 1.º Congresso

<sup>285</sup> Maria Manuel STOCKER, «Índia, Estado da», s. v., in António BARRETO (coord.) & Maria Filomena MÓNICA (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 257.

<sup>286</sup> [António da] S[ilva] R[EGO], «Prefácio», in PORTUGAL, Secretariado Nacional de Informação, *São Francisco de Xavier, Apóstolo das Índias...*, cit., p. 13.

<sup>287</sup> PORTUGAL, Secretariado Nacional de Informação, *São Francisco de Xavier, Apóstolo das Índias...*, cit., pp. 15 ss.

Diocesano do Apostolado, em Lisboa, em Junho de 1936, realizou-se uma mostra de objectos relacionados com o divino Coração do Salvador, que mereceu os melhores encómios. Exortada pelo sucesso do evento ulissiponense, a comissão executiva do encontro nacional entendeu promover uma exposição de arte sacra, desta feita sobre o Coração de Jesus e o Coração de Maria, visto que, em 1942, na sequência das revelações de Fátima, por vontade do Coração de Jesus, o papa Pio XII consagrara a Igreja e o género humano ao Imaculado Coração de Maria<sup>288</sup>.

A comissão organizadora era composta pelo cónego Francisco Correia Pinto, presidente, por Vasco Rebelo Valente, director do Museu Nacional de Soares dos Reis, por Carlos de Passos, arqueólogo e publicista, pelos padres João Cabral e Sebastião Pinto da Rocha, da Companhia de Jesus, e por Bernardo Xavier Coutinho, doutor em Letras, licenciado em Ciências Históricas e professor do Seminário Maior do Porto. Mediante circular enviada aos centros do Apostolado, apelaram a instituições religiosas, coleccionadores, artistas e particulares para que cedessem objectos relacionados com a temática, reunindo um acervo de quase sete centenas de espécimes<sup>289</sup>.

O cenário eleito para acolher a exposição foi a igreja conventual de São Francisco, no Porto. A “igreja de ouro”, epíteto que advém da profusão de talha dourada no seu interior, condicionou, porém, as opções museográficas, pois as peças deviam sobressair em relação à talha, de modo a manter e avivar a “sua individualidade artística, religiosa e simbólica”. Não obstante, a escolha agradou, já que “a igreja dava realce à exposição e a exposição rejuvenescia a igreja”<sup>290</sup>. A museografia ficou inteiramente a cargo de Vasco Rebelo Valente, coadjuvado na montagem por algumas senhoras ilustres da sociedade portuense<sup>291</sup>.

No que concerne ao discurso expositivo, assentou numa divisão tipológica, compreendendo cinco secções: *Iconografia* – composta de pintura, gravura e litografia, escultura e

<sup>288</sup> Bernardo Xavier COUTINHO (org.), *Álbum da Exposição de Arte Sacra sobre o Coração de Jesus e o Coração de Maria*, Porto, Comissão Executiva do Congresso, 1946, pp. 99-102; António LOPES, «Apostolado da Oração», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, cit., pp. 102-103. cf. IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Radiomensagem aos Fiéis Portugueses por Ocasão da Consagração da Igreja e do Género Humano ao Coração Imaculado de Maria*, Roma, 31 de Outubro de 1942.

<sup>289</sup> B. X. COUTINHO (org.), *Álbum da Exposição de Arte Sacra...*, cit., pp. 99-102.

<sup>290</sup> Francisco Correia PINTO, «Termo de abertura», in B. X. COUTINHO (org.), *Álbum da Exposição de Arte Sacra...*, cit., p. [9].

<sup>291</sup> B. X. COUTINHO (org.), *Álbum da Exposição de Arte Sacra...*, cit., p. 105.

talha –; *Faiança, paramentaria, ourivesaria, numismática e medalhística; Manuscritos e impressos; Bibliografia*; e, por fim, *Irmã Maria do Divino Coração, Apostolado da Oração e Guarda de Honra*, com objectos que pertenceram àquela beata e outros relacionados com a actividade do Apostolado<sup>292</sup>. Todavia, a narrativa pretendeu evidenciar o percurso da devoção ao Coração de Jesus, do seu nascimento no símbolo piedoso, o coração, à sua difusão alargada, representada por diversas obras de arte e artefactos de carácter devocional. Dispostas em ambos os lados da igreja, caminhava-se para o altar-mor, onde avultava o ostensório-relicário da basílica da Estrela, de Lisboa, sob um cuidado arranjo luminoso, marcando simbolicamente o ponto fulcral da igreja e o culminar da exposição<sup>293</sup>.

Integrada no âmbito de um congresso nacional de uma associação de leigos católicos, a exposição em apreço constituiu uma extensão cultural desse encontro, consubstanciando a devoção ao Coração de Jesus, pela qual aquele organismo tem especial veneração. A iniciativa partiu do clero, mas a comissão organizadora conjugava vários saberes, que transpareceram no plano museográfico: uma linha temática de cariz religioso, ilustrada por espécimes de valor histórico e artístico, no contexto de um edifício sacro, estruturada pelo conhecimento técnico da museologia.

### 3.4.5. Ano Mariano de 1954

Por ocasião do primeiro centenário da definição do dogma da Imaculada Conceição<sup>294</sup>, o papa Pio XII decretou a celebração de um ano mariano, a partir de Dezembro de 1953 até ao mesmo mês do ano seguinte, durante o qual se promovessem, em todas as dioceses, encontros e conferências para esclarecer sobre esse ponto da doutrina cristã, de modo a intensificar a fé do povo e a sua devoção à Virgem<sup>295</sup>.

No contexto destas Comemorações do Ano Jubilar Mariano, a Irmandade das Escravas de Nossa Senhora da Conceição levou a efeito a exposição temporária *A Virgem na Arte*

<sup>292</sup> Cf. *Idem*, pp. 108-255.

<sup>293</sup> F. C. PINTO, *op. cit.*, pp. [9-11].

<sup>294</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Papa, 1846-1878 (Pius PP. IX), *Bulla Ineffabilis Deus*, Roma, 8 de Dezembro de 1854.

<sup>295</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Litteræ Encyclicæ Fulgens Corona*, Roma, 8 de Setembro de 1953, n.ºs 26-27.

*Portuguesa*, no Museu Nacional de Arte Antiga, durante o mês de Maio de 1954. Ali, um conjunto de espécimes pertencentes a igrejas, instituições públicas e colecionadores privados, representativas do culto prestado à Virgem em Portugal, constituiu mais um passo para elucidar o público acerca da escultura portuguesa, exibindo obras de arte que passavam despercebidas nos altares dos templos e outras que, por estarem em mãos de particulares, eram desconhecidas da maioria das pessoas<sup>296</sup>. O acervo compunha-se de mais de centena e meia de peças, do século XIV ao século XVIII, ordenadas cronologicamente numa divisão tipológica que contemplava escultura – a grande maioria –, pintura e ourivesaria, em particular as medalhas usadas durante o oitavário da festa da Imaculada por senhoras daquela Irmandade<sup>297</sup>. Todavia, apesar do móbil e da natureza dos objectos, “não se organizou uma exposição para pôr em evidência os variados aspectos da iconografia mariana em Portugal”<sup>298</sup>. Na verdade, estruturada por Maria José de Mendonça, então conservadora daquele museu, salientou os critérios estéticos da arte portuguesa, em detrimento do seu conteúdo religioso.

Na cidade de Braga decorria o II Congresso Mariano Nacional, entre 8 e 13 de Maio, dando azo à realização da *Exposição de Arte Mariana*. A ideia partira de D. António Bento Martins Júnior, arcebispo primaz, seu principal impulsionador, que prontamente disponibilizou as salas e claustro do Seminário de Filosofia de Braga<sup>299</sup>. O presidente da comissão organizadora era o cónego Manuel de Aguiar Barreiros, figura proeminente no panorama cultural bracarense, autor de numerosos estudos relacionados com a arqueologia e arte cristãs e fundador do museu da sé de Braga.

Iniciativa eclesiástica, pretendia evidenciar a riqueza artística da arquidiocese e a sua evolução, entre os séculos XII e XX, mediante um conjunto de obras de temática mariana, seleccionadas nos templos e instituições religiosas do arcebispado. Sem “a preocupação de expor apenas o que era de indiscutível valor artístico” – renunciaram, inclusive, a exhibir peças da sé primaz –, trouxeram a lume muitas obras desconhecidas e outras subestimadas,

<sup>296</sup> João COUTO, «Apresentação», in *A Virgem na Arte Portuguesa. Catalogo. Lisboa – Maio de 1954*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1954, pp. V-VI.

<sup>297</sup> Cf. *A Virgem na Arte Portuguesa...*, *cit.*, pp. 17-49.

<sup>298</sup> J. COUTO, «Apresentação», *cit.*, p. V.

<sup>299</sup> Manuel de Aguiar BARREIROS, *Ensaio Iconográficos. Exposição Mariana*, Braga, 1954, p. 8.

desde as imagens majestosas à singeleza da arte popular e ingenuidade dos ex-votos, testemunhos do culto e devoção das diversas comunidades<sup>300</sup>. O arranjo museográfico, pelo que se depreende das fotografias publicadas no trabalho do cónego Aguiar Barreiros – *Ensaio Iconográfico: Exposição Mariana* –, obedeceu sobretudo a critérios decorativos, na procura da harmonia de cores e proporções. Não obstante, a exposição surpreendeu pela variedade, número e qualidade do acervo exposto<sup>301</sup>, constituindo um elemento singular do programa do congresso.

Em Dezembro de 1954, a Associação Católica do Porto promoveu também uma exposição de temática mariana, patente nas salas da sua sede, integrada nas festas de encerramento do Ano Mariano. Com montagem do arquitecto Fernando Doutel, foram exibidos alguns exemplares de escultura, relicários e medalhística com iconografia mariana, representando múltiplas invocações da Virgem. Reuniram um total de 364 espécimes, cedidos por particulares e por instituições da Igreja, de diferentes lugares da Diocese, embora o espaço limitado das salas não permitisse expor a sua totalidade<sup>302</sup>. O roteiro publicado, porém, consiste somente numa relação das obras e seus proprietários, não fornecendo qualquer informação acerca das opções taxonómicas e museográficas.

Estas exposições integraram-se no espírito das comemorações do ano jubilar mariano de 1954. Semelhantes na temática, evidenciam opções distintas, que resultaram, principalmente, do domínio do saber da sua organização: no caso de Lisboa imperou a disciplina científica de um museu de arte, que acolheu o evento e secundou a instalação, privilegiando os factores estéticos; no Porto, promovida por um movimento associativo católico, atenderam principalmente ao conteúdo formal; em Braga ressaltou a iniciativa eclesiástica, coordenada por um clérigo – Manuel de Aguiar Barreiros, cultor da arqueologia e arte cristãs, fundador e primeiro director do Tesouro da Sé<sup>303</sup> –, dando a conhecer o património das comunidades locais enquanto testemunho da sua vivência religiosa e da sua devoção.

---

<sup>300</sup> *Idem*, pp. 7-8.

<sup>301</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>302</sup> ASSOCIAÇÃO CATÓLICA DO PORTO, *Roteiro da Exposição de Arte Mariana*, Porto, Tip. Emp. Gráfica, 1954, pp. 1-11.

<sup>303</sup> Pio Gonçalo Alves de SOUSA, «Um Tesouro, um Museu», in *Museologia.pt, cit.*, n.º 1, p. 188.

### 3.4.6. Iniciativas locais

Na década de 1950, após a demissão de António Ferro, a dinâmica cultural do SNI esvaeceu<sup>304</sup>, mas diversas iniciativas promovidas pelo poder local e instituições não estatais persistiam na missão cultural de trazer ao olhar do público artefactos que pertenciam à esfera do sagrado, alguns ainda ao serviço do culto, outros já secularizados, provenientes de colecções públicas e privadas.

José António Pinheiro e Rosa, no seu estudo acerca da *Arte Sacra em Tavira*, dá-nos notícia de uma exposição de iniciativa eclesiástica, em meados de 1950, “realizada pelo esclarecido dinamismo do Padre António [do Nascimento] Patrício” na igreja da Ordem Terceira do Carmo, que patenteou o “mais importante e portátil que Tavira possui neste ramo”<sup>305</sup>.

O acervo, proveniente dos diversos templos tavirenses, esteve exposto na nave e capela-mor da igreja. Pelas fotografias publicadas naquela obra, percebe-se uma museografia singela, marcada por uma lógica essencialmente decorativa. Como suportes, empregaram espécimes de mobiliário, em particular mesas e credências, cobertas com panos ou toalhas, sobre os quais colocaram as obras de menor dimensão e as peças de ourivesaria. As vestes litúrgicas eram sustentadas por cabides de pé e os exemplares de pintura estavam apoiados em cavaletes. Instalada num espaço com fins culturais, a exposição articulava-se com o património integrado e móvel daquele templo, que permanecia no seu local próprio<sup>306</sup>.

Ainda na esteira da dinâmica introduzida pelas Comemorações Centenárias de 1940, o Governador Civil de Leiria patrocinou uma *Exposição Distrital de Arte Sacra*, realizada entre 22 de Abril e 11 de Julho de 1950, no Seminário Franciscano daquela cidade<sup>307</sup>. A organização esteve a cargo de uma comissão executiva, liderada por Fernando Pais de Almeida e Silva, conservador distrital dos monumentos nacionais, em articulação com um grupo de representantes das dioceses de Lisboa, Coimbra e Leiria<sup>308</sup>. Por todo o distrito, aquela contava com o apoio dos padres e dos directores dos museus para elaborar o inven-

<sup>304</sup> A. C. PINTO, *op. cit.*, p. 409; A. PORTELA, *op. cit.*, pp. 117-127.

<sup>305</sup> J. A. P. e ROSA, *op. cit.*, pp. 1-2.

<sup>306</sup> Vd. fotografias em *idem, passim*.

<sup>307</sup> J. COUTO, *As Exposições de Arte..., cit.*

<sup>308</sup> José Vitorino GUERRA, *O Museu de Leiria. 1932-1987*, Coimbra, 1999 (Trabalho realizado no âmbito do Seminário do Mestrado em Museologia e Património Cultural, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.), p. 24; cf. «Exposições em Leiria», in *O Mensageiro. Semanário Católico*, Leiria, A. 37, n.º 1670, de 16 de Fevereiro de 1950.

tário e selecção das obras que iriam figurar na exposição, tarefa que cumpriram ao cabo de apenas três meses<sup>309</sup>.

O discurso expositivo assentaria numa estrutura dividida tipologicamente – escultura e imaginária, pintura, vestes e têxteis litúrgicos, ourivesaria sacra, cerâmica, mobiliário, etnografia, com ex-votos e outros objectos de devoção popular, e bibliografia –, segundo uma evolução histórica e estética, mas a disposição interna do edifício inviabilizou este intento, pelo que optaram por uma dispersão harmónica pelas onze salas<sup>310</sup>. Paralelamente, realizou-se um ciclo de conferências subordinadas à arte e museologia e diversos concertos<sup>311</sup>, alargando consideravelmente a oferta cultural consubstanciada por aquela exposição.

A despeito da iniciativa civil, contou com grande participação das entidades eclesiais, reunindo-se um abundante e eclético núcleo de obras de arte, que, pela sua temática em torno do Sagrado, cativou e envolveu a comunidade e suas diversas condições sociais<sup>312</sup>.

Em anos ulteriores, a arte sacra continuou a ser o objecto de exposições, um pouco por todo o país, promovidas, em especial, por entidades civis. A Junta de Turismo do Caramulo, em Junho de 1951, sob presidência de Abel de Lacerda – muito ligado à valorização do património artístico, apesar da sua formação em ciências económicas –, levou a efeito a uma exposição de arte sacra, cujos espécimes foram catalogados em jeito de contribuição para inventário artístico do concelho de Tondela<sup>313</sup>.

Na cidade do Porto, a Câmara Municipal, através do seu Gabinete de História da Cidade, realizou dois eventos com peças de natureza religiosa, no quadro da sua obra de divulgação cultural e inventariação dos valores arqueológicos, históricos e artísticos da cidade. Entre 9 de Junho e 9 de Julho de 1952, na igreja românica de São Martinho de Cedofeita, apresentou *Imagens de Nossa Senhora*, com esculturas do século XIV ao XVIII, provenientes

<sup>309</sup> J. V. GUERRA, *op. cit.*, p. 24; cf. «Exposição de Arte Sacra», in *O Mensageiro...*, *cit.*, A. 37, n.º 1689, de 8 de Abril de 1950.

<sup>310</sup> J. V. GUERRA, *op. cit.*, p. 25; cf. «Exposição de Arte Sacra», in *O Mensageiro...*, *cit.*, A. 37, n.º 1692, de 29 de Abril de 1950.

<sup>311</sup> J. V. GUERRA, *op. cit.*, p. 25; cf. «Exposição de Arte Sacra», in *O Mensageiro...*, *cit.*, A. 37, n.º 1691, de 22 de Abril de 1950.

<sup>312</sup> Cf. J. V. GUERRA, *op. cit.*, p. 26.

<sup>313</sup> JUNTA DE TURISMO DO CARAMULO, *Exposição de Arte Sacra. Subsídios para o Inventário Artístico do Concelho de Tondela*, Caramulo, Junta de Turismo do Caramulo, 1951; «Dr. Abel de Lacerda», in *Viriatis. Boletim do Museu de Grão Vasco*, Viseu, Museu de Grão Vasco, V. I, n.º II, 1957.

das igrejas e museus portuenses, bem como de alguns de colecionadores privados. O acervo ocupou todo o interior do pequeno e despojado templo, disposto sobre blocos de cantaria e pranchas de madeira, ao modo de pedestal, consentâneos com a austeridade do espaço, onde os espécimes ressaltavam por contraste com a tonalidade dominante do granito das paredes<sup>314</sup>.

Dois anos depois, o mesmo organismo municipal inaugurou *Cristo na Arte*, a 27 de Julho de 1954 – dia de São Pantaleão, patrono da cidade –, patente durante um mês nos claustros da Sé do Porto. O conjunto exposto incluía cerca de duas centenas e meia de peças, do século XII ao XIX, igualmente oriundas de igrejas, museus e colecionadores do Porto, na grande maioria representando Cristo Crucificado, sob a forma de crucifixo e de cruces processionais, mas também outros aspectos e etapas da Sua vida, do Nascimento à Ascensão aos Céus. A solução museográfica adoptada consistiu nos mesmos elementos líticos e nas tábuas, desta feita em articulação com o espaço claustral, mais faustoso que o anterior<sup>315</sup>.

Ainda que fosse uma entidade civil, o Gabinete de História da Cidade optou, em ambos os casos, por realizar as exposições em edifícios de natureza religiosa, de modo a “acentuar o seu cunho artístico e espiritual”<sup>316</sup>, uma dicotomia que norteou outrossim os ciclos de conferências que complementaram as mostras, incluindo comunicações ora no âmbito da História da Arte, ora no domínio da Teologia. A especificidade dos eventos, subordinados a uma modalidade artística e a uma temática particular, realçou elementos próprios da arte sacra, combinando a fruição das obras com actividades de extensão cultural num plano mais teórico, que fortaleceram o nexos entre estética e religião.

Entrementes, no claustro gótico do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, de 12 a 26 de Julho de 1953, estivera patente a *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Santo Tirso*, com apoio da administração local. O acervo exibido compreendia exemplares de pintura, imaginária sacra e alfaias litúrgicas, provenientes daquele antigo cenóbio, dos

---

<sup>314</sup> *Imagens de Nossa Senhora. Algumas Esculturas do Séc. XIV ao XVIII Existentes no Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXIV, Porto, Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1954, pp. 5-9.

<sup>315</sup> *Cristo na Arte. Algumas Esculturas do Séc. XII ao XIX Existentes no Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXVII, Porto, Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1955, pp. [I-XI].

<sup>316</sup> *Imagens de Nossa Senhora. Algumas Esculturas...*, cit., p. 6.



templos das várias freguesias tirsenses e de alguns particulares. Disposto ao longo das paredes do claustro, a ourivesaria ocupava expositores, sobre credências, enquanto a escultura, em cima de plintos e de peças de mobiliário, alternava com a indumentária litúrgica, envergada por cabides de pé, tudo sotoposto à pintura, instalada no registo superior da parede<sup>317</sup>. O arranjo museográfico obedeceu a um critério sobretudo decorativo, distribuindo harmoniosamente as obras pelo espaço.

Nos finais de 1954, entre 8 e 31 de Dezembro, o salão térreo do Palácio de D. Manuel, em Évora, acolheu uma exposição de escultura religiosa dos séculos XVI-XIX. Promovida pelo pelouro de turismo do município eborense, reuniu cerca de três centenas de obras, de materiais e técnicas diversas, oriundas apenas de colecções e capelas privadas, excluindo, pois, a imaginária de veneração pública patente em igrejas e museus<sup>318</sup>.

Embora levada a efeito no encerramento do Ano Mariano, inseriu-se num âmbito mais alargado do repertório religioso. O discurso museológico assentou numa divisão em seis núcleos temáticos, marcando outros tantos momentos da História da Salvação, numa sucessão cronológica. Começava com a *Série Mariana – Culto Imaculista*, dedicado às figurações da Virgem, desde o Seu nascimento até às diferentes invocações marianas, com especial ênfase para a *Imaculada Conceição*. Depois, seguia-se pelos *Mistérios da Natividade*, com presépios e algumas figuras associadas, pela *Infância do Deus Menino*, ilustrado com episódios e representações da puerícia de Jesus e da Sua família e pela *Infância de São João Baptista*. O núcleo da *Paixão de Cristo*, subordinado ao momento culminante da obra redentora de Jesus, continha figurações do Seu acto sacrificial, mormente sob a forma de crucifixo, e dos momentos que o antecedem (v. g. *Cristo da Coluna* e o *Senhor da Cana Verde*), bem como de personagens relacionadas com o Calvário (v. g. *Nossa Senhora da Piedade*, *Verónica* e *Maria Madalena*). No final, a *Iconografia do Culto Português* congregava imagens de vários santos do hagiológico universal, alvo de especial devoção em Portugal<sup>319</sup>.

<sup>317</sup> Adriano de GUSMÃO, *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Santo Tirso*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1955, pp. 5-9.

<sup>318</sup> *Exposição de Arte Sacra. Escultura Religiosa dos Séculos XVI-XIX*, Évora, Comissão Municipal de Turismo de Évora, 1954, pp. 3-5.

<sup>319</sup> Cf. *Idem*, pp. 11-51.

Esta exposição, concebida e realizada em menos de um mês, contou com a participação do proeminente investigador da história local Túlio Espanca<sup>320</sup>, à época guia-intérprete da Comissão Municipal de Turismo, dando a conhecer numerosos espécimes que pertenciam o domínio da fruição privada.

O nome daquele erudito eborense foi referido, poucos meses após, a respeito da sua colaboração na *Exposição de Arte Sacra e Bibliografia de Estremoz*, organizada por ocasião da III Feira-exposição Agro-pecuária e Industrial de Estremoz, entre 8 e 15 de Maio de 1955, no convento das Maltezas. Estruturada em apenas oito dias, para assinalar culturalmente um evento dos sectores primário e secundário, exibiu obras de arte de natureza religiosa, provenientes de colecionadores privados, igrejas e misericórdias do concelho, encerrando tipologias diversas – pintura, ourivesaria sacra, escultura, indumentária litúrgica e torêutica –, bem como um conjunto documental e bibliográfico acerca do município estremocense. O catálogo não fornece elementos acerca da museografia, limitando-se à enumeração das peças expostas, segundo uma divisão tipológica, com respectiva classificação histórico-artística e propriedade. Todavia, apesar do sintetismo, atribuíram-lhe o préstimo de “uma espécie de inventário do património concelhio”<sup>321</sup>.

Ainda no mesmo ano, entre os dias 15 e 30 de Setembro, em Sintra, a igreja de Santa Maria acolheu a *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Sintra*, preparada em conjunto pela respectiva Câmara Municipal e pelo Instituto de Sintra – cujo presidente acumulava, ao tempo, as funções de vereador da cultura na câmara da vila – e inaugurada pelo então Ministro da Educação Nacional, Prof. Leite Pinto<sup>322</sup>.

Este evento pretendia dar a conhecer ao grande público o que de mais representativo da arte sacra existia no Concelho, proveniente das diversas igrejas, capelas, mosteiros e conventos. A organização teve a autorização do cardeal patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, a colaboração de João Couto, director do Museu Nacional de Arte Antiga, que disponibilizou material de exposição, assim como a ajuda dos párocos das freguesias do

<sup>320</sup> Cf. Joaquim Chorão LAVAJO, «*Laudatio* de Túlio Alberto da Rocha Espanca (aquando do Doutoramento Honoris causa de Túlio Espanca, na Universidade de Évora, em 1 de Novembro de 1990)», in *Universidade Túlio Espanca* [em linha], Évora, Universidade Sénior Túlio Espanca – Escola Popular da Universidade de Évora, disponível em URL: <http://www.utulioespanca.uevora.pt/Tulio-Espanca> (acedido em 20 de Maio de 2010).

<sup>321</sup> *Exposição de Arte Sacra e Bibliografia de Estremoz*, Estremoz, 1955.

<sup>322</sup> *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Sintra*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1955, pp. 2-7.

município<sup>323</sup>. Ordenado tipológica e cronologicamente, distinguia as secções de escultura; crucifixos; altares, oratórios e algum mobiliário das igrejas sintenses; pintura; cruces processionais; bandejas de esmolos; ourivesaria – a secção mais expressiva, salientando os espécimes dos tesouros da igreja de São Pedro, Almargem do Bispo, e do Imperador, este relacionado com uma tradição ligada à capela de Santo António do Penedo, em Colares<sup>324</sup>. Os critérios empregados, contudo, pertenciam somente ao domínio da História da Arte, atendendo mais aos aspectos formais, estéticos e cronológicos dos espécimes do que ao seu conteúdo e semiótica.

Entretanto, o País atravessava um período de grave crise política e social<sup>325</sup>. Não obstante, ainda antes do golpe militar de 25 de Abril de 1974, que pôs cobro ao regime ditatorial e autoritário, devolvendo um novo ânimo à sociedade portuguesa, realizaram-se algumas exposições dignas de menção.

Os Serviços de Acção Cultural da Câmara Municipal de Lisboa promoveram *Imagens da Virgem da Coleção Vilhena (Séculos XIV-XV-XVI)*, no Centro de Artes Plásticas dos Coruchéus, em Dezembro de 1971, para assinalar a época natalícia, dando a conhecer um conjunto de espécimes do acervo oferecido ao Estado pelos herdeiros do Comandante Vilhena, incorporado no Museu Nacional de Arte Antiga<sup>326</sup>. Colecção heterogénea, com exemplares de grande qualidade estética entre outros de índole artesanal<sup>327</sup>, constituiu a base para uma selecção de 66 peças, atendendo ao seu valor artístico, mas também a diversos factores de ocasião, como a inconveniência da deslocação de algumas esculturas que necessitavam de restauro e a restrição da escolha a espécimes de pedra, visto que os de madeira se encontravam em processo de desinfestação no museu<sup>328</sup>.

---

<sup>323</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>324</sup> Cf. *Idem*, pp. 8-31.

<sup>325</sup> Fernando ROSAS, «Marcelismo. A liberalização tardia», in José MATTOSO (dir.), *op. cit.*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 503-543; Fernando ROSAS, «A lenta agonia do salazarismo», in José MATTOSO (dir.), *op. cit.*, vol. 7, pp. 545-563.

<sup>326</sup> *Exposição Imagens da Virgem da Coleção Vilhena (Séculos XIV-XV-XVI)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1971, p. 7.

<sup>327</sup> A colecção foi exposta, integralmente, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, por ocasião da sua entrega ao Estado. Cf. *Idem*, p. 8, nota (1).

<sup>328</sup> *Idem*, pp. 7-8.

As obras escolhidas, na maioria relacionadas com o tema da *Maternidade de Maria* – a *Virgem com o Menino*, *Nossa Senhora da Expectação* ou *Nossa Senhora do Ó*, a *Virgem do Leite* e as *Santas Mães* –, exceptuando pontuais exemplos de *Nossa Senhora da Piedade*, foram agrupadas em três núcleos cronológicos: século XIV; século XV ou de transição; e século XVI<sup>329</sup>.

Por altura das comemorações do 8.º centenário da chegada das relíquias de São Vicente a Lisboa, em 1973, o município ulissiponense levou a cabo uma exposição iconográfica e bibliográfica no Palácio Pimenta, onde hoje se encontra instalado o Museu da Cidade. Resultado de uma vasta recolha a nível nacional, que permitisse documentar os diversos aspectos do culto vicentino<sup>330</sup>, o evento contou com um total de 295 peças, divididas tipologicamente em: pintura, escultura, desenho, gravura, iluminados e manuscritos, ourivesaria, esfragística, heráldica, numismática, vária – que incluía, entre outros, a casula e complementos do paramento usado na missa de São Vicente, o cofre de madreperola e prata onde se guardavam as relíquias do santo, uma placa de prata que esteve colocada junto ao altar de São Vicente na Sé, o sinete em bronze com as armas do Patriarcado, o sinete em bronze com as armas da Cidade de Lisboa, o estandarte da Câmara Municipal de Lisboa com as insígnias municipais anteriores à reforma de 1897, bordadas a ouro e prata (1880), o estandarte da Câmara Municipal de Lisboa com as insígnias municipais adoptadas pela reforma de 1897, o estandarte da Câmara Municipal de Lisboa com as insígnias municipais adoptadas pela reforma de 1920 e o estandarte da Câmara Municipal de Lisboa com as insígnias municipais adoptadas pela reforma de 1938 –, fotografias, documentos e bibliografia<sup>331</sup>.

O papel activo dos organismos municipais responsáveis pela cultura fazia-se notar. Assim aconteceu também durante as festas do concelho de Matosinhos, em Maio de 1972, com uma exposição organizada pelo pelouro da cultura daquele município, que reuniu um vasto núcleo de obras – principalmente imaginária – de igrejas e capelas da sua área administrativa. O objectivo era simplesmente proporcionar aos munícipes e aos visitantes uma oportunidade para as apreciar em conjunto, representando uma amostra do valor do património religioso concelhio<sup>332</sup>.

<sup>329</sup> Cf. *Idem*, pp. 9-24.

<sup>330</sup> *Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973, p. 13.

<sup>331</sup> Cf. *Idem*, pp. 15-187.

<sup>332</sup> *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Matosinhos. Integrada nas Festas do Concelho*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 1972.

Em meados de 1973, na cidade de Évora, dava-se continuidade a um projecto iniciado com a exposição de escultura religiosa de 1954. Entre 24 de Junho e 8 de Julho, durante o período da feira de São João, a Comissão Municipal de Turismo e o Grupo Pró-Évora organizaram uma exposição iconográfica e artística do Menino Jesus, no Palácio de D. Manuel. O acervo, composto sobretudo de espécimes de pintura e escultura, provinha, na maioria, de colecionadores privados, mas também da catedral eborense, do museu de arte sacra de Vila Viçosa e ainda do Museu Municipal e da Casa-Museu José Régio, de Portalegre. O discurso distinguia três núcleos temáticos – *Sagrada Família*, o *Culto de Santos pelo Menino Deus e Menino Jesus* –, dando ênfase à figura do Infante, ora individualmente ora no contexto da Sua família ou dos santos que Lhe dedicaram especial veneração<sup>333</sup>.

Nos princípios da segunda metade do século XX, o interesse pela arte sacra enraizou-se e o poder local assumia uma posição de relevo. Adriano de Gusmão, na introdução ao catálogo da *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Santo Tirso*, publicado em 1955, aludia a uma “sucessão de reveladoras exposições de arte sacra que, nos últimos anos, têm vindo a efectuar-se no País”<sup>334</sup>. O autor realçava igualmente a importância destes eventos enquanto factor de sensibilização do público para o património e estímulo aos proprietários e depositários para a sua conservação e acréscimo. Valorizando de modo singular cada obra de arte, constituíam valiosos subsídios para o estudo da História da Arte<sup>335</sup>.

Com efeito, estas exposições serviam o duplo propósito de inventário e valorização do património local. Promovidas, maioritariamente, por instituições municipais ou com apoio da administração local, constituíam um prolongamento natural das acções encetadas pela administração central nas décadas de 30-40, trazendo a lume numerosas obras de arte que permaneciam apartadas da fruição pública, ao mesmo tempo que contribuíam para o maior conhecimento do legado cultural à escala concelhia.

---

<sup>333</sup> *Exposição Iconográfica e Artística do Menino Jesus*, Évora, 1973, pp. 17-39.

<sup>334</sup> A. de GUSMÃO, *op. cit.*, p. 5.

<sup>335</sup> *Idem*, p. 9.

### 3.4.7. Museus instituídos pela Igreja

Em princípios do segundo quartel do século XX, a instituição do *Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia* representou um momento fulcral na relação entre a Igreja e o seu património. Dirigido em particular ao território italiano, não deixou de constituir um paradigma para outras regiões no que concernia à custódia e protecção dos bens eclesiásticos, bem como à vigilância das obras de restauro e criação de arte sacra<sup>336</sup>.

Em Portugal, a conjuntura decorrente da separação da Igreja do Estado gerara alguma instabilidade quanto ao zelo do património religioso, apenas minimizada com a aplicação das disposições da Concordata de 1940.

No que respeita a espaços museológicos, a Igreja detinha, desde a década de 30, a tutela de alguns tesouros catedralícios, mas, de um modo geral, privilegiava a sua acção pastoral em detrimento de uma missão cultural. Não obstante, as preocupações em torno do seu património, tanto por sugestão da Santa Sé quanto por influência das actividades desenvolvidas pelo Estado, começavam a ter consequências.

A 8 de Dezembro de 1955, o arcebispo de Évora D. Manuel Trindade Salgueiro inaugurou solenemente o Museu de Arte Sacra D. Manuel Mendes da Conceição Santos, instalado na igreja e convento de Santa Cruz, em Vila Viçosa, por iniciativa dos párocos calipolenses P.<sup>o</sup> António Pacheco de Barbosa Mendonça e P.<sup>o</sup> José Inácio Dias Duarte. O local fora proposto pelo arcebispo de Évora predecessor, cujo nome é evocado na designação do museu, por entretanto haver falecido, visto que a vila não carecia daquele templo para o culto regular e o espaço oferecia boas garantias de segurança. Aqueles sacerdotes encarregaram o P.<sup>o</sup> João António de Deus da organização e arranjo museográfico, contando também com o apoio do Grupo de Amigos de Vila Viçosa<sup>337</sup>.

Pelo acordo assinado entre os párocos, o museu recolheria nas suas colecções os objectos que já não servissem ao culto e se encontrassem nas igrejas ou arrecadações, em risco de se perderem. Por outro lado, admitia igualmente a entrada de alfaias e indumentária

<sup>336</sup> Cf. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé: Criação do “Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia”.

<sup>337</sup> VILA VIÇOSA, Paróquia, *Inventário do Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, 10 de Dezembro de 1955, pp. 1-2, *apud* Tiago Passão SALGUEIRO, *A Adaptação da Igreja de Santa Cruz a Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa*, Évora, 2006, (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora, mimeog.), apêndice documental.

litúrgica em uso ocasional, que poderiam ser requisitadas pelos presbíteros dos respectivos templos sempre que necessárias para acções culturais, e ainda de espécimes de particulares, concedendo-lhes as mesmas condições de conservação que aos restantes objectos de proveniência eclesiástica. A incorporação, contudo, ocorreria sempre em regime de depósito, salvo as doações ou aquisições por parte do museu<sup>338</sup>.

O acervo compunha-se do fundo patrimonial do antigo cenóbio de Santa Cruz e de outras peças oriundas das diversas igrejas e instituições religiosas da região, assim como de alguns privados, num total de cerca de quatro centenas de obras. Dividido tipologicamente, distinguia as secções de ourivesaria, escultura, pintura, mobiliário e paramentaria, embora não denotasse a obediência a um programa museológico definido<sup>339</sup>.

Logo em 1957, o museu encerrou por impossibilidade de manutenção, reabrindo apenas em 1997, um período que contribuiu sobremaneira para a degradação tanto do acervo quanto do edifício. A mudança de pároco, em 1987, introduziu uma nova dinâmica. Mais sensibilizado para as questões em torno do património cultural, entendeu como prioridade a elaboração de um projecto de intervenção de restauro naquele legado, mas dificuldades económicas condicionaram a sua concretização. Em 1999, apresentaram uma candidatura a um programa comunitário de apoio financeiro para reestruturar e adaptar o espaço segundo critérios museológicos actuais. O programa começou a ser elaborado em 2001, sob orientação científica de Artur Goulart de Melo Borges<sup>340</sup>, vogal da Comissão dos Bens Culturais da Igreja da Arquidiocese de Évora e, desde 2002, coordenador do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora.

Apesar do relativo insucesso deste museu, sobressaiu a missão de salvaguarda e protecção do património religioso assumida no acordo celebrado entre os párocos. Todavia, à época em que foi criado, uma outra orientação dimanava da *Instrução do Santo Ofício sobre Arte Sacra*, publicada em 30 de Junho de 1952: que os candidatos ao sacramento da Ordem, durante o seu curso de teologia e filosofia, tivessem formação em arte sacra, aprendendo o modo dos mestres que respeitavam a tradição dos antigos e obedeciam às disposições da Santa Sé<sup>341</sup>.

<sup>338</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>339</sup> T. P. SALGUEIRO, *op. cit.*, pp. 77 e 90.

<sup>340</sup> *Idem*, pp. 90-95 e 122.

<sup>341</sup> IGREJA CATÓLICA, Suprema Sacra Congregatio Sancti Officii, *Instructio De Arte Sacra*, *cit.*

Neste contexto, assistiu-se à organização de estruturas museológicas integradas em estabelecimentos de ensino eclesiástico. No Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo, em Braga, o cônego Luciano Afonso dos Santos, investigador e reitor da instituição, fundou o Museu Arquidiocesano Pio XII, um museu de arqueologia, inaugurado solenemente a 26 de Agosto de 1957<sup>342</sup>. Mais tarde, juntaram-se colecções de escultura, pintura, ourivesaria, têxteis e numismática, tornando o espaço exíguo, onde as obras jaziam sem as necessárias condições de exposição, conservação e segurança. Nos finais do século XX e inícios do actual, o edifício do seminário sofreu uma intervenção de fundo, durante a qual reservaram uma ala inteira para acolher aquele museu. A reabertura ocorreu a 5 de Dezembro de 2002, anexando o Museu Medina – instituído em 20 de Junho de 1984, por doação do acervo do pintor Henrique Medina à Arquidiocese –, sob a forma de galeria autónoma<sup>343</sup>.

No que respeita às colecções de arte sacra, surgem articuladas com o núcleo arqueológico, num discurso que percorre a história do Homem e da sua religiosidade. O arranjo museográfico obedece a critérios cronológicos e tipológicos, propondo um trajecto da pré e proto-história para o período da romanização e primórdios da era cristã. Depois, três salas distinguidas tipologicamente acolhem a devocionária, com crucifixos e cruzes processionais, os têxteis, ourivesaria, cerâmica e numismática, e, por fim, a pintura e escultura<sup>344</sup>.

O Seminário Maior do Porto criou também um Museu de Arte Sacra e Arqueologia. Resultado da iniciativa e esforço de D. Domingos de Pinho Brandão, reitor da instituição, foi inaugurado a 9 de Março de 1958. O acesso por parte de pessoas estranhas ao estabelecimento de ensino ocorria apenas mediante pedido, quer para visitas quer para fins de investigação. Em 21 de Dezembro de 1998, abriu ao público em geral, graças a um protocolo de cooperação entre o Seminário Maior e a Câmara Municipal do Porto, após remodelação, que possibilitou a entrada directamente a partir do exterior, pelo Largo do Colégio<sup>345</sup>.

Instalado na ala norte do antigo Colégio de São Lourenço, compreende quatro áreas distintas, ainda que, em termos de colecções, demarque somente a arte sacra e a arqueologia.

<sup>342</sup> *Exposição dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas*, Braga, Diocese de Braga, 2000, p. 15.

<sup>343</sup> José Paulo Leite de ABREU, «Museu», in *Museu Pio XII* [em linha], Braga, Museu Pio XII, disponível em URL: <http://www.museupioxii.com/index.php?page=museu> (acedido em 18 de Junho de 2009).

<sup>344</sup> Cf. *Um Museu, uma História...*, Braga, Museu Pio XII, 2008 (Guião do Museu Pio XII).

<sup>345</sup> *Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto/ Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior, 1998, p. 5.



Os primeiros dois espaços, a antiga portaria do colégio e o grande salão, têm uma disposição generalista, onde convivem diversas tipologias, sobretudo pintura e escultura; o salão inclui vários expositores com alfaias e vestes litúrgicas. A secção mais eminente é a galeria de escultura sacra, com exemplares de imaginária do século XIV ao XVIII. Ocupa um longo corredor e duas pequenas salas, nas quais se exibem peças de menor dimensão, em particular marfins, mas contendo ainda alguns espécimes de vidro e prataria. O percurso expositivo termina num pátio interior com achados arqueológicos, da Pré-História à Romanização, estruturado em torno de um pequeno lago, ao jeito de um *impluvium*<sup>346</sup>. Não há indícios, contudo, de obediência a um programa museológico específico; apenas um arranjo que valoriza individualmente cada espécime, sem articulação com o conjunto, exceptuando poucas combinações de índole temática ou tipológica.

Em Leiria, o propósito de protecção e salvaguarda do legado artístico diocesano esteve nas origens do Museu da Diocese de Leiria-Fátima, assente, desde os primórdios, num pressuposto didáctico e pedagógico de estimular, nos candidatos ao sacerdócio, o gosto e estima pela arte sacra, exortando-os, simultaneamente, para a necessidade da sua preservação e conservação<sup>347</sup>.

Os primeiros passos foram dados por D. Domingos de Pinho Brandão, bispo-auxiliar de Leiria entre 1967 e 1972 – mentor do museu do seminário portuense e cultor da arte e da arqueologia –, que reuniu e inventariou alguns espécimes do acervo durante o seu episcopado. A partir de 1973, o P.<sup>e</sup> Américo Ferreira, recém-nomeado professor do Seminário Menor de Leiria, continuou o projecto de recolha e inventariação, tanto de obras de arte sacra, retiradas do culto e cedidas pelos párocos, a título de depósito, como de peças relacionadas com a arqueologia, numismática e medalhística<sup>348</sup>.

Em Maio de 1976, com a demolição da igreja paroquial da Mendiga, no concelho de Porto de Mós, chegaram ao Seminário alguns caixotes contendo os azulejos arrancados das paredes do templo. De modo a evitar o seu extravio, a partir de Janeiro do ano seguinte, os alunos

---

<sup>346</sup> Cf. *Idem*, pp. 8-45.

<sup>347</sup> José Fernandes de ALMEIDA, *O Seminário de Leiria. Achegas para a Sua História*, Leiria, 1987, p. 313; Américo FERREIRA, *Alma e Imagem. Museu da Diocese de Leiria-Fátima*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima, 2006, p. 8.

<sup>348</sup> J. F. ALMEIDA, *op. cit.*, p. 314; A. FERREIRA, *op. cit.*, p. 8.

daquele estabelecimento reagruparam os painéis figurativos e decorativos, nas suas formas originais, guarneecendo as paredes de duas salas, as quais viriam a acolher o Museu de Arte Sacra do Seminário Diocesano de Leiria, solenemente inaugurado a 20 de Maio de 1983<sup>349</sup>.

Com o intuito de partilhar o acervo “com a Cidade e o Mundo”, e porque a exiguidade daquele espaço não oferecia condições para a fruição dos espécimes, o P.<sup>e</sup> Américo Ferreira empreendeu uma campanha, a partir de 1991, para a criação de um Museu da Cidade, que reunisse as colecções dos museus do Município e da Diocese. Os edifícios eleitos para acolher esse organismo eram o vetusto convento de Santo Agostinho e o antigo Seminário de Leiria, o qual se esperava fosse devolvido à Diocese, quando o Distrito de Recrutamento e Mobilização Militar o deixasse vago<sup>350</sup>. Contudo, o Ministério da Defesa não abdicou do imóvel e vem-se arrastando o processo de aquisição por parte da Diocese e da Câmara Municipal<sup>351</sup>. Por outro lado, o acervo do museu do seminário pertence, na sua maioria, às paróquias que ali quiseram depositar as suas obras de arte, para serem protegidas e conservadas, e aquelas apenas aceitam a sua transferência para um edifício que seja propriedade da Diocese<sup>352</sup>.

Entretanto, o Bispo de Leiria-Fátima, D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva, por Decreto de 9 de Junho de 1994, nomeou a Comissão do Museu da Diocese de Leiria-Fátima para estudar o projecto e concretizar a instalação daquele museu. Aquando da tomada de posse dos seus membros, a 19 de Julho seguinte, o prelado leiriense definiu os objectivos a perseguir, no sentido de uma instituição museológica viva e dinâmica, fixando o âmbito geográfico e histórico na área da Diocese de Leiria, em articulação com as referências culturais do santuário mariano de Fátima<sup>353</sup>. A escolha daquela comissão recaiu sobre o edifício do antigo seminário; porém, na prática, a concretização do novo Museu de Arte Sacra da Diocese de Leiria está dependente da restituição do imóvel ao seu proprietário de origem, a Igreja<sup>354</sup>.

---

<sup>349</sup> *Ibidem*.

<sup>350</sup> A. FERREIRA, *op. cit.*, pp. 164-165.

<sup>351</sup> «Milhares de peças armazenadas em Leiria aguardam por novo museu de arte sacra», in *Lusa...*, *cit.*, de 5 de Junho de 2005; «Diocese de Leiria reclama museu para guardar peças de arte sacra», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 7 de Junho de 2005.

<sup>352</sup> A. FERREIRA, *op. cit.*, p. 169.

<sup>353</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>354</sup> *Idem*, p. 170.

Mais recentemente, no território transtagano, o Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima, em Beja, inaugurou o Museu do Seminário, a 10 de Outubro de 2006, instalado com orientação técnica e científica do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja e apoio financeiro da União Europeia, através do POC. As origens deste espaço museológico, contudo, remontam aos primeiros anos do novo seminário diocesano pacense, inaugurado a 13 de Outubro de 1940, quando se começou a reunir uma colecção, de carácter pedagógico, para complementar o ensino ali ministrado. Durante a década de 90, incorporaram-se mais objectos, que iam sendo dispostos ao longo do claustro da igreja do seminário e, por conseguinte, impunha-se uma solução mais adequada à sua conservação e segurança<sup>355</sup>.

O acervo variado, composto de elementos de arqueologia, história e arte, deu azo a um discurso que pretende ilustrar o processo de implantação e difusão do fenómeno religioso no Baixo Alentejo. Por isso, o programa assenta em três núcleos distintos: o primeiro com testemunhos do período pré-cristão e das suas práticas religiosas; depois, a época de estabelecimento do cristianismo e da diocese de Pax Iulia; por fim, a entrada na história Moderna, mostrando a vida da cidade e da Igreja, desde o século XVI ao século XX<sup>356</sup>.

A formação dos sacerdotes em matérias de arqueologia e arte cristãs conferia-lhes uma faculdade singular para fruir o legado dos territórios sobre os quais tinham jurisdição espiritual, onde habitualmente avultavam pelo seu nível de erudição. A salvaguarda e defesa desse património animou a constituição de colecções e criação de espaços para as conservar nas devidas condições.

No Norte do País, é digno de menção o Museu Paroquial Padre Ramos, em Lavra, no concelho de Matosinhos, fundado em inícios da década de 70, por iniciativa pároco P.<sup>º</sup> Dr. Manuel Domingos da Silva Lopes. Licenciado em História – por isso com especial sensibilidade para as coisas do passado –, julgou importante preservar a memória cultural dos lavrenses, pelo que passou a recolher tudo quanto era passível de musealização, no âmbito dos usos e costumes, da religião, da etnografia, da arqueologia e da cultura local.

---

<sup>355</sup> Carlos DIAS, «Diocese de Beja inaugura mais um núcleo da sua rede museológica», in *Público*, *cit.*, de 10 de Outubro de 2006; Lígia SILVEIRA, «Museu do Seminário de Beja dá a conhecer património histórico e religioso», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 11 de Outubro de 2006.

<sup>356</sup> *Ibidem*.

Atribuiu-lhe o nome de Padre Ramos, em homenagem ao seu antecessor nos cuidados da Paróquia, um estudioso da História Local e autor da Monografia de Lavra<sup>357</sup>.

Tutelado pela Paróquia de Lavra, através da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Salvador de Lavra, conta actualmente com a colaboração da Câmara Municipal de Matosinhos, em termos de programação e dinamização museológica, mediante o Gabinete Municipal de Arqueologia e História e a MuMa – Rede Municipal de Museus de Matosinhos, criada a 18 de Maio de 2007 para apoiar o tecido museológico do Concelho, fomentando a cooperação entre as diversas instituições museológicas<sup>358</sup>.

Com a missão de salvaguardar o património e a memória colectiva da freguesia de Lavra, o Museu Padre Ramos detém uma colecção formada por espécimes de três áreas disciplinares: a arte sacra, a arqueologia e a etnografia. Localizado no primeiro piso do edifício da sacristia, contíguo à igreja, exhibe, em expositores de vidro, com prateleiras no mesmo material, um acervo de arte sacra dos séculos XVI a XIX, bem como algumas peças etnográficas alusivas às manufacturas de linho e vestígios arqueológicos relacionados com a *villa* romana do Fontão e os tanques romanos de salga de peixe. No exterior, encontram-se diversos achados líticos, incluindo fragmentos de um monumento megalítico do período Neolítico, que constituem os testemunhos mais antigos da ocupação humana no concelho<sup>359</sup>.

O Museu dispõe de actividades de Serviços Educativos, promovidas pela MuMa – Rede Municipal de Museus de Matosinhos, sob orientação dos Serviços Educativos da Câmara Municipal de Matosinhos e do seu Gabinete Municipal de Arqueologia e História, que, por isso, são mais voltadas para a componente arqueológica da instituição.

No Algarve, encontra-se um paralelo na génese do Museu Paroquial de Moncarapacho, no concelho de Olhão, instalado num edifício anexo à igreja de Santo Cristo. Os numerosos donativos de particulares e, sobretudo, a persistência do P.<sup>e</sup> Isidoro Domingues da Silva, que, ao longo de quarenta anos, adquiriu e reuniu um elevado número de espécimes dispersos em várias localidades, permitiram constituir uma vasta colecção de arte sacra, com espécimes

---

<sup>357</sup> Delfim SOL, «...Um Museu de cada vez: Museu Paroquial Padre Ramos», in *Jornal O Futuro*, Lavra, Fábrica da Igreja de Lavra, A. 27, n.º 299, de Dezembro de 2007, p. 9.

<sup>358</sup> Delfim SOL, «Rede Municipal de Museus (MuMa). Três museus de Lavra assinam protocolo», in *Jornal O Futuro*, *cit.*, A. 27, n.º 294, de Junho de 2007, p. 5.

<sup>359</sup> D. SOL, «...Um Museu de cada vez: Museu Paroquial Padre Ramos», *cit.*, p. 9.

do século XVI ao século XVIII, achados arqueológicos e objectos etnográficos. As obras do projecto museológico tiveram início ainda em 1972, muito embora a inauguração do museu ocorresse apenas em 1981<sup>360</sup>.

O acervo do museu de moncarapachense encerra três categorias distintas de objectos – arqueologia, etnografia e arte sacra –, que documentam a presença de diferentes povos (fenícios, gregos, cartagineses, romanos, visigodos e árabes) em Moncarapacho e ilustram as várias épocas e estilos artísticos (arte islâmica, o Românico, o Gótico, o Renascimento e o Barroco, entre outras)<sup>361</sup>. Merece particular realce o presépio napolitano, do século XVIII, composto de 45 peças, cujas figuras, com a cabeça de terracota e o corpo de madeira, trajam sumptuosamente ao jeito da época.

A instituição proporciona visitas guiadas aos seus visitantes, em português, inglês ou alemão, e incluem a visita à igreja anexa, local de grandes peregrinações no Algarve, durante os séculos XVII e XVIII, e que alberga, desse período, uma valiosa colecção<sup>362</sup>. Com o intuito de manter uma abertura regular ao público, a Câmara Municipal de Olhão deliberou atribuir um subsídio de 500 euros mensais ao museu<sup>363</sup>.

Da mesma época de criação, embora com fundamentos distintos, a Casa-Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular, na cidade de Ovar, foi inaugurada em 17 de Fevereiro de 1973. Associação de fiéis agregada a uma Ordem religiosa para efeitos de natureza espiritual, a Ordem Franciscana Secular de Ovar<sup>364</sup>, fundada a 3 de Dezembro de 1660, e devendo obediência ao Convento de São Francisco do Porto, separou-se deste em 1779, obtendo autonomia completa em 1787. Em Maio de 1789, adquiriu uma casa na então Rua

<sup>360</sup> PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, Faro, Direcção Regional da Cultura do Algarve, 2006, p. 104; «Museu Paroquial de Moncarapacho», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], Faro, Direcção Regional da Cultura do Algarve, disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=3572> (acedido em 9 de Novembro de 2009).

<sup>361</sup> *Museu Paroquial de Moncarapacho* [desdobrável], Moncarapacho, Fábrica da Igreja Paroquial de Moncarapacho, s. d.

<sup>362</sup> PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, cit., p. 104.

<sup>363</sup> OLHÃO, Câmara Municipal, *Edital N.º 4/2005*, 4 de Fevereiro de 2005.

<sup>364</sup> Denominação actual da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, adoptada na *Regula Ordinis Franciscani Saecularis*, promulgada em IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Litterae Apostolicæ Seraphicus Patriarcha*, Roma, 24 de Junho de 1978.

da Graça e aí se estabeleceu. Ampliada em 1942, acolheu, três décadas mais tarde, a Casa-Museu da Ordem<sup>365</sup>.

Disposta por três andares, a sua colecção resulta de doações de capelas particulares e depósitos por parte da Igreja matriz. No rés-do-chão, grandes expositores albergam as imagens processionais utilizadas por ocasião da Procissão dos Terceiros. No andar superior, em jeito cenográfico, combinado com o recurso a expositores, exibem-se espécimes de escultura, ourivesaria, mobiliário, porcelana e têxteis litúrgicos.

Instituição fundadora da Rede Museológica de Ovar, criada em reunião camarária de 6 de Outubro de 2006<sup>366</sup>, encontra-se em processo de reestruturação, com o intuito de se converter numa estrutura museológica plena, com exposição permanente, sala de exposições temporárias, reservas visitáveis, serviços educativos, espaço de leitura, entre outros serviços<sup>367</sup>.

Após a assinatura da Concordata de 1940, a Igreja recuperou grande parte do património nacionalizado durante a I República e mantinha um relacionamento cordial com o Estado. Num plano museológico, a sua actividade era discreta, colaborando apenas mediante o empréstimo de obras para exposições promovidas tanto pela administração pública quanto por instituições laicas. Ante as recomendações emanadas da Santa Sé, as preocupações com a salvaguarda do património eclesiástico ganhavam algum vulto – patente no caso calipolense –, mas a acção da Igreja neste domínio evidenciou-se particularmente nos museus dos seminários.

Ainda que nos princípios do século XX já se referisse a importância da arqueologia e das belas-artes cristãs na formação dos presbíteros, para que soubessem apreciar e valorizar as igrejas e obras de arte que encerravam<sup>368</sup>, uma instrução do Santo Ofício sobre a criação de arte sacra, em 1952, enfatizou a necessidade de ministrar aquelas matérias aos candidatos

<sup>365</sup> *NÓS. Guia Cultural da Rede Museológica de Ovar* [desdobrável], Ovar, Câmara Municipal de Ovar, n.º 6, Novembro/Dezembro 2010; «Procissão dos Terceiros», in *OvarVirtual* [em linha], Ovar, OvarVirtual, disponível em URL: <http://www.ovarvirtual.com/versao2/tradicoes.asp?tradicoes=terceiros&topo=tradicoes> (acedido em 15 de Março de 2008).

<sup>366</sup> *Regulamento Interno da Rede Museológica de Ovar*, Ovar, 6 de Maio de 2010.

<sup>367</sup> «Casa-Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular», in *Casa-Museu de Arte Sacra* [em linha], Ovar, Casa-Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular, disponível em URL: <http://cmasovar.blogspot.com/2010/03/seja-bem-vindo.html> (acedido em 15 de Junho de 2010).

<sup>368</sup> BRAGA, Arcebispo, 1915-1932 (D. Manuel Vieira de Matos), «Aprovação», in Manuel de Aguiar BARREIROS, *Elementos de Archeologia e Bellas Artes*, Braga, Imprensa Henriquina, 1917, p. 2.

ao sacerdócio. Neste contexto, os estabelecimentos de ensino eclesiástico deram corpo a colecções de arqueologia e de arte, com fins estritamente didácticos. Convertidas em museus, permaneceram no âmbito privado dos seminários, servindo um desígnio pedagógico, à semelhança das instituições museológicas tardo-setecentistas. A abertura ao público ocorreu somente a partir dos anos 90, no decurso de obras de remodelação e depois de o Episcopado português haver realçado a importância da defesa e valorização do património da Igreja. As cronologias da institucionalização diferem, mas as origens estão nas colecções didácticas formadas ao redor dos meados da centúria.

#### **3.4.8. Consequências tardias da I República**

Com a instauração da república em Portugal, a condição do património eclesiástico sofreu profundas alterações. A par do processo de nacionalização, os bens móveis e imóveis eram, em grande parte, aproveitados para fins civis, aqueles para incorporação em museus do Estado, estes para instalação de serviços públicos. Ressalvava-se apenas o estritamente necessário para a manutenção do culto, cedido gratuitamente e a título precário pelas entidades proprietárias.

Ante o risco da perda, alguns organismos locais e até grupos de cidadãos envidaram esforços no sentido de conservar os seus legados tão próximos de si quanto possível. Assim nasceram diversos museus, em particular museus regionais de arte, cuja criação estava prevista no articulado da *Lei da Separação do Estado das Igrejas*. Havia, porém, instituições públicas com templos afectos ao culto. Apesar de não estarem sujeitas à aplicação daquele diploma, tomaram providências consentâneas com o espírito separatista da recém-implantada república, remetendo ao desuso o seu património litúrgico, cuja musealização se arrastou por largos anos.

Propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, a casa e igreja de Santo António suprimiu o culto a 6 de Julho de 1911, por moção do vereador Nunes Loureiro. Em 1918, o vereador Lino Neto apresentou uma proposta para criação de um museu antoniano, a instalar naquele templo, que documentasse o culto dedicado ao Taumaturgo. A esta sugestão, contudo, sobrepôs-se outra, em 1920, da Comissão Administrativa Municipal, que pretendia a fundação de um museu de arte sacra. Não obstante, só em meados do século XX, após a doação de

duas importantes colecções de índole antoniana – uma em 1951 e a outra em 1958 –, se começou a dar corpo ao museu, o qual viria a ser instalado numa divisão anexa à igreja, com entrada pelo Largo de Santo António, por esta, entretanto, ter reaberto ao culto<sup>369</sup>.

Instituição monográfica de temática antoniana, o ulissiponense Museu Antoniano teve inauguração solene a 13 de Junho de 1962, em dia consagrado àquele santo. Expõe um acervo resultante das doações supracitadas, mas também do depósito das alfaias e têxteis litúrgicos da igreja de Santo António e outros espécimes adquiridos ou oferecidos ao Município, compreendendo escultura, azulejo, pintura, medalhística, vestes litúrgicas, gravuras, ourivesaria sacra e livraria<sup>370</sup>.

Na cidade do Mondego, o culto religioso na capela de São Miguel, na Universidade de Coimbra, fora extinto pouco tempo antes da *Lei da Separação*, pelo decreto com força de lei, de 21 de Janeiro de 1911<sup>371</sup>. O Estado argumentava que as ciências se haviam emancipado dos elementos estranhos à razão e, por isso, a universidade carecia apenas da autoridade do poder soberano e do prestígio granjeado pelas suas descobertas<sup>372</sup>. A capela recebeu o estatuto de monumento nacional, no qual ficaria instalado um museu de arte, incorporando o tesouro do respectivo templo. Sem quadro de pessoal próprio, a guardaria e limpeza estavam a cargo do moço do órgão, enquanto o director do Arquivo da Universidade acumulava a direcção do museu a título gratuito<sup>373</sup>.

O mesmo diploma dispunha a inscrição de uma verba no orçamento da Universidade para despesas de instalação e expediente<sup>374</sup>, mas não chegou a ser consignada<sup>375</sup> e somente em 1934, pelo Decreto-lei n.º 23:625, de 3 de Março, se deram alguns passos no sentido da organização do museu, de modo a contrariar o seu “estado de indesculpável abandono”<sup>376</sup>.

<sup>369</sup> *Museu Antoniano e Igreja de Santo António, à Sé. Breve Roteiro. Festas da Cidade, Junho 1978*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1978, p. 6; «Igreja de Santo António de Lisboa», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], cit., 2007, n.º IPA PT031106520044.

<sup>370</sup> Cf. *Museu Antoniano e Igreja de Santo António...*, cit., pp. 7-9.

<sup>371</sup> Decreto com força de lei, de 21 de Janeiro de 1911, art. 1.º

<sup>372</sup> *Idem, proæmium*.

<sup>373</sup> *Idem*, arts. 3.º-6.º

<sup>374</sup> *Idem*, art. 9.º

<sup>375</sup> Carlos SERRA, *Em torno do Museu de Arte Sacra da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1999 (Trabalho realizado no âmbito do Seminário do Mestrado em Museologia e Património Cultural da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.), p. 19.

<sup>376</sup> Decreto-lei n.º 23:625, de 3 de Março de 1934, *proæmium*.



De acordo com este documento legislativo, a abertura da capela ao público e do respectivo museu de arte seria não só um instrumento pedagógico para formação estética e artística da comunidade académica, como também um factor de elevação do prestígio e boa imagem da instituição e ainda um pólo de atracção turística. O templo constituiria o ambiente natural para um acervo de cariz religioso, que incluiria, além do tesouro da capela, obras de arte sacra de proveniência distinta e outros espécimes de valor artístico ou arqueológico<sup>377</sup>.

Todavia, a concretização do museu adiou-se até aos princípios do decénio de 1970, quando foi instalado, finalmente, sob orientação de Maria Helena da Rocha Pereira. Inaugurado a 8 de Dezembro de 1972, estendia-se por quatro salas anexas à capela, em três pisos distintos. As colecções, embora integrassem algumas obras de arte religiosa oriundas de outros organismos da Universidade, fundavam-se no conjunto de objectos que serviram – alguns dos quais ainda servem – ao culto na capela de São Miguel, enriquecido ao longo dos séculos, mercê dos privilégios e isenções de capela real<sup>378</sup>. Pelo que se depreende do roteiro, não havia uma narrativa expositiva definida, indiciando uma opção pela valorização individual das obras ou pequenos grupos de obras inter-relacionadas, ora pela autoria, ora pela tipologia, ora ainda pela cronologia, tendo subjacente uma lógica do domínio da História da Arte.

Em Abril de 2005, a Universidade de Coimbra anunciou a intenção de criar um museu subordinado à sua história, num edifício construído de raiz e dotado de equipamentos de apoio a visitantes. O novo Museu da Universidade de Coimbra, segundo o reitor Seabra Santos, procuraria “repor aquilo que era o museu de arte sacra”, entretanto encerrado para remodelação, congregando também alguns elementos documentais e artísticos, testemunho dos sete séculos de existência daquele estabelecimento de ensino superior<sup>379</sup>. O tesouro da capela de São Miguel sofrerá, assim, uma recontextualização, integrado no tema mais alargado da história da Universidade.

---

<sup>377</sup> *Idem*, *proœmium* e art. 1.º

<sup>378</sup> C. SERRA, *Em torno do Museu de Arte Sacra...*, *cit.*, pp. 21-22; *Universidade de Coimbra. Museu de Arte Sacra. Pequeno Roteiro* [desdobrável], Coimbra, Imprensa da Universidade, s. d.; Pedro DIAS & António Nogueira GONÇALVES, *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*, 2.ª ed., Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2004, pp. 70-79.

<sup>379</sup> «Universidade quer mostrar a sua história», in *Diário As Beiras*, Taveiro, Sojormedia Beiras, de 11 de Maio de 2005.

O princípio de separação do Estado da Igreja, apesar de particular incidência no património eclesiástico, teve também consequências em instituições públicas providas de espaços religiosos. A supressão do culto nestes templos implicou a falta de uso para os acervos empregados nos actos litúrgicos, mas, ao invés do que ocorria aos bens eclesiásticos, não havia lugar à nacionalização e permaneceram armazenados até que se lhes desse outra serventia. Embora com um risco de perda relativo, pois os legados mantinham-se sob a mesma custódia, a musealização foi opção avançada quase de imediato – em Coimbra, no mesmo decreto que extinguiu o culto. Todavia, os organismos tutelares careciam de vocação própria para a museologia e privilegiaram sobretudo a guarda das colecções. Os museus, germinados no período da I República, somente após os meados do século XX eclodiram enquanto estabelecimentos abertos ao público.

Durante o período do Estado Novo, as relações entre a Igreja e a República Portuguesa caracterizaram-se por uma aproximação, culminando na adopção do Catolicismo como religião oficial da Nação. Apoiado numa estratégia de propaganda política e ideológica, o regime tinha um sólido arrimo na herança cultural – colocando-a constitucionalmente, pela primeira vez, sob protecção do Estado<sup>380</sup> –, testemunho de factos e figuras dos momentos gloriosos do País e elemento basilar da reafirmação da identidade nacional. Os monumentos, os museus e as exposições eram protagonistas num discurso que realçava o território, a nação e a história portuguesa. Enquanto o restauro estilístico do património imóvel elevava simbolicamente os feitos dos portugueses<sup>381</sup>, as instituições museológicas eram guardiães dos vestígios materiais de um passado grandioso. Por sua vez, as exposições temporárias constituíam instrumentos propagandísticos, estruturadas em torno de três grandes temas: a obra e pensamento do Estado Novo, a cultura e as artes, e, em especial, o Império Colonial Português.

---

<sup>380</sup> *Constituição da República Portuguesa*, de 11 de Abril de 1933, art. 46.º, publicada nos termos do Decreto n.º 22:241, de 22 de Fevereiro de 1933, art. 52.º; cf. Jorge MIRANDA, «O património cultural e a Constituição – tópicos», in *Direito do Património Cultural*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1996, p. 258.

<sup>381</sup> Cf. Maria João Baptista NETO, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Colecção Série 1 – Ensaios, n.º 10, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, p. 285.

A arte sacra surgia amiúde nestes eventos, mas diluía-se nos propósitos políticos e ideológicos. Mesmo as exposições de arte sacra moderna, habituais numa época em que grassavam os movimentos de renovação da arte religiosa, inseriam-se num plano de valorização dos artistas plásticos portugueses, motivo de orgulho para um Estado nacionalista. Noutros casos os artefactos de natureza religiosa atestavam a produção artística do passado ou a acção missionária portuguesa no Império Colonial. Ao nível do território local, onde predominava o património de matriz religiosa, a dinâmica expositiva encetada pelo Estado Novo impulsionou a realização de pequenas mostras, nas quais emergia um carácter didáctico, despertando a consciência da população para o conhecimento e salvaguarda do seu legado cultural. Todavia, os discursos museográficos orientavam-se sobretudo por critérios próprios da História da Arte, menosprezando o cariz sacro dos acervos. A Igreja privilegiava a actividade pastoral e a sua participação no plano museológico cingia-se praticamente ao empréstimo de espécimes.

Nos meados do século, a museologia portuguesa caminhava para um período de mudança, mas apenas no ano de 1965 se deu o verdadeiro salto conceptual, com a promulgação do *Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia*<sup>382</sup>. Procurando acompanhar as modernas tendências da disciplina, entendia o museu como um centro activo de divulgação cultural, capaz de atrair visitantes de todos os estratos sociais e sobre eles exercer uma acção pedagógica eficiente. Com vista à formação técnica adequada dos funcionários dos museus, substituiu-se o estágio no Museu Nacional de Arte Antiga por um curso de conservador de museu, de feição teórica e prática, ministrado na mesma instituição, visando o ensino de uma matéria fundamental: a Museologia. Este novel enquadramento, relevante no panorama museológico português, não teve, porém, consequências visíveis no que respeita à arte sacra, que continuava a ser tratada como um fenómeno meramente artístico.

### 3.5. Nos alvares da III República

Na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, Portugal assistiu a um movimento militar que pôs termo às instituições do Estado Novo e abriu caminho a um regime político

---

<sup>382</sup> Decreto-lei n.º 46758, de 18 de Dezembro de 1965.

democrático<sup>383</sup>. De acordo com o programa do Movimento das Forças Armadas, destituíram-se de imediato o Presidente da República e o Governo e dissolveram-se a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado, cujos poderes foram assumidos pela Junta de Salvação Nacional<sup>384</sup>. A Constituição Política de 1933 mantinha-se transitoriamente em vigor, naquilo que não contrariasse os princípios expressos no referido programa<sup>385</sup>, até que, em reunião plenária de 2 de Abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprovou e decretou a nova *Constituição da República Portuguesa*<sup>386</sup>. Marco substancial na História do país, assinalou igualmente o início de um novo ciclo em matéria de património cultural. O texto constitucional compreendia uma norma dedicada à obrigação estatal da sua preservação, defesa e valorização<sup>387</sup>, introduzindo, ao mesmo tempo, a expressão no léxico legislativo português.

Em termos de orgânica governativa, a Secretaria de Estado da Cultura, objecto de sucessivas e ineficazes reestruturações desde 1974, sofreu uma reorganização, em Abril de 1980, com o intuito de adequá-la às circunstâncias do momento e fazer face às condições de abandono em que se encontrava o património cultural e natural<sup>388</sup>. Na sua dependência, criou o Instituto Português do Património Cultural<sup>389</sup>, ao qual competia, entre outras funções, impulsionar e planear o inventário do património cultural português, fomentar e apoiar a criação e funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização desse legado, promover a sensibilização e participação das populações e entidades locais na salvaguarda do património e criar condições de fruição por parte da comunidade<sup>390</sup>.

---

<sup>383</sup> Vd. António REIS, «A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização», in António REIS, *Portugal Contemporâneo*, vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1992, pp. 13-62; José Medeiros FERREIRA, «Do golpe de Estado à revolução», in José MATTOSO (dir.), *op. cit.*, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 17-33.

<sup>384</sup> Lei n.º 1/74, de 25 de Abril, arts. 1.º e 2.º

<sup>385</sup> Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, art. 1.º

<sup>386</sup> Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de Abril de 1976.

<sup>387</sup> Cf. *Constituição da República Portuguesa*, de 2 de Abril de 1976, art. 78.º, publicada nos termos do Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de Abril de 1976.

<sup>388</sup> Decreto-lei n.º 59/80, de 3 de Abril, preâmbulo.

<sup>389</sup> *Idem*, art. 3.º

<sup>390</sup> Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto, arts. 2.º e 3.º

Dois anos depois, na revisão da Lei Fundamental, a incumbência referente ao património cultural foi elevada a tarefa fundamental do Estado<sup>391</sup>, enquanto a nova redacção do art. 78.º reconhecia a todos o direito à fruição e criação cultural, embora com o dever associado de preservar, defender e valorizar o património cultural, e conferia igualmente a todos o direito de promover, nos termos da lei, a prevenção ou a cessação dos factores deteriorantes do mesmo. Na revisão constitucional de 1989, ficou consignado o direito de acção popular, pessoal ou através de associações de defesa dos interesses em causa, nomeadamente o direito de promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial da degradação do património cultural<sup>392</sup>.

Entretanto, promulgara-se a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, designada como *Lei do Património Cultural*, um diploma justificado essencialmente pela necessidade de revogar um regime jurídico disperso e incompatível com as doutrinas coevas de protecção e fruição dos bens culturais<sup>393</sup>. O legislador instituiu um regime de protecção legal assente na classificação dos bens culturais e consagrou a todos os cidadãos o direito e dever de preservar, defender e valorizar o património cultural português, constituindo, porém, obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a sua salvaguarda e valorização, bem como exortar à participação das populações. Dispôs ainda em matéria de associações de defesa do património, um conceito enunciado numa recomendação da 19.ª Conferência Geral da UNESCO acerca da protecção dos sítios históricos<sup>394</sup>, em 1976, e transposto para a Lei Fundamental na revisão constitucional de 1989, ainda que a liberdade de associação estivesse consagrada no art. 46.º, desde a redacção originária de 2 de Abril de 1976.

Nesta conjuntura, por força da dinâmica política da época, Portugal conheceu profundas mudanças no âmbito do património cultural, acompanhando, de certo modo, as tendências

---

<sup>391</sup> *Constituição da República Portuguesa*, de 2 de Abril de 1976, art. 9.º alínea e), na redacção fixada pela Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de Setembro.

<sup>392</sup> *Constituição da República Portuguesa*, de 2 de Abril de 1976, art. 52.º § 3, na redacção fixada pela Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de Julho.

<sup>393</sup> João Martins CLARO, «Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85», in *Direito do Património Cultural*, *cit.*, p. 279.

<sup>394</sup> UNESCO, General Conference, 19, *Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*, Nairobi, 26th November 1976, n. 36; que não pode ser dissociada de outro documento, aprovado durante a mesma sessão plenária, com o título *Recommendation on participation by the people at large in cultural life and their contribution to it*.

da evolução museológica ao nível mundial<sup>395</sup>. Os poderes locais e as associações de defesa do património assumiram uma função basilar no esforço de salvaguarda e valorização dos bens culturais, associado ao alargamento do conceito tradicional de património, com repercussões directas nas áreas de actuação dos museus, que tendiam a abrir-se a um âmbito mais variado de vestígios da cultura material. A revitalização sentia-se também na remodelação e criação de novos museus, adaptados às novéis práticas museológicas, um pouco por todo o país<sup>396</sup>.

### 3.5.1. Envolvimento cívico

No que respeita à arte sacra, logo nos primeiros anos pós-revolução, há notícia de eventos que manifestam o espírito desta política cultural. Entre 2 e 10 de Abril de 1977, a Comissão Instaladora do Museu Municipal do Bombarral organizou uma exposição no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com patrocínio do Município e apoio técnico da Fundação Calouste Gulbenkian, dando início a um programa cultural de nível concelhio que pretendia realçar as potencialidades dos bens culturais dispersos por igrejas, capelas e colecções particulares da região. Ademais, segundo os seus promotores, servia um propósito de despertar a consciência para a instalação efectiva do museu municipal e os benefícios que daí adviriam: a divulgação de valores culturais, a defesa do património, a criação de centros de investigação, entre outros. O acervo reunido, maioritariamente dos séculos XVII e XVIII, incluía sobretudo espécimes de imaginária e de pintura, com alguma ourivesaria sacra, indumentária litúrgica e objectos devocionais de permeio. Todavia, mais do que uma simples recolha, o objectivo era exortar a comunidade para as matérias artístico-culturais, mediante a exaltação do valor estético das peças expostas<sup>397</sup>.

Em Vila Nova de Gaia, a iniciativa coube à Associação Cultural “Amigos de Gaia”, que levou a efeito duas edições da *Exposição de Arte Religiosa do Concelho de Gaia*:

<sup>395</sup> Cf. José Amado MENDES, *Estudos do Património. Museus e Educação*, Coleção Estudos: Humanidades, n.º 3, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 53-59.

<sup>396</sup> António José C. Maia NABAIS, «Les musées d’anthropologie au Portugal», in *Recherches en Anthropologie au Portugal*, Paris, Groupe Anthropologie du Portugal du Centre d’Études Portugaises, Vol. 4, N. 1, 1992-1994, pp. 76-77.

<sup>397</sup> Vítor SERRÃO, «A Exposição de Arte Sacra do concelho do Bombarral [1977]», in Vítor SERRÃO, *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 381-386.

primeiro em Fevereiro/Março de 1978, depois em Novembro de 1980. Instaladas nas Galerias Diogo de Macedo, edifício anexo e unidade museológica da Casa-Museu Teixeira Lopes, contou também com o apoio técnico desta instituição. Os “Amigos de Gaia”, avocando a missão de “estar atentos, valorizar e dar a conhecer o património artístico das gentes gaienses”, reuniram um conjunto de estatuária sacra, do século XIII ao século XX, tendo o cuidado de representar todas as freguesias do concelho, embora sem repetir demasiado os temas figurados<sup>398</sup>. Em virtude do sucesso alcançado com a exposição de 1978, subordinada apenas à imaginária, a associação sentiu-se encorajada a seguir a mesma linha de preocupação que outrora os movera e, em 1980, empreendeu uma exposição de arte sacra mais ampla, incluindo pintura, ourivesaria, indumentária, livraria e mobiliário litúrgicos. Com espécimes provenientes das diversas igrejas da região, cujos párocos cooperaram desde o início, o móbil evocado fundava-se na sensibilização dos gaienses para o inventário e conservação do seu património cultural<sup>399</sup>.

O período do Natal de 1980, na Junta de Turismo da Costa do Estoril, foi assinalado com uma exposição de arte sacra do concelho de Cascais, promovida por João Bénard Guedes Salgado, com apoio do Patriarcado de Lisboa. De qualidade heterogénea, estavam patentes vinte e cinco espécimes, uma amostragem de imaginária, pintura, ourivesaria, vestes litúrgicas, talha, escultura e livraria proveniente de seis templos do concelho de Cascais, que contribuía, de certo modo, para documentar a riqueza e o percurso dos vários ramos artísticos da região, desde o século XV até finais do século XVIII. Vítor Serrão, na crítica à exposição, publicada a 8 de Fevereiro de 1981 no jornal *O Diário*, e republicada no livro *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*, referiu o deficiente estado de conservação das obras expostas, consequência da incúria a que vinha sendo votado o património artístico, mas manifestou o desejo de que tal mostra servisse para estimular e sensibilizar o público para a necessidade de preservação e salvaguarda<sup>400</sup>.

---

<sup>398</sup> VILA NOVA DE GAIA, Associação Cultural “Amigos de Gaia”, *I Exposição de Arte Religiosa do Concelho de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1978.

<sup>399</sup> VILA NOVA DE GAIA, Associação Cultural “Amigos de Gaia”, *II Exposição de Arte Religiosa do Concelho de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1980.

<sup>400</sup> Vítor SERRÃO, «A Exposição de Arte Sacra do concelho de Cascais [1981]», in V. SERRÃO, *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*, *cit.*, pp. 387-390.

Durante o Verão de 1981, por uma breve semana, de 8 a 16 de Agosto, o Salão Paroquial da Freguesia de Santiago, na vila piscatória de Sesimbra, acolheu a *1.ª Exposição de Arte Sacra do Concelho de Sesimbra*. Promovida pelo Centro de Estudos Culturais Raio de Luz, reuniu cerca de 60 peças, oriundas de apenas quatro instituições religiosas, trazendo a lume um acervo notável de ourivesaria, pintura e escultura, datado desde Quinhentos ao século XX, na maioria totalmente desconhecido. A apreciação crítica de Vítor Serrão ao evento, numa perspectiva museográfica, realçou a deficiência da informação artística e cultural conferida a cada espécime, em favor de elementos relativos ao seu culto – um aspecto ideológico que evidencia o vínculo da entidade promotora à Igreja –, diminuindo assim o alcance didáctico a respeito do valor patrimonial que poderia ter junto da população<sup>401</sup>. Não obstante, a realização desta exposição deve entender-se como um contributo no contexto da dinâmica cultural que então se vivia em Sesimbra. Das prospecções realizadas por Eduardo da Cunha Serrão, desde 1968, com vista à organização da Carta Arqueológica do Concelho, partira-se para o um projecto mais amplo, em Julho de 1974, que visava registar, de modo sistemático, os valores histórico-artísticos concelhios, culminando na publicação da obra *Sesimbra Monumental e Artística*, em 1986<sup>402</sup>.

A participação de colectividades na valorização do património local tornou-se frequente, em especial articuladas com os órgãos de poder municipal. No último trimestre de 1989, a Câmara Municipal de Cascais, de colaboração com a Associação Cultural de Cascais, levou a efeito uma exposição polinucleada, sob o título *Um Olhar sobre Cascais através do seu Património*<sup>403</sup>. Com o intuito de evidenciar a riqueza e variedade do património do Concelho, compreendia cinco núcleos temáticos: *Introdução ao Património*, na Casa-Museu Verdades de Faria, no Monte Estoril; *Fontes Documentais*, na Sala do Despacho da Santa Casa da Misericórdia de Cascais; *Arte Sacra*, na sacristia da igreja da Misericórdia de Cascais; *O Mundo Rural*, no Museu de Ioanes, Sociedade de Instrução e Recreio

<sup>401</sup> Vítor SERRÃO, «A Exposição de Arte Sacra do concelho de Sesimbra [1981]», in V. SERRÃO, *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*, cit., pp. 391-396.

<sup>402</sup> Eduardo da Cunha SERRÃO & Vítor SERRÃO, *Sesimbra Monumental e Artística*, 2.ª ed., Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 1997.

<sup>403</sup> Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «Prólogo», in *Um Olhar sobre Cascais através do Seu património. I. Património e Mundo Rural*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 1989, p. 5; «Fontes Documentais e Arte Sacra», in *Um Olhar sobre Cascais através do Seu património. II. Fontes Documentais e Arte Sacra*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 1989, p. 7.



de Janes e Malveira, em Janes; e *Cascais na Época dos Descobrimentos*, na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, junto à Cidadela de Cascais<sup>404</sup>.

O Núcleo de Arte Sacra, assumindo este modo de expressão humana como fonte para o conhecimento da população local, dos seus gostos e mentalidades, assentou o discurso expositivo numa divisão tipológica, complementado por sete painéis informativos, o primeiro introdutório e os restantes dedicados à ourivesaria, pintura, escultura, livraria, artes decorativas e igrejas do concelho, estes dois últimos acompanhados apenas por reproduções fotográficas<sup>405</sup>.

A década de 80 ficou marcada pela criação de um quadro legal que atribuía novas responsabilidades à administração local e estimulava a envolvimento dos cidadãos na defesa e valorização do património cultural. O esforço comum em torno destas questões começou, porém, logo após a nova *Constituição* de 1976, que consagrou o direito e liberdade de associação. As populações puderam então tomar para si as iniciativas que antes partiam apenas do poder público. Em parte, a legislação plasmou o que naturalmente ia acontecendo a uma sociedade em plena mutação.

### 3.5.2. Museus e comunidade

A par das exposições promovidas por organismos associativos e pelo poder local, os museus evidenciavam também um alargamento da sua área de intervenção museológica, que se traduziu, no domínio da arte sacra, em eventos elaborados ou articulados com o exterior. O Decreto-lei n.º 45/80, de 20 de Março, que reestruturou os serviços e os quadros de pessoal dos museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural – entretanto transferidos para a superintendência do Instituto Português do Património Cultural<sup>406</sup> –, dispunha, entre as competências de acção cultural, a organização de actividades em colaboração com estabelecimentos de ensino, associações culturais e demais entidades públicas e

<sup>404</sup> Cf. J. d'ENCARNAÇÃO, *op. cit.*, p. 5.

<sup>405</sup> Cf. *Um Olhar sobre Cascais através do Seu património. II. Fontes Documentais e Arte Sacra*, *cit.*, pp. 57-66.

<sup>406</sup> Por extinção da Direcção-Geral do Património Cultural, aquando da reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura, pelo Decreto-lei n.º 59/80, de 3 de Abril, art. 33.º

privadas<sup>407</sup>. No espírito desta lei realizaram-se algumas exposições de arte sacra com a participação de museus estatais.

O Museu do Abade de Baçal, em Bragança, em colaboração com a Comissão dos Centenários da Diocese de Bragança e Miranda, levou a efeito uma mostra, entre 14 de Novembro e 11 de Dezembro de 1981, com o título genérico *Exposição de Arte Sacra*. Em verdade, o acervo exibido era exclusivamente imaginária – santos e invocações da Virgem –, datada do século XV ao XVIII, a maioria de madeira policromada<sup>408</sup>. O catálogo publicado resume-se a um elenco das peças, mas ressalta o facto de as obras de arte provirem todas de igrejas e capelas da diocese, indiciando um apoio técnico por parte do museu a uma entidade religiosa que não dispunha de formação museológica.

No ano seguinte, merece realce a exposição de temática mariana, *Nossa Senhora de Nazaré na Iconografia Mariana*, integrada no programa cultural das comemorações do VIII Centenário de Devoção a Nossa Senhora da Nazaré. A organização coube ao Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso, também conhecido por Museu da Nazaré, localizado no “Sítio”, um dos núcleos populacionais mais antigos da Nazaré, perto do promontório e do santuário dedicado àquela invocação da Virgem. Atendendo ao domínio científico do museu, a exposição estruturara-se em torno das matérias da antropologia do sagrado e do culto popular, pelo que exhibia um acervo eclético, cujos espécimes evidenciavam a ligação àquele santuário mariano: na escultura viam-se, essencialmente, imagens da Virgem da Nazaré; a pintura compunha-se de exemplares retabulísticos e algumas tábuas de milagres ou ex-votos; a cerâmica contava com registos e painéis azulejares retratando a Virgem e o milagre, bem como objectos de uso corrente decorados com motivos referentes ao tema; a gravura exhibia representações do milagre da Virgem da Nazaré; o mobiliário tinha caixas de esmolas e uma mesa com a figuração do milagre entalhada no tampo; outros artefactos pertenciam às tipologias de medalhística, ourivesaria e esmaltes, desenho, cobres e vária, que incluía quadrinhos e objectos decorativos com registos dos milagres, objectos de devoção e adorno e objectos utilitários. Além das colecções próprias,

---

<sup>407</sup> Decreto-lei n.º 45/80, de 20 de Março, art. 2.º § 3 alínea b).

<sup>408</sup> *Exposição de Arte Sacra*, Bragança, Museu do Abade de Baçal/Comissão dos Centenários da Diocese de Bragança e Miranda, 1981.

o museu dispôs de um conjunto de obras emprestadas por instituições públicas, entidades religiosas e colecionadores privados<sup>409</sup>.

O exemplo mais representativo deste período é a exposição *Arte Sacra e Mistério da Redenção*, levada a efeito no Museu Nacional Machado de Castro, entre 24 de Março e 29 de Abril de 1984, no contexto das celebrações do Ano Jubilar da Redenção<sup>410</sup>. Entre as diversas iniciativas programadas, os sacerdotes do Arciprestado de Coimbra propuseram a realização de uma exposição subordinada ao tema da *Redenção*, prontamente acolhida pela direcção do museu, o espaço que mais se adequava ao evento, até pela proximidade da sé episcopal, lugar primeiro da peregrinação jubilar<sup>411</sup>.

Na sua grande maioria, o acervo exibido pertencia ao museu. Composto de arte figurativa – pintura e escultura –, estruturava-se segundo um discurso temático, que percorria cronologicamente os factos da Salvação, dividido em três núcleos, assim designados: *Cristo, Redentor desde a Encarnação...; ...Pela Paixão e Morte na Cruz...; ...À Glória da Ressurreição*. Alguns espécimes, por dificuldades de deslocação inerentes, permaneceram nas respectivas salas da exposição permanente, aonde se convidavam os visitantes a apreciá-los<sup>412</sup>.

Ainda que instalada num museu de arte e com obras de elevado mérito histórico e estético, avultava o conteúdo religioso da exposição. A organização cabia a uma entidade eclesiástica e o museu colaborou “somente” com o empréstimo do espaço e do acervo e, em especial, com o saber técnico.

Os casos mencionados inserem-se no espírito de cooperação convergente entre os serviços públicos e privados para a salvaguarda dos bens culturais, como enunciado na lei orgânica do IPPC<sup>413</sup>. Tutelados por esta entidade, os museus contribuíram activamente

---

<sup>409</sup> *Nossa Senhora de Nazaré na Iconografia Mariana. Catálogo*, Nazaré, Museu Etnográfico e Arqueológico Doutor Joaquim Manso, 1982, pp. 7-20.

<sup>410</sup> Proclamado pelo papa João Paulo II, em Janeiro de 1983, e comemorado no período compreendido entre solenidade da Anunciação do Senhor, a 25 de Março de 1983, e o Domingo de Páscoa de 1984; cf. IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Litteræ Apostolicæ sub Plumbo Datæ Aperite Portas Redemptori*, Roma, 6 de Janeiro de 1983.

<sup>411</sup> *Arte Sacra e Mistério da Redenção. Exposição de Arte Sacra no Ano Jubilar da Redenção*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1984, p. 5.

<sup>412</sup> *Idem*, p. 20.

<sup>413</sup> Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto.

para uma valorização mais eficaz do património local, quer pelos paralelismos com obras das suas colecções, quer oferecendo as condições e os conhecimentos próprios da sua disciplina. Cumpria-se assim o princípio de envolvimento com a comunidade.

### 3.5.3. Criação de novos museus

A partir dos anos 80 do século XX, assistiu-se em Portugal a uma “explosão museológica”, tanto na reorganização quanto na criação de novos museus – sobretudo museus locais –, em consequência, nomeadamente, do alargamento da noção de património, do interesse e envolvimento das populações e do poder local nas acções de defesa e salvaguarda dos bens culturais, do incremento da investigação científica e da formação de especialistas em museologia<sup>414</sup>. A arte sacra, com uma presença significativa nos meios rurais, esteve na origem de alguns espaços museológicos, quer enquanto temática principal do museu, quer como secção ou colecção individualizada.

Em Guimarães, o Museu Paroquial de São Sebastião está instalado no convento de Santa Rosa de Lima. Inaugurado solenemente a 24 de Março de 1984, pelo arcebispo primaz de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, ocupa uma escada-galeria e cinco salas. Tematicamente distribuídas, distingue-se: a *Sala Convívio*, destinada a reuniões, com algumas pinturas; a *Sala do Santíssimo Sacramento*, onde predominam alfaias e vestes litúrgicas; a *Sala de São Sebastião*, que patenteia os pertences da Irmandade de São Sebastião; a *Sala das Imagens*, dedicada à imaginária sacra; e, por fim, a *Sala dos Escuteiros*, com testemunhos da prática escutista na paróquia durante as décadas de 40-50<sup>415</sup>.

A 6 de Junho de 1985, D. Eurico Dias Nogueira inaugurou outro espaço museológico na arquidiocese de Braga, o Museu de Arte Sacra da Confraria do Santíssimo Sacramento, fundado na sua sacristia privativa na igreja matriz de Vila do Conde<sup>416</sup>. O acervo inclui diversos espécimes de imaginária sacra, alfaias e têxteis litúrgicos, agrupados tipologica-

<sup>414</sup> António José C. Maia NABAIS, «II. Museus na actualidade», in Maria Beatriz ROCHA-TRINDADE (coord.), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992, p. 66.

<sup>415</sup> «Museu Paroquial», in *Paróquia de S. Sebastião On-Line* [em linha], Guimarães, Paróquia de São Sebastião, disponível em URL: [http://www.paroquia-ssebastiao.com/index.php?page=historia&section=museu\\_paroq](http://www.paroquia-ssebastiao.com/index.php?page=historia&section=museu_paroq) (acedido em 15 de Setembro de 2009).

<sup>416</sup> «Museus de Vila do Conde. Museu de Arte Sacra», in *Agenda do Professor 07.08*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007, p. 39.

mente em expositores, com excepção da escultura, que se concentra sobre o arcaz, tudo identificado com tabelas, onde consta a designação e datação. O arranjo museográfico evidencia, porém, certa acumulação, depreciando o espaço de respeito das obras expostas.

Ainda na esfera da tutela eclesiástica, neste período sobressai o Museu de São Pedro da Palhaça, propriedade da Paróquia de São Pedro da Palhaça, no concelho de Oliveira do Bairro, instituído em 1981, com o intuito de preservar o acervo litúrgico da antiga igreja matriz da Palhaça. Os trabalhos de limpeza e conservação do templo prolongaram-se até 1986, ano em que abriu ao público a primeira área de exposição, subordinada inteiramente à arte sacra. O impacto na população deu origem a numerosas doações, levando o museu a encerrar, ao fim de apenas um mês, para criar novos espaços de exposição, enquanto alargava o seu domínio científico para as matérias da etnografia e historiografia regional. Além da actividade museológica, compreende uma biblioteca e um arquivo de acesso público, sitos nas instalações da Junta de Freguesia local. Com uma necessidade premente de aumentar as suas áreas, em 1995, iniciou-se a construção de um novo módulo para o museu, inaugurado a 18 de Maio de 1997. Nesse ínterim, teve erecção canónica por D. António Baltasar Marcelino, bispo de Aveiro, em 5 de Novembro de 1996<sup>417</sup>.

Instituição consagrada à salvaguarda e valorização do património cultural e religioso local, promovendo a sua conservação, conhecimento e estudo, esteve confiada à direcção técnica de Adelino Baptista da Silva até à sua morte, em 2009. Ante a perda do principal mentor e impulsionador do museu, a Diocese de Aveiro nomeou uma comissão administrativa, presidida pelo pároco, P.º José Augusto Pinho Nunes, com a missão específica de superintender na gestão normal da instituição, realizar o necessário inventário de todo o acervo e proceder à actualização dos estatutos<sup>418</sup>.

No âmbito da administração local, a história do museu de arte sacra de Gouveia insere-se na evolução do museu municipal desta cidade. Criado em 1950, por iniciativa de Manuel Augusto Tavares Ferreira, pretendia reunir no mesmo espaço – o refeitório e pátio contíguo do antigo Colégio dos Jesuítas –, um conjunto disperso de testemunhos materiais,

---

<sup>417</sup> «Historial do Museu», in *Museu S. Pedro da Palhaça* [em linha], Palhaça, Museu de São Pedro da Palhaça, 2005, disponível em URL: <http://www.museusaopedro.org/historial.htm> (acedido em 20 de Outubro de 2008).

<sup>418</sup> AVEIRO, Bispo, 2006- (António Francisco dos Santos), *Decreto*, Aveiro, 16 de Abril de 2009.

que incluía espécimes arqueológicos, imaginária, armaria, pintura e numismática<sup>419</sup>. Nos anos 80, a Câmara Municipal de Gouveia adquiriu o antigo Solar dos Condes de Vinhó e Almedina, o qual foi remodelado para acolher o museu e biblioteca municipais. A área museológica abriu ao público, a 13 de Agosto de 1983, com o acervo que se encontrava exposto no anterior museu<sup>420</sup>.

Não obstante, poucos meses depois, no decurso do contacto com o arquitecto João Abel Manta para a organização de uma exposição acerca da obra de seu pai, a comissão instaladora e a Autarquia decidiram consagrar aquele espaço inteiramente à arte contemporânea, escolhendo para patrono o pintor gouveense. A inauguração do *Museu Abel Manta* ocorreu a 17 de Fevereiro de 1985, com uma colecção de pintura contemporânea então doada pelo filho do Mestre Abel Manta<sup>421</sup>. Deste modo, a maior parte do acervo inicial retornou ao antigo refeitório onde antes estivera, dando origem a um museu que, pelas colecções patentes, configurava um *museu de arte sacra*, como se depreende de ulterior reformulação, pela qual se converteu o Museu de Arte Sacra de Gouveia no Espaço Arte e Memória, inaugurado a 5 de Setembro de 2005<sup>422</sup>. Organismo vocacionado para a divulgação da cultura e história de Gouveia, compreende uma área para exposições temporárias e acolhe uma exposição permanente de arte sacra, na qual se exibem as colecções do anterior equipamento cultural, em modernos expositores, com particular evidência da escultura, da livraria e dos objectos pessoais do cardeal Mendes Belo.

A poucos quilómetros de Gouveia, na freguesia de Vinhó, a Comissão Fabriqueira da Paróquia, em 1985, construiu um anexo adossado à sacristia da igreja paroquial para ali instalar o seu museu de arte sacra. As preocupações com o património daquele templo remontavam, contudo, a vários anos antes. Já em Março de 1949 fora pedido auxílio à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para preservar a igreja e respectivo

<sup>419</sup> «Antigo Solar dos Condes de Vinhó e Almedina / Museu Abel Manta», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2006, n.º IPA PT020906180080.

<sup>420</sup> José GUERRINHA, *Gouveia (Serra da Estrela)*, Gouveia, José Guerrinha, 2005, p. 135.

<sup>421</sup> *Idem*, pp. 135-136.

<sup>422</sup> *Espaço Arte e Memória* [desdobrável], Gouveia, Câmara Municipal de Gouveia, 2005; «Novo espaço cultural em Gouveia», in *O Interior*, *cit.*, n.º 304, de 8 de Setembro de 2005; «Gouveia. “Espaço Arte & Memória”», in *A Guarda*, *cit.*, A. 101, n.º 4996, de 8 de Setembro de 2008; «Gouveia. Museu de Arte Sacra reconvertido», in *Urbi et Orbi. Jornal On-Line da UBI* [em linha], Covilhã, Universidade da Beira Interior, n.º 295, de 27 de Setembro de 2005, disponível em URL: [http://www.urbi.ubi.pt/050927/edicao/295cult\\_gouveia.htm](http://www.urbi.ubi.pt/050927/edicao/295cult_gouveia.htm) (acedido em 13 de Março de 2009).

recheio, em virtude de o Museu de Viseu haver tentado adquirir pinturas atribuíveis a Grão Vasco e alguns tapetes de Arraiolos, que a população pretendia não deixar sair da sua terra<sup>423</sup>. Ademais, àquela resolução da década de 80 não será porventura alheia a dinâmica museológica que se vivia na sede do concelho, com a relocação do Museu Municipal e posterior constituição do Museu Abel Manta.

O empenho do poder local na constituição de unidades museológicas fazia-se sentir um pouco por todo o país, embora centrado nas matérias da identidade do território, privilegiando, por isso, a arqueologia, pelos vestígios de um passado remoto, e a antropologia, pelas evidências culturais das suas comunidades. A arte sacra, enquanto testemunho da religiosidade humana, tem, obviamente, uma presença assídua nesta perspectiva topocêntrica, ora diluída nas colecções etnológicas ora individualizada em secções específicas.

Na vila de Marvão, emoldurada por uma muralha no cume da Serra do Sapoio, a recuperação e adaptação para museu da igreja de Santa Maria, havia muito desafectada do culto e em avançado estado de ruína, representou a concretização de um desejo antigo<sup>424</sup>. O Museu Municipal de Marvão abriu ao público a 7 de Novembro de 1987, encerrando três núcleos temáticos – *Arqueologia, Etnografia e Arte Sacra*, –, coabitando no corpo do templo. O discurso museográfico pretende, assim, oferecer uma leitura da história do concelho, desde o Paleolítico ao passado recente<sup>425</sup>. A colecção de arte sacra, constituída mormente de escultura e pintura, ocupa a capela-mor, estruturada em torno de um expositor que acolhe indumentária litúrgica.

Outra iniciativa de âmbito local partiu de um movimento associativo. O museu do Convento de São Domingos resulta do esforço do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo. Fundado em 18 de Julho de 1967, o grupo adquiriu o espaço do convento – que entrou decadência após a extinção das ordens religiosas, em 1834 – para ali instalar a sua sede e dar início ao Centro de Actividades Culturais e Económicas (CACE). Este incluiria, entre os espaços

<sup>423</sup> «Igreja do antigo Mosteiro da Madre de Deus / Igreja Matriz de Vinhó», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2006, n.º IPA PT020906220010.

<sup>424</sup> Cf. «Igreja de Santa Maria / Museu Municipal de Marvão», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2002, n.º IPA PT041210020008.

<sup>425</sup> «Museu Municipal de Marvão», in *CLER – Cultura Local em Rede* [em linha], s. 1., disponível em URL: <http://www.cler.amna.pt/museus/MuseuMunicipalMarvao.html> (acedido em 19 de Novembro de 2008); «Museu Municipal», in *Município de Marvão* [em linha], Marvão, Câmara Municipal de Marvão, disponível em URL: <http://www.cm-marvao.pt/cultura/museu2.htm> (acedido em 19 de Novembro de 2008).

culturais, uma biblioteca – inaugurada no dia 2 de Maio de 1976 –, várias salas de museu, em particular um Museu de Arqueologia e Etnologia, e salas para exposições e colóquios<sup>426</sup>.

Em estado de ruína à data de aquisição, o restauro e adaptação do edifício principiou em 1972, sob projecto do arquitecto Raúl Santa Clara<sup>427</sup>. O primeiro espaço museológico foi inaugurado oficialmente a 17 de Julho de 1977, apenas nas vertentes arqueológica, acolhendo o acervo das escavações da Gruta da Escoural, e etnológica. Com o passar do tempo abriram-se novos espaços museológicos no Convento de São Domingos<sup>428</sup>. Na actualidade, o Convento de São Domingos inclui, além da Biblioteca e do Museu de Arqueologia, os núcleos de etnografia, de arte sacra, de olaria, de tauromaquia e do brinquedo e uma galeria de arte, nos claustros, para exposições temporárias.

A colecção de arte sacra é constituída essencialmente de espécimes dos séculos XVII e XVIII, entre escultura, vestes litúrgicas, ourivesaria sacra, pintura e mobiliário<sup>429</sup>. Encontra-se harmoniosamente distribuída pela sala, recorrendo a plintos de pedra para suportar as esculturas e à utilização dos exemplares de mobiliário como base para algumas peças. Amplos expositores albergam vestes litúrgicas e obras de ourivesaria sacra.

A criação de museus locais no pós-25 de Abril de 1974 teve especial realce com a política cultural encetada pelo IPPC, que fomentou o envolvimento das populações e do poder autárquico em matérias de defesa e salvaguarda do património. Neste contexto, assistiu-se a um incremento quase exponencial do número de instituições, profundamente vinculadas ao legado cultural das unidades territoriais. Contudo, a arte sacra, enquanto temática exclusiva, teve lugar apenas nos museus de responsabilidade eclesiástica. Nos restantes constituía mais um elemento identitário, junto com os vestígios arqueológicos e os artefactos de cariz etnográfico.

---

<sup>426</sup> «História», in *Museu Arqueológico de Montemor* [em linha], Montemor-o-Novo, de 29 de Maio de 2006, disponível em URL: <http://museumontemor.com.sapo.pt/interest.htm> (acedido em 1 de Março de 2010); cf. «Historial», in *GAM – Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo* [em linha], Montemor-o-Novo, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, de 15 Fevereiro 2006, disponível em URL: <http://gam.blogs.sapo.pt/545.html> (acedido em 1 de Março de 2010).

<sup>427</sup> «Convento de São Domingos / Convento de Santo António da Ordem de São Domingos», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1999, n.º IPA PT040706040013.

<sup>428</sup> «História», in *Museu Arqueológico de Montemor*, *cit.*

<sup>429</sup> «Sala de Arte Sacra», in *Museu Arqueológico de Montemor* [em linha], Montemor-o-Novo, de 30 de Maio de 2006, disponível em URL: <http://museumontemor.com.sapo.pt/Arte%20Sacra.htm> (acedido em 1 de Março de 2010).



### 3.5.4. Ano Mariano de 1988

Na homilia da Missa do 1.º de Janeiro de 1987, o papa João Paulo II proclamou a celebração de novo ano mariano, entre o Pentecostes deste ano e a solenidade da Assunção de Nossa Senhora do ano seguinte<sup>430</sup>. À semelhança do que acontecera em 1954, estas comemorações estiveram na origem de manifestações culturais alusivas ao tema.

O Museu de Aveiro, de colaboração com Diocese, promoveu *Invocações Marianas na Diocese de Aveiro*, entre 6 e 29 de Maio de 1988. Depois de pesquisas nas igrejas e capelas do território episcopal, seleccionaram cinquenta obras de imaginária que figuravam invocações da Virgem, atendendo a critérios como a qualidade estética, a época, as dimensões e a possibilidade de as retirar do local onde se encontravam. O acervo incluía peças de materiais e técnicas diversas, datadas do século XV ao século XX. Alguns espécimes da exposição permanente do museu não integraram a mostra, para evitar lacunas no percurso museológico, pelo que os visitantes eram convidados a apreciá-los nos locais próprios<sup>431</sup>. O catálogo publicado por ocasião da exposição deu forma a um estudo alargado sobre a temática – aspecto que denuncia a participação eclesiástica no evento –, mencionando a totalidade das invocações existentes na Diocese, consequência dos trabalhos de pesquisa empreendidos na fase de preparação.

No Alentejo, a Arquidiocese eborense associou-se ao Museu de Évora na organização da exposição *Iconografia Mariana no Alto Alentejo*. O acervo exibido – cerca de duas centenas e meia de peças –, provinha, na grande maioria, das igrejas e santuários do bispado, mas também de colecionadores privados e algumas, ainda, das colecções do museu. Compreendia espécimes de pintura, escultura, ourivesaria, indumentária litúrgica e outras artes decorativas, abrangendo um período entre os séculos XIV e XIX. Em termos de discurso museográfico, o ponto de partida era o retábulo flamengo da *Vida da Virgem*, propriedade do museu, do qual se avançava, cronologicamente, ao longo das salas do piso nobre do edifício<sup>432</sup>.

<sup>430</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Santa Messa per la XX Giornata Della Pace. Omelia di Giovanni Paolo II. Solennità di Maria Santissima Madre di Dio*, Cidade do Vaticano, 1 de Janeiro de 1987.

<sup>431</sup> *Invocações Marianas na Diocese de Aveiro*, Aveiro, Museu de Aveiro, 1988, pp. 9-11.

<sup>432</sup> PORTUGAL, Museu de Évora, *Iconografia Mariana no Alto Alentejo*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1988, pp. 10-11.

Para assinalar o encerramento do Ano Mariano, a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, em parceria com a Câmara Municipal e a Vigararia Eclesiástica de Arouca, preparou a *1.ª Exposição de Escultura Mariana do Concelho de Arouca* – subordinada ao tema *Nossa Senhora na Devoção do Povo de Arouca* –, de 10 de Setembro a 2 de Outubro de 1988, que reuniu 40 espécimes de imaginária, datados do século XIV ao século XVIII, figurando ora invocações da Virgem, ora, em menor número, Sua mãe, Santa Ana. As obras procediam de igrejas e capelas do concelho, bem como do Museu de Arte Sacra de Arouca, tutelado por aquela irmandade. Os objectivos fixados pela organização visavam principalmente sensibilizar as populações para o património artístico existente nos locais de culto e alertar os responsáveis pela sua guarda e conservação para a necessidade de o defender de espoliações e actos de vandalismo, aludindo, em especial, ao “resultado de certos ‘restauros’ de peças, levados a cabo por pessoas sem qualquer formação técnica específica”<sup>433</sup>. Nas entradas do catálogo consta, em alguns casos, a menção “deficientemente restaurada”.

A celebração de um ano mariano foi o móbil para diversas actividades de índole devocional e cultural. Os eventos mencionados, promovidos por parcerias de organismos eclesiais e entidades da administração pública, puseram em evidência os testemunhos da veneração à Virgem no âmbito de um território definido. Sobressai, pois, a delimitação segundo uma matriz geográfica, consentânea com o espírito da museologia da época.

### **3.5.5. Museu dos Terceiros – Ponte de Lima**

As raízes do Museu dos Terceiros fincam-se até 10 de Fevereiro de 1962, aquando da alusão à criação de um museu de arte sacra na igreja do extinto convento de Santo António dos Frades, em Ponte de Lima, num artigo publicado pelo P.<sup>e</sup> Carlos Fernando Martins Pinheiro no número comemorativo do 52.º aniversário do semanário limiano *Cardeal Saraiva*. Depois de obras na igreja matriz, impunha-se conservar e valorizar um conjunto de objectos litúrgicos que não se coadunava com a sobriedade do templo restaurado, mas também atender às valiosas peças espalhadas pelas igrejas e capelas do concelho. Em reacção

<sup>433</sup> *Nossa Senhora na Devoção do Povo de Arouca. 1.ª Exposição de Escultura Mariana do Concelho de Arouca (séc. XIV a XVIII)*, Arouca, Real Irmandade Rainha Santa Mafalda/Câmara Municipal de Arouca/Vigararia Eclesiástica de Arouca, 1988, p. 9.

àquele texto, o presidente da edilidade sugeriu, em sessão camarária de 7 de Março seguinte, que o município desse toda a colaboração possível e necessária ao projecto. A proposta mereceu aprovação por unanimidade<sup>434</sup>.

Em 13 de Setembro de 1964, aquele templo e respectiva sacristia, já desafectados do culto pela autoridade eclesiástica, acolheram uma exposição de arte sacra, integrada no programa das “Feiras Novas”, as festas do concelho de Ponte de Lima. Promovida por iniciativa do pároco ponte-limense, com a colaboração do cónego Luciano Afonso dos Santos, fundador do Museu Pio XII, em Braga, do P.º Manuel Dias, pároco de Serdedelo, e de José Rosa de Araújo, arqueólogo, incluía peças de colecções particulares, alfaias litúrgicas cedidas, a título de empréstimo, pelas paróquias do arciprestado e ainda parte do recheio da igreja matriz. O evento, com grande repercussão ao tempo, marcou o início do Museu de Arte Sacra de Ponte de Lima, embora ainda officiosamente e sem personalidade jurídica<sup>435</sup>.

Apenas com a recuperação do complexo arquitectónico formado pela igreja do antigo convento de Santo António dos Frades e pela igreja da Ordem Terceira se criaram condições para a efectiva concretização do museu. As entidades proprietárias não tinham recursos económicos e, apesar dos esforços envidados desde 1958 para obter subsídios públicos, as obras só arrancaram em Setembro de 1969<sup>436</sup>.

A 9 de Abril de 1974, a Junta Nacional de Educação promulgou um parecer favorável à instituição do museu naqueles imóveis, com o intuito de salvaguardar e expor as obras de arte já recolhidas, bem como criar um espaço apropriado para receber doações e depósitos de particulares, tendo em consideração, ainda, que não existia qualquer outro museu na região<sup>437</sup>. Em princípios do ano seguinte, a 2 de Janeiro de 1975, fundou-se o Instituto Limiano, uma associação cultural sem fins lucrativos, e a autoridade eclesiástica deu permissão, por decreto do arcebispo primaz de Braga D. Francisco Maria da Silva, para que os dois templos, desafectados do culto, fossem destinados a museu de arte sacra e ainda a outras exposições artísticas e actividades culturais, desde que congruentes com a dignidade

---

<sup>434</sup> Carlos F. M. PINHEIRO, *Museu de Arte Sacra de Ponte de Lima. Subsídios para a sua História*, Ponte de Lima, Museu de Arte Sacra, 1974, pp. 17-18.

<sup>435</sup> *Idem*, pp. 29-30.

<sup>436</sup> *Idem*, pp. 23-26.

<sup>437</sup> *Idem*, p. 53.

e decoro do lugar<sup>438</sup>. Os estatutos foram aprovados por decreto do Bispo de Viana do Castelo, D. Júlio Tavares Rebimbas<sup>439</sup>, de 10 de Março de 1978, consignando-lhe a missão de prestar especial atenção às ciências humanas e fomentar o interesse pelos valores artísticos, designadamente prover à organização e conservação do Museu dos Terceiros – o núcleo arquitectónico supramencionado –, tanto a respeito do património imóvel quanto do acervo próprio ou ali depositado, em particular oriundo da igreja matriz. A partir da década de 80, a instituição integrou também colecções de arqueologia, provenientes das escavações que se faziam na região, e de etnografia<sup>440</sup>.

Durante a primeira fase da sua existência, o Instituto Limiano – Museu dos Terceiros, realizou mostras temporárias, por ocasião das festas anuais do concelho, as “Feiras Novas”, com o apoio de uma equipa técnica do Museu Nacional Soares dos Reis, subordinadas a temas diversos de pendor histórico e etnográfico: o linho, a feira, a casa limiana, a luz, o pão e o vinho, o rio Lima, fontes e fontanários...<sup>441</sup>. No que concerne à arte sacra, promoveu, em 1995, uma exposição comemorativa dos *800 Anos do Nascimento de Santo António de Lisboa*, com peças do acervo do Museu dos Terceiros, mas também de igrejas e capelas do concelho e outras de coleccionadores privados. O discurso museográfico obedeceu a uma estrutura em torno da figura do Taumaturgo: *Santo António na Escultura Religiosa*, com espécimes de imaginária sacra; *Culto Popular a Santo António*, integrando obras de arte popular, outras de produção industrial e caixas de esmolos; seguiam-se trabalhos impressos, distinguindo *Santo António na Literatura*, na *Comunicação Social*, na *Religiosidade Popular* e na *Liturgia*<sup>442</sup>.

Em 18 de Fevereiro de 2002, a Câmara Municipal de Ponte de Lima firmou um protocolo com o Instituto Limiano com o propósito de recuperar o edifício sede e promover

<sup>438</sup> Carlos A. Brochado de ALMEIDA (coord.), *Catálogo do Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, p. 14.

<sup>439</sup> A diocese vianense fora criada pela bula *Ad aptiorem populi Dei*, de 3 de Novembro de 1977 (José Eduardo FRANCO, «Viana do Castelo, Diocese do», s. v., in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 337).

<sup>440</sup> C. A. Brochado de ALMEIDA (coord.), *op. cit.*, p. 14.

<sup>441</sup> *Recordar é Reviver. Exposições Temporárias Efectuadas pelo Instituto Limiano – Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, Instituto Limiano – Museu dos Terceiros, 2003; *Instituto Limiano. Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, Instituto Limiano, 1983, p. [4].

<sup>442</sup> *Idem*, pp. 113-135.

ações de âmbito museológico sobre o património móvel de ambas as instituições. O município assumiu o encargo de apresentar uma candidatura a fundos comunitários, suportando a contrapartida nacional, enquanto o instituto recebeu a incumbência de assegurar o preenchimento dos requisitos necessários a uma oportuna integração na RPM. No âmbito deste acordo, a gestão do museu passou a ser responsabilidade conjunta<sup>443</sup>.

Os trabalhos ficaram concluídos em 2008. Depois de estar anunciada a reabertura para 4 de Março desse ano<sup>444</sup>, cancelada por razões logísticas<sup>445</sup>, a inauguração do museu ocorreu a 18 de Julho, na presença do Presidente da República<sup>446</sup>, retomando a sua vocação primeira: museu de arte sacra. A colecção de arqueologia foi transferida para o Palácio do Marquês de Ponte de Lima, constituindo o embrião de um futuro museu subordinado a esta disciplina<sup>447</sup>.

O renovado Museu dos Terceiros, que entretanto adoptou a sigla MUTE, avocou objectivos como: inventariar, estudar e conservar as obras de arte sacra que constituem o seu fundo e outras cedidas a título de depósito ou empréstimo; estimular o conhecimento do património religioso do concelho de Ponte de Lima, mediante programas de exposições temporárias, itinerantes ou através de apoio ao estudo e investigação; promover a conservação do património religioso do Norte do país, em particular do concelho de Ponte de Lima; fomentar a relação da comunidade local com a sua arte e cultura; e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da região com actividades de índole cultural. Nesse sentido, a estrutura orgânica do museu compreende três serviços: o Conselho Técnico, que detém funções de administração; o Serviço Educativo e de Comunicação, cuja missão reside no contacto com o público, por meio de programas pedagógicos e editoriais que promovam

<sup>443</sup> «Museu dos Terceiros», in *Ponte de Lima. Boletim Municipal*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, A. VI, n.º 15, Março de 2002, pp. 2-5; *Regulamento Interno do Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, 27 de Junho de 2008, art. 1.º

<sup>444</sup> «Ponte de Lima: museu de arte sacra reabre em Março após investimento de 2,1 ME», in *Lusa...*, *cit.*, de 11 de Janeiro de 2008;

<sup>445</sup> «Ponte de Lima: Reabertura do museu de arte sacra adiada por questões logísticas», in *Lusa...*, *cit.*, de 4 de Março de 2008.

<sup>446</sup> Luís Henrique OLIVEIRA, «Cavaco reabre as portas do Museu dos Terceiros», in *Jornal de Noticias*, *cit.*, de 13 de Julho de 2008; «Cavaco Silva elogia persistência de Campelo durante a inauguração do Museu de Arte Sacra», in *Falcão do Minho*, Viana do Castelo, Falcão do Minho – Editorial Regiminho, A. XXI, n.º 1004, de 24 de Julho de 2008.

<sup>447</sup> C. A. Brochado de ALMEIDA (coord.), *op. cit.*, p. 14.

o conhecimento do museu e do património religioso; e o Serviço de Gestão de Colecções, responsável pelo inventário, conservação e valorização do acervo<sup>448</sup>.

Instalado num complexo arquitectónico de natureza religiosa, o Museu dos Terceiros concebeu a visita como um percurso pelas duas igrejas, suas capelas e dependências, articulando a arquitectura e património integrado com outros espécimes, ora do fundo próprio, ora incorporados a título de depósito, com excepção da colecção de ourivesaria, que ocupa a Sala do Consistório<sup>449</sup>.

O museu de arte sacra de Ponte de Lima germinou nos meados do terceiro quartel do século XX, com o intuito de preservar o acervo desafectado do culto, em virtude do restauro da igreja matriz. Pertencendo, ao tempo, à jurisdição da Arquidiocese de Braga, não seria alheia a dinâmica em torno do Museu Pio XII, fundado pelo cónego Luciano Afonso dos Santos, que colaborou de modo activo com a paróquia limiana. A efectiva estruturação do museu ocorreu, porém, na vigência da república democrática, acompanhando as novas políticas museológicas, em paralelo com as instituições que emergiam um pouco por todo o país. Neste período, incrementou as suas colecções com espécimes de natureza arqueológica e etnográfica e realizou eventos sobretudo no domínio da Etnologia. Somente no dealbar do século XXI, na esteira das acções principiadas pela Igreja quanto à salvaguarda dos bens culturais eclesiásticos e das adaptações com vista ao cumprimento dos preceitos da RPM e da *Lei-Quadro dos Museus*, reassumiu a configuração e missão de um museu de arte sacra.

A revolução de 25 de Abril de 1974 marcou o início de um novo ciclo do sistema político português, sob o lema da liberdade. No que respeita à museologia, esta abertura permitiu acompanhar os debates que se iam travando a nível internacional em matéria de bens culturais: em 1964 promulgara-se a Carta de Veneza, sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios; em 1972, na 17.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO, aprovava-se a convenção para a protecção do património mundial<sup>450</sup>; em 1975, comemorou-se o Ano Europeu do

---

<sup>448</sup> *Regulamento Interno do Museu dos Terceiros, cit.*, arts. 5.º a 9.º

<sup>449</sup> *Museu dos Terceiros. Ponte de Lima* [desdobrável], Ponte de Lima, Museu dos Terceiros, s. d.

<sup>450</sup> UNESCO, General Conference, 17, *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*, Paris, 16th November 1972.

Património Arquitectónico, promovido em consequência da Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de Maio de 1974, acerca da protecção do património cultural da Europa<sup>451</sup>. Ao mesmo tempo, alargava-se a noção tradicional de património para um âmbito mais variado de vestígios da cultura material, com repercussões na criação e remodelação de museus, e as comunidades envolviam-se cada vez mais nestes assuntos, sobretudo através de associações de defesa do património.

A legislação portuguesa plasmou este espírito, ora na lei fundamental, ora na reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura, e decorrente fundação do IPPC, ora ainda na *Lei do Património Cultural*, publicada em 1985. Assistiu-se, então, a um forte incremento do número de museus, em particular de índole local, mormente promovidos pelo poder autárquico e vocacionados para as disciplinas da arqueologia e etnografia, enquanto elementos essenciais do contexto territorial. Por conseguinte, a arte sacra, testemunho da religiosidade das populações, integrava acervos ecléticos, excepto em poucas instituições ou actividades de responsabilidade eclesiástica. Inclusivamente, o Museu dos Terceiros, concebido como museu de arte sacra, eclodiu durante a república democrática segundo os arquétipos da época, ou seja, privilegiou as componentes arqueológica e etnográfica. Todavia, as exposições organizadas pela Igreja, invariavelmente de temática religiosa, contavam com a participação e apoio técnico dos museus estatais – que cumpriam assim também a sua missão de colaboração –, embora mantendo uma matriz de carácter geográfico, presas às unidades territoriais, conforme denuncia o emprego frequente da expressão “do concelho de”.

Com o alargamento do conceito de património, os novos museus locais – ainda que muitos fossem meras colecções visitáveis – abarcaram um âmbito mais amplo de artefactos e temas. A arte sacra continuava vinculada aos actos litúrgicos ou permanecia armazenada em dependências dos templos, pelo que o afã cultural acorreu ao património mais acessível, por isso em maior risco de se perder. Não obstante, realizaram-se exposições que deram ênfase ao legado cultural da Igreja, com o propósito pedagógico de sensibilizar as gentes para a necessidade da sua conservação e valorização. O tema dominante da museologia local neste período continuava a ser, porém, o território, representado mediante a arqueologia, a etnografia ou a arte.

---

<sup>451</sup> Cf. 75/65/EEC: Commission Recommendation of 20 December 1974 to Member States concerning the protection of the architectural and natural heritage, *Official Journal*, L 021, 28th January 1975.

### 3.6. Nução<sup>452</sup> do Património Histórico-Cultural da Igreja

A 14 de Maio de 1990, a CEP emitiu uma nota pastoral sobre o património histórico-cultural da Igreja<sup>453</sup>. Instrumento de reflexão e orientação, constitui um marco proeminente da história da salvaguarda e valorização do legado cultural eclesiástico.

#### 3.6.1. Acção da sociedade laica

No que concerne à museologia, o poder local permanecia no espírito do decénio anterior, mas, pouco a pouco, a arte sacra ia ganhando algum protagonismo, ora nos museus, que lhe dedicavam maior atenção, ora através de exposições subordinadas à arte de natureza religiosa.

##### *Emancipação da arte sacra nos museus*

O Museu Municipal de Torres Novas fora instituído a 11 de Maio de 1933, reunindo um conjunto de objectos de valor histórico e arqueológico na capela da Casa Mogo. Inaugurado a 20 de Junho de 1937, após uma transferência de espaço devido à exiguidade daquele templo para o acervo que se avolumava, passou a designar-se Museu Municipal Carlos Reis, em 13 de Maio de 1942, e sofreu nova mudança, durante a década de 60. Finalmente, em 1993, regressou à Casa Mogo, dando-se início a um novo programa museológico, assente na implementação de núcleos temáticos: *Pintura de Carlos Reis; Arte Sacra; e Pré-História e Romanização*<sup>454</sup>.

Sob o lema *Imagens do Homem, Idades de Deus*, o núcleo de arte sacra – em verdade, uma secção do museu – ocupa um piso do imóvel, distinguindo tipologicamente três alas: pintura, imaginária e fotografia. A temática apoia-se em três momentos da relação do Homem com Deus, primeiro com o Seu Filho feito homem, depois os santos e mártires, continuadores da obra de Cristo, e, por fim, as festas e a devoção, celebração cíclica dos mistérios sagrados, ilustrada por fotografias das procissões e romarias. O acervo provém de casas e templos do

<sup>452</sup> Do latim *nutus*, manifestação de que se aprova (algo); aquiescência; anuência; consentimento.

<sup>453</sup> Vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Percurso de salvaguarda: Nota pastoral sobre o Património Histórico-Cultural da Igreja.

<sup>454</sup> *Museu Municipal de Torres Novas* [desdobrável], Torres Novas, Município de Torres Novas, s. d.



concelho, em particular da igreja de Santa Maria do Castelo, demolida em 1973-1974, e da ermida de Nossa Senhora do Vale, sufragânea da Santa Casa da Misericórdia torrejana<sup>455</sup>.

Na vila de Óbidos, em 1997, com o apoio técnico e científico da Câmara Municipal, através do seu serviço de museus, inauguraram-se dois núcleos museológicos de cariz religioso. A 14 de Junho, abriu o Núcleo Museológico do Santuário do Senhor Jesus da Pedra, no âmbito das comemorações dos 250 anos da inauguração daquele Santuário. O objecto museológico é a unidade formada pelo templo, pelo património integrado e pelo acervo próprio, disposto *in situ*. A musealização fundou-se, pois, na criação de um percurso de visita<sup>456</sup>. Não obstante, o sucesso alcançado com esta experiência conduziu à abertura do Núcleo Museológico da Igreja de São Pedro, em 7 de Dezembro, por ocasião da dedicação daquela igreja e sagração do novo altar, pelo Arcebispo Coadjutor do Patriarcado de Lisboa, D. José Policarpo. Neste caso, o espaço museológico consiste numa pequena sala onde se expõem objectos diversos dos tesouros das igrejas de Santa Maria e de São Pedro de Óbidos, privilegiando o valor material dos espécimes, mormente relicários, alfaias litúrgicas e acessórios argênteos da imaginária, embora incluía alguma pintura e escultura<sup>457</sup>.

Em terras algarvias merece realce a exposição *Um Olhar sobre as Igrejas de Alcoutim*, que configura um Núcleo Museológico de Arte Sacra, inaugurado em Fevereiro de 1998 no âmbito da rede *8 Núcleos Museológicos do Concelho de Alcoutim*<sup>458</sup>. Sediado na Ermida de Nossa Senhora da Conceição, este núcleo pretende divulgar, junto da comunidade alcouteneja e visitantes, o roteiro de arte sacra do concelho, integrando-o no conjunto do seu património cultural. Por outro lado, assume-se também como veículo de extensão pedagógica junto da população local, em particular do público escolar, com o intuito de dar a conhecer a história da arte do município no contexto da história da arte regional, nacional e europeia. O património sacro de Alcoutim é o reflexo da generosidade e do empenho da comunidade, que, apesar do modesto número e dos limitados recursos, recorria sistematicamente aos principais centros

<sup>455</sup> *Imagens do Homem, Idades de Deus*, Torres Novas, Museu Municipal de Torres Novas, 1996.

<sup>456</sup> Sérgio GORJÃO, *Senhor Jesus da Pedra. Guia do Núcleo Museológico*, Óbidos, Santuário do Senhor Jesus da Pedra, 1997.

<sup>457</sup> Sérgio GORJÃO, *Tesouro das Igrejas de Santa Maria e São Pedro de Óbidos. Guia do Núcleo Museológico*, Óbidos, Câmara Municipal, 1998, pp. 10 e 28.

<sup>458</sup> *Roteiro museológico do Concelho de Alcoutim. Contar história e valorizar comunidades* [desdobrável], Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, s. d.

urbanos do litoral nas obras de maior vulto, quer para aquisição de obras de arte ou de objectos litúrgicos, quer para contactar com artistas para construir e ornamentar os seus templos<sup>459</sup>.

A opção pela Ermida de Nossa Senhora da Conceição para instalação de um núcleo museológico de arte sacra baseou-se em três factores: este edifício religioso era aberto ao culto apenas uma vez ao ano, no dia 8 de Dezembro, para a celebração da procissão de Nossa Senhora da Conceição; o seu amplo espaço interior torna-o facilmente adaptável à função museológica; e a sua posição excepcional, associada ao recente restauro, conferiam-lhe a merecida dignidade<sup>460</sup>. A exposição assenta num discurso de índole cronológica acerca de quatro séculos de arte sacra (entre os séculos XVI e XIX) no concelho de Alcoutim, disposto em quatro momentos distintos da História da Arte: o Manuelino, o Maneirismo, o Barroco e o Rococó. Diversos painéis ilustrados com fotografias das igrejas alcoutenejas e do seu interior e complementados com algumas esculturas representativas dão-nos a conhecer os vários momentos no contexto cultural do município. Na capela-mor encontra-se instalada uma oficina de restauro, aberta para a zona expositiva, onde se podem observar algumas intervenções em curso. A entrada é gratuita para grupos organizados e naturais/residentes do concelho de Alcoutim.

À semelhança da década anterior, o poder autárquico investia na promoção, salvaguarda e valorização do património. Todavia, neste esforço, verificou-se que a arte sacra, enquanto vestígio da religiosidade das gentes do território, vinha a adquirir alguma autonomia, estando na origem de núcleos museológicos subordinados à temática. Além destes exemplos, resultado de campanhas arqueológicas, do resgate de espécimes oriundos de templos extintos ou da cooperação com as estruturas eclesiais locais, assinala-se ainda a colaboração com as Misericórdias para a reabilitação do património imóvel e subsequente musealização das colecções, em particular de cariz religioso, às quais se juntaram outros

---

<sup>459</sup> *Um Olhar sobre as Igrejas de Alcoutim. Núcleo Museológico de Arte Sacra* [desdobrável], Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, s. d.; «Núcleo Museológico de Arte Sacra», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=8115> (acedido em 16 de Janeiro de 2010); ALCOUTIM. Câmara Municipal, Divisão de Acção Social, Cultura e Desporto, «Roteiro museológico do Concelho de Alcoutim. Contar história e valorizar comunidades», *Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, Lisboa, IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+, II série, n.º 24, Novembro de 2004, p. 14.

<sup>460</sup> *Ibidem*.

espécimes da região, dando origem a espaços museológicos de arte sacra integrados em organismos municipais polinucleados, como se verá mais adiante<sup>461</sup>.

### *Contribuição dos museus públicos*

A par das instituições que consagravam espaços monográficos à arte sacra, outros museus promoviam e apoiavam exposições temporárias de património religioso, pondo em evidência o carácter devocional das regiões em que se situavam.

A dinâmica institucional decorrente da reestruturação do Museu da Guarda, durante a década de 80, assentava, entre outros, num diálogo e estreitamento de relações com a comunidade<sup>462</sup>, para os quais as exposições temporárias desempenhariam um papel fulcral. Os exemplos iam-se somando<sup>463</sup>.

No que respeita à arte sacra e património religioso, assinala-se, entre 18 de Maio e 31 de Agosto de 1990, a exposição *Sé Catedral da Guarda: As Formas no Tempo*, acerca da história da sé guardense, traçada a partir das sucessivas intervenções ali empreendidas, sobretudo o restauro profundo de 1899, conforme aos conceitos de restauro estilístico vigentes na época, orientado pelo arquitecto Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira<sup>464</sup>. Estiveram patentes documentos inéditos – em particular registos fotográficos antigos –, peças e fragmentos de obras de arte, que evidenciavam o modo como a Catedral se ia adaptando à Liturgia – púlpitos, altares, cadeirais, órgãos e frisos<sup>465</sup>.

Cerca de três anos depois, realizou-se *Arte nos Tecidos: Paramentaria*, uma exposição monográfica de vestes litúrgicas, levada a efeito entre 3 de Fevereiro e 3 de Abril de 1993<sup>466</sup>. O evento surgiu na sequência de trabalhos de inventário na Diocese da Guarda, exibindo

<sup>461</sup> Vd. subcapítulo 3.12.4. Misericórdias e poder local.

<sup>462</sup> Dulce Helena Pires BORGES, *O Museu da Guarda. Entre o Passado e o Futuro. Espaços e Coleções*, Coleção Raiz do Tempo, Viseu, Palimage Editores, 2003, p. 147.

<sup>463</sup> Cf. «Exposições. Arquivo», in *Museu da Guarda* [em linha], Guarda, Museu da Guarda – IMC, de 1 de Fevereiro de 2010, disponível em URL: <http://museudaguarda.imc-ip.pt/pt-PT/exposicoes/jarealizadas/ArchiveList.aspx> (acedido em 3 de Fevereiro de 2010).

<sup>464</sup> «Sé Catedral da Guarda. As Formas no Tempo», in *Museu da Guarda* [em linha], Guarda, Museu da Guarda – IMC, de 23 de Novembro de 2007, disponível em URL: <http://museudaguarda.imc-ip.pt/pt-PT/exposicoes/jarealizadas/ContentDetail.aspx?id=336> (acedido em 2 de Dezembro de 2008).

<sup>465</sup> *Ibidem*.

<sup>466</sup> «Arte nos Tecidos. Paramentaria», in *Museu da Guarda* [em linha], Guarda, Museu da Guarda – IMC, de 23 de Novembro de 2007, disponível em URL: <http://museudaguarda.imc-ip.pt/pt-PT/exposicoes/jarealizadas/ContentDetail.aspx?id=338> (acedido em 2 de Dezembro de 2008).

espécimes dos séculos XVII e XVIII, ornados de acordo com as estéticas barrocas e rococó, de origem portuguesa, francesa, italiana e oriental, confeccionados em diversos tecidos<sup>467</sup>.

Os mesmos objectivos estiveram presentes na exposição de escultura de temática mariana, sob o título *Invocações Marianas no Concelho da Guarda*, patente de 17 de Maio a 3 de Agosto de 1996<sup>468</sup>. Realizada no contexto da inventariação na Diocese, e embora com algumas dificuldades para juntar o acervo, mostrou cerca de 40 obras de grandes centros oficiais de época e de oficinas locais de alguma qualidade, inserindo-se também num propósito de sensibilização para a necessidade de salvaguardar os valores culturais e artísticos da região<sup>469</sup>.

Esta conotação com uma matriz geográfica foi também notória na exposição *Arte Sacra do Renascimento ao Barroco nos Antigos Coutos de Alcobaça*, organizada pelo IPPAR, em Janeiro de 1995, como testemunho do trabalho que vinha a ser desenvolvido no âmbito da instalação do Museu de Alcobaça<sup>470</sup>. Estruturada tipologicamente em escultura, pintura, têxteis litúrgicos, ourivesaria sacra e marfim<sup>471</sup>, contou sobretudo com espécimes provenientes das diversas paróquias que integravam os antigos coutos do mosteiro de Alcobaça, de algumas de instituições públicas e colecções privadas<sup>472</sup>.

As feiras industriais, comerciais e agrícolas são outro modo frequente de contactar com as populações locais. A realização de uma exposição de arte sacra no âmbito destes certames não é facto inédito – como já se viu anteriormente –, mas no quadro da museologia dos anos 90 e da importância dada ao património cultural da Igreja, as premissas assentam numa argumentação mais esclarecida.

Em 1991, por ocasião da Feira do Mont'Alto – Ficabeira 91, em Arganil, a Câmara Municipal promoveu uma exposição de arte sacra no Museu Regional de Arqueologia, sob

---

<sup>467</sup> *Ibidem*.

<sup>468</sup> «Invocações Marianas no Concelho da Guarda», in *Museu da Guarda* [em linha], Guarda, Museu da Guarda – IMC, de 23 de Novembro de 2007, disponível em URL: <http://museudaguarda.imc-ip.pt/pt-PT/exposicoes/jarealizadas/ContentDetail.aspx?id=341> (acedido em 2 de Dezembro de 2008).

<sup>469</sup> *Ibidem*; Gabriela MARUJO, «Culto Mariano», in *Terras da Beira*, *cit.*, de 23 de Maio de 1996.

<sup>470</sup> Ana Mafalda Távora de Magalhães BARROS, «Apresentação», in *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Colecção Arte e Património, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1995, p. 11. O Museu de Alcobaça fora criado pelo Decreto-lei n.º 217/92, de 15 de Outubro.

<sup>471</sup> Cf. *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça...*, *cit.*, pp. 214-318.

<sup>472</sup> *Idem*, p. 6.

orientação de João de Castro Nunes. Ao mesmo tempo que pretendiam dar à feira um carácter de festa do povo, a mostra artística almejava confrontar a comunidade com a sua identidade cultural e permitir-lhe a fruição de um legado que amiúde permanecia esquecido ou apartado nas arrecadações dos templos. Ademais, pretendia consciencializar as forças vivas da região para a fundação de um museu de arte sacra e de uma escola ou oficina de restauro conexas. Existia no concelho um valioso acervo de natureza religiosa desafectado do culto, carecido de instalações seguras e condignas, e alguns espécimes evidenciavam mau estado de conservação<sup>473</sup>. Ainda que realçasse o vínculo entre património e comunidade, sobressaía a vontade de encontrar uma solução para um conjunto de bens culturais em risco.

A inauguração das obras de restauro do solar barroco designado Casa Grande de Freixo de Numão, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, deu o pretexto para ali realizar uma exposição de arte sacra e diplomática dos séculos XIV ao XIX, entre 14 de Julho e 30 de Setembro de 1996, sob o título *Tempos Áureos de Freixo de Numão*. Contando com a colaboração empenhada de várias instituições – a Diocese de Lamego, através das paróquias envolvidas e do seu Arquivo Histórico, os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, o Arquivo da Universidade de Coimbra, o Arquivo Distrital da Guarda e o Arquivo Histórico Municipal de Foz Côa –, a concretização do evento resultou, porém, do esforço dedicado da autarquia foz-coense, que suportou todos os encargos logísticos<sup>474</sup>. Este desvelo do município abrolhara apenas dois anos antes, em Setembro de 1994, por ocasião da mostra *Sebadelhe: O Encanto da Memória*, a qual, embora de cunho restritamente local, registou assinalável sucesso, trazendo a lume o valor histórico e cultural do património ao serviço das comunidades eclesiais<sup>475</sup>.

O arranjo museográfico distinguiu quatro áreas temáticas: na *Diplomática* incluíam-se documentos relativos ao antigo concelho de Freixo de Numão e à Igreja local; em *Escultura* patenteavam-se obras de imaginária provenientes dos templos da periferia; a *Ourivesaria e outros metais* contemplava as alfaias litúrgicas, mormente cálices e turíbulos; na *Paramentaria* dispunha-se indumentária litúrgica, agrupada segundos os respectivos conjuntos<sup>476</sup>.

<sup>473</sup> *Exposição de Arte Sacra. Catálogo*, Arganil, Câmara Municipal de Arganil, 1991, pp. 5-6.

<sup>474</sup> “*Tempos Áureos*” de Freixo de Numão. *Arte Sacra e Diplomática: Séc XIV/XIX*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1996, p. 9.

<sup>475</sup> João SOALHEIRO, «Foz Côa: Inventário e Memória...», in *Foz Côa. Inventário e Memória*, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000, p. 13.

<sup>476</sup> Cf. “*Tempos Áureos*” de Freixo de Numão..., pp. 20-61.

Comissariada cientificamente por João Mário Soalheiro da Costa – que há pouco tempo ocupava o cargo de director do Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja –, a exposição pretendeu evocar à memória os tempos áureos de Freixo de Numão, mas denunciava uma intenção subjacente de sensibilizar para a importância e urgência do inventário do património móvel do concelho<sup>477</sup>. Com efeito, em Dezembro de 1999, o Município de Vila Nova de Foz Côa acolheu o encontro *Inventário, que futuro?*, no âmbito das celebrações do VII centenário da concessão do foral de D. Dinis à vila e após a conclusão do inventário do património cultural móvel das quinze paróquias que compõem o arceprelado<sup>478</sup>.

Durante o período em apreço neste subcapítulo, merece ainda menção a exposição *S. Thiago Discipulo de Jezus e fêz Guerra contra os Mouros*, realizada em Palmela, de 10 de Julho a 30 de Novembro de 1998, na igreja de Santiago do castelo<sup>479</sup>. Em verdade, foi uma mostra de arte, cuja natureza religiosa advinha do tema hagiográfico, oferecendo diferentes leituras da iconografia do patrono da Ordem de Santiago da Espada.

Desde os finais da década precedente, a Câmara Municipal de Palmela dedicou especial atenção à história da Ordem e à fortaleza palmelense, prioridade na política cultural da autarquia, no que respeita à salvaguarda, valorização e promoção do património histórico-cultural do concelho. Aquele evento inseriu-se num programa que visava a instalação do Museu Municipal de Palmela, uma estrutura polinucleada, na qual o castelo assumia posição de realce pela sua função de sede militar e religiosa<sup>480</sup>.

Em Julho de 1990, realizara-se já uma exposição sobre o castelo e a Ordem de Santiago na história de Palmela<sup>481</sup>, na sequência de um projecto de dinamização cultural, iniciado em 1984/1985, por ocasião das comemorações do 8.º centenário do foral de Palmela, que deu azo à organização de encontros científicos sobre ordens militares e à criação do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago.

---

<sup>477</sup> Cf. *Idem*, p. 13.

<sup>478</sup> Sotero RIBEIRO, «Apresentação», in *Inventário, que Futuro?*, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1999, p. 5.

<sup>479</sup> *S. Thiago Discipulo de Jezus e fêz Guerra contra os Mouros*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1998.

<sup>480</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>481</sup> *O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela. Catálogo da Exposição*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1990.

A exposição de 1998, organizada pela Câmara Municipal de Palmela, através da sua Divisão de Património Cultural – Museu Municipal, contou com a colaboração e a colecção do Museu Nacional de Arte Antiga, em particular os espécimes de escultura, dos séculos XIV a XVII, da Colecção Vilhena, incorporada neste museu havia alguns anos. Os objectivos prendiam-se com o relembrar para a utilização museológica do antigo templo do castelo e estimular o conhecimento de São Tiago, do seu culto e do seu papel na história peninsular.

O discurso museográfico, focado na figura do santo, foi concebido em função dos elementos jacobeus – o apóstolo, o peregrino, o cavaleiro e o guerreiro –, ora através das invocações santiaguistas, ora mediante o paralelismo com outros santos e respectivos cultos. Assim, existiam dois centros temáticos: *São Tiago*, o protagonista, e os *temas complementares*, que incluíam representações de santos apóstolos, de santos peregrinos, de santos cavaleiros e de santos guerreiros. Com o intuito de proporcionar uma leitura clara das ideias subjacentes, optaram por uma distinção cromática das áreas, atribuindo a São Tiago o vermelho, cor simbólica dos mártires e da Ordem de que é patrono – e também mais ostensiva –, e o cinzento aos complementares, harmonizável com aquela e com a dominante do próprio espaço. De igual modo, marcaram planos diferentes, agrupando os temas complementares ao longo das paredes do edifício, num nível ligeiramente superior, enquanto as peças de São Tiago se distribuíam pelos restantes espaços expositivos. Os grupos estavam acompanhados de pequenos textos de maneira a fornecer ao público a relação entre os temas. Por outro lado, existiu igualmente uma preocupação de não prejudicar a leitura das características da arquitectura, marcada pela simplicidade, o geometrismo e o despojamento<sup>482</sup>.

A dinâmica das instituições museológicas incluía amiúde a realização de exposições temporárias. Na esteira do decénio anterior, sobressaía a temática do território, mas a arte sacra ganhou alguma evidência, testemunhando o viver religioso das populações, facto a que não seria alheia, por certo, a posição tomada pela Igreja acerca do seu património cultural.

---

<sup>482</sup> Sérgio Guimarães de ANDRADE, «A Exposição S. Thiago Discipulo de Jezus e fêz Guerra contra os Mouros», in *S. Thiago Discipulo de Jezus...*, cit., pp. 15-17.

### 3.6.2. Iniciativa eclesiástica

A nota pastoral emitida pela CEP a respeito dos bens culturais eclesiásticos, em 1990, introduziu um novo modo de entender o legado histórico e artístico detido pelos organismos religiosos. Em jeito de recomendações, aquele documento manifestava o empenho da Igreja em desenvolver actividades de defesa e valorização do património cultural, procurando manter uma linha de respeito pela sua função pastoral e evangelizadora. Embora assumindo as prioridades de inventário, sensibilização e esclarecimento técnico de toda a instituição eclesial, esboçou diversas iniciativas, de carácter permanente e temporário, que atestam o crescente envolvimento das comunidades na salvaguarda do património religioso, em parte estimuladas também pela dinâmica dos organismos civis.

#### *Museus da Igreja*

O exemplo mais proeminente deste período é o Museu de Arte Sacra e Etnologia, em Fátima, aberto a público em 1991, sob tutela do Instituto Missionário da Consolata. Subordinado às temáticas da história de Cristo e das Missões, insere-se, porém, num território marcado pelo ambiente devocional do santuário de Fátima. A partir dos princípios da década de 2000, o museu entrou num novo ciclo da sua existência, incrementando as acções de extensão cultural, bem como a interacção com a comunidade, em particular o público escolar, ao mesmo tempo que se empenhava na sua qualificação. Mais adiante apreciar-se-á esta instituição em pormenor<sup>483</sup>.

Mesmo em locais sem envolvimento religioso peculiar, as iniciativas eclesiásticas, por vezes com apoio de entidades civis, começavam a surgir em maior número. O Museu de Arte Sacra de Monsaraz é consequência de um protocolo celebrado entre a Paróquia de Monsaraz (Santa Maria da Lagoa) e a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em 1990, acolhendo parte do património da igreja matriz<sup>484</sup>. Instalado no antigo edifício do Paço da Audiência, exhibe, numa das paredes originais, uma pintura mural *a fresco*, alegórica

<sup>483</sup> Subcapítulo 3.13. Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima.

<sup>484</sup> «Paços da Audiência», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1999, n.º IPA PT040711030038.



à Justiça terrena, denominado como *Fresco do Bom e Mau Juiz*<sup>485</sup>. O acervo do museu, constituído de escultura, pintura, ourivesaria, livros e vestes litúrgicas distribui-se tipologicamente por expositores de madeira. Ao centro, as vestes litúrgicas assentam em cabides de pé alto; expositores junto às paredes exibem ourivesaria e livraria, entre os quais se erguem alguns plintos de madeira que suportam os espécimes de escultura; a pintura encontra-se pendurada nas paredes. A museografia é singela, mas a instituição representa simultaneamente a salvaguarda e valorização do património paroquial e de um monumento de vulto daquela aldeia histórica alentejana. Em 2006, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz apresentou um projecto de recuperação da igreja de São Bento, em estado de ruína parcial, para albergar a colecção daquele museu<sup>486</sup>.

A Norte, a capela de Nossa Senhora da Lapa, em Vila Nova de Famalicão, deu lugar ao Museu de Arte Sacra, inaugurado a 21 de Novembro de 1997<sup>487</sup>. O imóvel havia já servido a prática religiosa do hospital da Misericórdia, desde finais do século XIX, com diversas modificações, e, depois de 1964, data em que foi devolvida à paróquia, passou a funcionar como casa mortuária, até à inauguração da nova igreja matriz, entrando posteriormente em contínuo processo de degradação<sup>488</sup>.

Num período em que a Igreja portuguesa realçava a importância da salvaguarda dos seus bens culturais, a Comissão Instaladora do Museu de Arte Sacra, que incluía entre os seus membros o pároco e o presidente da câmara municipal, traçou como objectivos fundamentais para aquele organismo: a recuperação da capela, que evidenciava problemas estruturais; o restauro das obras de talha, pintura e imaginária, em deficiente estado devido às infiltrações e humidade; a incorporação de espécimes de todo o arciprestado, mediante protocolo de depósito; e contribuir para a formação acerca do património cultural, em parti-

<sup>485</sup> Dagoberto L. MARKL, Teresa Starsfield CABRAL & Irene FRAZÃO, *O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz. Conservação e Restauro*, Colecção Cadernos, n.º 2, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999.

<sup>486</sup> REGUENGOS DE MONSARAZ, Câmara Municipal, *Acta n.º 8/2006 (Reunião Ordinária)*, Reguengos de Monsaraz, 12 de Abril de 2006.

<sup>487</sup> Cf. «Pelas Outras Dioceses», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXVIII, n.º 42, de 19 de Novembro de 1997.

<sup>488</sup> «Capela de Nossa Senhora da Lapa / Antigo Hospital da Misericórdia», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2006, n.º IPA PT010312480028; *Capela da Lapa. Museu de Arte Sacra*, Vila Nova de Famalicão, Comissão Instaladora do Museu de Arte Sacra – Capela da Lapa, 1997, p. [3].

cular da comunidade escolar, a partir do ensino básico, assumindo um papel activo, interveniente e mobilizador enquanto complemento da educação académica<sup>489</sup>.

O interior do edifício, a despeito da adaptação para fins museológicos, manteve as áreas cultuais originais – a nave, com coro-alto e púlpito, e a capela-mor e presbitério –, bem como o património integrado, em particular os retábulos do altar-mor e altares laterais<sup>490</sup>. Os restantes objectos, do século XVI ao século XX, de carácter devocional e litúrgico, incluindo imaginária, indumentária e ourivesaria sacra, missais e peças de prática piedosa doméstica, estão distribuídos pelo espaço em diversos expositores, isolados ou agrupados tipologicamente.

Além desta função expositiva, o museu de arte sacra famalicense acolheu o arquivo da paróquia de Santo Adrião e Santa Maria Madalena, de Vila Nova de Famalicão, respondendo, de certo modo, à necessidade e importância da criação de um arquivo histórico do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão – já manifestada por ocasião das II Jornadas de História Local, em 1992 –, almejando que o exemplo fosse seguido pelas outras paróquias daquela jurisdição eclesiástica, no sentido de salvaguardar a documentação existente e criar condições para o seu estudo<sup>491</sup>.

Em Amarante, o Museu Paroquial Dr. Luís Coutinho, sob tutela da Paróquia de São Gonçalo, ficou instalado em dependências da igreja de Nosso Senhor dos Aflitos (São Domingos), sobranceira à praça do mosteiro de São Gonçalo. Inaugurado em 16 de Janeiro de 1994 e ampliado em meados de 1998 – reabrindo ao público em 10 de Junho –, acolhe uma acervo proveniente da paróquia, mas também das diversas igrejas, ordens religiosas e irmandades amarantinas<sup>492</sup>.

A exposição estende-se por cinco salas, em dois pisos, organizada segundo critérios tipológicos e cronológicos. Na primeira, designada *Sala de Paramentaria e Alfaias Litúrgicas*, os espécimes de indumentária, em cabides de pé alto, partilham os expositores com

---

<sup>489</sup> *Capela da Lapa...*, cit., p. [5].

<sup>490</sup> «Património Edificado – Património Religioso», in *Portal do Município de Vila Nova de Famalicão* [em linha], Vila Nova de Famalicão, Município de Vila Nova de Famalicão, disponível em URL: [http://www.vilanovadefamalicao.org/\\_patrimonio\\_edificado\\_patrimonio\\_religioso](http://www.vilanovadefamalicao.org/_patrimonio_edificado_patrimonio_religioso) (acedido em 2 de Dezembro de 2009).

<sup>491</sup> *Capela da Lapa...*, cit., p. [15].

<sup>492</sup> *Igrejas de Amarante*, Amarante, Paróquia de Amarante, 2001, p. 55.

obras de ourivesaria e prataria sacra. Depois, na *Sala de Artes Decorativas*, patenteiam-se artefactos vários de azulejaria, talha, prataria e vidro, de natureza religiosa, prosseguindo para a *Sala de Pintura (Pinacoteca)*, com obras de carácter hagiográfico e outros temas religiosos. No piso superior têm lugar duas salas de imaginária, uma subordinada à escultura dos séculos XVI a XVIII e a outra à estatuária do século XIX<sup>493</sup>.

O propósito de criação deste museu assentou na valorização do espaço, mas sobretudo na preservação e dignificação de um património que andava disperso e mal acondicionado, na maioria desconhecido do público<sup>494</sup>.

Em pleno centro histórico da vila de Campo Maior, o Museu de Arte Sacra, também conhecido por Museu Paroquial de São João Baptista, foi inaugurado em Agosto de 1998<sup>495</sup> na Capela de Nossa Senhora do Carmo<sup>496</sup>. Propriedade da Fábrica da Igreja da Freguesia de São João Baptista, a sua colecção, composta de cerca de 150 espécimes de pintura, imaginária, mobiliário, ourivesaria e vestes litúrgicas, reúne parte do património religioso da Paróquia de Campo Maior, bem como de várias igrejas do concelho<sup>497</sup>.

O Inventário e Livro de Registos estiveram ao cargo da Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Évora, encontrando-se um exemplar em Évora e outro no cartório paroquial de Campo Maior. Com vista à realização de exposições temporárias, o Museu mantém relações com instituições similares, nomeadamente a Casa-Museu Padre Belo, no Crato, e o Museu de Arte Sacra de Elvas. O discurso expositivo apresentado percorre seis espaços temáticos, que aludem à vida de Jesus Cristo e à fé católica, na sequência, desde a entrada: *Sala da Paixão e Morte no reino dos Céus; Sala da Natividade; Sala da Fé: Mártires e Santos; Sala dos Paramentos e da Ourivesaria; Sala de Nossa Senhora; e Sala de Santa Bárbara*. Além destes espaços, o Museu proporciona também, no âmbito de um itinerário alternativo, a visita à Capela dos Ossos, à igreja matriz e à igreja de São João Baptista<sup>498</sup>.

<sup>493</sup> *Idem*, pp. 56-61; *Um Olhar pelas Nossas Igrejas*, Amarante, Paróquia de São Gonçalo, s. d., pp. [12-13].

<sup>494</sup> *Igrejas de Amarante, cit.*, p. 55.

<sup>495</sup> «Museu de Arte Sacra: Campo Maior», in *CLER – Cultura Local em Rede* [em linha], s. l., disponível em URL: <http://www.cler.amna.pt/museus/MuseuArteSacra.html> (acedido em 19 de Novembro de 2008).

<sup>496</sup> «Capela de Nossa Senhora do Carmo / Museu de Arte Sacra», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2004, n.º IPA PT041204030029.

<sup>497</sup> *Museu de Arte Sacra. Capela de Nossa Sr.ª do Carmo. Campo Maior. Um Museu que Surpreende e Encanta* [desdobrável], Campo Maior, s. d.

<sup>498</sup> *Ibidem*; «Museu de Arte Sacra: Campo Maior», *op. cit.*

No mesmo contexto eclesiástico da arquidiocese de Évora, merece ainda realce o Museu de Arte Sacra de Estremoz, que abriu as portas a 5 de Setembro de 1998, no âmbito das festas da cidade, juntando-se aos já citados museus de arte sacra de Campo Maior, Monsaraz e Vila Viçosa e ao tesouro da catedral eborense<sup>499</sup>.

Propriedade da Paróquia de Santo André, foi instalado nas galerias da ala superior da igreja dos Congregados, com varandim para a nave do templo, proporcionando simultaneamente a fruição do antigo espaço litúrgico, agora afecto a funções de cariz cultural e social. O acervo, proveniente de igrejas e ermidas da região, já extintas, serve o duplo intento de salvaguarda e valorização do património diocesano, tal como a catequese através da arte, intuito ao qual não é alheia a tutela da Igreja.

A par do envolvimento eclesiástico, o desenvolvimento local assumira uma posição de relevo no período em apreço, mercê de programas da Iniciativa Comunitária LEADER, criada em 1991. Embora responsabilidade do Ministério da Agricultura, pelo seu vínculo com o meio rural, promoveram a fundação de associações de desenvolvimento local, cujo trabalho, em particular após o programa LEADER II, entre 1994 e 1999, visava a revitalização das marcas históricas, humanas, culturais e económicas das comunidades<sup>500</sup>.

Estes programas co-financiaram diversos projectos de valorização do património cultural e a constituição de pequenos museus locais, mormente ligados à vida e meio rural. Não obstante, foi nesta conjuntura que nasceu o Museu de Arte Sacra de Santa Maria do Azinhoso, estabelecido na antiga capela da Misericórdia, anexa à igreja matriz, com apoio do programa LEADER II. Uma lápide à entrada assinala a instituição a 12 de Dezembro de 1998.

Entre os mentores do projecto, salientou-se José Frutuoso, professor de História aposentado e membro da Comissão Fabriqueira de Azinhoso, que referiu a necessidade de fazer algo para conservar o património religioso da aldeia, mas também para o dar a conhecer, ideia reforçada ao tempo pelo prelado de Bragança-Miranda<sup>501</sup>.

<sup>499</sup> «Na comunhão das Igrejas: Évora: Museu de arte», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXIX, n.º 31, de 16 de Setembro de 1998.

<sup>500</sup> *Leader +. Programa Nacional – Portugal*, Lisboa, 21 de Julho de 2001, pp. 72-76.

<sup>501</sup> «Arte Sacra em Azinhoso. Criação de pequenos museus é uma iniciativa a seguir», in *O Comércio do Porto*, Porto, de 2 de Novembro de 1999.

Localizada num dos Caminhos de Santiago de Compostela e posto avançado da arquidiocese de Braga em terras do Nordeste até à criação da diocese de Miranda, a igreja matriz da antiga vila de Azinhoso reuniu um valioso acervo, parte do qual está patente no museu, desde objectos do quotidiano religioso, dos séculos XVI a XVIII, até obras de maior valor artístico, incluindo uma custódia de cariz gótico manuelino, por tradição, de oferta régia<sup>502</sup>.

Numa pequena aldeia do interior transmontano, o museu abre apenas ao fim-de-semana e evidencia alguma precariedade. Com efeito, apesar do espaço ser “acolhedor”, já em 1999 se aludiu à necessidade de encontrar um local maior, que reunisse melhores condições para acolher o museu<sup>503</sup>.

A dinâmica em torno do património cultural, gerada nos meados da década de 80 e incrementada ao longo da seguinte, teve repercussões ao nível da sensibilização e consciencialização para a importância da sua salvaguarda.

Em Vila do Conde, a Ordem Terceira de São Francisco, ciente do valor que detinha em obras de arte sacra, empreendeu a fundação de um museu – em edifício construído de raiz, com traça do engenheiro Eça Guimarães, anexo à igreja de Nossa Senhora da Encarnação. Inaugurado a 24 de Junho de 1999, feriado municipal, recebeu a designação de Museu das Cinzas, nome que advém da estatuária utilizada na Procissão das Cinzas – a procissão dos Terceiros, em Quarta-Feira de Cinzas, dia de início da Quaresma –, a principal colecção do museu, à qual se reúne um conjunto de têxteis para adorno dos andores e outros utensílios empregados na cortejo, e ainda diversas peças de imaginária e prataria, alfaias litúrgicas e livraria oriunda do extinto convento de São Francisco<sup>504</sup>.

A exposição desenvolve-se em dois pisos. No térreo, subordinado à temática da Procissão das Cinzas, estrutura-se a partir de um pólo – a obra *Estigmatização de São Francisco* – em volta do qual orbitam as restantes figuras do préstito. Na galeria superior exibem-se as obras de imaginária avulsa, as alfaias litúrgicas e a documentação<sup>505</sup>.

---

<sup>502</sup> *Museu de Arte Sacra de Santa Maria do Azinhoso* [desdobrável], Azinhoso, Paróquia de Nossa Senhora da Natividade de Azinhoso, s. d.

<sup>503</sup> «Arte Sacra em Azinhoso...», *op. cit.*

<sup>504</sup> «Museu de Vila do Conde. Museu das Cinzas», in *Agenda do Professor 07.08, cit.*, p. 37.

<sup>505</sup> *Ibidem.*

Com excepção do fatimense Museu de Arte Sacra e Etnologia – que será abordado em capítulo próprio –, os museus ora analisados circunscrevem-se a âmbitos geográficos locais, de matriz eclesiástica, a paróquia, e os seus discursos expositivos assentam fundamentalmente em critérios tipológicos e cronológicos, embora se registem pequenos nichos temáticos nas instituições de Campo Maior e Vila do Conde. Por outro lado, ressalta a figura do museu enquanto expositor, do que se infere uma preocupação centrada na defesa e valorização do património eclesiástico, entendidas, porém, num sentido muito estrito. De qualquer modo, nota-se um crescente envolvimento das entidades eclesiásticas em matérias de salvaguarda do património cultural.

#### *Exposições temporárias de concepção eclesiástica*

Ante uma nova sensibilidade para com o património eclesiástico, estimulada pela nota pastoral da CEP, de 1990, os organismos da Igreja promoveram exposições temporárias, tanto de âmbito local, quanto nacional, de menor ou maior vulto. A magnitude de alguns eventos leva a considerá-los em subcapítulos próprios, mais adiante.

Por ocasião das comemorações dos 150 anos da abertura da igreja da Trindade, no Porto, o seu reitor idealizou diversas iniciativas, entre as quais uma exposição iconográfica, subordinada ao tema da Santíssima Trindade<sup>506</sup>. A organização esteve a cargo de Carlos Moreira Azevedo, à época professor de teologia na Universidade Católica Portuguesa e director espiritual do Seminário Maior do Porto<sup>507</sup>.

*Iconografia da Trindade na Diocese do Porto* foi levada a efeito entre 16 e 28 de Julho de 1991, com um acervo reunido mediante inquérito aos párocos e capelães no âmbito territorial do bispado. O móbil da exposição ultrapassava os critérios estéticos, firmando-se no reflexo do dogma da Santíssima Trindade na devoção das comunidades e assumindo uma atitude pedagógica, no sentido de auxiliar o povo simples a entrar no mistério evocado pelas imagens trinitárias<sup>508</sup>.

---

<sup>506</sup> *Iconografia da Trindade na Diocese do Porto. Catálogo*, Porto, Ordem Terceira da Santíssima Trindade, 1991, p. 3.

<sup>507</sup> Cf. LISBOA, Patriarcado, «Patriarca e bispos», in *Patriarcado de Lisboa* [em linha], Lisboa, Patriarcado de Lisboa, disponível em URL: <http://www.patriarcado-lisboa.pt/bispos/index.htm> (acedido em 2 de Novembro de 2009).

<sup>508</sup> *Iconografia da Trindade...*, cit., p. 3.

Os espécimes expostos dividiam-se em dois grandes grupos: a iconografia (escultura e pintura) e a bibliografia. Na maioria, figuravam a Trindade, ordenadas de modo a traçar uma perspectiva da evolução iconográfica, mas incluíam-se outras obras que lhe faziam referência – como Santa Bárbara, cujo atributo, uma torre com três janelas, invoca a sua devoção ao mistério trinitário –, para completar a visão didáctica da exposição. Ademais, em virtude das comemorações jubilares, o núcleo de bibliografia encerrava alguns documentos mais significativos da história da Celestial Ordem da Santíssima Trindade<sup>509</sup>.

Outra exposição delineada sob orientação científica de Carlos Moreira Azevedo teve lugar de 19 a 31 de Maio de 1993, no Paço Episcopal do Porto, sob o título *Mestres da Vida Espiritual: Testemunhas do Absoluto*<sup>510</sup>.

A iniciativa partira do director do Secretariado Diocesano da Pastoral das Vocações. O propósito era marcadamente didáctico, aludindo ao conceito da evangelização pela arte. Pretendia-se evocar a memória dos maiores do Espírito e, desse modo, valorizar a riqueza iconográfica e patrimonial das instituições da Igreja<sup>511</sup>.

Em termos de discurso, a exposição estruturava-se em função da cronologia dos personagens, desde os evangelistas às Escolas da Idade Contemporânea, culminando na Santíssima Trindade, ápice do caminho espiritual, dando particular evidência aos mestres mais influentes da vida religiosa do cristianismo ocidental<sup>512</sup>.

A selecção dos espécimes obedeceu a critérios de ordem técnica: privilegiou-se a escultura, por melhor realçar a figura dos representados, e optou-se por dimensões moderadas, para minimizar as inerentes dificuldades de transporte. O âmbito geográfico da recolha circunscreveu-se à diocese do Porto, ainda que, tanto quanto possível, à sede episcopal. Um conjunto de livros, ora da biblioteca do Seminário Maior do Porto, ora da biblioteca pessoal do orientador, complementavam a narrativa, sublinhando as principais obras daqueles autores<sup>513</sup>.

---

<sup>509</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>510</sup> *Mestres da Vida Espiritual. Testemunhas do Absoluto*, Porto, Secretariado Diocesano das Pastoral das Vocações, 1993, p. 3.

<sup>511</sup> *Ibidem*.

<sup>512</sup> *Ibidem*.

<sup>513</sup> *Idem*, p. 4.

Em 1994, a cidade do Porto comemorou entusiasticamente o sexto centenário do nascimento do infante D. Henrique, baptizado na catedral daquela cidade em 1394. A pretexto das acções celebrativas e com o intuito de assinalar as obras de beneficiação e limpeza das capelas de São João Evangelista e de São Vicente, no ângulo sudoeste do claustro gótico daquele templo, promoveu-se a exposição subordinada ao tema *Arte Sacra Luso-Oriental*, entre Julho e Setembro desse ano<sup>514</sup>.

O acervo, no essencial oriundo do Seminário Maior e da sé portuense, esteve patente naqueles espaços recém-restaurados. O discurso compreendia dois núcleos: *O Apóstolo do Oriente*, dedicado a São Francisco Xavier, e *A Marca Oriental*, com obras de arte sacra plenas do hibridismo estilístico praticado no Extremo Oriente, em particular escultura, mobiliário sacro e indumentária litúrgica<sup>515</sup>.

Ainda na cidade do Porto, em 1998, Carlos Moreira Azevedo, então Pároco da Senhora da Conceição, organizou a exposição *Vigor da Imaculada: Visões de Arte e Piedade*, patente de 9 a 31 de Maio, integrada nas comemorações dos 50 anos da dedicação da igreja à Senhora da Conceição<sup>516</sup>.

O percurso expositivo firmava-se num propósito pedagógico, conduzindo os visitantes pelos esquemas iconográficos mais representativos da Imaculada, rumo aos testemunhos da devoção privada, presentes na literatura e em pequenos objectos.

Mantendo-se no contexto iconográfico daquela invocação mariana, a primeira parte da exposição dividia-se em três grandes secções: as *Metáforas Bíblicas. Tota Pulchra*, apresentando figurações de Maria, rodeada pelos símbolos litânicos; depois *Personagens*, distinguindo a *Genealogia da Natureza*, com representações da *Árvore de Jessé*, e a *Genealogia da Graça*, encerrando obras que plasmavam o nascimento da Virgem e a *Santa Parentela*; por fim, *A Mulher Imaculada: visão ideal da História*, inteiramente dedicada à figura da Senhora da Conceição ao longo da História. Na segunda parte, sob o título *Olhares de Devoção*, patenteavam-se documentos e leituras, pequenas imagens de devoção pessoal, pregações, preces e registos de santos, organizados tipologicamente<sup>517</sup>.

---

<sup>514</sup> *Arte Sacra Luso-Oriental*, Porto, Sé Catedral do Porto, 1994, p. 3.

<sup>515</sup> Cf. *Idem*, pp. 5-14.

<sup>516</sup> *Vigor da Imaculada. Visões de Arte e Piedade*, Porto, Paróquia Senhora da Conceição, 1998, p. 7.

<sup>517</sup> Carlos A. Moreira AZEVEDO, «Introdução», in *Vigor da Imaculada...*, *cit.*, pp. 8-30.



O conjunto exibido, proveniente de instituições religiosas e colecionadores privados da diocese do Porto, incluía pintura, escultura, prataria, gravura e medalhística. A disposição museográfica obedeceu a critérios de ordem temática, ilustrando a linha narrativa estabelecida, subordinada à iconografia da Imaculada Conceição.

Nos finais da década, sobressaiu a exposição *Eucaristia na Arte Sacra*, realizada pelo Arciprestado de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, entre 29 de Maio e 30 de Setembro de 1999, no Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, associando-se à celebração do III Congresso Eucarístico Nacional, que decorreu em Braga de 3 a 6 de Junho. O objectivo principal consistia em sensibilizar as pessoas para a vivência da fé, em particular para o sacramento da eucaristia. Por outro lado, o arciprestado assumia o desejo de cumprir as disposições da nota pastoral da CEP, nomeadamente no que concernia à valorização dos bens culturais da Igreja. O acervo exposto procedia sobretudo das paróquias do arciprestado, uma parte já desafectada do culto e outra ainda em efectivo serviço litúrgico<sup>518</sup>.

Para a organização do evento, solicitaram a colaboração do museu municipal povoense, visto que a delegada diocesana para o inventário do património religioso era, na época, conservadora daquela instituição e, por conseguinte, a pessoa mais habilitada, ora pela formação específica, ora pelo conhecimento que possuía dos bens culturais arciprestais. Além disso, ante a necessidade de um local com as devidas condições de segurança e exibição, o director do museu prontificou-se para ajudar, cedendo o espaço e o pessoal para a exposição<sup>519</sup>.

A respeito do discurso, a mostra assentou numa visão teocêntrica da comunidade religiosa, desenvolvendo-se em três núcleos temáticos. A entrada da exposição fazia-se por um portal concebido com elementos de um retábulo, flanqueado por dois anjos tocheiros. O primeiro momento, sobre *a origem divina do poder*, estava subordinada à procissão do *Corpus Christi*. Ali recriava-se um segmento do préstito, tal como se fazia durante os séculos XVIII-XIX, com as personagens religiosas e respectiva indumentária e alfaias litúrgicas sob o pálido e, atrás, os membros dos vários sectores da população, trajados em conformi-

<sup>518</sup> Manuel AMORIM, «Exposição A Eucaristia na Arte Sacra. Alimento e Mistério de Fé», in Deolinda Maria Veloso CARNEIRO, *Eucaristia na Arte Sacra*, Póvoa de Varzim, 1999, separata do Boletim Cultural Póvoa de Varzim, vol. XXXIV, 1998-99, p. 157.

<sup>519</sup> *Idem*, p. 158.

dade com o seu estrato social. Nas paredes exibiam-se várias reproduções fotográficas dos retábulos da capela-mor das igrejas paroquiais do arciprestado, bem como de algumas procissões; dois expositores acolhiam, tipologicamente divididos, os ostensórios e os objectos processionais (cruz, lanternas e varas de confraria). No espaço seguinte, sob a designação *a vida é um dom de Deus*, a capela do Solar dos Carneiros albergava um arranjo cenográfico da celebração eucarística, enquanto os expositores encostados à parede patenteavam objectos directamente relacionados com aquela função litúrgica (alfaias e têxteis sagrados). O percurso concluía num núcleo que evocava *Deus no caminho dos Homens*, com objectos ligados ao viático, documentação, música, artefactos de devoção pessoal, testemunhos da cruzada eucarística<sup>520</sup>.

Esta iniciativa partiu de uma estrutura eclesiástica, mas, por motivos de ordem logística, manteve um forte vínculo com uma instituição museológica de cariz etnográfico, que deixou marcas evidentes no arranjo museográfico. O tema, de natureza religiosa, predominou sobre os critérios estéticos ou técnicos, induzindo uma disposição segundo um discurso de ordem teológica: o sacramento Eucaristia e as relações do Homem com Deus. Todavia, a exposição denuncia uma forte influência da disciplina científica do museu – a Etnografia – nas opções de recriação cenográfica e emprego de indumentária e acessórios de natureza civil para compor personagens numa procissão característica da região em que se insere, mas também na própria abordagem do tema, ao considerar o *modus vivendi* religioso das comunidades.

Entretanto, de 15 de Novembro de 1996 a 15 de Janeiro de 1997, o Patriarcado de Lisboa organizara uma exposição de arquitectura e arte sacra, patente no mosteiro de São Vicente de Fora<sup>521</sup>. Integrada nas celebrações comemorativas da tomada de posse de D. António Ribeiro como Patriarca de Lisboa<sup>522</sup>, foi inaugurada por ocasião do Colóquio sobre Arquitectura e Arte Sacra *Novas Igrejas de Vários Tempos*<sup>523</sup>. Proposta como balanço crítico e reflexão sobre os problemas postos à concepção das novas igrejas e da arte sacra em

<sup>520</sup> D. M. V. CARNEIRO, *op. cit.*, pp. 161-241.

<sup>521</sup> *Novas Igrejas de Vários Tempos. Colóquio sobre Arquitectura e Arte Sacra. Actas*, Lisboa, Rei dos Livros, 1998, p. 141.

<sup>522</sup> *Idem*, p. 160.

<sup>523</sup> Cf. *Idem*, p. 9.

geral após o Concílio Vaticano II, a exposição reuniu elementos significativos das cerca de 200 igrejas inauguradas entre 1971 e 1996, articulados com cerca de 40 espécimes de arte sacra de autores contemporâneos da diocese<sup>524</sup>. Este evento ressaltou pelo acento na criação artística de obras sacras e não tanto pelos aspectos históricos e estilísticos do passado.

As exposições ora analisadas nasceram de iniciativas promovidas por entidades eclesiais, facto que sobressaiu mesmo quando houve envolvimento de instituições civis ou públicas. O denominador comum é a opção por discursos expositivos assentes em temas de natureza religiosa, ao invés de critérios cronológicos, técnicos ou estéticos. No Porto predominaram as exposições de cariz iconográfico, orientadas por Carlos Moreira Azevedo, um clérigo investigador destas matérias que, ao tempo, exercia funções pastorais naquela cidade. A mostra da Póvoa de Varzim, por seu turno, embora denunciasse a coordenação científica laica no arranjo museográfico, seguia também uma narrativa fundada na teologia da Eucaristia.

### 3.6.3. “Encontro de Culturas”

Em 1994, a cidade de Lisboa acolheu a manifestação de cariz cultural designada *Capital Europeia da Cultura*, instituída pelo Conselho de Ministros da Cultura da Comunidade Europeia, em 1985, com o intuito de estimular a aproximação dos povos dos Estados membros, sendo expressão de uma cultura que, na sua emergência histórica e desenvolvimento contemporâneo, se caracterizava ora por elementos comuns, ora pela riqueza nascida na diversidade. Realizada anualmente, desde aquele ano, vinha contribuindo não apenas para a divulgação internacional das cidades, mas também para a motivação e mobilização dos agentes culturais, sociais e económicos, bem como para o desenvolvimento cultural das mesmas<sup>525</sup>.

Na conjuntura da dinâmica imprimida por aquela actividade, a CEP houve por bem associar-se com a realização de uma exposição acerca da história da missão portuguesa, sob o título *Encontro de Culturas: Oito Séculos de Missão Portuguesa*, no enqua-

---

<sup>524</sup> *Idem*, p. 160.

<sup>525</sup> Resolution 85/C 153/02, of 13 June 1985; Decreto-lei n.º 145/92, de 21 de Julho.

dramento do seu programa de comemorações de *Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas*, em curso entre 1988 e 2000<sup>526</sup>. A eleição do tema não foi alheia, por certo, ao espírito das celebrações dos descobrimentos portugueses do século XV, cuja comissão nacional, criada em 1986<sup>527</sup>, desenvolveu um conjunto de iniciativas de reconhecida visibilidade e notoriedade no âmbito da divulgação da cultura e da língua portuguesas, até à sua extinção, em 2002<sup>528</sup>. Com efeito, o presidente da CEP, D. João Alves, fez um paralelo entre os dois eventos, esclarecendo, porém, que aquela mostra tinha um âmbito cronológico mais amplo do que o período das Descobertas, abarcando quase oitocentos anos de história, desde a partida de Santo António de Lisboa para Marrocos, primeiro grande missionário que de Portugal partiu para outras terras, até à contemporaneidade<sup>529</sup>.

A exposição esteve patente no mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, de Julho a Dezembro de 1994, sob comissariado de Natália Correia Guedes, coadjuvada por diversos académicos e investigadores, bem como representantes das ordens religiosas missionárias em actividade<sup>530</sup>. Reuniu um numeroso conjunto de testemunhos materiais do encontro de culturas decorrente da missão portuguesa, provenientes de todas as dioceses na jurisdição da CEP, de museus nacionais ou dispersos por outros pequenos e distantes, bem como de instituições internacionais e colecionadores privados, de entre obras emblemáticas – que haviam figurado em recentes exposições no estrangeiro – até artefactos desconhecidos, pontualmente de menor valor estético, mas eloquentes quanto à temática em causa. O discurso expositivo assentou numa estrutura geográfica e cronológica, incluindo referências a aspectos catequéticos mas também a produções artísticas, técnicas e científicas, representativas da constante preocupação dos missionários no que respeita ao desenvolvimento integrado das comunidades em que estão inseridos<sup>531</sup>.

<sup>526</sup> Manuel Franco FALCÃO, *Enciclopédia Católica Popular*, Coleção Biblioteca de Cultura Religiosa, Lisboa, Paulinas, 2004, p. 322, s. v. “missões (*ad gentes*)”.

<sup>527</sup> Decreto-lei n.º 391/86, de 22 de Novembro.

<sup>528</sup> Decreto-lei n.º 252/2002, de 22 de Novembro.

<sup>529</sup> João ALVES, «Uma iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa», in *Encontro de culturas. Oito Séculos de Missão Portuguesa*, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa, 1994, p. 19.

<sup>530</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 128.

<sup>531</sup> Maria Natália Correia GUEDES, «Encontro de culturas. Uma leitura de testemunhos materiais», in *Encontro de culturas..., cit.*, pp. 27-28.

Em termos de narrativa, o percurso iniciava com a documentação referente à fundação da Ordem de Cristo e as bulas conferidas ao Padroado Português, em jeito de preâmbulo simbólico ao tema, já que o propósito de evangelização acompanhou, desde o princípio, a grande empresa de expansão portuguesa por terras de além-mar. Depois, o arranjo assumia a evolução cronogeográfica, glosada no mapa-múndi com a distribuição das dioceses formadas no contexto do Padroado<sup>532</sup>.

O momento inicial fazia referência à missionação portuguesa no Norte de África, ilustrada pelos *Mártires de Marrocos*, cujas relíquias teriam despertado o desejo de missão naquele reino a Santo António de Lisboa, o primeiro missionário português canonizado, ali representado por um conjunto de pintura, imaginária e relíquias. A exposição prosseguia com os antecedentes e consolidação da acção missionária: um conjunto de objectos devocionais aludia à missão *Custódia da Terra Santa*, fundada por São Francisco de Assis, e aos contactos de Portugal com aquele lugar sagrado; de livraria exibiam-se as regras conventuais das ordens religiosas missionárias e os instrumentos de formação erudita; por fim, os ex-votos e artefactos de torna-viagem evocavam a grande jornada que os religiosos empreendiam, em particular para o Oriente<sup>533</sup>.

A segunda parte e corpo principal da mostra traçava um paralelo entre a missionação e a história da expansão portuguesa, desde o início dos Descobrimentos, no século XV, até à colonização novecentista. Uma arrumação em sectores distinguia os locais de presença missionária portuguesa – Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Angola, Moçambique, Etiópia, Pérsia, Índia, Tibete, China, Macau, Cochinchina, Malaca, Timor, Japão e Brasil –, realçando as expressões características de cada cultura, mediante obras de pintura, imaginária, alfaias litúrgicas, objectos devocionais, livros, documentação arquitectónica e cartográfica, entre outros testemunhos. Os espaços da Índia e do Brasil tinham áreas dedicadas às figuras mais proeminentes nessas regiões: São Francisco Xavier e São João de Brito, no primeiro, e Beato Inácio de Azevedo e os padres Manuel da Nóbrega, José Anchieta e António Vieira, no último. No final do percurso a temática voltava-se para uma abordagem da actuação secular dos missionários, nomeadamente relacionada com o desenvolvimento científico,

---

<sup>532</sup> *Encontro de culturas...*, cit., pp. 27-28.

<sup>533</sup> Cf. *Idem*, pp. 61-127;

a difusão linguística e a música, bem como dos vários aspectos de que se reveste a missão contemporânea<sup>534</sup>.

Esta exposição assentou, pois, num guião temático, cujo propósito consistia em promover o diálogo entre o visitante e o Missionário, estratega e agente cultural que marcou espiritualmente e materialmente as diversas nações por onde passou. Mapas, legendas e citações referentes à obra de evangelização, de assistência e de cultura, em articulação com os mais importantes acontecimentos coevos, constituíam um complemento pedagógico para auxiliar o visitante a situar os objectos no seu contexto inicial<sup>535</sup>. Não obstante, apesar do conteúdo religioso e etnográfico, os artefactos funcionavam sobretudo como testemunhos da inculturação da fé, permitindo estabelecer relações semiológicas entre espécimes aparentemente distintos, como as alfaias onde os modelos iconográficos levados da Europa pelos missionários estavam reinterpretados de acordo com os elementos de cada cultura e expressão artística ou os objectos litúrgicos concebidos a partir das matérias-primas, técnicas e gramáticas decorativas autóctones<sup>536</sup>.

Ainda no campo da museografia, este evento sobressaiu por uma concepção estudada especialmente para o edifício que o acolheu. Expositores e painéis foram desenhados em harmonia com os estilos, cromática e materiais existentes, de modo a integrar e valorizar os espaços do imóvel, proporcionando, simultaneamente, um percurso claro e bem sinalizado<sup>537</sup>. Ademais, o comissariado dedicou particular atenção aos públicos-alvo, através de um serviço pedagógico, que produziu diversos instrumentos de apoio à visita, como roteiros e folhas de sala multilingues, publicou catálogo profusamente ilustrado, com textos de investigadores acreditados nas temáticas tratadas, e promoveu acções de formação para entidades profissionais responsáveis pela condução de grupos de visita, designadamente professores e guias turísticos. Em paralelo, organizou actividades de extensão cultural, em jeito de pretexto para visitas guiadas, sob a forma de conferências e concertos musicais<sup>538</sup>. De parceria com a Comissão Nacional de Arte Sacra e do

<sup>534</sup> Cf. *Idem*, pp. 128-471.

<sup>535</sup> M. N. Correia GUEDES, *op. cit.*, p. 28.

<sup>536</sup> Albino CLETO, «Inculturar a fé», in *Encontro de culturas...*, *cit.*, p. 24; cf. M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 130

<sup>537</sup> M. N. Correia GUEDES, *op. cit.*, p. 29.

<sup>538</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, pp. 131-132.

Património Cultural da Igreja, o comissariado levou a efeito, nos dias 4 e 5 de Novembro de 1994, um simpósio subordinado ao tema *Património Cultural da Igreja e Evangelização*, com o intuito de ser um espaço de reflexão e debate em torno do estudo e salvaguarda dos bens culturais da Igreja, conferindo particular realce ao seu uso como instrumento de evangelização<sup>539</sup>.

Depois do encerramento em Lisboa, a CEP, com apoio do Governo Português, através do Ministério da Cultura, preparou a sua apresentação no Vaticano, *mutatis mutandis*, onde esteve patente de Março a Junho de 1996, coincidindo com o final das comemorações do oitavo centenário do nascimento de Santo António<sup>540</sup>.

*Encontro de Culturas* foi a primeira grande exposição de iniciativa eclesiástica em Portugal, aproveitando a dinâmica cultural gerada pelas celebrações da Capital Europeia da Cultura em Lisboa. O evento ressaíu no panorama museológico português, em especial pela sua concepção – o trabalho de investigação, o projecto e discurso museográficos, as ferramentas de comunicação com público –, mas também pelo prolongamento cultural mediante actividades paralelas. Na hodiernidade dos conceitos e práticas museológicas que revestiram a organização desta mostra, pesou, sem dúvida, o saber e a experiência nestas matérias da comissária-geral e da equipa coadjuvante.

#### **3.6.4. 800 anos sobre o nascimento do Santo do Menino Jesus**

Em 1995, comemoravam-se 800 anos sobre o nascimento de Santo António de Lisboa. No programa de actividades desenvolvido para o efeito, encontravam-se duas exposições de cariz religioso, a decorrer simultaneamente em dois museus nacionais de Lisboa.

O Museu Nacional de Arte Antiga acolheu, entre 13 de Junho e 31 de Dezembro de 1995, *O Santo do Menino Jesus. Santo António: Arte e História*, exposição que tinha o propósito de concentrar, no tempo e no espaço, evidências do culto e da devoção a Santo António, o modo como se representava a sua figura e a sua história e como se evocava a sua memória. Por isso, optou por um discurso expositivo que mostrasse as formas de lembrar

---

<sup>539</sup> *Património Cultural da Igreja e Evangelização. Simpósio* [desdobrável], Lisboa, Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja, 1994.

<sup>540</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 132.

o homem e o santo e as marcas que a sua pessoa, a sua história e a sua lenda deixaram no país em que nasceu<sup>541</sup>.

Assim, a exposição foi organizada como uma narrativa em três grandes núcleos temáticos. O primeiro, por sua vez dividido em três grupos – *Fernando: Imagens do Tempo Português de Santo António*; *António: a Opção Franciscana*; e *Do Santo Franciscano ao Santo do Menino Jesus* –, constituía uma introdução que conduzia à definição da imagem tipo. De um conjunto de objectos contemporâneos de Fernando de Bulhões passou por uma evocação da escolha que modificou a sua vida, a transição de Cónego Regrante de Santo Agostinho para Franciscano, e, por fim, o tratamento iconográfico que distingue, no universo das representações franciscanas anónimas, o Santo com o Menino, atributo que imediatamente o identifica com Santo António<sup>542</sup>.

O segundo núcleo e corpo central da exposição abordava sobretudo a iconografia. Ao longo de três subgrupos temáticos – *Santo António como Imagem; Vida e Milagres; e Santo António e a Arte em Portugal* –, começava-se por abordar a figura isolada do santo, atendendo igualmente às imagens dos santos que contribuíram para a definição da iconografia antoniana – São Francisco de Assis, em grande medida, mas também Santo Agostinho, Santo Antão e São Bernardino de Siena –, nos mais variados suportes, materiais e escalas. O último grupo deste núcleo constituía como que um capítulo à parte, exibindo uma selecção de obras que, pela sua qualidade artística, pelo seu significado ou pelo interesse dos seus autores, procurava dar um breve panorama das melhores representações de Santo António, de origem portuguesa ou feitas para Portugal, entre o século XV e o nosso tempo. No final da exposição, e ao jeito de apêndice, um núcleo dedicado ao tema *A Colecção como Devoção*, aludindo à devoção moderna do coleccionismo, neste caso antoniano, que junta imagens de variadas tipologias, suportes e gostos, totalmente alheias às preocupações artísticas, mas unidas por um denominador comum: Santo António<sup>543</sup>.

---

<sup>541</sup> José Luís PORFÍRIO, «Presenças de Santo António. Uma exposição», in *O Santo do Menino Jesus. Santo António. Arte e História*, Lisboa, Instituto Português de Museus/ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1995, p. 23.

<sup>542</sup> *Idem*, p. 25; cf. *O Santo do Menino Jesus. Santo António. Arte e História*, *cit.*, pp. 67-96.

<sup>543</sup> *Ibidem*.



Concomitantemente, decorria no Museu de Arte Popular a exposição *O Santo do Menino Jesus. Santo António: Devoção e Festa*, na qual elegeram um discurso que evidenciasse os aspectos da devoção antoniana, desde os actos privados e intimistas até à grande festa de rua, que explora todo o potencial imaginário<sup>544</sup>. Distribuídos tipologicamente, os espécimes estavam agrupados da seguinte forma: *Escultura; Os Barristas Populares; “Tronos” de Santo António; Ex-votos ou Painéis Gratulatórios; Painéis do Purgatório ou “Alminhas”; Medalhas; Registos, Gravuras e Sinais de Expostos; Publicações; Propaganda; e Vária*<sup>545</sup>.

Este evento inaugurou uma galeria de exposições temporárias naquele museu<sup>546</sup> e representou um momento de excepção na conjuntura em que então subsistia. Em 1989, fora determinado o seu encerramento e afectação do acervo ao Museu Nacional de Etnologia, situação que apenas ficou resolvida em 1997, com o reconhecimento da sua autonomia institucional<sup>547</sup>.

A partir destas exposições, foi concebida uma mostra no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, em São Paulo, no Brasil, entre os dias 18 de Abril e 16 de Junho de 1996. Conjugando os propósitos almejados pelas exposições lisboetas, 52 espécimes foram divididos por cinco núcleos temáticos<sup>548</sup>.

O primeiro, com o título *O tempo português de Santo António*, consistia numa introdução histórica ao tempo português de Fernando Martins, ou Fernando de Bulhões, com um número restrito de peças, mas que testemunhavam o tempo e a cultura figurativa e simbólica da vivência portuguesa de Santo António. O núcleo seguinte, dedicado ao tema *Do santo franciscano ao Santo do Menino Jesus*, introduzia a iconografia que distingue, a partir do século XV, no universo das representações franciscanas anónimas, o Santo com

<sup>544</sup> Elisabeth CABRAL, «Santo António popular. Devoção e festa», in *O Santo do Menino Jesus. Santo António. Devoção e Festa*, Lisboa, Instituto Português de Museus/ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1995, p. 19.

<sup>545</sup> Cf. *O Santo do Menino Jesus. Santo António. Devoção e Festa*, cit., pp. 55-118.

<sup>546</sup> Luís Filipe Raposo PEREIRA, *Museu de Arte Popular. Memórias de Poder*, Lisboa, 2008 (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada à Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mimeog.), p. 117.

<sup>547</sup> Art. 28.º § 2 do Decreto-lei n.º 161/97, de 26 de Junho.

<sup>548</sup> José Luís PORFÍRIO, «Presenças de Santo António. Uma exposição», in *Santo António: O Santo do Menino Jesus*, Lisboa, Instituto Português de Museus/ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1996, pp. 23-25; cf. pp. 55-103.

o Menino, atributo que imediatamente o identifica com Santo António. Com a temática *Santo António e a arte em Portugal* e alusivo à representação do Santo em Portugal entre os séculos XVI e XIX, o terceiro núcleo e corpo central da exposição dividia-se, por sua vez, em dois grupos: um consagrado ao século XVI, com escultura e pintura portuguesa, flamenga e luso-flamenga; o outro ilustrando a evolução das formas e a variedade de suportes na representação da figura e milagres do Santo entre os séculos XIII e XIX. No quarto núcleo da exposição, *Um artista devoto: Vieira Lusitano*, apresentava-se um conjunto de desenhos e gravuras de Vieira Lusitano, artista do século XVIII muito devoto daquele Santo, a quem dedicou muitos dos seus trabalhos. Concluía com o núcleo denominado *Santo António na arte popular*, um conjunto de espécimes que pelo tratamento dos materiais, pelo tema ou pela sua função eram classificáveis como arte popular<sup>549</sup>.

### 3.6.5. Comemorações Jubilares da Diocese de Bragança

As Celebrações Jubilares dos 450 Anos da Fundação da Diocese de Bragança, entre 1995 e 1996, deram azo a uma dinâmica cultural singular por todo o actual bispado de Bragança-Miranda. Conferências e exposições visavam fortalecer as raízes culturais das comunidades do território diocesano, realçando a importância da herança histórica e artística gerada no curso dos séculos<sup>550</sup>.

Atendendo à divisão da diocese em quatro zonas episcopais – Bragança, Miranda do Douro, Mirandela e Moncorvo –, o programa das comemorações incluía uma exposição temática em cada uma delas, de acordo com os seus traços culturais mais representativos. A primeira mostra decorreu em Miranda do Douro, em Maio de 1995, subordinada à *Ori-vesaria Sacra*.

Proto-sede episcopal no Nordeste, carecia de objectos litúrgicos que servissem condignamente na nova catedral, concluída nos últimos anos do século XVI. Devido à posição geográfica privilegiada relativamente ao país vizinho, atraiu numerosos artistas espanhóis, em particular os *plateros* zamoranos, os quais deixaram um considerável legado nas terras

---

<sup>549</sup> *Ibidem*.

<sup>550</sup> «Nota introdutória», in *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda. Congresso Histórico. 450 Anos da Fundação*, Bragança, 1997, pp. XXV-XXVI.

de Miranda, tanto na sé quanto nas restantes igrejas da região, especialmente aquelas em que o cabido tinha mais haveres<sup>551</sup>.

Neste contexto, a mostra inaugural apresentou espécimes de ourivesaria sacra, um conjunto de alfaias litúrgicas proveniente de templos de toda a diocese que documenta a produção de ourives espanhóis, mormente nos séculos XVI a XVIII, mas também a obra de alguns artistas portugueses da região<sup>552</sup>.

Mirandela foi o cenário da exposição seguinte, em Agosto de 1995 e novamente em Maio de 1996, com o acervo ampliado, sob o título genérico de *Arte Sacra*, ainda que, na realidade, consistisse em imaginária de Quinhentos a Setecentos, na maioria de cariz hagiográfico e mariano. A temática assentava, contudo, em premissas da história da arte, visando analisar quais os centros de produção da escultura existente na diocese, bem como as respectivas vias de penetração em terras transmontanas e influências nas oficinas regionais<sup>553</sup>.

A indústria sericícola portuguesa teve no distrito de Bragança um importante foco de produção, nomeadamente em Freixo de Espada à Cinta e em Chacim, na zona de Moncorvo<sup>554</sup>. Matéria-prima por excelência para o fabrico de têxteis litúrgicos, inspirou uma exposição dedicada à *Paramentaria Religiosa*, levada a efeito naquela região pastoral, em Março de 1996, composta essencialmente de indumentária litúrgica, embora incluindo outros espécimes de uso cultural, como um pália, um frontal de altar e véus de píxide<sup>555</sup>.

O ciclo de exposições encerrou em Bragança com a mostra *Imagens e Escultura Barroca*, em Maio de 1996. O discurso, mais uma vez, assentou em critérios da história da arte, apresentando exemplares de escultura barroca com o intuito de realçar duas tendências artís-

---

<sup>551</sup> António Rodrigues MOURINHO, «Nota de abertura», in *Ourivesaria Sacra*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996, pp. 7-9.

<sup>552</sup> *Ibidem*.

<sup>553</sup> Iva João BOTELHO, «Nota introdutória», in *Arte Sacra*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996, pp. 8-9; José RIBEIRO, «Os catálogos das exposições comemorativas dos 450 anos da fundação da diocese de Bragança-Miranda», in *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda...*, *cit.*, pp. 496-497.

<sup>554</sup> Fernando de SOUSA, «A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1820)», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 65-97; Ilda Amália Fernandes BRANCO, *Mirandela Setecentista*, Porto, 2009 (Tese de Doutoramento em História, apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, mimeog.), pp. 101-106; Belarmino AFONSO, «A indústria sericícola no distrito de Bragança – séc. XVIII e XIX», in *Paramentaria Religiosa*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996, pp. 8-9.

<sup>555</sup> Cf. *Paramentaria Religiosa*, *cit.*, pp. 10-43.

ticas que marcam a imaginária sacra transmontana: a obra de escola, mais requintada, onde a policromia, os panejamentos e os gestos contorcidos evidenciam uma arte académica; e, por outro lado, a produção popular, de rostos singelos, trabalho de artistas locais, mais sincero, que raramente se afasta das linhas arcaizantes de um medievalismo tradicional<sup>556</sup>.

Em Outubro seguinte, o I Congresso Histórico Diocesano marcou o culminar das actividades culturais realizadas no âmbito das celebrações jubilares, trazendo a debate matérias relacionadas com a história e o património cultural do bispado transmontano. A par das exposições de arte sacra, integrou um projecto que almejava travar a desertificação do território, mediante o reforço dos laços culturais das populações, em particular as mais jovens<sup>557</sup>.

Não obstante, os objectivos específicos das exposições incluíam a sensibilização do público e das entidades para os valores do património religioso, no sentido da sua salvaguarda e, nomeadamente, da efectivação do inventário de todos os bens culturais da diocese. No plano museográfico, optaram por organizar quatro eventos distintos, baseados em critérios de ordem técnica, mas em função das marcas culturais de cada zona pastoral, embora com objectos provenientes de todo o território do bispado. O discurso procurou invariavelmente uma abordagem histórico-pedagógica, segundo uma estrutura de matriz tipológica e cronológica, mostrando obras de arte sacra que documentassem a evolução religiosa e cultural da diocese, em detrimento de uma selecção de natureza qualitativa ou estética<sup>558</sup>.

Estas actividades serviram também o propósito de avaliar as condições de segurança e conservação dos bens culturais diocesanos e recuperar parte dos mesmos. Em simultâneo, constituíram um instrumento de sensibilização e estímulo para as comunidades locais prosseguirem com os trabalhos de inventariação, parcialmente corporificados nos catálogos publicados por ocasião das exposições. No livro acerca da mostra de Bragança, a última, o texto introdutório considerou ainda questões relacionadas com a conservação e restauro daquele património, dando particular realce aos critérios de intervenção<sup>559</sup>.

---

<sup>556</sup> *Imagens e Escultura*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996, [badana].

<sup>557</sup> José RIBEIRO, «Os catálogos das exposições comemorativas...», *cit.*, p. 499.

<sup>558</sup> *Ibidem*.

<sup>559</sup> José Ribeiro GOMES & Iva Teles BOTELHO, «Concluindo: restaurar ou conservar?», in *Imagens e Escultura*, *cit.*, pp. 4-5.

As exposições de arte sacra levadas a efeito pela Diocese de Bragança-Miranda inseriram-se no programa cultural das comemorações jubilares do bispado, mas obedeceram a um desígnio mais amplo, que derivou das orientações emanadas da nota pastoral da CEP, em 1990: a salvaguarda e promoção do património cultural da Igreja. A ideia subentende-se do texto de introdução ao primeiro catálogo, onde se fez um apelo para a realização do inventário dos bens culturais da diocese, bem como uma alusão à possível fundação de um museu diocesano que albergasse os objectos litúrgicos desafectados do culto e aqueles de uso ocasional, retirando-os, desse modo, das precárias condições de armazenamento em que a maioria se encontrava<sup>560</sup>.

### 3.6.6. Exposição Universal de Lisboa – Expo’98

O ano de 1998 ficou marcado culturalmente em Portugal pela realização da Exposição Internacional de Lisboa – Expo’98 –, entre 21 de Maio e 30 de Setembro, subordinada à temática geral *Os Oceanos, um Património para o Futuro*, assinalando os 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia<sup>561</sup>.

No que respeita à arte sacra, teve especial vulto a exposição do Pavilhão da Santa Sé, organizado de parceria com a CEP, com comissariado-geral adjunto de Natália Correia Guedes. Pequeno enclave na cidade italiana de Roma, sem qualquer litoral ou vínculo histórico com o mar, o Estado da Cidade do Vaticano optou pelo motivo particular da “Água, origem dos Oceanos, fonte que jorra em cataratas, que se dá, que fertiliza, que purifica e sacia, que sulca, que é caminho para transpor a mensagem para a outra costa”<sup>562</sup>, desenvolvendo, assim, o tema da *Fons Vitæ* (Fonte de Vida), tratado sob uma perspectiva teológica e litúrgica. O título, em latim, língua oficial da sede pontifícia, era uma expressão amplamente reconhecida, e por isso de fácil apreensão por parte da maioria dos visitantes da exposição<sup>563</sup>, mas sobretudo constituía uma matéria fulcral do cristianismo – Jesus, a fonte de água viva<sup>564</sup>.

<sup>560</sup> Cf. José Ribeiro GOMES, «Património e liturgia», in *Ourivesaria Sacra*, *cit.*, pp. 5-6.

<sup>561</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/93, de 8 de Março.

<sup>562</sup> *Fons Vitæ*, Lisboa, Pavilhão da Santa Sé na Expo ‘98, 1998, p. 14.

<sup>563</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 136.

<sup>564</sup> Cf. *Io* IV, 14 e VII, 38.

Neste contexto, o discurso expositivo assentou em quatro sectores temáticos: *A Criação*, *A nova Criação*, *A barca de Pedro* e *O Espírito sobre as águas*. O acervo, por sua vez, com 150 espécimes de distintas tipologias (pintura, escultura, têxteis e ourivesaria), inéditos na sua maioria, proveio de todas as Dioceses portuguesas, incluindo museus, instituições religiosas e colecionadores privados, bem como dos Museus do Vaticano e de Israel<sup>565</sup>.

O primeiro núcleo contemplava motivos veterotestamentários que tinham a água como denominador comum<sup>566</sup>: Adão e Eva no Paraíso, onde corriam quatro rios defluentes do curso de água que brotava no Jardim do Éden<sup>567</sup>; a arca de Noé, pela alusão ao dilúvio<sup>568</sup>; Jonas e a baleia, quando lançaram o profeta ao mar para acalmar as águas<sup>569</sup>; e Moisés na rocha do Horeb, no qual fez jorrar água para aplacar a sede do povo e dos animais<sup>570</sup>.

Depois, *A nova Criação* introduzia a temática da água no período neotestamentário, em particular mediante episódios da humanidade de Cristo<sup>571</sup>: o baptismo no rio Jordão<sup>572</sup>, ilustrado também por figurações de São João Baptista e evocado pelas conchas baptismas e uma reconstituição do baptistério da basílica paleocristã de Torre de Palma; as bodas de Canaã, quando Jesus converteu água em vinho<sup>573</sup>; e o encontro de Jesus com a samaritana, a quem pediu que Lhe desse água para beber<sup>574</sup>. Estes dois últimos corroboravam a utilização da água como símbolo cristológico, ora pela transformação da água em vinho, prefigurando a eucaristia, ora pelo fundamento da *fons vitæ*, que deu título à exposição<sup>575</sup>.

A narrativa prosseguia com o subtema da água na liturgia, abordando os outros empregos rituais no catolicismo, nomeadamente nas bênçãos, no lava-pés e na eucaristia, cujos significados derivam, todavia, do próprio baptismo<sup>576</sup>. Neste espaço exibiam-se as

---

<sup>565</sup> *Fons Vitæ, cit.*, p. 14.

<sup>566</sup> Cf. *Idem*, pp. 38-48.

<sup>567</sup> Cf. *Gn* II, 10-14.

<sup>568</sup> Cf. *Gn* VI-VII.

<sup>569</sup> Cf. *Jon* I, 15.

<sup>570</sup> Cf. *Ex* XVII, 6.

<sup>571</sup> Cf. *Fons Vitæ, cit.*, pp. 60-73.

<sup>572</sup> Cf. *Mt* III, 13-17; *Mc* I, 9-11; *Lc* III, 21-22; *Jo* I, 29-34.

<sup>573</sup> Cf. *Jo* II, 1-11.

<sup>574</sup> Cf. *Jo* IV, 7-14.

<sup>575</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 137.

<sup>576</sup> Luís Manuel Pereira da SILVA, «A água na liturgia», in *Fons Vitæ, cit.*, pp. 92-93.

alfaias e vestes litúrgicas relacionados com aqueles cerimoniais, assim como representações iconográficas que aludiam o seu uso: os reservatórios de água benta, uma pintura do *Lava-pés*, antecedendo as bilhas e os pluviais, as caldeirinhas e os hissopes, as bacias e os gomis, uma figuração da *Última Ceia* a contextualizar a salva e as galhetas, os cálices eucarísticos e ministeriais e os vasos de purificação<sup>577</sup>. A seguir, sob o título *Do mar ao culto*, estava patente um conjunto de objectos litúrgicos e devocionais executados com materiais de natureza marinha – madrepérola, concha, tartaruga, coral, dentes de cachalote, escamas de peixe – ou decorados com motivos da iconografia marítima<sup>578</sup>.

O próximo núcleo temático era *A barca de Pedro*, síntese simbólica da Igreja, confiada por Cristo ao pescador que se tornou apóstolo, designando-o como primeiro Papa. Figurações de São Pedro e da atribuição da primazia, e ainda um trono papal, davam forma àquele trajecto fundacional. A mostra concluía n’*O Espírito sobre as águas*, dedicado à espiritualidade das gentes do mar, com imagens de Nossa Senhora da Boa Viagem, Nossa Senhora dos Navegantes e São Telmo, um altar portátil, utilizado nas grandes viagens para celebrar as missas, e diversos ex-votos relativos a milagres operados no mar, representando cenas marinhas e embarcações<sup>579</sup>.

Inserida numa feira internacional, com um afluência massiva de público, esta exposição impunha um modelo de fruição mais rápido e intensivo do que num espaço museológico convencional<sup>580</sup>. Ademais, o Pavilhão da Santa Sé tinha características confessionais, pelo que deveria empregar uma linguagem abrangente, acessível a visitantes de outros grupos culturais ou religiosos. Por conseguinte, as opções do arranjo museográfico incluíam a redução dos elementos textuais ao essencial: os espécimes estavam sumariamente legendados e os núcleos temáticos distinguidos apenas pelo título e a citação bíblica que os fundamentava. Os elementos iconográficos exibidos e fotografias de actos litúrgicos em que a água era o elemento central elucidavam acerca da simbologia e funcio-

<sup>577</sup> Cf. *Fons Vitæ, cit.*, pp. 96-118.

<sup>578</sup> Cf. *Idem*, pp. 120-145.

<sup>579</sup> Cf. *Idem*, pp. 181-192.

<sup>580</sup> Cf. José Amado MENDES, «As exposições como “festas de civilização”: Portugal nas exposições internacionais (Sécs. XIX-XX)», in *Gestão e Desenvolvimento*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional das Beiras, n.º 7, 1998, pp. 249-273.

nalidade das alfaias litúrgicas, servindo também como meio de contextualização e interpretação do discurso expositivo<sup>581</sup>.

Aproveitando a dinâmica cultural gerada pela Expo'98, o Patriarcado de Lisboa levou também a cabo, entre 20 de Junho e 30 de Setembro de 1998, no mosteiro de São Vicente de Fora, uma exposição de arte sacra intitulada *O Espírito que Dá a Vida*. Com espécimes provenientes, na sua maioria, das diversas igrejas e instituições do Patriarcado, contando ainda com alguns do Museu Nacional de Arte Antiga e de um colecionador particular, a selecção pretendia, além do valor artístico, autoria ou época histórica, evidenciar aqueles que melhor pudessem ajudar a “ver” o Espírito Santo<sup>582</sup>.

No contexto da preparação para o Grande Jubileu do Ano 2000, o ano de 1998 era dedicado de modo particular ao Espírito Santo e à Sua presença santificadora no seio da Comunidade cristã<sup>583</sup>. Assim, o Patriarcado de Lisboa desenvolveu várias iniciativas em torno deste tema, entre elas a exposição em apreço, *O Espírito que Dá a Vida*, de modo a ilustrá-lo por meio da Arte<sup>584</sup>.

Separada em núcleos, com obras de tipologias variadas – pintura, escultura, ourivesaria e têxteis –, numa estrutura cronológica e temática que patenteasse as diversas manifestações do Espírito Santo na história da Salvação, apresentava o seguinte percurso: *Antes da Criação; Anunciação; Natividade; Baptismo de Cristo; Paixão e Morte; Ressurreição; Pentecostes; e O Espírito na Igreja*, que incluía, por sua vez: *Culto Popular do Espírito Santo; A Festa do Penedo; e Sagrada Liturgia*<sup>585</sup>.

Em 1999, teve ainda lugar a exposição *Formas de Devoção*, uma mostra de objectos de carácter devocional, realizada no Museu Nacional do Azulejo, entre 17 de Agosto e 10 de Outubro, inserida nas comemorações do Festival dos Oceanos 99<sup>586</sup>. Dividido em seis núcleos temáticos – *Maria, Graça e Piedade; A Virgem, Imaculada e Protectora; Jesus, o Homem e a*

<sup>581</sup> M. I. R. Roque, *op. cit.*, p. 138-140.

<sup>582</sup> *O Espírito que Dá a Vida*, Lisboa, Patriarcado de Lisboa, 1998, p. 62.

<sup>583</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Epistula Apostolica Tertio Millennio Adveniente*. Cidade do Vaticano, 10 de Novembro de 1994, n.ºs 44-48.

<sup>584</sup> LISBOA, Bispo Auxiliar, 1975-1998 (António dos Reis Rodrigues), «Introdução», in *O Espírito que Dá a Vida*, *cit.*, p. 5.

<sup>585</sup> Cf. *O Espírito que Dá a Vida*, *cit.*, pp. 14-61.

<sup>586</sup> Marta LISBOA, «Culto público e privado no quotidiano religioso português», in *Público*, *cit.*, de 18 de Agosto de 1999.



*Paixão; Cristo, Salvador e Libertador; Os Santos, Milagres e Protecções; e Objectos, Práticas e Símbolos do Culto* –, o percurso orientava o visitante por um caminho iconológico e simbólico, marcado por peças cerâmicas de culto privado, pontuado por objectos executados em materiais diversos, como marfim, prata, têxteis, pedra, madeira, etc.<sup>587</sup>.

Em matéria de património cultural da Igreja, o ano de 1990 distinguiu-se pela tomada de posição do episcopado português a respeito da necessidade e relevância da sua defesa, conservação e valorização, estabelecendo uma linha de acção para os tempos que sobrevieram.

A sociedade civil, animada pelas iniciativas da década precedente, continuava a envia esforços na salvaguarda e promoção do património cultural sob a perspectiva de uma matriz territorial, na qual a arte sacra granjeou algum realce, na qualidade de testemunhos do viver religioso das comunidades. Embora sem impacto directo, a nota pastoral da CEP não terá deixado de contribuir para esta conjuntura ao despertar uma maior sensibilidade do clero para o valor cultural dos bens sob sua tutela.

Perante o dinamismo em torno dos museus municipais e o estímulo por parte do episcopado, algumas entidades da Igreja chamaram a si o encargo da musealização, dando origem a pequenos museus paroquiais, cujas funções, todavia, só pontualmente vão além da exposição. Já no que respeita a mostras temporárias, o empenho eclesial destacou, tanto a nível local, quanto nacional. No entanto, merecem especial distinção as grandes exposições realizadas em Lisboa, com envolvimento da CEP e representatividade de todo o país, nas quais sobressaíram os conceitos museológicos, desde o estudo e concepção até ao contacto com o público, uma situação que muito deverá ao selecto comissariado, presidido por Natália Correia Guedes.

No período em apreço, há ainda um elemento digno de menção, que se prende com as opções do discurso museográfico. Enquanto as exposições temporárias de iniciativa civil se estruturavam de acordo com critérios estéticos, formais ou cronológicos, nos eventos promovidos por entidades eclesialistas era sobretudo uma narrativa temática que determinava a disposição dos espécimes. Sem desprezo do valor histórico e artístico das obras, ao

---

<sup>587</sup> *Ibidem; Formas de Devoção*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, 1999, p. 13; cf. pp. 14-65.

assumir o carácter de objecto museológico serviam propósitos catequéticos e didácticos, privilegiando o seu significado religioso ou litúrgico.

Pouco a pouco, a Igreja começava a distinguir-se na musealização dos seus bens culturais. Com efeito, as medidas tomadas nos inícios dos anos 90 constituíram um ponto de viragem na nução do património cultural religioso, criando condições para a efectiva emancipação de uma museologia da arte sacra.

### 3.7. Ano Jubilar de 2000

A tradição imputa ao papa Bonifácio VIII a proclamação do primeiro jubileu cristão, mediante a bula *Antiquorum Habet Fida Relatio*, de 22 de Fevereiro de 1300, pela qual outorgava indulgência plenária a todos os romeiros verdadeiramente arrependidos que visitassem as basílicas romanas dos apóstolos Pedro e Paulo, durante aquele ano e, no futuro, a cada cem anos, em memória do nascimento de Cristo<sup>588</sup>. Ainda que o pontífice não tenha empregado o vocábulo, alguns autores da época referiram-se àquelas celebrações como *annus jubileus*<sup>589</sup>, um conceito arraigado no hebraico יובל (*yobel*), em sentido estrito o chifre de carneiro que servia de trombeta para anunciar o quinquagésimo ano após uma série de sete anos sabáticos, por metonímia designado ano do Jubileu<sup>590</sup>. Entretanto, Clemente VI, embora o papado residisse em Avinhão, decretou um jubileu logo em 1350, de harmonia com o costume judaico, já que o período de um centenário era demasiado longo para que muitas gerações o pudessem comemorar, e incluiu a visita à igreja de São João de Latrão, além das supracitadas basílicas. No contexto do Cisma do Ocidente, a sequência jubilar sofreu alterações e Urbano VI promulgou-o para 1390, introduzindo também uma nova periodicidade de 33 anos, de acordo com o ciclo terreno da vida de Cristo. Assim, Martinho V convocou novo jubileu para 1423, mas Nicolau V reverteu para o período quinquagesimal, proclamando-o em 1450. Posteriormente, Paulo II determinou uma comemoração

<sup>588</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1294-1303 (Bonifatius PP. VIII), *Bulla Antiquorum Habet Fida Relatio*, Roma, 22 de Fevereiro de 1300 (cf. *Extravagantium Communium V*, IX, 1, *Corpus Iuris Canonici. Decretalium Collectiones*, Lipsiae, ex Officina Bernhardi Tauchnitz, 1881, pp. cols. 1303-1304).

<sup>589</sup> Herbert THURSTON, «Jubilee, Holy Year of», s. v., in Charles G. HERBERMANN (ed.) et al., *The Catholic Encyclopedia. An International Work of Reference on the Constitution, Doctrine, Discipline, and History of the Catholic Church*, vol. VIII, New York, The Universal Knowledge Foundation, 1913, p. 532.

<sup>590</sup> Gabriel OUSSANI, «Jubilee, Year of (Hebrew)», s. v., in Charles G. HERBERMANN (ed.) et al., *op. cit.*, pp. 534-535; cf. *Lv XXV*, 8-17.

jubilar para 1475, instituindo um novo intervalo de 25 anos, o qual vigora até à actualidade, salvo interrupções em épocas mais conturbadas<sup>591</sup>.

Mais recentemente, em particular no Grande Jubileu do ano 2000, que assinalou o fim do segundo milénio, a celebração jubilar transpôs o conceito de indulgência e peregrinação a Roma, alargando-se o âmbito geográfico das manifestações para as Igrejas locais, ao mesmo tempo que se elevava a renovação espiritual e social dos cristãos. Nesse sentido, João Paulo II convidou os crentes a celebrar o jubileu em comunhão com os seus bispos nas respectivas dioceses e aludiu não só aos três sinais jubilares tradicionais de peregrinação, de abertura da porta santa e de indulgência, mas acrescentou a purificação da memória, a caridade e a memória dos mártires, marcas da fé e devoção do povo cristão<sup>592</sup>.

### 3.7.1. Cristo, fonte de esperança

No quadro das comemorações jubilares de 2000, a CEP cometeu à Diocese do Porto a organização de uma exposição cultural representativa do património artístico e religioso de todos os bispados portugueses, a qual decorreu no edifício da Alfândega do Porto, de 17 de Junho a 17 de Setembro desse ano<sup>593</sup>. O Patriarcado de Lisboa havia já realizado um evento de carácter nacional sobre a missão e, assim, o episcopado dividia as tarefas e os centros de atenção e divulgação<sup>594</sup>.

Com uma função didáctica de evangelização e o intuito de revelar as tensões e o encontro fecundo entre Cultura e Religião<sup>595</sup>, a mostra almejava dois objectivos distintos. Por um lado, face à importância espiritual da arte no actual discurso cristão, pretendia traduzir a temática de Cristo enquanto fonte de esperança através do património artístico produzido no panorama eclesial português, realçando a dimensão teológica da iconografia de natureza religiosa. Por outro, assumia um papel activo na sensibilização para a necessidade

<sup>591</sup> H. THURSTON, *op. cit.*, p. 533; M. F. FALCÃO, *op. cit.*, p. 26, s. v. “Ano Santo ou Jubileu”.

<sup>592</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Litteræ Apostolicæ sub Plumbo Datæ Quibus Anni Bismillesimi Magnum Indicitur Iubilaeum Incarnationis Mysterium*, Roma, 29 de Novembro de 1998, n.ºs 7-13.

<sup>593</sup> Luís Miguel QUEIRÓS, «Arte iluminada», in *Público*, *cit.*, de 17 de Junho de 2000; cf. «Exposição Cristo, fonte de esperança», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXI, n.º 15, de 19 de Abril de 2000.

<sup>594</sup> «Cristo, Fonte de Esperança. [Entrevista com o Comissário-Geral da Exposição]», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXI, n.º 17, de 10 de Maio de 2000.

<sup>595</sup> «Cristo, Fonte de Esperança», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXIX, n.º 38, de 4 de Novembro de 1998.

de conservação, restauro, inventariação e valorização do património como instrumento pastoral e espiritual<sup>596</sup>.

O guião expositivo desenvolvia-se em três grandes núcleos: Cristo, sentido do tempo e da história (do Génesis ao Apocalipse); Cristo encarnado nos povos e nas culturas; Cristo, fonte de esperança na vida de cada ser humano (do nascer ao morrer). Apesar das dificuldades de selecção do acervo levantadas pela inexistência de um inventário global, o seu cumprimento estribava-se num vasto conjunto de critérios. Além da inerente subordinação à temática, a comissão organizadora atendeu à qualidade estética dos espécimes, privilegiando os menos vistos e inéditos, mas também teve a preocupação de abarcar obras de todas as vinte dioceses portuguesas, das diversas modalidades artísticas, conjugadas com documentação e património bibliográfico, expressão de um arco cronológico desde antes de Cristo até ao século XX<sup>597</sup>.

Obedecendo a um plano de pendor simultaneamente teológico, evangélico e pedagógico, o percurso expositivo conduzia o visitante pela caminhada do Povo de Deus ao longo da história da Salvação. Na abertura e no final, representações da Trindade evocavam o dogma central da fé cristã, já que “Deus é conhecido como se revela em Jesus Cristo por meio do Espírito Santo”. A primeira, marcada pela singeleza, figurava apenas os três membros do Ser Trinitário, enquanto a outra, de composição mais complexa, incluindo personagens do Antigo e do Novo Testamentos, constituía uma síntese do itinerário percorrido<sup>598</sup>.

O núcleo inicial abordava Cristo como Aquele que dá sentido à história, propondo uma narrativa assente no método alegórico da hermenêutica bíblica preconizada por Orígenes de Alexandria, interpretação simbólica e tipológica que contrapõe as personagens do Antigo Testamento (os tipos) à novidade de Cristo e Sua Igreja (os anti-tipos)<sup>599</sup>, mais tarde enunciada por Santo Agostinho: “*quamquam et in Vetere Novum lateat, et in Novo Vetus pateat*”<sup>600</sup> (“o Novo Testamento esconde-se no Antigo, e o Antigo revela-se no Novo”).

<sup>596</sup> Carlos Moreira AZEVEDO, «Critérios e razões da Exposição “Cristo, fonte de esperança”», in *Cristo Fonte de Esperança*, Porto, Diocese do Porto, 2000, p. 12.

<sup>597</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>598</sup> *Ibidem*.

<sup>599</sup> Cf. Peter MURRAY & Linda MURRAY, *The Oxford Companion to Christian Art and Architecture*, Oxford/New York, Oxford University Press, 1996, p. 550, s. v. “Type, Antitype, and Typology”; John L. MCKENZIE, *Dicionário Bíblico*, São Paulo, Edições Paulinas, 1983, pp. 937-938, s. v. “Tipo, Tipologia”.

<sup>600</sup> AURELIUS AUGUSTINUS, sanctus, *Quaestionum In Heptateuchum*, II, 73 (cf. J[acques]-P[aul] MIGNE, *Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina*, T. 34, Parisiis, Migne, 1845, col. 623).

Assim, visto que os acontecimentos veterotestamentários prefiguram o curso da existência humana e eclesial de Cristo, o arranjo dos espécimes deu corpo a esse paralelismo, em pequenos espaços temáticos ilustrados pelos contrapontos cuja expressão plástica era mais frequente: a Criação e a recriação decorrente do nascimento de Jesus: os sacrifícios antigos e o supremo sacrifício de Cristo; a libertação do povo judeu e fuga da Sagrada Família para o Egito; a fonte no rochedo de Horeb e Cristo como *fons vitae*; a entrega das Tábuas da Lei a Moisés e a Transfiguração; a destruição do bezerro de ouro e a expulsão dos vendilhões do Templo; o sofrimento de Job e o período da Paixão; a salvação de Jonas e a Ressurreição e Ascensão; o desentendimento dos povos na Torre de Babel e a superação das barreiras linguísticas no Pentecostes; e, por fim, São João Baptista e o *Agnus Dei*, o Cordeiro Pascal<sup>601</sup>.

O tema do segundo núcleo incidia na difusão do Evangelho, o modo como o Cristianismo se expandiu e desenvolveu nas diversas culturas, distinguindo dois momentos deste processo no contexto português: o acolhimento em território lusitano, desde o fundo religioso primitivo e crescendo para o confronto com o Islão, o Judaísmo e as correntes protestantes, e o período da actividade missionária na África, Ásia e América, traduzido em formas artísticas inculturadas. Esta temática fora já objecto de exposições realizadas no âmbito dos Descobrimentos e da missionação, mas não poderia deixar de constar num evento inserido nas celebrações dos 2000 anos da Encarnação, ainda que reduzida ao essencial. Ademais, em termos de discurso museográfico apresentava-se “com a novidade desta dupla visão, englobante da inculturação a que fomos sujeitos, antes de ser agentes”<sup>602</sup>.

Na terceira parte da mostra, a mais extensa, ganhava corpo o mote central Cristo fonte de esperança na vida de cada ser humano, do nascer ao morrer, mediante a Sua presença em sinais sacramentais que marcam etapas e momentos importantes da experiência cristã. A estrutura deste núcleo obedecia, por isso, à economia sacramental no ciclo da existência humana: baptismo, confirmação, eucaristia, ordem, matrimónio, penitência e unção dos doentes. Representações de cenas bíblicas, alfaias e vestes empregadas na liturgia dos sacramentos configuravam o percurso, caminhando para o juízo final, onde a misericórdia triunfa e a Santíssima Trindade preside. O discurso apoiava-se numa estratégia de contextua-

<sup>601</sup> Cf. *Cristo Fonte de Esperança*, cit., pp. 45-175.

<sup>602</sup> C. M. AZEVEDO, «Critérios e razões da Exposição...», cit., p. 14.

lização, em que figurações iconográficas da instituição dos ritos introduziam os respectivos artefactos litúrgicos. Com um intuito pedagógico, dava a conhecer-se ainda o uso destes e, quando relevante, também a sua evolução formal ao longo dos tempos<sup>603</sup>.

Os sacramentos do baptismo e da confirmação, apresentados em conjunto no primeiro subsector, evocavam o renascimento pela água e pelo Espírito. Progredindo do *Baptismo de Cristo*, plasmado em diversos suportes, sucediam-se os objectos relacionados com a liturgia baptismal: a pia e concha baptismais, as âmbulas dos Santos Óleos e o porta-círio pascal, no qual os pais do neófito acendem a vela, como sinal da luz da fé. Depois surgiam a pia de água benta, a caldeirinha e o candeeiro das trevas, instrumentos de actualização da memória do baptismo<sup>604</sup>.

O *Pentecostes*, por seu turno, prefaciava os *Dons do Espírito Santo*, as ânforas e arca dos Santos Óleos, habitualmente benzidos na Missa Crismal de Quinta-Feira Santa. A confirmação, reforço da graça baptismal por especial efusão do Espírito Santo que consagra para o testemunho evangélico<sup>605</sup>, era simbolicamente expressa pelas figuras dos santos e mártires, ora em representações iconográficas, ora sob a forma de relíquias, memória viva ou visual dessa presença no ser humano<sup>606</sup>.

Mistério fundamental do Cristianismo e último sacramento de iniciação, a eucaristia dava tema ao segundo subsector, enquadrado por composições alusivas aos mistérios de Quinta-Feira Santa (*Última Ceia e Lava Pés*) e à celebração e devoção eucarísticas (*Missa de São Gregório e Adoração do Santíssimo Sacramento*). Os objectos litúrgicos estavam agrupados segundo os vínculos semânticos que mantinham com matérias-chave daquele sacramento: o altar, interpretado pelo conjunto dos seus acessórios (frontais, banqueta, sacrário, lampadário, candelabros, estantes, sacras e ramos), bem como pelas alfaias que nele servem (cálices e patenas, píxides, galhetas, hostiários e cofres eucarísticos), e ainda os relacionados com as cerimónias de Quinta-Feira Santa (urna do Santíssimo e bacia de lava-pés); depois, a procissão eucarística, configurada pela cruz e tocheiros processionais, os turíbulos e as navetas, o pluvial e a dalmática, as lanternas, o pálio e respectivas varas,

<sup>603</sup> *Idem*, pp. 14-15.

<sup>604</sup> Cf. *Cristo Fonte de Esperança*, cit., pp. 259-273.

<sup>605</sup> Cf. CEC 1302-1305.

<sup>606</sup> Cf. *Cristo Fonte de Esperança*, cit., pp. 274-311.

sob o qual se abrigava a custódia. Colateralmente, diversos espécimes permitiam acompanhar a evolução histórica e estética dos principais elementos<sup>607</sup>.

Avançando para os sacramentos ao serviço da comunhão, a ordem era apresentada pela indumentária, insígnias litúrgicas e utensílios próprios de cada grau: episcopado, presbiterado e diaconado<sup>608</sup>. Um retrato de bispo e imaginária hagiográfica de clérigos contextualizavam e elucidavam acerca do uso dos artefactos. O sacramento do matrimónio, introduzido pelas *Bodas de Canaã*, incluía símbolos da relação esposal, como as alianças e a salva, mas também de vivência familiar, ilustrada por episódios do quotidiano da Sagrada Família e uma cadeira de partos<sup>609</sup>.

A penitência, sacramento de cura designado igualmente por reconciliação, perdão ou confissão<sup>610</sup>, apoiava-se em representações da parábola do filho pródigo, das tentações de Santo Antão e de figuras penitentes (São Pedro, Santa Maria Madalena e São Jerónimo), acompanhando o mobiliário de confissão auricular e um vaso de cinzas, alfaia vinculada à celebração de Quarta-Feira de Cinzas<sup>611</sup>.

Destinado a confortar aqueles que se encontram sob a provação da doença, o sacramento da unção dos enfermos ganhava forma nos numerosos ex-votos com pinturas de leitos de sofrimento e nos santos patronos dos médicos, os anárgiros São Cosme e São Damião, e dos doentes, São Camilo de Lélis e São João de Deus, em paralelo com os objectos associados ao viático e à santa unção. A inevitabilidade do trânsito surgia nas imagens dos corpos de Cristo e da Virgem, mas em particular num esquife, cujo emprego se reproduzia num quadro que retratava um cortejo fúnebre<sup>612</sup>.

À morte de cada homem sobrevém o juízo de todas as obras realizadas durante o seu caminho de santificação terrestre e a esperança do encontro definitivo com Deus na eternidade<sup>613</sup>. Gerada à imagem da perfeição divina, a criatura humana pratica acções que reflectem a bondade, na misericórdia e na assistência, a verdade, na pedagogia, e a beleza, na música e na arte.

<sup>607</sup> Cf. *Idem*, pp. 312-402.

<sup>608</sup> M. F. FALCÃO, *op. cit.*, pp. 357-358, s. v. “Ordem (sacramento). 3. O sacramento da Ordem”.

<sup>609</sup> Cf. *Cristo Fonte de Esperança, cit.*, pp. 403-470.

<sup>610</sup> M. F. FALCÃO, *op. cit.*, p. 384, s. v. “penitência. 2. Sacramento da Penitência”.

<sup>611</sup> Cf. *Cristo Fonte de Esperança, cit.*, pp. 471-483.

<sup>612</sup> Cf. *Idem*, pp. 484-508.

<sup>613</sup> Cf. CEC 1021-1022.

O último sector desta parte da exposição, acerca do triunfo da misericórdia que garante a esperança do paraíso, pretendia alargar o valor estético para além da criação artística, abarcando na categoria do belo a arte de viver, de ensinar, de amar, de fazer a verdade e construir a paz<sup>614</sup>. Assim, exibiam-se representações de *Nossa Senhora da Misericórdia*, bem como de outras figuras conotadas com actos de bondade (São Martinho e São Vicente de Paulo), e elementos relacionados com o ensino (Santa Ana a ensinar a Virgem, Santo António de Lisboa, publicações acerca de estabelecimentos de ensino) e com a música (partituras e um órgão positivo). A findar, num tom escatológico, aludia-se à imaterialidade do homem, mediante um conjunto iconográfico da *Paixão de Cristo e Almas do Purgatório*, a invocação mariana de Nossa Senhora do Carmo, advogada dos pecadores mais abandonados, e do arcanjo São Miguel, protector das almas, culminando na complexa figuração trinitária, síntese metafórica de todo o percurso expositivo<sup>615</sup>.

*Cristo Fonte de Esperança* foi um evento que serviu para assinalar culturalmente as celebrações do Grande Jubileu bimilenar do mistério da Encarnação, vivido de modo intenso por toda a Igreja, tanto em Roma e Jerusalém quanto em cada uma das Igrejas locais. De iniciativa eclesiástica e no contexto de uma comemoração religiosa, esta mostra assentava em pressupostos específicos, que reflectiam as preocupações da sua tutela.

O objectivo residia numa apresentação de carácter didáctico, mediante uma ligação dinâmica entre a arte, a estética, a teologia, a história e a iconografia. Importava sobretudo o conteúdo ou mensagem de cada peça, embora sem menosprezar o seu valor artístico intrínseco, entrosado no significado teológico, pedagógico e evangélico<sup>616</sup>.

Neste sentido, a exposição obedeceu a um discurso confessional, mas evidenciava outras preocupações. Com visitas guiadas ajustadas aos diversos públicos e abrindo-se a grupos sociais habitualmente pouco frequentadores de exposições desta natureza, desde as crianças aos idosos, dos menos letrados aos intelectuais, contava também com a capacidade dos párocos para mobilizar os fiéis e transmitir-lhes o seu significado e alcance cultural e didáctico. Ademais, objectos litúrgicos de artistas contemporâneos figuravam ao lado de obras antigas, ilustrando quer a evolução estética ou formal, quer o emprego da arte do

<sup>614</sup> C. M. AZEVEDO, «Critérios e razões da Exposição...», *cit.*, p. 15.

<sup>615</sup> Cf. *Cristo Fonte de Esperança*, *cit.*, pp. 509-539.

<sup>616</sup> «Cristo, Fonte de Esperança. [Entrevista com o Comissário-Geral da Exposição]», *op. cit.*



presente e das novas correntes estéticas ao serviço do culto, em jeito de estímulo à criação artística. Por fim, numa perspectiva mais patrimonial, avultava a importância da conservação e restauro pela exibição de peças especialmente intervencionadas para a exposição e, sobretudo, de uma obra ainda em curso de restauro<sup>617</sup>.

A dimensão cultural deste evento extravasou, contudo, o âmbito da mostra de arte sacra. Simultaneamente, decorria nas furnas do edifício da alfândega portuense uma exposição multimédia que, através de tecnologias de som e imagem, abordava a actividade da Igreja nos campos social, pedagógico e cultural. O património artístico religioso estava outrossim em realce, mediante projecção tridimensional de fotografias de monumentos, património integrado e arte sacra, reforçando a ideia da importância da sua salvaguarda e valorização<sup>618</sup>.

No contexto da exposição promoveram-se igualmente concertos de música sacra, traçando o desenvolvimento da missa na História da Música, bem como diversas mesas redondas subordinadas aos temas da fé, simbólica e criação artística, da intervenção da Igreja no ensino, do lugar das artes na renovação pastoral, da pobreza evangélica e investimento cultural e da investigação acerca da Igreja e Cultura nos últimos cinquenta anos<sup>619</sup>. O programa de extensão cultural culminou no colóquio *Igreja e Cultura Contemporânea*, entre 11 e 13 de Setembro de 2000, onde se deu corpo a um trabalho de investigação que analisou a presença da Igreja na arquitectura, nos museus, bibliotecas e arquivos, nas artes do espectáculo, na produção artística e ainda na religiosidade popular e nos meios de comunicação social<sup>620</sup>.

### 3.7.2. Outras exposições no âmbito das comemorações jubilares

Apesar de as iniciativas culturais promovidas pela CEP no contexto do Grande Jubileu do ano 2000 terem sido cometidas à Diocese do Porto, outros bispos desenvolveram actividades locais para assinalar culturalmente aquelas celebrações.

---

<sup>617</sup> *Ibidem*.

<sup>618</sup> *Ibidem*.

<sup>619</sup> «Exposição de Arte Sacra “Cristo Fonte de Esperança”», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXI, n.º 27, de 19 de Julho de 2000.

<sup>620</sup> «No fim da Exposição Jubilar», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXI, n.º 33, de 27 de Setembro de 2000; cf. M. B. da CRUZ (coord.) & N. C. GUEDES (coord.), *op. cit.*

Em Aveiro teve lugar a mostra *Um Homem para os Outros: nos 2000 Anos do Nascimento de Jesus Cristo*, entre 9 de Abril e 1 de Maio de 1999, inserida na caminhada preparatória das comemorações do ano jubilar. A organização esteve a cargo da Diocese, com a colaboração da Câmara Municipal e do Museu de Aveiro. Instalada no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, reuniu um acervo proveniente das igrejas e instituições religiosas do território, bem como de colecionadores privados, dando azo à realização de um inventário preliminar do património cultural diocesano.

A exposição assentou num discurso temático, de acordo com a cronologia bíblica, interpretando Jesus Cristo como um Homem para os outros. No espaço distinguiam-se duas áreas. A inicial contemplava o período desde o anúncio da vinda do Messias no Antigo Testamento até à vida pública de Jesus, traduzida por elementos iconográficos (pintura e escultura), assumindo um carácter mais narrativo. Das imagens de Elias e de João Baptista, o precursor do Salvador, junto de bibliografia alusiva a Isaías, Zacarias e Miqueias, que evocavam as profecias messiânicas veterotestamentárias, caminhava-se para o mistério da encarnação, primeiro na figura de Maria, em particular pela *Anunciação* e a *Expectação*, depois no Deus Menino, cujo nascimento estava plasmado em diversos presépios e representações do Infante, ora adormecido, ora ao colo de Seus pais. A fase adulta de Jesus Cristo ganhava forma nos membros do colégio apostólico, aos quais outorgou o ministério eclesial. Na segunda parte, acerca do mistério pascal, concentravam-se as alfaias e indumentária litúrgicas, estruturas simbólicas contextualizadas pela iconografia circundante relativa aos acontecimentos da Semana Santa. O arranjo dos objectos atendia às afinidades semânticas: o sacrário e a urna de reserva eucarística faziam a ligação com as vestes litúrgicas e as grades de comunhão; o pálio processional, sustentado nas varas e acompanhado pelas lanternas, articulava-se com as custódias e o turíbulo; em volta dispunham-se pinturas e esculturas de episódios relacionados com a paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Ambas as partes concluíam em instalações abstractas de carácter simbólico ou alegórico, a última configurando um espaço destinado à reflexão pessoal ou colectiva<sup>621</sup>.

---

<sup>621</sup> *Um Homem para os Outros. Nos 2000 Anos do Nascimento de Jesus Cristo*, Aveiro, Diocese de Aveiro, 1999, pp. 5-9.

Não obstante a iniciativa eclesial, a composição museográfica denunciava estratégias mais orientadas por critérios estéticos e culturais do que por princípios teológicos ou litúrgicos. Com efeito, o texto introdutório ao catálogo – de Maria da Luz Nolasco, responsável pelo desenho da exposição – assume sem rodeios a dessacralização dos espécimes exibidos e expressa a intenção de os converter em objectos museológicos, instalados num cenário distinto do original e propiciador de novas interpretações. Aliás, a própria exposição fora concebida “artisticamente”, de harmonia com uma lógica plástica: os plintos serviam para individualizar e realçar os artefactos; privilegiaram-se as formas, silhuetas, volumes e texturas, jogando com os fundos monocromáticos. A disposição sequencial e temática incluía trabalhos abstractos de artistas contemporâneos em paralelo “com utensílios litúrgicos raros – *obras de arte do passado*”<sup>622</sup>. O objectivo central da mostra radicava, porém, na ilustração da ideia de Cristo como um Homem para os outros, atingido mediante uma estrutura essencialmente narrativa.

Na cidade de Coimbra o programa de actividades para as celebrações jubilares contemplava a exposição *Semente em Boa Terra*, entre Novembro de 2000 e Fevereiro de 2001, instalada na igreja de São Tiago. Atendendo ao convite para o avivar da memória e o aprofundamento das origens da fé, feito na bula de proclamação do Jubileu, a Diocese entendeu promover uma mostra de cunho didáctico e histórico, com um intuito catequético e artístico subjacente, acerca das raízes do cristianismo no seu território, desde o século IV até 1064, data da reconquista cristã definitiva da cidade<sup>623</sup>.

Ainda que as balizas temporais da temática sugerissem uma feição arqueológica, acrescentaram-se obras de natureza artística, de séculos mais recentes, que apontavam, todavia, para o primeiro milénio da nossa era. Não obstante, na selecção dos espécimes, o valor documental prevaleceu sobre a componente estética<sup>624</sup>. O acervo proveio das paróquias da diocese, mas também do Museu Monográfico de Conímbriga, do Museu do

---

<sup>622</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>623</sup> Albino CLETO, «Os objectivos da exposição», in *Semente em Boa Terra. Raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2000, p. 17; cf. «Na comunhão das Igrejas. Coimbra. Exposição», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXI, n.º 42, de 29 de Novembro de 2000; «Na comunhão das Igrejas. Coimbra. Coimbra expõe a sua história cristã», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXI, n.º 45, de 20 de Dezembro de 2000.

<sup>624</sup> A. CLETO, «Os objectivos da exposição», *cit.*, p. 17.

Cabido Metropolitano de Braga, do Arquivo e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, bem como de alguns particulares.

O discurso expositivo emanava da parábola do semeador, na qual, da semente que caiu em quatro tipos de solo, apenas deu fruto a que germinou em terra boa<sup>625</sup>. Esta ideia ganhou corpo em três secções temáticas: *Veio o Semeador Lançar a Semente; Houve Semente que Caiu em Boa Terra; E a Semente Deu Fruto*. A primeira, muito breve, aludia à vinda do Messias, ora pelo mistério da encarnação, mediante imagens da *Anunciação* e da infância de Jesus, ora pelo mistério pascal, com representações da *Crucificação*, da *Virgem da Piedade* e do *Ressuscitado*<sup>626</sup>.

Na segunda parte considerava-se a evolução do acolhimento ao cristianismo no território, desde a época romana, passando pelo domínio suevo-visigótico e a invasão muçulmana, até ao período das conquistas e reconquistas. Este sector incorporava mormente vestígios arqueológicos, testemunhos da vivência cristã naquelas épocas, mas também imaginária sacra que, embora dos séculos XV ao XVIII, retratava fundadores e patronos dos cenóbios e templos que se iam constituindo<sup>627</sup>.

Mais extensa, a secção derradeira patenteava os frutos da semente. Um conjunto de escultura atestava a devoção à Virgem, a veneração aos apóstolos, titulares de várias igrejas, o culto dos mártires peninsulares, das relíquias e dos padroeiros do gado. O percurso concluía nos bispos e outros servidores da Igreja conimbricense, evocados também por bibliografia, realçando a evangelização do mundo rural e a implantação da fé manifesta nos hagiopónimos da região<sup>628</sup>.

Coadjuvada cientificamente por professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, autores dos estudos que complementam o catálogo, esta exposição incidiu na temática da história religiosa do território diocesano, servindo para elucidar o visitante acerca das origens do cristianismo naquelas terras e despertá-lo para a importância de sítios, tradições e devoções cristãs que germinaram naquele tempo e ainda hoje perduram. A este didactismo juntava-se um propósito catequético, especialmente dirigido à comu-

<sup>625</sup> Cf. *Mt* XIII, 3-9; *Mc* IV, 2-9; *Lc* VIII, 4-8.

<sup>626</sup> Cf. *Semente em Boa Terra...*, *cit.*, pp. 20-32.

<sup>627</sup> Cf. *Idem*, pp. 34-78.

<sup>628</sup> Cf. *Idem*, pp. 89-153.

nidade cristã, exortando-a a tirar do passado as lições para o presente e a continuar o esforço decidido e persistente de evangelização<sup>629</sup>.

### 3.7.3. Grande Jubileu e missionação

“Ide, pois, fazei discípulos de todos os povos, baptizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado. E sabeis que Eu estarei sempre convosco até ao fim dos tempos”<sup>630</sup>. Com este mandato formal de Cristo, primeiro e maior missionário do Pai, se instituiu a natureza missionária da Igreja<sup>631</sup>, pelo que, à luz do Grande Jubileu, recordar os 2000 anos de Jesus era também celebrar o nascimento da missão, a qual continua no tempo através do anúncio e do testemunho eclesial<sup>632</sup>.

Neste contexto, e estando a acção pastoral jubilar orientada para o revigoramento da fé e a nova evangelização<sup>633</sup>, o programa de comemoração dos *Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas*, já em curso, teria, no âmbito do Jubileu, o papel de suscitar um novo impulso missionário aberto a todo o mundo, nomeadamente aos países de expressão portuguesa<sup>634</sup>.

A arquidiocese de Braga desde cedo se distinguiu na acção evangelizadora, tanto *ad intra*, quanto *ad gentes*, expressa pelas numerosas instituições missionárias nela sediadas, em particular depois do século XVI<sup>635</sup>. Na conjunção destes factores, o ano jubilar foi culturalmente assinalado em Braga com a exposição *5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas*, entre 20 de Outubro e 8 de Dezembro, instalada na igreja do Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo – antigo colégio jesuíta de São Paulo –, recentemente restaurada

<sup>629</sup> A. CLETO, «Os objectivos da exposição», *cit.*, p. 17.

<sup>630</sup> Mt XXVIII, 19-20; cf. Mc XVI, 15-18; Lc XXIV, 46-49; Io XX, 21-23.

<sup>631</sup> Cf. AG 1-2; CEC 849-850.

<sup>632</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Messaggio del Santo Padre Giovanni Paolo II per la Giornata Missionaria Mondiale, 2000*, 11 de Junho de 2000, n.º 1.

<sup>633</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Epistula Apostolica Tertio Millennio Adveniente, cit.*, n.º 42.

<sup>634</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa sobre o Jubileu do Ano 2000*, Lisboa, 8 de Setembro de 1996.

<sup>635</sup> J. MARQUES, *op. cit.*, pp. 247-248; cf. João Francisco MARQUES, *A Arquidiocese de Braga na Evangelização do Além-Mar*, Braga, Comissão Arquidiocesana das Comemorações dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas/Universidade Católica Portuguesa, 2001.

e desprovida dos bancos para ficar em jeito de salão<sup>636</sup>. À data de abertura teve início um simpósio histórico-teológico, subordinado à temática da actividade missionária, antecedendo a celebração do Dia Mundial do Missionário, a 22 de Outubro<sup>637</sup>.

Em termos museográficos, a mostra assentou em cinco secções, de acordo com um critério simultaneamente temático e tipológico. No começo apresentavam-se os *Personagens*, figuras ímpares da missionação portuguesa, embora mantendo um nexu semântico com o bispado bracarense: o Colégio de São Paulo, da Companhia de Jesus, evocado pelas imagens de São Francisco Xavier, São João de Brito, Beato Inácio de Azevedo – que chegou a ser reitor daquela instituição – e seus companheiros mártires, Santo Inácio de Loyola, fundador da ordem, e os beatos Francisco Pacheco e Miguel de Carvalho, naturais da arquidiocese; os *Mártires de Marrocos* e representações da primeira missa celebrada pelos missionários franciscanos no Brasil aludiam ao convento de Montariol; depois vinham os retratos dos arcebispos de Braga que anteriormente haviam governado dioceses além-mar, desde D. Frei Aleixo de Menezes, no século XVII, até D. Eurico Dias Nogueira, ainda entre nós<sup>638</sup>.

O segundo núcleo estava dedicado aos *Objectos Litúrgicos* resultantes do encontro e diálogo cultural. Avultavam as cruzes, partindo da cruz de ferro forjado usada na primeira missa oficiada na Terra de Vera Cruz para representações do *Crucificado*, onde predominavam as madeiras exóticas, o marfim e as aplicações de madreperla, consubstanciando uma arte de miscigenação entre os motivos europeus e a estética autóctone das culturas de acolhimento. Em menor número, patenteavam-se alfaias litúrgicas, sacras, estantes de missal, âmbulas dos santos óleos e um cofre eucarístico, testemunhos da prática cultural entre aqueles povos<sup>639</sup>.

Sob o título *Indumentária e Adereços*, o terceiro sector acolhia têxteis litúrgicos indo-europeus, como alvas, casulas, estolas, pluviais, véus de cálice, dalmáticas, manípulos e frontais de altar, agrupados segundo os respectivos conjuntos<sup>640</sup>.

<sup>636</sup> «Braga reabre igreja com cinco séculos de evangelização», in *Correio da Manhã*, Lisboa, Presselivre, de 25 de Novembro de 2000.

<sup>637</sup> *Exposição dos 5 Séculos de Evangelização...*, cit., p. [6].

<sup>638</sup> Cf. *Idem*, pp. 22-75.

<sup>639</sup> Cf. *Idem*, pp. 77-127.

<sup>640</sup> Cf. *Idem*, pp. 129-157.

Na quarta secção, de *Objectos Devocionais*, tinham lugar os artefactos de prática piedosa, privada e pública: os rosários, a *Via-Sacra*, os ex-votos e as esculturas de devoção doméstica, sobressaindo um conjunto de marfins de proveniência indo-portuguesa, com figurações da Virgem, da *Sagrada Família*, do *Cristo Bom Pastor*, do *Cristo Salvador do Mundo*, do Cristo coroado de espinhos e de Santo António<sup>641</sup>.

A exposição concluía num pequeno núcleo designado *Outros Objectos*, com peças avulsas, sem significado religioso mas resultantes do encontro de culturas: painéis com figuras chinesas, um contador e um fragmento da bota de São Francisco Xavier<sup>642</sup>.

O tema da missionação não era inédito no panorama museológico português recente – em 1994 ocorrera uma exposição nacional –, mas a arquidiocese de Braga reinterpreto-o de acordo com a sua participação naquele fenómeno cultural. Um acervo proveniente de instituições religiosas do seu território – embora na maioria do Tesouro da Sé e do Museu Nogueira da Silva –, bem como de colecionadores privados, com espécimes do século XVII ao século XX, ilustrou o percurso de cinco centúrias de missão evangélica, ora através dos personagens, ora mediante objectos que testemunham a vivência religiosa dos povos missionados. O discurso assentava, todavia, numa estrutura singela, de matriz temática e tipológica.

O ano 2000 teve um significado muito especial para a comunidade cristã. Face ao convite pontifício para o aprofundar da fé e o avivar da memória, durante o período jubilar, as exposições de índole cultural desempenharam, a par das cerimónias religiosas, um papel fundamental na evocação da grande caminhada em Cristo, ao longo de dois milénios, daí o carácter histórico assumido nas mostras realizadas pelas dioceses de Braga e Coimbra.

Apesar destes eventos locais, entre outros que, um pouco por todo o país, assinalaram a ocasião<sup>643</sup>, a Igreja portuguesa centralizou as suas manifestações na diocese do Porto, palco de uma exposição nacional e outras actividades complementares.

---

<sup>641</sup> Cf. *Idem*, pp. 159-221.

<sup>642</sup> Cf. *Idem*, pp. 223-227.

<sup>643</sup> Como a exposição *Tempo e Eternidade*, promovida pela diocese de Setúbal no contexto do Grande Jubileu e do jubileu diocesano (1975-2000), com espécimes dos séculos XV ao XIX, organizada em quatro núcleos temáticos – *Jesus, salvador do mundo*; *Maria, mãe de Jesus e modelo da Igreja*; *a Igreja de Jesus na península de Setúbal* e *Eucaristia, penhor de eternidade* [«Na comunhão das Igrejas: Setúbal: Exposição jubilar»],

*Cristo Fonte de Esperança* marcou, pois, as celebrações jubilares – quer pela amplitude geográfica, quer pela dimensão –, mas sobretudo constituiu um ponto de charneira nas práticas museológicas de cariz religioso. Numa altura em que a Igreja carecia de um inventário sistemático dos seus bens culturais, a despeito dos esforços já envidados nesse sentido, a concepção do guião expositivo apoiou-se essencialmente em trabalho de campo feito nas diversas dioceses, originando, porém, um valioso contributo para o conhecimento da arte religiosa portuguesa.

O arranjo museográfico, por sua vez, fundou-se numa narrativa temática na qual abundavam conceitos teológicos, pelo que a estratégia empregada se baseou na contextualização dos objectos litúrgicos – consolidando, à escala nacional, as experiências realizadas nas exposições lisboetas *Encontro de Culturas e Fons Vitæ* –, mediante obras de arte de apreensão imediata (mormente pintura e escultura figurativa), que elucidava o visitante acerca do seu uso e da instituição dos respectivos sacramentos. Aliava-se, deste modo, a componente informativa à intenção catequética subjacente, sem menosprezar, contudo, os aspectos históricos e estéticos intrínsecos, ilustrados por exemplares de várias épocas, ao mesmo tempo que tornava a exposição aberta à fruição por parte de públicos não adstritos à confissão religiosa católica romana. Ademais, esta exposição almejava sensibilizar para a necessidade de conservação, restauro, inventariação e uso do património cultural da Igreja como instrumento pastoral e espiritual, dando corpo, pela primeira vez num evento de tutela eclesiástica a nível nacional, às recomendações da nota pastoral da CEP sobre os bens culturais da Igreja, de Maio de 1990.

### **3.8. No dealbar do século XXI**

A viragem do milénio comportou um forte sentido religioso, o qual infundiu uma dinâmica muito especial nas comunidades locais, com repercussões em torno dos bens culturais da Igreja, indo ao encontro das recomendações da CEP em matéria da sua salvaguarda,

---

in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXI, n.º 20, de 31 de Maio de 2000]; ou a mostra de arte sacra designada *Dominvs*, levada a efeito em Óbidos pela Câmara Municipal, de colaboração com paróquias de Óbidos e o Núcleo Museológico do Santuário do Senhor da Pedra [«Jubileu anima Óbidos», in *Região de Leiria*, Leiria, Empresa Jornalística Região de Leiria, n.º 3265, de 10 de Março de 2000].



bem como das directrizes emanadas pelas entidades pontifícias<sup>644</sup>. No que respeita à sociedade civil, o legado histórico e artístico português concentrava algumas atenções, enquanto se preparava a nova lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, promulgada em Setembro de 2001, e a lei-quadro dos museus portugueses, aprovada em 2004. Da conjugação destes factores, entrou-se num novo ciclo da musealização da arte sacra.

### 3.8.1. Divulgação do património religioso local

Ainda no ano 2000, o Município de Paredes de Coura empreendeu duas exposições com o intuito de divulgar os testemunhos da vivência religiosa do concelho, reafirmando o empenho na conservação e promoção do património local, depois de experiências já efectuadas no campo da arqueologia e da etnografia. A primeira mostra coincidiu com a celebração da Páscoa, dedicada ao tema dos *Crucifixos*. Em parceria com o Arciprestado de Paredes de Coura, resultou dos primeiros trabalhos no âmbito da inventariação da imaginária religiosa concelhia, juntando diversas figurações do martírio de Cristo oriundas das paróquias daquela jurisdição eclesiástica. Por isso, os objectivos traçados apontavam para a evocação do acontecimento da fé e das marcas deixadas na história dos homens, ao mesmo tempo que proporcionava a descoberta, estudo e conhecimento dos valores patrimoniais, bem como uma visão social e humana da região das “Terras de Coyra”. O discurso assentava na tipologia das cruces, decorrente ora do uso específico, ora do período estético, mas também na compreensibilidade, propondo uma leitura coerente e didáctica dos espécimes e das colecções. Com efeito, o próprio catálogo está acompanhado de textos acerca da crucifixão, tanto do ponto de vista teológico quanto artístico<sup>645</sup>.

No Natal seguinte teve lugar a segunda exposição, acerca da *Natividade*. Contudo, o acervo seleccionado para este evento provinha exclusivamente de particulares. A autarquia reconhecia igualmente o interesse no estudo e inventariação do património religioso de carácter privado, herdado ou adquirido por devoção ou por puro espírito coleccionista, no sentido de despertar a consciência para seu o valor histórico e artístico. Assim, o conjunto exposto integrava obras de

<sup>644</sup> Cf. subcapítulo 2.1. Papel da Igreja na salvaguarda da arte sacra.

<sup>645</sup> «Prelúdio», in *Crucifixos*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2000, pp. 8-10, cf. pp. 11-36.

pequeno vulto, sobretudo afectas à prática piedosa doméstica, do século XVI ao século XX – com predominância deste último –, ilustrando o ciclo da Natividade desde a genealogia da Virgem à infância de Jesus, de acordo com uma narrativa que partia de Deus Pai, passava pela meninice de Maria e Sua família, prosseguindo pela imaculada concepção rumo ao presépio, para concluir na figura do Deus Menino, quer isolada, quer associada aos Seus pais. À semelhança do que acontecera na outra publicação, o catálogo incluía diversos textos sobre os episódios bíblicos retratados, alargando a dimensão didáctica da exposição<sup>646</sup>.

Dando continuidade ao esforço para conhecer e divulgar o património religioso courense, já demonstrado nestes eventos, a Câmara Municipal de Paredes de Coura, de colaboração com o Arciprestado de Paredes de Coura e a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, promoveu a exposição *Imaginária Religiosa Barroca*, entre 8 de Novembro e 27 de Abril de 2003<sup>647</sup>. Inserida no âmbito do Colóquio Barroco Rural – organizado pelo município e aquela universidade, com o intuito de estudar o fenómeno e as suas implicações regionais<sup>648</sup> –, contou com obras de escultura, dos séculos XVII e XVIII, provenientes de todas as paróquias do concelho, testemunho da religiosidade e espiritualidade da região, como também da produção artística local. O discurso seguiu uma linha temática, das invocações marianas para os pais da Virgem e diversos santos e mártires venerados na região. Estudos acerca do significado e função das imagens religiosas e da arte da talha na região complementaram o catálogo<sup>649</sup>.

Enquanto isso, no Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim decorria a exposição *Opera Fidei: Obras de Fé num Museu de História*, numa iniciativa conjunta do Município e do Arciprestado de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, de 23 de Novembro de 2002 a 15 de Junho do ano seguinte. Este projecto visava exhibir e divulgar alguns resultados do inventário do património religioso do arciprestado, em curso desde

<sup>646</sup> «Prelúdio», in *Natividade*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2000, pp. 9-14, cf. pp. 15-31.

<sup>647</sup> Inicialmente previsto para 2 de Março, o encerramento foi adiado para o mês seguinte, em virtude da crescente afluência de público escolar de vários estabelecimentos do norte do país [«Paredes de Coura: Exposição sobre Barroco», in *Correio do Minho*, *cit.*, de 20 de Março de 2003].

<sup>648</sup> «Colóquio Barroco Rural», in *Paredes de Coura. Informação Municipal*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, n.º 4, Agosto/Setembro de 2002, p. 17.

<sup>649</sup> *Imaginária Religiosa Barroca. Paredes de Coura 2002/2003*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2002, pp. 24-64.

1994, do qual a conservadora do museu era delegada diocesana. A esta profícua ligação acresceu o apoio da Comissão de Coordenação da Região do Norte, que, através do ON – Operação Norte, Programa Operacional da Região do Norte, em conjunto com a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim dotou o museu de equipamentos e meios financeiros para a sua efectivação<sup>650</sup>.

O acervo exposto – mais de quatro centenas de espécimes – incluía objectos das colecções do museu, mas a grande maioria provinha dos templos e instituições de todas as paróquias do arciprestado, alguns dos quais inéditos e outros ainda que necessitaram de intervenção de restauro e limpeza para melhor fruição por parte do público<sup>651</sup>. No que respeita ao arranjo museográfico, as obras estavam agrupadas – temática ou tipologicamente – em expositores dispostos em volta das salas, intercalados por exemplares de pintura ou de escultura de maiores dimensões sobre plintos; nos centros, apenas contendo um expositor mais pequeno, alguns bancos corridos de onde o visitante podia olhar o conjunto<sup>652</sup>.

Em termos de discurso, a narrativa obedeceu a uma estrutura cronológica e temática, firmada nas devoções e sua justificação na história do país e da região, ainda que, dentro daquela, surgisse ocasionalmente uma subdivisão tipológica. Assim, o percurso seguia vinte e sete nichos temáticos, em jeito de capítulos. Principiava “A. C.” – *Antes de Cristo [0]*, com o domínio dos ídolos, atestado numa ara e numa estela funerária romanas, marcas de culto ao sagrado na região em épocas pré-cristãs. N’*O tempo das Legendas [I]*, os bustos-relicários de São Pedro de Rates, o legendário primeiro arcebispo de Braga, e de São Martinho de Dume, arcebispo durante o período suevo, acompanhavam os vestígios paleocristãos da cidade de Terroso e do primitivo mosteiro e igreja de São Pedro de Rates. Zona de passagem d’*O Caminho [II]* das peregrinações a Santiago de Compostela, outros elementos arqueológicos e arquitectónicos deste templo românico preludiavam as imagens do santo, nas suas figurações habituais – apóstolo, peregrino e guerreiro ou *mata-mouros* –, e de alguns membros do colégio apostólico, patronos de igrejas que davam guarida aos peregrinos. Na baixa Idade Média, os raios coloridos dos vitrais e a arquitectura apontada

<sup>650</sup> *Opera Fidei. Obras de Fé num Museu de História*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2003, pp. 13-14.

<sup>651</sup> Luís Filipe SANTOS, «*Opera Fidei* em catálogo», in *Agência Ecclesia*, cit., de 3 de Novembro de 2004.

<sup>652</sup> Cf. fotografias em *Opera Fidei...*, cit., pp. 246-247.

para o alto evocavam *A Luz Divina [III]*, uma secção ilustrada por imagens de Cristo e da Virgem e uma veste litúrgica, cuja estética remete para esse período<sup>653</sup>.

Passando para um âmbito devocional, a exposição prosseguia com *Rosa Mística [IV]*, que acolhia diversas imagens de Nossa Senhora do Rosário, invocação presente amiúde nas igrejas do arciprestado, em esculturas, pinturas e bandeiras processionais, e a secção seguinte, *Nossa Senhora do Amor [V]*, patenteava pintura e escultura nas quais sobressaía o amor e ternura maternal de Maria. Sob o título *Ora et Labora [VI]* tinham lugar os santos do clero regular e secular, em particular São Francisco de Assis e Santo António, mas também São Gonçalo de Amarante, São Teotónio, Santo Agostinho, São Francisco Xavier, São Bernardo e outros que realçavam a importância das ordens religiosas na difusão do Evangelho. Depois, a devoção das gentes do mar tomava forma no *Fogo de S. Telmo [VII]*, com representações de São Pedro Gonçalves Telmo e ex-votos marítimos dirigidos ao santo, e em *Avis Maris Stela [VIII]*, a litânica Estrela da Manhã que guia e protege todos os tipos de viajantes, no qual tinham protagonismo as imagens de Nossa Senhora de Guadalupe e Nossa Senhora da Boa Viagem, bem como de Nossa Senhora da Lapa, associada, na região, à protecção dos pescadores<sup>654</sup>.

A *Processione [IX]*, com bandeiras processionais alusivas à crucificação e outros objectos empregados nas procissões, antecedia o sector da *Paixão [X]*, ilustrado segundo a cronologia do mistério pascal, das imagens do *Ecce Homo* pelas pinturas da *Via-Sacra*, os *Calvários* e as figuras dolorosas lamentando sobre o Cristo morto, até à ressurreição e ascensão do Senhor. Introduzido o assunto do perecimento, vinham as temáticas do trânsito ou da grande viagem, com a *Boa Morte [XI]*, retratada pela *dormição da Virgem* que repousa sobre a barca que A transporta para o Além, e depois *Dies Illa, dies Irae [XII]*, evocando o dia do juízo, mediante figuras do cordeiro do Apocalipse, representações do Deus trinitário, juiz das almas penitentes, e menções ao Purgatório. O arcanjo São Miguel, chefe das legiões celestes, que luta com o demónio ou transporta as almas até Deus, protagonizava o núcleo seguinte, *In conspectu Angelorum psallam Tibi Deus meus [XIII]*<sup>655</sup>.

<sup>653</sup> Cf. *Opera Fidei...*, cit., pp. 109-127.

<sup>654</sup> Cf. *Idem*, pp. 129-147.

<sup>655</sup> Cf. *Idem*, pp. 149-169.

No amparo aos problemas e aflições daqueles que ainda não partiram surge uma imensa plêiade de santos, patronos de profissões ou protectores de doenças e males. O sector d’*Os Santos Auxiliares [XIV]* incluía alguns dos taumaturgos venerados no arciprestado – em especial São Sebastião, a quem eram dedicadas as procissões “do cerco”, realizadas ao longo do perímetro das paróquias em tempos de crise – e o d’*As Santas Protectoras e advogadas [XV]* patenteava virgens mártires com lugar nos altares dos templos na mesma região e artefactos relacionados, como uma caixa de esmolas e a imagem de Santa Isabel, Rainha da Hungria, acompanhada pelo respectivo baú de enxoval, resplendor, coroa e ceptro<sup>656</sup>.

A devoção a Maria, precocemente arreigada no povo daquelas localidades, ganhou novo ânimo com a aclamação da Virgem da Imaculada Conceição como padroeira de Portugal, em 1640. Já patente nas imagens de Santa Ana, memória da pura concepção de Maria, na secção d’*A Imaculada [XVI]* expunham-se esculturas da infância da Virgem com Sua mãe, antecedendo as diversas imagens de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, que traçavam uma evolução estética do século XVI até ao século XX. Esta veneração a Maria deu corpo a outras invocações, rememoradas no núcleo *Mãe de Misericórdia [XVII]*, ora em imagens, ora em ex-votos, ora ainda em bandeiras processionais, dando especial realce a Nossa Senhora da Misericórdia, inspiração e advogada de instituições assistenciais. Depois, em *Expectatione [XVIII]* surgia apenas uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação, do período rococó, obra ímpar pela complexidade iconográfica que ostenta<sup>657</sup>.

Em *Homo Panem Angelorum Manducat [XIX]* dispunham-se os objectos vinculados à eucaristia e às confrarias do Santíssimo Sacramento, num arranjo mormente tipológico e cronológico, denunciando a evolução estética das alfaias. Avultava um conjunto de custódias e de cálices, mas tinham lugar igualmente as píxides, os turíbulos e respectivas navetas, os relicários do Santo Lenho, as caldeiras e hissopes, os crucifixos e tocheiros, os lampadários, as campainhas, as sacras, os missais, bem como a indumentária litúrgica própria – casula, dalmática e estolas –, e ainda os acessórios processionais, em particular as cruces,

---

<sup>656</sup> Cf. *Idem*, pp. 171-181.

<sup>657</sup> Cf. *Idem*, pp. 183-196.

as lanternas e as varas de juiz de confraria. A Igreja instituída por Cristo em Pedro estava simbolizada na *Cátedra de S. Pedro [XX]*, sector que acolhia diversos cadeirões paroquiais, ilustrando o desenvolvimento dos estilos da arte da marcenaria e couro, desde o século XVIII ao XIX<sup>658</sup>.

Num contexto mais recente surgia a devoção ao *Sagrado Coração de Jesus [XXI]*, muito frequente a partir do século XVIII, plasmada nas imagens do Menino, de pé e com um coração na mão, e, mais tarde, nas da figuração adulta, segurando o coração diante do peito, entre outros objectos relacionados com aquela invocação, nomeadamente uma pagela e jarras de confraria. A consagração das famílias ao Seu sacratíssimo coração, ao longo dos séculos XIX e XX, acompanhou a importância crescente da família nuclear e da criança em particular, daí que este núcleo exibisse obras alusivas à Sagrada Família, como uma bandeira processional e escultura de devoção doméstica. Em meados do século XIX, ressaiu a devoção ao *Imaculado Coração de Maria [XXII]*, após a instituição, no Porto, da Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria. Imaginária oitocentista desta invocação, oriunda de várias comunidades do arquipélago, testemunhava a sua difusão. Depois das Aparições de 1917, ganhou especial ênfase o culto a *Nossa Senhora de Fátima [XXIII]*, ali traduzido por uma imagem proveniente da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem da Aguçadoura, talhada segundo o modelo da obra realizada por José Ferreira Thedim para a basílica do Sagrado Coração de Jesus da Póvoa de Varzim, por uma fotografia procissão e uma bandeira processional de Nossa Senhora da Saúde, em cujo reverso tinha uma pintura de Nossa Senhora de Lourdes<sup>659</sup>.

No final evocavam-se os *Santos Patronos [XXIV]*, São Pedro pescador e São João Baptista, padroeiros, respectivamente, da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, partindo para a *Religiosidade popular [XXV]*, patente em numerosos ex-votos, ora pintados, ora tridimensionais, antropomórficos e zoomórficos. A exposição concluía na secção *Um Templo Desaparecido – A Antiga Igreja Matriz e Misericórdia [XXVI]*, instalada na recepção do museu, com vestígios arqueológicos da primitiva capela de Santiago, ampliada para

---

<sup>658</sup> Cf. *Idem*, pp. 197-215.

<sup>659</sup> Cf. *Idem*, pp. 217-226.

igreja matriz, em 1756 convertida em igreja da Santa Casa da Misericórdia e, finalmente, demolida para no mesmo local se erguer nova igreja da Misericórdia, em 1909<sup>660</sup>.

À semelhança do que acontecera em 1999, com a exposição *Eucaristia na Arte Sacra*, o Arciprestado de Vila do Conde e Póvoa de Varzim associou-se à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, através do seu Museu Municipal de Etnografia e História, para realizar um evento que despertasse consciências e desse a conhecer aos cristãos os resultados do inventário do património religioso local, em curso havia alguns anos e praticamente concluído. A conjugação de vontades e a congregação de esforços das entidades eclesiásticas, autoridades civis e agentes culturais da região, numa conjuntura favorecida pela estreita relação entre o museu e o arciprestado, criaram condições para o âmbito e dimensão desta mostra.

O discurso trilhou o caminho da prática devocional das gentes do território abrangido. Tal como sucedera anteriormente, denunciava uma influência das disciplinas científicas da instituição museológica: a Etnologia e a História. Os objectos, plenos de significado teológico, inseriam-se antes numa estrutura semântica que elevava o seu papel na vivência religiosa das comunidades representadas, em detrimento de um propósito catequético – bem explícito, contudo, em iniciativas eclesiásticas recentemente promovidas.

No concelho de Matosinhos, por ocasião do encerramento do Ano da Eucaristia – proclamado pela homilia do papa João Paulo II, na solenidade do *Corpus Christi*<sup>661</sup>, a 10 de Junho de 2004, na basílica de São João de Latrão, em Roma – a Câmara Municipal, em articulação com as paróquias do seu território e a Santa Casa da Misericórdia local, levou a cabo a exposição *O Pão da Vida: Arte Sacra da Eucaristia nas Paróquias de Matosinhos*, patente ao público na Galeria Municipal, entre 2 de Outubro e 20 de Novembro de 2005. O acervo, na grande maioria dos séculos XVIII a XXI e proveniente das instituições religiosas envolvidas, integrava obras de escultura, pintura, talha, livraria, mobiliário, ferramentas para fabrico das hóstias, avultando, todavia, a ourivesaria sacra e os têxteis litúrgicos<sup>662</sup>.

---

<sup>660</sup> Cf. *Idem*, pp. 227-241.

<sup>661</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Santa Messa e Processione Eucaristica Nella Solennità del SS.<sup>mo</sup> Corpo e Sangue di Cristo. Omelia di Giovanni Paolo II*, Cidade do Vaticano, 10 de Junho de 2004.

<sup>662</sup> *Matosinhos. Revista Municipal*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, n.º 8, 2005, p. 16; «O Pão da Vida. Arte sacra sobre a Eucaristia nas paróquias de Matosinhos», in *Jornal O Futuro*, cit., A. 25, n.º 276, de Novembro de 2005, p. 13.

Em termos de narrativa, o arranjo museográfico assentou numa distribuição temática de ordem teológico-catequética, em sete núcleos. No início, *Jesus Cristo [I]* introduzia o visitante no mistério eucarístico, mediante figurações do *Lava-pés*, da *Última Ceia* e de Nossa Senhora da Piedade, prostrada junto de Cristo morto, cujo corpo é o pão da vida, simbolizado nas máquinas de fazer e cortar hóstias. Depois, *Convocados para o Altar [II]*, a cruz que abre a procissão, os turíbulos e respectivas navetas e os missais, evocando a acção ritual e a Palavra de Deus. O sector d'*O Altar [III]* acolhia mesas sagradas e um frontal, bem como os diversos objectos que ali têm lugar: a cruz e tocheiros, as sacras, os cálices, píxides e patenas, as galhetas e outros artefactos auxiliares, como as credências, as campainhas, as lavandas e os gomis. Após a transubstanciação tem lugar *A Reserva Eucarística [IV]*, em sacrários acompanhados invariavelmente por uma luz, sob a forma de lampadários ou lamparinas. No núcleo da *Adoração [V]*, acerca da solene exposição do Santíssimo Sacramento, patenteavam-se as custódias e ostensórios e os objectos próprios da procissão de *Corpus Christi*: umbela, pálio, baldaquino e lanternas. A secção d'*A Devoção ao Santíssimo Sacramento [VI]*, por sua vez, integrava espécimes adstritos à confraria, tais como as bandeiras processionais, as opas e caixas de esmolos. A mostra concluía no sector dos *Paramentos [VII]*, que exhibia diversos conjuntos de indumentária litúrgica, em particular casulas, dalmáticas e pluviais<sup>663</sup>.

Apesar de uma disposição segundo preceitos marcadamente religiosos, esta exposição denunciava ainda um intuito pedagógico no que respeita à evolução estética. Dentro de cada nicho temático repetiam-se os utensílios ou peças litúrgicas mais significativas, com exemplares das sucessivas épocas, traçando um percurso do desenvolvimento artístico dos espécimes em causa, até aos nossos dias. Ademais, o catálogo, singelo quanto à entrada individual de cada obra, limitando-se à fotografia acompanhada de uma identificação sumária – denominação, matéria, proveniência e cronologia –, inclui, todavia, um estudo de carácter histórico sobre o rito eucarístico, realçando aspectos mais atinentes ao território concelhio.

---

<sup>663</sup> *O Pão da Vida. Arte Sacra da Eucaristia nas Paróquias de Matosinhos*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 2005, pp. 19-78.



Um pouco por todo o país, a arte sacra vem sobressaindo nas actividades promovidas pelas autoridades municipais, directamente ou através dos seus serviços culturais, em articulação com as entidades e instituições religiosas com sede nos respectivos concelhos.

Na Figueira da Foz, o Museu Municipal Santos Rocha detém uma colecção de escultura religiosa, exposta ao público em regime de permanência, a qual respondia pelo que de mais singular, valioso e significativo o Concelho possuía em matéria de património artístico móvel de cariz religioso. Em 2004, a equipa do museu, no âmbito da sua missão, entendeu proceder a uma pesquisa, inventário e divulgação do restante património existente em capelas e igrejas do seu território. O resultado desta iniciativa deu corpo a uma exposição, denominada *Arte Sacra no Concelho da Figueira da Foz*, de 29 de Abril em 29 de Agosto desse ano. Apesar da predominância da escultura, deu a conhecer cerca de meia centena de espécimes, incluindo alguns exemplares de pintura e painéis votivos, documentação, mobiliário, alfaias litúrgicas e um conjunto de indumentária, composto de dalmática, pluvial, estola e manípulo. O acervo, datado do século XIV ao século XIX, procedia das várias paróquias e instituições religiosas do município, cujos párocos, sob auspícios da Diocese de Coimbra, e outros responsáveis colaboraram francamente com a organização<sup>664</sup>. No que respeita ao arranjo museográfico, nada se infere do catálogo, pois este distribui as obras segundo um critério alfabético, das paróquias representadas, e cronológico, não denunciando qualquer obediência a um tema ou narrativa mais específica<sup>665</sup>.

Ainda no contexto geográfico da Diocese de Coimbra, merece menção uma pequena exposição, a despeito do seu carácter muito efémero, pois durou somente uma tarde. Assumidamente com fins pedagógicos, integrou-se no colóquio *Arte Sacra em Condeixa: Património de Fé e de Cultura*, organizado pela Fundação Concelho de Condeixa, no dia 22 de Janeiro de 2005, no anfiteatro do Museu Monográfico de Conímbriga. A actividade pretendia dar a conhecer aos condeixenses o que o concelho tem de melhor, no caso a arte sacra, bem como sugerir e estimular a realização de outras iniciativas: por exemplo, a criação de um roteiro de arte sacra. Patente no *foyer* daquele museu, em apenas dois expositores,

---

<sup>664</sup> Ana Paula CARDOSO & Manuela SILVA, «Introdução», in *Arte Sacra no Concelho da Figueira da Foz*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2004, pp. 17-19; Anabela VAZ, «FIGUEIRA DA FOZ – Descobrir a arte sacra no Dia dos Museus», in *Diário As Beiras*, cit., de 18 de Maio de 2004.

<sup>665</sup> Cf. *Arte Sacra no Concelho da Figueira da Foz*, cit., pp. 21-65.

um de cada lado, compunha-se de vestígios arqueológicos da basílica paleocristã de Conímbriga, cedidos pelo museu, e espécimes de colecções particulares da Paróquia de Condeixa: uma estola bordada a fio de ouro, um cofre eucarístico em caixa de tartaruga e um Missal Romano do século XVII<sup>666</sup>.

Em “terras do lince”, o Museu Municipal de Penamacor acolheu uma exposição de arte sacra, entre Março e Abril de 2004, com espécimes de imaginária provenientes da igreja de São Pedro e do convento de Santo António, daquela vila, e do Centro Social Paroquial de Aldeia de João Pires<sup>667</sup>. Num momento em que preparavam as obras de ampliação do Museu, a vereação da cultura penamacorense apoiava a realização de iniciativas que tivessem aquele espaço museológico como cenário e lhe dessem mais visibilidade, atraindo o público forasteiro<sup>668</sup>.

No mesmo concelho, ao nível da administração autárquica inframunicipal, há ainda alguns casos que merecem referência. Em Aldeia do Bispo, a junta daquela freguesia inaugurou, a 8 de Dezembro de 2006, um Museu Etnográfico, com uma exposição permanente dedicada ao Ciclo da Castanha, cuja cultura constituía um dos pilares de sustentabilidade da economia local. Não obstante, dotada de uma sala de exposições temporárias no piso superior do edifício, a instituição manterá ali em exibição um acervo de arte sacra, sempre que não haja lugar a outras exposições temporárias. Cedido pela Comissão da Fábrica da Igreja de Aldeia do Bispo, tem o propósito de preservar e dar a conhecer o património religioso local<sup>669</sup>. Contudo, ainda que de um modo fugaz, a arte sacra já havia estado em realce naquela aldeia. A primeira vez foi em 1997, no fim-de-semana de 9 e 10 de Novembro, por ocasião da Feira Antiga, organizada pela Junta de Freguesia local, pelo Centro de Cultura e Desporto e pela Paróquia de São Salvador, realizando-se, entre

<sup>666</sup> Margarida ALVARINHAS, «Exposição-colóquio dá a conhecer arte sacra do concelho», in *Diário de Coimbra*, Coimbra, de 20 de Janeiro de 2005.

<sup>667</sup> «Agenda. Arte Sacra em Penamacor», *centrofundao.com* [em linha], Fundão, Centro Fundão, de Março de 2004, disponível em URL: <http://www.centrofundao.com/mpcore.php?name=Agenda&type=view&eid=339> (acedido em 2 de Dezembro de 2008); «Agenda», in *Diário XXI. O Jornal da Beira Interior*, Fundão, Fólio – Comunicação Global, de 25 de Março de 2004; Jaime PIRES, «Exposição de Arte Sacra», in *A Reconquista*, Castelo Branco, Fábrica da Igreja da Paróquia de São Miguel da Sé, de 11 de Março de 2004.

<sup>668</sup> Jaime PIRES, «Museu Municipal de Penamacor. Peças escondidas peças por falta de espaço», in *A Reconquista*, *cit.*, de 19 de Maio de 2005.

<sup>669</sup> «Museu Etnográfico dedicado à castanha abre as portas em Aldeia do Bispo», in *A Guarda*, *cit.*, A. 102, n.º 5059, de 7 de Dezembro de 2006.

as numerosas actividades, uma exposição de arte sacra na casa paroquial, integrada nas comemorações dos 250 anos das obras de ampliação da igreja paroquial<sup>670</sup>. Repetiu-se, no ano seguinte, em moldes semelhantes, no primeiro fim-de-semana de Outubro<sup>671</sup>. Depois de um interregno, a III Feira Antiga apenas teve lugar a 10 e 11 de Setembro de 2005, desta feita inserida no projecto Teia Rural, mas contando igualmente com uma exposição de *Arte Sacra e Paramentaria*<sup>672</sup>.

Em Dezembro de 2007, o Museu Serpa Pinto, em Cinfães, acolheu a exposição *Arte Sacra do Arciprestado da Cinfães*, que deu a conhecer cerca de duas dezenas de obras de imaginária das paróquias daquele concelho. O evento, promovido pela autarquia, almejava sobretudo a sensibilização da comunidade para a importância cultural da arte sacra existente nos seus templos, bem como para a preservação da mesma, constituindo, simultaneamente, um primeiro passo no sentido da sua eventual inventariação e estudo e até um despertar para as potencialidades na dimensão do turismo religioso<sup>673</sup>. Com efeito, o catálogo acusa algumas carências no domínio na fortuna crítica dos espécimes, limitando as entradas à denominação, proveniência, material e um texto carácter meramente a hagiográfico, embora esta opção indicie também um público alvo muito específico, ao qual interessem mais as matérias de índole religiosa do que os assuntos da história e da arte<sup>674</sup>.

Mais recentemente, no Centro Cultural de Pombal, entre os dias 14 de Março e 30 de Abril de 2008 – a quadra pascal –, esteve patente a exposição sob o título *Imaginária Sacro-Cristã: Da Crença à Devoção*. Consequência da parceria entre o Município de Pombal, o Museu de Arte Sacra e Etnologia, de Fátima, e o Instituto Politécnico de Tomar, o evento surgiu no âmbito da política de promoção de exposições temporárias perfilhada pelos Museus Municipais de Pombal, no sentido de explorar e apoiar o estudo e divulgação da cultura e identidade locais<sup>675</sup>.

<sup>670</sup> Victor AMARAL, «“Isto renasce agora!”», in *Terras da Beira, cit.*, de 13 de Novembro de 1997.

<sup>671</sup> Victor AMARAL, «O feitiço de uma aldeia», in *Terras da Beira, cit.*, de 8 de Outubro de 1998.

<sup>672</sup> Paula FERREIRA, «Feira Antiga em Aldeia do Bispo ao rubro», in *Jornal Nova Guarda, cit.*, de 14 de Setembro de 2005.

<sup>673</sup> *Arte Sacra do Arciprestado de Cinfães*, Cinfães, Município de Cinfães, 2007, pp. 1-2.

<sup>674</sup> Cf. *Idem*, pp. 3-22.

<sup>675</sup> «A Páscoa em Exposição», in *O Eco de Pombal*, Pombal, Empresa Jornalística O ECO, n.º 2769, de 20 de Março de 2008; Geraldo BARROS, «Arte sacra marca época pascal», in *Campeão das Províncias*, Coimbra, Campeão das Províncias, S. 2, A. 8, n.º 412, de 13 de Março de 2008; «Época Pascal marcada por exposição temporária».

O discurso expositivo apoiava-se em cinco núcleos temáticos, quatro dos quais representativos da fé e devoção e outro de carácter técnico-pedagógico. No início, o *Ciclo Mariano* apresentava a Mãe de Jesus nas diversas invocações e momentos da Sua vida. Seguia-se o *Ciclo do Nascimento e Infância de Cristo*, culminando no *Ciclo da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo*. Depois, o *Ciclo Hagiológico/Santos de Devoção* mostrava algumas imagens de santos, esculpidos em vulto perfeito, entidades que merecem particular reverência por terem sido Apóstolos, Evangelistas, doutores da Igreja, penitentes, fundadores de ordens religiosas ou membros delas, mártires, etc. A selecção dos espécimes pretendeu distinguir, de algum modo, os santos de especial devoção no concelho de Pombal. Para concluir a exposição, uma *Área Pedagógica*, que acolhia esculturas com evidentes problemas de conservação e patologias, ilustrada por um diaporama, concebido pelo Instituto Politécnico de Tomar, mostrando imagens de intervenções de conservação e de restauro<sup>676</sup>.

Com efeito, matérias no âmbito da salvaguarda dos bens culturais religiosos têm vindo a sobressair igualmente nas dinâmicas municipais, e até inframunicipais, em torno do património histórico e artístico. Veja-se o caso de Torre de Moncorvo, que, em Março de 2008, no recém-inaugurado Centro de Memória da vila, levou a efeito a exposição *Memórias de Fé*, com o intuito de sensibilizar a população para a protecção do património religioso, evitando, porém, os erros que pudessem conduzir à sua destruição, visto que eram frequentes na região as intervenções impróprias, executadas por pessoal não qualificado. As quarenta e quatro obras expostas – imaginária, alfaias litúrgicas, pintura, indumentária e outros objectos religiosos relacionados com a colecta e ofertório –, num arranjo museográfico muito singelo, provinham do acervo de sete capelas pertencentes à Junta de Freguesia, inventariado em parceria com a Associação Cultural e o Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, e que então começava a ser devidamente restaurado<sup>677</sup>.

---

ria de Arte Sacra», in *Portal do Município de Pombal* [em linha], [Pombal], Município de Pombal, de 22 de Fevereiro de 2008, disponível em URL: [http://www.cm-pombal.pt/destaques2/destaque\\_arquivo.php?subaction=showfull&id=1203700109&archive=1207039972&start\\_from=&ucat=&](http://www.cm-pombal.pt/destaques2/destaque_arquivo.php?subaction=showfull&id=1203700109&archive=1207039972&start_from=&ucat=&) (acedido em 1 de Maio de 2008).

<sup>676</sup> Cf. «Época Pascal marcada por exposição temporária de Arte Sacra», *cit.*

<sup>677</sup> Carla A. GONÇALVES, «Exposição Memórias de Fé apresenta espólio religioso», in *Mensageiro Notícias*, [Bragança], Fundação Mensageiro de Bragança, de 7 de Março de 2008.

No Algarve, avultou a mostra *A Noite sem Escuridão: Arte Sacra do Concelho de Loulé*, na Galeria de Arte do Convento do Espírito Santo, em Loulé, de 4 de Abril a 13 de Junho de 2009, que exibiu uma selecção de cerca de meia centena de peças do património religioso existente nas diversas paróquias do município, de vários períodos e categorias artísticas, intervencionadas para o efeito em termos de conservação e restauro. A Câmara Municipal pretendeu, deste modo, contribuir para a preservação e valorização dos bens culturais religiosos do seu território, enriquecendo ainda o evento com um programa cultural que incluía concertos de música sacra, conferências e actividades dirigidas em especial ao público escolar<sup>678</sup>.

Ao longo dos poucos anos que marcam este início do século XXI, as entidades do poder local têm vindo a contribuir, sobremaneira, para a promoção e valorização do património cultural em posse de paróquias e instituições religiosas dos seus territórios, reiterando uma postura já assumida nos finais da centúria transacta, agora animada pela maior abertura e participação das comunidades eclesiais, resultado da consolidação da sensibilidade para a importância dos bens culturais da Igreja.

### **3.8.2. Projectos duradouros**

Na dinâmica museológica deste princípio do século, no que respeita em particular à arte sacra, o poder local, aproveitando uma maior abertura por parte das entidades eclesiais, agora mais sensíveis para a importância da salvaguarda e promoção dos seus bens culturais, dirigiu a atenção para o património religioso, numa perspectiva de valorização cultural do seu território. Não obstante, o ímpeto que deu azo a exposições temporárias de carácter pontual esteve, em alguns casos, na origem de sólidas parcerias e projectos recorrentes ou duradouros.

---

<sup>678</sup> «Loulé recebe Temporada de Arte Sacra», in *Município de Loulé* [em linha], Loulé, Câmara Municipal de Loulé, de 20 de Março de 2009, disponível em URL: [http://www.cm-loule.pt/index.php?option=com\\_noticias&id=3637](http://www.cm-loule.pt/index.php?option=com_noticias&id=3637) (acedido em 3 de Março de 2010).

### *Contributos do Museu da Pedra*

Instalado num edifício oitocentista, propositadamente recuperado para funções museológicas<sup>679</sup>, o Museu da Pedra, em Cantanhede<sup>680</sup>, acolhe os testemunhos de uma actividade que, há largos séculos, constitui um importante factor de desenvolvimento económico da região<sup>681</sup>.

A denominada “pedra de Ançã”, extraída nas jazidas de Ançã, Portunhos, Outil e Vila Nova, a sul do concelho, e os ofícios que sempre lhe estiveram associados, têm deixado marcas de natureza antropológica, cultural e artística cujo valor patrimonial importa preservar<sup>682</sup>. Calcário fino, brando, creoso, frequentemente oolítico, fácil de trabalhar e, por isso, muito apto ao labor escultórico<sup>683</sup>, foi utilizado já desde o período de ocupação romana e esteve na origem do desenvolvimento do centro coimbrão de escultura, que floresceu a partir do século XIII e atingiu o seu zénite com os impulsos dados à remodelação de Coimbra por D. Manuel e D. João III, no século XVI. Transportado por via fluvial e marítima, quer se tratasse de pedra em bruto ou de obras já esculpidas, chegava em grande número a vários locais do País e mesmo da Península<sup>684</sup>.

Neste contexto, a criação do Museu da Pedra, inaugurado a 20 de Outubro de 2001<sup>685</sup>, sob a tutela da Câmara Municipal de Cantanhede, responde ao desejo de constituir um acervo significativo de trabalhos de cantaria e obras de arte que, desde há muito, utilizam o célebre calcário da região, bem como manter vivos os mesteres e ofícios que lhe estão arraigados<sup>686</sup>. A temática basilar é a pedra, abordada nos seus mais distintos aspectos, génese de cinco colec-

<sup>679</sup> Cf. CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 7/99 (Reunião Ordinária Pública)*, Cantanhede, 23 de Fevereiro de 1999; CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 31/99 (Reunião Ordinária Pública)*, Cantanhede, 24 de Agosto de 1999.

<sup>680</sup> Vd. «Museu da Pedra», in *Roteiro de Museus, cit.*, pp. 148-149.

<sup>681</sup> *Museu da Pedra do Município de Cantanhede* [desdobrável], Cantanhede, Câmara Municipal de Cantanhede, s. d.

<sup>682</sup> *Ibidem*.

<sup>683</sup> LUÍS AIRES-BARROS, *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e Patologias*, vol. 1, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, p. 78.

<sup>684</sup> Pedro DIAS, «Coimbra e a pedra de Ançã», in Pedro DIAS, *A Escultura de Coimbra. Do Gótico ao Maneirismo*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003, p. 15; Pedro DIAS, «A pedra de Ançã, a escultura de Coimbra e a sua difusão na Galiza», in Xosé Carlos VALLE PÉREZ (coord.), *Do Tardogótico ó Manierismo. Galicia e Portugal*, Galicia, Fundación Pedro Barrié da la Maza/Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 10-13.

<sup>685</sup> Cf. CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 33/2001 (Reunião Ordinária Pública)*, Cantanhede, 25 de Setembro de 2001, n.º 2.

<sup>686</sup> *Museu da Pedra do Município de Cantanhede, cit.*

ções. No âmbito da Arqueologia, agrupam-se variados artefactos, desde o Paleolítico Médio até ao período romano, recolhidos nas estações arqueológicas do Concelho. Dentro do campo da Paleontologia, reúne-se um conjunto de amonites oriundas da Pedreira da Boiça, na freguesia de Ançã. Com cerca de 174 milhões de anos, permitem determinar a idade do calcário de Ançã. Sob a esfera da Geologia, a colecção é composta por grande parte das litologias que afloram na região. As ferramentas e utensílios tradicionais usados no trabalho da pedra constituem também um grupo e, por fim, uma colecção de trabalhos artísticos, de natureza diversa, são o testemunho da ampla utilização de “pedra de Ançã” ao longo dos séculos<sup>687</sup>.

A exposição do museu cantanhedense estende-se por dois pisos do edifício. No térreo encontram-se duas salas da exposição permanente, uma dedicada à história do Concelho e a outra consagrada às áreas de Geologia e Paleontologia. O primeiro andar acolhe uma sala sobre a exploração e o trabalho da pedra, parte integrante da exposição permanente, e dois espaços para exposições temporárias: a sala denominada *Exposições Temporárias* destinada a mostras de escultura contemporânea, geologia e paleontologia, e, sob a designação de *Esculturas*, uma sala reservada para a estatuária antiga lavrada em “pedra de Ançã”, acervo das igrejas e capelas do Concelho<sup>688</sup>.

Esta última área expositiva é uma consequência directa dos trabalhos desenvolvidos pelo museu no âmbito da inventariação da arte sacra do concelho, que a directora, Maria Carlos Pêgo, considerou uma das actividades mais importantes da instituição. Após uma prospecção ao nível das freguesias, no sentido de localizar os espécimes que pertencem à sua disciplina de acção, o museu procedia à limpeza preventiva e restauro, quando necessário, bem como ao seu registo cuidado, segundo critérios museológicos, entregando posteriormente o inventário à respectiva paróquia. A experiência teve bom acolhimento e adesão por parte das entidades eclesiais locais, indo também ao encontro da vontade da Diocese de Coimbra no que respeita à inventariação dos seus bens culturais<sup>689</sup>.

---

<sup>687</sup> «Colecções», in *Museu da Pedra* [em linha], Cantanhede, Câmara Municipal de Cantanhede/Museu da Pedra, 2002, disponível em URL: <http://www.cm-cantanhede.pt/museudapedra/colecoes.html> (acedido em 23 de Agosto de 2010).

<sup>688</sup> «Visita guiada», in *Museu da Pedra* [em linha], Cantanhede, Câmara Municipal de Cantanhede/Museu da Pedra, 2002, disponível em URL: <http://www.cm-cantanhede.pt/museudapedra/visita.html> (acedido em 23 de Agosto de 2010).

<sup>689</sup> Paula Alexandra ALMEIDA, «Projecto inovador preserva património: Museu da Pedra inventaria espólio de Arte Sacra concelhia», in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Fólio – Comunicação Global, de 17 de Agosto de 2006.

Contando com uma exposição de imaginária sacra logo à data de inauguração, o acervo exibido naquela sala vem sendo regularmente renovado, com o intuito de dar a conhecer os tesouros artísticos dos templos do concelho e incentivar a sua conservação<sup>690</sup>. Desde a abertura, o museu acolheu sucessivas exposições neste âmbito, conforme o quadro abaixo.

**Exposições de arte sacra promovidas no Museu da Pedra desde a sua fundação**

<b>Exposição</b>	<b>Data</b>
Arte Sacra da Paróquia de Outil	20 Out. 2001 – 20 Abr. 2002
Arte Sacra da Paróquia de Pocariça	09 Set. 2002 – 15 Mar. 2003
Arte Sacra da Paróquia de Ançã	10 Abr. 2003 – 28 Set. 2003
Arte Sacra da Paróquia de Cadima	24 Out. 2003 – 25 Abr. 2004
Arte Sacra da Paróquia de Cordinhã	02 Jul. 2004 – 09 Jan. 2005
Arte Sacra da Paróquia de Murtede	20 Jan. 2005 – 17 Jul. 2005
Arte Sacra da Igreja Matriz de Cantanhede	25 Jul. 2005 – 12 Fev. 2006
Arte Sacra da Paróquia de Cantanhede	18 Fev. 2006 – 16 Out. 2006
Arte Sacra da Paróquia de Ourentã	21 Out. 2006 – 28 Abr. 2007
Arte Sacra da Paróquia de Sepins	18 Mai. 2007 – 25 Nov. 2007
Arte Sacra da Paróquia de Portunhos	09 Dez. 2007 – 11 Mai. 2008
Arte Sacra da Paróquia de Portunhos (Vale de Água e Pena)	17 Mai. 2008 – 11 Out. 2008
Arte Sacra da Paróquia de Covões	25 Out. 2008 – 10 Mai. 2009
Arte Sacra das Paróquias de Murtede, Outil, Pocariça, Cadima e Cantanhede, “Santos Milagreiros”	27 Jun. 2009 – 03 Jan. 2010

**Fontes:** Quadro elaborado com base nos elementos fornecidos por Maria Carlos Pêgo, directora da Museu da Pedra, de Cantanhede, via correio electrónico, em 10 de Outubro de 2008, e complementados com os eventos mais recentes através de consulta ao sítio do museu na Internet, em «Arte Sacra», *Museu da Pedra* [em linha], Cantanhede, Câmara Municipal de Cantanhede/Museu da Pedra, disponível em URL: [http://www.cm-cantanhede.pt/museudapedra/expo\\_artesacra.html](http://www.cm-cantanhede.pt/museudapedra/expo_artesacra.html) (acedido em 23 de Agosto de 2010).

Não obstante, atendendo à disciplina científica do Museu da Pedra, as suas actividades orientam-se para o domínio da conservação e valorização do património geológico do concelho, bem como das marcas de natureza antropológica, cultural e artística conexas. As exposições de arte sacra enquadram-se, por conseguinte, na temática geral da pedra, daí

<sup>690</sup> Sandra BARREIROS, «CANTANHEDE – Descobrir o Museu da Pedra», in *Diário As Beiras*, cit., de 21 de Setembro de 2005.



que os acervos exibidos consistam apenas em imaginária de “pedra de Ançã”, intrinsecamente ligada aos recursos naturais do município, com discursos assentes em critérios técnicos. Este museu vem tendo, porém, um papel assaz relevante no que respeita à salvaguarda dos bens culturais da Igreja da sua região, não apenas pela intervenção directa nas obras de arte, seja pelo contributo para um inventário geral, seja pelas operações de conservação e restauro, ou ainda pelo estudo e promoção das peças, mas sobretudo pela sensibilização das comunidades para o valor e importância do seu legado cultural.

#### *Ciclo de exposições de arte religiosa do concelho de Ovar*

No correr do ano 2000, a Câmara Municipal de Ovar, através da sua Divisão de Cultura, Biblioteca e Património Histórico, deu início a um projecto de inventariação do património religioso do concelho, contando com a colaboração dos párocos, professores catedráticos, técnicos da autarquia e instituições várias. Após três anos de trabalho, ganhou visibilidade na exposição *Vivências da Paixão de Cristo: A Imaginária Religiosa no Concelho de Ovar*, patente na capela de Nossa Senhora da Graça, de 12 de Abril a 4 de Maio de 2003. Uma selecção de 37 peças oriundas de todas as paróquias do município, bem como da Santa Casa da Misericórdia, do Museu de Ovar, do Museu Júlio Dinis, da Casa-Museu de Arte Sacra da Ordem Terceira de São Francisco e de algumas colecções particulares, datadas dos séculos XVII ao XIX, pretendia ilustrar o viver religioso das comunidades owarenses deste período. O percurso expositivo seguia a cronologia da Paixão e Morte de Cristo: principiava com representações de *Cristo preso à coluna* e do *Ecce Homo*, depois o *Senhor dos Passos*, que avança para o *Calvário*, avultando as figurações do *Cristo crucificado* e de *Nossa Senhora das Dores*, e concluía no *Cristo morto* e *Nossa Senhora da Piedade*<sup>691</sup>.

Com início durante o período quaresmal e prolongando-se pela quadra pascal, a exposição constituiu uma nota cultural nas festividades que dão corpo à profunda devoção owarenses aos Passos de Cristo. À data de inauguração houve lugar ainda para comunicações científicas acerca da iconografia da Paixão, por Carlos Moreira Azevedo, e sobre as capelas dos

---

<sup>691</sup> *Vivências da Paixão de Cristo. A Imaginária Religiosa no Concelho de Ovar*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2003, pp. 3, 25-62.

Passos de Ovar, por José Manuel Tedim<sup>692</sup>. O catálogo da exposição incluiu textos destes autores, entre outros de carácter histórico e teológico, alusivos à temática em causa<sup>693</sup>.

No ano seguinte, em temporada idêntica, de 3 a 25 de Abril, a mesma capela acolheu a mostra *Santos que Curam e Protegem: Registos Devocionais no Concelho de Ovar*. O ponto de partida foi o mesmo inventário, mas desta feita a eleição das obras e o discurso obedeceu a critérios de qualidade artística e a representatividade dos títulos no contexto da religiosidade popular do concelho, mormente espécimes de imaginária, dos séculos XV a XVIII, alguns das quais ainda alvo de veneração, outros que, retirados do culto, testemunham a vivência espiritual das gentes do passado<sup>694</sup>. O catálogo, cujas entradas têm uma estrutura essencialmente hagiográfica, incluiu estudos acerca do culto aos santos na região de Ovar, mas também no âmbito da psicologia da devoção e da imaginária religiosa enquanto fonte do culto e objecto de veneração<sup>695</sup>.

Mantendo o espírito de valorização da arte sacra e património religioso do concelho, a Câmara Municipal, em colaboração com a Vigararia de Ovar, promoveu, entre 13 e 29 de Maio de 2005, a exposição *Um Coração com Rosto: A Nova Devoção*. Realizada em Ano da Eucaristia e pleno mês de Maria, o tema eleito foi, contudo, o Sagrado Coração de Jesus, um culto recente, mas de aceitação bem antiga nas terras ovarenses<sup>696</sup>.

A colecção, diversa nas tipologias exibidas – escultura, gravura, bandeiras processionais, registos ou pagelas, entre outros –, correspondia a um discurso que almejava trilhar os passos da devoção nas suas distintas vertentes: o culto e a festividade, as expressões da prática piedosa doméstica e popular, os instrumentos das Missões e Congressos do Sagrado Coração de Jesus<sup>697</sup>.

Uma nova preocupação surgiu, todavia, no catálogo, que, redigido com descrições técnicas, ao modo de ficha de inventário, além de um estudo no âmbito da história do culto

<sup>692</sup> «Ovar revela a sua Arte Sacra», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIV, n.º 14., de 9 de Abril de 2003.

<sup>693</sup> Cf. *Vivências da Paixão de Cristo...*, cit., pp. 5-22.

<sup>694</sup> *Santos que Curam e Protegem. Registos Devocionais no Concelho de Ovar*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2003, p. 14; cf. pp. 33-74.

<sup>695</sup> Cf. *Idem*, pp. 9-30.

<sup>696</sup> José Manuel TEDIM, «Uma ideia. Uma exposição», in *Um Coração com Rosto. A Nova Devoção*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2005, p. 11.

<sup>697</sup> Cf. *Um Coração com Rosto...*, cit., pp. 33-84.

e devoção ao Sagrado Coração de Jesus, integrava um texto acerca da conservação e restauro do património móvel da Igreja, realçando os princípios gerais de intervenção e de conduta, a partir das operações efectuadas nos espécimes patentes na exposição<sup>698</sup>.

Em 2006, de 7 a 25 de Abril, a capela de Nossa Senhora da Graça acolheu a mostra *A Divina Eucaristia no Concelho de Ovar: Expressão Artística e Popular*. A devoção à Sagrada Eucaristia é vivida e sentida de maneira solene pelas gentes owarenses durante o tempo quaresmal e pascal. As obras escolhidas para figurar na exposição obedeceram a critérios de representatividade cultural, simbólica ou tradicional do concelho, aquilo que era mais característico e próprio do seu viver religioso<sup>699</sup>.

Utensílios e têxteis litúrgicos associados à celebração eucarística e à adoração e procissão do Santíssimo Sacramento deram corpo à mostra<sup>700</sup>, cujo intuito se inseria numa estratégia, agora assumidamente mais ampla, de identificação, valorização e divulgação do património religioso do concelho de Ovar e de estímulo à consciência para a necessidade da sua protecção e salvaguarda<sup>701</sup>. O catálogo dado a lume seguiu o mesmo modelo do precedente, com descrições técnicas e estudos no âmbito da história das Irmandades do Santíssimo Sacramento no município owarenses e da temática geral da eucaristia, nos seus aspectos histórico e iconográfico, bem como um texto dedicado à matéria da conservação do património cultural<sup>702</sup>.

Depois destas exposições, as acções conjuntas da autarquia de Ovar, Igreja e instituições religiosas locais ganharam nova forma. Em meados de Junho do ano seguinte, entre os dias 18 e 29, tiveram lugar as *I Jornadas do Património*, durante as quais ocorreram seminários subordinados ao tema do património e desenvolvimento – incluindo a inventariação e conservação dos bens culturais da vigarias da diocese do Porto –, oficinas várias no âmbito da salvaguarda e valorização do património, em especial a conservação preventiva nas igrejas e capelas, que deu o mote a diversas acções de sensibilização levadas a efeito

<sup>698</sup> Cf. Manuela Pinto da COSTA, «O património móvel da Igreja e a sua conservação», in *Um Coração com Rosto...*, cit., pp. 27-30.

<sup>699</sup> Cf. Manuela Pinto da COSTA, «Património: expressão artística e popular», in *A Divina Eucaristia no Concelho de Ovar. Expressão Artística e Popular*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2006, pp. 31-32.

<sup>700</sup> Cf. *A Divina Eucaristia no Concelho de Ovar...*, cit., pp. 35-80.

<sup>701</sup> Maria Conceição VASCONCELOS, «Editorial», in *A Divina Eucaristia no Concelho de Ovar...*, cit., p. 7.

<sup>702</sup> *A Divina Eucaristia no Concelho de Ovar...*, cit., pp. 9-32.

nas paróquias ovaenses<sup>703</sup>. A segunda edição destas jornadas decorreu entre 21 e 28 de Novembro de 2008, com um seminário dedicado ao tema *Património: Desenvolvimento e Inovação*, sobressaindo algumas comunicações acerca do estudo e inventário do património religioso na região de Ovar, bem como oficinas sobre a identificação de materiais, conservação preventiva e acondicionamento de alfaias litúrgicas em igrejas e as normas e procedimentos para a inventariação e estudo dos bens culturais da Igreja<sup>704</sup>.

Numa região com especial vivência dos períodos quaresmal e pascal, o inventário do património religioso, principiado em 2000 por iniciativa municipal, esteve na origem de exposições que estimularam o despertar da sensibilidade para o valor e importância da protecção e salvaguarda daqueles bens. Progredindo para matérias relacionadas com as metodologias e boas práticas de conservação e restauro, e na esteira do quadro legal entretanto formado<sup>705</sup>, consolidou-se um plano estratégico museológico para o concelho, que ganhou corpo na Rede Museológica de Ovar, em desenvolvimento desde 2006 e cujo regulamento se aprovou em 2010, congregando museus e núcleos museológicos existentes no seu território, na qualidade de estrutura técnica municipal de apoio, com competências na gestão administrativa, apoio científico, edição, concepção, serviços educativos, gestão de bens e imóveis, conservação preventiva, laboratório de conservação e restauro, inventário e reserva<sup>706</sup>.

### *Arte Sacra de Alcochete*

Estando em curso, desde Novembro de 2002 e até Junho de 2003, o Congresso Eucarístico da Diocese de Setúbal<sup>707</sup>, a Vigararia de Montijo – cujo vigário era, à época, o pároco de Alcochete, na qualidade de forâneo – em colaboração com a autarquia de Alcochete e inserida naquelas comemorações, levou a efeito a exposição *A Eucaristia: Vários Olhares*,

<sup>703</sup> *I Jornadas do Património. 18 a 29 de Junho* [desdobrável], Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2007; «Ovar promove 1ª Jornadas do Património», in *Correio do Vouga, cit.*, A. LXXVIII, n.º 3795, de 20 de Junho de 2007.

<sup>704</sup> *II Jornadas do Património. 21 a 28 de Novembro* [desdobrável], Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2008; «Cultural: Jornadas do Património em Ovar». *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXIX, n.º 41, de 19 de Novembro de 2008.

<sup>705</sup> Em especial a Lei do Património (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro) e a Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto).

<sup>706</sup> Cf. *Regulamento Interno da Rede Museológica de Ovar, cit.*, art.ºs 1-3.

<sup>707</sup> Octávio CARMO, «Congresso Eucarístico em Setúbal rumo ao seu encerramento», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 17 de Junho de 2003.

de 4 de Abril a 4 de Maio de 2003, no Núcleo de Arte Sacra do Museu Municipal de Alcochete. Com quase sete dezenas de espécimes provenientes de várias paróquias daquela estrutura pastoral, a mostra subordinava-se às tipologias de ourivesaria sacra e paramentaria, ou têxteis litúrgicos, relacionadas com a celebração eucarística e adoração do Santíssimo Sacramento, em especial as alfaias e a indumentária litúrgicas, mas também outros artefactos representativos do mistério da eucaristia<sup>708</sup>.

Depois de uma exposição de presépios, de 5 de Dezembro de 2003 a 7 de Janeiro de 2004, a parceria entre o município alcochetano, através do seu museu, e a Paróquia de Alcochete ganhou forma em outras mostras mormente ligadas ao património religioso concelhio. *O Culto de Nossa Senhora da Atalaia em Alcochete*, patente de 3 de Abril a 2 de Maio de 2004, no Núcleo de Arte Sacra, pretendia evocar uma devoção ainda viva, em particular durante o Círio dos Marítimos de Alcochete, uma festa que principia no Sábado de Aleluia e se prolonga por mais três dias da quadra pascal. Espécimes alusivos ao culto daquela invocação mariana deram corpo à exposição, estruturada em três espaços temáticos. O primeiro, designado *Devoção*, incluía somente uma imagem de Nossa Senhora da Atalaia. Em seguida, os objectos de *Adorno*, como a maquineta, as coroas e o manto da Virgem. No final, a *Evocação* acolhia uma bandeira processional, cruces do guião e do festeiro, objectos diversos de ourivesaria e painéis votivos<sup>709</sup>.

Em 2005, a exposição promovida por aqueles organismos integrou-se nas festas do padroeiro da paróquia, São João Baptista. Assim, aberta ao público de 23 de Junho a 4 de Setembro, incidiu na temática das raízes e identidade cristãs de Alcochete, sob o título *Santa Maria da Sabonha: Evolução de um Culto*, lembrando a antiga paróquia de Santa Maria da Sabonha – da qual nasceram as actuais paróquias de Alcochete, Montijo, Samouco, Nossa Senhora da Atalaia e Sarilhos Grandes –, mediante os vestígios arqueológicos e objectos provenientes da antiga igreja de Santa Maria da Sabonha e do extinto convento de Nossa Senhora do Socorro<sup>710</sup>.

<sup>708</sup> *A Eucaristia. Vários Olhares. Exposição de Ourivesaria Sacra e Paramentaria* [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2003.

<sup>709</sup> *O Culto de Nossa Senhora da Atalaia em Alcochete* [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2004.

<sup>710</sup> *Santa Maria da Sabonha. Evolução de um Culto*, [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2005.

O Plano Pastoral da Diocese de Setúbal para o triénio 2005/2008 foi subordinado ao tema *Bíblia – lida, estudada e meditada; celebrada e anunciada*<sup>711</sup>. Neste contexto, por ocasião das festas da cidade, o município e paróquia de Alcochete inauguraram mais uma exposição, denominada *Bíblia: Palavra Inspirada*, patente de 23 de Junho a 1 de Outubro de 2006. O acervo exibido pretendia situar o visitante no espaço geográfico e religioso em que germinou a Bíblia, fonte para duas grandes religiões monoteístas: o Judaísmo e o Cristianismo. Abrindo com uma bíblia do século XVI, o percurso avançava, contudo, por vestígios que remetiam para o Vale do Jordão e o Povo Judaico, dando lugar, depois, às Sagradas Escrituras dos cristãos, em diversas edições e divisões (bíblia, testamentos e salmos), para concluir numa obra de pintura e vários exemplares de cerâmica de revestimento com representações de factos e figuras bíblicas. Este conjunto de artefactos, proveniente de colecionadores privados, salvo alguns espécimes do Museu Municipal de Alcochete, articulava-se com objectos da colecção do Núcleo de Arte Sacra, instalados no espaço onde se desenvolvia a exposição, em particular as bandeiras processionais e o retábulo maneirista – património integrado da sala de exposições temporárias –, que narram, em pintura, alguns acontecimentos bíblicos<sup>712</sup>.

A mostra promovida pela mesma parceria, entre 22 de Junho e 30 de Setembro de 2007, com o título *A Vida e a Senhora da Vida*, visava dar a conhecer melhor a veneração das gentes alcochetanas pela invocação mariana de Nossa Senhora da Vida, padroeira de uma pequena capela nas margens do rio Tejo. Imagens da Virgem em pintura e escultura, os ex-votos, desde a fotografia ao ouro e prata, a indumentária e outros objectos ligados ao culto da Senhora da Vida deram corpo à exposição<sup>713</sup>.

Ao longo de vários anos, a Câmara Municipal de Alcochete e a Paróquia da mesma cidade mantiveram uma profícua colaboração, trazendo a público várias exposições relacionadas com o património religioso do seu território. Nesta dinâmica, ao peremptório empenho da autarquia não pode, contudo, ser apartada da figura do padre Carlos Fernando Russo Santos, pároco de Alcochete, mestre em História Medieval e do

---

<sup>711</sup> Luís Filipe SANTOS, «Três anos para conhecer, celebrar e anunciar a Bíblia», in *Agência Ecclesia*, cit., de 11 de Maio de 2005.

<sup>712</sup> *Bíblia. Palavra Inspirada*, [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2006.

<sup>713</sup> *A Vida e a Senhora da Vida*, [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2007.

Renascimento<sup>714</sup>, por isso com uma especial sensibilidade para as questões relacionadas com os bens culturais, acrescentando ainda o facto da existência de uma instituição museológica sob tutela municipal, particularmente dedicada à temática da arte sacra, onde decorreram todos estes eventos.

### 3.8.3. Património religioso na evocação da História

Num país que germinou na esteira da reconquista cristã da Península Ibérica, e no qual o património de origem eclesiástica ocupa uma considerável percentagem dos seus bens culturais, a arte produzida no contexto do viver religioso das comunidades desempenha um importante papel na compreensão da sua História.

Em Idanha-a-Nova, comemorando-se os 800 anos da carta de doação da vila aos templários por D. Sancho I, teve lugar um encontro subordinado ao tema do património da região, em Abril de 2005, na sequência do qual se deu corpo ao projecto de uma exposição de arte sacra, sob o título *As Formas da Fé: 800 Anos de Património Artístico nas Terras de Idanha*. Esta decorreu no Centro Cultural Raiano, entre 8 de Dezembro de 2005 e 23 de Janeiro de 2006, após a inventariação da pintura e escultura das paróquias e Misericórdias do concelho. O acervo exibido – uma selecção de cerca de quatro dezenas de espécimes – foi alvo de acções de conservação e restauro, desde intervenções profundas de remoção de repintes até simples operações de limpeza e consolidação, proporcionando uma ocasião pedagógica para sensibilizar as pessoas quanto à importância e necessidade de boas práticas de preservação<sup>715</sup>.

Comissariada por Joaquim de Oliveira Caetano, director do Museu de Évora, a mostra desenvolvia-se em duas salas, a primeira dedicada à arte medieval e quinhentista e a segunda à arte dos séculos XVII a XIX. Maioritariamente, integrava escultura e alguma pintura, com excepção de um manto da Senhora do Almortão e um esquife processional da Misericórdia de Idanha-a-Nova<sup>716</sup>. O arranjo museográfico obedecia, pois, a critérios meramente cronoló-

---

<sup>714</sup> Cf. Carlos Fernando Russo SANTOS, *A Ordem de Santiago e o Papado no Tempo de D. Jorge. De Inocência VIII a Paulo III*, Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mimeog.).

<sup>715</sup> Paula LOBO, «Idanha mostra arte religiosa», in *Diário de Notícias*, Porto, Global Notícias Publicações, de 10 de Dezembro de 2005.

<sup>716</sup> *Exposição de Arte Sacra. As Formas da Fé. 800 Anos de Património Artístico nas Terras de Idanha* [desdobrável], Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2005.

gicos, sem que outra relação semântica houvesse entre as peças, salvo a proveniência das terras de Idanha. A despeito da qualidade estética e da relevância das obras exibidas no panorama artístico nacional, tratou-se, enfim, de uma exposição de arte, como se infere também do catálogo, cujas entradas incluem estudos no âmbito da história e da estética<sup>717</sup>.

Durante o ano de 2005, a cidade de Santa Maria da Feira comemorou os 500 anos da Festa das Fogaceiras, em honra de São Sebastião. Inserida no programa de actividades religiosas e culturais desenvolvidas pelo município feirense, realizou-se a exposição de arte e piedade *O Mártir: Corpo Ferido na Árvore*, patente na Igreja da Misericórdia, de 19 de Janeiro a 13 de Março de 2005, sob comissariado-geral de Carlos Moreira Azevedo, natural de terras feirenses e com experiência demonstrada em iniciativas semelhantes, nomeadamente a exposição *Cristo Fonte de Esperança*, realizada na Alfândega do Porto, em 2000.

Apesar do carácter local do evento, a concepção partiu de um levantamento do culto a nível nacional, mediante inquérito a todas as paróquias do país, reunindo um conjunto de 82 espécimes, mormente de escultura e pintura, mas também marfim, ourivesaria, têxteis e documentação, provenientes de museus nacionais e regionais, bibliotecas, paróquias de várias dioceses e colecionadores privados. O discurso expositivo e selecção do acervo couberam ao comissário-geral da exposição, coadjuvado na execução pela equipa do Museu Convento dos Lóios – um espaço dedicado à história do concelho de Santa Maria da Feira e da região –, sob projecto de arquitectura de Alexandra Borges, habitual colaboradora nas mostras dirigidas por Carlos Azevedo, e de Sandra Correia da Silva. O carácter repetitivo das figurações sebastianinas exigia, de acordo com o comissário-geral, “imaginação e muita procura para conseguir obter uma recolha diversificada, de qualidade, pedagógica, identificando variantes e estabelecendo um programa com leitura interessante e coerente para o visitante ou para o leitor do catálogo”<sup>718</sup>.

O percurso da exposição desenvolvia-se em três núcleos: *Raízes do Culto*, *Árvore da Vida* e *Florilégio de Devoção*. Logo à entrada estava um mapa de Portugal assinalado com os locais onde se venera São Sebastião. No primeiro núcleo, muito breve, evocava-se a

---

<sup>717</sup> Cf. *As Formas da Fé. 800 Anos de Património Artístico nas Terras de Idanha*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2006, pp. 6-70.

<sup>718</sup> Carlos AZEVEDO, «Exposição sobre S. Sebastião. Dossier de imprensa», in *Agência Ecclesia*, cit., de 19 de Janeiro de 2005.



gênese de um culto tão alargado ao mártir, a quem o povo cristão dirigiu os seus olhares de súplica, ante o flagelo das pestes e a ineficácia da medicina medieval para resistir às flechas da epidemia que se cravavam nos corpos. O sucesso da sua intercessão ganhou corpo na edificação de capelas, na constituição de irmandades e mordomias por todo o país para manter viva a gratidão ao santo. Outras figuras, pelo seu testemunho de vida, receberam a afeição dos crentes como sinais do auxílio divino para enfrentar os males pestíferos. Os objectos expostos nesta secção incluíam receitas de remédios do século XV e um tratado do século XVII, estatutos de instituições dedicadas a São Sebastião, um processo de licença de capela e ainda uma novena e imagem de São Roque, curado de uma ferida pestilenta, uma escultura de São Carlos Borromeo, zeloso no socorro aos apestados da sua diocese, e a *Vida de Santa Rosália*, advogada contra a peste<sup>719</sup>.

Montado no corpo da igreja, o segundo núcleo, *Árvore da Vida*, subdividia-se em três sectores temáticos. No início, a identificação do mártir com Cristo, ora no sentido teológico, em que o mártir é seguidor de Cristo na plenitude do dom da vida, ora no plano artístico, estabelecendo um paralelismo estético e formal entre as duas figuras, através do confronto entre o *Crucificado* e *Cristo atado à coluna* a *São Sebastião martirizado*, ou ainda as duas telas de Francisco Nunes Varela, *São Sebastião abandonado como morto* e *Cristo morto*, em tema *pendant*. Depois surgia o martírio das setas, momento síntese do itinerário sebastianino, retratado amiúde em escultura, privilegiando-se para a exposição as seguintes variantes: cabeça tonsurada ou cabelos fartos; rosto barbudo ou imberbe; mãos atadas atrás das costas, presas por cima da cabeça ou dispostas em diagonal; vestido como cavaleiro, com calças ou semi-nu; sereno ou contorcido. No final deste núcleo, os ciclos da vida ilustravam vários episódios e feitos do santo, cuja memória está perpetuada em obras dos inícios do século XVI ao século XXI, dando forma à sensibilidade e experiência dos artistas e dos clientes de obras de arte<sup>720</sup>.

O coro da igreja acolhia o *Florilégio da Devoção*, testemunhos da prática piedosa, de festas públicas e de intimidades expressas em sinais de afeição grata e confiante. Ali se evocavam as festividades, quer pelas novenas e sermões, quer pelos andores e bandeiras

<sup>719</sup> Cf. *O Mártir. Corpo Ferido na Árvore*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2005, pp. 43-53.

<sup>720</sup> Cf. *Idem*, pp. 55-101.

que compunham os préstitos, quer ainda pela música e a indumentária que lhes concediam beleza e cor. Noutros domínios, os preciosos relicários, os marfins, a pequenas imagens de devoção doméstica, os ex-votos e os registos de santo. O percurso encerrava com a pintura quinhentista proveniente do Palácio Nacional de Sintra, com o *Rei D. Sebastião representado como São Sebastião*, sugerindo a identificação do devoto com a vida do mártir, no episódio de resgatar os cativos cristãos<sup>721</sup>.

No âmbito deste evento foi ainda editado um catálogo, profusamente ilustrado, com textos no domínio da história da arte, a acompanhar cada uma das entradas, redigidos por especialistas nas áreas científicas em causa. Não obstante, um estudo introdutório, da autoria do comissário-geral, aborda com alguma profundidade o culto e iconografia de São Sebastião em Portugal<sup>722</sup>. Embora de iniciativa civil, a escolha de um clérigo para dirigir a concepção da exposição – e atendendo ao seu currículo – determinou sobremodo a linha narrativa seguida: a obediência a um critério temático, elucidando sobre a evolução do culto e devoção sebastianina, com traços históricos e iconográficos, mas sem descurar os aspectos teológicos e litúrgicos inerentes.

Os 500 anos do nascimento de São Francisco Xavier comemoraram-se, em 2006, com um vasto programa cultural<sup>723</sup>, tanto em Portugal como em Navarra, Espanha, onde nasceu<sup>724</sup>. No ano anterior, a figura do Apóstolo do Oriente havia já sido recordada na Exposição Universal 2005, em Aichi, Japão, na qual Portugal teve uma representação oficial<sup>725</sup>, divulgando as comemorações e incentivando o turismo oriental a visitar-nos<sup>726</sup>.

Entre as actividades realizadas no nosso País, a Cordoaria Nacional, em Lisboa, acolheu, desde o início de Novembro de 2005 até ao mês de Abril do ano seguinte, a exposição *Arte e Espiritualidade*<sup>727</sup>, alusiva ao missionário jesuíta espanhol, resultado de um concurso aberto

<sup>721</sup> Cf. *Idem*, pp. 103-133.

<sup>722</sup> Cf. Carlos A. Moreira AZEVEDO, «Contributo para o estudo do culto e da iconografia de São Sebastião em Portugal», in, *O Mártir. Corpo Ferido na Árvore*, *cit.*, pp. 5-41.

<sup>723</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2004, de 16 de Junho.

<sup>724</sup> Nuno Rosário FERNANDES, «Celebração dos 500 anos de São Francisco Xavier traz frutos importantes», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 24 de Março de 2006.

<sup>725</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2004, de 16 de Junho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2004, de 23 de Dezembro.

<sup>726</sup> N. R. FERNANDES, «Celebração dos 500 anos de São Francisco Xavier traz frutos importantes», *cit.*

<sup>727</sup> Luís Filipe SANTOS, «Arte e Espiritualidade», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 3 de Novembro de 2004.

a artistas de qualquer religião monoteísta histórica que São Francisco Xavier contactou na sua caminhada pelo Oriente – o Hinduísmo, o Budismo, o Islamismo e o Judaísmo<sup>728</sup>.

O outro evento museológico e ápice destas celebrações foi a exposição *São Francisco Xavier: A Sua Vida e o Seu Tempo*, também levada a efeito na Cordoaria Nacional, entre 1 de Fevereiro e 15 de Abril de 2006<sup>729</sup>. Ali, cerca de 250 obras de arte – escultura, pintura, ourivesaria, têxteis, entre outras –, provenientes de colecções estatais, eclesiásticas e privadas de todo o país e do estrangeiro<sup>730</sup>, ilustravam desde o panorama de Lisboa na época em que São Francisco ali viveu até à actividade missionária do santo, passando pela sua formação em Xavier, Paris e Roma e pela sua viagem marítima entre Lisboa e Goa<sup>731</sup>.

Num percurso expositivo linear, distribuído por onze núcleos temáticos, a mostra iniciava com *Lisboa Quinhentista, Capital do Império [I]*, plasmada em retratos de personalidades da época e representações da partida de São Francisco para a Índia. Depois, *O Encontro de Portugal com o Oriente [1543-1639] [II]*, inaugurado por Vasco da Gama – cuja chegada figura numa tapeçaria – e corporificado em diversos livros alusivos ao Oriente e à navegação. Seguia-se *A Essência e as Consequências da Formação Humanística de S. Francisco Xavier [III]*, que mostrava imagens dos seus companheiros e ambiente de estudo, e *A Carreira da Índia e a Viagem de S. Francisco Xavier para o Oriente em 1541 [IV]*, composto de objectos relacionados com a viagem marítima<sup>732</sup>.

Os núcleos subsequentes abordavam a presença do taumaturgo no Oriente: *S. Francisco Xavier e a Índia [V]*; *S. Francisco Xavier e o Japão [VI]*; e *Francisco Xavier de Malaca às Portas da China [VII]*, onde viria a morrer, mediante figurações pictóricas de episódios que ali ocorreram e artefactos característicos das culturas locais. Adiante, a *Canonização e Exposições do Corpo de S. Francisco Xavier em Goa [VIII]* exhibia objectos ligados ao culto das suas relíquias e às festas organizadas por ocasião da canonização<sup>733</sup>.

<sup>728</sup> Nuno Rosário FERNANDES, «São Francisco Xavier, de Portugal para o mundo», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 18 de Novembro de 2005.

<sup>729</sup> Octávio CARMO, «Presidente da República inaugura Exposição sobre São Francisco Xavier. Portugal assina o V centenário do nascimento do Missionário do Oriente», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 1 de Fevereiro de 2006.

<sup>730</sup> *Ibidem*.

<sup>731</sup> *São Francisco Xavier. A Sua Vida e o Seu Tempo. 1506-1552*, Lisboa, Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, 2006, p. 6.

<sup>732</sup> Cf. *Idem*, pp. 27-75.

<sup>733</sup> Cf. *Idem*, pp. 77-155.

Avançava-se para a *Iconografia de S. Francisco Xavier na Pintura Portuguesa do Século XVII [IX]*, incluindo espécimes de escultura, gravura e ourivesaria e depois *A “Lusitanização” de S. Francisco Xavier [X]*, mediante obras de pintura e de literatura que progressivamente o vinham identificando com a cultura lusa. A mostra concluiu n’*A Herança Artística da Companhia de Jesus [XII]* em Portugal, nomeadamente o monograma IHS, patente em obras de natureza e tipologia diversas<sup>734</sup>.

Esta exposição, comissariada por Natália Correia Guedes, assentou num discurso muito próprio, de temática histórica, visando uma abordagem da vida e envolvência cultural de uma figura religiosa. O acervo era, por isso, bastante eclético, onde a arte sacra desempenhava um mero papel complementar, ilustrando os aspectos relacionados com a iconografia e as dimensões cultural e devocional de São Francisco Xavier. O catálogo, por sua vez, embora mantendo a organização da mostra, extravasou o modelo habitual, antecedendo cada núcleo temático de objectos, com um estudo elaborado por especialistas nas matérias que fundamentam a selecção dos artefactos, também devidamente estudados e descritos.

Outro exemplo da arte sacra na evocação da história, ainda que em menor escala, é a exposição *Tesouros da Colegiada de São Martinho de Cedofeita*, no Porto, patente no auditório da Paróquia de Cedofeita, entre 21 de Abril e 6 de Maio de 2007. Por iniciativa do pároco e da Comissão do Património e Cultura da paróquia, coadjuvados na concepção e montagem por técnicos da Câmara Municipal do Porto, pretendiam ilustrar a história da Colegiada de São Martinho de Cedofeita através das expressões artísticas a ela associadas e, ao mesmo tempo, realizar uma acção em que sobressaísse a necessidade de recuperar, preservar e dar a conhecer tanto os objectos de arte quanto os documentos que guardam a sua história, muitos dos quais restaurados para esta mostra<sup>735</sup>. O catálogo nada refere quanto à museografia, mas a sua organização denuncia uma estrutura segundo critérios tipológicos, em dois grandes grupos. O *Núcleo Documental* subdividia-se em secções acerca da história do mosteiro e da colegiada, da vida da instituição, incluindo a organização, o património, o contencioso e a livraria, das confrarias, da acção sócio-caritativa da colegiada e, por fim, o projecto de arquitectura da igreja de Cedofeita, de José Marques da Silva, que não chegou

<sup>734</sup> Cf. *Idem*, pp. 157-224.

<sup>735</sup> «História, Arte e Fé em espaço cultural aberto», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 18 de Abril de 2007.

a ser concluído. O *Núcleo Artístico* seguiu uma divisão meramente tipológica, distinguindo pintura, paramentaria, imaginária, ourivesaria, mobiliário e tapeçaria<sup>736</sup>.

A arte sacra é um instrumento cultural, mas constitui igualmente um vestígio das gentes e da época em que foi executada e utilizada, pelo que assume um importante papel na ilustração da História, ora a nível local, ora num âmbito geográfico mais alargado, tanto no viver estético quanto no religioso. Os exemplos mencionados são muito distintos nas opções museográficas, no tratamento das temáticas e na amplitude, mas convergem no uso historicista dos bens culturais de natureza litúrgica e devocional, em detrimento de propósitos teológicos ou catequéticos.

#### **3.8.4. Exposições avulsas**

Às exposições acima referidas acrescem outras que, apesar do seu carácter pontual, merecem também menção, pois contribuem para ilustrar o modo como se vem entendendo a musealização da arte sacra nos tempos mais recentes.

Com o intuito de dinamizar o espaço da Casa do Corpo Santo/Museu do Barroco, em Setúbal, após intervenção de conservação e restauro, a Câmara Municipal, que detém a sua tutela, organizou uma exposição sob o título *Arte Sacra do Séc. XVI (finais) ao Séc. XVIII*, entre 9 de Fevereiro a 30 de Março de 2002, patenteando algumas obras em reserva das colecções do Museu de Setúbal/Convento de Jesus. O acervo deste organismo compreende espécimes provenientes do próprio cenóbio, bem como de outros edifícios religiosos e entidades locais, em especial a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal<sup>737</sup>.

Atendendo às balizas cronológicas estabelecidas, o discurso assentou nas temáticas predominantes no período em causa: infância e paixão de Jesus Cristo, a vida da Virgem e dos santos. Pintura, escultura e relicários davam corpo àqueles assuntos, realçando-se, contudo, os princípios estéticos que manifestavam. Alguns objectos de prata, em particular adornos de imagem, atributos de santo e uma custódia aludiam à celebração pública e

<sup>736</sup> Cf. *Tesouros da Colegiada de São Martinho de Cedofeita. No Rasto de uma História*, Porto, Paróquia de Cedofeita, 2007.

<sup>737</sup> *Arte Sacra do Séc. XVI (finais) ao Séc. XVIII*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 2002, pp.II-IV.

colectiva do culto religioso, enquanto, no final, os registos constituíam um testemunho da devoção doméstica e pessoal<sup>738</sup>.

O mesmo propósito de rotatividade das peças em reserva esteve na origem da exposição de pintura e escultura hagiográfica *A Espada e o Deserto*, levada a efeito no Museu Nacional de Arte Antiga, entre Abril e Setembro de 2002, em jeito de evocação metafórica inferida das figurações dos mártires cristãos<sup>739</sup>. Esta mostra surgiu, sobretudo, da necessidade de dar a ver e a conhecer o conteúdo das reservas do museu – para as quais contribuíram as origens sacras do acervo do museu e uma forte presença de imaginária religiosa na colecção Vilhena, parte fundamental das colecções de escultura – e de uma alteração de programação, que levou a adiar eventos mais elaborados e complexos e a optar por recursos mais imediatos<sup>740</sup>. A narrativa firmou-se numa estrutura iconográfica, agrupando representações pictóricas e escultóricas dos mártires.

De finais de 2002 aos meados do ano seguinte, a Diocese de Setúbal promoveu uma jornada de Congresso Eucarístico, centro inspirador da acção pastoral da Igreja diocesana durante aquele período<sup>741</sup>. Neste contexto, a Casa do Corpo Santo/Museu do Barroco acolheu uma exposição de temática eucarística, entre 12 de Abril e 1 de Junho de 2003, impulsionada pela Comissão Central do Congresso Eucarístico Diocesano, mas concepção e organização museográfica ao cuidado do Museu de Setúbal/Convento de Jesus<sup>742</sup>. A dinâmica em torno daquela actividade exortou ainda outra exposição acerca do mesmo tema, *A Eucaristia na Arte dos Homens*, promovida pela Câmara Municipal de Almada, de colaboração com a Vigararia da Costa de Caparica, e patente, entre 30 de Junho e 13 de Julho de 2003, no Convento dos Capuchos, em Vila Nova de Caparica<sup>743</sup>. Foram exposições de pequena dimensão e com abrangência muito local, mas reflectem uma

---

<sup>738</sup> *Idem*, pp. IV-VII.

<sup>739</sup> Cf. *A Espada e o Deserto*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2002, p. 6.

<sup>740</sup> José Luís PORFÍRIO, «Repetições e novidades», in *A Espada e o Deserto*, *cit.*, p. 5.

<sup>741</sup> «Na comunhão das Igrejas. Setúbal. Diocese prepara Congresso Eucarístico», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIII, n.º 36, de 16 de Outubro de 2002; Octávio CARMO, «Congresso Eucarístico em Setúbal rumo ao seu encerramento», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 17 de Junho de 2003.

<sup>742</sup> «Museu de Setúbal – Convento de Jesus. Exposições Temporárias», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 7, Março de 2003, p. 21.

<sup>743</sup> «Arte Sacra no Convento dos Capuchos. A Eucaristia na Arte dos Homens», in *Almada. Boletim Municipal*, Almada, Câmara Municipal de Almada, n.º 84, Julho/Agosto de 2003.

preocupação de extensão cultural, por parte da Igreja, coadjuvada por organismos do poder civil, a um evento estritamente religioso e confessional.

Na região bracarense, a reabilitação de uma sala para exposições temporárias no mosteiro de São Martinho Tibães, criada no âmbito da operação integrada de recuperação daquele complexo arquitectónico, deu ensejo a um projecto cultural de revelação e interpretação de São Bento, patrono do antigo espaço monástico, que culminou na exposição *Sanctus Benedictus – São Bentinho*, de 21 de Março, aniversário da morte do santo, até 15 de Agosto de 2004, comissariada por Geraldo Coelho Dias, monge beneditino e professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A mostra realçava o papel do santo na cristianização do Entre Douro e Minho, tendo uma função propedêutica e educativa, em duas vertentes basilares: a erudita, representada pelos monges, bispos e papas que exaltam São Bento e o apresentam de modo solene, com mitra e báculo, nomeadamente em pintura e escultura; e a popular, onde predominava o culto a São Bentinho, plasmado nas caixas de esmolas, nos ex-votos, nos objectos de cera e nas *regras pequeninas*, de devoção privada, que as pessoas traziam ao peito<sup>744</sup>.

Outro antigo cenóbio, o convento de San Payo, entrincheirado num vale da Serra da Salgosa, Vila Nova de Cerveira, acolheu a exposição de escultura religiosa, subordinada ao tema *Ecumenismo – Testemunhos de um Património Religioso*, inaugurada em 26 de Maio de 2005, com a presença do Bispo de Viana do Castelo. Votado ao abandono até que um artista se apaixonou por ele, em 1974, aquele edifício conventual é a sede da Associação Cultural Convento de S. Paio, instituída em Setembro de 1996, cuja missão consiste, em especial, na promoção e divulgação do acervo do escultor José Rodrigues e no apoio a iniciativas culturais, através da realização de exposições, concertos e encontros científicos. Reabilitado o imóvel, transformou-se num espaço museológico peculiar, pois habitado por um artista de referência na arte portuguesa contemporânea, assume-se mais como um *museu-atelier*, onde o visitante pode apreciar a obra do escultor, em confronto com o próprio lugar da feitura de algumas peças, bem como as colecções de que é proprietário<sup>745</sup>.

<sup>744</sup> *Sanctus Benedictus – São Bentinho*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004, p. I; Luís Filipe SANTOS, «A vertente popular e erudita de S. Bento», in *Agência Ecclesia*, cit., de 22 de Março de 2004.

<sup>745</sup> *Convento de S. Paio. Memórias para um Convento* [desdobrável], Vila Nova de Cerveira, Associação Cultural Convento de S. Paio, s. d.

Na área da capela ficou instalada aquela exposição de carácter religioso, entretanto convertida em permanente, apesar da data de encerramento apontada para 31 de Outubro de 2005, sob o título *Da Natureza ao Homem e do Homem ao Sagrado*. A temática incide na procura do divino numa perspectiva ecuménica, articulando duas mostras que espelham, na complementaridade, a dupla faceta de José Rodrigues, enquanto artista e coleccionador. O denominador comum é a Arte como mediadora de um diálogo entre o humano e o divino. Na capela exibem-se imagens sacras provenientes de diversos contextos e confissões religiosas. De Portugal a África, do Mediterrâneo ao Extremo Oriente, o Catolicismo Romano une-se ao Catolicismo Ortodoxo, ao Hinduísmo e ao Budismo, confrontando, no espaço outrora cultural, os vários modos com os quais a Humanidade, pela mão da arte, transcende o tempo na procura do divino. Noutro momento podem contemplar-se as séries *Estudos para um Altar* e *Estudos para uma Pietà*, de José Rodrigues, desenvolvidos a partir dos expressivos momentos da Paixão de Cristo, que evocam outras personagens bíblicas, mas sobretudo o sofrimento e esperança dos homens e mulheres de hoje<sup>746</sup>. Em termos de arranjo museográfico, merecem realce os plintos que suportam as esculturas, de ferro com oxidação controlada, por certo uma marca do artista no acto expositivo da sua colecção.

De 1 a 26 de Junho de 2005, teve lugar na Casa Museu Guerra Junqueiro, no Porto, a exposição *Imaginária Feminina na Arte Sacra Portuguesa: Processos de Conservação e Restauro*, organizada em parceria pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa e o Museu de Santa Maria de Lamas, no âmbito do processo de relançamento deste museu. O projecto assentava em três objectivos distintos: a avaliação e diagnóstico do acervo, procedendo-se ao respectivo inventário; a criação de um programa de exposição e divulgação do museu; e a implementação de acções de protecção e de conservação e restauro. Neste contexto, a presente exposição visava trazer o museu para fora de portas, numa primeira apresentação pública de resultados<sup>747</sup>.

Os espécimes patentes, de períodos artísticos que vão do século XVI ao século XVIII, permitiam realçar a presença da figura feminina na religião e na arte sacra ao longo desse tempo, mas também ilustrar a evolução das técnicas artísticas e as formas de interpretação

---

<sup>746</sup> *Da Natureza ao Homem e do Homem ao Sagrado*, Vila Nova de Cerveira, Convento de S. Paio, 2005.

<sup>747</sup> Sofia Thenaisie COELHO, «Uma exposição sobre o universo interior da arte», in *Imaginária Feminina na Arte Sacra Portuguesa. Processos de Conservação e Restauro*, Porto, 2005, pp. 9-10.



deste tema. O discurso, todavia, estribava-se na iconografia e nos processos de intervenção de que foram alvo no centro de restauro daquela instituição universitária<sup>748</sup>. A importância concedida à componente técnica e científica ficou bem vincada no catálogo dado lume, no qual predominam os estudos acerca dos trabalhos realizados em cada espécime.

Nos finais do ano, em Alcoutim, a paróquia local promoveu uma exposição na capela de Santo António para assinalar a reabertura daquele templo, fechado havia alguns anos, e mostrar ao público parte do acervo de arte sacra do concelho. Inaugurada a 8 de Dezembro de 2005, dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Alcoutim, contou com o apoio do município para a montagem e restauro de algumas obras. Os espécimes provinham da própria paróquia e das freguesias vizinhas de Giões e Pereiro<sup>749</sup>. Recorde-se ainda que a autarquia alcouteneja mantinha já um núcleo de arte sacra, integrado na sua rede museológica, no qual funcionava uma oficina de restauro, aberta, inclusivamente, para a área expositiva, de modo que o público podia observar os trabalhos em curso<sup>750</sup>.

A prática do colecionismo de arte e as vicissitudes por que passaram os bens da Igreja ao longo dos tempos conduziram amiúde à existência de espécimes de natureza sacra em posse de privados, afastados, por isso, do olhar público, salvo raras apresentações em exposições temporárias ou incorporação em acervos museológicos em regime de depósito. Todavia, não raras vezes, aquelas colecções transitam para organismos culturais, públicos ou privados, geralmente por legado ou doação.

A Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, no âmbito das Comemorações do 1.º Centenário da Casa dos Patudos (2004-2006), apresentou a mostra *Fragmentos de Eternidade: Imagens da Virgem na Pintura Europeia (Séculos XVI-XIX)*, realizada em parceria pela Câmara Municipal de Alpiarça, tutelar da instituição museológica, e pela Associação dos Amigos da Casa-Museu dos Patudos, sob comissariado de José António Falcão, director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja e, ao tempo, também

<sup>748</sup> «Imaginária Feminina na arte sacra», in *O Primeiro de Janeiro*, *cit.*, de 30 de Maio de 2005.

<sup>749</sup> «Exposição de Arte Sacra abre em Alcoutim», in *Barlavento – Jornal de Informação Regional do Algarve* [em linha], Portimão, Mediregião – Edição de Distribuição de Publicações, de 5 de Dezembro de 2005, disponível em URL: <http://www.barlavento.online.pt/index.php/noticia?id=3186> (acedido em 25 de Janeiro de 2010); «Exposição de arte sacra», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://radix.cultalg.pt/visualizar.html?id=16998> (acedido em 16 de Janeiro de 2010).

<sup>750</sup> Vd. subcapítulo 3.6.1. Acção da sociedade laica.

director daquele museu. O núcleo exposto – dez obras de pintura de temática mariana – resultou de uma selecção do admirável acervo artístico que José de Mascarenhas Relvas<sup>751</sup>, coleccionador metódico e esclarecido, aberto a correntes e géneros muito diversificados, reuniu no palacete da sua Quinta dos Patudos, legada com todos os seus bens ao município alpiarçense para fins sociais e culturais<sup>752</sup>. Em termos de discurso, as opções pautaram-se pela diversidade iconográfica e pela evolução estilística, uma abordagem que articulou as componentes teológica e mariológica com os aspectos históricos e estéticos, particularmente manifesta nas entradas do catálogo publicado, à qual não é alheia, por certo, a experiência do comissário nestes domínios.

Na cidade de Coimbra, de 4 de Julho, dia da cidade, a 1 de Outubro de 2006, a Galeria de Exposições Temporárias do Museu Municipal, no Edifício Chiado, albergou a mostra *A Arte Sacra na Colecção Telo de Morais*, da responsabilidade do Departamento de Cultura, através da Divisão de Museologia, da Câmara Municipal de Coimbra. Composta de vinte e duas obras de pintura e escultura, datadas do século XV ao século XIX, seleccionadas daquela colecção – doada ao município e à cidade pelo coleccionador e sua mulher –, não obedeceu a um discurso específico mas à opção pela “diversidade de temas religiosos, da autoria de diferentes artistas, que se estendem por várias épocas e estilos, onde o misticismo da liturgia cristã se apodera das obras trazidas ao espaço expositivo para fruição do público”<sup>753</sup>.

Durante o Natal de 2007, a figura do Menino Jesus esteve em realce nesta cidade, na exposição *O Menino dos meninos*, patente no convento de São Francisco, de 28 de Novembro a 31 de Janeiro do ano seguinte. Promovida em parceria pela empresa municipal Turismo de Coimbra e o Museu Nacional Machado de Castro, incluiu espécimes do acervo deste museu e, nesta edição, ainda com algumas obras emprestadas pelo Museu Escola de Artes Decorativas Portuguesas, da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva<sup>754</sup>. A exposição

<sup>751</sup> \* 1858 – † 1929. Notável figura da história contemporânea portuguesa, que sobressaiu não apenas como um dos fautores da I República, mas também como lavrador, músico, mecenas e filantropo.

<sup>752</sup> *Fragmentos de Eternidade: Imagens da Virgem na Pintura Europeia (Séculos XVI-XIX)*, Alpiarça, Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2004; José António FALCÃO, «Fragmentos de Eternidade: Imagens da Virgem na Pintura Europeia (Séculos XVI-XIX): Casa dos Patudos apresenta exposição de Arte Sacra», in *Porta do Sol. Quinzenário Diocesano de Santarém*, Santarém, Seminário de Santarém, S. III, A. VI, n.º 121, de 22 de Maio de 2005.

<sup>753</sup> *A Arte Sacra na Colecção Telo de Morais*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, p. [3].

<sup>754</sup> *O Menino dos Meninos*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2007, p. 4.

fora concebida em 2002, patente no próprio museu, e redesenhada para o Natal de 2006, no Museu do Canteiro, em Alcains<sup>755</sup>.

Ainda que a temática remeta para o presépio, uma ideia reforçada pelo carácter intimista e de ruína no interior do velho cenóbio, o discurso percorria a evolução iconográfica do Infante, do século XIV ao século XVIII, desde as representações com uma profusão de elementos cénicos, avançando pelo autonomizar das figuras e outros modos de ver o Menino: a Virgem do Leite, que O amamenta, a invocação mariana da Apresentação, a Sagrada Família, a *Fuga para o Egipto*, e os diversos esquemas iconográficos do *Salvador do Mundo*, do *Bom Pastor* e a prefiguração da Paixão<sup>756</sup>.

Nas terras de Idanha, dando continuidade à divulgação e valorização do património religioso do concelho, iniciadas por ocasião das comemorações dos 800 anos da doação da vila aos templários – já acima referidas –, têm-se vindo a promover exposições temporárias de arte sacra, de periodicidade anual, dedicadas aos bens de cada paróquia, instaladas no Fórum Cultural de Idanha-a-Nova. Entre finais de 2007 e finais do ano seguinte teve lugar a *Exposição de Arte Sacra da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Idanha-a-Nova*, que patenteou imagens e alfaias religiosas, recebendo quase cinco milhares de visitantes. Estimulada por este sucesso, a autarquia entendeu prosseguir a missão e, durante mais um ano, patenteou a *Arte Sacra das Paróquias de Nossa Senhora da Conceição (Idanha-a-Velha) e de São Sebastião (Alcafozes)*, em moldes idênticos<sup>757</sup>. Em finais de 2009, foi inaugurada outra exposição subordinada à arte sacra da Paróquia de São Miguel Arcanjo, da Freguesia de São Miguel d’Acha, e da Aldeia de Santa Margarida<sup>758</sup>. Entretanto, no âmbito do Colóquio Internacional “Memória e História Local”, em Junho de 2009, houve lugar à exposição *Pintura da Arte Sacra da Igreja Matriz de Idanha*, no Centro Cultural Raiano, comissariada por Joaquim de Oliveira Caetano, que

<sup>755</sup> «O Menino dos meninos», in *Gazeta do Interior*, Castelo Branco, Informarte – Informação Regional, A. XVII, n.º 934, de 8 de Novembro de 2006.

<sup>756</sup> Cf. *O Menino dos Meninos*, *cit.*, pp. 11-27.

<sup>757</sup> «Fórum Cultural muda de arte sacra», in *A Reconquista*, *cit.*, de 6 de Novembro de 2008; António Silveira CATANA, «Padroeira da aviação no Fórum Cultural», in *A Reconquista*, *cit.*, de 5 de Março de 2009.

<sup>758</sup> «Exposição de Arte Sacra no Fórum Cultural», in *Gazeta do Interior*, *cit.*, A. XX, n.º 1097, de 23 de Dezembro de 2009.

exibiu oito quadros dos séculos XVII e XVIII, recentemente restaurados com apoio da Câmara Municipal<sup>759</sup>.

O interesse do poder autárquico em matérias relacionadas com património religioso é bem evidente nos últimos anos. Além exemplos supracitados, refira-se ainda a exposição *Tesouros da Sé de Silves*, organizada pelo Município de Silves e patente na Igreja da Misericórdia de Silves, entre 15 de Fevereiro e 8 de Março de 2008, que trouxe a público os espécimes do acervo da antiga catedral silvense, alguns dos quais expostos na própria sé e outros em reserva, utilizados apenas em celebrações e manifestações singulares da Igreja<sup>760</sup>; e a exposição de arte sacra *Fons Vitae: Fonte de Vida*, levada a efeito pela Câmara Municipal de Sardoal, no Centro Cultural Gil Vicente, em Abril de 2009, com peças da igreja matriz de Sardoal e da capela de Nossa Senhora do Carmo, datadas do século XV ao século XVIII<sup>761</sup>.

### 3.8.5. Profusão de museus

No último quartel do século XX, Portugal registou um crescente fenómeno de instituição de novos museus, conforme atestam as análises estatísticas já realizadas neste domínio pelo IPM e o Observatório das Actividades Culturais<sup>762</sup>. Não obstante, novo trabalho desenvolvido nesta temática, relativo aos anos 2000-2003 e dado a lume em 2005, revelou também um incremento gradual do número de projectos e intenções de criação de museus nestes anos inaugurais do século XXI<sup>763</sup>. Com efeito, no que respeita à arte sacra, há diversas ocorrências, quer de iniciativa eclesiástica, quer promovidas pelo poder civil, mas sobretudo resultantes da colaboração ou entejuda destas entidades.

<sup>759</sup> Cristina Mota SARAIVA, «Arte Sacra restaurada», in *A Reconquista*, *cit.*, de 9 de Junho de 2009.

<sup>760</sup> C. E., «Exposição de Arte Sacra em Silves», in *Região Sul* [em linha], Loulé, Região Sul 2 Publicações, de 8 de Fevereiro de 2008, disponível em URL: <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=80933> (acedido em 1 de Março de 2009); «Exposição de Arte Sacra “Tesouros da Sé de Silves”» in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=20990> (acedido em 26 de Janeiro de 2010); Elisabete RODRIGUES, «Silves mostra arte sacra e acolhe lançamento de livro», in *Barlavento...* [em linha], *cit.*, de 16 de Fevereiro de 2008, disponível em URL: <http://www.barlavento.online.pt/index.php/noticia?id=21821> (acedido em 1 de Março de 2009).

<sup>761</sup> «Arte Sacra dos Séculos XV ao XVIII em exposição no Centro Cultural de Sardoal», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 14 de Abril de 2009.

<sup>762</sup> Cf. *Inquérito aos Museus em Portugal*, *cit.*, p. 51.

<sup>763</sup> *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, *cit.*, p. 24.

O Museu de Arte Sacra da Paróquia de Albufeira encontra-se instalado na Igreja de São Sebastião, um edifício religioso da primeira metade do século XVIII, que ocupou o lugar de uma pequena capela dedicada ao mártir, antiga sede da Confraria de São Sebastião, cujo dinamismo influenciou muito a piedade dos albufeirenses ao longo dos tempos<sup>764</sup>. Inaugurado a 1 de Julho de 2000, no âmbito das comemorações do 2.º centenário da igreja matriz<sup>765</sup>, o museu, ao abrigo do Protocolo firmado entre a Fábrica da Igreja da Paróquia de Albufeira e o município da mesma cidade, em 12 de Junho de 1997, e nos termos da Adenda ao Protocolo, celebrada em 2 de Junho de 2003, recebe um subsídio da edilidade que cobre o pagamento de despesas com ordenados e encargos sociais dos funcionários adstritos ao Museu, durante todo o ano, bem como das despesas relativas a electricidade e segurança daquele espaço museológico<sup>766</sup>. A Comissão Fabriqueira da Paróquia garante que “a Câmara Municipal tem compreendido a importância deste legado paroquial à cultura e ao turismo” e “tem apoiado economicamente, nos últimos anos, o Museu para tornar viável a sua abertura ao público durante todo o ano, bem como a sua manutenção e conservação”<sup>767</sup>.

A exposição deste museu ocupa a nave da igreja de São Sebastião e duas salas laterais. A capela-mor mantém o altar em talha dourada, que ostenta a imagem do patrono, num baldaquino, ao centro, e duas esculturas do século XVIII, de São Francisco Xavier e de São Domingos. Os objectos expostos na nave são de múltiplas tipologias, sobressaindo o *Painel da Ressurreição*, do século XVI, e diversos painéis azulejares do século XVII, provenientes da antiga igreja matriz de Albufeira, destruída pelo Terramoto de 1755, esculturas de vulto de alguns santos e de invocações marianas, enxovais de imagens de vestir (v. g. os mantos de Nossa Senhora da Orada e de Nossa Senhora das Dores) e alfaias litúrgicas. Na sala do

<sup>764</sup> José Rosa SIMÃO, *Igreja de São Sebastião. Paróquia de Albufeira. Museu de Arte Sacra* [desdobrável policopiado], Albufeira, Paróquia de Albufeira, s. d., p. [2].

<sup>765</sup> Pereira PINTO, «Na Comunhão das Igrejas. Algarve. Museu Paroquial», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXI, n.º 26, de 12 de Julho de 2000.

<sup>766</sup> Cf. ALBUFEIRA, Câmara Municipal, *Acta (Reunião Ordinária)*, Albufeira, 7 de Junho de 2005; ALBUFEIRA, Câmara Municipal, *Acta (Reunião Ordinária Pública)*, Albufeira, 4 de Abril de 2006; ALBUFEIRA, Câmara Municipal, *Nota de Imprensa n.º 70*, Albufeira, 11 de Abril de 2006.

<sup>767</sup> ALGARVE, Diocese, «Colaboração entre Câmara e paróquia de Albufeira mantém Museu Paroquial de boa saúde», in *Diocese do Algarve* [em linha], Faro, Diocese do Algarve, de 2 de Junho de 2006, disponível em URL: <http://www.diocese-algarve.pt/site/index.php?name=News&file=article&sid=762> (acedido em 21 de Janeiro de 2010).

lado norte, a antiga sacristia, exibem-se algumas esculturas e vestes litúrgicas. No lado oposto, a sala sul patenteia uma reprodução do antigo castelo de Albufeira e fotografias antigas da cidade, um missal e variados documentos relativos à vida da Paróquia e de algumas antigas associações de fiéis e objectos de criação recente<sup>768</sup>.

Na Paróquia de Santa Maria Maior, Viana do Castelo, em Janeiro de 2001, inaugurou-se o Museu da Matriz, um desejo que o pároco, Constantino Macedo de Sousa<sup>769</sup>, vinha alimentando desde 1976, quando assumira a administração e governo espiritual daquela comunidade, apenas um ano antes da elevação do templo a catedral, em virtude da fundação da Diocese de Viana do Castelo, a 3 de Novembro de 1977. Instalado nas dependências da capela dos Mareantes, que ocupa o braço norte do transepto da igreja, o museu articula o património integrado deste espaço cultural e a sacristia com uma área designada núcleo central, que acolhe estatuária sacra, ourivesaria – em particular vasos sagrados, ostensórios, capas de missais e utensílios processionais –, têxteis litúrgicos e mobiliário, que constituem o tesouro da antiga matriz vianense, enriquecido ao longo dos séculos, e o acervo das confrarias que ali tiveram sede<sup>770</sup>.

Num âmbito municipal, o núcleo museológico de arte sacra do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, estabelecido na igreja do Mártir Santo São Sebastião<sup>771</sup> e designado por Núcleo do Mártir Santo, inseriu-se num conceito programático de museu polinucleado assumido pelo Museu Municipal, durante o interregno a que esteve sujeito entre 1981 e finais de 1985<sup>772</sup>. Não obstante, propriedade municipal desde o século XVIII, só a partir de 1998 começou a elaborar-se o programa de adaptação deste imóvel para fins museológicos<sup>773</sup>.

<sup>768</sup> J. R. SIMÃO, *op. cit.*, pp. [2-4].

<sup>769</sup> Falecido em a 19 de Maio de 2005, este sacerdote sobressaiu no panorama sócio-religioso e cultural de Viana do Castelo [vd. M[atias] de B[ARROS], «Faleceu o cónego Constantino Macedo de Sousa», in *O Vianense. Jornal Quinzenário da Região de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Matias de Barros, A. XXVI, n.º 476, de 30 de Maio de 2005].

<sup>770</sup> *Museu da Matriz*, Viana do Castelo, Paróquia de Santa Maria Maior, 2001.

<sup>771</sup> Graça Soares NUNES, «Musealização da Igreja do Mártir Santo S. Sebastião», in *Núcleo Museológico de Arte Sacra. Igreja do Mártir Santo S. Sebastião*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001, pp. 20-21; «Museu Municipal de Vila Franca de Xira», in *Roteiro de Museus*, *cit.*, pp. 190-191.

<sup>772</sup> G. S. NUNES, *op. cit.*, p. 17.

<sup>773</sup> *Idem*, p. 20.

Inaugurado em Julho de 2001<sup>774</sup>, ao tempo da abertura a exposição permanente intitulava-se *Vila Franca de Xira: Formas de Devoção*. Dispondo de um acervo constituído pelo conjunto de arte sacra própria daquele templo e por uma colecção de cariz antoniano, incorporada por doação, a área expositiva encontrava-se dividida por cinco espaços temáticos: *I – Registos de Devoção*, na nave da igreja, com objectos de culto, escultura, pintura, ex-votos e registos; *II – A Capela do Mártir Santo*, preenchendo a capela-mor, dedicado ao patrono e seu culto, com escultura e ourivesaria; *III – Santo António, O Taumaturgo Franciscano*, instalado na sacristia, exibindo parte da colecção antoniana; *IV – Arqueologia e Multimédia*, com bens provenientes dos trabalhos arqueológicos executados durante a obra de recuperação do edifício e um quiosque multimédia; *V – A Colecção Antoniana do Dr. Vidal Baptista (1908-1971)*, numa sala do 1.º andar<sup>775</sup>.

Obras de manutenção e requalificação do edifício para públicos com necessidades especiais impuseram um encerramento de permeio<sup>776</sup>, reabrindo, a 28 de Junho de 2005, com uma nova exposição permanente, *Arte e Devoção: Formas e Olhares*<sup>777</sup>, assente num conceito de rotatividade anual das colecções para possibilitar a reabilitação e fruição de outros espécimes<sup>778</sup>, contando com a colaboração de várias paróquias de Vila Franca de Xira, que enriquece a diversidade dos bens de arte sacra expostos<sup>779</sup>.

O Museu de Arte Sacra da Paróquia de Santa Eulália de Sobrosa recebeu a bênção do então Bispo Auxiliar do Porto, D. António José Cavaco Carrilho, a 26 de Maio de 2002, durante a sua visita pastoral àquela circunscrição eclesiástica do concelho de Paredes. Fundado para recolher espécimes de interesse artístico e valor histórico, preservar e conservar objectos retirados do culto e dá-los a conhecer ao público, expondo e fomentado as

<sup>774</sup> «Igreja em Vila Franca deu lugar a Museu de Arte-Sacra», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 10 de Julho de 2001.

<sup>775</sup> G. S. NUNES, *op. cit.*, p. 22-26.

<sup>776</sup> «Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Reabertura do Núcleo do Mártir Santo», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 17, Setembro de 2005, p. 19.

<sup>777</sup> *Idem*, p. 18; *Arte & Devoção. Formas e Olhares. Rotatividade Anual da Exposição*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2009.

<sup>778</sup> «Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Estudo, Conservação e Divulgação de Património», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 20, Junho de 2006, p. 18; Maria da Luz ROSINHA, «Apresentação», in *Arte & Devoção. Formas e Olhares...*, *cit.*, p. [3].

<sup>779</sup> «Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Reabertura do Núcleo do Mártir Santo», *cit.*, p. 19.

visitas, o museu não dispõe de grande área, mas, ao longo dos três primeiros anos de actividade, recebeu e inventariou mais de um milhar de peças<sup>780</sup>.

Por ocasião das obras de ampliação da igreja matriz, entre 1984 e 1986, muitos espécimes transitaram a título provisório para a residência paroquial, onde permaneceram, até finais de 1997, quando esta foi alvo de restauro. Então, voltaram de novo para a igreja, ficando depositadas numa sala do edifício, conquanto deficientemente acondicionadas. Para prevenir a degradação daquele acervo, logo se começou a pensar em transformar o espaço num museu, de modo que pudesse ser devidamente acautelado mas também visto e admirado. A tipologia da colecção é variada, contendo indumentária litúrgica, escultura, pintura, azulejaria, vasos sagrados, bandeiras e diversos livros litúrgicos<sup>781</sup>.

Ocupando uma sala do primeiro piso, sobre a capela mortuária, esperam a breve trecho expandir o museu para o rés-do-chão, concluídas as obras da nova capela mortuária<sup>782</sup>. A exposição radica numa distribuição tipológica, muito densa, por exiguidade do espaço. Abre ao público apenas durante as festas de Sobrosa, em honra dos mártires Santa Eulália e São Sebastião, no primeiro fim-de-semana de Agosto, podendo, contudo, ser visitada mediante pedido nos restantes períodos.

No entanto, a Paróquia de Santa Eulália, apoiada no acervo do museu, desenvolveu ainda actividades de carácter efémero, assinalando períodos religiosos significativos. Assim, nos dias 19 e 20 de Novembro de 2005, levou a cabo uma exposição de arte sacra de temática eucarística, montada no Centro Paroquial de Sobrosa, com espécimes do museu, no contexto do encerramento do Ano da Eucaristia<sup>783</sup>. Depois, em 2007, empreendeu a mostra de imaginária sacra *Testemunhos de Fé*, entre 10 e 18 de Março, na nave da igreja matriz, articulando as esculturas patentes ao culto com outras da colecção do museu.

---

<sup>780</sup> *Museu de Arte Sacra* [desdobrável], Sobrosa, Paróquia de Santa Eulália de Sobrosa, 2005; *Museu de Arte Sacra de Sobrosa. Historial* [folha de sala], Sobrosa, Paróquia de Santa Eulália de Sobrosa, 2005.

<sup>781</sup> *Ibidem*.

<sup>782</sup> Informação fornecida pelo Pároco de Sobrosa, P.º João de Deus Jorge, em conversa informal, a 8 de Março de 2008; a nova capela mortuária ficou concluída em Abril de 2010 [cf. «Capela Mortuária concluída», in *Junta de Freguesia de Sobrosa* [em linha], Sobrosa, Junta de Freguesia de Sobrosa, de 18 de Abril de 2010, disponível em URL: <http://www.freguesias.pt/portal/noticia.php?id=970&cod=131021> (acedido em 19 de Setembro de 2010)].

<sup>783</sup> *Exposição Arte Sacra. Encerramento Ano Eucaristia* [folha de sala], Sobrosa; *Museu de Arte Sacra de Sobrosa*, 2005.



O discurso expositivo assentou no tema dos santos mártires, que deram a vida em testemunho de fé, servindo de modelo para a caminhada quaresmal que então se percorria<sup>784</sup>.

No Arciprestado de Vila Nova de Famalicão, Arquidiocese de Braga, o ano de 2002 ficou marcado pela abertura de dois museus sob tutela eclesiástica. Na paróquia de São Tiago de Antas as celebrações em honra do seu patrono, nesse ano a 28 de Julho, por ser o domingo ulterior ao dia 25 – este consagrado ao Apóstolo –, incluíam a inauguração do Museu Paroquial de Arte Sacra<sup>785</sup>. Criado para preservar e valorizar os espécimes desafectados do culto, que andavam dispersos e mal acondicionados, ocupa um salão no rés-do-chão de um corpo anexo à torre sineira, encostada ao cunhal meridional da igreja, servindo, contudo, ainda como sala de catequese. Não obstante, o espaço, outrora uma cavaleriça – cuja dimensão e localização, junto a uma estrada nacional, indicia um uso alargado –, oferecia características julgadas propícias para fins museológicos. Com efeito, as paredes, rasgadas por sucessivos vãos, acolheram os expositores onde se patenteiam obras de imaginária, ourivesaria sacra e uma casula, do século XVI ao século XVIII<sup>786</sup>.

Em 26 de Outubro desse mesmo ano, a paróquia de São Miguel de Vila das Aves abriu ao público o seu Museu Eclesiástico, com obras provenientes, na maioria, da igreja matriz local e da extinta igreja de São Lourenço de Romão<sup>787</sup>. Na esteira das recomendações da CEP acerca do património cultural, em 1990, e particularmente sensibilizado pela inauguração da Casa Museu Idalina e Aurora Matos<sup>788</sup>, na paróquia de Alfena, em Janeiro de 1997, o P.<sup>e</sup> Fernando de Azevedo Abreu, pároco de Vila das Aves, envidou também esforços no sentido da constituição de um espaço museológico. Ante a incapacidade financeira para a construção de um edifício de raiz, procedeu-se à adaptação da residência paroquial, aproveitando as áreas do antigo lagar e armazéns de cereais<sup>789</sup>. O projecto contou com o apoio da Câmara Municipal de Santo Tirso, que suportou ainda os encargos e remuneração de

<sup>784</sup> *Testemunhos de Fé: exposição* [desdobrável], Sobrosa, Museu de Arte Sacra de Sobrosa, 2007.

<sup>785</sup> Cf. «Dia da Paróquia de Santiago de Antas», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 22 de Julho de 2002.

<sup>786</sup> Francisco de ASSIS & José Carlos FERREIRA, «Museu de Arte Sacra preserva peças com muitos séculos», in *Diário do Minho, cit.*, de 14 de Abril de 2005.

<sup>787</sup> «Museu Eclesiástico de Vila das Aves abre hoje», in *Lusa..., cit.*, de 26 de Outubro de 2002.

<sup>788</sup> Sobre este museu vd. *Alfena Olha o Teu Museu. “Casa Museu Idalina e Aurora Matos”*, Alfena, Paróquia de Alfena, 1996.

<sup>789</sup> Fernando de Azevedo ABREU, «As minhas sete palavras», in *Guia do Museu Eclesiástico*, Vila das Aves, Fernando de Azevedo Abreu, 2002, pp. 5-14.

três técnicas estagiárias de conservação e restauro, responsáveis pelas intervenções em cerca de quatro dezenas de espécimes do acervo que integra o museu, nomeadamente obras de talha, imaginária e pintura<sup>790</sup>.

A colecção exposta, datada dos séculos XVIII a XX, distribui-se por duas salas. Todavia, não existe um discurso explícito, ainda que manifeste uma distinção tipológica entre aquelas zonas: na primeira concentram-se os altares e outras peças de talha, a imaginária e alguma ourivesaria sacra, em especial de adorno das imagens e alfaias litúrgicas; na seguinte têm lugar os têxteis litúrgicos, a pintura, ora sobre tela, ora na forma de bandeiras processionais, e a restante ourivesaria sacra<sup>791</sup>. O empenho museológico da paróquia de São Miguel de Vila das Aves assinalou continuidade na abertura de um novo espaço de cariz etnográfico, dedicado às alfaias agrícolas, em 4 de Janeiro de 2004, conquanto sob a designação de Eco-Museu<sup>792</sup>.

Na Diocese de Coimbra registou-se a criação do Museu Paroquial de Arte Sacra de Alvares, no concelho de Góis, aberto a 22 de Setembro de 2002, o segundo espaço museológico estabelecido na pequena freguesia de Alvares durante aquele ano, pois a 11 de Maio inaugurara-se a Casa do Ferreiro<sup>793</sup>. O acervo de mais de centena e meia de espécimes resultou da doação de particulares e de recolha nas 21 capelas da freguesia, uma parte significativa do qual remonta aos séculos XV e XVI. Instalado numa sala anexa à igreja matriz, nasceu da iniciativa do P.<sup>e</sup> Ramiro Moreira, no governo daquela paróquia havia vinte anos, secundado por um grupo de moradores voluntários, mobilizados pela Comissão de Melhoramentos de Alvares. O museu almeja pôr o visitante em contacto com os objectos de arte que marcaram a vida paroquial ao longo dos tempos e que, entretanto, ficaram desafectados do culto<sup>794</sup>.

As boas relações entre a Igreja obidense e a respectiva edilidade estiveram já evidentes aquando da instalação dos núcleos museológicos do santuário do Senhor Jesus da Pedra e

<sup>790</sup> «Museu de Arte Sacra em Vila das Aves», in *Informação Municipal*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, A. XX, n.º 83, Outubro 2002 a Julho 2003, p. 11; «Restauro de arte sacra», in *Agenda de Santo Tirso*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, n.º 3, Outubro/Novembro de 2002, p. [6].

<sup>791</sup> Cf. *Guia do Museu Eclesiástico*, cit., pp. 9-15.

<sup>792</sup> Cf. *Eco-Museu da Paróquia de S. Miguel da Vila das Aves*, Vila das Aves, Fernando de Azevedo Abreu, 2003.

<sup>793</sup> Cf. «Turismo – Museus», in *Freguesia de Alvares* [em linha], Alvares, Freguesia de Alvares, disponível em URL: [http://www.alvares.pt/portal/v1.0/mod\\_texto.asp?pag=mus](http://www.alvares.pt/portal/v1.0/mod_texto.asp?pag=mus) (acedido em 17 de Setembro de 2010).

<sup>794</sup> Francisco PEDRO, «Alvares ganha museu», in *Correio da Manhã*, cit., de 23 de Setembro de 2002.

da igreja de São Pedro. Em 2003, a colaboração estendeu-se ao Museu Paroquial de Óbidos, também designado por Museu Paroquial de São João, que ocupa a igreja de São João Baptista, recém-recuperada com o apoio da Câmara Municipal de Óbidos<sup>795</sup>. Inaugurado e benzido a 12 de Janeiro de 2003<sup>796</sup>, com a exposição temporária *A Luz do Oriente*, assumiu uma incumbência de transmissão do legado cultural da Igreja, em articulação com os restantes templos e unidades museológicas da vila<sup>797</sup>. Todavia, a sua actividade, ao invés de uma exposição de carácter permanente, firmava-se em exposições temporárias de média duração, cujos conteúdos seriam decididos pelo Pároco e pelos técnicos do Museu Municipal, no sentido de promover a investigação e motivar visitas periódicas àquele Museu<sup>798</sup>.

Exposição inaugural do museu, patente até 31 de Outubro de 2003<sup>799</sup>, *A Luz do Oriente* compunha-se de obras em madrepérola e outros objectos de devoção orientais – na maioria, crucifixos e cruces, contando com alguns registos de santo, rosários, cofres e relicários –, pertencentes à colecção de Domingos Soares Branco<sup>800</sup>, com o intuito de evidenciar as marcas da missionação portuguesa na vertente artística do Oriente<sup>801</sup>. A estrutura expositiva dividiu-se em dois núcleos geograficamente classificados: *A Igreja no Próximo Oriente e Índia* e *A Igreja no Extremo Oriente*<sup>802</sup>.

<sup>795</sup> Telmo Henrique Correia Daniel FARIA, «Apresentação», in *A Luz do Oriente. Madrepérolas e Objectos Orientais de Devoção Cristã*, Óbidos, Museu Paroquial de Óbidos, 2003, p. 3; «Antiga capela de São Vicente dos Gafos / Igreja de São João Batista», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2003, n.º IPA PT031012050043.

<sup>796</sup> Pedro ANTUNES, «Inauguração do Museu e da Exposição de Arte Religiosa Oriental», in *Jornal Oeste Online* [em linha], Caldas da Rainha, Associação Oeste Informação Online, de 30 de Dezembro de 2002, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=2776> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008); Pedro ANTUNES, «Ministro da Cultura inaugura Museu Paroquial de Óbidos», in *Jornal Oeste Online* [em linha], *cit.*, de 10 de Janeiro de 2003, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=2805> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008); Luís Filipe SANTOS, «Museu Paroquial de Óbidos», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 21 de Janeiro de 2003.

<sup>797</sup> Sérgio GORJÃO, «Introdução», in *A Luz do Oriente...*, *cit.*, p. 5.

<sup>798</sup> P. ANTUNES, «Ministro da Cultura inaugura...», *cit.*; T. H. C. D. FARIA, *op. cit.*, p. 3.

<sup>799</sup> Inicialmente prevista até fins de Agosto de 2003, foi prolongada até 31 de Outubro desse ano, em virtude da numerosa afluência. Pedro ANTUNES, «Exposição Luz do Oriente patente até final de Outubro», in *Jornal Oeste Online* [em linha], *cit.*, de 19 de Setembro de 2003, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=4134> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008); Luís Filipe SANTOS, «Exposição Luz do Oriente», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 23 de Setembro de 2003.

<sup>800</sup> *A Luz do Oriente...*, *cit.*, 2003.

<sup>801</sup> L. F. SANTOS, «Museu Paroquial de Óbidos», *cit.*

<sup>802</sup> Cf. *A Luz do Oriente...*, *cit.*, pp. 11-35.

Seguiu-se a exposição *O Rosário: Instrumento de Espiritualidade no Mundo e no Catolicismo*, entre 7 de Março e 31 de Outubro de 2004<sup>803</sup>. Inspirada nas celebrações dos 25 anos do pontificado de João Paulo II, tinha o propósito de evidenciar o valor cultural daquele instrumento de espiritualidade, apresentando-o em três vertentes: a sua história, a sua existência material (tipologias de rosários e iconografia obidense de Nossa Senhora do Rosário) e o seu significado atribuído (os Mistérios)<sup>804</sup>. Nesse sentido, o discurso expositivo partia dos antecedentes orientais do Rosário para tipologias cristãs, seguindo pelas figurações de santos e invocações marianas nas quais é atributo, concluindo em objectos evocativos os Mistérios do Rosário – uma pintura da *Visitação*, escultura de *São João Baptista e Cristo Ressuscitado*, um Missal Romano, um *Calvário*, um cálice e um cálice-custódia<sup>805</sup>.

Em 2010, a exposição patente<sup>806</sup> era ainda *A Trindade: O mistério de Deus*, subordinada ao tema do mistério da Santíssima Trindade, cuja inauguração ocorreu a 8 de Abril de 2006, no âmbito das celebrações da Semana Santa<sup>807</sup>. O discurso expositivo assenta na ilustração das três naturezas de Deus: Pai, Filho e Espírito Santo<sup>808</sup>.

Quando, em 1966, o Prof. José António Pinheiro e Rosa deu a lume *Arte Sacra em Tavira*, apontou como motivo da publicação a ideia de a Comissão Municipal de Turismo criar um museu de arte sacra em Tavira. O trabalho dá a conhecer uma relação de espécimes e monumentos de índole religiosa da cidade de Tavira que, certamente, viabilizariam a constituição daquele organismo. Não obstante, o autor refere que “certas peças de arte

<sup>803</sup> Francisco GOMES, «Exposição “O Rosário”», in *Jornal Oeste Online* [em linha], *cit.*, de 15 de Fevereiro de 2004, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5272> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008); Francisco GOMES, «Exposição “O Rosário” em Óbidos», in *Jornal Oeste Online* [em linha], *cit.*, de 12 de Março de 2004, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5475> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008); Luís Filipe SANTOS, «“O Rosário” em exposição», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 15 de Março de 2004.

<sup>804</sup> Sérgio GORJÃO, «Introdução», in *O Rosário. Instrumento de Espiritualidade no Mundo e no Catolicismo*, Óbidos, Museu Paroquial de Óbidos, 2004, p. 8.

<sup>805</sup> Cf. *O Rosário... cit.*, pp. 35-46.

<sup>806</sup> Este evento tem-se prolongado muito para além dos períodos normais de exposição naquele museu, facto ao qual não será alheia a transferência de Sérgio Gorjão dos quadros técnicos da Câmara Municipal de Óbidos para a direcção do Museu das Terras de Miranda, em Agosto de 2007 [Despacho n.º 29271/2007, de 13 de Agosto].

<sup>807</sup> Francisco GOMES, «Exposição “A Trindade – O Mistério de Deus”», in *Jornal Oeste Online* [em linha], *cit.*, de 4 de Abril de 2006, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=11966> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008).

<sup>808</sup> Cf. *A Trindade. O Mistério de Deus*, Óbidos, Museu Paroquial de Óbidos, 2006, pp. 13-39.

sacra só atingem toda a sua beleza no ambiente para que foram criadas. Isoladas cá fora, perdem uma grande parte do seu encanto”<sup>809</sup>. Em 30 Dezembro de 1970, a Santa Casa da Misericórdia de Tavira cedeu a sua igreja à Câmara Municipal para ali ser instalado um museu de arte sacra, o que nunca se concretizou<sup>810</sup>. Mais tarde, em 1979, Per-Uno Ågren, no relatório que apresentou na UNESCO, fez também referência à disposição para criar um museu em Tavira, numa antiga escola, para exibir os tesouros da Igreja (existiam cerca de 22 igrejas em Tavira)<sup>811</sup>. O directório da Direcção Regional da Cultura do Algarve alude sumariamente ao Museu da Igreja de Santa Maria<sup>812</sup>, ainda que, em realidade, consista numa exposição temporária, inaugurada naquele local a 24 de Março de 2003<sup>813</sup>, e cuja data de encerramento não foi determinada.

Esta *Exposição Temporária de Arte Sacra da Igreja de Santa Maria*, instalada na antiga Secretaria Paroquial, era o concretizar de uma antiga pretensão de constituir um núcleo museológico dedicado à arte sacra tavirense, que revelasse a importância do património religioso da cidade e, simultaneamente, apelasse para a sua recuperação e salvaguarda. Organizada pelas Paróquias de Sant’Iago e de Santa Maria, esta exposição reúne um acervo diversificado, oriundo de capelas e igrejas da cidade de Tavira e arredores, e integra espécimes dos séculos XV ao XX<sup>814</sup>.

Distribuída por três salas anexas à igreja, distingue três núcleos, segundo uma classificação tipológica. O primeiro sector, dedicado à pintura, dá evidência aos painéis de Nossa Senhora do Rosário, a óleo sobre tela, um dos quais atribuído a Vieira Lusitano, que integravam a procissão em memória do Terramoto de 1755, durante a qual era concedida a bênção à cidade, e a um conjunto de ex-votos de Nossa Senhora do Livramento, pinturas de cariz popular, a óleo ou aguarela sobre tela ou cartão, oferecidos à Virgem por pescadores,

---

<sup>809</sup> J. A. P. e ROSA, *op. cit.*, p. 94.

<sup>810</sup> «Igreja da Misericórdia e Antiga Casa do Despacho de Tavira», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2001, n.º IPA PT050814060003.

<sup>811</sup> Per-Uno ÅGREN, *Les musées régionaux et locaux* [Rapport n.º 2], Paris, UNESCO, 1979, p. 7.

<sup>812</sup> PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, *cit.*, p. 106.

<sup>813</sup> «Na Igreja de Santa Maria: Inaugurada Exposição Temporária de Arte Sacra», in *Jornal do Sotavento*, Tavira, Fábrica da Igreja de Santiago, de 11 de Abril de 2003.

<sup>814</sup> *Exposição Temporária de Arte Sacra na Igreja de Santa Maria – Tavira* [desdobrável], Tavira, Paróquia de Santiago/Paróquia de Santa Maria, 2003.

como voto de agradecimento público de uma graça recebida, geralmente relacionada com situações de naufrágio. O espaço seguinte contempla a escultura, especialmente a imaginária em madeira, no qual avulta a imagem de Nossa Senhora Rainha do Mundo, do século XV, espécime dos mais antigos de madeira na região de Tavira, e as imagens de São Pedro, do século XVII, titular da Ermida de São Pedro, a de São Roque, do século XVIII, titular da Igreja de São Roque (Nossa Senhora do Rosário), e a imagem do Senhor Jesus do Calvário, do século XVIII, titular da Ermida do Calvário (Santuário de Nossa Senhora das Angústias). A terceira sala acolhe o núcleo de ourivesaria e indumentária, onde se apresentam diversos espécimes de ourivesaria – de ouro, prata e outros metais – e um conjunto de vestes e outros têxteis litúrgicos. Inclui ainda uma estante de missal e um cofre eucarístico de Arte Nambam, proveniente do Japão, pequenas pinturas a óleo sobre cobre, do século XVII, com representações de milagres de Santo António e alguns livros: antifonários do século XVIII, um missal do século XVII, profusamente ilustrado, e um exemplar das *Constituições Sinodais do Bispado do Algarve de 1672*<sup>815</sup>.

A atenção votada aos bens culturais de origem religiosa, nos últimos anos, tem-se tornado cada vez mais evidente, mesmo por entidades de natureza civil. Veja-se o caso do Museu Municipal de Pinhel, instalado, em 1936, no edifício dos Antigos Paços do Concelho<sup>816</sup>. Instituição generalista, de âmbito municipal, sofreu recentemente obras profundas no seu interior, período em que reviu o programa museográfico. Embora ainda em reorganização e qualificação, reabriu ao público a 25 de Agosto de 2003, feriado municipal, com a exposição permanente dedicada à arte sacra. O acervo fazia já parte das colecções do museu, mas a exiguidade do espaço não permitia tê-las patentes ao público. Em termos de estrutura expositiva, o museu exhibe, no rés-do-chão, um conjunto de escultura do período moderno, de madeira policromada, de temática hagiográfica, e um retábulo quinhentista da Escola de João de Ruão. No piso superior, uma sala é dedicada aos ex-votos, dos séculos XVIII e XIX, oriundos da Ermida da Senhora das Fontes, enquanto noutra se vê uma série de estandartes corporativos, do século XIX, utilizados por ocasião da procissão do Senhor dos Passos, e pinturas sobre madeira,

<sup>815</sup> «Na Igreja de Santa Maria: Inaugurada Exposição Temporária de Arte Sacra», *cit.*

<sup>816</sup> «Museu Municipal», in *Município de Pinhel* [em linha], Pinhel, Câmara Municipal de Pinhel, disponível em URL: <http://www.cm-pinhel.pt/servicosmunicipio/museu/Paginas/default.aspx> (acedido em 4 de Dezembro de 2009).

representando Santa Isabel de Portugal e Santa Isabel da Hungria<sup>817</sup>. Antiga sede de episcopado, e por isso com alguma relevância no âmbito do património religioso, acolhera já uma exposição de arte sacra, no contexto das comemorações do bicentenário da cidade de Pinhel, em 1970, realizada com obras procedentes das quatro igrejas mais abastadas do Concelho<sup>818</sup>.

No Algarve, uma parceria entre a Comissão Instaladora do Museu de Monchique, a Fábrica da Igreja Paroquial e a Junta de Freguesia de Monchique promoveu a instalação do Núcleo de Arte Sacra de Monchique, constituindo o primeiro espaço museológico daquele organismo polinucleado monchiquense. Inaugurado em 21 de Setembro de 2003, na cave da igreja paroquial, exhibe espécimes oriundos de diferentes locais de culto, propriedade da Paróquia, tendo como suporte cenográfico de exposição uma capela do século XVII, com particular realce para um conjunto de imaginária, um livro de coro, peças de talha e um sacrário. A Junta de Freguesia de Monchique, com o apoio do Programa LEADER II SW, empreendeu uma intervenção profunda de conservação e restauro, em virtude do adiantado estado de degradação que as peças apresentavam<sup>819</sup>.

As matérias em torno da recuperação e salvaguarda dos bens culturais eclesiásticos vinha ganhando cada vez mais realce. Na região da Serra da Estrela, a antiga residência paroquial de Figueiró da Serra, concelho de Gouveia, designada na aldeia por “casa do Sr. Prior”, deu lugar, nos primeiros anos deste século<sup>820</sup>, ao Museu de Arte Sacra de Figueiró da Serra. Desocupada desde 1975, por deixar de haver pároco residente, o imóvel cami-

<sup>817</sup> Fátima MONTEIRO, «Pinhel inaugura museu exíguo», in *Jornal Nova Guarda*, Guarda, Nova Guarda – Agência de Informação, de 27 de Agosto de 2003; «Museu Municipal abre portas em Pinhel», in *O Interior*, cit., n.º 198, de 28 de Agosto de 2003.

<sup>818</sup> «Atalaia. História da Freguesia», in *ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias* [em linha], Lisboa, ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, disponível em URL: [http://www.anafre.pt/historia\\_freguesias\\_in.asp?id=1861](http://www.anafre.pt/historia_freguesias_in.asp?id=1861) (acedido em 2 de Dezembro de 2009).

<sup>819</sup> Luís Filipe SANTOS, «Museu de Arte Sacra em Monchique», in *Agência Ecclesia*, cit., de 10 de Setembro de 2003; MONCHIQUE, Câmara Municipal, «Núcleo de Arte Sacra de Monchique», in *Câmara Municipal de Monchique* [em linha], Monchique, Câmara Municipal de Monchique, disponível em URL: [http://www.cm-monchique.pt/portal\\_autarquico/monchique/v\\_pt-PT/menu\\_turista/concelho/cultura/Espaços+Culturais/Núcleo+de+Arte+Sacra+de+Monchique/](http://www.cm-monchique.pt/portal_autarquico/monchique/v_pt-PT/menu_turista/concelho/cultura/Espaços+Culturais/Núcleo+de+Arte+Sacra+de+Monchique/) (acedido em 27 de Janeiro de 2010); MONCHIQUE, Junta de Freguesia, «Espaços Culturais e de Convívio: Núcleo de Arte Sacra de Monchique», in *Junta de Freguesia de Monchique* [em linha], Monchique, Junta de Freguesia de Monchique, 2004, disponível em URL: [http://jf-monchique.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=26&Itemid=53](http://jf-monchique.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=53) (acedido em 27 de Janeiro de 2010); PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, cit., p. 103; «Núcleo de Arte Sacra de Monchique», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], cit., disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=17431> (acedido em 16 de Janeiro de 2010).

<sup>820</sup> Cf. «Na comunhão das Igrejas. Guarda. Arte sacra», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXX, n.º 36, de 27 de Outubro de 1999.

nhava para a ruína. Propriedade da Diocese da Guarda, foi cedida à Comissão da Fábrica da Igreja, por escritura de 7 de Novembro de 1997, para instalação do Museu. As obras começaram em Setembro de 1998, com a colaboração da Câmara Municipal de Gouveia, uma comparticipação a fundo perdido da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e diversos donativos de figueiroenses. No pátio das traseiras encontra-se o Museu Rural, de carácter etnográfico<sup>821</sup>.

Os museus de Figueiró da Serra resultam, pois, de um duplo propósito de resgatar um edifício em degradação e arranjar um sítio para valorizar um acervo guardado em arrecadações. Ali se conserva e exhibe um conjunto de espécimes que estiveram em uso pela paróquia e documentos relacionados com a história da Igreja local<sup>822</sup>, ora dispostos nas paredes, ora sobre mobiliário ou em expositores concebidos para o efeito – as vestes litúrgicas encontram-se penduradas em cabides, dentro de expositores incorporados nas paredes.

A sul do concelho de Seia, em pleno coração da serra, o caso mais notável é o Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra, inaugurado a 8 de Dezembro de 2004, englobando a capela de São Pedro, a igreja matriz, a capela de Santo António, na sede da Freguesia, e as capelas de Vasco Esteves de Baixo, Vasco Esteves de Cima e Aguincho. Instalado provisoriamente na capela de Santo António, recuperada para o efeito, será ulteriormente estabelecido na capela de São Pedro, onde decorrem trabalhos de restauro<sup>823</sup>.

Aquando da posse da Comissão Instaladora<sup>824</sup>, a 31 de Março de 2002, o objectivo era conservar e perpetuar o património de arte sacra de toda a Freguesia<sup>825</sup>. Com efeito, o Bispo

<sup>821</sup> José Maria MENDES, *Figueiró da Serra. Apontamentos sobre a sua História*, s. l., 1999, pp. 86-89.

<sup>822</sup> Cf. *Idem*, p. 87; «Museu Rural e Museu de Arte Sacra», in *Portal Figueiro* [em linha], Figueiró da Serra, José Ferreira, 2005, disponível em URL: <http://www.figueirodaserra.com/Museus.htm> (acedido em 8 de Março de 2009).

<sup>823</sup> «Alvoco da Serra cria Núcleo de Arte Sacra», in *Porta da Estrela*, Seia, Editora Porta da Estrela, de 30 de Maio de 2004; «Alvoco da Serra inaugura Museu de Arte Sacra», in *Porta da Estrela, cit.*, de 10 de Dezembro de 2004.

<sup>824</sup> A comissão era constituída pelo professor Fernando Moura, professor emérito da Universidade Católica de Lovaina, João Barroso, pároco de Alvoco da Serra, José Carlos David, representante da Assembleia de Freguesia, Fernando Pinto Mateus, ex-presidente da Câmara Municipal da Guarda e do Montepio Egitanense, cônego Eugénio da Cunha Sério, presidente da Comissão de Arte Sacra da Diocese da Guarda, cônego António Aparício, membro do Cabido da Diocese de Beja, Manuel Francisco de Brito, hoteleiro, Dagoberto Markl, membro da Academia de Belas Artes de Lisboa, e o padre José Eduardo Reis Coutinho, licenciado em História da Arte e Arqueologia.

<sup>825</sup> «Na comunhão das Igrejas. Guarda. Museu de Arte Sacra», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXIII, n.º 13, de 10 de Abril de 2002.



da Guarda, D. António dos Santos<sup>826</sup>, dizia, em Fátima, a 4 de Agosto de 2003, que aquela aldeia não podia ficar apenas com um museu na capela de São Pedro e exortava a constituir um *Núcleo de Arte Sacra* composto pela capela de Santo António, à entrada da povoação, a capela de São Pedro, mais vetusta, e pela igreja matriz, no alto, num percurso que denominou *Via Salutis*, a Via da Salvação<sup>827</sup>.

Do variado acervo de arte sacra – vestes litúrgicas, imaginária, ourivesaria sacra, livraria –, ressalta um conjunto de escultura pétreo, proposto para classificação pela delegação regional de Castelo Branco do IPPAR<sup>828</sup>. Defronte do seu valor e precárias condições de conservação, o director deste organismo apelou, inclusivamente, à declaração de interesse municipal, da parte do Município de Seia, um processo mais célere, assinalando a urgência da sua preservação e cuidada musealização<sup>829</sup>. Entretanto, o retábulo da capela de São Pedro, que necessitava de premente intervenção devido ao estado de degradação, foi restaurado, em 2007, a expensas da Junta de Freguesia<sup>830</sup>.

A escassez de recursos, todavia, condiciona uma abertura permanente dos espaços. Por esse motivo, encontram-se habitualmente encerrados, porém, com a indicação das pessoas da aldeia que detêm as chaves e podem encaminhar os visitantes<sup>831</sup>.

Não obstante a promulgação da *Lei-Quadro dos Museus*, em Agosto de 2004, que impôs um exigente referencial, no sentido da qualificação e ordenamento do panorama museológico português, continuavam a surgir, um pouco por toda a parte, pequenos núcleos expositivos dedicados à património de natureza religiosa, mormente de âmbito paroquial.

Em Oeiras, o Tesouro da Igreja de Nossa Senhora da Purificação abriu ao público a 1 de Janeiro de 2005, por ocasião da visita do Cardeal Patriarca, D. José Policarpo, que ali

---

<sup>826</sup> Reg. 1980-2005.

<sup>827</sup> Fernando MOURA, «Alvoco da Serra candidata ao título de aldeia histórica europeia», in *A Guarda*, Guarda, Casa Veritas Editora, A. 100, n.º 4960, de 3 de Dezembro de 2004.

<sup>828</sup> Luís MARTINS, «Tesouros de Alvoco em vias de classificação», in *Jornal de Notícias*, cit., de 19 de Janeiro de 2007; «Tesouros de Alvoco da Serra podem ser constituídos como Património Artístico Nacional», in *Porta da Estrela*, cit., de 20 de Janeiro de 2007; «IPPAR garante que arte sacra de Alvoco é “muito valiosa”», in *O Interior*, Guarda, JORINTERIOR – Jornal O Interior, n.º 373, de 25 de Janeiro de 2007.

<sup>829</sup> L. MARTINS, *op. cit.*

<sup>830</sup> «Retábulo do séc. XV restaurado proposto para ser Património Nacional», in *Porta da Estrela*, cit., de 31 de Julho de 2007; «Retábulo do século XV restaurado na serra», in *Diário As Beiras*, cit., de 27 de Julho de 2007.

<sup>831</sup> «Turistas procuram Museu de Arte Sacra, inaugurado em 2004», in *A Guarda*, cit., A. 103, n.º 5093, de 2 de Agosto de 2007.

se deslocou para celebrar a missa do Dia Mundial da Paz<sup>832</sup>, tendo procedido à bênção do local e do acervo, então devidamente inventariado, restaurado e protegido<sup>833</sup>. Iniciativa do Pároco, P.º Fernando Martins<sup>834</sup>, era um desejo antigo, já manifestado em finais de 1999, aquando da profunda remodelação da igreja<sup>835</sup>, e reiterado, em Julho de 2001, durante a comemoração do restauro do órgão, devido à grande quantidade de peças que possuíam<sup>836</sup>. Disposta na sacristia e em salas do primeiro piso, a colecção integra pintura sobre tela, escultura, mobiliário, um órgão, vestes e alfaias litúrgicas e documentação, que remonta aos séculos XV-XVI<sup>837</sup>.

Nos meados do mesmo ano, a igreja matriz de Nossa Senhora da Graça, no centro histórico de Nisa, acolheu um Museu de Arte Sacra, na sala contígua à capela São Francisco, por isso designada Sacristia de São Francisco. Neste espaço, cuja porta de comunicação com a igreja estivera tapada, funcionaram temporariamente os serviços da Junta de Freguesia, enquanto a sua sede era remodelada, fazendo ali as necessárias melhorias para o normal funcionamento. Quando o espaço ficou vago, em Dezembro de 2003, a paróquia entendeu aproveitar aquela área com uma valência museológica, expondo de modo permanente o património que se encontrava guardado em gavetões e armários e que constituía a sua memória e identidade cristãs<sup>838</sup>.

Por ocasião da terceira fase das obras de recuperação e beneficiação no castelo de Penela, levadas a efeito em 2005-2006 pelo IPPAR e a Câmara Municipal de Penela, com a colaboração da Diocese de Coimbra – visto que grande parte do recinto interior da fortaleza é propriedade da Paróquia de São Miguel –, procedeu-se à requalificação do rés-do-chão da casa paroquial para instalação de um museu de arte sacra. Inaugurado a 17 de

<sup>832</sup> «O melhor 2005!», in *Oeiras Actual. Boletim Municipal*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, n.º 150, Dezembro de 2004.

<sup>833</sup> «Em Oeiras. Tesouro da igreja patente ao público», in *Oeiras Actual...*, *cit.*, n.º 151, Janeiro/Fevereiro de 2005, p. 32.

<sup>834</sup> «Para sempre, frente à Igreja Matriz», in *Oeiras Actual...*, *cit.*, n.º 179, Novembro de 2007, p. 18.

<sup>835</sup> «Igreja Matriz vai ter museu», in *Oeiras Actual...*, Outubro de 1999.

<sup>836</sup> «Órgão tubular da igreja de Oeiras restaurado», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 8 de Julho de 2001.

<sup>837</sup> Cf. «Em Oeiras. Tesouro da igreja patente ao público», *cit.*, p. 32.

<sup>838</sup> Manuel HORÁCIO, «Igreja Matriz de Nisa abre Museu», in *O Distrito de Portalegre*, Portalegre, de 15 de Julho de 2005.

Junho de 2006, no contexto da reabertura do castelo ao público, insere-se no percurso interno de visita ao monumento, servindo como espaço de recepção aos visitantes<sup>839</sup>.

Todavia, a Fábrica da Igreja da Paróquia de São Miguel, proprietária da imóvel e dos terrenos anexos, autorizou, mediante contrato-programa, a utilização daquele espaço e área confinante por parte da Câmara Municipal para a dinamização anual de um programa de actividades culturais e de animação, tendentes à vivificação do monumento. Assim, o funcionamento e gestão do Museu de Arte Sacra são responsabilidade do Município de Penela, ao passo que a definição de conteúdos ficou a cargo da Paróquia<sup>840</sup>.

O envolvimento das autarquias na gestão de projectos de musealização de bens culturais da Igreja vinha a tornar-se mais frequente. Na cidade de Chaves, ainda em 2003, a Câmara Municipal e a Paróquia de Santa Maria Maior firmaram um protocolo de cedência de uso, a favor do município, de um imóvel contíguo à igreja matriz, destinado à constituição de um museu de arte sacra, equipamento cultural que a edilidade considerava de “importância transcendental para a exposição das peças existentes nesta Região Flaviense associadas a tal temática, alargando-se, por esta via, a oferta cultural às populações locais”. Nos termos daquele instrumento, a Paróquia, que manifestou inteira disponibilidade para colaborar na criação, instalação e gestão do museu, comprometeu-se a ceder não apenas o edifício como também as peças do seu acervo para exposição. A autarquia, por seu turno, assumiu os encargos emergentes da adaptação do imóvel, a elaboração e concretização do programa museológico, a recolha e restauro dos espécimes e as tarefas relacionadas com gestão e conservação ordinária do museu, integrando-o no Museu da Região Flaviense<sup>841</sup>.

---

<sup>839</sup> «Castelo de Penela», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2006, n.º IPA PT020614060001; «Penela – Castelo reabre... como novo», in *Diário As Beiras*, *cit.*, de 15 de Junho de 2006; «Castelo reabre amanhã após obras de recuperação», in *O Primeiro de Janeiro*, *cit.*, de 16 de Junho de 2006; Licínia GIRÃO, «Castelo remodelado reabriu com um museu de arte sacra», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 18 de Junho de 2006; João SANTOS, «Penela – De volta às muralhas», in *Diário As Beiras*, *cit.*, de 19 de Junho de 2006; Alexandra SANTOS, «Museu de arte sacra foi inaugurado», *Jornal Luz, Boletim Interparoquial*, Santiago da Guarda, *Jornal Luz*, Julho de 2006.

<sup>840</sup> PENELA, Câmara Municipal, *Acta n.º 13/2006 (Reunião Ordinária)*, Penela, 19 de Junho de 2006, n.º 6.2, cláusulas 2.ª e 3.ª

<sup>841</sup> CHAVES, Câmara Municipal, *Acta n.º 4/2003 (Reunião Ordinária)*, Chaves, 17 de Fevereiro de 2003, n.º 8.

A inauguração ocorreu a 17 de Setembro de 2006<sup>842</sup>, com a presença do bispo diocesano de Vila Real, D. Joaquim Gonçalves<sup>843</sup>, e das autoridades civis, sob a designação de Museu de Arte Sacra da Região Flaviense, compreendendo dois espaços distintos, na lateral da igreja, para a exposição permanente de arte sacra, e na parte posterior do templo, onde se encontram os serviços técnicos e administrativos, bem como uma zona para eventos temporários<sup>844</sup>.

O percurso expositivo principia no rés-do-chão, junto à recepção, com dois painéis que introduzem simbolicamente o visitante na temática da religiosidade em Chaves, desde períodos mais remotos: um dedicado a Idácio de Límia, prelado de *Aquæ Flaviæ*, autor de um *Chronicon*, nos meados do século V, que relata o período das invasões bárbaras no noroeste peninsular; o outro sobre a Serra do Larouco, que no horizonte marca indelevelmente o *genius loci* flaviense, emanando um cunho de sacralidade patente no imaginário humano desde tempos pré-históricos. Neste espaço têm ainda lugar alguns livros litúrgicos, imaginária – em particular Santa Bárbara, Nossa Senhora de Fátima, Santa Ana e São Joaquim e o Menino Jesus de Praga –, e um cofre eucarístico. No piso superior, o discurso desenvolve-se ao longo de expositores adossados às paredes, segundo critérios maioritariamente tipológicos: escultura – Nossa Senhora da Conceição e São Salvador –; painéis votivos dirigidos às invocações da Senhora da Saúde, da Senhora das Brotas e da Senhora dos Remédios e ao Bom Jesus do Monte; conjuntos de indumentária sagrada,

<sup>842</sup> Cf. CHAVES, Assembleia Municipal, *Acta n.º 4/2006 (Sessão Ordinária)*, Chaves, 27 de Setembro de 2006, n.º 1 – Actividade Municipal. Curiosamente, tanto o sítio na Internet (*blog* do serviço educativo) do Museu da Região Flaviense – Rede de Museus Municipais de Chaves [«Núcleo de Arte Sacra da Região Flaviense», in *Museu da Região Flaviense – Rede de Museus Municipais de Chaves* [em linha], Chaves, Museu da Região Flaviense, de 1 de Dezembro de 2009, disponível em URL: <http://museudaregiaoflaviense.blogspot.com/2009/12/nucleo-de-arte-sacra-da-regiao.html> (acedido em 23 de Outubro de 2010)], quanto o roteiro do – agora – Núcleo de Arte Sacra da Região Flaviense [*Núcleo de Arte Sacra da Região Flaviense* [desdobrável], Chaves, s. d.] situam a data de inauguração em 2008. Cf. nota 844.

<sup>843</sup> *Reg.* 1991-.

<sup>844</sup> «Museu de Arte Sacra da Região Flaviense abrirá ao público no próximo dia 17 de Setembro», in *Espigueiro. Central de Informações Regionais* [em linha], s. l., Trás-os-Montes Digital-SCETAD, de 16 de Setembro de 2006, disponível em URL: [http://www.espigueiro.pt/destaque\\_semanal/d707329bece455a462b58ce00d1194c9.html](http://www.espigueiro.pt/destaque_semanal/d707329bece455a462b58ce00d1194c9.html) (acedido em 20 de Setembro de 2006); Margarida LUZIO, «Museu de Arte Sacra já abriu ao público», in *Semanário Transmontano*, Chaves, Jornal de Chaves, de 21 de Setembro de 2006; «Museu de Arte Sacra da Região Flaviense. Chaves conta com mais um espaço museológico», in *Boletim Municipal*, Chaves, Município de Chaves, n.º 25, Outubro/Novembro de 2006, p. 7.

nas cores dos vários tempos litúrgicos; e ourivesaria sacra, incluindo objectos ligados à celebração e adoração eucarística, ao complemento do altar e às procissões<sup>845</sup>.

No âmbito Plano de Desenvolvimento Estratégico Chaves – 2015, aprovado em Dezembro de 2007<sup>846</sup>, a autarquia programou uma reconfiguração e beneficiação dos museus sob responsabilidade municipal, no sentido de constituir uma rede integrada<sup>847</sup>. Assim, o museu de arte sacra passou, entretanto, a ter a denominação de Núcleo de Arte Sacra da Região Flaviense, no contexto do Museu da Região Flaviense – Rede de Museus Municipais de Chaves, cuja missão é “sensibilizar os públicos para a história da região flaviense, através dos seus diversos núcleos expositivos vocacionados para a educação e fruição como pólos de estudo e atractividade da sociedade flaviense”<sup>848</sup>.

Ao nível da administração autárquica inframunicipal há também alguns casos que merecem menção. Em Aldeia do Bispo, concelho de Penamacor, a Junta daquela freguesia inaugurou, a 8 de Dezembro de 2006, um Museu Etnográfico, com uma exposição permanente dedicada ao Ciclo da Castanha, cultura que constituía um dos pilares de sustentabilidade da economia local. Não obstante, dotada de uma sala de exposições temporárias no piso superior do edifício, a instituição manterá ali em exibição um acervo de arte sacra, cedido pela Comissão da Fábrica da Igreja de Aldeia do Bispo, com o intuito de preservar e dar a conhecer o património religioso local<sup>849</sup>.

Contudo, ainda que de modo bastante efémero, a arte sacra já havia estado em realce naquela aldeia. A primeira vez fora em 1997, no fim-de-semana de 9 e 10 de Novembro, por ocasião da Feira Antiga, organizada pela Junta de Freguesia local, pelo Centro de Cultura e Desporto e pela Paróquia de São Salvador, realizando-se, entre as numerosas actividades, uma exposição de arte sacra na casa paroquial, integrada nas comemorações dos 250 anos

<sup>845</sup> Cf. *Núcleo de Arte Sacra da Região Flaviense* [desdobrável], *cit.*

<sup>846</sup> CHAVES, Assembleia Municipal, *Acta n.º 5/2007 (Sessão Ordinária)*, Chaves, 19 de Dezembro de 2007, n.º 10.

<sup>847</sup> CHAVES, Câmara Municipal, *Acta n.º 23/2007 (Reunião Ordinária)*, Chaves, 8 de Novembro de 2007, n.º VI; *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves – Chaves 2015*, Chaves, Município de Chaves, s. d., p. 59.

<sup>848</sup> *Museu da Região Flaviense – Rede de Museus Municipais de Chaves* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://museudaregiaoflaviense.blogspot.com/> (acedido em 23 de Outubro de 2010).

<sup>849</sup> «Museu Etnográfico dedicado à castanha abre as portas em Aldeia do Bispo», in *A Guarda*, *cit.*, A. 102, n.º 5059, de 7 de Dezembro de 2006.

das obras de ampliação da igreja matriz<sup>850</sup>. Repetiu-se, no ano seguinte, em moldes semelhantes, no primeiro fim-de-semana de Outubro<sup>851</sup>. Depois de um interregno, a III Feira Antiga apenas teve lugar a 10 e 11 de Setembro de 2005, desta feita inserida no projecto Teia Rural, mas contando igualmente com uma exposição de *Arte Sacra e Paramentaria*<sup>852</sup>.

Embora a dinâmica da administração local sobressaísse, também as paróquias vinham a demonstrar grande empenho na constituição de espaços museológicos para expor o seu património. O Museu Paroquial de São Veríssimo, em Valbom, fora inaugurado em 30 de Setembro de 2001, durante os festejos em honra do seu padroeiro, numa pequena dependência da igreja matriz, antiga sede do agrupamento de escuteiros, acolhendo, porém, um conjunto significativo de peças que compõem a memória da paróquia, em particular os bens que resultaram ou ficaram desafectados do culto em virtude das obras de ampliação do primitivo templo, levadas a efeito em princípios do último quartel do século XX<sup>853</sup>.

Quando, em meados de Setembro de 2006, se iniciou o processo de inventário do património cultural da paróquia, no âmbito do Projecto de Inventariação/Catologação da Diocese do Porto, encontraram numerosos objectos dispersos por aquela circunscrição eclesiástica, cuja importância religiosa, cultural e histórica impunha a sua colocação em ambiente museológico. Todavia, as instalações existentes não tinham capacidade para albergar tal acervo, pelo que procederam ao seu alargamento, criando uma nova sala no espaço da antiga capela mortuária<sup>854</sup>.

A abertura ao público ocorreu a 28 de Julho de 2007, integrada nas comemorações das bodas sacerdotais do pároco, P.º Manuel Paiva, principal mentor daquele equipamento cultural. O acervo exposto reflecte a religiosidade e vivência devocional da comunidade daquela paróquia, ora no culto eucarístico, mariano e hagiográfico, ora nas festas e procissões organizadas pelas confrarias, corporizadas em objectos de tipologias várias – imaginária, livraria, indumentária e alfaias litúrgicas –, dos séculos XVIII a XX. No sentido de uma

<sup>850</sup> V. AMARAL, «“Isto renasce agora!”», *cit.*

<sup>851</sup> V. AMARAL, «O feitiço de uma aldeia», *cit.*

<sup>852</sup> P. FERREIRA, *op. cit.*

<sup>853</sup> «Festa do padroeiro, S. Veríssimo: Paróquia de Valbom», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXII, n.º 36, de 10 de Outubro de 2001; cf. «Paróquia de S. Veríssimo de Valbom», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXV, n.º 17, de 5 de Maio de 2004.

<sup>854</sup> «Paróquia de Valbom: Museu S. Veríssimo renovado e ampliado», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXVIII, n.º 28, de 18 de Julho de 2007.

melhor compreensão daquele património, o visitante é convidado também a apreciar a arquitectura da igreja e obras de arte patentes ao culto, nomeadamente os vitrais e via-sacra, da autoria de Júlio Resende<sup>855</sup>.

Na Paróquia de Veiros, Diocese de Aveiro, o director do coro paroquial manifestou, em inícios de 2004, a intenção de criar um pequeno museu de arte sacra, numa dependência da igreja matriz, a qual servia já para guardar o acervo daquele templo<sup>856</sup>. Após obras de beneficiação e aquisição de expositores, financiadas mediante sorteios e cortejos de angariação de fundos, teve inauguração solene a 25 de Novembro de 2007, sob a denominação de Museu Padre José Henriques da Silva, pároco de Veiros ao tempo da gestação do museu, entretanto transferido. O acervo exposto, parte do qual restaurado para figurar no museu, reúne pintura, imaginária, alfaias sagradas e indumentária litúrgica, entre outros objectos considerados de valor artístico, religioso, cultural ou histórico, como um oratório e uma cómoda, oferta de particulares. Aberto ao público apenas duas vezes por mês, o museu tem um curador nomeado, um jovem licenciado em biologia, desde a primeira hora envolvido no processo de instalação, cujas funções se estendem ao inventário dos bens culturais existentes na igreja matriz e restantes templos da freguesia<sup>857</sup>.

Ainda na mesma diocese, a Paróquia de Fermentelos, por ocasião da reabertura da igreja matriz, a 19 de Outubro de 2008, na sequência de obras profundas de renovação, inaugurou um museu paroquial, instalado em duas salas contíguas à sacristia, para acolher espécimes de imaginária, alfaias e têxteis litúrgicos, mas em especial um retábulo em talha dourada, uma pintura barroca e o relógio da antiga torre<sup>858</sup>.

Em 26 Junho daquele ano, também a Paróquia de Olhão, na Diocese do Algarve, abriu um Museu Paroquial, no âmbito da celebração das bodas de prata sacerdotais do pároco, P.<sup>e</sup> Luís Gonzaga, com cerimónia de bênção e inauguração presidida pelo prelado algarvio, D. Manuel Quintas. Ocupando uma pequena sala do primeiro andar nas traseiras do templo,

---

<sup>855</sup> *Ibidem*.

<sup>856</sup> «Museu paroquial em Veiros», in *Correio do Vouga, cit.*, A. LXXV, n.º 3637, de 3 de Março de 2004.

<sup>857</sup> «Veiros inaugurou museu de Arte Sacra», in *Correio do Vouga, cit.*, A. LXXVIII, n.º 3815, de 12 de Dezembro de 2007.

<sup>858</sup> «Igreja de Fermentelos reabre após dois anos de obras», in *Correio do Vouga, cit.*, A. LXXVIX, n.º 3855, de 15 de Outubro de 2008; «Fermentelos: Inauguração da nova Igreja com museu Paroquial», in *Soberania do Povo*, Águeda, Soberania do Povo Editora, A. 130, n.º 8544, de 16 de Outubro de 2008; «Fermentelos: Bispo inaugurou obras da Igreja», in *Soberania do Povo, cit.*, A. 130, n.º 8545, de 23 de Outubro de 2008.

expõe um conjunto de espécimes mormente de imaginária e vestes litúrgicas, incluindo algumas alfaias sagradas. Ante a exiguidade do espaço, o pároco sublinhou a necessidade de alargar a mostra a outra dependência, de modo a permitir a exposição de mais obras, em particular de indumentária e de pintura, ainda não patente ao público. Todavia, a criação do museu constituiu uma forma de a paróquia se associar às comemorações do segundo centenário da restauração da cidade de Olhão, então em curso<sup>859</sup>.

O desígnio museológico da paróquia de Pico de Regalados, concelho de Vila Verde, teve maior amplitude, abraçando não apenas o património religioso, mas também a etnografia e história local. Em princípios de 2004, a Fábrica da Igreja picoense anunciou um projecto de recuperação e adaptação para fins museológicos de um imóvel situado junto à igreja paroquial, doado pela benemérita Maria Alcina Ferreira, uma professora daquela localidade. Mediante candidatura elaborada pela ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, submetida à Medida AGRIS, co-financiada pelo FEOGA – Orientação, o projecto obteve participação de fundos europeus, arrancando no segundo trimestre do ano seguinte, simultaneamente com as obras da residência paroquial<sup>860</sup>, prolongando-se até meados de 2007, data em que o sacerdote, P.º Fernando Senra de Sousa, adiantou faltar somente a instalação do acervo<sup>861</sup>.

A inauguração do Museu Terra de Regalados ocorreu a 22 de Junho de 2008, em cerimónia presidida pelo arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, apenas na valência de arte sacra, enquanto a componente etnográfica se encontrava “ainda em acabamentos”. O edifício que o alberga compreende três pisos, o último dos quais à cota da igreja. Com o intuito de salvaguardar, valorizar e dar a conhecer o património religioso da terra, tem em exposição um acervo de mais de centena e meia de espécimes – pintura, imaginária, livros, alfaias, indumentária e outros têxteis litúrgicos, elementos retabulísticos em talha e mobiliário –, que remontam ao século XVI, integrando objectos provenientes de um templo

<sup>859</sup> ALGARVE, Diocese, «Paróquia de Olhão inaugurou museu de arte religiosa», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 30 de Junho de 2008.

<sup>860</sup> «Pico de Regalados vai ter museu», in *Terras do Homem*, Vila Verde, Terraimagem, A. V, n.º 102, de 11 de Março de 2004; Jorge OLIVEIRA, «Pico vai recuperar residência paroquial», in *Diário do Minho, cit.*, de 7 de Janeiro de 2005; «Arcebispo visitou Pico», in *Terras do Homem, cit.*, A. VI, n.º 133, de 20 de Maio de 2005.

<sup>861</sup> Jorge OLIVEIRA, «Pico de Regalados abre museu em Setembro», in *Diário do Minho, cit.*, de 22 de Julho de 2007; «Museu das Terras do Pico de Regalados», in *Terras do Homem, cit.*, A. VIII, n.º 190, de 30 de Julho de 2007.



primitivo<sup>862</sup>. O arranjo museográfico obedece a preceitos tipológicos, agrupando obras similares, mas também a critérios de ordem temática, reunindo objectos que mantêm uma relação semântica ou funcional, nalguns casos com recurso a reconstituição cenográfica, designadamente o pátio sustentado pelas varas, sob o qual se abrigam cabides de pé alto e um manequim devidamente paramentados. Atendendo à vertente de história local assumida por este museu, existe um painel com um texto acerca das origens da povoação, ilustrado com fotografias antigas dos espaços públicos de Pico de Regalados.

O dinamismo deste museu tornou-se mais notório a partir de meados de 2009, com uma pessoa responsável pela gestão artística e cultural da instituição, que criou um sítio na Internet para divulgação<sup>863</sup>, assente em plataforma Web 2.0 tipo *blog*, promoveu exposições temporárias e palestras sobre as suas temáticas: de 19 de Janeiro a 28 de Março de 2010, teve lugar a mostra *Vestes de Fé*, exibindo alguns exemplares de indumentária litúrgica<sup>864</sup>; entre 8 de Agosto e 10 de Outubro de 2010, esteve patente *Santos Regalados*, com imaginária hagiográfica das diversas igrejas e capelas das freguesias das Terras de Regalados<sup>865</sup>. Ademais, o ano de 2010 ficou marcado pela constituição formal da AMUTER – Associação dos Amigos do Museu Terras de Regalados, em 17 de Maio<sup>866</sup>, sinal do desvelo que inculca na comunidade em que se insere.

No Dia Internacional dos Museus de 2009, o Ministro da Cultura deslocou-se ao distrito de Bragança, onde inaugurou duas instituições museológicas subordinadas à arte sacra, ambas sob tutela municipal<sup>867</sup>. Em Macedo de Cavaleiros, o Museu de Arte Sacra abriu ao

<sup>862</sup> Álvaro MAGALHÃES, «Pico de Regalados inaugura museu paroquial», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 20 de Junho de 2008; «Inauguração do Museu Terras de Regalados», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 22 de Junho de 2008; «Museu desafia património religioso», in *Terras do Homem*, *cit.*, A. IX, n.º 214, de 26 de Junho de 2008.

<sup>863</sup> Vd. *Museu Terras de Regalados* [em linha], Pico de Regalados, Museu Terras de Regalados, disponível em URL: <http://museuterrasderegados.blogspot.com/> (acedido em 28 de Outubro de 2010).

<sup>864</sup> «Terras de Regalados: Museu exhibe Vestes de Fé», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 30 de Janeiro de 2010; «Terras de Regalados: Museu exhibe Vestes de Fé», in *Terras do Homem*, *cit.*, A. XI, n.º 256, de 4 de Fevereiro de 2010.

<sup>865</sup> «Exposição mostra “Santos Regalados”», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 18 de Agosto de 2010; «‘Santos Regalados’ em exposição até 10 de Outubro», in *Terras do Homem*, *cit.*, A. XI, n.º 270, de 19 de Agosto de 2010.

<sup>866</sup> «Amigos do Museu Terras de Regalados», in *Jornal O Vilaverdense*, Vila Verde, Ideia Cinco Multimédia, A. XC, n.º 859, Junho de 2010.

<sup>867</sup> «Bragança: Ministro da Cultura inaugura e elogia novos espaços culturais sem apoio estatal», in *Lusa...*, *cit.*, de 18 de Maio de 2009; João BRANCO, «Ministro da cultura inaugura Museu de Arte Sacra na segunda-feira», in *Semanário Transmontano*, Chaves, Jornal de Chaves, A. 13, n.º 729, de 15 de Maio de 2009; Glória LOPES, «Museus devem poder recrutar reformados», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 19 de Maio de 2009; Carla A. GONÇALVES, «Ministro inaugurou museu em Macedo e em Vinhais», in *Mensagem Notícias*, *cit.*, de 22 de Maio de 2009.

público na Casa Falcão com uma exposição intitulada *Do Espírito à Imagem*, na sequência dos trabalhos do inventário do património histórico e artístico da diocese de Bragança-Miranda desenvolvidos naquele concelho, desde 2004, por uma parceria entre a Câmara Municipal e a Associação Terras Quentes, depois estendida à Diocese de Bragança-Miranda, à Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, ao Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e ao Instituto Superior de Ciências Criminais da Polícia Judiciária. Nos finais de 2006, esta empresa alargou-se a todos os municípios no âmbito geográfico da jurisdição eclesiástica daquele bispado<sup>868</sup>.

O arranjo museográfico da exposição, ao cuidado da Associação Terras Quentes, firmou-se em critérios estritamente tipológicos, distinguindo quatro núcleos – escultura, ourivesaria, artes gráficas e pintura –, nos quais os espécimes, cerca de oitenta, dos séculos XIV a XX, estão ordenados cronologicamente. Esta opção dever-se-á, por certo, ao conceito adoptado de exposição temporária em regime de rotatividade, *i. e.*, a mostra será continuamente renovada, ano a ano ou em função da exigência e vontade das paróquias, as legítimas proprietárias das peças. Além disso, o inventário permitiu identificar, diagnosticar e listar as obras que careciam de intervenção de conservação e restauro, as quais vêm sendo recuperadas, expostas e devolvidas ao culto já devidamente reabilitadas. O projecto incluiu ainda a publicação de um catálogo da exposição, com entradas ao jeito de fichas de inventário, agrupadas, todavia, em capítulos de ordem tipológica, preambulados por estudos acerca das respectivas artes e da sua implantação no contexto do território macedense<sup>869</sup>.

Depois, na vila de Vinhais, o ministro inaugurou o Museu de Arte Sacra da Ordem III de São Francisco de Vinhais, integrado no Ecomuseu de Vinhais. Em 2008, durante as comemorações do Dia Internacional dos Monumento e Sítios – nesse ano subordinado ao património religioso –, o presidente do município vinhaense anunciara um programa de intervenções nos espaços religiosos do concelho e respectivas envolventes, algumas das

---

<sup>868</sup> Carlos MENDES, «Do Espírito à Imagem», in *Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros*, Macedo de Cavaleiros, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2009, p. 7.

<sup>869</sup> Cf. *Ibidem*; Lécio da Cruz LEAL & Lília Pereira da SILVA, «Do Espírito à Imagem – Resultados de um Esforço Conjunto», in *Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros*, *cit.*, pp. 13-14.

quais já em curso, em particular no complexo do extinto convento de São Francisco, visando a instalação de um núcleo museológico dedicado à arte sacra<sup>870</sup>.

O museu foi constituído ao abrigo de um protocolo de cedência de espaço e acervo, celebrado entre a Câmara Municipal de Vinhais e a Ordem III de São Francisco, proprietária do imóvel, que conservou o direito de realizar actos litúrgicos na igreja de São Francisco, durante os quais não serão permitidas visitas, conquanto a exploração, coordenação e manutenção desses bens sejam da exclusiva competência e responsabilidade da autarquia. Esta, por seu turno, comprometeu-se a fazer as obras necessárias no imóvel e a efectuar os trabalhos de conservação e restauro, a garantir a segurança, assim como inventariar, preservar e divulgar o património móvel daquela instituição religiosa<sup>871</sup>.

Organicamente, o Museu de Arte Sacra depende do Ecomuseu de Vinhais, tutelado pela edilidade, cabendo a gestão e exploração dos equipamentos que o integram à empresa municipal Turimontesinho EEM, por contrato de 29 de Junho de 2007. Resultado de uma parceria entre o Município de Vinhais e a CoraNe – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, no âmbito do Projecto Interreg III B – VAGEM Rede de Ecomuseus, integrou o Museu Etnográfico de Agrochão e o Museu Lagar de Azeite, inaugurados em Maio de 2007, e ulteriormente a Escola Museu de Vila Verde, em 2008, o Centro de Interpretação da Natureza do Parque Natural de Montesinho – Casa da Vila e o Museu de Arte Sacra, em 2009. No espírito do conceito de ecomuseu, propõe uma acção museológica participativa, interagindo com a comunidade local, e a preservação *in situ*<sup>872</sup>.

Em termos de discurso museográfico, a arranjo obedece a uma divisão tipológica – salvo um núcleo dedicado ao bispo D. Manuel António Pires –, articulando, porém, a apreciação das colecções com a fruição do património edificado e integrado. Distribuída por três níveis, a exposição principia junto à recepção, onde se exhibe um grupo de crucifixos e diversos ex-votos, incluindo o acesso à capela de Nossa Senhora das Dores. Numa galeria

---

<sup>870</sup> Sandra CANTEIRO, «Vinhais avança com Museu de Arte Sacra», in *Nordeste. Semanário Regional de Informação*, Bragança, Pressnordeste, de 22 de Abril de 2008.

<sup>871</sup> VINHAIS, Câmara Municipal, *Acta n.º 6/2008 (Reunião Ordinária)*, Vinhais, 7 de Março de 2008, n.º 11.1.

<sup>872</sup> *Regulamento do Ecomuseu de Vinhais*, Vinhais, Câmara Municipal de Vinhais/Turimontesinho EEM, 2010, pp. 6-10; cf. VINHAIS, Câmara Municipal, *Acta n.º 14/2010 (Reunião Ordinária)*, Vinhais, 5 de Julho de 2010, n.º 11. Sancionado em projecto pela Câmara Municipal e sujeito a apreciação pública, aguarda aprovação em Assembleia Municipal.

a cota intermédia tem lugar uma via-sacra em gravura e objectos relacionados com esta prática devocional, como a matraca e um pendão processional. Neste piso é ainda possível visitar a igreja de São Francisco. Ao seguir para o andar superior, pode-se entrar no coro da igreja de Nossa Senhora da Encarnação, chegando, depois, ao corpo principal da mostra, em duas salas, que acolhem as colecções de ourivesaria, imaginária, pintura, documentação, têxteis litúrgicos e o núcleo do bispo D. Manuel António Pires, com os seus objectos de culto pessoais. Acessos ao coro-alto e ao púlpito da igreja de São Francisco proporcionam ao visitante uma outra perspectiva do templo<sup>873</sup>.

### *Projectos e ideias*

Se durante estes escassos anos que marcam o início do século XXI Portugal assistiu à profusão de espaços de cariz museológico acima elencados, outros houve, decerto, que não tiveram aqui menção, até porque permanecem no recôndito das suas comunidades. Não obstante, algumas entidades, tanto civis quanto religiosas, deram já a conhecer mais projectos e intenções de instalação de museus subordinados à arte sacra.

Ainda nos meados dos anos 80 do século XX, a Paróquia de Santa Maria dos Anjos, em Esposende, deu início à construção de um centro paroquial e social, contíguo à igreja matriz, que teria, entre as suas valências, uma biblioteca e um museu. O mentor do projecto, P.<sup>e</sup> Manuel Baptista de Sousa, ainda efectuou algumas recolhas, angariações e encomendas de obras de arte para o museu e de livros para a biblioteca, mas, devido a dificuldades financeiras, o espaço reservado para essas funções não chegou a reunir condições logísticas para a abertura ao público. Com um acervo de cerca de 850 peças, das várias modalidades artísticas – escultura, pintura, ourivesaria, têxteis litúrgicos e mobiliário –, a paróquia mantém o desejo de concretizar aquele equipamento cultural, expresso por ocasião da publicação dos resultados do projecto Inventariação do Património da Arquidiocese de Braga naquele arceprelado, em 2007, embora tal empresa implique o aumento e beneficiação das dependências que o acolherão e, sobretudo, uma intervenção urgente de conservação e res-

---

<sup>873</sup> Cf. *Museu de Arte Sacra da Ordem III São Francisco de Vinhais* [desdobrável], Vinhais, Ecomuseu de Vinhais, s. d.

tauro em alguns espécimes, de modo a colocá-los não só ao serviço da Igreja, como também da cultura e da sociedade em que se inserem<sup>874</sup>.

No Algarve, aos diversos museus já existentes neste domínio juntam-se as notícias que manifestam tenção de constituir outros, em particular na sequência de intervenções de beneficiação ou restauro de edifícios religiosos. Em 2004, a Câmara Municipal de Lagos e a Fábrica da Igreja de Santa Maria celebraram um protocolo de cedência de utilização, a título gratuito, da igreja de Nossa Senhora do Carmo, também designada das Freiras, pelo período de vinte cinco anos, a partir da reabertura do espaço. Dado que o edifício se encontrava encerrado e em permanente degradação, havia vários anos, porque a sua importância e significado para a cidade impunham uma intervenção visando a recuperação e aproveitamento para o culto religioso e fins culturais, como elemento vivo ao serviço da comunidade, e face aos poucos recursos financeiros da paróquia, o município comprometeu-se a proceder ao restauro e consolidação do espaço cultural, utilizando-o para fins exclusivamente culturais que não ofendam a moral e princípios cristãos, nomeadamente programas de música erudita e a instalação de um museu de arte sacra<sup>875</sup>.

Serriamente danificada pelo Terramoto de 1755, a sua reedificação – ou parcial reformulação – foi impulsionada pelo Bispo do Algarve, D. Fr. Lourenço de Santa Maria<sup>876</sup>. Após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o edifício entrou num profundo período de decadência, que se prolongou até à actualidade. Excluído do amplo processo de restauro da cidade, por ocasião das comemorações henriquinas, em 1940, o abandono ditou uma degradação generalizada do espaço, que a Câmara Municipal de Lagos tentou inverter, desde a década de 80, dando início a negociações com o proprietário, no sentido da sua reabilitação<sup>877</sup>.

<sup>874</sup> Líliliana PINTO & Sabrina GUERREIRO, *Igreja Matriz de Esposende e Museu de Arte Sacra*, Braga, Instituto de História e Arte Cristãs – Museu Pio XII, 2007, pp. 78-79; cf., na mesma obra, Delfim FERNANDES, «Ao serviço da Fé e da Arte», pp. 11-12; «Museu de Arte Sacra de Esposende: A próxima obra pedida pelo Pároco, Padre Delfim», in *Falcão do Minho*, *cit.*, A. XXI, n.º 986, de 20 de Março de 2008.

<sup>875</sup> LAGOS, Câmara Municipal, *Acta N.º 03/04 (Reunião Pública Ordinária)*, Lagos, 28 de Janeiro de 2004; «Câmara e Igreja unem-se para salvar Igreja das Freiras», in *A Par e Passo. Boletim da Câmara Municipal de Lagos*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, n.º 6, Agosto 2004, p. 1; R. D., ««Igreja das Freiras» vai ser recuperada», in *Região Sul*, Loulé, Região Sul 2 Publicações, A. XI, n.º 495, de 4 de Fevereiro de 2004; L. P., «Câmara de Lagos inicia recuperação da Igreja das Freiras», in *Região Sul* [em linha], *cit.*, de 28 de Julho de 2004, disponível em URL: <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=37363> (acedido em 26 de Janeiro de 2010).

<sup>876</sup> *Reg.* 1751-1783.

<sup>877</sup> «Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Lagos)», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=3157> (acedido em 26 de Janeiro de 2010).

Embora os trabalhos tenham começado logo em 2004, devido à complexidade do restauro, que impôs alguns atrasos relativamente ao previsto, o imóvel foi apresentado ao público em 29 de Setembro de 2007, permanecendo aberto e em condições de se realizarem eventos no seu interior, apesar de um encerramento temporário, durante o segundo semestre de 2008, para execução de trabalhos arqueológicos<sup>878</sup>. Contudo, não houve notícias ulteriores que confirmassem a efectiva instalação de uma estrutura museológica.

Outras informações da região algarvia deram conta da intenção de criar um museu de arte sacra na igreja do antigo convento de São Francisco de Pêra. Construído no século XVII-XVIII, ficou votado ao abandono e consequente degradação após a extinção das ordens religiosas. Alvo de intervenção de conservação e restauro, em 2006, tem servido de capela mortuária, ainda que haja o propósito de constituição de um espaço museológico para preservar, exhibir e valorizar o acervo que a igreja alberga<sup>879</sup>. Também na sequência da recuperação da igreja matriz de Cachopo, a paróquia anunciou a futura instalação de um museu de arte sacra em sala anexa ao templo, usada como casa mortuária, a qual tem ligação independente para o exterior. A exposição incluirá o acervo daquela comunidade, nomeadamente alfaias e vestes litúrgicas, fragmentos de talha, entre outros<sup>880</sup>.

As paróquias da Diocese do Algarve têm manifestado particular empenho na criação de espaços museológicos, ainda que, na grande maioria, consistam tão-só em pequenas salas para albergar e expor o património próprio dos templos a que estão associados. Além dos casos supracitados, quer de museus já constituídos, quer de projectos, pode-se ainda mencionar o Museu de Arte Sacra da Igreja Matriz de Vila do Bispo, situado numa das dependências daquele imóvel, sob tutela da paróquia, exibindo, porém, uma colecção

<sup>878</sup> «Recuperação da Igreja das Freiras já tem luz verde para avançar», in *Correio de Lagos*, Lagos, Correio de Lagos, n.º 207, Agosto de 2006; «Apresentação da Igreja das Freiras após a consolidação de toda a sua estrutura», in *Correio de Lagos*, cit., n.º 221, Outubro de 2007.

<sup>879</sup> PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, cit., p. 87; «Igreja de São Francisco de Pêra», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], cit., disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=16615> (acedido em 26 de Janeiro de 2010); *Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva*, Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2009, pp. 6-10.

<sup>880</sup> Samuel MENDONÇA, «Obras de fundo dotam igreja de Cachopo de melhores condições», in *Diocese do Algarve* [em linha], cit., de 27 de Abril de 2006, disponível em URL: <http://www.diocese-algarve.pt/site/index.php?name=News&file=article&sid=684> (acedido em 26 de Janeiro de 2010); Samuel MENDONÇA, «Igreja de Cachopo reaberta depois de obras de conservação e restauro», in *Diocese do Algarve* [em linha], cit., de 6 de Setembro de 2007, disponível em URL: <http://www.diocese-algarve.pt/site/index.php?name=News&file=article&sid=1530> (acedido em 26 de Janeiro de 2010).

diversificada, composta de esculturas de vulto, dos séculos XVI ao XIX, alfaias litúrgicas – em especial a naveta, por tradição, utilizada na recepção que o Infante D. Henrique fez a seu sobrinho, rei D. Afonso V, nos primeiros dias de Outubro de 1458 –, e outros objectos ligados ao culto católico<sup>881</sup>; ou até o Pólo Museológico de Arte Sacra, em Alferce, freguesia do concelho de Monchique, instalado pela Comissão Fabriqueira da Paróquia de São Romão numa divisão anexa à igreja paroquial<sup>882</sup>. Esta dinâmica inserir-se-á, por certo, no contexto da “explosão museológica” algarvia, que ocorreu mais tardiamente, na década de 90, quando a desertificação do interior e a acelerada transformação da vida económica e social exortaram à salvaguarda da identidade e das memórias colectivas<sup>883</sup>.

No Alentejo, as menções à criação de um museu de arte sacra em Borba remontam, pelo menos, a Dezembro de 2001. Em reunião ordinária, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir às paróquias de Borba, a título de subsídio para a instalação do Museu de Arte Sacra na igreja de Nossa Senhora das Dores e salas adjacentes – imóvel também designado por igreja e colégio de Nossa Senhora da Soledade ou Hospício de Nossa Senhora da Soledade<sup>884</sup> –, o montante correspondente aos custos da recuperação da cobertura e conservação das paredes do templo, obras já executadas pelo município<sup>885</sup>. Todavia, somente em 2004 o executivo da autarquia deu a conhecer que, em conjunto com as entidades eclesiásticas, vinha a realizar diversas reuniões no sentido de proceder ao restauro de alguns edifícios históricos da vila, destinando-os a fins museológicos ou culturais. Entres eles, incluía-se igreja e museu supracitados, de modo a conservar e preservar o vasto património religioso disperso

<sup>881</sup> Francisco I. C. LAMEIRA, *A Igreja Matriz de Vila do Bispo* [desdobrável], Vila do Bispo, Junta de Freguesia de Vila do Bispo, s. d.; PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, cit., p. 107.

<sup>882</sup> PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, cit., p. 103; «Pólo Museológico de Arte Sacra (Alferce)», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], cit., disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=17433> (acedido em 26 de Janeiro de 2010); MONCHIQUE, Câmara Municipal, «Pólo Museológico de Arte Sacra do Alferce», in *Câmara Municipal de Monchique* [em linha], cit., disponível em URL: [http://www.cm-monchique.pt/portal\\_autarquico/monchique/v\\_pt-PT/menu\\_turista/concelho/cultura/Espaços+Culturais/Pólo+Museológico+de+Arte+Sacra+do+Alferce/](http://www.cm-monchique.pt/portal_autarquico/monchique/v_pt-PT/menu_turista/concelho/cultura/Espaços+Culturais/Pólo+Museológico+de+Arte+Sacra+do+Alferce/) (acedido em 27 de Janeiro de 2010).

<sup>883</sup> Dália PAULO, «Museus do Algarve», in *AGECAL – Associação e Gestores Culturais do Algarve* [em linha], Tavira, AGECAL, disponível em URL: [http://www.agecal.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=67&Itemid=2](http://www.agecal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=2) (acedido em 20 de Novembro de 2010).

<sup>884</sup> «Igreja e Colégio de Nossa Senhora da Soledade / Hospício de Nossa Senhora da Soledade / Igreja de Nossa Senhora das Dores», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], cit., 2003, n.º IPA PT040703040018.

<sup>885</sup> BORBA, Câmara Municipal, *Acta N.º 26/2001 (Sessão Ordinária)*, Borba, 28 de Dezembro de 2001, n.º 9.

pelo concelho, e a igreja e convento das Servas, na qual ficaria instalado o Museu das Profissões, memória dos principais ofícios tradicionais exercidos pela população do território, uma sala de exposições e auditório<sup>886</sup>. A conclusão das obras na igreja de Nossa Senhora das Dores foi anunciada em 2005<sup>887</sup>, mas não se conhecem outras notícias acerca da instalação da unidade museológica prevista. Contudo, as salas do Hospício de Nossa Senhora da Soledade, totalmente recuperado, acolheram o Fórum Transfronteiriço da Cultura, do Património e da Juventude<sup>888</sup>. O Museu das Profissões, por seu turno, vem sendo desenvolvido no âmbito de um projecto cultural polinucleado<sup>889</sup>, sem contemplar, porém, a arte sacra.

A paróquia de Castelo de Vide tem aspirações antigas no que respeita à constituição de um museu para exibir os seus bens culturais. Depois de alguma incerteza quanto ao templo onde seria instalado, a opção recaiu sobre a igreja matriz, mais concretamente no coro e galerias laterais do piso superior, mas as obras de beneficiação que decorriam, ainda em 2006, arrastavam todo o processo, embora se adiantasse a abertura ao público em finais desse ano<sup>890</sup>. No entanto, em meados do ano seguinte, a Paróquia dizia estar “a sentir dificuldades intransponíveis para instalar” aquela estrutura museológica, pois faltavam apoios financeiros para aquisição do mobiliário técnico, pelo que considerava “mais viável fazer à entrada da igreja matriz uma exposição de indumentária religiosa”, recorrendo somente a dois expositores que se encontravam na sacristia e necessitavam de reparos ligeiros<sup>891</sup>.

<sup>886</sup> BORBA, Câmara Municipal, *Acta N.º 8/2004 (Sessão Ordinária)*, Borba, 23 de Abril de 2004, n.º 2.16; «Preservação do património religioso e cultural», in *Borba. Boletim Municipal*, Borba, Câmara Municipal de Borba, Agosto de 2004, p. 13.

<sup>887</sup> «Núcleo Museológico de Arte Sacra», *Borba. Boletim Municipal, cit.*, Agosto de 2005, p. 57.

<sup>888</sup> «Recuperação do Hospício de N.ª Sra. da Soledade», *Borba. Boletim Municipal, cit.*, Agosto de 2009, p. 16.

<sup>889</sup> Vd. «Museu das Profissões», in *Borba. Boletim Municipal, cit.*, Abril de 2007, p. 4; «Borba adapta igreja do Real Convento das Servas a espaço cultural», in *Borba. Boletim Municipal, cit.*, Agosto de 2008, pp. 12-13; «Ministro da Cultura inaugurou o Complexo Cultural do Palacete dos Melos», in *Borba. Boletim Municipal, cit.*, Abril de 2009, pp. 8-9; «Museu das Profissões», in *Borba. Boletim Municipal, cit.*, Agosto de 2009, p. 17; «Centro Interpretativo e Etnográfico – Profissões», in *Borba. Boletim Municipal, cit.*, Abril de 2010, pp. 4-5.

<sup>890</sup> «Museu de Arte Sacra: O sonho mantém-se», in *Fonte Nova. Bissemanário da Região de Portalegre*, Portalegre, Publiarvis, n.º 1347, de 1 de Abril de 2006; «Museu de arte sacra em Castelo de Vide», in *O Distrito de Portalegre, cit.*, de 9 de Novembro de 2006; «Museu de Arte Sacra na Igreja Matriz ainda pode abrir até ao final deste ano?», in *Notícias de Castelo de Vide* [em linha], Castelo de Vide, Grupo de Amigos de Castelo de Vide, de 14 de Novembro de 2006, disponível em URL: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2006/11/museu-de-arte-sacra-na-igreja-matriz.html> (acedido em 27 de Julho de 2010).

<sup>891</sup> «Paróquia com “dificuldades intransponíveis” para instalação do Museu de Arte Sacra», in *Notícias de Castelo de Vide* [em linha], *cit.*, de 26 de Junho de 2007, disponível em URL: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2007/06/parquia-com-dificuldades-intransponveis.html> (acedido em 27 de Julho de 2010); «Pela Paróquia», in *Fonte Nova...*, *cit.*, n.º 1474, de 17 de Julho de 2007.



O evento teve lugar em finais de 2007<sup>892</sup>. Não obstante, o estado de conservação do imóvel continuava a representar uma prioridade, já que a intervenção de restauro ficara inacabada, em virtude da escassez de fundos, e evidenciava infiltrações e queda de caliza<sup>893</sup>. Finalmente, em Fevereiro de 2009, houve notícia da prossecução dos intentos para a constituição do museu de arte sacra, com o apoio do Município de Castelo de Vide. Começaram a preparar as peças que estiveram guardadas durante a recuperação da igreja, prevendo-se a instalação no coro e numa das galerias, enquanto a outra permanecerá como sala de reserva, para assegurar a rotatividade dos espécimes em exposição<sup>894</sup>. A Paróquia comunicou, em Março de 2010, o ultimar dos preparativos e a abertura a breve trecho<sup>895</sup>.

Num contexto mais formal, também o *Diário da República* encerra alguns dados acerca dos projectos de instalação de museus de arte sacra, designadamente através da promulgação de contratos e de regulamentos em fase de inquérito público. Em 10 de Janeiro de 2006, a directora-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, da parte da administração central, e o Município do Montijo, representado pela presidente da Câmara Municipal, celebraram um Acordo de Colaboração de cooperação técnica e financeira, para a execução do projecto *Museu de Arte Sacra*, no município do Montijo<sup>896</sup>, desconhecendo-se, porém, qual a sua continuidade. Um pouco mais a norte, também a nível municipal, o *Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos*, apresentado em 2004 por este município, propôs a criação de um museu municipal polinucleado,

<sup>892</sup> «Exposição de indumentária litúrgica na Matriz», in *Fonte Nova...*, *cit.*, n.º 1511, de 8 de Dezembro de 2007.

<sup>893</sup> «Chuva provoca graves infiltrações», in *Fonte Nova...*, *cit.*, n.º 1533, de 1 de Março de 2008; «Igreja matriz “mete água”», in *Fonte Nova...*, *cit.*, n.º 1535, de 8 de Março de 2008.

<sup>894</sup> «Paróquia avança com Museu de Arte Sacra», in *Notícias de Castelo de Vide* [em linha], *cit.*, de 26 de Fevereiro de 2009, disponível em URL: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2009/02/parouquia-avanca-com-museu-de-arte-sacra.html> (acedido em 27 de Julho de 2010); «Museu de Arte Sacra da Igreja Matriz talvez já esteja disponível na Páscoa», in *Notícias de Castelo de Vide* [em linha], *cit.*, de 26 de Fevereiro de 2009, disponível em URL: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2009/03/museu-de-arte-sacra-da-igreja-matriz.html> (acedido em 27 de Julho de 2010); «Notícias da Paróquia», in *Notícias de Castelo de Vide* [em linha], *cit.*, de 26 de Fevereiro de 2009, disponível em URL: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2009/05/noticias-da-parouquia.html> (acedido em 27 de Julho de 2010).

<sup>895</sup> «Museu de Arte Sacra para breve», in *Notícias de Castelo de Vide* [em linha], *cit.*, de 30 de Março de 2010, disponível em URL: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2010/03/museu-de-arte-sacra-para-breve.html> (acedido em 27 de Julho de 2010).

<sup>896</sup> Contrato n.º 504/2006, de 10 de Janeiro de 2006, publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 63, de 29 de Março de 2006, p. 4627.

composto de um núcleo arqueológico, um núcleo etnográfico e um núcleo de arte sacra, que compreendesse todo o acervo religioso do concelho, exposto com a segurança que lhe é devida<sup>897</sup>. Em moldes semelhantes, a Câmara Municipal de Santarém, ao promulgar o *Projecto Regulamento da Política de Incorporações do Museu Municipal de Santarém*, manifestou a intenção de constituir um Núcleo de Arte Sacra, a integrar na igreja e cenóbio de Santa Maria da Alcáçova, no quadro da recente reformulação daquela instituição como museu polinucleado<sup>898</sup>.

A participação da poder autárquico na musealização dos bens culturais de natureza religiosa tem vindo a sobressair ao longo dos últimos anos, em especial mediante parcerias com as entidades eclesiásticas locais, proprietárias de grande porção daquele património. Em Atouguia da Baleia está projectado um museu de arte sacra na desactivada igreja de São José. Data de 28 de Setembro de 2001 um contrato-programa para converter aquele templo em espaço museológico, cuja comissão instaladora recebeu a denominação de Associação de São Leonardo, compondo-se do Município, da Junta de Freguesia, da Paróquia da Atouguia da Baleia e diversos especialistas associados à história local, museologia, educação, engenharia e arquitectura<sup>899</sup>. Em Janeiro de 2009, numa visita ao local, a igreja de São José encontrava-se ainda em obras de reparação e remodelação.

Na cidade de Ourém, a Câmara Municipal estabeleceu também uma parceria com a Fábrica da Igreja Paroquial do Olival, para musealização deste templo, em tutela com partilha de direitos e responsabilidades. No âmbito de um protocolo celebrado por estas entidades, em finais de 2003, e porque se trata de um processo moroso, entendeu o Município dar início à inventariação, catalogação e incorporação, no núcleo de arte sacra, do acervo

---

<sup>897</sup> Edital n.º 292/2004 [Projecto de Regulamento da Rede Municipal de Museus de Arruda dos Vinhos]. *Diário da República*, II Série, n.º 109, Apêndice n.º 58, de 10 de Maio de 2004; Edital n.º 295/2004 [Proposta de Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos]. *Diário da República*, II Série, n.º 109, Apêndice n.º 58, de 10 de Maio de 2004.

<sup>898</sup> Regulamento n.º 180-I/2007, de 25 de Junho, art. 8.º § 2.º, publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 151, 2.º Suplemento, de 7 de Agosto de 2007.

<sup>899</sup> David VIEIRA, «Atouguia da Baleia vai ter museu dedicado à cultura», in *Oeste Diário* [em linha], s. l., Oeste XXI, de 28 de Setembro de 2001, disponível em URL: [http://www.oestediario.com/oestediario/artigos\\_oh.asp?cod\\_artigo=118410](http://www.oestediario.com/oestediario/artigos_oh.asp?cod_artigo=118410) (acedido em 17 de Maio de 2008); Francisco GOMES, «Museu de arte sacra na Atouguia da Baleia», in *Jornal Oeste Online* [em linha], *cit.*, de 22 de Julho de 2001, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=1229> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008).

móvel, composto ora pelas esculturas do fundo paroquial ora pelos espécimes depositados no museu do Seminário de Leiria<sup>900</sup>.

A Casa dos Bogalhos, sita no Largo Pedro Teixeira, em Cantanhede, tem projectado um museu de arte sacra, no rés-do-chão do edifício. Com a morte do último proprietário a habitá-la, Adelino Fernandes Bogalho, em 1992, a posse do imóvel passou, por legado, para a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Cantanhede<sup>901</sup>. Atingindo um profundo estado de degradação, a Fábrica da Igreja celebrou um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Cantanhede no sentido da recuperação do edifício para o desenvolvimento de acções de âmbito paroquial e promover a organização de um museu de arte sacra. As obras foram já realizadas com apoio do Programa Leader II – AD ELO, contando igualmente com um subsídio do Município para custear a contrapartida nacional<sup>902</sup>. Recuperado o imóvel, a Paróquia mantém a intenção de instalar o museu, mas não pôde ainda concretizado, dado que ainda não estão reunidas as condições mínimas de segurança<sup>903</sup>.

O projecto de requalificação do núcleo histórico da vila de Vimioso incluiu uma intervenção na Praça Eduardo Coelho – onde se situam edifícios relevantes, como a igreja matriz e a câmara municipal –, e visava o alargamento do espaço urbano, para o que adquiriram uma parcela de terreno na área envolvente, na qual seria construído um museu de arte sacra e um posto de turismo<sup>904</sup>. Em finais de 2008, as obras estavam em fase de conclusão e a câmara municipal havia já adquirido o mobiliário e equipamento informático para apetrechar o museu, mas não se adiantava uma data para abertura ao público, pois faltava definir, em conjunto com os párocos do concelho, quais os espécimes que ficariam em exposição. Por outro lado, impunha-se a sensibilização das populações para que cedam as peças, embora o autarca realçasse as condições de segurança do

<sup>900</sup> OURÉM, Câmara Municipal, *Acta n.º 52 (Reunião Privada)*, Ourém, 22 de Dezembro de 2003.

<sup>901</sup> «Casa dos Bogalhos», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1999, n.º IPA PT020602040024.

<sup>902</sup> CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 11/2000 (Reunião Ordinária Privada)*, Cantanhede, 21 de Março de 2000; CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 18/2000 (Reunião Ordinária Privada)*, Cantanhede, 16 de Maio de 2000.

<sup>903</sup> Informação fornecida pelo Pároco de Cantanhede, P.º Carlos José Neves Delgado, via correspondência electrónica, em 6 de Novembro de 2008.

<sup>904</sup> FRANCISCO PINTO, «Revitalização do centro histórico da vila», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 30 de Janeiro de 2005.

espaço, dotado de alarme e videovigilância, bem como a celebração de contrato de seguros para as obras mais valiosas. O propósito do museu é mostrar a riqueza patrimonial das igrejas e capelas espalhadas pelo território concelhio e promover exposições de carácter temporário dedicadas às diversas freguesias, patenteando aquilo que não pode estar de modo permanente, e às temáticas das festividades religiosas. Não obstante, mais do que isto, o município pretende que o museu funcione como um estímulo e um convite para a visita às aldeias e mundo rural<sup>905</sup>.

Ao longo destes primeiros anos que marcam o início do século XXI, a musealização da arte sacra e de bens culturais religiosos ganhou um especial relevo, em oposição aos períodos anteriores. Se, por um lado, acompanhou a dilatação do interesse por matérias relacionados com o património cultural, espelhado no aperfeiçoamento do panorama legal português – no qual ressaltam a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, dita *Lei do Património Cultural*, e a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, designada *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* –, por outro, deu corpo aos ditames dos organismos pontifícios da Igreja Católica, que, mediante carta circular de 29 de Junho de 2001, enalteceram a importância de conservar materialmente e valorizar pastoralmente o património histórico e artístico desafectado do culto.

Esta conjuntura teve, no entanto, particular incidência ao nível do âmbito geográfico local. As autarquias prosseguiram com a dinâmica anterior de valorização do património dos seus territórios, agora também num esforço de adequação aos princípios e normativas patentes na recente legislação, mas a maioria desse legado cultural é propriedade eclesiástica e estava fora da sua tutela. A Igreja portuguesa, por seu turno, em instâncias superiores, dera já alguns passos, com exposições de vulto, em especial a mostra realizada por ocasião das celebrações do Grande Jubileu do Ano 2000, despertando a sensibilidade e o zelo das comunidades paroquiais. Todavia, carecidas de recursos financeiros, técnicos e logísticos para a concretização de projectos ou obtenção de fundos comunitários, estas firmaram amiúde parcerias com as respectivas edilidades ou com associações de desenvolvimento local no sentido da recuperação, salvaguarda e valorização dos seus bens,

---

<sup>905</sup> Teresa BATISTA, «Vimioso aposta em Museu de Arte Sacra», in *Nordeste...*, *cit.*, de 9 de Setembro de 2008.

tanto imóveis quanto móveis. Desta conjugação de interesses resultou uma profusão de eventos subordinados à arte sacra, nos quais o poder autárquico assumiu considerável protagonismo: promoveram-se inventários, realizaram-se exposições e erigiram-se museus, mormente na sequência de intervenções de restauro em edifícios religiosos ou conexos. Não obstante, muitos ficaram aquém do exigente referencial fixado pela lei-quadro dos museus e, ademais, apesar da temática religiosa inerente aos acervos e ao vínculo com a procedência eclesiástica, denunciam a laicidade da concepção em narrativas estribadas numa lógica de ordem histórica e estética, em detrimento da sua função pastoral, que assentaria num discurso catequético e dirigido aos crentes e num diálogo cultural com os que professam outras fés, afastando-se, assim, do modelo preconizado na exposição jubilar.

### 3.9. Dinâmica insular

O território insular português, embora sujeito ao poder da metrópole, teve um desenvolvimento distinto, em virtude da sua situação geográfica, com reflexo no plano económico, social, religioso, artístico e até no museológico.

Em termos eclesiásticos, a Diocese do Funchal foi criada pela bula *Pro excellenti*, de 12 de Junho de 1514, pouco menos de um século após o início de povoamento do Arquipélago da Madeira<sup>906</sup>, transferindo de Tomar a jurisdição espiritual sobre toda a área ocupada pelos Portugueses no espaço do Atlântico e do Índico. Elevada à categoria de metropolitana e primaz, a 31 de Janeiro de 1533, integrou as novas dioceses que se iam instituindo em áreas desanexadas do bispado funchalense, resultado do progresso económico e social, nomeadamente a diocese de Angra, criada em 3 de Novembro de 1534, pela bula *Aequum reputamus*, abrangendo todas as ilhas do Arquipélago dos Açores. Revogada a dignidade arquidiocesana do Funchal, em 1551, passaram ambas a dioceses sufragâneas de Lisboa, que então assumiu a função de primaz das terras atlânticas<sup>907</sup>.

<sup>906</sup> Cf. Joel SERRÃO, «Madeira. Arquipélago da», s. v., in Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, p. 124.

<sup>907</sup> Alberto VIEIRA, «Funchal, Diocese do», s. v., in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 282; Fernanda ENES, «Angra do Heroísmo, Diocese de», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, cit., p. 67.

### 3.9.1. Diocese do Funchal e a arte sacra madeirense

Colonizada numa época de grande religiosidade, sob administração civil e espiritual do Mestre da Ordem de Cristo<sup>908</sup>, a Ilha da Madeira conheceu um florescente período devido à produção e comércio do açúcar, e mais tarde do vinho, dando azo a uma vida de fausto, que certamente se repercutiu na existência de um vasto acervo artístico, a despeito dos infortúnios e das perdas causadas pela pirataria<sup>909</sup>. A Igreja tem procurado, ao longo dos séculos, defendê-lo das agressões da natureza, da deterioração do tempo e até daquelas ofensivas, que custaram a vida a muitos clérigos e fiéis para salvar as alfaias sagradas<sup>910</sup>.

O valor do património existente nas igrejas madeirenses, contudo, foi trazido a público por Manuel Cayolla Zagallo, em artigos publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, entre 1934 e 1939<sup>911</sup>. Desde então, o levantamento dos bens culturais eclesiásticos ganhou um novo ânimo na Madeira, em especial com o trabalho de Luiz Peter Clode, engenheiro de formação, culminando na publicação de um livro sobre lampadários<sup>912</sup>, em 1949, e, depois, de colaboração com o P.º Manuel Pita Ferreira, também nas exposições levadas a efeito no convento de Santa Clara, no Funchal.

Em Setembro de 1951, organizaram a *Exposição de Ourivesaria Sacra*. De carácter monográfico, subordinada àquela temática, patenteou cerca de três centenas de espécimes, alfaias litúrgicas de prata e ouro, num percurso cronológico dos séculos XV ao XVIII, provenientes das diversas igrejas da Ilha. Pelo facto de serem objectos ainda em uso cultural, não podendo demorar-se fora das igrejas e capelas a que pertenciam, e por aquele convento estar afecto, à época, à obra assistencial das Franciscanas Missionárias de Maria, cujo ritmo convinha não interromper, a exposição teve um tempo de abertura ao público limitado. Da Comissão Organizadora, presidida pelo Bispo Diocesano, salientou-se o papel daqueles

<sup>908</sup> A. VIEIRA, *op. cit.*, pp. 281-282.

<sup>909</sup> Cf. Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 142-143.

<sup>910</sup> FUNCHAL, Bispo, 1982-2007 (Teodoro de Faria), «Apresentação», in *Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamenga*, Lisboa, Edicarte, 1997, p. 5.

<sup>911</sup> João COUTO, *Os Painéis Flamengos da Ilha da Madeira*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1955, pp. 9-10; cf. Manuel CAYOLLA ZAGALLO, «Algumas palavras sobre o património artístico da Ilha da Madeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, nº 1, 1934, pp. 26-35; vol. IV, nº 2, 1935, pp. 85-100; vol. V, nº 1, 1937, pp. 5-18; vol. V, nº 1, 1937, pp. 129-141; vol. VI, 1939, nº 1, pp. 17-30.

<sup>912</sup> Cf. Luiz Peter CLODE, *Património Artístico da Ilha da Madeira. Lampadários*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, s. d.

dois membros, que assumiram a tarefa de percorrer as igrejas, capelas e arquivos paroquiais, a fim de inventariar as obras mais relevantes para exibir e organizar o respectivo catálogo<sup>913</sup>.

Três anos depois, em 1954, o mesmo imóvel conventual acolheu a *Exposição de Esculturas Religiosas*. Ali, mais de uma centena de obras de estatuária sacra, proveniente de diversos templos madeirenses, foi exibida segundo uma evolução cronológica, dos séculos XV ao XX, com um propósito didáctico, ilustrando o público para os valores estéticos e da fé dos seus antepassados<sup>914</sup>.

A Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, órgão administrativo distrital, teve um papel de relevo, cooperando activamente com a Diocese. Além da edição dos catálogos daquelas exposições, evidenciou-se pela colaboração no restauro dos painéis flamengos e subsequente constituição do museu diocesano de arte sacra. À época, numa conferência proferida no Funchal, a 4 de Janeiro de 1955, João Couto dirigiu-lhe os maiores encómios, realçando a singularidade desta relação entre o poder político e a autoridade eclesiástica<sup>915</sup>. Desde então, o Museu de Arte Sacra do Funchal tem contado sempre com o apoio inequívoco daquele organismo, reafirmado pelo Governo Regional<sup>916</sup> após a reforma administrativa de 1976.

Com a existência de um museu diocesano especializado em arte sacra, desde meados do século XX, num bispado insular, com apenas duas ilhas habitadas, a criação de espaços museológicos desta natureza não seria frequente. Não obstante, assinala-se a Sala do Tesouro da Igreja de Ribeira Brava, ou Museu da Igreja Matriz, em Ribeira Brava, inaugurada a 4 de Julho de 1995<sup>917</sup>. Depois da entrega desta Paróquia à responsabilidade pastoral dos Sacerdotes do Coração de Jesus – dehonianos –, em 24 de Setembro de 1983, o P.<sup>e</sup> José Gil Ormonde Coelho (SCJ), que integrava o grupo inicial de religiosos<sup>918</sup>, encontrou um conjunto de objectos, numa das arrecadações paroquiais, do qual percebeu o ele-

<sup>913</sup> Cf. Luiz Peter CLODE & Manuel Juvenal Pita FERREIRA, *Catálogo Ilustrado da Exposição de Ourivesaria Sacra*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1951.

<sup>914</sup> Luís Peter CLODE & Manuel Juvenal Pita FERREIRA, *Exposição de Esculturas Religiosas*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1954, pp. 9, 13-27.

<sup>915</sup> J. COUTO, *Os Painéis Flamengos...*, *cit.*, p. 15.

<sup>916</sup> Luiza CLODE, «Introdução», in *Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamenga*, *cit.*, p. 16.

<sup>917</sup> «Historial», in *Paróquia da Ribeira Brava* [em linha], Ribeira Brava (Madeira), Paróquia da Ribeira Brava, de 24 de Março de 2009, disponível em URL: [http://www.igrejarbrava.com/igreja/index.php?option=com\\_content&task=view&id=14&Itemid=18](http://www.igrejarbrava.com/igreja/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=18) (acedido em 18 de Junho de 2009).

<sup>918</sup> José Eduardo FRANCO, *História da Província Portuguesa dos Sacerdotes do Coração de Jesus (Dehonianos)*, Lisboa, 2000, p. 28.

vado valor artístico, cultural, religioso e patrimonial<sup>919</sup>. Dado a conhecer nas exposições *Portugal et Flandres*, realizadas no âmbito do festival Europália 91 – primeiro em Bruxelas, em 1991, depois em Lisboa, em 1992 –, o acervo, uma colecção de ourivesaria sacra do século XVI, estaria na origem do Museu da Igreja Matriz<sup>920</sup>, que ocupa uma sala lateral da igreja, protegida por uma forte grade.

Outro exemplo de excepção foi a exposição do *Património Artístico do Mosteiro de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, promovida por ocasião das comemorações do 5.º centenário da entrada das Irmãs Clarissas na Ilha da Madeira, entre 30 de Novembro de 1997 e Janeiro de 1998. Comissariada por Luiza Clode, directora do Museu de Arte Sacra do Funchal, esteve patente no mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, na Caldeira, Câmara de Lobos, instalada interior da clausura – com autorização do Bispo do Funchal –, por isso aberta ao público apenas de Sexta-feira a Domingo, feriados e dias santos, na parte da tarde. Os espécimes, cerca de meia centena, provenientes dos actuais mosteiros – Nossa Senhora da Piedade e Santo António –, aos quais se juntaram peças do Museu de Arte Sacra do Funchal, do Museu da Quinta das Cruzes e das igrejas de São Martinho e de São Pedro, do Funchal, foram dispostos em duas salas, com fácil acesso a partir do claustro. Na primeira, exibia-se um conjunto de imaginária, de Escola portuguesa, crucifixos, duas peças de indumentária litúrgica luso-oriental, o enxoval do Menino Jesus – usado no mosteiro durante a quadra natalícia e ao longo do ano –, mobiliário e alguns livros; a segunda sala estava dedicada aos bens de Madre Virgínia, por ela usado no Lombo dos Aguires no período que se seguiu à expulsão de 1910<sup>921</sup>.

#### *Museu diocesano de arte sacra do Funchal*

Aberto ao público no dia 1 de Junho de 1955, no antigo Paço Episcopal, o Museu de Arte Sacra do Funchal é tutelado pela Diocese do Funchal. As suas origens, porém, remontam a alguns anos antes. Quando Manuel Cayolla Zagallo deu a conhecer o valioso patri-

<sup>919</sup> «Museu», in *Paroquia da Ribeira Brava* [em linha], Ribeira Brava (Madeira), Paróquia da Ribeira Brava, disponível em URL: [http://www.igreja.brava.com/igreja/index.php?option=com\\_content&task=blogsection&id=13&Itemid=14](http://www.igreja.brava.com/igreja/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=13&Itemid=14) (acedido em 18 de Junho de 2009).

<sup>920</sup> «Historial», in *Paroquia da Ribeira Brava*, cit.

<sup>921</sup> Otilia Rodrigues FONTOURA, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001, pp. 530-531, 536.



mónio existente nas igrejas madeirenses, no decénio de 1930, despertou a consciência para a necessidade de valorização daqueles bens, criando um ambiente favorável à criação de um museu. Com efeito, a 6 de Outubro de 1940, inaugurava-se solenemente um pequeno museu de arte sacra, em duas salas do corpo capitular da Sé do Funchal, impulsionado pelo governador civil de então, José Nosolini Silva Leão, com apoio do bispado funchalense<sup>922</sup>.

Em 1949, uma importante série de painéis flamengos existentes na Madeira, com apoio do Bispo do Funchal, D. António Pereira Ribeiro, e a colaboração da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, foi para restauro no Museu das Janelas Verdes (Museu Nacional de Arte Antiga), ali dando origem a uma exposição temporária, em Abril desse ano<sup>923</sup> e, depois de restaurados, em Maio de 1955<sup>924</sup>. Entretanto, na Madeira, ganhou especial pertinência o destino a dar àquelas obras. Após o seu regresso ao Funchal, a 23 de Maio de 1955<sup>925</sup>, estiveram em exposição numa das dependências da Sé<sup>926</sup>, até à sua integração no emergente museu diocesano de arte sacra, a instalar no antigo Paço Episcopal, recentemente adaptado para fins museológicos<sup>927</sup>.

Para o acervo inicial do museu, sob patrocínio e empenho de D. António Pereira Ribeiro, reuniram-se espécimes de pintura, escultura, ourivesaria e indumentária litúrgica, tanto da Escola Portuguesa como de origem estrangeira, a maioria desafectada do culto, provenientes das várias capelas e igrejas da diocese<sup>928</sup>. Ante uma reacção adversa por parte dos párocos e dos fiéis, foi necessário esclarecer que as paróquias não perderiam o direito de propriedade sobre as obras de arte e sensibilizar para a falta de condições que estas dispunham para a devida salvaguarda daquele património<sup>929</sup>. Daí em diante, o museu tem feito

<sup>922</sup> Eva Carrasco DELLINGER, «Conservação preventiva da Sala do Cabido», in *Monumentos*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 19, de Setembro de 2003, p. 89; Sara Dinis Mendes da SILVA, *Realidade Museológica no Arquipélago da Madeira*, Lisboa, 2002 (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mimeog.), p. 92; «Paço Episcopal e Capela anexa», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], cit., 1998, n.º IPA PT062203100013.

<sup>923</sup> J. COUTO, *Os Painéis Flamengos...*, cit., p. 15; L. CLODE, *op. cit.*, pp. 14-15.

<sup>924</sup> Cf. *Catálogo [de] Pinturas dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira. Maio 1955*, Lisboa, 1955; «Paço Episcopal e Capela anexa», cit.

<sup>925</sup> «Paço Episcopal e Capela anexa», cit.

<sup>926</sup> L. CLODE, *op. cit.*, p. 15.

<sup>927</sup> «Paço Episcopal e Capela anexa», cit.

<sup>928</sup> L. CLODE, *op. cit.*, p. 15.

<sup>929</sup> FUNCHAL, Bispo, 1982-2007 (Teodoro de Faria), *op. cit.*, p. 6.

um esforço de engrandecimento e diversificação das colecções, incorporando peças que, justificando-se a sua integração, já não cumprem a sua função ritual ou devocional, e, por outro lado, a comunidade vai igualmente contribuindo, ora com doações ora por meio de cedências temporárias<sup>930</sup>.

No percurso expositivo, desde logo se organizaram duas áreas estruturantes: a de Arte Flamenga – primeiro apenas pintura e, mais tarde, também escultura –, e a de Arte Portuguesa, composta de escultura e pintura, do século XVI até aos meados do século XVIII. Havia ainda um núcleo de ourivesaria, onde o Tesouro da Sé do Funchal se evidenciava, com obras dos séculos XVI ao XVIII<sup>931</sup>.

Em 1991, por ocasião das exposições realizadas no âmbito do festival Europália 91, a colecção de arte flamenga voltou a estar em realce, na exposição *Feitorias*, primeiro em Antuérpia, em 1991, depois em Lisboa, no ano subsequente<sup>932</sup>. O empréstimo daquelas peças, bem como as precárias condições de conservação de outras e o estado geral do edifício, tornaram oportuna a realização de obras de remodelação, procedendo-se, ao mesmo tempo, a um plano de intervenções de restauro – baseado em critérios de prioridade, depois de asseguradas as condições mínimas em termos de conservação preventiva – e à revisão do programa museológico e científico<sup>933</sup>.

O Museu reabriu parcialmente em Dezembro de 1994, com uma nova apresentação – alterou-se o percurso expositivo, elegeram-se outras cores e renovaram-se os suportes, no sentido da valorização dos espécimes, instalou-se um sistema de iluminação mais actual e adaptado às exigências que a museografia então impunha, a par da revisão dos elementos informativos e de mudanças ao nível da relação dos objectos com o seu suporte. Durante este período, foram ainda instalados e apresentados os Serviços de Educação, mediante requisição de duas técnicas da especialidade à Secretaria Regional de Educação<sup>934</sup>.

---

<sup>930</sup> L. CLODE, *op. cit.*, p. 15.

<sup>931</sup> Francisco Clode de SOUSA, «Experiências museológicas recentes na Ilha da Madeira», in *Museologia.pt*, *cit.*, n.º 1, p. 78.

<sup>932</sup> L. CLODE, *op. cit.*, p. 15; cf. *Feitorias. L'Art au Portugal au Temps des Grandes Découvertes. Fin XIV<sup>e</sup> Siècle jusqu'à 1548*, Bruxelles, Europália, 1991; *No Tempo das Feitorias. A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1992.

<sup>933</sup> L. CLODE, *op. cit.*, p. 15; F. C. de SOUSA, *op. cit.*, p. 78.

<sup>934</sup> L. CLODE, *op. cit.*, p. 15; F. C. de SOUSA, *op. cit.*, pp. 78-79.

Esta primeira fase de reorganização, no primeiro piso do edifício, incidiu sobre as colecções de arte portuguesa. O discurso expositivo privilegiava uma evolução cronológica e estilística, assente numa disposição integrada das colecções, ou seja, embora a natureza técnica ou material dominasse numa sala, estabeleciam-se nexos de contraste ou de harmonia com objectos de outra tipologia<sup>935</sup>.

A reabertura do segundo andar do Museu, em 1996, para acolher a colecção de arte flamenga, desocupou a sala de exposições temporárias, no rés-do-chão, onde aquele acervo permanecera desde 1991. No ano seguinte, foi dado a lume o catálogo desta colecção, resultado de um longo trabalho de investigação e de contactos com instituições detentoras de espécimes da mesma época<sup>936</sup>.

Com a libertação daquele espaço no piso térreo, a actividade do Museu, no que concerne a exposições temporárias, sofreu um novo impulso, promovendo diversos eventos que avançavam na empresa de estudo e inventariação do património artístico da Diocese do Funchal.

Mais recentemente, o Museu de Arte Sacra do Funchal aceitou os desafios da Sociedade da Informação. Em meados de 2007, apresentou o um sítio na Internet, com o apoio da RPM e da Direcção Regional dos Assuntos Culturais<sup>937</sup>, e deu início à informatização dos seus inventários<sup>938</sup>.

### *Exposições temporárias*

A existência de uma sala de exposições temporárias piso térreo do edifício do Museu constitui, desde a sua fundação, um elemento estratégico de programação, servindo para acolher exposições de produção própria ou projectos de outra natureza, consentâneos com a sua missão e vocação cultural, de parceria com a Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Ali, a arte sacra esteve em evidência por diversas ocasiões. Entre Abril e Junho de 1984, organizou-se *Escultura Religiosa – Colecção Dr. Frederico de Freitas*. Estruturado

<sup>935</sup> F. C. de SOUSA, *op. cit.*, pp. 78-79.

<sup>936</sup> *Idem*, p. 79; cf. *Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamenga, cit.*

<sup>937</sup> «Créditos», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], Funchal (Madeira), Museu de Arte Sacra do Funchal, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_anteriores\\_2.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_anteriores_2.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

<sup>938</sup> F. C. de SOUSA, *op. cit.*, p. 81.

por áreas temáticas, distinguindo a imaginária europeia da produção luso-oriental, o acervo exposto resultou de uma selecção de espécimes da colecção de escultura de Frederico de Freitas, cujas colecções foram doadas, em 1978, à Região Autónoma da Madeira. Integraram-se no percurso expositivo algumas peças de mobiliário de época do mesmo fundo<sup>939</sup>.

De Março a Julho de 1988, realizou-se a *Exposição Mariana*, no âmbito das iniciativas da Diocese do Funchal para as comemorações do Ano Mariano de 1987-1988. Integrava um conjunto de escultura portuguesa e flamenga oriunda de diversos templos da Diocese do Funchal, alusiva à Virgem Maria, ordenada cronologicamente dos séculos XVI ao XVIII<sup>940</sup>.

Ocupada provisoriamente pela colecção de arte flamenga, enquanto decorriam as obras de beneficiação do Museu, em princípios da década de 1990, a instalação daquela nas salas do segundo piso do edifício deu lugar à exposição *Santo António*, promovida entre Março e Maio de 1996, no âmbito das comemorações do 8.º centenário de Santo António de Lisboa. Ensejo para uma investigação histórica e artística acerca dos conventos franciscanos na Ilha da Madeira, reuniram um conjunto de escultura e pintura, dos séculos XVI ao XVIII, provenientes das colecções do Museu e da Diocese do Funchal, bem como de outros museus da Madeira<sup>941</sup>.

Entre Dezembro de 1999 e Janeiro de 2000, Francisco Clode Sousa comissariou *A Madeira na Rota do Oriente*, subordinada à temática da arte do encontro cultural entre Portugal e o Oriente, Índia, Ceilão, China, Japão e Médio Oriente, no quadro da Expansão Portuguesa, exibindo obras de arte das colecções da Diocese e de particulares madeirenses. Por ocasião do Congresso Internacional da Associação dos Amigos do Oriente, realizado no Arquivo Regional da Madeira, em Novembro de 2005, a exposição foi remontada numa nova versão, aumentada com mais obras inéditas, oriundas de colecções madeirenses privadas e públicas. Esteve patente entre Novembro de 2005 e Fevereiro de 2006, com o patro-

---

<sup>939</sup> «Escultura Religiosa – Colecção Dr. Frederico de Freitas», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], *cit.*, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_anteriores\\_2.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_anteriores_2.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

<sup>940</sup> *Exposição Mariana*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1988, pp. 3, 11-23.

<sup>941</sup> «Santo António», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], *cit.*, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_anteriores\\_5.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_anteriores_5.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

cínio da Direcção Regional dos Assuntos Culturais e da Comissão das Comemorações dos 500 anos da Cidade do Funchal/Câmara Municipal do Funchal<sup>942</sup>.

As celebrações do Grande Jubileu do Ano 2000 deram azo à exposição *Jesus Cristo – Ontem, Hoje e Sempre*, patente de 17 de Novembro a 19 de Dezembro de 2000<sup>943</sup>. Exibiram-se obras de arte pertencentes à Diocese do Funchal, seleccionadas de acordo com os temas a ilustrar<sup>944</sup>. O discurso expositivo assentava no mote jubilar, dividindo o percurso em três núcleos temáticos: *Ontem, Hoje e Sempre*.

Para o primeiro conjunto, *Ontem*, escolheram-se espécimes relacionados com o Antigo Testamento<sup>945</sup>, evidenciando os antepassados e familiares de Jesus Cristo. No segundo núcleo, *Hoje*, ilustrava-se a Plenitude dos Tempos, o Nascimento, a Vida Pública e a Páscoa<sup>946</sup>, um período da História da Salvação que vai da Encarnação até à vinda do Espírito Santo. A terceira secção, *Sempre*, abrangia os dois mil anos de fé, evangelização e apostolado que constituem a História da Igreja, apresentando-se os santos populares e protectores que maior devoção têm na Ilha<sup>947</sup>.

Numa organização conjunta do Museu de Arte Sacra do Funchal e da Direcção Regional das Actividades Culturais, através da sua Direcção de Serviços de Museus, entre Dezembro de 2003 e Junho de 2004, a exposição *Futuro do Passado* reuniu peças que se encontravam em processo de restauro ou haviam sido intervencionadas recentemente, propriedade do Museu e da Diocese do Funchal. O evento tinha um propósito didáctico de sensibilização para a importância da conservação preventiva e da conservação e restauro de obras de arte, dando a conhecer alguns espécimes inéditos<sup>948</sup>.

<sup>942</sup> «Madeira nas Rotas do Oriente», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], *cit.*, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_antiores\\_13.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_antiores_13.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

<sup>943</sup> «Na comunhão das Igrejas. Funchal. Exposição», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXI, n.º 42, de 29 de Novembro de 2000.

<sup>944</sup> *Jesus Cristo. Ontem, Hoje e Sempre*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2002, p. 9.

<sup>945</sup> *Ibidem*; cf. pp. 14-23.

<sup>946</sup> *Idem*, p. 10; cf. pp. 26-47.

<sup>947</sup> *Idem*, p. 11; cf. pp. 50-60.

<sup>948</sup> «Futuro do Passado», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], *cit.*, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_antiores\\_10.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_antiores_10.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

Inserida nas comemorações do Ano Internacional da Eucaristia, o Museu produziu *Eucaristia – Mistério da Luz*, uma exposição de temática eucarística, entre Abril e Junho de 2005, assinalando também os 50 anos da sua criação, a 1 de Junho, e os 100 anos do nascimento de Luiz Peter Clode, um dos seus fundadores<sup>949</sup>.

O acervo exposto, de meados do século XVI ao último quartel do século XVIII, pertencente a igrejas da Diocese do Funchal, ao Museu de Arte Sacra, ao Museu da Quinta das Cruzes e a colecionadores particulares, compunha-se, na maioria, de ourivesaria sacra maneirista e barroca, em particular custódias, castiçais, lanternas e lampadários, e dividia-se por três núcleos fundamentais: *A Luz da verdade e da vida*; *Fontes de Luz*; e *A Palavra que ilumina*<sup>950</sup>.

#### *Diálogo com os artistas contemporâneos*

Paralelamente às exposições de arte sacra antiga que o Museu tem vindo a desenvolver, abriu a sua colecção ao diálogo com artistas contemporâneos portugueses.

Entre Dezembro de 2002 e Janeiro de 2003, realizou-se *Alguns Santos Mártires Revisitados*, exposição do escultor Rui Sanches, patente nas Salas de Arte Flamenga. Organizada em conjunto pelo Museu e pela Direcção de Serviços de Museus da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, propunha um confronto entre as colecções de arte flamenga e uma série de esculturas e desenhos daquele artista plástico, inspirados em temas da arte sacra, provenientes de colecções privadas e institucionais portuguesas<sup>951</sup>.

Cerca de um ano depois, de Dezembro de 2003 a Junho de 2004, nas mesmas salas, promoveram *Copycat*, de Adriana Molder, um conjunto de desenhos dispostos em diálogo com as pinturas da Flandres<sup>952</sup>.

<sup>949</sup> «Eucaristia – Mistério de Luz», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], *cit.*, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_antteriores\\_12.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_antteriores_12.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

<sup>950</sup> *Ibidem*.

<sup>951</sup> «Alguns Santos Mártires Revisitados», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], *cit.*, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_antteriores\\_8.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_antteriores_8.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

<sup>952</sup> «Copycat – Adriana Molder», in *Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], *cit.*, de 23 de Novembro de 2009, disponível em URL: [http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp\\_antteriores\\_11.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/exposicoes/exptemp_antteriores_11.html) (acedido em 28 de Dezembro de 2009).

A Diocese do Funchal, em consequência das particulares circunstâncias da sua História, acumulou um valioso património de cariz religioso, no qual se distingue um importante conjunto de arte flamenga. Trazido a público durante o segundo quartel do século XX, rapidamente se compreendeu a importância da sua salvaguarda e a necessidade de um museu que o pudesse conservar e valorizar. O bispado funchalense, secundado pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, aproveitou o antigo Paço Episcopal – vago desde meados da década de 1940, depois da transferência do Liceu do Funchal –, para ali instalar o Museu de Arte Sacra do Funchal, inaugurado em 1955.

Este museu assumiu um lugar eminente no panorama museológico madeirense, em particular no âmbito da arte sacra. O seu acervo compôs-se, na maioria, de espécimes desafectos do culto provenientes de igrejas de todo o arquipélago, nas quais se acumulava sem condições de conservação, pelo que a incorporação no museu representou, em inúmeros casos, a razão da sua sobrevivência.

### **3.9.2. Arquipélago dos Açores**

Território descoberto na empresa de expansão portuguesa e mandado povoar de fiéis, caracteriza-se por uma religiosidade ancestral e um espiritualidade profunda. O enquadramento religioso e eclesiástico, assente na forte presença de comunidades franciscanas e jesuíticas, que coadjuvavam o clero secular, e as condições geográficas e geofísicas de insularidade e frequentes crises sísmicas, marcaram indelevelmente a vivência das gentes açorianas<sup>953</sup>.

#### *Museus eclesiásticos açorianos*

Numa terra onde a religião ocupa um lugar especial na vida das suas populações e o clero é um pilar da sua organização, a arte sacra terá uma presença significativa e a sua musealização por parte da Igreja apresentar-se-á como uma consequência natural.

O Tesouro da Sé de Angra do Heroísmo, também conhecido por Museu de Arte Sacra dos Açores, foi inaugurado a 3 de Novembro de 1934, aquando das comemorações do IV Centenário da criação da Diocese, reunindo tudo o que a catedral possuía fora do uso quotidiano. Encerrado após o sismo de 1 de Janeiro de 1980, a reabertura do Museu de Arte Sacra

---

<sup>953</sup> F. ENES, *op. cit.*, pp. 67, 70, 76-77.

da Sé de Angra do Heroísmo foi anunciada no programa da Comissão de Bens Culturais da Igreja, a 23 de Janeiro de 2000, dia consagrado à Igreja Diocesana, passando a exhibir não apenas o acervo da Sé mas também espécimes pertencentes às paróquias de São Mateus da Calheta, Matriz da Praia da Vitória, Fonte do Bastardo, Matriz de São Sebastião, Conceição, Cabo da Praia, São Pedro de Angra, Santa Bárbara, Vila Nova e Doze Ribeiras<sup>954</sup>. O Museu reabriu ao público em 24 de Julho de 2001, consequência de um projecto que contou com a colaboração das direcções regionais da Cultura e da Juventude, Emprego e Formação Profissional, e da secção de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian<sup>955</sup>.

A colecção, composta de obras datadas dos séculos XVI a XIX, incluindo ourivesaria, escultura, pintura, indumentária litúrgica, bibliografia e mobiliário, encontra-se (de modo um pouco arbitrário) distribuída por duas salas. Expositores de madeira e vidro acolhem espécimes de ourivesaria, tipologicamente agrupada. Um pequeno núcleo cenográfico mostra um manequim paramentado, ladeado por varas processionais. Escultura de maiores dimensões ocupa os vãos de antigas janelas, enquanto as peças menores se dispõem sobre plintos ou sobre espécimes de mobiliário.

Em Março de 2002, o Pároco da Sé, P.º Hélder Fonseca, anunciou que as cerca de 700 peças do tesouro estariam a ser fotografadas e inventariadas informaticamente para aumentar a segurança contra furtos, ao abrigo de um protocolo com a Direcção Regional da Cultura, que ofereceu o *software* e disponibilizou um técnico para desenvolver o trabalho<sup>956</sup>.

Na cidade da Horta, Ilha do Faial, inaugurou-se o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, a 31 de Agosto de 1965, em anexos da igreja de São Francisco<sup>957</sup>. O seu acervo resultou de uma recolha promovida pelo P.º Júlio da Rosa, desde a década de 1950, no sentido de evitar a destruição e desaparecimento do património sacro faialense<sup>958</sup>. A seu pedido,

<sup>954</sup> Valdemar MOTA, *Santa Sé do Salvador. Igreja Catedral dos Açores. Angra do Heroísmo*, 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Sé de Angra, 2007, pp. 41-42.

<sup>955</sup> «Açores. Tesouro de arte sacra da Sé de Angra de novo disponível ao público», in *Lusa...*, *cit.*, de 24 de Julho de 2001; «Museu de Arte Sacra dos Açores reabriu ao público», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 24 de Julho de 2001; «Tesouro de arte sacra de Angra disponível ao público», in *Lusa...*, de 25 de Julho de 2001.

<sup>956</sup> «Tesouro de arte sacra da Sé informatizado por razões de segurança», in *Lusa...*, de 7 de Março de 2002.

<sup>957</sup> Carlos LOBÃO, *Expressões e Objectos Culturais. Exposição Temporária* [folha de sala], Horta, Museu da Horta, s. d.

<sup>958</sup> *Ibidem*; Ricardo HENRIQUES, «Padre Júlio da Rosa elevado a Monsenhor», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 25 de Maio de 2006.



conjuntamente com a Ouvidoria da Horta, o bispo D. Manuel Afonso de Carvalho, por Decreto de 16 de Agosto de 1963, instituiu o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa<sup>959</sup>.

Passando o edifício do museu para a propriedade da Região Autónoma dos Açores, por aquisição da Secretaria Regional de Turismo e Ambiente, ficou afecto ao Museu da Horta, em 1997, sob tutela da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais<sup>960</sup>.

Em 2001, o museu de arte sacra, que nunca teve quadro de pessoal técnico nem programa museológico, foi encerrado ao público, ficando parte do seu acervo, por razões de segurança, à guarda do Museu da Horta<sup>961</sup> que, no intuito de o dar a conhecer, instalou uma exposição temporária de arte sacra, no âmbito das comemorações dos 25 anos do museu, a 11 de Julho de 2002<sup>962</sup>, com o título *Expressões e Objectos Cultuais*, composta de espécimes de diferentes épocas – do século XVI ao XX – e influências artísticas<sup>963</sup>, distribuídos tipologicamente por escultura, pintura e ourivesaria.

Na Ilha de São Miguel, a história do Museu de Arte Sacra e Etnografia da Ribeira Chã remonta a finais da década de 1970. O são-jorgense P.º João Caetano Flores, que assumiu o Curato de Ribeira Chã em 10 de Dezembro de 1956<sup>964</sup>, foi uma figura central do desenvolvimento daquele lugar, promovendo a abertura de uma biblioteca e de uma cantina paroquial, em 1965, e a construção de uma nova igreja, inaugurada em 1967. Elevada a freguesia, pelo Decreto-lei n.º 47 014, de 18 de Maio de 1966, na mesma época criava-se também a Paróquia de Ribeira Chã<sup>965</sup>.

Em 31 de Janeiro de 1977, o P.º João Flores solicitou autorização ao bispo coadjutor D. Aurélio Granada Escudeiro – deferida por Despacho de 3 de Fevereiro seguinte – para a instalação de um museu de arte sacra e etnografia no átrio da sacristia da igreja paroquial. Não obstante, em 3 de Novembro de 1978, remeteu ao Secretário Regional do Equipamento

---

<sup>959</sup> C. LOBÃO, *op. cit.*

<sup>960</sup> Resolução n.º 43/1997, de 13 de Março, do Governo Regional dos Açores.

<sup>961</sup> Informação fornecida por Luís Menezes, Director do Museu da Horta, mediante correspondência electrónica trocada em 21 de Março de 2007.

<sup>962</sup> «Museu da Horta. Comemoração do 25.º Aniversário e Outras Actividades», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 6, Dezembro de 2002, p. 20.

<sup>963</sup> C. LOBÃO, *op. cit.*

<sup>964</sup> João de BRUM, «Museus e Casas Etnográficas – Sua importância cultural para as comunidades açorianas», in *Despertar. Boletim Paroquial*, Ribeira Chã, A. X, n.º 70, Maio de 1985, p. 5.

<sup>965</sup> *Ribeira Chã. Freguesia Museu*, Ribeira Chã, Junta de Freguesia de Ribeira Chã, 2007, p. 13.

Social um ante-projecto da construção de um edifício para o Museu, o qual foi aprovado com pedido de envio do projecto definitivo. Submetido à Comissão de Arte Sacra, a 8 de Dezembro do mesmo ano, recebeu aprovação no dia 19 desse mês, procedendo-se à bênção da primeira pedra do Museu, em Março de 1979. Cerca de um ano depois, a 1 de Maio de 1980, o Vigário Episcopal de São Miguel benzeu o terreno onde ficaria implantado o novo museu. As obras iniciaram-se no dia seguinte, participadas pela Secretaria Regional do Equipamento Social e pela população de Ribeira Chã<sup>966</sup>.

O novo edifício do Museu, de dois pisos, tinha no rés-do-chão a colecção de etnografia, enquanto o primeiro andar acolhia o acervo de arte sacra, em grande parte proveniente da antiga ermida de São José, demolida, em 1965, devido ao seu precário estado de conservação. Numa sala ampla, este distribui-se tipologicamente por diversos expositores, tendo ao fundo uma reconstituição da capela-mor daquele templo extinto<sup>967</sup>.

Em Ribeira Chã, o designado Museu de Arte Sacra e Etnografia, tipologicamente classificado de núcleo museológico, coexiste com outros dois núcleos: o Quintal Etnográfico – composto, por sua vez, pelo Jardim dos Endemismos Açóricos, o Museu Agrícola, inaugurado em 1983, o Museu do Vinho, a Casa dos Presépios, a Casa de Artesanato e de Convívio de Idosos e tendas de Artes e Ofícios Tradicionais –, e a Casa Museu de Maria dos Anjos Melo, doada pela proprietária à Igreja, aberta ao público em 1996, mantendo a traça original e constituindo um retrato do ambiente doméstico micaelense<sup>968</sup>.

Na mesma ilha, embora de menores dimensões, assinala-se a Sacristia-Museu da Igreja Matriz de São Sebastião, na capital administrativa do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, solenemente inaugurado em 11 de Maio de 1985, na sacristia do lado sul, exibindo sobretudo têxteis litúrgicos e ourivesaria sacra. No entanto, a génese deste espaço museológico remonta à transição do século XIX para o século XX. Luís Bernardo Leite de Ataíde, em artigo publicado na *Revista Michaelense*, em 1919, dá-nos conta de um modesto espaço, na sacristia sul, onde se guardavam alfaias e indumentária litúrgicas, dentro de expositores,

<sup>966</sup> J. de BRUM, *op. cit.*, pp. 6-7; Sílvia Maria Borba Fonseca e SOUSA, *A Museologia na Ilha de São Miguel: 1974-2008*, Ponta Delgada, 2009 (Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento apresentada ao Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, mimeog.), pp. 75-78.

<sup>967</sup> J. de BRUM, *op. cit.*, p. 6; cf. fotografias de *idem*, p. 11, e *Ribeira Chã..., cit.*, pp. 12 e 19.

<sup>968</sup> *Ribeira Chã..., cit.*, pp. 20-21.

ao qual denominou Museu da Matriz de Ponta Delgada. A ideia partira do P.<sup>o</sup> Manuel Jacinto da Ponte, em grande medida por influência da obra de D. Manuel Correia de Bastos Pina na cidade de Coimbra, com a qual se extasiou durante uma viagem ao continente português. De regresso ao arquipélago empreendeu idênticos esforços no sentido do restauro da talha e da constituição de um pequeno museu, levando a efeito, inclusive, algumas recolhas<sup>969</sup>.

Após o falecimento deste sacerdote, em 5 de Janeiro de 1915, aquela estrutura museológica não teve mais desenvolvimentos, salvo a incorporação de alguns espécimes por ofertas de fiéis. Somente a partir de Novembro de 1977, com a posse do P.<sup>o</sup> José Ribeiro Martins no rumo da paróquia, houve sinais de evolução. Homem sensível a matérias relativas ao património cultural, determinado em preservar e valorizar o acervo da igreja matriz ponta-delgadense, promoveu restauros dos altares e encetou contactos institucionais a fim de obter apoios, em particular para a recuperação da sacristia-museu. A Secretaria Regional de Educação e Cultura concedeu um subsídio para o restauro do templo, que incluiu o arranjo da sala do tesouro, e dois técnicos do Museu Carlos Machado – António Manuel Oliveira e Margarida Teves de Oliveira – procederam à montagem da exposição inaugural da Sacristia-Museu.

Em Fevereiro de 2004, a Câmara Municipal de Ponta Delgada comunicou a intenção de criar uma rede de núcleos museológicos de arte sacra, compreendendo as igrejas matriz de São Sebastião, de São José, São Pedro e do Senhor Santo Cristo, apoiados pela edição de um roteiro comum. A iniciativa assentaria em protocolos de cooperação, entre os responsáveis daquelas paróquias e a autarquia, que suportaria os custos de adaptação, servindo para a reabilitação das próprias igrejas. O projecto, contudo, não foi ainda concretizado [2009], e, por motivos de segurança, a visita à sacristia museu da igreja de São Sebastião está sujeita a marcação e faz-se apenas sob supervisão do pároco<sup>970</sup>

<sup>969</sup> Luís Bernardo Leite d'ATHAÍDE, «A Banqueta e as duas Custódias do Museu da Matriz de Ponta Delgada», in *Revista Michaelense*, Ponta Delgada, Oficina de Artes Graphics, A. II, n.º 2, 1919, pp. 179-183.

<sup>970</sup> S. M. B. F. e SOUSA, *op. cit.*, pp. 99-102; «Arte sacra em igrejas de Ponta Delgada», in *Jornal Diário* [em linha], Ribeira Grande (Açores), Empresa de Palavras, de 12 de Fevereiro de 2004, disponível em URL: [http://www.jornaldiario.com/ver\\_noticia.php?id=2483](http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=2483) (acedido em 18 de Fevereiro de 2009); «Arte sacra vai integrar rede museológica regional», in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada (Açores), Empresa do Diário dos Açores, de 13 de Fevereiro de 2004.

Mais recentemente, a 23 de Abril de 2006, na Ilha de São Jorge, inaugurou-se o Museu de Arte Sacra de Velas, num anexo da igreja matriz, em dia dedicado a São Jorge, patrono da Ilha<sup>971</sup>. A abertura ao público ocorreu no feriado do Dia do Trabalhador, 1 de Maio<sup>972</sup>.

Segundo as palavras do pároco à comunicação social, a criação do Museu era “esperada vai para mais de 20 anos”. Concretizou-se, em grande medida, graças às dádivas de Baptista Vieira, um são-jorgense emigrado na Califórnia, Estados Unidos da América. O custo do Museu ascendeu a cerca de 50 mil euros, em particular para o restauro de diversos espécimes<sup>973</sup>.

Durante o mesmo ano, estabeleceu-se ainda o pequeno Museu de Arte Sacra de Água d’Alto, Ilha de São Miguel, no coro-alto da igreja de São Lázaro, patrono daquela freguesia do concelho de Vila Franca do Campo. Foi aberto ao público a 17 de Agosto de 2006, por iniciativa do pároco P.<sup>e</sup> José Alfredo Torres Borges, dando a conhecer objectos e alfaias litúrgicas ali utilizados desde o século XVI, para “preservar aquilo que fez a história da Igreja de São Lázaro e também expor o património da nossa terra”. A ideia surgiu na sequência de uma intervenção de conservação e restauro levada a efeito no templo, concretizada com o apoio dos jovens que nesse ano participavam no programa de Ocupação dos Tempos Livres, os quais procederam à organização e limpeza das peças, bem como a uma recolha junto da comunidade e ao inventário geral do acervo<sup>974</sup>.

Com uma museografia muito singela, os espécimes encontram-se dispostos por tipologia, sobre mesas com toalhas, estando as vestes litúrgicas montadas em cabides de pé alto, sobre alvas. As tabelas das peças são feitas com papel dobrado em V<sup>975</sup>.

<sup>971</sup> AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Agenda do Governo Regional dos Açores para 22, 23, 24 e 25 de Abril* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 21 de Abril de 2006; *Boletim Municipal do Município de Velas*, Velas, Município de Velas, Abril de 2006, p. 10; *Boletim Municipal do Município de Velas*, Velas, Município de Velas, Junho de 2006, p. 5.

<sup>972</sup> Pedro FERREIRA, «No dia de São Jorge. Velas com Museu», in *A União*, Angra do Heroísmo, [Diocese de Angra], de 27 de Abril de 2006.

<sup>973</sup> *Ibidem*.

<sup>974</sup> «Museu de Arte Sacra em Água d’Alto», in *AZORES Digital – O Jornal Digital dos Açores!* [em linha], Angra do Heroísmo, Via Oceânica, Marketing e Informática, de 21 de Agosto de 2006, disponível em URL: <http://www.azoresdigital.com/ler.php?id=7938> (acedido em 1 de Março de 2007); «Museu de Arte Sacra em Água d’Alto», in *Câmara Municipal Vila Franca do Campo* [em linha], Vila Franca do Campo, Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, de 21 de Agosto de 2006, disponível em URL: <http://www.cmvfc.pt/default.aspx?module=Noticia&ID=123> (acedido em 1 de Março de 2007); S. M. B. F. e SOUSA, *op. cit.*, p. 207.

<sup>975</sup> Cf. fotografias publicadas em «Museu de Arte Sacra em Água d’Alto», in *Câmara Municipal Vila Franca do Campo* [em linha], *cit.*

Na vila de Ribeira Grande, a 28 de Julho de 2007, por iniciativa da Paróquia, foi inaugurada uma Sala Museológica de Arte Sacra, na sala do antigo arquivo da igreja de Nossa Senhora da Conceição, junto à sacristia do templo. O acervo de mais de meia centena de espécimes, datados entre os séculos XVII e XX, tem origem numa recolha efectuada pelos diversos departamentos da Igreja, com o propósito de recuperar, valorizar e divulgar o seu património sacro, ao mesmo tempo que se realizava o seu inventário, catalogação e registo fotográfico<sup>976</sup>.

#### *Arte sacra nos museus do poder público*

Criado pelo Decreto-lei n.º 37 358, de 30 de Março de 1949, o Museu de Angra do Heroísmo tinha a missão de reunir espécimes de interesse artístico, etnográfico, histórico ou numismático, que se encontrassem dispersos pelo distrito e outros julgados de interesse para o encargo cultural de uma instituição daquela natureza. Todavia, a inauguração decorreu apenas em 28 de Julho de 1957, após dois anos de obras de restauro e ampliação do edifício que o ia acolher, o Palácio Bettencourt, cedido pelo Estado à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo para instalação do Museu e da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital da cidade. Transferido para o convento de São Francisco, em 1969, o Museu entrou num período favorável à renovação e ao desenvolvimento, embora marcado por muitas dificuldades, entre elas o estado de degradação das instalações. Contudo, o sismo de 1 de Janeiro de 1980 veio interromper o processo em curso, causando uma profunda desorganização na vida do museu, mas também uma oportunidade para remodelar o programa museográfico, concluído em 1989<sup>977</sup>.

A recuperação começou pelo restauro e consolidação da igreja contígua ao convento e, em 1991, procedeu-se à reconstrução e adaptação deste para espaço museológico. Inaugurado em 22 de Novembro de 1997, com a abertura parcial ao público de algumas salas,

<sup>976</sup> «Igreja da Conceição com sala museológica de arte sacra», in *Jornal Diário* [em linha], *cit.*, de 27 de Julho de 2007, disponível em URL: [http://www.jornaldiario.com/ver\\_noticia.php?id=11556](http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=11556) (acedido em 3 de Março de 2008); S. M. B. F. e SOUSA, *op. cit.*, pp. 220-221.

<sup>977</sup> *Museu de Angra do Heroísmo. Roteiro*, Angra do Heroísmo, Oficinas Gráficas do Diário Insular, 1969, pp. 7-8; Helena ORMONDE, «O Museu de Angra do Heroísmo. Memórias e identidades de um museu regional», in *Sob o Signo da Etnografia. As Origens de um Museu Regional*, Angra do Heroísmo, Museu de Angra do Heroísmo, 2000, pp. 24-25; *Açores. Roteiro dos Museus*, [Ponta Delgada (Açores)], Direcção Regional dos Assuntos Culturais, [199-], pp. 23-24; «Museu de Angra do Heroísmo», in *Roteiro de Museus*, *cit.*, p. 226.

apenas em Setembro de 2000 se desvendou a exposição permanente, intitulada *Do Mar e da Terra – Uma História no Atlântico*<sup>978</sup>.

Com um acervo e discurso de carácter sobretudo etnográfico, desde as suas origens<sup>979</sup>, o novo plano museográfico contempla uma narrativa organizada em quatro momentos ou núcleos temáticos: *O Conhecimento das Ilhas dos Açores; Angra, os Açores e o Mundo; Da Capitania Geral ao Liberalismo; e Formação do Contemporâneo*<sup>980</sup>. É numa subdivisão do segundo tema, *Angra, os Açores e o Mundo*, que encontramos a arte sacra, apresentada numa perspectiva de compreensão do desenvolvimento da produção artística nas ilhas e suas influências<sup>981</sup>. Esta exposição foi, entretanto, encerrada para requalificação, prevendo-se a reabertura durante o último trimestre de 2009. Por outro lado, a partir 21 de Junho de 2008, o Museu abriu ao público um percurso pela igreja de Nossa Senhora da Guia, o templo do antigo convento de São Francisco<sup>982</sup>.

Na Ilha de São Miguel, o Museu da Ribeira Grande surgiu, em 1993, marcado pelo espírito da *Nouvelle Muséologie*, assente nos conceitos de ecomuseu ou museu de comunidade, envolvendo de modo activo a sociedade onde está inserido. A sua génese, contudo, resultava de um longo percurso. Em 1968, na sequência de uma exposição de antiguidades promovida pelo Círculo dos Amigos da Ribeira Grande, manifestava-se a necessidade da criação de um Museu na Vila de Ribeira Grande, que guardasse as preciosidades antigas e outras de carácter folclórico e artesanal. Aquela colectividade foi pródiga em iniciativas de carácter cultural e, em Fevereiro de 1977, a Câmara Municipal da Ribeira Grande admite a futura instalação de um museu de âmbito concelhio num moinho do Jardim do Paraíso, propriedade da autarquia. Cerca de um ano depois, em reunião de 18 de Janeiro de 1978, Armindo Moreira da Silva, antigo amigo do Círculo ribeira-grandense, apresentou a proposta de criação de um Museu da Ribeira Grande no Solar de São Vicente Ferreira<sup>983</sup>.

<sup>978</sup> «Museu de Angra do Heroísmo», *cit.*, pp. 226-227.

<sup>979</sup> H. ORMONDE, *op. cit.*, pp. 23-25.

<sup>980</sup> «Museu de Angra do Heroísmo», *cit.*, p. 226; *Açores. Roteiro dos Museus*, *cit.*, pp. 25-27.

<sup>981</sup> *Açores. Roteiro dos Museus*, *cit.*, p. 26.

<sup>982</sup> «Exposições», in *Museu de Angra do Heroísmo* [em linha], Angra do Heroísmo, Museu de Angra do Heroísmo, de 15 de Outubro de 2009, disponível em URL: <http://museu-angra.azores.gov.pt/exposicoes.html> (acedido em 20 de Outubro de 2009).

<sup>983</sup> *Museu de Comunidade. Ribeira Grande. Guia Explicativo*, Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande/Museu da Ribeira Grande, 2004, pp. 9-11; S. M. B. F. e SOUSA, *op. cit.*, pp. 102-103.

Adquirido pela Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, em 31 de Maio de 1976, sob condição de abertura ao público da Ermida de São Vicente, o imóvel foi cedido à Câmara Municipal da Ribeira Grande, em 9 de Setembro de 1980, exclusivamente para actividades culturais e para a instalação de uma casa etnográfica. A 29 de Junho de 1985, inaugurava-se, naquele edifício, a Casa da Cultura da Ribeira Grande, com uma exposição de artesanato regional diverso e pintura. Sob direcção de Mário Fernando Oliveira Moura, entre 1986 e 1993, promoveu variadas actividades culturais e a recolha de um acervo relacionado com os ofícios tradicionais, bem como o estudo do património do concelho. Não obstante, em 1993, aquando da reorganização da Divisão de Acção Sociocultural, foi criado, na sua dependência, um Núcleo Museológico, com sede no Solar de São Vicente Ferreira, onde mantinha as suas colecções em exposição permanente, a partir da qual pretendia convidar os visitantes a visitar os seus diversos núcleos<sup>984</sup>.

No que respeita à arte sacra, o Museu da Ribeira Grande, compreendia dois espaços: uma secção de arte sacra, no edifício sede, formada pela ermida de São Vicente Ferreira, e um núcleo de arte sacra, na igreja de Nossa Senhora da Estrela, composto essencialmente pelo *Arcano Místico*, obra da Madre Margarida do Apocalipse. A ermida – assim designam a capela do Solar, dedicada ao patrono deste, São Vicente Ferreira –, reconstitui o templo barroco, mantendo na capela-mor o retábulo em talha do período barroco nacional e uma escultura do santo, em madeira, da mesma época<sup>985</sup>. Na igreja matriz, consagrada àquela invocação mariana, o núcleo de arte sacra do Museu acolheu o *Arcano Místico*, obra carismática de Ribeira Grande, declarada Tesouro Regional, em 12 de Maio de 2009<sup>986</sup>, e entretanto transferida para o Museu Casa do Arcano, inaugurado em 7 de Setembro de 2009<sup>987</sup>, na casa onde viveu a autora, recentemente restaurada e adaptada para fins museológicos<sup>988</sup>.

<sup>984</sup> *Museu de Comunidade. Ribeira Grande...*, cit., pp. 8-10; S. M. B. F. e SOUSA, *op. cit.*, pp. 104-109.

<sup>985</sup> *Museu de Comunidade. Ribeira Grande...*, cit., pp. 13-14.

<sup>986</sup> AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Arcano Místico na Ribeira Grande foi declarado tesouro regional* [comunicado de imprensa], Horta (Açores), 12 de Maio de 2009. Aquela obra estava já classificada como Bem de Interesse Público dos Açores, desde Janeiro de 2009 [AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Governo classifica conjunto escultório raro guardado na Matriz da Ribeira Grande* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 15 de Janeiro de 2009].

<sup>987</sup> «Açores. Arcano Místico, primeiro tesouro regional, em exposição a partir de segunda-feira», in *Lusa...*, cit., de 4 de Setembro de 2009.

<sup>988</sup> Mário MOURA & José Manuel FERNANDES, «A Casa da Freira do Arcano, diálogo com o arquitecto», in *Revista da Câmara Municipal da Ribeira Grande*, Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, n.º 3, Junho de 2006, pp. 55-57.

### *Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado*

A existência de um espaço museológico do poder público autónomo e inteiramente subordinado à arte sacra teve início com o Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado, inaugurado a 18 de Maio de 2006, data em que se comemorava o Dia Internacional dos Museus, na igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada<sup>989</sup>. Cerca de 40 anos após a cessação do culto neste templo, nos últimos oito dos quais sujeito a intervenção de restauro, reabriu, no dia 20 de Agosto de 2004, anunciando-se a instalação de um núcleo permanente de arte sacra do Museu Carlos Machado, constituído por espécimes, à guarda daquele museu, que integravam o legado original do templo e outros representativos da arte sacra regional<sup>990</sup>. Igreja e galeria lateral do antigo Colégio dos Jesuítas passariam a actuar como pólo de dinamização cultural e espaço de preservação daquele património<sup>991</sup>. O edifício do primitivo Colégio, comprado ao Estado, em 1834, por um particular, foi doado à Câmara Municipal de Ponta Delgada, em 1973, pelos herdeiros daquele, e, quatro anos depois, o município doou-o ao Governo Regional dos Açores para ali ser instalado o Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado<sup>992</sup>.

Contudo, a história do museu remonta a 1876, data de fundação, abrindo ao público por ocasião das celebrações do tricentenário da morte de Luís de Camões, em 1880, sob a designação “Museu Açoreano”. Dedicado às Ciências Naturais, exhibia as colecções reunidas por Carlos Maria Gomes Machado, à época reitor do Liceu Nacional de Ponta Delgada.

<sup>989</sup> António Manuel OLIVEIRA & Margarida Teves de OLIVEIRA, «Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado», in *iM – InterMuseus*, Ponta Delgada (Açores), Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional de Cultura, n.º 6, Julho de 2006, p. 5; «Núcleo de Arte Sacra abre em Dia Internacional dos Museus», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 16 de Maio de 2006; «Igreja do Colégio acolhe núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 19 de Maio de 2006.

<sup>990</sup> «Governo reabre ao culto Igreja do Colégio dos Jesuítas após 40 anos», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 24 de Agosto de 2004; «Igreja do Colégio dos Jesuítas reabre após anos de obras», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 20 de Agosto de 2004; AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Governo avança com museu de arte sacra na Igreja do Colégio* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 11 de Março de 2005; «Núcleo de arte sacra», in *A União*, *cit.*, de 12 de Março de 2005; «Governo cria museu de arte sacra na Igreja do Colégio», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 13 de Março de 2005; «Núcleo de Arte Sacra de P. Delgada deve abrir entre Março e Abril», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 24 de Novembro de 2005.

<sup>991</sup> «Colégio é exemplar de grande valor patrimonial», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 24 de Agosto de 2004.

<sup>992</sup> António Manuel OLIVEIRA & Margarida Teves de OLIVEIRA, «Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado», in *Museu Carlos Machado. Núcleo de Arte Sacra. Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada (Açores), Museu Carlos Machado, 2006, p. 28.



Dez anos mais tarde, passou para a dependência do município ponta-delgadense e, em 1914, recebeu denominação Museu Carlos Machado, em homenagem ao seu fundador<sup>993</sup>.

Em 1912, Luís Bernardo Leite de Ataíde fora convidado para organizar e dirigir a secção de arte do museu, que viria a integrar colecções de arte sacra, pintura, escultura, artes decorativas, azulejaria e epigrafia. Adquirido o antigo convento de Santo André, em 1930, pela Junta do Distrito de Ponta Delgada, transferiu-se o Museu para aquele espaço, quatro anos mais tarde, depois de restaurado e adaptado, possibilitando reunir no mesmo edifício os acervos de história natural, arte e etnografia regional. A secção de arte ocupava o primeiro piso do imóvel, distribuída, principalmente, em núcleos de pintura, escultura e arte sacra. Esta última, por sua vez, subdividia-se em pintura, escultura e ourivesaria, instalada no claustro superior, parlatórios interiores e culminando no coro-alto, de onde se podia apreciar o interior da igreja<sup>994</sup>.

No espaço inaugurado em 2006, a visita inicia-se na galeria a poente da nave da igreja. Ali, encontram-se expostos, tipológica e cronologicamente, os espécimes provenientes do Museu Carlos Machado, um conjunto variado de pintura, ourivesaria e imaginária de marfim, recolhido na Ilha de São Miguel e enriquecido ao longo dos anos, resultado de aquisições, doações e legados. Na igreja vêem-se os restaurados retábulo da capela-mor e dois altares laterais, do lado da Epístola, e os vãos estão preenchidos por pinturas e esculturas de proveniência diversa. A ante-sacristia acolhe uma pintura da *Coroação da Virgem*, acompanhada de um painel acerca do seu restauro, bem como alguns espécimes de pintura e escultura e ainda um conjunto de vestes litúrgicas. Avançando para sacristia, exibem-se quadros de vários dignitários da Companhia de Jesus, um *Calvário* setecentista e o arcaz<sup>995</sup>.

<sup>993</sup> *Açores. Roteiro dos Museus, cit.*, pp. 7-8; João Paulo CONSTÂNCIA, «Museu Carlos Machado. O Museu “Açoreano” de História Natural», in *iM – InterMuseus, cit.*, n.º 2, Outubro de 2004, p. 3; A. M. OLIVEIRA & M. T. de OLIVEIRA, «Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado», in *Museu Carlos Machado. Núcleo de Arte Sacra..., cit.*, p. 27; «Museu Carlos Machado», in *Roteiro de Museus, cit.*, p. 228; S. M. B. F. e SOUSA, *op. cit.*, pp. LXXIV-LXXVII.

<sup>994</sup> *Açores. Roteiro dos Museus, cit.*, pp. 8 e 11; Margarida Teves de OLIVEIRA, «Secção de Arte», in *iM – InterMuseus, cit.*, n.º 2, Outubro de 2004, p. 4; «Museu Carlos Machado», *cit.*, p. 228; A. M. OLIVEIRA & M. T. de OLIVEIRA, «Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado», in *Museu Carlos Machado. Núcleo de Arte Sacra..., cit.*, p. 28.

<sup>995</sup> A. M. OLIVEIRA & M. T. de OLIVEIRA, «Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado», in *Museu Carlos Machado. Núcleo de Arte Sacra..., cit.*, pp. 27, 38-39 e 47-48; A. M. OLIVEIRA & M. T. de OLIVEIRA, «Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado», in *iM – InterMuseus, cit.*, p. 6.

Em 4 de Setembro de 2008, o Museu Carlos Machado deu início ao seu projecto *Museu Móvel*, um conceito de museu circulante assente no propósito de chegar a públicos que dificilmente podem usufruir das colecções e actividades pedagógicas da instituição<sup>996</sup>. Uma carrinha adaptada serve para transportar, mostrar e divulgar peças do seu acervo, conseguindo, deste modo, uma maior interacção com o território que o envolve. O programa e a selecção de obras, elaborado pelo Serviço Educativo, propõe uma reflexão acerca das questões do património cultural, a história do museu e suas colecções, mostrando artefactos que se relacionem directamente com as populações visitadas<sup>997</sup>.

Quanto ao Núcleo de Arte Sacra, em 26 de Junho de 2009, o Serviço Educativo lançou o livro *Leonor no Núcleo de Arte Sacra*, um roteiro daquele espaço dirigido aos mais novos, no sentido de aproximar o público jovem às colecções ali expostas<sup>998</sup>.

#### *Exposições temporárias no Museu Carlos Machado*

Na actividade expositiva regular do Museu Carlos Machado, a arte sacra não teve amudado protagonismo. Assinalam-se dois eventos, um dos quais anterior à constituição do Núcleo de Arte Sacra.

Entre Maio e Junho de 1989, o museu levou a efeito, no edifício sede, a exposição monográfica *Imaginária em Marfim na Ilha de São Miguel*. Composta de obras de arte luso-oriental, datadas do século XVI ao XVIII, estruturava-se tematicamente em cinco núcleos, num percurso por algumas etapas da História da Salvação: *Imaginária Mariana; Ciclo do Nascimento e Infância de Cristo; Os “Bons-Pastores”; Ciclo da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo; e Os Santos*<sup>999</sup>.

<sup>996</sup> Cf. Eilean HOOPER-GREENHILL, *Los Museos y sus Visitantes*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 17, Gijón, Ediciones Trea, 1998, pp. 74 e 76; Timothy AMBROSE & Crispin PAINE, *Museum Basics*, 2.ª ed., London/New York, Routledge, 2006, p. 53.

<sup>997</sup> «Museu Carlos Machado. Projecto *Museu Móvel*», in *Museus. Boletim Trimestral...*, cit., n.º 29, Setembro de 2008, p. 10; Maria Emanuel ALBERGARIA, «Museu Móvel do Museu Carlos Machado», in *Museus em Rede. Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 32, Junho de 2009, p. 10; S. M. B. F. e SOUSA, *op. cit.*, pp. 69-70.

<sup>998</sup> «Lançamento do livro “Leonor no Núcleo de Arte Sacra”», in *Rede de Museus dos Açores* [em linha], Angra do Heroísmo, Direcção Regional da Cultura, de Junho de 2009, disponível em URL: <http://museus.azores.gov.pt/noticias/ver.aspx?id=124> (acedido em 20 de Outubro de 2009).

<sup>999</sup> *Imaginária em Marfim na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada (Açores), Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, pp. 7-10.

Com o novo espaço dedicado à arte sacra, teve lugar *Custódias da Ilha*, entre 6 de Julho e 16 de Setembro de 2007, exposição monográfica de ostensórios, ou custódias, patente na nave da igreja do Colégio dos Jesuítas<sup>1000</sup>. No total, foram exibidos quarenta e seis ostensórios, provenientes de trinta e cinco igrejas micalenses e de duas instituições governamentais, datados entre os séculos XVI e XX<sup>1001</sup>.

### *Exposições de curta duração*

A conjuntura resultante da insularidade não é propícia à organização de eventos de curta duração para um público alargado, mas isso não impediu os açorianos de realizarem exposições temporárias, dando a conhecer a sua arte sacra pelos seus conterrâneos e eventuais turistas.

Em 1972, durante as festas da cidade de Angra do Heroísmo, a Comissão das Festas de São João promoveu uma exposição de arte sacra no salão grande do Seminário Maior da Diocese. O discurso foi definido sem preocupações pedagógicas ou culturais e sem obedecer a critérios temáticos. Embora se pretendesse a classificação dentro da época, estilo, proveniência e criação, tal não foi possível de concretizar. Os espécimes provieram de diversas paróquias citadinas e rurais da Ilha Terceira, reunindo escultura/imaginária sacra – em maior número –, ourivesaria sacra – cálices, píxides, navetas e sacras, entre outras tipologias –, crucifixos, estantes, pintura, vestes litúrgicas e um conjunto de peças diversas<sup>1002</sup>.

De permeio, na Ilha de São Miguel, assinala-se a exposição de arte sacra organizada pela Câmara Municipal do Nordeste no Salão dos Bombeiros Voluntários, integrada nas Festas do Concelho de Nordeste/96 e simultaneamente na comemoração do Bicentenário da Reconstrução da Igreja Matriz de São Jorge<sup>1003</sup>.

Já no dealbar do século XXI, o Centro Municipal de Cultura levou a efeito uma exposição com espécimes dos séculos XIV a XIX, provenientes da colecção da igreja matriz de São Sebastião de Ponta Delgada, entre 4 de Maio e 11 de Maio de 2002, inaugurada na

<sup>1000</sup> AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Presidente do Governo inaugura exposição de custódias em São Miguel* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 4 de Julho de 2007.

<sup>1001</sup> António Manuel OLIVEIRA, «Custódias da Ilha de São Miguel», in *Custódias da Ilha. Ouvidorias da Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada (Açores), Museu Carlos Machado, 2007, p. 13.

<sup>1002</sup> Valdemar MOTA, «Memórias de uma exposição de Arte Sacra na Cidade de Angra», in *Despertar. Boletim Paroquial*, Ribeira Chã, A. X, n.º 70, Maio de 1985, pp. 26-28.

<sup>1003</sup> *Festas do Concelho de Nordeste/96* [programa das festas], [Nordeste, Câmara Municipal de Nordeste, 1996].

presença do cardeal D. José Saraiva Martins e do então Presidente da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral<sup>1004</sup>, natural dos Açores.

Também nesse ano, em Angra do Heroísmo, por iniciativa da Comissão Diocesana dos Bens Culturais, esteve patente uma exposição de arte sacra, sob o título *Devolver a Voz*, na ermida de Nossa Senhora da Saúde<sup>1005</sup> – sede daquele organismo –, com o propósito de mostrar uma visão antropológica do património religioso<sup>1006</sup>, devolvendo voz aos objectos expostos ao tornar actuais os motivos pelos quais foram criados. Numa função pedagógica e catequética, ao invés de uma identificação catalográfica dos espécimes, optaram por colocar citações bíblicas ou de magistérios da Igreja junto das peças exibidas. O acervo patente ao público era, em grande parte, consequência da doação de Francisco Ernesto de Oliveira Martins<sup>1007</sup>.

No ano seguinte realizou-se uma segunda edição, por ocasião das comemorações são-joaninas de 2003, no mesmo local, dando continuidade ao evento anterior. As obras expostas constituiriam o núcleo inicial de um Museu Diocesano, projecto daquela comissão<sup>1008</sup>.

Entretanto, em São Miguel, a Câmara Municipal de Povoação organizou uma exposição, na igreja de Nossa Senhora do Rosário, daquela vila, durante as festividades do Corpo de Deus<sup>1009</sup>, entre 17 e 22 de Junho de 2003, contando com espécimes dos séculos XVI a XIX, oriundos das diversas freguesias do Concelho<sup>1010</sup>.

De 16 a 30 de Outubro de 2005, no âmbito do Ano Internacional da Eucaristia, cujas comemorações então encerravam, o Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã promoveu *A Eucaristia: Mistério do Amor*, uma exposição de temática eucarística, instalada no Salão Paroquial, anexo à igreja. Exibindo um sacrário e algumas alfaias litúrgicas relacionadas com a celebração eucarística – cálices, píxides, ostensórios –, contou, à data de

<sup>1004</sup> «Câmara atribui subsídio às festas do St.º Cristo», in *Diário Insular*, Angra do Heroísmo, Sociedade Terceirense de Publicidade, de 11 de Abril de 2002; *O que se fez na cultura, desporto e tempos livres em 2002*, Ponta Delgada (Açores), Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2002.

<sup>1005</sup> «Devolver a Voz», in *Diário Insular*, *cit.*, de 9 de Julho de 2002.

<sup>1006</sup> «Igreja Católica expõe património em Angra» in *Lusa...*, de 13 de Junho de 2002.

<sup>1007</sup> «Devolver a Voz...», *cit.*

<sup>1008</sup> «Património da Igreja na Ermida da Saúde», in *Diário Insular*, *cit.*, de 28 de Junho de 2003.

<sup>1009</sup> «Povoação inaugura exposição de Arte Sacra», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 15 de Junho de 2003.

<sup>1010</sup> «Mota Amaral nas Festas do Corpo de Deus na Povoação», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 19 de Junho de 2003.

inauguração, com uma palestra subordinada ao mesmo tema da exposição, proferida pelo pároco local<sup>1011</sup>.

A norte da Ilha, as comemorações dos 25 anos da cidade de Ribeira Grande foram também motivo para uma exposição de arte sacra, na igreja do Senhor dos Passos, com 25 alfaías litúrgicas de prata, provenientes das diversas igrejas do Concelho<sup>1012</sup>.

Em Ponta Delgada, o Centro Municipal de Cultura levou a cabo a *Exposição de Arte Sacra da Igreja de São José*, entre 14 de Fevereiro e 28 de Maio de 2009, a partir de uma selecção de espécimes provenientes da igreja de São José e do convento de São Francisco, da mesma cidade. Cerca de seis dezenas de obras, dos séculos XVI ao XX, distribuídas pelas três divisões do Centro, abarcando alfaías litúrgicas – cálices, patenas, custódia, turíbulo e navetas –, escultura hagiográfica, relicários e crucifixos, livros e têxteis litúrgicos, punham em evidência o confronto da opulência da igreja de São José e a singeleza franciscana. Com este evento, almejava-se preservar, divulgar e valorizar o acervo daquela igreja, mas também compreender sua importância ao longo dos séculos, no quadro das grandes produções sacras, tanto nacionais quanto regionais ou locais, no sentir religioso do povo açoriano<sup>1013</sup>.

### *Planos para o futuro*

Além dos museus já existentes nas ilhas açorianas, o esforço de valorização e promoção do património religioso anima a criação de outros espaços museológicos.

Por ocasião das comemorações dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, o seu provedor revelava a instalação do “embrião do Museu da Misericórdia” na igreja de Santo Cristo (igreja da Misericórdia), entretanto recuperada e

<sup>1011</sup> *Exposição Temporária. A Eucaristia – Mistério de Amor* [desdobrável], Ribeira Chã, Centro Social e Paroquial de Ribeira Chã, Núcleos Museológicos, 2005; «A Eucaristia – Mistério do Amor” em exposição», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 14 de Outubro de 2005.

<sup>1012</sup> «Festas da cidade arrancam hoje», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 24 de Junho de 2006.

<sup>1013</sup> PONTA DELGADA (Açores), Câmara Municipal, Gabinete de Imprensa, *Arte Sacra em Exposição no CMC* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 4 de Fevereiro de 2009; «Arte sacra da Igreja de São José em exposição no Centro Municipal de Cultura», in *Diário dos Açores*, *cit.*, de 12 de Fevereiro de 2009; Ana Carvalho MELO, «Exposição de Arte Sacra da Igreja de São José», in *Açoriano Oriental*, Ponta Delgada (Açores), Açormédia, de 4 de Fevereiro de 2009; «Igreja de S. José expõe arte sacra», in *Jornal Diário* [em linha], *cit.*, de 9 de Fevereiro de 2009, disponível em URL: [http://www.jornaldiario.com/ver\\_noticia.php?id=19194](http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=19194) (acedido em 22 de Março de 2009); «Ponta Delgada expõe arte sacra», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 14 de Fevereiro de 2009.

beneficiada<sup>1014</sup>. Apesar disso, em 2003, aguardando a entrega àquela Santa Casa do imóvel onde outrora funcionara o Centro de Saúde, o mesmo provedor anunciava a intenção de usar o claustro do edifício para a criação de um museu de arte sacra, de modo a proporcionar a exposição permanente do acervo da Misericórdia que, por motivos de segurança, se encontrava arrumado<sup>1015</sup>.

Mais recentemente, em 8 de Fevereiro de 2009, a Paróquia de Santa Cruz e a Câmara Municipal de Lagoa assinaram um contrato de comodato, pelo qual aquela cedia à autarquia, a título precário, a utilização gratuita da ermida de Nossa Senhora do Cabo, para instalação de um museu de arte sacra. O templo, à época com obras de requalificação em curso, irá acolher e exibir o acervo guardado na igreja matriz<sup>1016</sup>.

A respeito da inventariação do património religioso, e diante das dificuldades sentidas pela Igreja local, o Governo Regional dos Açores, em Janeiro de 2009, manifestou o seu empenho em estudar formas de cooperação para proceder àquela empresa, começando pela Ilha de São Miguel. O apoio passaria, entre outras medidas, pelo destacamento temporário de técnicos de instituições culturais públicas da Região para secundar os trabalhos. Sendo aquele legado uma parte muito significativa da memória cultural açoriana, o Poder Regional reconhece a necessidade de atenção pela sua parte e aceita a uma parcela de responsabilidade na sua salvaguarda e valorização<sup>1017</sup>.

O arquipélago dos Açores distingue-se pela sua profunda religiosidade, mas também por uma Igreja muito presente no quotidiano das comunidades, quer ao nível das funções convencionais quer num plano cívico, prestando vastos serviços de acção e inclusão social. Por outro lado, há um conjunto de vicissitudes e dificuldades decorrentes da insularidade, que se prendem, entre outros, com fenómenos geofísicos e suas consequências em termos

<sup>1014</sup> Francisco Jorge da Silva FERREIRA, «Algumas Palavras», in Francisco Ernesto de Oliveira MARTINS, *Hospital do Espírito Santo da Misericórdia. Subsídios para o seu Inventário Artístico. 1494-1994*, Praia da Vitória (Açores), Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1994, p. 10.

<sup>1015</sup> «Santa Casa aguarda chave para iniciar novos projectos», in *Diário Insular*, *cit.*, de 7 de Janeiro de 2003.

<sup>1016</sup> «Ermida de Nossa Senhora do Cabo, na Lagoa. Matriz de Santa Cruz cede gestão à autarquia», in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada (Açores), Gráfica Açoreana, de 10 de Fevereiro de 2009; «Arte sacra de Lagoa alojada na Ermida de N. Sra. do Cabo», in *Jornal Diário* [em linha], *cit.*, de 9 de Fevereiro de 2009, disponível em URL: [http://www.jornaldiario.com/ver\\_noticia.php?id=19215](http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=19215) (acedido em 18 de Fevereiro de 2009).

<sup>1017</sup> «Governo Açoriano apoia inventariação do património da Igreja», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 6 de Janeiro de 2009.

de conservação e com o isolamento das populações – além da separação física resultante da dispersão territorial, tantas vezes também de carácter social e cultural.

Tudo isto transparece nas opções tomadas: um empenho mútuo do poder político e do poder eclesiástico nas actividades relacionadas com a salvaguarda e valorização do património religioso; a instituição de pequenos espaços museológicos de índole local que visam a preservação de acervos específicos; a criação de projectos que tencionam descentralizar os grandes museus regionais e levá-los ao encontro das comunidades locais; a promoção de exposições temporárias de muito curta duração e quase sempre no âmbito de comemorações ou festejos, aproveitando a mobilização dos autóctones e um eventual aumento do fluxo turístico.

Ainda que o carácter de insularidade e a génese na grande empresa de Expansão Portuguesa pudessem sugerir uma evolução semelhante da museologia da arte sacra encontrada nos dois arquipélagos, os factores geofísicos, económicos e sociais ocasionaram, porém, dois caminhos distintos. Na Madeira sobressai o museu diocesano, um organismo museológico pleno, fundado na esteira da valorização da arte flamenga, em meados do século XX, que acolhe um valioso acervo de cariz religioso, desafectado do culto e proveniente de igrejas de todo o bispado – embora com alguma a resistência inicial de párocos e fiéis à incorporação. Com apenas duas ilhas habitadas, uma das quais de reduzidas dimensões, a constituição de um museu para albergar todo o património diocesano representou uma solução viável para a sua salvaguarda, sem romper, contudo, o nexo de proximidade com as comunidades de onde provêm. As opções expositivas usadas, por sua vez, denunciam a influência do contexto em que a instituição germinou, *i. e.*, procede como um museu de arte, atendendo mormente a critérios estéticos, tipológicos e cronológicos, em detrimento do conteúdo religioso, apesar da tutela eclesiástica.

Nos Açores a situação inverte-se: há um maior número de ilhas e, conseqüentemente, de museus, prevalecendo os pequenos espaços museológicos de índole paroquial, com excepção do núcleo de arte sacra do Museu Carlos Machado, cujo acervo não ultrapassa, porém, o enquadramento geográfico da Ilha de São Miguel. A museologia reflecte, de certo modo, o isolamento característico daquelas ilhas, com exposições e museus de âmbito muito

restrito, confinado à área de cada ilha ou apenas de cada comunidade. Geralmente de reduzidas dimensões, a maioria carece de quadros de pessoal técnico, limitando-se à função básica de exibir, com arranjos museográficos e discursos singelos, movidos sobretudo pela necessidade de salvaguardar e preservar o seu legado cultural religioso.

### 3.10. Acção diocesana

Na hierarquia da Igreja Católica Romana, a diocese tem a qualidade de Igreja particular, designando a porção do povo de Deus confiada a um bispo, delimitada por certo território, cuja erecção canónica ou alteração de limites é competência exclusiva da Santa Sé<sup>1018</sup>. O agrupamento dos bispos de uma nação, por sua vez, constitui uma conferência episcopal, órgão colegial que exerce certas funções pastorais conjuntas adaptadas aos condicionamentos dos tempos e dos lugares<sup>1019</sup>.

Em termos de património cultural, o papel das dioceses fez-se sentir mais ao nível da CEP, sobretudo na transposição para o ordenamento português das orientações emanadas nesta matéria pelos organismos pontifícios. Não obstante, somente em 1989 foi criada uma estrutura própria para tutelar a defesa e promoção dos bens culturais eclesiais, que, apesar de sucessivas reorganizações, tem envidado esforços no sentido de combater a inércia e estimular uma maior participação dos bispados na gestão e valorização do seu património histórico e artístico. O primeiro documento no âmbito do património histórico-cultural da Igreja veio a lume em Maio de 1990, sob a forma de nota pastoral, constituindo essencialmente um instrumento de reflexão. Todavia, passariam ainda vários anos até à promulgação de uma carta de *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja*, em Novembro de 2005, desta feita com um pendor mais normativo e operacional<sup>1020</sup>.

Algumas dioceses haviam dado já os primeiros passos, como aconteceu em Beja, cuja actividade se tornou paradigmática e será analisada mais adiante<sup>1021</sup>, em capítulo autónomo. Outras despertaram então para a problemática e vêm desenvolvendo os seus trabalhos mais diligentemente, antecedidas, contudo, por certas paróquias na sua jurisdição que tinham

<sup>1018</sup> CIC 1983 cann. 369, 372-373; cf. M. F. FALCÃO, *op. cit.*, pp. 135-136, s. v. “diocese”.

<sup>1019</sup> CIC 1983 can. 447; cf. M. F. FALCÃO, *op. cit.*, p. 92, s. v. “conferências. 4. Conferências Episcopais”.

<sup>1020</sup> Vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa.

<sup>1021</sup> Vd. subcapítulo 3.14. Diocese de Beja: o arquétipo.



tomado a iniciativa de inventariação dos seus bens e de instituição de espaços museológicos, em geral com a colaboração das respectivas autarquias.

### 3.10.1. Património e inventário

Em consequência da nota pastoral da CEP acerca dos bens culturais da Igreja, as dioceses, cada uma a seu modo e a seu ritmo, moldaram a sua estrutura e acção pastorais às recentes orientações e exigências no que respeita à salvaguarda e promoção do património cultural, dirigindo especial atenção ao inventário, cuja urgência de execução era amiúde referida em reuniões e assembleias do episcopado ou de responsáveis diocesanos.

A Arquidiocese de Braga criou, em 9 de Fevereiro de 1989, o Instituto de História e Arte Cristã, apoiado na extensão bracarense da Faculdade de Teologia da UCP, com o intuito de preservar, estudar e promover os valores históricos, arqueológicos e artísticos ligados ao cristianismo, na área do seu território episcopal ou com ele relacionados, compreendendo três secções: o Arquivo Diocesano, os museus diocesanos Pio XII e Medina e o Gabinete de Actividades Culturais<sup>1022</sup>. Em Maio de 2005, D. Jorge Ortiga decretou a instituição da Comissão Arquidiocesana para os Bens Patrimoniais, integrada naquele organismo, assumindo os encargos da Comissão de Arte Sacra e completando a sua intervenção noutros domínios, entre eles a colaboração no inventário do património arquidiocesano<sup>1023</sup>.

Os trabalhos de inventariação tiveram início em 1995, muito sumariamente, ao modo de simples enumeração, visto que, em Janeiro de 1998, no contexto de uma reunião dos responsáveis pelas comissões diocesana e arcepretais do património, a diocese anunciou a sua prossecução com as tarefas de registo fotográfico e classificação histórico-artística<sup>1024</sup>. No ano seguinte, as V Jornadas do Património Cultural da Arquidiocese de Braga, promovidas pelo IHAC e pela Comissão de Arte Sacra, a 19 e 20 de Fevereiro, no Centro Apos-

<sup>1022</sup> Estatutos do Instituto de História e Arte Cristãs, arts. 1.º e 4.º-5.º *apud* José António MARQUES, «Legislação eclesiástica aplicável ao património classificado», in *Património Classificado. Actas dos Encontros*, cit., pp. 205-210.

<sup>1023</sup> BRAGA, Arcebispo, 1999- (Jorge Ferreira da Costa Ortiga), *Nota sobre Bens Patrimoniais*, Braga, 5 de Maio de 2005; João Aguiar CAMPOS, «Igreja de Braga preserva o seu património», in *Agência Ecclesia*, cit., de 29 de Abril de 2005.

<sup>1024</sup> «Eclesial. Inventariação», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXIX, n.º 2, de 14 de Janeiro de 1998; «Na comunhão das Igrejas. Braga. Arte sacra», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXIX, n.º 4, de 28 de Janeiro de 1998; «Semana a semana», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXIX, n.º 6, de 12 de Fevereiro de 1998.

tólico do Sameiro, subordinaram-se precisamente àquelas matérias, realçando a temática da inventariação, protecção e conservação dos bens culturais religiosos<sup>1025</sup>.

Apesar deste empenho, aquela iniciativa contara também com a colaboração do poder autárquico. Ainda em 1994, o Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim iniciara o inventário do património religioso do Arciprestado da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, assumido como um contributo valioso para o conhecimento e divulgação da história religiosa do concelho<sup>1026</sup> – nomeadamente acerca das confrarias, devoções e tradições locais –, dando azo à mostra *Eucaristia na Arte Sacra*, levada a cabo naquele museu em meados do ano seguinte, e, em 2002-2003, à exposição *Opera Fidei: Obras de Fé num Museu de História*, acima analisadas. A 9 de Junho de 2003, assinalou-se a conclusão do trabalho de inventariação na igreja de São João Baptista, em Vila do Conde, desenvolvido por técnicos da autarquia em colaboração com a Arquidiocese e a respectiva Paróquia, no âmbito de um protocolo firmado havia três anos e comparticipação financeira do Programa Operacional do Norte<sup>1027</sup>.

Não obstante, em 12 de Junho de 2006, a Arquidiocese de Braga deu a conhecer um novo programa de inventário, sob a designação “Projecto de inventariação do património da Arquidiocese de Braga: criação de uma base de dados”, orçado em 169 mil euros, co-financiado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, através do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, em cerca de 75%. Com prazo de execução de um ano, abrangeria as colecções de numismática, pintura e têxtil do Museu Pio XII, em Braga, a igreja matriz e Museu de Arte Sacra de Esposende, as igrejas de Nossa Senhora de Oliveira, São Domingos e Santos Passos, em Guimarães, a igreja matriz de Caxinas, em Vila do Conde, e a igreja matriz da Póvoa de Varzim. Apresentado naquela data em Braga e Guimarães e depois, a 20 de Junho, na Póvoa de Varzim, o projecto teria a coordenação local a cargo das directoras dos museus Alberto Sampaio, em Guimarães, e Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, subordinadas à

<sup>1025</sup> «Eclesial. Braga», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXX, n.º 6, de 16 de Fevereiro de 1999; «Na comunhão das Igrejas. Braga. Património», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXX, n.º 8, de 3 de Março de 1999.

<sup>1026</sup> «Na comunhão das Igrejas. Braga. Arte sacra», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXIX, n.º 15, de 22 de Abril de 1998; *Opera Fidei. Obras de Fé num Museu de História*, cit., pp. 13-14.

<sup>1027</sup> Ângelo Teixeira MARQUES, «Igreja Matriz de Vila do Conde previne a defesa do seu património», in *Público*, cit., de 10 de Junho de 2003.

coordenação geral do IHAC. No sentido da divulgação, o plano de trabalhos compreendia também a criação de um portal na Internet para alojar a base de dados com informação e material iconográfico dos espécimes inventariados, a publicação de desdobráveis e catálogos e a instalação de quiosques multimédia nos templos envolvidos<sup>1028</sup>. Embora registasse alguns atrasos, a 27 de Novembro de 2008, a Arquidiocese anunciou o início da segunda fase do projecto, desta feita co-financiado em 55 %, através da CCDD-N, no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, estendendo-se a igrejas de nove arceparquias, em moldes idênticos, com previsão de conclusão para meados de 2010<sup>1029</sup>. Todavia, a inventariação da totalidade do património cultural diocesano é algo que o prelado bracarense desejava concretizado no prazo de uma década, conforme manifestou na apresentação de resultados e lançamento da nova fase em Guimarães, a 22 de Dezembro de 2008<sup>1030</sup>.

Noutra sede de província eclesiástica, a Arquidiocese de Évora, existem várias notícias de inventário – na acepção de arrolamento – dos espécimes mais valiosos do acervo da catedral, desde o século XVI até finais do século XVIII e, no contexto da desamortização dos bens eclesiais, a partir de 1836, também de outros templos, promovidos pelas respectivas Juntas de Paróquia. O avanço para um inventário de carácter científico ocorreu somente em 1966, no trabalho levado a efeito por Túlio Espanca, sem responsabilidade directa da Igreja, e publicado pela Academia Nacional de Belas Artes, *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora*, que referenciou, contudo, apenas os objectos artísticos móveis mais importantes e significativos, de acordo com uma selecção do autor. Ante este panorama,

<sup>1028</sup> Denise SOUSA, «Inventariar para proteger», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 13 de Junho de 2006; «Arquidiocese de Braga inventaria património», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 14 de Junho de 2006; «Inventariação do Património da Igreja no Arciprestado de Guimarães e Vizela e na Arquidiocese de Braga», in *O Conquistador*, Guimarães, Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, A. XIV, n.º 337, de 30 de Junho de 2006; «Projecto de inventariação de arte sacra apresentado na Póvoa de Varzim», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 22 de Junho de 2006.

<sup>1029</sup> BRAGA, Arquidiocese, «Inventariação do património em Braga», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 27 de Novembro de 2008; «Braga: Igreja investe 400 mil euros para inventariar património», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 28 de Novembro de 2008; «Inventariação do Património da Arquidiocese de Braga», in *O Conquistador*, *cit.*, A. XVII, n.º 391, de 23 de Dezembro de 2008; «Inventariação do Património da Arquidiocese de Braga», in *O Conquistador*, *cit.*, A. XVII, n.º 392, de 16 de Janeiro de 2009; cf. [José] Paulo [Leite de] ABREU, «O Património e a Arquidiocese de Braga», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 19 de Fevereiro de 2008.

<sup>1030</sup> «Braga: Diocese quer património inventariado em 10 anos», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 23 de Dezembro de 2008.

a dispersão de obras de arte em consequência da extinção das ordens religiosas e a desafecção do culto de diversas alfaias em virtude da reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, urgia proceder à inventariação do património histórico-artístico da Igreja<sup>1031</sup>.

Neste sentido, a Arquidiocese de Évora assinou um protocolo de colaboração com a Fundação Eugénio de Almeida, em 1 de Março de 2002<sup>1032</sup>, para a realização do inventário artístico dos bens eclesiais móveis no território diocesano, cabendo-lhe a gestão de recursos humanos e financeiros. Todavia, nos termos daquele instrumento, o âmbito geográfico circunscrever-se-ia ao concelho de Évora, para melhor avaliação do trabalho e da subsequente continuação para toda a arquidiocese. O inventário deveria incidir sobre os objectos artísticos ou afins (pintura, escultura, ornamentos, alfaias, indumentária, instrumentos musicais e outros), o património integrado e os documentos de arquivos e livro antigo. Estabeleceram um grupo de trabalho, composto de um coordenador científico e técnico e quatro inventariantes, com habilitações nas áreas de Património ou História da Arte e em Ciências Documentais, os quais receberam ainda formação específica acerca da tipologia de objectos que iriam encontrar nos templos, relacionando-os com a função e contexto litúrgico-pastoral. Com um prazo de execução inicial de oito meses, houve, contudo, sucessivas prorrogações devido à imprevisível extensão dos acervos que iam surgindo<sup>1033</sup>.

Embora renunciada para assinalar o termo desta etapa do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora e, desse modo, dar visibilidade aos trabalhos efectuados, a mostra *Tesouros de Arte e Devoção* teve lugar antecipadamente, entre 5 de Dezembro de 2003 e 25 de Abril de 2004, no Fórum Eugénio de Almeida, com edição do respectivo catálogo, dando a conhecer um conjunto de 130 obras de arte do acervo já inventariado, cuja selecção privilegiou o ineditismo e as peças reclassificadas, ora na autoria, ora na proveniência, ora ainda no contexto histórico<sup>1034</sup>.

<sup>1031</sup> Artur Goulart de Melo BORGES, «Património sacro eborense: Inventário e exposição», in *Tesouros de Arte e Devoção*, Fundação Eugénio de Almeida, 2003, pp. 11-12.

<sup>1032</sup> «Na comunhão das Igrejas. Évora. Arte sacra», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIII, n.º 9, de 6 de Março de 2002.

<sup>1033</sup> A. G. de M. BORGES, *op. cit.*, pp. 12-13; Octávio CARMO, – «Inventariação dos bens artísticos móveis da Arquidiocese de Évora tem surpreendido», in *Agência Ecclesia*, cit., de 11 de Setembro de 2003.

<sup>1034</sup> A. G. de M. BORGES, *op. cit.*, p. 14.

Dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos e apoiado por fundos comunitários, o novo projecto Inventário do Património Cultural Móvel da Arquidiocese de Évora e sua Divulgação estendeu-se, entre 2005 e 2006, aos concelhos de Vila Viçosa, Borba, Redondo, Alandroal e Mourão.

Entretanto, na sequência da recente assinatura de um protocolo de colaboração entre a CEP, através do SNBCI, e o IPCR e das últimas recomendações do episcopado, mediante a carta de *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja*, a Comissão Diocesana dos Bens Culturais e a Vigararia Geral da Arquidiocese de Évora, com o apoio da Fundação Eugénio de Almeida, promoveram uma acção de formação/sensibilização, a 27 de Março de 2006, com a participação de técnicos daquele instituto, dirigida a todos os responsáveis pelo património religioso (párocos, capelães, sacristães, zeladores e vigilantes das igrejas e capelas), na qual se abordaram temas relativos à valorização catequética e pastoral do bens culturais da Igreja, ao projecto de inventariação e, mormente, às boas práticas de preservação, incluindo as diversas tipologias encontradas nos espaços culturais: pintura; escultura e talha; metais/ourivesaria; têxteis; obras em papel/livros; e mobiliário<sup>1035</sup>.

No quadro deste projecto organizaram-se ainda alguns encontros de discussão e reflexão, nomeadamente “Património Religioso: factor de promoção turística e cultural”, em Junho de 2006<sup>1036</sup>, e “O Espaço Sagrado: Descodificar, Comunicar, Reutilizar”, nos dias 9 e 10 de Novembro de 2007, acerca da reintegração dos templos desafectados do culto no contexto social e religioso, cultural e turístico<sup>1037</sup>.

Com um acento na divulgação, o novel programa de trabalhos incluiu várias estratégias de comunicação com os distintos públicos. Em Setembro de 2006, a Fundação Eugénio de Almeida editou a obra *Pedras Preciosas na Arte e Devoção: Tesouros Gemológicos da Arquidiocese de Évora*, da autoria de Rui Galopim de Carvalho, que trata da origem e história das pedras preciosas, assim como das técnicas de identificação e classificação,

---

<sup>1035</sup> LUÍS FILIPE SANTOS, «Sensibilização sobre o Património Religioso», in *Agência Ecclesia*, cit., de 21 de Março de 2006; OCTÁVIO CARMO, «Évora aposta no Património Religioso», in *Agência Ecclesia*, de 28 de Março de 2006.

<sup>1036</sup> ÉVORA, Arquidiocese, Departamento de Comunicação Social, «Património Religioso é factor de promoção turística e cultural», in *Agência Ecclesia*, cit., de 28 de Junho de 2006.

<sup>1037</sup> FUNDAÇÃO EUGÉNIO DE ALMEIDA, «Reutilização Cultural de Igrejas», in *Agência Ecclesia*, cit., de 3 de Novembro de 2007.

a partir dos espécimes inventariados na Arquidiocese de Évora<sup>1038</sup>. Pouco tempo depois foi apresentado um sítio na Internet<sup>1039</sup>, permitindo aceder livremente à base de dados – produto mais imediato dos resultados do inventário –, disponível também numa versão designada “inventário júnior”, orientado para o público infante-juvenil, bem como a uma série de roteiros temáticos em torno dos espécimes mais relevantes do ponto de vista histórico, artístico e/ou devocional e ainda a notícias do projecto e a um glossário<sup>1040</sup>. Para o público escolar, em meados de 2007, aquela fundação lançou *Artes na História*, em suporte digital (CD-ROM), destinado aos alunos e professores do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário<sup>1041</sup>.

Os resultados da inventariação vêm sendo publicados em catálogo, que enfatizam as peças de maior valor artístico e/ou devocional dos acervos, organizados geograficamente, à medida que os trabalhos vão terminando. Nos finais de 2008 apresentaram-se os livros *Arte Sacra no Concelho de Viana do Alentejo*, a 27 de Novembro<sup>1042</sup>, *Arte Sacra no Concelho de Estremoz*, a 11 de Dezembro<sup>1043</sup>, e *Arte Sacra do Norte Alentejano*, a 17 de Dezembro<sup>1044</sup>; depois *Arte Sacra nos Concelhos de Elvas, Monforte e Sousel*, a 26 de Março de 2009<sup>1045</sup> e, por fim, *Arte Sacra no concelho de Vila Viçosa*, a 3 de Julho de 2010 – apesar de o concelho estar inventariado havia já algum tempo –, anunciando para breve o lançamento de mais volumes referentes ao concelho de Portel, Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal<sup>1046</sup>. Profusamente ilustradas e contendo estudos acerca da história das

<sup>1038</sup> Rui Galopim de CARVALHO, *Pedras Preciosas na Arte e Devoção. Tesouros Gemológicos da Arquidiocese de Évora*, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2006.

<sup>1039</sup> *Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora* [em linha], Évora, Fundação Eugénio de Almeida, disponível em URL: <http://www.inventarioevora.com.pt/> (acedido em 12 de Novembro de 2010).

<sup>1040</sup> «Évora: Património da Arquidiocese à distância de um clique», in *Agência Ecclesia*, cit., de 23 de Novembro de 2006.

<sup>1041</sup> «Évora apresenta arte religiosa a professores e estudantes», in *Agência Ecclesia*, cit., 21 de Agosto de 2007.

<sup>1042</sup> ÉVORA, Arquidiocese, Departamento de Comunicação Social, «Arte Sacra de Viana do Alentejo revelada», in *Agência Ecclesia*, cit., de 28 de Novembro de 2008.

<sup>1043</sup> ÉVORA, Arquidiocese, Departamento de Comunicação Social, «Estremoz conhece a “sua” Arte Sacra», in *Agência Ecclesia*, cit., de 17 de Dezembro de 2008.

<sup>1044</sup> ÉVORA, Arquidiocese, Departamento de Comunicação Social, «Arte Sacra do Norte Alentejano revelada», in *Agência Ecclesia*, cit., de 17 de Dezembro de 2008.

<sup>1045</sup> «Arte Sacra de Elvas, Monforte e Sousel em livro», in *Agência Ecclesia*, cit., de 26 de Março de 2009; Luís Filipe SANTOS, «Arte Sacra», in *Agência Ecclesia*, cit., de 21 de Abril de 2009.

<sup>1046</sup> ÉVORA, Arquidiocese, Departamento de Comunicação Social, «Évora: Inventário Artístico da Arquidiocese apresenta arte sacra de Vila Viçosa», in *Agência Ecclesia*, cit., de 3 de Julho de 2010.

comunidades e dos templos onde se desenrolaram os trabalhos, estas publicações são expressão visível de um projecto que visa conhecer e dar a conhecer uma parte significativa do património histórico-artístico eborense de cariz religioso, marca valiosa da identidade cultural daquele território<sup>1047</sup>.

Na Diocese do Porto, aproveitando a dinâmica produzida pela exposição *Cristo Fonte de Esperança*, em 2000, o Secretariado Diocesano de Liturgia deu à estampa uma série de doze artigos no jornal *Voz Portucalense*<sup>1048</sup>, em jeito de reflexão sobre a carta circular da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, datada de 8 de Dezembro de 1999, cujo teor alertava para a necessidade e urgência da inventariação e catalogação do património eclesiástico<sup>1049</sup>. Todavia, embora o inventário do património cultural das instituições eclesiásticas diocesanas houvesse sido decretado em 1993 e cometido ao Secretariado Diocesano de Liturgia<sup>1050</sup>, apenas na reunião do Conselho Presbiteral de Outubro de 2004 – como relata o P.<sup>e</sup> Manuel José Dias Amorim, director do Departamento dos Bens Culturais da Igreja da Diocese do Porto –, na qual este sacerdote expôs o assunto, o Bispo do Porto, D. Armindo Lopes Coelho<sup>1051</sup>, após debate entre os membros presentes, mandou que se fizesse o inventário de forma ajustada e tecnicamente correcta, pois era obrigação da Igreja, indigitando o referido presbítero para assumir a responsabilidade e formar um grupo de trabalho<sup>1052</sup>.

O lançamento do Projecto de Inventariação-Catalogação da Diocese do Porto dependeu de co-financiamento através do ON – Operação Norte, Programa Operacional da Região do Norte, da CCDR-N, cuja candidatura ficou aprovada em 2005. Contudo, este apoio era escasso para a grandeza do bispado, composto de 34 vigararias e 477 paróquias, pelo que se elegeram seis vigararias onde seria implementado, procurando estabelecer um sistema

<sup>1047</sup> *Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora* [desdobrável], Évora, Fundação Eugénio de Almeida, [2006].

<sup>1048</sup> Vd. PORTO, Diocese, Secretariado Diocesano de Liturgia, «Bens culturais da Igreja», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXI, n.º 18, de 17 de Maio de 2000; n.º 23, de 21 de Junho de 2000; n.º 24, de 28 de Junho de 2000; n.º 26, de 12 de Julho de 2000; n.º 28, de 26 de Julho de 2000; n.º 30, de 6 de Setembro de 2000; n.º 33, de 27 de Setembro de 2000; n.º 34, de 4 de Outubro de 2000; n.º 36, de 18 de Outubro de 2000; n.º 38, de 1 de Novembro de 2000; n.º 39, de 8 de Novembro de 2000, e n.º 44, de 13 de Dezembro de 2000.

<sup>1049</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Necessità e Urgenza dell'Inventariazione e Catalogazione dei Beni Culturali della Chiesa*. Prot. n. 147/97/87, Cidade do Vaticano, 8 de Dezembro de 1999.

<sup>1050</sup> PORTO, Bispo, 1982-1997 (Júlio Tavares Rebimbas), *Decreto*, Porto, 15 de Outubro de 1993.

<sup>1051</sup> *Reg.* 1997-2007.

<sup>1052</sup> Manuel José Dias AMORIM, «Inventário na Diocese do Porto», in *Agência Ecclesia*, cit., de 19 de Fevereiro de 2008.

de normas, procedimentos e modelos comuns a toda a diocese, enfatizando a criação de uma base de dados digital – assim optaram designar o inventário museológico – e, sobretudo, estimular o interesse e entusiasmo das comunidades pela valorização, recta utilização e divulgação do seu património<sup>1053</sup>. A diocese criou em cada paróquia uma comissão de voluntários, aos quais ministraram acções de formação de modo a participarem na inventariação, apoiando um técnico da equipa diocesana. No fim dos trabalhos darão lugar às “equipas de património”, cuja missão será velar, em permanência, pelos bens culturais e colocá-los ao serviço da comunidade, nomeadamente sob a forma de núcleos museológicos ou exposições temáticas, isoladamente ou em conjunto com outras paróquias<sup>1054</sup>.

Com os trabalhos já em curso, teve lugar um seminário de apresentação do projecto, a 12 de Junho de 2006, na Casa Diocesana de Vilar, no Porto, especialmente dirigido aos párocos das vigararias ou concelhos onde se estava a operar, bem como aos membros dos conselhos paroquiais ou voluntários naquela acção, ainda que aberto ao público em geral. Entre os assuntos discutidos sobressaíram as metodologias de catalogação hodiernas e as potencialidades do recurso a meios informáticos<sup>1055</sup>. No ano seguinte, a 25 de Junho, o Secretariado Diocesano da Liturgia – Departamento de Bens Culturais da Igreja promoveu outro encontro para dar a conhecer os resultados do trabalho realizado no âmbito do projecto e apresentar algumas comunicações sobre a temática da inventariação/catalogação<sup>1056</sup>.

Atendendo às balizas temporais do programa comunitário que co-financiou o projecto, este encerraria em finais de 2009. No entanto, em 19 de Janeiro desse ano aquele organismo diocesano apresentou o Projecto de Inventariação-Catalogação e Dinamização dos Bens Culturais da Diocese do Porto, em continuidade do trabalho já iniciado, mas com

---

<sup>1053</sup> *Ibidem*.

<sup>1054</sup> «Diocese do Porto aproveita inventariação de património para fazer “revolução cultural”», in *Público*, *cit.*, de 26 de Junho de 2007; «Diocese do Porto aposta no Património», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 26 de Junho de 2007.

<sup>1055</sup> «Bens culturais da Igreja: inventariar, preservar, cuidar», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXVII, n.º 22, de 7 de Junho de 2006; PORTO, Diocese, Secretariado Diocesano de Liturgia, «Inventário/Catálogo dos Bens Culturais da Igreja na Diocese do Porto», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXVII, n.º 22, de 7 de Junho de 2006; «Património deve ser inventariado e catalogado», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXVII, n.º 23, de 14 de Junho de 2006.

<sup>1056</sup> «Seminário sobre a Inventariação do Património móvel da Diocese do Porto», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXVIII, n.º 24, de 20 de Junho de 2007.



novas valências, pois além do registo e do catálogo digital pretende envolver as pessoas e as comunidades locais, despertando e estimulando o voluntariado cultural e alargando a sua acção ao âmbito do património edificado, integrado e imaterial, à qualificação dos agentes culturais e ao desenvolvimento cultural. Mais uma vez, submeteu uma candidatura aos fundos comunitários do ON.2 – O Novo Norte, Programa Operacional Regional do Norte, através da CCDR-N<sup>1057</sup>. A 3 de Novembro, a Diocese assinalou o encerramento do processo de inventário nas vigararias de Amarante, Lousada, Paços de Ferreira e Vale de Cambra com uma sessão pública, denominada *Fulgores dos Tempos*, durante a qual inaugurou uma exposição virtual, sob o título *Reflexos de Fé*<sup>1058</sup>. De permeio, o Departamento dos Bens Culturais da Igreja vem organizando seminários de cariz local, nas diversas paróquias envolvidas, com o intuito de divulgar o projecto e dar formação ao nível da conservação preventiva e das boas práticas para a conservação do património religioso e ainda outras actividades que visam a promoção e valorização dos bens culturais da Igreja<sup>1059</sup>.

A inventariação do património cultural da diocese de Lamego conheceu já dois programas, o primeiro no Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, em 1998-1999, e o outro nos arciprestados de Lamego e Tarouca, em 2005-2006. Um conjunto de exposições subordinadas aos bens culturais religiosos, levadas a efeito no concelho foz-coense, em meados dos anos 90<sup>1060</sup>, despertou a consciência da necessidade de implementar um programa sistemático de inventário. Neste contexto, a 31 de Agosto de 1997, os quinze párocos do Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa firmaram um protocolo pelo qual se comprometiam a fomentar um Programa de Inventário do Património Cultural Móvel das Paróquias do

<sup>1057</sup> «Seminário sobre os Bens Culturais da Igreja», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XL, n.º 1, de 7 de Janeiro de 2009; PORTO, Diocese, Secretariado Diocesano de Liturgia, «Um inventário e catálogo digital dos bens culturais», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XL, n.º 2, de 14 de Janeiro de 2009; «Porto apresenta Projecto de Inventariação-catalogação e dinamização dos Bens Culturais da Diocese», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 19 de Janeiro de 2009; Luís Filipe SANTOS, «Envolver as comunidades na inventariação dos bens culturais do Porto», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 21 de Janeiro de 2009; André Rubim RANGEL, «Inventariar e preservar o património artístico da Diocese», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XL, n.º 4, de 28 de Janeiro de 2009; «Secretariado Diocesano da Liturgia propõe novos desafios», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XL, n.º 5, de 4 de Fevereiro de 2009.

<sup>1058</sup> «Porto: Inventariação é “uma verdadeira revolução cultural”», in *Lusa, cit.*, de 4 de Novembro de 2009; Rui MARTINS, «Bens culturais da Igreja: história e evangelização», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 16 de Novembro de 2009.

<sup>1059</sup> Cf. «Notícias», in *BCDP – Departamento de Bens Culturais da Diocese do Porto* [em linha], Porto, Diocese do Porto, disponível em URL: [http://www.bcdp.org/dotnetnuke\\_2/Noticias/tabid/59/Default.aspx](http://www.bcdp.org/dotnetnuke_2/Noticias/tabid/59/Default.aspx) (acedido em 25 de Setembro de 2010).

<sup>1060</sup> Vd. subcapítulo 3.6.1. Acção da sociedade laica: Contribuição dos museus públicos.

Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, coordenado por João Soalheiro. Aprovada uma candidatura aos fundos comunitários do programa PRONORTE – Programa Operacional da Região do Norte, através da Comissão de Coordenação da Região do Norte, a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa celebrou um protocolo com a diocese lamecense no sentido de suportar a contrapartida nacional e assim a coadjuvar nesta empresa. Na execução, o projecto contou com a participação de três técnicos em serviço no Museu Nacional Machado de Castro, ao abrigo de um protocolo de colaboração entre a Diocese de Lamego e o Instituto Português de Museus. Além da impressão deixada nas comunidades cristãs foz-coenses – até pelo notável catálogo então dado a lume –, este trabalho teve consequências na própria realidade diocesana, tornando não só as autoridades eclesásticas mais sensíveis à causa do património, mas também as restantes paróquias do território mais despertadas para estas matérias<sup>1061</sup>.

Com efeito, na continuidade ao projecto anterior, a 1 de Setembro de 2005 iniciaram-se os trabalhos do Segundo Programa de Inventário do Património Móvel Religioso da Diocese de Lamego: Arciprestados de Lamego e Tarouca, co-financiado no âmbito do ON – Operação Norte, Programa Operacional da Região do Norte, da CCDR-N, contemplando 34 paróquias, entre as quais a Sé, que incluiu a catedral e o seminário<sup>1062</sup>. A cerimónia de encerramento desta iniciativa decorreu a 29 de Setembro de 2007, no Museu de Lamego, acompanhada da apresentação do catálogo produzido no quadro do inventário<sup>1063</sup> e da inauguração de uma exposição, intitulada *A Palavra e o Espírito*, patente até 1 de Dezembro ulterior, que deu a conhecer parte do acervo inventariado<sup>1064</sup>. Ainda na esfera deste projecto, a diocese lamecense promoveu o I Colóquio Regional sobre História, Arte e Património no Douro, sob o tema “Quanto Douro conhecemos?”, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2007, com a presença de historiadores, técnicos e investigadores cuja actividade

<sup>1061</sup> J. SOALHEIRO, «Foz Côa: Inventário e Memória...», *op. cit.*, pp. 14-16.

<sup>1062</sup> *Lamego. Um Inventário em Construção*, Lamego, Diocese de Lamego, 2006, pp. 7-10; Octávio CARMO, «Lamego inventaria património religioso», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 29 de Março de 2006.

<sup>1063</sup> *O Compasso da Terra. A Arte enquanto Caminho para Deus*, 2 vols., Lamego, Diocese de Lamego, 2006 [D L. 2007].

<sup>1064</sup> «A Palavra e o Espírito – Exposição de Arte e História», in *Notícias do Douro. O Semanário da Região Demarcada do Douro*, Régua, A Gráfica Duriense, de 28 de Setembro de 2007; «Lamego mostra património religioso», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 29 de Setembro de 2007; Luís Filipe SANTOS, «Lamego mostrou arte sacra escondida», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 3 de Dezembro de 2007.

científica tem versado sobre a região duriense, dedicando, porém, o primeiro dia ao inventário como fonte de conhecimento<sup>1065</sup>.

O co-financiamento comunitário de projectos diocesanos para inventariação dos bens culturais da Igreja tem sido uma mais-valia para a sua efectivação. À semelhança dos casos supracitados, também a Diocese de Bragança-Miranda sujeitou os seus trabalhos de inventário à participação de fundos comunitários. Em 27 de Maio de 2005, por ocasião de um encontro subordinado ao tema da “Preservação e Salvaguarda de Bens Culturais”, realizado em Macedo de Cavaleiros, o Secretariado Diocesano dos Bens Culturais da Igreja deu a conhecer que aguardavam a aprovação de uma candidatura ao POC para custear os encargos de quatro técnicos de museologia que iriam proceder ao inventário, paróquia a paróquia. Enquanto isso, investia-se no domínio da sensibilização para o património e para a urgência da constituição daquele instrumento<sup>1066</sup>. Nos finais de Novembro, com metade do investimento já assegurado pelo apoio do POC, a Diocese contava com a colaboração das autarquias para garantir a contrapartida nacional, mas, à data, havia fraca adesão por parte dos doze municípios do Distrito de Bragança – facto atribuído às recentes eleições autárquicas –, pelo que o projecto foi adiado, aguardando melhores condições para a celebração dos necessários protocolos<sup>1067</sup>.

Não obstante, em Macedo de Cavaleiros decorria, desde 2004, o inventário do património concelhio, realizado pela Associação Terras Quentes, ao abrigo de um protocolo firmado com a Autarquia. No contexto desta dinâmica já instalada, a Diocese de Bragança-Miranda celebrou um protocolo de colaboração, em 9 de Dezembro de 2006, com Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através do Departamento de História, a Universidade Católica Portuguesa, através da Escola das Artes, a Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” e o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Crimi-

---

<sup>1065</sup> «Colóquio sobre “Quanto Douro conhecemos?”», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 15 de Novembro de 2007; «“Quanto Douro conhecemos?”», in *Notícias do Douro...*, *cit.*, de 16 de Novembro de 2007.

<sup>1066</sup> Luís Filipe SANTOS, «É urgente inventariar os bens culturais da Igreja», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 30 de Maio de 2005.

<sup>1067</sup> «Inventário das peças de arte sacra», in *O Primeiro de Janeiro*, *cit.*, de 29 de Novembro de 2005; Glória LOPES, «Diocese vai inventariar o seu património», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 29 de Novembro de 2005; «Diocese de Bragança-Miranda vai inventariar arte sacra», in *Diário do Minho*, *cit.*, de 29 de Novembro de 2005.

nais com o objectivo de cooperarem para a inventariação e estudo do património religioso, edificado e móvel, existente nos doze municípios do Distrito de Bragança, bem como em acções sobre a sua salvaguarda, valorização, conservação e restauro. A coordenação global do projecto coube à Associação Terras Quentes, contribuindo cada um dos parceiros nas disciplinas dos seus domínios de actuação. À edilidade competia proporcionar condições no concelho para a execução dos trabalhos, mas também promover contactos no sentido de estimular os restantes municípios a aderirem ao protocolo<sup>1068</sup>. No âmbito deste projecto nasceu o Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros, inaugurado em 2009, expressão visível dos trabalhos que vão sendo concluídos<sup>1069</sup>.

Outra situação que ressalta é o investimento dos municípios na contrapartida nacional dos co-financiamentos comunitários destes projectos. Quando a CCDR-N endereçou um convite às dioceses do Norte para apresentarem candidaturas no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III para enfrentar o problema da inventariação, em 2005, o Bispo de Viana do Castelo manifestou alguma relutância, pois tinha em curso duas grandes obras e, por isso, pouca disponibilidade financeira. Decidiu, porém, avançar, mas somente em dois arceprestados, uma vez que as verbas não chegariam para inventariar todo o património artístico móvel da diocese. Escolheu, por isso, um arceprestado central, Viana do Castelo, com 42 paróquias, e um arceprestado periférico, o maior, Arcos de Valdevez, com 51 paróquias. Deste modo compreenderia quase uma terça parte do território diocesano. As respectivas autarquias, sensíveis a esta matéria, dispuseram-se a pagar o montante que competia à diocese (25% do investimento total do projecto)<sup>1070</sup>.

Embora tenha arrancado em Março de 2006, em Arcos de Valdevez, e apenas em Maio do ano seguinte em Viana do Castelo, os resultados deste projecto de inventariação, executado pelo Centro de Estudos Regionais, foram apresentados a 8 de Outubro de 2007, no Museu Municipal de Viana, dando corpo ainda a um catálogo com as peças mais notáveis e a um sítio na Internet

---

<sup>1068</sup> *Protocolo de Colaboração*, Macedo de Cavaleiros, 9 de Dezembro de 2006, cláusulas 1 e 3; Lígia SILVEIRA, «Conhecer o património para o dar à sociedade», in *Agência Ecclesia*, cit., de 11 de Dezembro de 2006; Rui MIRANDA, «Macedo recupera arte sacra», in *Nordeste...*, cit., de 12 de Dezembro de 2006.

<sup>1069</sup> Vd. subcapítulo 3.8.5. Profusão de museus.

<sup>1070</sup> José Miguel PEREIRA, «Reorganização das paróquias ainda não é solução para Viana. Entrevista ao Bispo de Viana do Castelo», in *Diário do Minho*, cit., de 3 de Novembro de 2007.

com o Inventário Online. A continuidade dos trabalhos nos restantes arciprestados ficou dependente de novos programas de co-financiamento e do interesse das autarquias locais<sup>1071</sup>.

Algumas dioceses optaram, contudo, por assumir inteiramente o encargo da inventariação, tomando para si a gestão dos recursos materiais, humanos e financeiros. Em Coimbra, o inventário dos bens culturais da Igreja começou ainda na década de 80, compreendendo mais de metade das comunidades paroquiais, sob orientação de monsenhor Augusto Nunes Pereira, um homem de sensibilidade ímpar, que se notabilizou pela sua obra artística, além da vocação sacerdotal<sup>1072</sup>. Em finais de 1999, com o propósito de concluir aquela empresa – adiantando o prazo de dois anos –, o Bispo de Coimbra, D. João Alves<sup>1073</sup>, nomeou uma Comissão de Inventariação constituída por aquele clérigo, entretanto falecido<sup>1074</sup>, e pelos padres José Eduardo Reis Coutinho e Carlos Noronha Lopes<sup>1075</sup>. Não obstante, a 19 de Junho de 2004, D. Albino Mamede Cleto, já no governo da diocese, decretou a criação do Departamento dos Bens Culturais da Igreja, dirigido pelo P.<sup>º</sup> Reis Coutinho, no sentido de retomar e actualizar aquele trabalho, de maneira sistemática, obedecendo a critérios hodiernos e com maior abrangência patrimonial. Este organismo recebeu ainda a incumbência de zelar pela defesa e conservação daquele património móvel e integrado e promover a sua melhor utilização pastoral, orientando as entidades proprietárias, mediante acções de formação e divulgação, e emitindo pareceres nas situações particularmente difíceis<sup>1076</sup>.

<sup>1071</sup> Paulo GOMES, «Diocese concluiu inventário de arte sacra nos Arcos e em Viana», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 3 de Outubro de 2007; «Diocese de Viana começa a conhecer o património sacro», in *Diário do Minho, cit.*, de 9 de Outubro de 2007; «Concluído inventário de arte sacra nos Arcos e em Viana», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXVIII, n.º 36, de 10 de Outubro de 2007.

<sup>1072</sup> Vd. Luís Filipe SANTOS, «Nunes Pereira: Homem, artista e padre», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 16 de Maio de 2006; «Monsenhor Nunes Pereira recordado nos 100 anos do seu nascimento», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 1 de Dezembro de 2006; Luís Filipe SANTOS, «Coimbra recorda o talento de Nunes Pereira», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 4 de Dezembro de 2006.

<sup>1073</sup> *Reg.* 1976-2001.

<sup>1074</sup> A 1 de Junho de 2001.

<sup>1075</sup> «Na comunhão das Igrejas. Coimbra. Património», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXX, n.º 33, de 5 de Outubro de 1999.

<sup>1076</sup> José Eduardo R[eis] COUTINHO, «Inventariação dos bens culturais das igrejas: relatório conjunto», in *Correio de Coimbra*, Coimbra, Diocese de Coimbra, A. LXXXVIII, n.º 4273, de 28 de Maio de 2009; «Comissão de Arte Sacra», in *O Amigo do Povo*, Coimbra, Diocese de Coimbra, de 4 de Julho de 2004; Octávio CARMO, «Igreja de Coimbra aposta no seu património artístico», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 16 de Agosto de 2004; «Na Comunhão das Igrejas. Coimbra. Aposta no património artístico», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXV, n.º 30, de 1 de Setembro de 2004.

A actividade do novel departamento teve início em Setembro seguinte, com a organização dos ficheiros existentes e o planeamento de tarefas. Todavia, estando a decorrer o Ano da Eucaristia, de Outubro de 2004 a Outubro de 2005, aquele departamento empenhou-se na preparação, montagem e realização de uma exposição temática eucarística – *Plenitudinis Mysterium*, entre 1 de Outubro a 6 de Novembro de 2005 –, contributo diocesano para aquela celebração mundial, após a qual encetou o levantamento dos bens culturais nas diversas paróquias, ora por solicitação do seu responsável eclesiástico, ora por sugestão directa do prelado conimbricense, seguindo uma ordem aparentemente alfabética, primeiro por arceprelado e dentro deste por paróquia. Nas áreas mais problemáticas, organizam ainda acções de sensibilização direccionadas aos párocos, aos sacristães, às zeladoras, aos membros dos conselhos económicos e pastorais e a outros interessados acerca da defesa, conservação e bom uso dos bens culturais da Igreja<sup>1077</sup>. Os resultados vêm sendo regularmente publicados no jornal diocesano, *Correio de Coimbra*, pelo director do departamento, em jeito de relatório, principiando sempre com o enunciado da data de conclusão, paróquia e templos considerados, número de fichas realizadas e entidades presentes no local durante a execução das tarefas; depois tece algumas considerações acerca da história das comunidades e realça os espécimes mais importantes encontrados no decurso dos trabalhos.

O inventário dos bens culturais tem sido, desde finais da década de 90, uma tarefa prioritária para a Igreja portuguesa<sup>1078</sup>. Em face das orientações emanadas pela CEP nesse sentido, a Diocese da Guarda anunciou, em inícios de 1998, que tinha inventariado, ao tempo, o património móvel de quase todas as suas paróquias, estando já no terreno para inventariar o restante. Sem poder adiantar pormenores, acrescentava ainda não estar aberta a ajudas técnicas exteriores à Igreja, rejeitando qualquer possibilidade de colaboração por parte do Ministério da Cultura<sup>1079</sup>. Com efeito, em Março de 1999, os responsáveis da Comissão de Arte Sacra da diocese previam concluir a inventariação em finais desse ano, com a ajuda

---

<sup>1077</sup> J. E. R. COUTINHO, *op. cit.*

<sup>1078</sup> Vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Percurso de salvaguarda: Reformular para promover e garantir o diálogo de cultura.

<sup>1079</sup> Gabriela MARUJO, «Unidos pelo património», in *Terras da Beira*, *cit.*, de 19 de Fevereiro de 1998.

dos párocos e pessoas ligadas às actividades paroquiais, associando-se deste modo às celebrações do oitavo centenário da transferência da diocese egitaniense para a Guarda<sup>1080</sup>.

Não obstante, em Outubro de 2004, aquela comissão diocesana queixava-se da inércia dos sacerdotes, que, apesar do trabalho exemplar realizado em algumas paróquias, haviam negligenciado as suas recomendações e pedidos, pelo que não estava feito nem sequer 10% do levantamento. Por isso, iam lançar novos reptos durante as reuniões arciprestais para que o inventário se efectuasse com a maior brevidade possível, disponibilizando, inclusivamente, um grupo de trabalho para as paróquias que tivessem mais dificuldades<sup>1081</sup>.

Por fim, em Março de 2007, a Diocese dava a conhecer que contavam com a participação de uma técnica superior de História da Arte para coadjuvar as tarefas de inventariação, continuando assim a empresa iniciada em 1999<sup>1082</sup>, a qual, além de consistir numa relação pormenorizada dos bens culturais diocesanos, tinha o principal objectivo – diziam – de facilitar a recuperação das obras de arte em caso de furto<sup>1083</sup>.

Em Viseu, as preocupações em torno do património religioso haviam já estado em realce nos colóquios “Salvaguada dos Bens Culturais da Igreja”, organizados conjuntamente pela diocese viseense e o Centro Regional das Beiras da UCP, no sentido de proporcionar formação e sensibilização, a par da responsabilização, em particular aos sacerdotes, principais interlocutores nestas matérias. Com periodicidade anual, em meados de Abril, de 2002 a 2004, as três primeiras edições debruçaram-se mormente sobre a preservação, conservação e valorização daquele legado cultural, dando especial atenção aos cuidados de conservação preventiva e às boas práticas de restauro<sup>1084</sup>. Depois de um

---

<sup>1080</sup> «Na comunhão das Igrejas. Guarda. Arte sacra», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXX, n.º 8, de 3 de Março de 1999.

<sup>1081</sup> «Padres alheios ao inventário de arte sacra», in *A Guarda, cit.*, A. 100, n.º 4954, de 22 de Outubro de 2004.

<sup>1082</sup> «Comissão de Arte Sacra faz levantamento do património religioso», in *A Guarda, cit.*, A. 103, n.º 5073, de 15 de Março de 2007.

<sup>1083</sup> «Inventariação de peças de arte sacra facilita recuperação em caso de roubo», in *A Guarda, cit.*, A. 104, n.º 5122, de 6 de Março de 2008.

<sup>1084</sup> «Semana a semana», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXIII, n.º 16, de 1 de Maio de 2002; Luís Filipe SANTOS, «Salvaguada dos Bens Culturais», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 8 de Abril de 2003; Luís Filipe SANTOS, «Evitar os pseudo-restauros», in *Agência Ecclesia*, de 27 de Abril de 2004; «Pseudo-restauros são de evitar», in *Correio do Vouga, cit.*, A. LXXV, n.º 3646, de 5 de Maio de 2004.

pequeno interregno – coincidente com alguma instabilidade na ocupação da cátedra<sup>1085</sup> –, a quarta edição, em Abril de 2007, alargou a discussão para a temática do turismo cultural e religioso, uma estratégia emergente de dinamização do património histórico-artístico da Igreja<sup>1086</sup>.

No que respeita ao inventário dos bens culturais diocesanos, o antístite viseense D. António Ramos Monteiro<sup>1087</sup> declarou, por ocasião do colóquio de 2002, que existia um secretariado formado para a inventariação global da diocese, o qual se encontrava em tirocínio na Paróquia de Torredeita. Admitia, porém, que, apesar de algumas paróquias estarem a concretizar aquele instrumento, a maior parte do património carecia de registo<sup>1088</sup>. Em 2007, também no contexto daquele encontro, o bispo D. Ilídio Pinto Leandro<sup>1089</sup> adiantou que o projecto de inventariação estava em desenvolvimento e iria ser criado um grupo de trabalho liderado por um técnico especializado<sup>1090</sup>. Com efeito, em Janeiro de 2008, este prelado reestruturou os organismos diocesanos com responsabilidades nas áreas do património religioso, extinguindo a Comissão de Arte Sacra e instituindo, em seu lugar, a Comissão para os Bens Culturais, Arquivos e Museu – também designada Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu –, e a Comissão para a Arquitectura Religiosa e Espaços Litúrgicos, visto que o herança histórico-artística do bispado é um bem ao serviço do culto, da cultura e da pastoral e, por isso, deve ter-se “em conta o seu inventário, o seu estudo, a sua arquivagem, a sua renovação, bem como, também, a sua conservação em museu e a disponibilidade deste para a visita, estudo e investigação”<sup>1091</sup>.

Directamente vocacionado para o conhecimento, conservação e valorização dos bens culturais das várias paróquias da Diocese de Viseu, o DBCDV assume-se como um interlocutor próximo dos clérigos e respectivas comunidades para que se adoptem estratégias de

<sup>1085</sup> D. António Monteiro falecera em princípios de Abril de 2004, sendo substituído por D. António Marto, até 2006, ano em que D. Ilídio Pinto Leandro ocupou a sede.

<sup>1086</sup> Lígia SILVEIRA, «Viseu avança com inventariação do património religioso», in *Agência Ecclesia*, de 18 de Abril de 2007.

<sup>1087</sup> Reg. 1988-2004.

<sup>1088</sup> «Paróquias devem registar os imóveis», in *Diário de Notícias*, cit., de 17 de Abril de 2007.

<sup>1089</sup> Reg. 2006-.

<sup>1090</sup> L. SILVEIRA, «Viseu avança com inventariação...», cit.

<sup>1091</sup> «Património Religioso – Comissões Diocesanas: Nomeações», in *Jornal da Beira. Informativo da Diocese de Viseu*, Viseu, Fundação Jornal da Beira, A. LXXXVIII, n.º 4516, de 10 de Janeiro de 2008.



actuação e de intervenção de qualidade e valorativas do património cultural, dentro de um equilíbrio entre os valores culturais e o enquadramento litúrgico e pastoral. A sua acção incide ao nível do conhecimento da diocese e seu património, em particular mediante a efectivação e gestão de um inventário sistemático, actualizado e científico daqueles bens; da orientação e formação no que respeita aos procedimentos e boas práticas de manutenção, conservação e restauro, atendendo à natureza religiosa e litúrgica dos espaços e objectos; e da dinamização e fruição dos bens culturais, ora pela instalação museológica, temporária ou permanente, ora pela definição de rotas temáticas de arte sacra, internas ou em articulação com as dioceses limítrofes, e valorização do património da diocese nos circuitos de turismo cultural propostos para a região<sup>1092</sup>. Apesar da sua recente fundação, este departamento promoveu algumas exposições, patentes no Seminário Maior de Viseu, dando corpo aos objectivos que se propôs implementar de salvaguarda, valorização e dinamização dos bens culturais da Igreja viseense (v. g. *Da Palavra à Imagem*, de 1 de Março a 30 de Setembro de 2008; *São Paulo... as formas da Fé*, de 7 de Março a 6 de Junho de 2009; *Arte e Vida... Vida e Arte*, de 16 de Maio a 31 de Julho de 2009, com carácter itinerante).

Na Diocese de Santarém o processo de inventariação germinou no contexto do Projecto *Igreja Segura*. Definida a igreja de Nossa Senhora da Piedade como “igreja piloto” daquela circunscrição eclesiástica, ali se desenvolveram diversas acções no âmbito deste projecto, entre as quais o inventário, que se alargou entretanto à Casa Episcopal e à igreja catedral<sup>1093</sup>. No dia 8 de Dezembro de 2008, data em que se comemorava a patrona do bispado, a Comissão Diocesana para os Bens Culturais da Igreja encerrou a fase piloto da inventariação do património religioso<sup>1094</sup>. Aproveitando a dinâmica instaurada e as parcerias cele-

<sup>1092</sup> Maria de Fátima EUSÉBIO, «Viseu aposta no seu património», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 19 de Fevereiro de 2008; «Apresentação», in *Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu* [em linha], Viseu, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, disponível em URL: <http://bensculturais.diocesedevisau.pt/somos.html> (acedido em 25 de Julho de 2010); «Objectivos», in *Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://bensculturais.diocesedevisau.pt/objectivos.html> (acedido em 25 de Julho de 2010); «Áreas de Actuação», in *Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu* [em linha], *cit.*, disponível em URL: <http://bensculturais.diocesedevisau.pt/areas.html> (acedido em 25 de Julho de 2010).

<sup>1093</sup> Eva Raquel NEVES, «Diocese de santarém inicia inventário», in *Diocese de Santarém* [em linha], Santarém, Diocese de Santarém, de 10 de Maio de 2007, disponível em URL: <http://www.diocese-santarem.pt/site/index.php?name=News&file=article&sid=247> (acedido em 25 de Julho de 2010).

<sup>1094</sup> SANTARÉM, Diocese, «Diocese de Santarém celebra a sua padroeira», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 4 de Dezembro de 2008.

bradas, nomeadamente com o Instituto Politécnico de Tomar (Curso de Conservação e Restauro) e a Universidade Nova de Lisboa, os trabalhos avançaram para mais quinze locais de sete paróquias da Vigararia de Santarém, que esperavam concluir em finais de 2010 e depois estendê-los ao resto do território diocesano. Além das tarefas inerentes ao inventário, a experiência adquirida no Projecto *Igreja Segura* vem permitindo também detectar as fragilidades na segurança dos edifícios religiosos que acolhem o património móvel e integrado da diocese<sup>1095</sup>.

Mais recentemente, em meados de 2009, a Diocese de Portalegre-Castelo Branco anunciou a realização do inventário do património religioso das suas paróquias, com vista a minimizar os efeitos negativos dos assaltos que por ali são notícia de tempos a tempos. Uma das primeiras acções neste sentido consistiu na criação da Comissão Diocesana para o Património e Bens Culturais, em Fevereiro de 2009<sup>1096</sup>, promovida pelo bispo D. Antonino Eugénio Fernandes Dias – que assumira a cátedra a 7 de Outubro de 2008 –, congregando diversos especialistas para ajudar a identificar e preservar aquele legado cultural. A maior preocupação dizia respeito, contudo, ao desaparecimento de obras de arte em igrejas, situação que leva a mantê-las fechadas, contrariando a vocação natural destes locais<sup>1097</sup>.

O desvelo dos bispos portugueses para com o património eclesiástico sacro tem origens remotas, embora numa acepção distinta daquela que se viria a encontrar no seio da CEP, em especial nos dois últimos decénios. Por ocasião do Sínodo Diocesano<sup>1098</sup> do Porto, reunido a 24 de Agosto de 1496 por convocatória de D. Diogo de Sousa<sup>1099</sup>, foram propostas

<sup>1095</sup> «Diocese de Santarém já inventariou mais de 3.000 bens culturais», in *O Mirante. Semanário Regional*, Chamusca, A. Bastos, A. XXIII, n.º 917, de 4 de Fevereiro de 2010.

<sup>1096</sup> PORTALEGRE-CASTELO BRANCO, Bispo, 2008- (Antonino Eugénio Fernandes Dias), *Comissão Diocesana para os Bens Culturais. Decreto*, Portalegre, 11 de Fevereiro de 2009; «Tomadas de Posse», in *O Distrito de Portalegre, cit.*, de 6 de Março de 2009.

<sup>1097</sup> «Diocese de Portalegre e Castelo Branco avança com inventário do património», in *A Reconquista, cit.*, de 3 de Agosto de 2009.

<sup>1098</sup> Os sínodos diocesanos eram assembleias que congregavam todo o clero de um arcebispado ou bispado, convocadas pelo respectivo prelado, com o intuito de avaliar a situação pastoral e propor medidas de actuação nesses domínios, bem como de transmitir informações e normas oriundos dos diversos níveis de poder da Igreja, aplicadas à escala diocesana [José Pedro PAIVA, «Sínodos Diocesanos», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, *cit.*, pp. 240-241].

<sup>1099</sup> Reg. 1495-1505, depois elevado a Arcebispo de Braga, 1505-1532.

e ratificadas as *Constituições Sinodais*<sup>1100</sup>, dadas à estampa no ano seguinte, que introduzem, no ordenamento canónico português, disposições no sentido da protecção das alfaias, livros e têxteis litúrgicos, os quais deveriam ser guardados em arca fechada<sup>1101</sup>, estando outrossim proibida a doação, empréstimo, venda, permuta, penhora ou hipoteca dos bens consignados ao culto, sob pena de excomunhão, entre outras sanções<sup>1102</sup>. Ressalta, contudo, uma preocupação firmada no vínculo de sacralidade dos objectos, ao invés de uma noção patrimonial.

Outro instrumento episcopal com repercussões no domínio dos bens eclesiásticos eram as visitas ou visitas pastorais, mecanismo de fiscalização dos bispos ao estado das paróquias na sua jurisdição, cujos relatórios constituem informação de grande riqueza sobre o estado material, religioso e moral das comunidades, incluindo o controlo dos bens das igrejas e a verificação do estado dos edificios e dos objectos de culto. Ainda que a tradição faça remontar as suas origens ao início da Cristandade, um forte impulso a esta prática surgiu no Concílio de Trento<sup>1103</sup>, com reflexos ao nível da documentação produzida, rareando, porém, ao longo do século XIX, até à extinção, na sua forma tridentina, em 1830<sup>1104</sup>.

No decurso do século XX, apesar das diligências já tomadas em Roma, as comissões diocesanas de arte sacra que se vinham instituindo orbitavam em torno da criação artística e da concepção de espaços culturais. No contexto da reforma litúrgica do Concílio Vaticano II houve recomendações com vista à preservação das obras de arte do passado, assomando a figura do inventário dos locais de culto e do conteúdo de importância histórica e artística, ao cuidado das cúrias diocesanas. Não obstante, somente nos finais da década de 90 se empreenderam medidas mais vigorosas, conquanto o CIC de 1983 já obrigasse à realização

<sup>1100</sup> Dimanadas dos sínodos das dioceses, impunham-se como instrumento privilegiado da acção pastoral, escritas e impressas em língua vernácula para que todos pudessem compreender o seu conteúdo. Os sacerdotes estavam obrigados a manter uma cópia na paróquia e a explicar o articulado às suas comunidades [Fausto S[anches] MARTINS, «Normas artísticas das Constituições Sinodais de D. Frei Marcos de Lisboa», in *Frei Marcos de Lisboa. Cronista franciscano e bispo do Porto*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras/Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2002, p. 297].

<sup>1101</sup> *Constituições que fez ho Senhor Dom Diogo de Sousa B[is]po do Porto*, Porto, na oficina de Rodrigo Alvares, 1497 [ed. fac-simil., Lisboa, Edições Távola Redonda, 1997], ff. [IX] v.º-[X] r.º, *constituçam xxi*.

<sup>1102</sup> *Idem*, ff. [XV] r.º-[XV] v.º, *constituçam xxxviii*.

<sup>1103</sup> Realizado de 1545 a 1563.

<sup>1104</sup> Joaquim Ramos de CARVALHO & José Pedro PAIVA, «Visitações», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, *cit.*, pp. 365-367.

de um inventário geral – e não apenas dos bens culturais – por parte dos administradores de património eclesiástico<sup>1105</sup>.

Em Portugal, os primeiros anos deste milénio foram determinantes. Salvo raras excepções, algumas de modo incipiente, as dioceses não dispunham ainda de um inventário museológico do seu património histórico-artístico, mesmo ante a repetida insistência da CEP nesse ponto. A assinatura do Protocolo Projecto *Igreja Segura*, que congregou diversos organismos religiosos e civis, em 2003, constituiu um momento charneira na dinamização do potencial cultural das igrejas e na sensibilização para a implementação de medidas de prevenção criminal e conservação preventiva – entre elas o inventário –, servindo, nalguns casos, de elemento catalisador para acções mais abrangentes nas circunscrições eclesiásticas.

No período em apreço, ademais, sobressaiu a reorganização das estruturas diocesanas, adoptando o conceito de “bens culturais” e distinguindo-o “arte sacra”. Assim, várias dioceses formaram comissões ou departamentos de bens culturais da Igreja, aos quais cometeram as matérias relacionadas com o património cultural – inventário, salvaguarda e valorização –, encaminhando para as comissões de arte sacra só os assuntos que dizem respeito à criação de artefactos litúrgicos ou de espaços pastorais; outras optaram, todavia, por agregar todas estas funções num mesmo organismo, embora privilegiando a designação “bens culturais”.

A despeito de toda esta conjuntura, o factor determinante para a concretização de projectos de inventariação e dinamização do património histórico e artístico da Igreja foi o co-financiamento no âmbito de programas operacionais dos Fundos Estruturais da União Europeia. Com efeito, grande parte dos programas de inventário diocesanos tem contado com apoios comunitários na sua execução, em especial a partir de 2005. Na sequência destes trabalhos gerou-se igualmente uma dinâmica editorial, expositiva e pedagógica que vem trazendo a lume os testemunhos da fé e devoção do povo português.

### **3.10.2. Criação de museus diocesanos**

A referência à formação de museus diocesanos mereceu realce já em 1924, no seio da Pontifícia Comissão Central para a Arte Sacra em Itália, voltando a estar em particular evidência em Abril de 1971, nas recomendações da Sagrada Congregação para o Clero,

---

<sup>1105</sup> Vd. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé.

com o intuito de acolher os objectos desafectados do culto em virtude da reforma litúrgica conciliar e, mais recentemente, em Junho de 2001, na carta circular acerca da função pastoral dos museus eclesiásticos.

Em Portugal não proliferaram, todavia, as instituições museológicas de âmbito diocesano. Com excepção do Museu de Arte Sacra do Funchal, criado na década de 50, apenas os núcleos expositivos dos seminários diocesanos, com uma finalidade sobretudo pedagógica, se aproximaram daqueles propósitos, já que a musealização dos tesouros catedralícios se restringia essencialmente aos acervos próprios<sup>1106</sup>. A falta de um inventário sistemático do património cultural dos bispados terá contribuído sobremaneira para esta situação, a que se acrescentam as dificuldades inerentes à incorporação de espécimes, ainda que a título de depósito, pela sensação de perda que fomenta nas comunidades.

Não obstante, há exemplos dignos de nota. Em Elvas, com a supressão da diocese, em finais do século XIX, e subsequente integração na Arquidiocese de Évora, a casa capitular passou a servir basicamente para as actividades pastorais da igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção. Porém, as alterações de uso e sobretudo escassez de recursos da fábrica da igreja conduziram-na a um estado de abandono e quase ruína, pelo que, em 1999, a Arquidiocese, a fim de restabelecer a dignidade aquele espaço de grande valor histórico e religioso, candidatou um projecto ao Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo para restauro da Casa do Cabido e transformação em museu de arte sacra, no sentido de promover a exposição do acervo da antiga catedral, cabido e casa episcopal, mediante protocolo firmado com a Câmara Municipal de Elvas, em 16 de Novembro desse ano, para a cedência, a título de depósito, dos objectos originários daquele templo, que se encontravam nas colecções do Museu Municipal de Elvas<sup>1107</sup>.

Distribuída pelos dois pisos do imóvel, a exposição contempla vários núcleos de ordem temática e tipológica, articulados, todavia, com a estrutura arquitectónica – que se manteve na forma original –, de modo a conseguir as melhores condições de visibilidade e fruição. Em termos de percurso, a visita principia no patamar do piso inferior, cenário do episódio entre o bispo D. Lourenço de Lencastre e o deão José Carlos de Lara, retratado no

---

<sup>1106</sup> Vd. subcapítulo 3.4.7. Museus instituídos pela Igreja.

<sup>1107</sup> *Museu de Arte Sacra de Elvas. Casa do Cabido*, Elvas, Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, 2000, pp. 2 e 6.

poema herói-cómico setecentista de António Dinis da Cruz e Silva, *O Hissope*, e por isso ali exposto um retrato do prelado, bem como uma imagem de santa, de talhe ingénuo, em jeito de homenagem aos escultores desconhecidos cuja produção se encontra pelas igrejas e capelas da região. Subindo ao primeiro andar, a Sala Capitular, convertida em objecto museológico pleno, com o património integrado – designadamente um altar de mármore policromos consagrado a Nossa Senhora da Conceição –, a típica decoração setecentista e o mobiliário de época, acolhendo ainda alguma escultura e um conjunto de lanternas processionais. Na Sala 1, que serviu de sacristia e arquivo, por detrás do altar daquela, subordinada ao tema da *Liturgia Sacramental*, expõem-se as alfaias destinadas à liturgia dos sacramentos, do baptismo à unção dos enfermos, predominando, contudo, as que respeitam à celebração eucarística. A sala seguinte tem por objecto a *Vida Devocional*, com o culto dos santos e das relíquias, plasmado em escultura, pintura e sumptuosos relicários, e os atributos das imagens, mormente coroas e resplendores dos séculos XVII e XVIII. Depois, na Sala 3, *Ex-votos e Insígnias*, exibem-se objectos preciosos de uso particular e de especial valia e estima, aos quais se conferiu uma intenção votiva – ao invés dos habituais painéis gratulatórios –, e um núcleo de insígnias episcopais, que inclui cruces peitorais, anel e báculo. De regresso ao piso inferior, passa-se por a um longo corredor, com o título *Música e Liturgia*, onde se podem apreciar antigos livros litúrgicos e exemplares de cantochão, dispostos em quatro nichos, concluindo na sala d'As *Vestes Litúrgicas*, que patenteia alguns espécimes de indumentária sacra, colecções em regime de rotatividade ao longo do ano para evitar danos causados por uma exposição prolongada. A encerrar a mostra, dois painéis figurativos, com cenas da vida de Santo António, oriundos do retábulo da antiga capela dedicada ao Taumaturgo na catedral elvense<sup>1108</sup>.

A constituição deste museu marcou a concretização de dois objectivos complementares e meritórios: por um lado, a recuperação de um imóvel de elevado valor histórico e artístico, em risco de ruína, o qual, destituído das funções originais, ficou ao serviço da salvaguarda da sua memória; por outro, a reunião de um acervo disperso e sujeito a diferentes tutelas, por vicissitudes diversas, restituindo-lhe o nexo de proximidade ao contexto cultural primitivo, o bispado de Elvas.

---

<sup>1108</sup> *Idem*, pp. 9-22.

Com propósitos análogos, o Patriarcado de Lisboa, em 2004, abriu um novo espaço museológico no Mosteiro de São Vicente de Fora. Inaugurado a 24 de Março<sup>1109</sup>, data comemorativa do sexto aniversário da morte do Cardeal Patriarca D. António Ribeiro e consequente assumpção de D. José da Cruz Policarpo<sup>1110</sup>, o Museu dos Patriarcas acolheu duas exposições: *São Vicente de Fora – 2000 anos de História e Património*, com achados arqueológicos provenientes das obras de restauro do imóvel, e *A Igreja Lisbonense e os Patriarcas*, composta pelos espécimes do acervo dos Patriarcas de Lisboa, desde a fundação do Patriarcado.

O discurso expositivo, de carácter cronológico, inicia com informação histórica dos primórdios da nacionalidade e relata a vida dos santos com ligação a Lisboa, caminha para a criação da diocese e suas influências além-mar, culminando com a fundação do patriarcado. Alfaias litúrgicas, relicários, escultura, crucifixos e outras peças, sobretudo dos séculos XVI e XVII, que ornamentaram as igrejas ou foram usadas pelos prelados nas suas homilias, ilustram o percurso. Depois, os objectos artísticos de uso pessoal dos patriarcas, como vestes litúrgicas especiais, anéis e cruzes peitorais, báculos episcopais, entre painéis com as suas imagens e uma descrição da sua obra, encerrando com o actual Cardeal Patriarca. A colecção, propriedade da Casa Patriarcal, encontrava-se dispersa pela Sé, pelo Seminário dos Olivais e na anterior sede do Patriarcado de Lisboa, ao Campo de Santana<sup>1111</sup>.

Caso peculiar, ainda nesse ano, teve início o Museu Digital do Patriarcado de Lisboa. Posto em linha a 8 de Dezembro de 2004<sup>1112</sup>, consiste num museu virtual de arte sacra, entendido não apenas como preocupação cultural mas também enquanto missão evangelizadora<sup>1113</sup>. Sob a forma de sítio na Internet, as obras podem ser vistas em fotografia, acompanhada de informação sumária. Um pequeno texto na página de entrada serve de itinerário temático para a visita, salientando algumas palavras-chave, que dão acesso à listagem de

<sup>1109</sup> Manuel COSTA, «Agenda – Março de 2004», in *Agência Ecclesia*, cit., de 1 de Março de 2004; «Agendas do Cardeal Patriarca e Bispos Auxiliares», in *Vida Católica*, Lisboa, Patriarcado de Lisboa, S. 3, A. VI, n.º 16, de Janeiro/Abril de 2004.

<sup>1110</sup> Cf. *Anuário Católico de Portugal*, Lisboa, Secretariado-geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2007, p. 456.

<sup>1111</sup> Ana GOULÃO, «Os tesouros artísticos dos patriarcas», in *Lusa...*, cit., de 8 de Agosto de 2004.

<sup>1112</sup> Luís Filipe SANTOS, «Arte Sacra na Net», in *Agência Ecclesia*, cit., de 23 de Novembro de 2004.

<sup>1113</sup> Cf. LISBOA, Cardeal-Patriarca, 1998- (José da Cruz Policarpo), *Patriarcado de Lisboa tem museu virtual de arte sacra. Mensagem do Cardeal-Patriarca*, Lisboa, 7 de Dezembro de 2004.

obras sobre o assunto em questão<sup>1114</sup>. Muito ao jeito de inventário, é possível chegar às fichas dos espécimes mediante pesquisa.

A Diocese de Lamego, por seu turno, empreendeu recentemente a remodelação da designada Casa do Poço, sita defronte da catedral, com o intuito de ali instalar o arquivo histórico diocesano e um espaço museológico<sup>1115</sup>. Palco de duas exposições de arte sacra – *A Montante do Tempo*, no âmbito das comemorações dos 250 anos da criação Região Demarcada do Douro, em Dezembro de 2006, e *A Palavra e o Espírito*, no contexto dos trabalhos de inventariação do património religioso no arciprestado lamecense, durante o último trimestre de 2007 –, ainda em funcionamento parcial, teve inauguração oficial como Museu Diocesano de Lamego a 15 de Novembro de 2008, integrada nas celebrações das bodas de ouro sacerdotais do bispo de Lamego, D. Jacinto Tomás de Carvalho Botelho<sup>1116</sup>. Contudo, em 14 de Abril de 2008, a Diocese de Lamego, reconhecendo a necessidade de um parceiro qualificado, firmara um protocolo de cooperação com o Museu de Lamego, delegando-lhe competências técnicas na gestão e manutenção daquele espaço, permitindo o desenvolvimento de um trabalho conjunto das duas entidades museológicas que se traduziria numa maior rentabilidade de recursos humanos, materiais e financeiros e uma maior agilidade em todos os projectos<sup>1117</sup>.

Ainda sem exposição permanente, o museu abriu ao público com duas mostras, patentes até finais desse ano: *Do Génesis ao Apocalipse: Cinco Décadas ao Serviço da Palavra*, da responsabilidade do Arquivo Municipal de Lamego, na Sala 1, e *De 1500 à Actualidade: Cinco Séculos da História do Bispado de Lamego*, na Sala 2, uma organização da Diocese de Lamego e do Museu de Lamego<sup>1118</sup>, prolongada até 30 de Janeiro de 2009 em virtude do

<sup>1114</sup> Cf. Luís Filipe SANTOS, «Visitar um museu digital», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 14 de Dezembro de 2004.

<sup>1115</sup> Nuno RESENDE, «Casa do Poço: evocação do lugar», in *A Palavra e o Espírito*, Lamego, Diocese de Lamego, 2007, p. 3.

<sup>1116</sup> *Reg.* 2000-.

<sup>1117</sup> «Museu e Diocese de Lamego assinam protocolo», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 8 de Abril de 2008; «Museu e Diocese de Lamego assinam protocolo», in *Notícias do Douro...*, *cit.*, de 11 de Abril de 2008; Patrícia POSSE, «Diocese e Museu assinam compromisso protocolar», in *Mensageiro Notícias*, *cit.*, de 16 de Abril de 2008; «Na comunhão das Igrejas. Lamego. Protocolo entre Museu e Diocese», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIX, n.º 14, de 16 de Abril de 2008.

<sup>1118</sup> PORTUGAL, Museu de Lamego, Departamento de Comunicação, «Novo espaço cultural abre ao público em Lamego», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 19 de Novembro de 2008; «Novo espaço cultural abre ao público em Lamego», in *Notícias do Douro...*, *cit.*, de 21 de Novembro de 2008; «Na comunhão das Igrejas. Lamego. Novo espaço cultural», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIX, n.º 42, de 26 de Novembro de 2008.



êxito alcançado<sup>1119</sup>. Esta exposição pretendia evocar, mediante obras de arte e documentação diversa, a acção dos sucessivos antístites lamecenses e alterações por eles introduzidas, não apenas em termos pastorais, catequéticos e educativos, mas também no plano das preocupações urbanísticas, arquitectónicas e das artes plásticas em geral, num percurso cronológico que principiava em D. João Camelo de Madureira<sup>1120</sup>, o mecenas que encomendou a Vasco Fernandes o retábulo para a sua sé. O Serviço Educativo do Museu de Lamego concebeu uma série de actividades no âmbito desta mostra, dirigida em particular aos alunos do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, procurando sensibilizá-los para a importância da salvaguarda do património<sup>1121</sup>. Depois de algumas exposições de arte contemporânea, que serviram para dinamizar aquele espaço, o Museu Diocesano de Lamego acolheu, de 5 de Outubro a 7 de Novembro de 2010, a exposição de imaginária dedicada a São Sebastião e Santo Agostinho, os principais padroeiros de Lamego, sob o título *Martírio e Cultura: O Testemunho da Fé*<sup>1122</sup>. Com espécimes oriundos de várias paróquias da diocese, foi promovida pela Turel, na sequência da adesão do bispado lamecense a esta cooperativa de desenvolvimento e promoção do turismo cultural e religioso, em Fevereiro de 2009<sup>1123</sup>, que ali implementou o programa “Douro Religioso – Conhecer, Visitar, Reconhecer”<sup>1124</sup>.

Na vizinha Diocese da Guarda, o desígnio de instituir um museu diocesano remonta à década de 80, por ocasião da remodelação do Museu da Guarda, entre 1982 e 1985. O plano previa a integração dos edifícios anexos – a antiga capela e parte do ex-paço episcopal –, e a criação de um museu de arte sacra, na área do templo, propriedade da Igreja, colocado, porém, sob dependência técnica do Museu da Guarda<sup>1125</sup>. No entanto, este nunca viria a receber a totalidade daquela área e, em 1991, a Câmara Municipal da Guarda avançou com um

<sup>1119</sup> LAMEGO, Diocese, «Cinco séculos do Bispado de Lamego em exposição até 30 de Janeiro», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 30 de Dezembro de 2008.

<sup>1120</sup> *Reg.* 1502-1513.

<sup>1121</sup> «Museu assinala cinco séculos da história do bispado de Lamego», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 24 de Novembro de 2008.

<sup>1122</sup> «Martírio e Cultura: o testemunho da fé», in *Notícias do Douro..., cit.*, de 1 de Outubro de 2010.

<sup>1123</sup> «Diocese de Lamego formaliza adesão à Turel», in *Diário do Minho, cit.*

<sup>1124</sup> «Diocese de Lamego e Turel apresentam projecto sobre património religioso e cultural», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 11 de Janeiro de 2010; Rui MARTINS, «“Douro Religioso” resgata património cristão», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 12 de Janeiro de 2010.

<sup>1125</sup> D. H. P. BORGES, *op. cit.*, p. 137.

projecto de reestruturação do paço episcopal e respectiva capela para instalação de um centro cultural e um museu de arte sacra, da autoria de Maria José Abrunhosa e Sérgio Gamelas<sup>1126</sup>.

Não obstante, em meados de 1998, quando o centro cultural entrava já na sua fase derradeira, a capela permanecia em ruína. Ante a intervenção arqueológica no local, após a demolição do interior, o IPPAR, tutelar da obra, exigia uma alteração do projecto inicial no sentido de reconstituir a igreja, adaptando o programa museológico ao que ali se descobrira, mas a Diocese não parecia disposta a abdicar da reposição dos dois pavimentos e da edificação de diversos gabinetes. Os arquitectos aceitavam parte da argumentação do IPPAR e tentavam sensibilizar a Igreja para um aproveitamento total daquele espaço, na procura vã de uma solução de compromisso<sup>1127</sup>.

Com todas aquelas incertezas e demoras, inaugurou-se o Paço da Cultura, no antigo Paço Episcopal, a 27 de Março de 1999<sup>1128</sup>, enquanto a respeito do museu de arte sacra somente em Agosto de 2000 se começava a atingir um acordo<sup>1129</sup>. Cerca de um ano depois, a Diocese mencionava a necessidade de uma candidatura a fundos comunitários para que as obras prosseguissem<sup>1130</sup> e só em Agosto de 2003 anunciou o efectivo começo das obras, cuja conclusão se previa para Setembro do ano seguinte. Na mesma ocasião, evocava a sua intenção de instituir um museu moderno, que conciliasse a fruição das obras de arte com as práticas de fé e de evangelização, mas também que dispusesse de uma oficina básica de restauro<sup>1131</sup>. Porém, quando já se avizinhava o termo dos trabalhos, o cônego Eugénio da Cunha Sérgio, presidente da Comissão de Arte Sacra da Diocese, não adiantava qualquer

---

<sup>1126</sup> «Antigo Paço Episcopal e Seminário / Museu da Guarda», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2001, n.º IPA PT020907420020.

<sup>1127</sup> Paula PINTO, «Recuperação não sai do impasse», in *Terras da Beira, cit.*, de 9 de Julho de 1998.

<sup>1128</sup> Victor AMARAL, «Câmara inaugura Paço Episcopal», in *Terras da Beira, cit.*, de 25 de Março de 1999; «Paço renovado», in *Terras da Beira, cit.*, de 1 de Abril de 1999.

<sup>1129</sup> Gabriela MARUJO, «Museu Diocesano de Arte Sacra. Obras para breve», in *Terras da Beira, cit.*, de 3 de Agosto de 2000; Gabriela MARUJO, «O museu que tarda», in *Terras da Beira, cit.*, de 30 de Novembro de 2000.

<sup>1130</sup> «Na comunhão das Igrejas. Guarda. Museu marca passo», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXII, n.º 31, de 5 de Setembro de 2001.

<sup>1131</sup> Octávio CARMO, «Obras do Museu de Arte Sacra arrancam na Guarda», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 7 de Agosto de 2003.

data para inauguração, pois faltavam ainda um inventário cuidado e os instrumentos diplomáticos a celebrar com as paróquias para reunir um acervo<sup>1132</sup>.

Depois de mais alguns atrasos, as obras ficaram finalmente concluídas em princípios de 2005. A cerimónia de entrega das chaves esteve marcada para 9 de Março desse ano<sup>1133</sup>, contudo, nos inícios de 2006, o Bispo da Guarda, D. Manuel da Rocha Felício, revelava ainda aguardar pela posse formal do edifício<sup>1134</sup>. Apenas no dia 12 de Abril de 2008 se procedeu formalmente à entrega do Museu de Arte Sacra à Diocese da Guarda. No entanto, a sua abertura está ainda dependente da conclusão dos trabalhos de inventário diocesanos, conquanto o bispo guardense tenha apelado às instituições religiosas da Diocese e particulares para ali depositarem algumas das suas obras de arte, onde teriam as condições de segurança, acondicionamento e fruição exigíveis a um museu<sup>1135</sup>. Todavia, em finais desse ano, quando interpelado acerca do assunto, D. Manuel da Rocha Felício referiu que o edifício carecia de condições de segurança. Daí, como era um espaço com três finalidades, o museu iria começar por ser um lugar de exposições temporárias e de encontro cultural para algumas iniciativas – nomeadamente conferências –, orientado para a valorização e aproveitamento do património da região; depois será museu<sup>1136</sup>.

---

<sup>1132</sup> «Museu de Arte Sacra da Guarda sem abertura prevista», in *O Interior*, *cit.*, n.º 242, de 1 de Julho de 2004; Luís Filipe SANTOS, «Museu de Arte Sacra na Guarda», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 24 de Novembro de 2004.

<sup>1133</sup> «Museu de Arte Sacra entregue à Diocese da Guarda», in *A Guarda*, *cit.*, A. 101, n.º 4972, de 10 de Março de 2005.

<sup>1134</sup> «Entrevista. D. Manuel da Rocha Felício, Bispo da Guarda», in *A Guarda*, *cit.*, A. 102, n.º 5014, de 12 de Janeiro de 2006; Luís Filipe SANTOS, «Diocese da Guarda aposta nos roteiros transfronteiriços», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 4 de Fevereiro de 2006.

<sup>1135</sup> «Museu de Arte Sacra no Concelho», in *Jornal de Notícias*, Lisboa, Empresa do Jornal de Notícias, de 9 de Abril de 2008; «Câmara entrega Museu de Arte Sacra à Diocese», in *A Guarda*, *cit.*, A. 104, n.º 5127, de 10 de Abril de 2008; «Antiga capela do Seminário Maior vai acolher Museu de Arte Sacra», in *Lusa...*, *cit.*, de 11 de Abril de 2008; «Museu de Arte Sacra espera espólio», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 13 de Abril de 2008; PEREIRA, Eduarda, «Autarquia entrega Capela à Diocese da Guarda», in *Jornal Nova Guarda*, *cit.*, de 16 de Abril de 2008; «D. Manuel da Rocha Felício, Bispo da Guarda», in *A Guarda*, *cit.*, A. 104, n.º 5128, de 17 de Abril de 2008; «Museu de Arte Sacra na capela do antigo Seminário Maior da Guarda», in *A Guarda*, *cit.*, A. 104, n.º 5128, de 17 de Abril de 2008.

<sup>1136</sup> «Museu de Arte Sacra não abriu por falta de segurança nas instalações», in *A Guarda*, *cit.*, A. 104, n.º 5162, de 25 de Dezembro de 2008.

### 3.10.3. Actividade expositiva

Se a criação de museus pode representar um investimento material e humano de difícil concretização, as exposições temporárias, por sua vez, surgem como compromissos e encargos a termo certo. No caso particular do contexto diocesano, em que os artefactos exibidos pertencem às várias comunidades do território, os eventos de carácter efémero obviam uma sensação de perda – não tanto pelo valor intrínseco mas sobretudo pelo vínculo devocional –, já que a privação é transitória, contribuindo, ao invés, para o orgulho e estima das populações, que se revêem na promoção e valorização do seu património, e, conseqüentemente, para uma maior sensibilidade a respeito da importância da defesa e salvaguarda dos bens culturais religiosos. Ademais, as exposições temporárias de iniciativa diocesana vêm servindo dois objectivos distintos e complementares: despertar para o interesse e necessidade dos inventários do património histórico e artístico da Igreja e ser expressão visível dos trabalhos em curso ou finalizados. Porém, com excepção da Diocese de Beja, pela precocidade da sua acção e um dinamismo exemplar neste domínio – como se verá adiante<sup>1137</sup> –, o grande impulso das exposições diocesanas de arte sacra ocorreu somente nos meados desta primeira década do século XXI.

Na Arquidiocese de Évora, a mostra *Tesouros de Arte e Devoção*, levada a efeito entre 5 de Dezembro de 2003 e 25 de Abril de 2004 na Fórum Eugénio de Almeida, fora planeada para assinalar a conclusão da primeira fase do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora e trazer a lume diversas obras estudadas no âmbito daquela empresa. Privilegiando o ineditismo, um acervo de 130 espécimes deu corpo à exposição, organizado em três núcleos temáticos. O primeiro sector, *Eucaristia – Memória e Presença: A Missa e devoção eucarística*, partia do quadro quinhentista de Francisco de Campos, *Missa de São Gregório*, no qual figuram os objectos que preenchem a celebração, representados nas respectivas funções ou locais, em jeito de introdução ao conjunto exposto de alfaias, indumentária e mobiliário litúrgicos, directamente vinculados ao sacramento da eucaristia, nas vertentes da celebração, da reserva e da devoção eucarísticas. No segundo núcleo, dedicado ao tema *Nossa Senhora e o Menino Jesus: Esplendor e popularidade da devoção*, abordava-se o culto mariano na região eborense e a conseqüente devoção ao Menino Jesus pela maternidade de Maria. Além

---

<sup>1137</sup> Vd. subcapítulo 3.14. Diocese de Beja: o arquétipo.

da imaginária e pintura, a manifestação mais imediata desta temática, focaram os aspectos relacionados com a actividade devocional pública e privada, ora através de objectos ligados às confrarias e irmandades, em particular à Confraria de Nossa Senhora do Rosário, que incluíam livros, rosários, adereços de imagem e alfaias litúrgicas corporativas, ora mediante ex-votos dirigidos à Virgem, mormente na forma de joalheria. O sector derradeiro, acerca do culto dos santos, sob o título *Anjos e Santos: Mensageiros e intercessores*, começava por aludir aos dois arcanjos de especial veneração, São Gabriel, o anjo da Anunciação, e São Miguel, vencedor do demónio e das forças do mal, geralmente associado às irmandades das almas. Depois, elegeram os santos patronos dos dois maiores conventos eborenses – São Francisco e Santa Clara – e das ordens terceiras aliadas aos franciscanos e aos carmelitas, com grande florescimento e um papel muito activo na cidade de Évora. No âmbito do culto dos santos realçaram, contudo, o aspecto das relíquias, por ser menos estudado, com espécimes provenientes do Tesouro e da Capela das Relíquias da Sé<sup>1138</sup>. Apesar de uma selecção marcada por critérios de ordem histórica e estética, dando particular atenção às obras inéditas, à variedade de materiais e tipologias e ao nexos com a vida religiosa e social eborense, esta mostra assentou num discurso de matriz temática, representativa dos valores culturais da região, sem descurar os aspectos teológicos e litúrgicos, evidenciando um entrosar da arte com a cultura, a fé e a identidade popular.

De 26 a 28 de Maio de 2005, em pleno período de Pentecostes, a Câmara Municipal Santarém promoveu, no paço episcopal, com o apoio da Diocese de Santarém, um congresso internacional subordinado ao tema “O Divino Espírito Santo: A História e a Festa”<sup>1139</sup>. No contexto da abertura deste encontro teve lugar a inauguração da *Exposição de Esculturas Trinitárias*, patente no Seminário de Santarém durante os dois meses seguintes. De carácter monográfico, reuniu cerca de três dezenas de espécimes de imaginária figurativa da Santíssima Trindade, oriundos de diversas igrejas da diocese, encontrados no curso de um levantamento para a organização de um roteiro do culto ao Espírito Santo no distrito de

<sup>1138</sup> A. G. de M. BORGES, *op. cit.*, pp. 15-16; cf. pp. 46-317.

<sup>1139</sup> «Culto ao Divino Espírito Santo em congresso», in *O Mirante. Jornal do Concelho da Chamusca*, Chamusca, Maria Fátima F. S. Emídio, de 14 de Abril de 2005; Luís Filipe SANTOS, «“Divino Espírito Santo – História e a festa”», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 24 de Maio de 2005; «Santarém prepara congresso sobre o Divino Espírito Santo», in *Público*, *cit.*, de 25 de Maio de 2005; «Caminhos. Santarém», in *Porta do Sol...*, *cit.*, S. III, A. VI, n.º 122, de 5 de Junho de 2005, p. 7.

Santarém, avultando, porém, pela diversidade e riqueza iconográfica<sup>1140</sup>. O bispado escalabitano, sensível à necessidade de valorizar o seu património, tentara já preparar uma exposição de arte sacra, em parceria com o município, para assinalar os 25 anos da Diocese, em 2001<sup>1141</sup>, mas a falta de recursos inviabilizou a sua concretização<sup>1142</sup>.

No quadro da vivência religiosa católica, em Outubro de 2005 chegava ao fim o período de um ano especial dedicado ao sacramento da eucaristia, com reflexos intensos no plano pastoral, ainda que também a nível cultural. A Diocese do Algarve, com o intuito de marcar o encerramento do Ano da Eucaristia, promoveu a exposição *Eucaristia e Identidade Cristã na Memória da História*, patente, entre os dias 21 e 28 desse mês, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Loulé. Organizada no âmbito do Congresso Eucarístico que decorreu naquela cidade, nos dias 22 e 23, em pleno culminar do ano pastoral 2004/2005, contou com o apoio do município, exibindo cerca de 40 obra de arte provenientes de várias localidades da região do Algarve, cujas balizas temporais se situavam entre os séculos XV e XXI<sup>1143</sup>.

Em Coimbra a evocação da efeméride coube ao recém-instituído Departamento dos Bens Culturais da Igreja. Entre os dias 1 de Outubro e 6 de Novembro de 2005, este organismo diocesano levou a efeito a exposição *Eucaristia: Plenitudinis Mysterium – O Segredo da Superabundância Soteriológica*, na Igreja de São Tiago, inserida no contexto das orientações dos Santos Padres João Paulo II e Bento XVI a propósito do Ano da Eucaristia,

<sup>1140</sup> «Santarém. Divino Espírito Santo em congresso», in *Diário As Beiras*, cit., de 25 de Maio de 2005; SANTARÉM, Bispo, 1998- (Manuel Pelino Rodrigues), *O Espírito Santo no Mistério Trinitário: Mensagem do Bispo de Santarém*, Santarém, 2 de Junho de 2005; SANTARÉM, Bispo, 1998- (Manuel Pelino Rodrigues), «Imagens Religiosas em Exposição», in *Porta do Sol...*, cit., S. III, A. VI, n.º 123, de 19 de Junho de 2005, p. 3; «Na comunhão das Igrejas. Santarém. Exposição de imagens da Santíssima Trindade», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXVI, n.º 24, de 22 de Junho de 2005.

<sup>1141</sup> SANTARÉM, Bispo, 1998- (Manuel Pelino Rodrigues), «Exposição de Arte Sacra: Memória e Evangelização», in *Porta do Sol...*, cit., S. II, A. II, n.º 26, de 18 de Março de 2001, p. 3

<sup>1142</sup> «Bispo Diocesano alarga equipa central», in *Porta do Sol...*, cit., S. II, A. II, n.º 36, de 26 de Setembro de 2001, pp. 4-5.

<sup>1143</sup> Samuel MENDONÇA, «Congresso Eucarístico encerra Ano da Eucaristia na diocese do Algarve», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Outubro de 2005; Luís Filipe SANTOS, «Ano da Eucaristia está a chegar à meta», in *Agência Ecclesia*, cit., de 21 de Outubro de 2005; «Exposição de Arte Sacra até sexta-feira na Câmara de Loulé», in *Barlavento...* [em linha], cit., de 25 de Outubro de 2005, disponível em URL: <http://www.barlavento.online.pt/index.php/noticia?id=2385> (acedido em 5 de Março de 2010); D. R., «Arte Sacra de toda região em Loulé», in *Região Sul* [em linha], cit., de 25 de Outubro de 2005, disponível em URL: <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=54298> (acedido em 5 de Março de 2010).

que teve o seu vértice e epílogo naquele mês de Outubro, durante o qual o Sínodo dos Bispos se reuniu em Roma, junto do novo Papa<sup>1144</sup>.

Composta de 68 espécimes escolhidos entre os mais significativos da Diocese de Coimbra, assumiu um carácter didáctico, catequético e cultural, com particular incidência na pedagogia da fé, oferecendo aos visitantes não apenas uma visão dos objectos litúrgicos ligados ao mistério eucarístico, a celebração e o culto da eucaristia, mas também a fruição de um conjunto de obras de arte merecedoras de referência, datadas, na sua maioria, da centúria de Setecentos, visto que o Barroco foi umas das épocas artísticas mais expressivas do culto eucarístico. Estruturada em quatro núcleos temáticos, pretendia ilustrar tudo quanto está ou esteve relacionado com a celebração da eucaristia, desde as vestes litúrgicas aos vasos sagrados, do apoio ao altar à adoração e do viático à procissão do Corpo de Deus<sup>1145</sup>.

No início do percurso expositivo encontrava-se um conjunto de painéis explicativos sobre todos os blocos temáticos. O primeiro, denominado *Núcleo da Paramentação*, apresentava a indumentária litúrgica associada com a celebração da eucaristia, bem como algumas vestes sagradas reservadas às funções diaconais e sacerdotais, distinguindo os vários graus da ordenação e a solenidade para que foram confeccionadas. Prefaciando o sector seguinte havia um expositor dedicado à produção e guarda de hóstias, matéria necessária para o desenrolar da acção litúrgica eucarística. Já no *Núcleo da Celebração* exibiam-se os objectos vinculados à liturgia da palavra e ao rito eucarístico, tanto de alfaias quanto de têxteis, tudo o que concerne ao altar e sua ornamentação. O *Núcleo da Adoração* incluía os utensílios que acompanham os actos de adoração ao Santíssimo Sacramento, ora permanente, a *Lausperene*, ora ocasional, quando levada aos enfermos. A exposição concluía no *Núcleo da Procissão*, dedicado aos objectos litúrgicos empregados no cortejo processional e outros que evocam as confrarias do Santíssimo Sacramento, congregando tipologias diversas de artefactos, em particular ourivesaria – varas, lanternas, cruzes processionais e custódia –, a indumentária litúrgica própria e outros têxteis, como a umbela e o pálio, este devidamente suportado pelas varas e acompanhado pelas lanternas, em jeito

<sup>1144</sup> Miguel COTRIM, «Exposição sobre a Eucaristia», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 27 de Setembro de 2005.

<sup>1145</sup> *Eucaristia. Plenitudinis Mysterium. O Segredo da Superabundância Soteriológica* [desdobrável], Coimbra, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Coimbra, 2005; José Eduardo COUTINHO & Milton PACHECO, «Exposição diocesana em S. Tiago», in *Correio de Coimbra*, *cit.*, A. LXXXIV, n.º 4101, de 20 de Outubro de 2005.

cenográfico<sup>1146</sup>. Primeiro evento público da exclusiva responsabilidade do Departamento dos Bens Culturais da Igreja da Diocese de Coimbra, ainda antes do arranque dos trabalhos de inventariação sistemática do património histórico e artístico, estribou o discurso numa narrativa didáctico-catequética e conteúdos de ordem litúrgica, denunciando, no entanto, uma orientação estrita para a pedagogia da fé<sup>1147</sup>.

A Diocese de Lamego, durante o processo de instalação do museu diocesano na Casa do Poço, fronteiro à sé lamecense, promoveu duas exposições de arte sacra, a primeira das quais no âmbito das comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro, entre 7 e 22 de Dezembro de 2006, sob o título *A Montante do Tempo: Arte Sacra das Aldeias Vinhateiras*. O acervo, composto de imaginária, pintura, ourivesaria e mobiliário, foi escolhido nas povoações daquela circunscrição eclesiástica que integram a área do Douro vinhateiro, com o objectivo de traçar um percurso pela expressão artística ligada à devoção popular e à acção da Igreja no vale duriense, compreendendo o período de três séculos em que se formou e cultivou aquele território. Estando em curso a segunda fase do programa de inventário do património religioso móvel, esta mostra assumiu também um papel relevante na dinamização e sensibilização para a defesa e salvaguarda dos bens culturais<sup>1148</sup>. Em termos de discurso, a exposição estava organizada em três núcleos, segundo uma divisão cronológica, desde a Idade Média ao Douro Contemporâneo, com os títulos: *O grande arranque; O apogeu; e O Douro incerto*. A variedade das obras exibidas ilustrava as múltiplas facetas da espiritualidade local, vincada nas imagens de especial devoção, desde a singeleza gótica à opulência barroca, na riqueza da ourivesaria e no cariz popular dos ex-votos da região<sup>1149</sup>.

Em finais do ano seguinte, para assinalar o encerramento do projecto de inventariação do património religioso nos arciprestados de Lamego e Tarouca, teve lugar a mostra

<sup>1146</sup> José Eduardo Reis COUTINHO & Milton Pedro Dias PACHECO, *Eucaristia. Plenitudinis Mysterium. O Segredo da Superabundância Soteriológica*, Coimbra, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Coimbra, 2005, pp. 54-191.

<sup>1147</sup> Cf. José Eduardo COUTINHO & Milton PACHECO, «Exposição sobre a Eucaristia: algumas particularidades», in *Correio de Coimbra*, cit., A. LXXXIV, n.º 4102, de 27 de Outubro de 2005.

<sup>1148</sup> Luís Filipe SANTOS, «Arte religiosa combate esquecimento do Douro», in *Agência Ecclesia*, cit., de 6 de Dezembro de 2006; «Na comunhão das Igrejas. Lamego. ‘A montante do tempo – arte sacra das aldeias vinhateiras’», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXVII, n.º 45, de 13 de Dezembro de 2006.

<sup>1149</sup> *A Montante do Tempo. Exposição de Arte Sacra. Aldeias Vinhateiras*, Lamego, Diocese de Lamego, 2006, pp. 5-15.



*A Palavra e o Espírito*, entre 29 de Setembro e 1 de Dezembro<sup>1150</sup>. Visto que a Diocese pretendia associar este evento com a abertura ao público do espaço museológico da Casa do Poço, futuro pólo de cultura e investigação de Lamego, o âmbito da exposição deveria conter arte religiosa e alargar-se também ao livro e ao documento. O denominador comum a estes três aspectos surgiu na Palavra – a escrita, a falada e a ausente, veiculada através da imagem –, sempre presente na acção da Igreja e tendo na Bíblia o Livro por excelência, fonte do saber teológico e da Fé. Assim, o percurso expositivo desenrolava-se em três espaços temáticos que articulavam aquelas categorias, partindo da *Bíblia* dita “de Lamego”: *A Palavra Sagrada*, acerca do livro como manancial de conhecimento e de vida, o magistério das Sagradas Escrituras sobre toda a acção religiosa, onde se incluía a criação artística e a hermenêutica; *O Poder da Palavra*, aludindo à evangelização e difusão da Fé, à orgânica eclesiástica e ao papel das ordens religiosas, particularmente activas em Lamego e Tarouca; e a concluir, *Mil palavras ou a sua ausência*, que evocava o poder catequético da imagem e os diálogos entre o Sagrado e o Profano<sup>1151</sup>. Cerca de oito dezenas de obras, abarcando pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário e livraria, dos séculos XV ao XIX, davam corpo a um discurso de feição teológica, mas simultaneamente representativo do viver estético e devocional das comunidades cristãs que ali habitaram.

O Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, instituído somente em inícios de 2008, desenvolveu de imediato uma profícua actividade expositiva, com o objectivo de impulsionar o conhecimento, conservação, valorização e dinamização do património histórico e artístico daquele bispado. De 1 de Março a 30 de Setembro desse ano, esteve patente, no Seminário Maior de Viseu, a mostra *Da Palavra à Imagem*, com cerca de oitenta espécimes oriundos das colecções de arte sacra deste seminário, do Seminário Menor de São José de Fornos de Algodres e do paço episcopal viseense, a maioria inédita<sup>1152</sup>. A temática elegida decorria da articulação entre a palavra bíblica e a imagem, em torno da qual computaram cinco núcleos expositivos.

<sup>1150</sup> «A Palavra e o Espírito – Exposição de Arte e História», in *Notícias do Douro...*, *cit.*, de 28 de Setembro de 2007; «Lamego mostra património religioso», *cit.*

<sup>1151</sup> Nuno RESENDE, «A Palavra e o Espírito», in *A Palavra e o Espírito*, *cit.*, p. 3.

<sup>1152</sup> «Arte sacra: Palavra bíblica e imagem juntas em exposição», in *Lusa...*, *cit.*, de 29 de Fevereiro de 2008; António FIGUEIREDO, «Obras de arte da diocese em exposição no seminário», in *Diário As Beiras*, *cit.*, de 1 de Março de 2008.

Precedida por uma bíblia, origem de tudo o que se seguiria, a primeira sala, *A Palavra geradora*, referia-se à criação e à vida que se renova, dominada por um lavabo setecentista a enquadrar as lavandas e gomis, a caldeirinhas e o hissope, encerrando o sentido simbólico da água enquanto fonte de vida e de purificação. No mesmo espaço, a talha com folhas de acanto, flores e pássaros reforçava o acto criador de Deus, culminando na cruz de Jesus, a nova árvore da Vida, e nos querubins que participam do exército celestial. Depois, *A Palavra anunciada e “cumprida”*, a Palavra bíblica evocada pela pintura de São João Evangelista, que introduzia o núcleo. Nesta sala avultavam as composições pictóricas, entre elas três painéis da escola de Vasco Fernandes, com os temas da *Anunciação* e da *Adoração dos Reis Magos*, e uma estrutura retabular quinhentista com o programa iconográfico da *Paixão de Cristo*, complementadas por um conjunto de cruces de materiais diversificados (cobre, latão, marfim, prata e pau santo) e pela escultura barroca da *Virgem da Piedade*. A terceira sala acolhia *A Palavra testemunhada*, plasmada num conjunto de estatuária hagiográfica de pedra calcária e de madeira, cuja iconografia inclui a representação de um livro, também em realce numa pintura da Escola de Vasco Fernandes que figura um santo bispo e o doador em oração, recordando aqueles que entraram na dimensão da eternidade por fundamentar a sua vivência na Palavra de Deus. No núcleo seguinte tinha lugar *A Palavra celebrada*, onde uma pintura da *Última Ceia* contextualizava as alfaias e a indumentária litúrgicas, elementos de particular relevância na celebração eucarística, não apenas pelo simbolismo mas também pela vertente sensorial que lhe conferem. O caminho para o último sector estava marcado por uma série de colunas em talha maneirista. Instalado no espaço da igreja, *A Luz da Palavra* aludia à continuidade da importância da Palavra, explanada no missal setecentista, anunciada através da música, traduzida pelo órgão oitocentista, pelo cadeiral, pela estante de coro com os livros, e iluminada pela luz que emana dos castiçais e dos tocheiros. O vínculo imperecível da Arte com a Palavra, acompanhando a evolução da estética, das técnicas e dos materiais ganhava forma na colecção de arte contemporânea ali exposta<sup>1153</sup>.

---

<sup>1153</sup> *Da Palavra à Imagem. Exposição* [desdobrável], Viseu, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, 2008.

No ano seguinte, estando a decorrer a celebração de um ano jubilar dedicado ao apóstolo Paulo<sup>1154</sup>, aquele departamento diocesano empreendeu uma exposição de temática paulina, patente de 7 de Março a 6 de Junho de 2009, no mesmo seminário viseense, com o título *São Paulo... as formas da Fé*. Mais de três dezenas de obras, mormente pintura e escultura, do século XVI ao século XXI, todas provenientes da diocese e na maioria inéditas, configuravam uma narrativa que tinha como referência o Apóstolo e as personagens e acontecimentos com ele relacionados. Mediante uma projecção multimédia deram ainda a conhecer outras obras – sacrários, caixotões e pintura retabular –, cuja deslocação, por razões técnicas e funcionais, era inexequível<sup>1155</sup>.

O discurso expositivo fundou-se numa progressão cronológica da caminhada de São Paulo, em detrimento de aspectos estéticos ou estilísticos, conquanto pudessem ser apreciados individualmente em cada espécime. Num primeiro momento exibia-se a imagem de Santo Estêvão, o proto-mártir cristão, executado por lapidação, no que Saulo de Tarso teve alguma responsabilidade antes da sua conversão ao cristianismo, quando tomou o nome de Paulo. Depois, a mostra apresentava os passos da sua vida, desde o episódio na estrada de Damasco, evocado por uma escultura do Apóstolo, de finais do século XVII; passando pelas três viagens da sua missão de evangelização no Oriente, ilustradas com os respectivos mapas e obras de arte que figuram alguns dos companheiros de jornada – Marcos e Barnabé na primeira, Lucas na seguinte – e pela relação com Pedro, o Apóstolo do anúncio no Ocidente, constituindo dois pilares da Igreja; até à sua prisão e derradeira viagem para Roma, fechando num núcleo subordinado em exclusivo a imaginária paulina, marcada iconograficamente pela espada e pelo livro, que incluía uma escultura contemporânea concebida propositadamente para esta exposição<sup>1156</sup>.

<sup>1154</sup> Entre 28 de Junho de 2008 e 29 de Junho de 2009, por ocasião do bimilenário do nascimento do Apóstolo, proclamado pelo papa Bento XVI na homília da celebração das primeiras vésperas da Solenidade dos santos apóstolos Pedro e Paulo, realizada na basílica de São Paulo Fora dos Muros, a 28 de Junho de 2007 [IGREJA CATÓLICA, Papa, 2005- (Benedictus PP. XVI), *Celebrazione dei Primi Vesperi della Solennità dei Santi Apostoli Pietro e Paolo. Omelia di Sua Santità Benedetto XVI*, Roma, 28 de Junho de 2007].

<sup>1155</sup> «Diocese de Viseu dedica exposição à vida de São Paulo», in *Jornal do Centro. Semanário da Região de Viseu*, Viseu, O Centro – Produção e Edição de Conteúdos, A. VII, n.º 364, de 6 de Março de 2009; «São Paulo em exposição em Viseu», in *Agência Ecclesia*, de 7 de Março de 2009.

<sup>1156</sup> *São Paulo... as Formas da Fé* [desdobrável], Viseu, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, 2009; «São Paulo em exposição em Viseu», *cit.*

Ainda decorria a mostra precedente, o mesmo organismo diocesano apresentou ao público, na igreja do Seminário Maior, entre 16 de Maio e 31 de Julho de 2009, *Arte e Vida... Vida e Arte*, promovida pela Fundação D. José da Cruz Moreira Pinto/Centro de Apoio à Vida, tendo continuidade em regime de itinerância. Integrando um conjunto de estatuária de pedra de Ançã, maioritariamente dos séculos XV e XVI, em paralelo com obras de pintura e escultura dos séculos XVII e XVIII, esta exposição propunha uma reflexão sobre os valores da vida a partir dos espécimes de arte sacra, sobrelevando o seu conteúdo estético e religioso<sup>1157</sup>. A narrativa, em cinco sectores de carácter temático, principiava com *A génese da Vida humana*, invocada pela imaginária que celebra a maternidade de Maria. Depois, *O sentido da Família*, manifestado pelo episódio da *Adoração dos Magos*, pela figura paternalista de *São José com o Menino* ou pela *Virgem com o Menino e Santa Ana*, representações que enaltecem naturalmente os valores familiares. *A solidariedade e a partilha* ganhava forma com imagens de santos que sobressaíram pelo espírito de assistência ao outro, como São Brás, a Rainha Santa Isabel de Portugal ou São Nuno de Santa Maria. A inevitabilidade do trânsito, com *O termo da Vida Terrena*, assomava nas figurações da *Virgem da Piedade* e de *Cristo Crucificado*, remetendo para as complexas relações entre o sofrimento, a vida e a morte. No final, *As virtudes orientadores*, plasmadas em três esculturas – a *Justiça*, a *Temperança* e a *Fortaleza* –, plenas da exuberância e dinamismo barrocos, potenciando o exercício de reflexão sobre a importância da vida e dos valores que devem ser cultivados para a sentir em toda a sua dimensão<sup>1158</sup>.

Estas iniciativas do Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, entre outras que continuamente vem a desenvolver, inserem-se na sua missão de salvaguarda e dinamização do património religioso. As exposições temporárias, além da temática específica que assumem, comportam objectivos vincados na defesa e promoção do legado histórico e artístico da diocese, como meio para sensibilizar as paróquias no domínio das boas práticas de conservação e restauro, já que todos os acervos expostos são intervencionados. Por outro lado, estes eventos constituem uma oportunidade para dar a conhecer obras, cuja

<sup>1157</sup> «Arte e Vida... Vida e Arte: Exposição de Arte Sacra», in *Jornal da Beira...*, cit., A. LXXXVIII, n.º 4585, de 14 de Maio de 2009.

<sup>1158</sup> «Arte e Vida... Vida e Arte», *Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu* [em linha], cit., disponível em URL: <http://bensculturais.diocesedevisau.pt/expovida.html> (acedido em 25 de Julho de 2010).

fruição estava circunscrita às respectivas comunidades paroquiais e a visitantes ocasionais, articuladas, porém, num discurso expositivo que potencia a compreensão das vertentes estética, histórica, funcional e material em equilíbrio com as componentes simbólica e espiritual. Para a concretização mais eficaz deste propósito, as exposições tinham visitas guiadas e actividades especialmente concebidas para as crianças. Ademais, a escolha do Seminário Maior de Viseu para cenário destas actividades visava igualmente a dinamização do imóvel, onde a portaria, o claustro, as escadas suspensas e a igreja constituem espaços de referência da arquitectura barroca de Viseu.

No âmbito do Programa Pastoral da Diocese do Algarve para o sexénio 2006-2012, o período compreendido entre Outubro de 2007 e Outubro de 2009 foi subordinado ao tema “Peregrinar, com Maria, ao encontro de Cristo”, tendo como iniciativa nuclear e inspiradora a visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima a todas as paróquias da Igreja algarvia<sup>1159</sup>. O Departamento Diocesano da Pastoral Litúrgica associou-se a este acontecimento, promovendo diversas acções ao nível cultural, entre as quais a exposição de arte sacra *Stella Maris: Maria, Estrela do Mar*, patente no paço episcopal de 16 de Julho a 5 de Outubro de 2009, marcando o finalizar da peregrinação da Virgem de Fátima à diocese. O acervo, cerca de trinta espécimes de cariz mariano, provinha de todo o território algarvio<sup>1160</sup>, sobressaindo as invocações relacionadas com o mar e com os pescadores, muito próprias das gentes do Algarve e da sua vivência religiosa. Datado dos século XV até ao século XX, encerrava imaginária, têxteis – quer indumentária litúrgica, quer acessórios de imagens –, livros, ex-votos e alguma ourivesaria, em particular as coroas da Virgem<sup>1161</sup>.

A mostra, instalada nas duas salas do primeiro piso e na antiga capela do imóvel, distinguia três núcleos: *Nos caminhos da devoção*, realçando a veneração do povo algarvio a Nossa Senhora; *Feliz és Tu porque acreditaste!*, acerca da contemplação de Maria a partir da própria graça de Deus n’Ela, em especial a Sua história e missão de acordo com a Sagrada Escritura; e, por fim, *Santa Maria... rogai por nós*, exibindo as principais invocações

<sup>1159</sup> Samuel MENDONÇA, «Imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima na diocese do Algarve até 2009», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 24 de Setembro de 2007.

<sup>1160</sup> Embora a organização lamentasse a falta de colaboração de algumas paróquias, recordando-lhes que a diocese não pretende saquear o património, antes promovê-lo.

<sup>1161</sup> «Diocese do Algarve promove exposição mariana», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 16 de Julho de 2009.

com que Maria é venerada no Algarve. Esta foi a segunda iniciativa do género levada a efeito naquele espaço, depois da exposição organizada pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, entre 27 de Dezembro de 2005 a 30 de Setembro de 2006, por ocasião das comemorações de Faro: Capital Nacional da Cultura 2005. Entretanto, o local sofreu algumas remodelações em termos de instalação eléctrica, segurança e mobiliário, com vista a uma melhor adequação a fins museológicos, deixando em aberto a possibilidade de realização de outras mostras promovidas pela diocese algarvia<sup>1162</sup>.

A dinâmica diocesana em torno dos bens culturais da Igreja, na primeira década do século XXI, ficou marcada pela realização de diversas exposições que assinalaram o progresso dos trabalhos de inventário, bem como algumas efemérides do calendário eclesiástico. Servindo propósitos didácticos, catequéticos e de sensibilização para a salvaguarda e valorização do património religioso, sobressaíram no panorama museológico português especialmente pelas opções tomadas a respeito do discurso expositivo. Ao invés de uma narrativa assente em critérios históricos ou estéticos, as obras exibidas inseriam-se em percursos temáticos que privilegiavam o seu conteúdo iconográfico e sentido litúrgico, realçando sobretudo o seu valor pastoral.

#### **3.10.4. Parceria duradoura entre museu e diocese lamecenses**<sup>1163</sup>

A relação entre o Museu de Lamego e o bispado lamecense é intrínseca à própria génese daquela instituição, estabelecida, em 1917, no antigo paço episcopal e incorporando, além do acervo deste, a colecção que o antístite D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito reunira com o intuito de ali criar um museu de arte sacra, património nacionalizado ao abrigo da *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, decorrente da instauração da república<sup>1164</sup>. Não obstante, já no regime pós-concordatário, germinou um vínculo de colaboração entre as duas entidades – que se mantém até aos nossos dias –, dando azo a uma profícua actividade expositiva.

---

<sup>1162</sup> *Ibidem*.

<sup>1163</sup> Contámos, nesta matéria, com diversa informação gentilmente cedida por Alexandra Braga, técnica superior do Museu de Lamego.

<sup>1164</sup> Vd. subcapítulo 3.2.2. Espólios eclesiásticos, museus do Estado: Museu de Lamego.

Em Outubro de 1950, no âmbito do Congresso Catequístico diocesano e por iniciativa do prelado D. João da Silva Campos Neves, realizou-se uma exposição de arte sacra no museu, reunindo 134 obras de diversas tipologias, provenientes de todo o bispado. De acordo com João Amaral, director do museu, a mostra tinha como objectivo dar a conhecer parte do património artístico da Diocese, mas também sensibilizar os sacerdotes – bem como os seminaristas, futuros padres, e até os leigos – para a necessidade de zelarem pelos bens das suas paróquias<sup>1165</sup>.

Apesar de mudança na direcção do museu, em 1955, a cooperação no que respeitava ao património eclesiástico continuava evidente. Na sequência de um incêndio no convento de Ferreirim, a 27 de Dezembro de 1954<sup>1166</sup>, o políptico da igreja, da autoria de Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes e Gregório Lopes, foi transferido para o Museu Regional de Lamego, enquanto decorriam as obras de restauro no imóvel, e patente ao público, sob o título *1.ª Exposição Temporária: Mestres de Ferreirim*, em Agosto-Setembro de 1957<sup>1167</sup>. Exactamente dois anos mais tarde, assinalando o XXV Aniversário da Acção Católica, por iniciativa da Junta Diocesana de Lamego, aquele conjunto esteve novamente exposto, ao lado de trabalhos de Vasco Fernandes, o políptico da sé de Lamego (incorporado no museu) e o díptico da igreja do convento de Salzedas, de Gaspar Vaz, os painéis de *São Pedro e São Miguel* e o retábulo de Nossa Senhora da Glória do mosteiro de São João de Tarouca, e de outros mestres desconhecidos das igrejas de São Martinho de Mouros, de Almacrave e de Vila da Ponte. Designada *Primitivos da Diocese de Lamego*, a exposição inseria-se num projecto que, além de reunir a pintura primitiva existente no bispado, almejava ainda concretizar – embora sem sucesso – uma mostra documental da Acção Católica naquela diocese e outra de carácter litúrgico que explanasse, através da arte, o simbolismo dos ritos<sup>1168</sup>. Estas exposições denunciam, contudo, a ênfase na importância histórica e

<sup>1165</sup> [João AMARAL], *Relação dos objectos que figuraram na Exposição de Arte Sacra [realizada em Outubro de 1950, no Museu Regional de Lamego, por iniciativa de sua Ex.ª Rev.ª o Senhor D. João da Silva Campos Neves]*, Lamego, 1950.

<sup>1166</sup> «Convento de Santo António de Ferreirim / Igreja Paroquial de Ferreirim / Igreja de Santo António», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1997, n.º IPA PT011805070010.

<sup>1167</sup> *1.ª Exposição Temporária: Mestres de Ferreirim*, Lamego, Museu Regional de Lamego, 1957, pp. 4-5.

<sup>1168</sup> *Primitivos da Diocese de Lamego. Exposição Comemorativa do XXV Aniversário da Acção Católica*, Lamego, Museu Regional de Lamego, 1959, pp. 2-8.

estética do património exibido, em detrimento dos aspectos iconográficos ou litúrgicos inerentes a obras de arte daquela natureza.

Em Maio e Junho de 1962, o museu lamecense acolheu a exposição *Imagens da Virgem*, promovida pela Liga Católica Feminina, com alto patrocínio do Bispo de Lamego, D. João da Silva Campos Neves, e comissão executiva formada pela presidente daquela associação, Josefina Moreira Nunes, e pelo director do museu, Abel Flórido. Reunindo um total de 44 espécimes de pintura e escultura dos séculos XIII a XVIII, alguns dos quais pertencentes ao acervo da instituição, trouxe a lume várias peças oriundas de igrejas, capelas, oratórios e colecções particulares, expressão do culto mariano na região ao longo dos tempos<sup>1169</sup>.

No âmbito da programação do Congresso Eucarístico de Sernancelhe, em 1964, teve lugar uma exposição de arte sacra do concelho, subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian e tecnicamente secundada por Abel Flórido. O acervo, num total de 82 peças, incluía pintura, escultura, ourivesaria e indumentária litúrgica, do século XVI ao século XVIII, e provinha das diversas igrejas daquele território, mormente da matriz de Sernancelhe<sup>1170</sup>. No entanto, pela a diversidade iconográfica e tipológica das obras exibidas configurava uma mostra de carácter generalista, sem atender à temática específica do evento que lhe dera origem.

Por ocasião do Congresso Eucarístico Diocesano, em meados do ano seguinte, decorreu uma exposição idêntica no Museu de Lamego, desta feita alargada a outros templos do bispado, integrando algumas obras que constaram na supracitada e outras das colecções da instituição, num total de cerca de sete dezenas de espécimes, na maioria dos séculos XVI a XVIII. As tipologias patentes consistiam em pintura, escultura, ourivesaria, bronze, estanho, talha – sobretudo portas de sacrário –, vestes litúrgicas e ainda a designada *Bíblia de Lamego*, um códice quinhentista<sup>1171</sup>. Tal como acontecera na mostra precedente, e pelo que se infere das obras seleccionadas, não houve um discurso que acusasse o nexo temático com aquele encontro. Com efeito, estas exposições seguiam o modelo que vinha sendo

---

<sup>1169</sup> *Imagens da Virgem*, Lamego, Museu Regional de Lamego, 1962, pp. 4-12.

<sup>1170</sup> *Exposição de Arte Sacra*, Sernancelhe, 1964, pp. 3-16.

<sup>1171</sup> *Exposição de Arte Sacra*, Lamego, Museu de Lamego, 1965.



empregado, um pouco por todo o país, assente em critérios comuns às demais exposições de objectos artísticos<sup>1172</sup>.

Em Setembro de 1968, a Comissão para as Celebrações Diocesanas do Ano da Fé<sup>1173</sup> empreendeu uma exposição sob o título *O Credo na Arte*, instalada no Museu de Lamego, com organização artística de Abel Flórido, segundo o roteiro do cónego Ilídio Augusto Fernandes. O discurso teve como base as legendas do *Credo do Povo de Deus* do papa Paulo VI, pronunciado *motu proprio* diante da Basílica de São Pedro, a 30 de Junho de 1968<sup>1174</sup>, ilustradas com 35 obras de arte, oriundas de toda a diocese e do próprio museu. Em jeito de profissão de fé da comunidade cristã lamecense, distinguiu dez núcleos: 1. *Deus Uno e Trino. Criador*; 2. *Cristo – Deus feito Homem*; 3. *Espírito Santo. Maria*; 4. *Pecado. Cruz. Baptismo*; 5. *Igreja – Comunidade Espiritual*; 6. *Igreja – Sociedade Visível*; 7. *Igreja – Palavra*; 8. *Igreja – Eucaristia*; 9. *Igreja – Caridade*; e 10. *Apoteose*. O roteiro, em forma de um longo texto, realçava a cada passo as obras de arte que davam corpo ao seu teor, ora de pintura, ora de escultura, culminando nas imagens de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade, e São Sebastião, patrono da diocese<sup>1175</sup>. Em contraste com as anteriores, esta exposição avultou pela articulação entre a componente estética e histórica das obras – de reconhecido valor, nomeadamente os quadros de Vasco Fernandes e dos Mestres de Ferreirim – e o seu conteúdo teológico, inserido numa narrativa que consubstanciava *per se* uma experiência religiosa.

Não obstante, em eventos ulteriores retomaram as estruturas expositivas habituais, assentes sobretudo em critérios da História da Arte e em arranjos museográficos de ordem estética, ainda que esta colaboração entre museu e diocese viesse contribuindo sobremaneira para a valorização do património religioso disperso pelos templos da região. Em Agosto de 1969 decorreu a exposição *Imaginária de Pedra*, com 25 espécimes do século XIV ao XVII, provenientes de igrejas e capelas de todo o bispado, dos quais apenas duas imagens

<sup>1172</sup> Vd. subcapítulo 3.4.6. Iniciativas locais.

<sup>1173</sup> Comemorado de 29 de Junho de 1967 a igual data de 1968, foi proclamado por exortação apostólica de Paulo VI para assinalar os 1900 anos do martírio de São Pedro e São Paulo [IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Adhortatio Apostolica Petrum et Paulum Apostolos*, Roma, 22 de Fevereiro de 1967].

<sup>1174</sup> IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Motu Proprio Sollemnis Professio Fidei*, 30 de Junho de 1968.

<sup>1175</sup> *O Credo na Arte*, Lamego, Museu de Lamego, 1968, pp. 5-14.

pertenciam ao acervo do museu<sup>1176</sup>. No ano seguinte, a subdelegacia lamecense da Mocidade Portuguesa Feminina promoveu a mostra *Invocações de Nossa Senhora*, organizada e montada por Francisco Cordeiro Laranjo, membro da Comissão Diocesana de Arte Sacra, de colaboração com o Museu de Lamego. Tendo o apoio do bispo D. João da Silva Campos Neves, reuniu cerca de 40 obras de imaginária, cedidas por diversas igrejas da diocese, pelo museu e por particulares, com o intuito de realçar alguns aspectos da iconografia mariana em Lamego e seu termo<sup>1177</sup>.

As Comemorações Centenárias da Diocese de Lamego, durante o ano de 1976, foram assinaladas com diversos eventos celebrativos por todos os arciprestados, incluindo algumas exposições de arte sacra, nomeadamente na igreja de São Martinho de Mouros, em Resende, onde Abel Flórido e Francisco Cordeiro Laranjo organizaram uma mostra de 62 peças de escultura, pintura, ourivesaria e indumentária, oriundas das paróquias desta circunscrição eclesiástica, além de integrar o acervo próprio do templo<sup>1178</sup>. Na sede episcopal, a efeméride deu azo à exposição *Evocação de Alguns Bispos de Lamego*, em finais do ano, organizada pela Comissão Diocesana de Arte Sacra no Museu de Lamego, com obras desta instituição e de entidades religiosas da diocese, num total de 41 espécimes. O discurso começava por aludir aos padroeiros do bispado lamecense, São Sebastião e Santo Agostinho, e depois recordava alguns dos sucessivos prelados, desde fins do século XIV até ao coetâneo D. António de Castro Xavier Monteiro, mediante peças várias, quer documentação, quer de arte sacra, quer ainda de uso pessoal. O arranjo museográfico subordinou-se, porém, a um critério estético<sup>1179</sup>.

Em Julho de 1980, a Comissão Diocesana de Arte Sacra levou a efeito mais uma exposição com a colaboração do Museu de Lamego, subordinada ao tema *A Família na Iconografia Cristã*, no contexto do encerramento das Jornadas de Pastoral Familiar, e substanciada em 10 obras de pintura – avultando o conjunto de 6 quadros que ilustram a

<sup>1176</sup> *Imaginária de Pedra*, Lamego, Museu de Lamego, 1969.

<sup>1177</sup> *Invocações de Nossa Senhora*, Lamego, Museu de Lamego, 1970.

<sup>1178</sup> «Arte Sacra do Arciprestado de Resende», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 20 de Setembro de 1976; «Igreja Matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2006, n.º IPA PT011813140002.

<sup>1179</sup> F. J. Cordeiro LARANJO, [preâmbulo], in *Evocação de Alguns Bispos de Lamego*, Lamego, Museu de Lamego, 1976, pp. [3-4].

*Parábola do Filho Pródigo*, incorporados no museu por transferência do antigo paço episcopal – e 40 de imaginária, procedentes de igrejas e capelas da diocese, datadas dos séculos XVI ao XVIII. No catálogo da exposição, Francisco Cordeiro Laranjo, membro daquela comissão, deixou uma severa advertência acerca das práticas de conservação dos bens culturais da diocese, cujo teor evidenciava uma problemática muito específica do património religioso, a qual, no dealbar do novo milénio, ainda constituía matéria de colóquios, acções de formação e sensibilização:

[...] convém esclarecer que o património artístico diocesano se encontra, infelizmente, muito arruinado. Íamos a dizer, gravemente enfermo. Mesmo nos nossos dias, a ignorância do povo e a incúria de muito clero, para isso contribuem. A cada passo, vemos o “incarnar” de imagens e o “restauro” de venerandas talhas, que foram outrora douradas. Os *Santeiros de Braga* ficam com o ouro, “alindam” o rosto dos Santos, e o povo queda-se encantado com o “bonito”, e fica mais pobre. Até as alfaias de velha prata vão sendo despidas de patina, que as enobrece, e mostram-se como qualquer modesto metal, acabado de receber banho de prata, em ourives mais interessado no ganho do negócio, do que no respeito pelo património artístico da inocente paróquia ou mal avisada irmandade...

Tem escapado aos *iconoclastas do Séc. XX*, alguns tectos. Talvez pela altura, por inacessíveis<sup>1180</sup>.

Numa relação de cooperação técnica, o museu lamecense organizou uma exposição de arte sacra no coro-alto da catedral de Lamego, em Setembro de 1983, durante as festas da cidade, dedicadas a Nossa Senhora dos Remédios, dando a conhecer uma pequena parte do tesouro da sé, alvitando-se, inclusive, a futura criação de um museu diocesano naquele espaço<sup>1181</sup>.

Todavia, a dinâmica expositiva que vinha envolvendo o bispado e o Museu de Lamego continuava a resultar em mostras temporárias nesta instituição. Prosseguindo uma orientação de expansão cultural que trouxera já a lume pintura, escultura e ourivesaria dispersa por igrejas e capelas da diocese lamecense, o museu organizou *Aspectos Iconográficos da Bíblia*, em 1989, na qual exibiu a *Bíblia de Lamego*, um manuscrito do século XVI, articulada com 20 diapositivos (instalados em caixas de luz) de obras de arte ou pormenores de património integrado das igrejas e capelas do território. A concepção teve a participação de J. Mendes de

<sup>1180</sup> *A Família na Iconografia Cristã*, Lamego, Museu de Lamego, 1980, p. [4].

<sup>1181</sup> Ilídio FERNANDES, «Tesouro da Sé», in *Notícias de Lamego*, Lamego, de 5 de Setembro de 1983.

Castro, pelo trabalho realizado acerca daquele códice, e de Francisco Cordeiro Laranjo, pelo abalizado conhecimento da bíblia e do património religioso da região de Lamego<sup>1182</sup>.

Os bens culturais da Igreja de Lamego estiveram patentes também nas duas exposições de carácter histórico e artístico que o Museu levou a cabo em 1990. A primeira, *Evocação dos Conventos Cistercienses da Diocese de Lamego: No IX Centenário do Nascimento de São Bernardo*, em Julho, reuniu documentação diversa relacionada com aqueles antigos cenóbios, bem como obras de arte provenientes dos respectivos templos, mormente pintura, embora alguma imaginária, um frontal de altar com heráldica cisterciense e um conjunto formado por dois relicários de prata – São Bento e São Bernardo – e por uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, de prata dourada<sup>1183</sup>. Em Dezembro efectuou-se *D. Miguel de Portugal: Bispo de Lamego e Embaixador de D. João IV*, comemorativa dos 350 anos da Restauração da Independência, exibindo: as *Constituições Synodales do Bispado de Lamego*, promulgadas por aquele antístite; alguns livros e documentos da diocese coevos da Restauração, propriedade da Biblioteca Municipal de Lamego; documentos em pergaminho dimanados pelo papa Urbano VIII<sup>1184</sup>; a cruz de D. Miguel, pertença da sé lamecense; e espécimes relacionados com Nossa Senhora da Conceição, mormente escultura, mas também duas pinturas e uma medalha, procedentes de igrejas da diocese e de colecções particulares<sup>1185</sup>.

Mais recentemente, o Museu de Lamego associou-se à Comemoração do Dia da Igreja Diocesana de Lamego e promoveu, em parceria com o Conselho Pastoral, *Do Mar ao Culto... o Homem*, de 23 de Novembro a 31 de Dezembro de 2003. O acervo exposto consistia, no entanto, em objectos de temática religiosa feitos de conchas, artesanato contemporâneo da autoria de Manuel Fernandes dos Reis. A narrativa, iniciada com dois rosários

<sup>1182</sup> Abel Montenegro FLÓRIDO, [preâmbulo], in *Aspectos Iconográficos da Bíblia*, Lamego, Museu de Lamego, 1989, p. 3.

<sup>1183</sup> *Evocação dos Conventos Cistercienses da Diocese de Lamego – No IX Centenário do Nascimento de São Bernardo*, Lamego, Museu de Lamego, 1990.

<sup>1184</sup> Reg. 1623-1644.

<sup>1185</sup> *D. Miguel de Portugal. Bispo de Lamego e Embaixador de D. João IV*, Lamego, Museu de Lamego, 1990, pp. 3-10.

e um modelo da sé lamecense, traçava uma evolução desde a *Anunciação* até à Virgem da Piedade que ampara o corpo de Cristo morto<sup>1186</sup>.

Esta exposição, distinta das demais supracitadas, reforça, porém, o nexo de cooperação entre o Museu e a Diocese de Lamego, o qual se estendeu posteriormente ao programa de inventário do património religioso diocesano, de 2005 a 2007, e às exposições temporárias promovidas na Casa do Poço, desde 2006. Contudo, pese embora este longo percurso de iniciativas comuns e projectos em parceria, a 14 de Abril de 2008 as duas instituições firmaram um protocolo de colaboração, formalizando uma relação que durava algumas décadas. Os termos deste acordo visavam delegar no Museu de Lamego as competências para a manutenção, gestão de colecções e programação do novo espaço museológico diocesano, cuja inauguração ocorreria em Novembro desse ano, no âmbito das comemorações das bodas de ouro sacerdotais de D. Jacinto Botelho. Assim, a Diocese poria à disposição do público os seus valores culturais, contando com o saber qualificado e a experiência do museu lamecense, sem perder a sua identidade e os direitos de propriedade<sup>1187</sup>. Já ao abrigo deste instrumento, a parceria desenvolveu, entre outras, as actividades no contexto das celebrações dos 270 anos das pinturas decorativas das abóbadas da sé, destinadas a dar maior visibilidade à obra de Nicolau Nasoni no seu percurso duriense, em especial na cidade de Lamego, e ao seu impacto nas artes decorativas locais, incluindo um colóquio, exposição e respectivo serviço educativo intitulados *O Barroco Duriense sob o Signo de Nicolau Nasoni*<sup>1188</sup>.

### **3.10.5. Pedagogia para o Património: o exemplo do Patriarcado de Lisboa**

Em inícios da década de 1990, começava a germinar uma nova consciência do valor histórico-cultural do património da Igreja<sup>1189</sup>. Na Assembleia Plenária de Novembro de 1997, a CEP dedicou parte da discussão à análise da conservação e valorização dos bens

<sup>1186</sup> *Do Mar ao Culto... o Homem*, Lamego, Museu de Lamego, 2003, pp. 15-29.

<sup>1187</sup> Vd. nota 1117.

<sup>1188</sup> LAMEGO, Diocese, «Lamego: Barroco Duriense sob o signo de Nicolau Nasoni», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 15 de Outubro de 2008; «Colóquio “O barroco duriense sob o signo de Nicolau Nasoni”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 4 de Dezembro de 2008; LAMEGO, Diocese, «O Barroco Duriense na Sé de Lamego», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 11 de Dezembro de 2008.

<sup>1189</sup> Vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Percurso de salvaguarda.

eclesiásticos, emitindo uma nota informativa sobre esta matéria. Dentro deste espírito, a Comissão de Arte Sacra do Patriarcado de Lisboa promoveu, logo em Novembro desse ano, um encontro de formação para os fiéis encarregados da conservação, arranjo e segurança das igrejas, subordinado ao tema *A Escultura em madeira, talha, mobiliário e textos litúrgicos*<sup>1190</sup>. Esta atitude pedagógica viria depois a ter uma presença mais assídua nas actividades diocesanas, particularmente no decénio seguinte.

O propósito educativo estava bem evidente quando, em 2003, o Patriarcado de Lisboa, numa parceria com o Centro Nacional de Cultura, levou a cabo as *Jornadas Pedagógicas*, que tinham como propósito dar a conhecer o património cultural e artístico existente na diocese. A estratégia adoptada consistia em formar agentes culturais específicos, que, por sua vez, teriam a missão de transmitir os conhecimentos ao público geral. No total, realizaram-se três sessões, dirigidas a audiências distintas, ligadas aos domínios do poder local, da educação e do turismo. Atendendo à especificidade, tinham o objectivo comum de aprofundar o conhecimento do património religioso, ministrando uma visão geral sobre os bens culturais da Igreja e o seu valor estético, cultural e artístico. A metodologia assentava numa formação teórico-prática, onde as visitas de estudo complementavam o saber adquirido nas conferências e debates<sup>1191</sup>.

Em finais de 2005, a CEP publicou os *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja*, outro marco importante na relação da Igreja com o seu património cultural<sup>1192</sup>. Também neste ano, devemos assinalar a nomeação de D. Carlos Moreira Azevedo para bispo-auxiliar de Lisboa<sup>1193</sup>. Investigador das áreas da historiografia e iconografia religiosa, antigo professor e vice-reitor da UCP, estreitamente ligado ao património cultural<sup>1194</sup>, daria, por certo, um contributo de relevo na dinâmica cultural do Patriarcado.

<sup>1190</sup> «Pelos Outras Dioceses», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXVIII, n.º 42, de 19 de Novembro de 1997.

<sup>1191</sup> Luís Filipe SANTOS, «Revelar o Património Religioso», in *Agência Ecclesia*, cit., de 25 de Fevereiro de 2003.

<sup>1192</sup> Vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Percurso de salvaguarda: Carta de Princípios para os Bens Culturais da Igreja.

<sup>1193</sup> Octávio CARMO, «D. Carlos Azevedo promete ser mais um nos caminhos da Nova Evangelização», in *Agência Ecclesia*, cit., de 4 de Fevereiro de 2005.

<sup>1194</sup> «À conversa com... o Bispo eleito Auxiliar de Lisboa, D. Carlos Azevedo», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXVI, n.º 6, de 9 de Fevereiro de 2005; «Novo Bispo para Lisboa chega para criar comunhão», in *Agência Ecclesia*, cit., de 1 de Abril de 2005.

O *Programa Pastoral Diocesano 2006-2009*, a respeito dos bens culturais, entre os trabalhos de inventário e manutenção do Museu Digital, contemplava a realização de três acções formativas anuais nas diversas zonas pastorais<sup>1195</sup>. Com efeito, em 2007, era grande a azáfama em torno da formação para o património. No início do ano, o Departamento dos Bens Culturais da Igreja do Patriarcado de Lisboa promoveu uma acção de formação teórico-prática acerca das melhores formas de conservar aqueles bens, onde participaram vários zeladores das igrejas e pessoas responsáveis pela decoração dos templos<sup>1196</sup>.

Reunindo um vasto grupo de investigadores qualificados, nos dias 20 e 21 de Abril seguinte, o mesmo organismo diocesano realizou o *I Ciclo de Conferências para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja*, subordinado ao tema *Ars Sacra: Formas de Religiosidade e Sacralidade nas Artes Decorativas Portuguesas*, visando abordar a multiplicidade de valências artísticas que um espaço religioso encerra e promover a reflexão e o debate interdisciplinar, no intuito de sensibilizar para a importância do seu estudo na valorização eficaz daquele legado<sup>1197</sup>. Ainda nesse ano, aquele departamento levou a cabo um Curso Livre de História da Arte Religiosa, entre 24 de Outubro e 19 de Dezembro, dedicado à temática d' *As Fontes da Iconografia Cristã: Modelos, Normas e Narrativas*<sup>1198</sup>. Também com início em Outubro, salienta-se o projecto *Itinerários Temáticos nas Igrejas de Lisboa*, um conjunto de visitas guiadas com o propósito de conduzir os participantes à observação e fruição de obras de arte sacra consideradas exemplares<sup>1199</sup>.

Esta dinâmica teve continuidade. No ano seguinte, por decreto de 22 de Janeiro – dia da solenidade de São Vicente, patrono do Patriarcado –, criou-se o Centro Cultural São Vicente, sediado no mosteiro de São Vicente de Fora e integrado no Departamento da Comunicação e da Cultura da Cúria Patriarcal, com o objectivo de valorizar o património

---

<sup>1195</sup> «Patriarcado de Lisboa apresenta Programa Pastoral Diocesano 2006-2009», in *Agência Ecclesia*, cit., de 22 de Junho de 2006.

<sup>1196</sup> Luís Filipe SANTOS, «Aprender a decorar as igrejas», in *Agência Ecclesia*, cit., de 12 de Fevereiro de 2007.

<sup>1197</sup> «Religiosidade e Sacralidade nas Artes Decorativas Portuguesas», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Março de 2007.

<sup>1198</sup> «Fontes da Iconografia Cristã», in *Agência Ecclesia*, cit., de 5 de Setembro de 2007.

<sup>1199</sup> Lígia SILVEIRA, «Conhecer o património histórico e artístico da Diocese de Lisboa», in *Agência Ecclesia*, cit., de 30 de Agosto de 2007.

cultural da Igreja, em especial aquele monumento, seja pela realização de exposições de arte, seja pela organização de encontros, conferências, acções formativas, entre outras<sup>1200</sup>.

Em Maio, o *II Ciclo de Conferências* tratou da *Iconografia Religiosa das Invocações Nacionais*, a especificidade das representações de santos beatos e mártires portugueses ao longo da História, em particular nos domínios da pintura, escultura e artes decorativas<sup>1201</sup>. Simultaneamente, entre 2 de Abril e 28 de Maio, decorreu o II Curso Livre, desta feita sobre *As Alfaias Litúrgicas: Conceitos, Formas e Práticas*, no qual se discutiram os conceitos gerais das diversas alfaias litúrgicas, bem como os aspectos relacionados com a sua conservação e restauro, inventariação, catalogação e musealização<sup>1202</sup>. Em Junho, os *Itinerários Temáticos* levaram as pessoas às *Igrejas Barrocas de Lisboa*, visitas a templos representativos daquele período artístico, antecedidas de conferências sobre a temática<sup>1203</sup>.

No Patriarcado de Lisboa, o ano de 2008 ficou marcado, ademais, pelo lançamento de um projecto editorial, coordenado pelo Sector dos Bens Culturais da Igreja, para dar a conhecer a riqueza patrimonial dos templos da cidade<sup>1204</sup>, e pelo princípio de um curso de formação intensiva sobre a arte e o património cristão daquela diocese. Organizado em parceria com a Escola das Artes da UCP, destinava-se sobretudo a agentes culturais, técnicos de património e de inventário, conservadores-restauradores, assim como aos profissionais e estudantes na área do Património, História da Arte, Museologia e Turismo<sup>1205</sup>.

Exactamente um ano decorrido, a 22 de Janeiro de 2009, o Cardeal-Patriarca instituiu, por decreto, o Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa – em substituição do organismo idêntico supracitado –, desta feita com o estatuto de Departamento da Cúria Diocesana, tendo como objectivos dinamizar a dimensão cultural e pastoral do património da Igreja e promover iniciativas de interesse cultural no âmbito da diocese, pelo que integrou serviços

<sup>1200</sup> Octávio CARMO, «Patriarca cria Centro Cultural no Mosteiro de São Vicente», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 22 de Janeiro de 2008.

<sup>1201</sup> «Iconografia dos santos portugueses», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 8 de Maio de 2008.

<sup>1202</sup> «Estudar as alfaias litúrgicas», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 4 de Março de 2008.

<sup>1203</sup> «As Igrejas Barrocas de Lisboa», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 16 de Maio de 2008.

<sup>1204</sup> «Arte nas igrejas de Lisboa», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 21 de Novembro de 2008.

<sup>1205</sup> «Curso de formação intensiva sobre arte e património cristão da Diocese de Lisboa», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 18 de Setembro de 2008.



específicos vocacionados para as diversas áreas de intervenção: Serviço de Património – Investigação e Promoção Cultural; Serviço de Arquivo e Biblioteca; Serviço de Inventário e Apoio Técnico; Serviço de Museus e Exposições; e Serviço de Eventos Culturais<sup>1206</sup>. Neste ano, com o plano de actividades inserido na novel estrutura diocesana, os *Itinerários Temáticos* decorreram em Março, dedicados às *Sacristias das Igrejas de Lisboa*, prosseguindo conforme a metodologia anteriormente adoptada de aliar conferências e visitas aos locais<sup>1207</sup>. O III Curso Livre de História da Arte Religiosa teve lugar entre Abril e Maio desse ano, sob o tema da *Imaginária Religiosa em Portugal*, centrando-se no processo da sua criação e especificidade geográfica, em contexto nacional, mas também na problemática da sua análise, conservação e inventário<sup>1208</sup>. Nos finais de Maio, a terceira edição do ciclo de conferências, *A Encomenda Artística e a Igreja em Portugal*, debateu a actividade mecénica desempenhada por figuras eclesiásticas<sup>1209</sup> e, em Outubro, uma acção de formação em bens culturais, dirigida aos agentes de pastoral do Patriarcado, abordou as questões relacionadas com a dimensão catequética e utilização litúrgica do património religioso, bem como os aspectos da sua conservação preventiva<sup>1210</sup>.

Ao longo destes últimos anos, o Patriarcado de Lisboa vem sendo palco de uma intensa actividade no âmbito do conhecimento e salvaguarda do património religioso. Entre acções de formação sobre simples conselhos práticos de conservação e o profundo conhecimento das obras de arte que compõem o seu acervo, integrando-as, inclusivamente, no contexto geral da arte portuguesa, pretenderam chegar a um público especialista ou com responsabilidades neste domínio e daí atingir e sensibilizar o grande público, contribuindo, deste modo, para o incremento da consciência de preservação e valorização dos bens culturais da Igreja.

---

<sup>1206</sup> «Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa», *Patriarcado de Lisboa* [em linha], *cit.*, de 22 de Janeiro de 2009, disponível em URL: [http://www.patriarcado-lisboa.pt/historia/centro\\_cultural.htm](http://www.patriarcado-lisboa.pt/historia/centro_cultural.htm) (acedido em 2 de Setembro de 2010).

<sup>1207</sup> «As Sacristias: Itinerários temáticos em Igrejas de Lisboa», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 16 de Fevereiro de 2009.

<sup>1208</sup> «Imaginária Religiosa em Portugal», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 1 de Abril de 2009.

<sup>1209</sup> «A Encomenda Artística e a Igreja em Portugal», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 21 de Abril de 2009.

<sup>1210</sup> «Acção de formação em bens culturais da Igreja», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 29 de Outubro de 2009.

### 3.10.6. Leiria: entre a Diocese e o Santuário

As preocupações com o património da Diocese de Leiria-Fátima tiveram um forte impulso em meados do século XX, tanto pela acção do prelado leiriense a respeito do acervo do santuário da Cova da Iria, quanto pelos trabalhos de inventariação levados a cabo no Seminário Diocesano. Em Abril de 1998, com a reestruturação do Secretariado Diocesano de Pastoral Litúrgica, criou-se a Comissão de Arte e Património Cultural<sup>1211</sup>, que emitiu, a 4 de Dezembro de 2002, as *Normas Gerais sobre o Património Cultural*, regulamentando a execução do inventário – cujos trabalhos estavam já em curso havia alguns anos<sup>1212</sup> –, as intervenções no património imóvel e móvel da Diocese e respectivos acompanhamentos, bem como os empréstimos e alienações e os procedimentos a adoptar em caso de furto ou danos<sup>1213</sup>.

Entretanto, diante da conjuntura que o inventário tinha revelado, aquela comissão promoveu uma acção de formação, em 29 de Novembro de 2003, subordinada ao tema do *Diagnóstico e Conservação Preventiva do Património*, visando, sobretudo, um melhor conhecimento das patologias e do modo de as prevenir. No contexto da dinâmica imprimida pela CEP, anunciou, ao tempo, uma futura acção pedagógica acerca do legado bibliográfico e documental eclesiástico<sup>1214</sup>, a qual teria lugar em Novembro de 2007, sob o título *Documentação gráfica, a nossa história em papel*<sup>1215</sup>, com o intuito de sensibilizar para a importância dos arquivos eclesiásticos e a necessidade de os organizar adequadamente<sup>1216</sup>.

#### *Primeiras experiências museológicas na Diocese de Leiria*

A Diocese de Leiria, apesar da sua história, após a restauração, em 1918, teve uma evolução muito marcada pelas Aparições na Cova da Iria e consequente santuário mariano.

<sup>1211</sup> «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Serviços», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXIX, n.º 15, de 22 de Abril de 1998.

<sup>1212</sup> «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Património religioso», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXX, n.º 30, de 15 de Setembro de 1999.

<sup>1213</sup> LEIRIA, Bispo, 1987-2006 (Serafim de Sousa Ferreira e Silva), *Normas Gerais sobre o Património Cultural*, Leiria, 4 de Dezembro de 2002.

<sup>1214</sup> Luís Filipe SANTOS, «Os inimigos das obras de arte», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 2 de Dezembro de 2003.

<sup>1215</sup> «Aprender com os arquivos eclesiásticos», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 23 de Outubro de 2007.

<sup>1216</sup> Manuel Armindo Pereira JANEIRO, «Documentação gráfica. A nossa história em papel», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 2 de Novembro de 2007.

Em 1955, o bispo leiriense D. José Alves Correia da Silva, por provisão de 13 de Agosto, instituiu o *Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora do Rosário da Fátima*, que tinha a missão de preservar, conservar e defender os testemunhos de um passado que começava a ser remoto, ante a importância que Fátima granjeava no Mundo<sup>1217</sup>. O plano assentava numa tríplice estrutura, composta por uma biblioteca, um museu e um arquivo, criando um organismo que acolheria arte sacra, em particular de temática mariana, material histórico, artístico e etnográfico, ex-votos e recordações dos peregrinos, testemunhos das viagens da Virgem Peregrina e as relíquias concernentes à história das Aparições<sup>1218</sup>.

Ainda que este projecto estivesse implementado, o Santuário de Fátima nunca teve um museu no sentido estrito do termo, desenvolvendo somente as funções de inventário, conservação e investigação do acervo, que continua a aumentar. Na orgânica estabelecida pela reforma dos serviços do reitorado, em meados dos anos 70, o museu passou para a dependência do recente Serviço de Estudos e Difusão da Mensagem de Fátima, mas nem nessa ocasião foi criado um quadro institucional que contemplasse um espaço museológico<sup>1219</sup>.

Não obstante, o trabalho que vinha sendo desenvolvido no âmbito do estudo das colecções permitiu a abertura ao público, em 5 de Agosto de 2002, de uma exposição de alguns dos espécimes mais representativos do tesouro do Santuário de Fátima<sup>1220</sup>. Sob o título *Fátima Luz e Paz*, configura um percurso pedagógico e catequético fundado na explanação da mensagem de Fátima, mediante objectos oferecidos à Virgem pelos peregrinos, dos incógnitos às celebridades e individualidades maiores da Igreja<sup>1221</sup>, entre artefactos de carácter litúrgico ou devocional e outros de uso quotidiano<sup>1222</sup>.

#### *Exposições por iniciativa da diocese leiriense*

Ao esforço de sensibilização e salvaguarda, a Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima juntou a missão de divulgação e valorização do seu legado artístico.

<sup>1217</sup> LEIRIA, Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva), *Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora do Rosário da Fátima. Provisão*, Leiria, 1955, p. 4.

<sup>1218</sup> Marco Daniel DUARTE, «Museu», s. v., in C. A. M. AZEVEDO (coord.) & L. CRISTINO, *op. cit.*, p. 362.

<sup>1219</sup> *Idem*, pp. 362-363.

<sup>1220</sup> «Fátima mostra dádivas dos fiéis», in *Correio da Manhã*, *cit.*, de 11 de Agosto de 2002.

<sup>1221</sup> M. D. DUARTE, *op. cit.*, p. 363.

<sup>1222</sup> Ricardo PERNA, «Exposição Fátima Luz e Paz», in *Família Cristã*, Lisboa, Paulus Editora, Outubro de 2009.

Entre 5 de Outubro e 13 Novembro de 2002, promoveu a exposição *Santos da Casa*, escultura sacra de pedra com figurações dos santos auxiliares, na igreja de São Pedro, em Leiria. O acervo foi seleccionado entre os espécimes inventariados na Diocese, de modo a ilustrar as principais devoções dos séculos XV e XVI, assentando o discurso expositivo na evolução do calendário comemorativo das invocações<sup>1223</sup>.

Dois anos depois, no âmbito das iniciativas do Ano Agostiniano, levou a efeito, no mesmo templo desafecto do culto regular, uma exposição de temática trinitária, *Mistério e Intimidade*, entre 2 de Outubro e 14 de Novembro de 2004. Pretendia comemorar o Dia da Diocese e evocar o seu padroeiro, Santo Agostinho, autor de um dos escritos mais profundos sobre o mistério da Santíssima Trindade, *De Trinitate*. Com espécimes provenientes das comunidades paroquiais diocesanas, a narrativa estribava-se em cinco núcleos temáticos: acompanhando a revelação do mistério trinitário, *A Revelação do Mistério (I)*, compreendendo a *Anunciação*, o *Baptismo de Jesus*, *Oração no Monte das Oliveiras*, *Jesus Cristo Salvador* e *Dom do Espírito Santo*; e a sua vivência nas celebrações da fé, *A Celebração da Fé (II)*; no pensar da Teologia, *O Pensar-se da Fé (III)*, que incluía *Santo Agostinho, teólogo*, os *Símbolos trinitários* e a *Coroação de Nossa Senhora*; na expressão popular, *Expressão Popular da Fé (IV)*; e na Mensagem de Fátima, *A Trindade na Mensagem de Fátima (V)*, aludindo à nova *Igreja da Santíssima Trindade* e a *Nossa Senhora do Rosário de Fátima e Santo Agostinho, padroeiros*<sup>1224</sup>.

Mais recentemente, por ocasião das celebrações evocativas dos dois mil anos do nascimento de São Paulo, aquele organismo diocesano realizou *Paulo, o Apóstolo*, entre 13 de Julho – aniversário da dedicação da catedral – e 13 de Setembro de 2009, no mesmo local<sup>1225</sup>. O acervo exposto integrou objectos das diversas disciplinas artísticas, desde pintura, escultura, azulejaria, indumentária litúrgica e ourivesaria, datadas do século XVI ao XXI. Reconhecendo no evento uma oportunidade para reflectir sobre uma visão contemporânea

<sup>1223</sup> *Santos da Casa*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima, 2002, p. 3; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Exposição “Santos da Casa”», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIII, n.º 36, de 16 de Outubro de 2002.

<sup>1224</sup> *Mistério e Intimidade. Exposição de Iconografia Trinitária*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima, 2004, pp. 7-24.

<sup>1225</sup> «Apóstolo Paulo, a grandeza de um discípulo!», in *Agência Ecclesia*, cit., de 8 de Junho de 2009; «“Paulo, o Apóstolo”, em exposição», in *Agência Ecclesia*, cit., de 15 de Julho de 2009.

de São Paulo, aquele departamento diocesano exortou o artista Sérgio Mota Bernardo a criar uma escultura para esta exposição, que intitulou *O Apóstolo São Paulo*<sup>1226</sup>.

Estruturada a partir dos escritos de Paulo, distinguia quatro núcleos, numa perspectiva histórica, eclesiológica e teológica: primeiro a História, com a figura de Saulo de Tarso, *Saulo, por que me persegues?*; e sua conversão, *Caminho de Damasco: O encontro com a Luz do Ressuscitado*; depois a memória do seu culto, *Evangelho plenamente proclamado a todos: Culto e celebração de São Paulo na Diocese*; e da sua doutrina, *Teologia Paulina: A centralidade de Cristo, Homem e Deus*<sup>1227</sup>. A museografia procurava surpreender os visitantes, ora pelas obras exibidas, ora através de diferentes suportes expositivos, multimédia e recursos que apelavam aos sentidos da visão, audição, olfacto e tacto<sup>1228</sup>.

### *90 anos das Aparições*

Durante o período de um ano, de Outubro de 2006 a Outubro de 2007, o Santuário de Fátima celebrou o 90.º aniversário das Aparições da Virgem na Cova da Iria, com um vasto programa cultural, mariológico e devocional<sup>1229</sup>. No que respeita à arte sacra, delinear-se três exposições no âmbito destas comemorações, realizadas numa parceria entre o Santuário, a Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima e o Museu de Arte Sacra e Etnologia, cujas instalações acolheram os eventos. Tematicamente interligados, apoiaram-se na estrutura tripartida da Mensagem de Fátima: principia nas Aparições do Anjo, desenvolve-se nas Aparições de Nossa Senhora e culmina na Visão da Santíssima Trindade<sup>1230</sup>.

A primeira mostra ocorreu entre 9 de Outubro de 2006 e 1 de Abril de 2007. Sob o título *Sou o Anjo da Paz*, acompanhou o ciclo angélico da Mensagem fatimense, evocando as três aparições do Anjo aos Pastorinhos de Aljustrel. O discurso expositivo assentou em três núcleos temáticos – *Anjos Mensageiros*, *Anjos Protectores* e *Anjos Adoradores* –, ilustrados por escultura, pintura e alfaias litúrgicas, dos séculos XIV ao XX, provenientes da Diocese

<sup>1226</sup> Marco Daniel DUARTE, «Leiria prolonga Ano Paulino com exposição», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 23 de Junho de 2009.

<sup>1227</sup> *Ibidem*.

<sup>1228</sup> «“Paulo, o Apóstolo”, em exposição», *cit.*

<sup>1229</sup> *Santuário de Fátima. 90 Anos das Aparições. 2006-2007* [desdobrável], Fátima, Santuário de Fátima, 2006.

<sup>1230</sup> Cf. Armindo JANEIRO, «Deus é Amor Misericordioso», in *Santuário de Fátima. 90 Anos...*, *cit.*

de Leiria-Fátima. Como objectivo secundário, dava a conhecer ao público o património diocesano, contribuindo para a sua valorização e conservação<sup>1231</sup>.

Depois, de 8 de Maio a 2 de Setembro de 2007, realizaram *Santíssima Trindade... adoro-Vos profundamente*, exibindo três dezenas de obras de escultura, pintura e alfaias litúrgicas, oriundas da Diocese, alusivas à Santíssima Trindade. O percurso apoiou-se em cinco temas – *O Mistério revela-se, A confissão da fé, Crer para entender, A Trindade nas aparições de Fátima e Expressões populares* –, no cumprimento de uma missão pedagógica e catequética<sup>1232</sup>.

Para encerrar o ciclo comemorativo, teve lugar *Salve Rainha, Mãe de Misericórdia*, entre 8 de Outubro de 2007 e 6 de Janeiro de 2008. De carácter iconográfico, reuniu quatro dezenas de figurações de Maria, oriundas de toda a Diocese de Leiria-Fátima, num trajecto cronológico iniciado por Nossa Senhora do Rosário, concluindo na Sua invocação de Fátima<sup>1233</sup>.

A museologia da Diocese de Leiria-Fátima oscila entre dois pólos: Leiria, sede do bispado, e Fátima, santuário mariano de projecção mundial. Em meados do século XX, estiveram ambos em evidência, num contexto de preservação e defesa do património de cariz religioso. Contudo, os organismos então criados – o Museu-Biblioteca do Santuário de Fátima, primeiro espaço com fins museológicos instituído pela Igreja na Diocese, e o Museu de Arte Sacra do Seminário Diocesano de Leiria – permaneceram muito apartados da comunidade, privilegiando apenas as funções de inventariação e salvaguarda. A Comissão de Arte e Património da Diocese, por seu turno, tem desenvolvido, nos últimos tempos, uma intensa actividade, quer individualmente, quer através de parcerias, tanto na sensibilização e formação dos intervenientes, quanto na valorização do seu património.

<sup>1231</sup> *Exposição Sou o Anjo da Paz* [desdobrável], Fátima, Museu de Arte Sacra e Etnologia, 2006; «“Sou um Anjo da Paz”. Exposição no Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 3 de Outubro de 2006; «Exposição apresenta Anjo da Paz em Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 6 de Fevereiro de 2007.

<sup>1232</sup> *Santíssima Trindade... adoro-Vos profundamente* [desdobrável], Fátima, Museu de Arte Sacra e Etnologia, 2007; «Exposição sobre a Trindade em Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 7 de Maio de 2007; Gonçalo CARDOSO, «Fátima e a Trindade», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 9 de Maio de 2007; Lígia SILVEIRA, «Exposição sobre a Santíssima Trindade encerra amanhã, em Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 1 de Setembro de 2007.

<sup>1233</sup> «Exposição “Salve Rainha, Mãe de Misericórdia”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 14 de Setembro de 2007; «Exposição em Fátima mostra imagem de Maria», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 9 de Outubro de 2007; «Últimos dias da exposição sobre Nossa Senhora em Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 4 de Janeiro de 2008.

O desempenho dos bispados portugueses no que concerne à salvaguarda do património religioso evidenciou alguma inércia perante os apelos dimanados pelas autoridades eclesiásticas, apesar de algumas experiências pouco significativas. Com efeito, somente nos meados da primeira década deste século se registaram diligências efectivas, na sequência das alterações ao quadro legal vigente, em especial a *Lei do Património*, de 2001, e a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, de 2004, mas sobretudo do acesso a co-financiamento ao abrigo de programas operacionais dos Fundos Estruturais da União Europeia. A prioridade recaiu nos trabalhos de inventário, uma necessidade premente por força da sua posição basilar em qualquer acção de defesa ou valorização do património cultural. Algumas dioceses avançaram para a constituição de espaços museológicos, enquanto outras, onde já existiam, fomentaram a sua adequação aos novos referenciais nestas matérias. Num esforço de conjugação da salvaguarda do património imóvel e da contextualização dos acervos, ao invés de criar edifícios de raiz, os museus diocesanos vêm ficando instalados em edifícios devolutos cuja história evoca a caminhada religiosa das comunidades em que se insere, viabilizando, deste modo, não apenas a sua reabilitação como também a criação de um nexos semântico com os objectos exibidos.

Ao longo deste período avultou igualmente a extroversão da Igreja no que respeita à conservação e divulgação dos seus bens culturais. As exposições temporárias deram visibilidade aos projectos de inventariação em curso e serviram como meio de sensibilização das comunidades para salvaguarda deste património, em particular para as boas práticas de intervenção de conservação e restauro. Simultaneamente, alguns bispados empreenderam acções de formação dirigidas aos responsáveis locais, focando especificamente matérias relacionadas com a manutenção dos espaços culturais e respectivos acervos, e ainda, para um público mais alargado, encontros científicos e cursos livres acerca dos bens históricos e artísticos de que dispõem.

Em termos de discurso e arranjo expositivo, há um denominador comum: a opção por uma narrativa temática em detrimento de critérios estilísticos ou cronológicos, embora por vezes sobressaíam disposições de ordem tipológica, designadamente a ourivesaria e a indumentária litúrgicas. Esta preferência insere-se, contudo, no espírito de utilização pastoral do património eclesiástico, preconizado pela documentação emanada dos organismos

pontifícios, realçando as componentes teológicas e simbólicas, por sua vez articuladas com os elementos estéticos, históricos, funcionais e materiais inerentes a cada obra de arte.

### 3.11. Novos tesouros das catedrais

A génese da musealização dos tesouros catedralícios portugueses assenta no processo de restituição dos bens eclesiásticos espoliados ao abrigo da *Lei da Separação*. Neste contexto, durante a década de 30, criaram-se os museus das catedrais de Braga, Évora e Viseu, então designados por Tesouros de Arte Sacra, adoptando, porém, de certa forma, o modelo implementado nos museus regionais de arte<sup>1234</sup>. Não obstante, ao passo que estes se vinham harmonizando com os conceitos museológicos hodiernos, aqueles permaneciam presos à museografia original e não desenvolviam quaisquer outras actividades além da exposição permanente. No dealbar da república democrática, ante a nova consciência de património que começava a formar-se, surgiram outros espaços desta natureza e, ao aproximar-se a transição do milénio, com o despertar da importância cultural dos bens eclesiásticos e o desenvolvimento da prática museológica, os que existiam foram reorganizados, tanto a nível museográfico quanto na área expositiva.

Na sede patriarcal, o programa museológico para instalação do Tesouro da Sé de Lisboa coube a Maria José de Mendonça, elaborado em 1977 com apoio do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian. As obras de beneficiação do espaço decorreram em 1979-1980. Contudo, a instalação apenas teve início em 1987<sup>1235</sup>, sob orientação de Maria Teresa Gomes, que aproveitou parte daquele projecto, tendo em conta não só as condições museográficas requeridas para a sua conservação e exibição, mas também a novel orientação da Igreja para que das peças se retirasse um sentido evangélico. Com a colaboração do Cabido para correcção do discurso teológico e litúrgico, não se pretendia um museu repositório, antes um espaço que estimulasse os visitantes a aperceberem-se do valor espiritual e religioso dos espécimes, bem como da finalidade para que foram criados. Inaugurado a 25 de Março de 1993, o projecto global de musealização considera

---

<sup>1234</sup> Vd. subcapítulo 3.3.2. Tesouros eclesiásticos.

<sup>1235</sup> «Sé de Lisboa», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1999, n.º IPA PT031106520004.



ainda envolver todo o templo, integrando o corpo da igreja, a sacristia, as capelas e os claustros<sup>1236</sup>.

O tesouro, cujo acervo continua a ser utilizado em celebrações festivas da catedral – salvo os espécimes obsoletos em virtude das reformas litúrgicas –, distribui-se por quatro salas temáticas. A primeira sala acolhe *Relíquias e Relicários*, evocando simbolicamente o verdadeiro tesouro de uma igreja, ao mesmo tempo que compendia um significativo resumo do museu. Entre outros, avultam dois cofres-relicário de São Vicente, patrono de Lisboa, e conjuntos de ourivesaria e indumentária litúrgicas. Depois, na segunda sala, desenvolve-se o ciclo diacrónico do *Ano Litúrgico* (Advento e Natal; Tempo Comum I; Quaresma, Páscoa e Pentecostes; Tempo Comum II), no qual as diversas fases estão marcadas com as cores da indumentária litúrgica e os restantes elementos – ourivesaria, pintura, estatuária, iluminura, etc. – evidenciam iconograficamente alguns dos mistérios celebrados em cada período.

O tempo do Advento é definido pelas vestes roxas e figurações da *Anunciação*, em páginas dos missaletes patriarcais, e ainda pelos têxteis cor-de-rosa, empregados no *Gaudete*, o III Domingo do Advento. Uma camilha do Menino Jesus e uma pintura da *Adoração dos Pastores* estabelecem a transição para o tempo do Natal, enquadrado pela indumentária litúrgica branca (incluindo uma casula decorada com o *Presépio* e a *Adoração dos Magos*, em medalhões pintados), diante da qual se expõem as imagens da Virgem e de São José com o Menino e representações da *Natividade*. O primeiro período do Tempo Comum, entre as comemorações do nascimento e da morte e ressurreição de Cristo, identifica-se pelo conjunto de têxteis verde, não tendo, porém, qualquer iconografia associada, já que é um tempo sem carácter próprio, em que não se celebra algum aspecto peculiar do mistério de Cristo.

Em seguida, o tempo de Quaresma, demarcado pelas correspondentes vestes roxas, ganha forma no crucifixo de assento, em realce, e nas representações da *Última Ceia* e da *Crucificação* nas páginas dos missaletes patriarcais. Dentro da mesma concepção museográfica, a Páscoa configura-se pelas vestes de lhama de prata bordada a ouro, em substituição do branco, um tecido mais rico que sublinha a importância primacial da

---

<sup>1236</sup> *Sé de Lisboa. Tesouro*, Lisboa, 1996.

Ressurreição do Senhor – ilustrada numa iluminura de outro missalete –, mistério central da vivência cristã e ponto culminante do ano litúrgico, pelas alfaias que servem na missa pontifical e as insígnias episcopais. Os têxteis vermelhos aludem à liturgia do Domingo de Pentecostes e festas dos santos apóstolos e mártires – embora também à de Sexta-feira Santa, o dia em que se celebra o primeiro Mártir, Cristo –, evocada pela figuração da *Descida do Espírito Santo*, na iluminura de um missalete patriarcal, e pelo *Martyrologium Romanum*. O segundo período de Tempo Comum está igualmente assinalado pelos têxteis verdes, acompanhados com diversos objectos litúrgicos, incluindo os utensílios para sacração de igrejas e altares. A encerrar o percurso nesta sala, uma imagem de roca de *Santo António e o Menino*, com a respectiva indumentária e um pia de água-benta. As restantes alfaias litúrgicas, de ourivesaria, cujo emprego se estende ao longo de todo o ano litúrgico, estão dispersas pelos vários expositores, nem sempre mantendo uma relação exclusiva com o lugar onde está patente, mas agrupadas segundo os conjuntos que formam. No centro deste espaço, em particular evidência, vê-se uma imagem de *Santa Maria*, padroeira da catedral.

O terceiro sector temático é a *Sala do Capítulo*, que conserva a decoração oitocentista, mobiliário e objectos característicos da sua função original como local de reunião do Cabido da Sé de Lisboa, designadamente as urnas para votações. Ademais, encontram-se ali igualmente um crucifixo de marfim, usado na liturgia da Adoração da Santa Cruz, em Sexta-feira Santa, e a urna de prata destinada à Sagrada Reserva em Quinta-feira Santa, para permitir a comunhão eucarística no dia seguinte; do lado oposto estão três objectos que testemunham os antigos privilégios da Patriarcal de Lisboa: a sedia gestatória, os flabelos e a mitra de aparato – dita tiara patriarcal –, ornada com três aros horizontais sobrepostos que a aproximam formalmente da tiara papal.

Na *Biblioteca*, a última sala, exibem-se missaletes patriarcais, livros de cantochão e compromissos de irmandade, encadernações de livros e um núcleo de estojos para alfaias litúrgicas. O trajecto de visita pressupõe o retorno à sala capitular para concluir no nicho que acolhe a custódia da sé de Lisboa, dita de D. José, assente numa plataforma giratória, proporcionando uma visão global da peça mais preciosa deste tesouro. Além da riqueza material intrínseca, este objecto culmina, de modo simbólico, o percurso catequético sub-

jacente à mostra, convergindo para o mistério da Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja<sup>1237</sup>.

O Tesouro da Sé de Lisboa retoma, de certa forma, o espírito dos tesouros medievais, cumprindo simultaneamente as funções de reserva e exposição, visto que o seu acervo continua ao serviço do culto na catedral. A musealização, por seu turno, alargou o conceito primordial, adequando-o a princípios e métodos expositivos hodiernos, como instrumento de formação cultural, de fruição artística e de conhecimento histórico, mas sobretudo de elevação espiritual, de catequese e de diálogo com os crentes, sem apartar, contudo, aqueles que professam outra fé – um aspecto relevante, tendo em conta a inserção num meio de forte afluência turística.

Na sé do Porto o processo de musealização do tesouro catedralício remonta a 1989, data do projecto do arquitecto Fernando Távora, no contexto de um programa mais vasto de beneficiação da Casa do Cabido. A primeira fase de instalação da Sala do Tesouro decorreu em 1993, apenas com os trabalhos de execução de toscos, na sequência de um protocolo de cooperação firmado, no ano anterior, entre o cabido portuense e o IPPC. Os acabamentos e montagem da exposição tiveram início em 1995, culminando na inauguração, no ano seguinte<sup>1238</sup>.

Acondicionado em nove grandes expositores, distribuídos por quatro saletas abobadadas do segundo piso da casa capitular, o acervo compreende ourivesaria, têxteis e livros litúrgicos, formando pequenos núcleos autónomos de carácter tipológico e temático, designadamente baseados nos vínculos semânticos entre as diversas alfaías.

Em 2001, na esteira das comemorações Porto 2001: Capital Europeia da Cultura, o Cabido deu à estampa o guia da catedral, inserindo o espaço museológico do tesouro num discurso expositivo mais amplo, que inclui a visita ao complexo monumental da sé e casa capitular. Da autoria de Carlos Moreira Azevedo, o roteiro divide-se em duas partes, conforme aquelas áreas arquitectónicas. A primeira, acerca da igreja catedral, conduz o visitante, desde o exterior, pelo átrio e naves do templo, capela-mor, transepto, claustros e sacristia, realçando os principais elementos artísticos e históricos em cada secção. Na segunda parte,

---

<sup>1237</sup> *Ibidem*; M. I. R. Roque, *op. cit.*, pp. 110-114.

<sup>1238</sup> «Sé do Porto», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2004, n.º IPA PT011312140001.

designada *Tesouro da Catedral*, o trajecto compreende as capelas de São João Evangelista e de São Vicente, no rés-do-chão, a escadaria nobre – concebida por Nicolau Nasoni –, que dá acesso pátio superior do claustro gótico, e a Casa do Cabido, na qual se visita o tesouro, propriamente dito, e, no terceiro piso, o antecabido, a sala capitular e o cartório. O discurso é similar ao precedente, privilegiando os aspectos histórico-artísticos<sup>1239</sup>.

Ao invés do que sucedera em Lisboa, e apesar do autor desta publicação – que comissariou diversas exposições supra-analisadas, entre elas *Cristo, Fonte de Esperança* –, a narrativa pautou-se por critérios mormente ligados à História da Arte, em detrimento de propósitos didácticos ou catequéticos, denunciando a prevalência do interesse turístico da sé portuense, um dos monumentos emblemáticos da cidade.

Pouco depois, no Algarve, por ocasião da reabertura da catedral algarvia, a 2 de Fevereiro de 2003, ao fim de cerca de ano e meio de obras de restauro, foi anunciada a inauguração do Museu Capitular da Sé de Faro para 17 de Abril desse ano, dia de Quinta-feira Santa<sup>1240</sup>. Com efeito, em 2005, a Fábrica do Cabido da Sé de Faro recebeu um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, fora de concurso, para participação no pagamento de expositores necessários ao lançamento da segunda fase do projecto museológico<sup>1241</sup> e, em Novembro de 2006, manifestava já o desejo de ampliar e requalificar aquele núcleo expositivo catedralício. Com um discurso essencialmente decorativo, instalado a título de experiência nas salas do cabido, no sentido de perceber qual a sensibilidade e acolhimento que teria junto dos visitantes, recebeu testemunhos significativos de apreço, bem como algumas críticas construtivas, pelo que havia um forte estímulo para a renovação<sup>1242</sup>. Não veio a lume, porém, mais notícia sobre este assunto.

Noutro plano, ante as recentes exigências da prática museológica e as orientações da Igreja em matéria de bens culturais, nos finais do século XX, os tesouros catedralícios

<sup>1239</sup> Carlos A. Moreira AZEVEDO, *Catedral do Porto*, Porto, Cabido Portucalense, 2001.

<sup>1240</sup> Cf. «Faro: Sé reabriu ao público após quatro anos de restauro», in *Jornal de Notícias*, *cit.*, de 3 de Fevereiro de 2003; «Sé de Faro reaberta depois do restauro», in *Público*, de 3 de Fevereiro de 2003.

<sup>1241</sup> FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Relatório Balanço e Contas 2005*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 72.

<sup>1242</sup> Samuel MENDONÇA, «Foram retomadas, ao fim de 3 anos, as obras na capela S. Domingos da Sé Catedral», in *Diocese do Algarve* [em linha], *cit.*, de 16 de Novembro de 2006, disponível em URL: <http://www.diocese-algarve.pt/site/index.php?name=News&file=article&sid=1050> (acedido em 23 de Janeiro de 2009); Samuel MENDONÇA, «Sé de Faro evangeliza pela arte», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 16 de Novembro de 2006.

implementados durante os anos 30 estavam desadequados, tanto no cumprimento da sua missão, quanto no plano museográfico. Ciente desta conjuntura, o Cabido da Sé de Viseu – que já em 1989 manifestara vontade de reorganizar a sua estrutura museológica e proceder à inventariação dos espécimes, arranjo e reparação dos espaços, instalação de sistema de iluminação e de segurança – optou pelo encerramento temporário do tesouro, a 30 de Outubro de 1996, com o intuito de empreender a sua remodelação, aproveitando a ocasião para uma intervenção no claustro e primeiro piso do imóvel, a cargo da DGEMN, que incluiu, nomeadamente, a recolocação de painéis azulejares, a modernização da instalação eléctrica, a consolidação e restauro de mobiliário, a remoção de expositores e outros materiais, e ainda a introdução de elementos de segurança no sector da ourivesaria<sup>1243</sup>. A concepção do projecto museográfico coube a Natália Correia Guedes, assentando na selecção de um conjunto significativo de objectos – ourivesaria, paramentaria e livros, completada por algumas esculturas e pinturas –, tendo em conta o seu valor histórico ou estético, mas também a mensagem pedagógica que encerram, de modo a formar um programa coerente.

O Tesouro-Museu de Arte Sacra da Sé de Viseu reabriu ao público a 23 de Julho de 2002, data em que se celebrava a festa de sagração da igreja. Em termos de discurso expositivo, embora o espaço museológico se limite às antigas dependências capitulares, o trajecto de visita principia antecipadamente na área do templo, com o braço-relicário de São Teotónio, patrono de Viseu, inserido num dos altares laterais, diante de um genuflexório, à veneração dos fiéis, fechado num expositor em jeito de um baldaquino honorífico, dotado de iluminação própria e com a respectiva tabela identificativa, articulando os propósitos cultural e pastoral. Depois, o itinerário para o museu inclui a passagem pela sacristia, que acolhe uma pequena colecção de escultura colocada sobre o arcaz; pela escadaria nobre de acesso ao primeiro piso, onde avulta um núcleo de imaginária jesuítica setecentista, enquadrado no vão da antiga caixa do órgão; prosseguindo para o coro, no qual se pode observar o cadeiral em talha e diversos objectos relacionados com o canto, em especial as estantes, um facistol e livros de cantochão, as vestes de cônego e uma pintura a óleo que reconstitui o ambiente litúrgico outrora vivido naquele espaço.

---

<sup>1243</sup> «Sé de Viseu», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2002, n.º IPA PT021823240002.

A exposição do tesouro, em sentido estrito, desenvolve-se por quatro salas que confinam com a ala oriental do primeiro piso do claustro. Entra-se pela *Sala Capitular*, arranjada de modo a evocar a primitiva função de sala de reuniões do cabido, conservando o património integrado original – lambris de azulejos, tecto de masseira e sanefas de talha –, o mobiliário próprio das sessões, formado pela mesa rodeada de cadeiras e bancos de couro, e outros utensílios, como a burra ou cofre do cabido e um braseiro; na parede nobre, sobre os assentos da cabeceira da mesa, pende um grande Cristo de marfim; em torno da sala, alguns espécimes de imaginária – um Menino Jesus, Nossa Senhora da Conceição, Rafael e Tobias – e uma bandeira de irmandade assumem uma dupla valência enquanto elementos característicos da decoração da sala e como objectos museológicos. Na transição deste espaço para a *Sala de Paramentos*, a porta ogival de pedra enquadra visualmente uma urna do Santíssimo Sacramento, raiada e espelhada, disposta sobre um frontal bordado a ouro, criando um efeito de esplendor barroco, ponto focal de particular aparato que atrai o visitante para o aposento. Ali, o tema das vestes litúrgicas parte do conjunto branco da missa pontifical para uma colecção díspar de têxteis, evidenciando uma intenção pedagógica e catequética de mostrar os vários tipos de indumentária e cores litúrgicas. Em realce, um pluvial do século XV, com sebastos de cariz hagiográfico bordados a ouro e sedas policromas, de riqueza e qualidade excepcional, contextualiza o núcleo de insígnias episcopais – mitra e báculo, anéis e cruces peitorais –, cujo uso está demonstrado numa imagem de Santo Agostinho. A *Sala da “Torre do Relógio”*, subordinada à ourivesaria, e por isso alvo de especial atenção no que respeita a segurança, tem entrada por uma pesada grade de ferro, reforçando a ideia de tesouro, geralmente composto de relicários e alfaias de metais preciosos. No expositor central exibem-se os espécimes mais valiosos do acervo – a custódia gótica, um evangeliário com encadernação de prata e dois cálices –; nas restantes distribuem-se outros objectos daquela tipologia, formando pequenos grupos temáticos mais ou menos definidos, como o busto-relicário de Santa Úrsula e os cofres esmaltados de Limoges ou os cálices e patenas associados a uma porta de sacrário e a um baldaquino portátil que enquadra uma píxide; na parede, um dos vãos foi convertido em receptáculo para uma cruz processional. A última sala, denominada *dos Santos Óleos* ou *do Santo Lenho*, situa-se à saída para a varanda do Passeio dos Cónegos. Espaço diminuto, transformado em

expositor único resguardado por uma grade de ferro, alberga uma estauroteca – ou cruz-relicário do Santo Lenho – numa mísula e, pousados sobre uma credência, um conjunto de ânforas dos Santos Óleos, uma bacia e gomil e um vaso-misturador de essências, objectos de interesse museológico mas ainda utilizados em cerimónias anuais, pelo que exigem fácil e rápido acesso<sup>1244</sup>.

Este arranjo museográfico, firmado ainda numa divisão tipológica, tinha um carácter transitório, pois previa-se, a médio prazo, a ampliação da área expositiva, proporcionando um espaço para apresentar as colecções de escultura e pintura e novas condições de acessibilidade e acolhimento ao público. Contudo, poucos anos após a reabertura, o tesouro da sé de Viseu veio a debater-se com sérias dificuldades financeiras, que obrigaram a sucessivas intervenções da Câmara Municipal para assegurar o seu funcionamento<sup>1245</sup>.

Não obstante, no contexto de uma candidatura ao instrumento de política Parcerias para a Regeneração Urbana, do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, promovida e coordenada pela Câmara Municipal de Viseu, a diocese viseense apresentou um projecto para a requalificação do museu de arte sacra da catedral, sob acompanhamento do Departamento dos Bens Culturais no que concerne à sua elaboração e implementação. O plano de trabalhos, preparado pelo P.<sup>o</sup> José Ribeiro Gomes, almeja reabilitar aquele espaço tanto do ponto de vista museológico quanto museográfico, compreendendo uma intervenção aos níveis do percurso e conteúdos expositivos, da sinalética, do acolhimento ao público, da conservação, segurança e exposição do acervo e dos materiais de informação e divulgação. Ainda que condicionado pelos limites de financiamento, aquele organismo diocesano considera tratar-se de uma acção absolutamente necessária, por obsolescência das actuais condições, e que contribuirá, ademais, para transformar o tesouro catedralício num

---

<sup>1244</sup> *Tesouro de Arte Sacra. Museu da Catedral de Viseu* [desdobrável], Viseu, s. d.; Natália Correia GUEDES, «A divulgação de um “tesouro” catedralício», in *Monumentos, cit.*, n.º 17, Setembro de 2002, pp. 140-143; M. I. R. Roque, *op. cit.*, pp. 114-117.

<sup>1245</sup> «Câmara evita encerramento do Museu de Arte Sacra da Sé», in *Jornal de Notícias, cit.*, de 20 de Abril de 2005; «7 mil euros aliviam Museu de arte sacra», in *Jornal de Notícias, cit.*, 1 de Março de 2007; «Museu da Catedral de Viseu recebeu apoio financeiro», in *Lusa..., cit.*, de 2 de Março de 2007; «Tesouro-Museu da Catedral de Viseu recebe apoio financeiro da câmara», in *O Primeiro de Janeiro, cit.*, de 2 de Março de 2007.

equipamento mais atractivo para os diferentes públicos, sem comprometer a matriz eclesial e os valores próprios do espaço religioso em que se integra<sup>1246</sup>.

Em moldes semelhantes, o Tesouro-Museu da Sé de Braga remonta também à década de 30, instalado na Casa da Cabido, junto ao claustro da catedral, cumprindo uma função de salvaguarda do acervo daquele templo. Porém, exposto na totalidade em quatro exíguas salas, a lógica subjacente ao arranjo museográfico esvaecia numa profusão de objectos que coibia o visitante de fruir a sua verdadeira riqueza cultural, artística e religiosa. Assim, em 2002, o Cabido Metropolitano e Primacial Bracarense, proprietário daquele organismo, deu início a um projecto de reestruturação, co-financiado pelo Programa Operacional da Cultura<sup>1247</sup>, que incluiu a reabilitação de cinco casas anexas à sé, quatro das quais doadas pelo Município de Braga em 1989, visando ampliar ligeiramente o espaço de exposição, mas, principalmente, possibilitar a criação de acessibilidades e espaços para serviços administrativos, serviços educativos, loja e reservas, de modo a responder às exigências técnicas da museografia moderna.

A reabertura ao público ocorreu a 30 de Março de 2007, com a inauguração da nova exposição permanente, sob o título *Raízes da Eternidade*, distinguindo dois núcleos temáticos principais: *Jesus Cristo e Uma Igreja*<sup>1248</sup>. O primeiro, de pendor mais catequético e assente em espécimes mormente de cariz iconográfico (pintura e escultura), narra a história da figura central do Cristianismo, em seis salas, compreendendo a *Anunciação*, a *Natividade*, a *Infância*, a *Paixão e Morte* e os *Mistérios Gloriosos*, como as aparições do Ressuscitado, o Pentecostes, a Assunção da Virgem e a Santíssima Trindade. No núcleo seguinte percorre-se o desenvolvimento da Igreja bracarense, mediante a evocação dos sucessivos antístites com real ou suposta ligação ao governo daquela diocese, desde São Pedro de Rates até D. Eurico Dias Nogueira. Aqui têm lugar diversos artefactos – objectos pessoais, alfaias litúrgicas, insígnias episcopais e obras de arte relacionadas com o exercício de funções –,

<sup>1246</sup> «Projecto de Valorização do Património Religioso: Museu de Arte Sacra da Sé e Seminário Maior de Viseu», *Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu* [em linha], *cit.*, disponível em URL: [http://bensculturais.diocesedevisau.pt/artesacra\\_mus.html](http://bensculturais.diocesedevisau.pt/artesacra_mus.html) (acedido em 25 de Novembro de 2010).

<sup>1247</sup> «Na comunhão das Igrejas: Braga: Museu da Sé têm dinheiro para obras», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIII, n.º 46, de 25 de Dezembro de 2002.

<sup>1248</sup> Laura MACHADO, «Tesouro da Sé de Braga inaugura hoje novas instalações», in *Público*, *cit.*, de 30 de Março de 2007; Luís Filipe SANTOS, «Igreja bracarense mostra riqueza artística», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 2 de Abril de 2007.



que, de certo modo, rememoram as figuras dos arcebispos de Braga. O vínculo semântico entre estas peças funda-se essencialmente no discurso cronológico dos personagens, apoiado pelo roteiro fornecido ao visitante. A concluir este sector, duas salas monográficas acolhem as tipologias de indumentária e ourivesaria, em jeito de complemento à história do bispado, mas que aludem também à liturgia católica e ilustram diferentes estádios da evolução artística. O acervo exposto é agora somente uma selecção de cerca de 150 peças, em virtude da existência de uma área de reservas, ao invés do que ocorria antigamente<sup>1249</sup>.

Em termos de apoio à visita, o museu disponibiliza folhas de sala em quatro línguas (português, castelhano, francês e inglês), bem como audioguias. Além do percurso pela exposição permanente, estão definidos mais três roteiros, contemplando a visita às capelas (Senhora da Glória, São Geraldo e Reis) e coro-alto, a visita às torres e ainda a visita guiada à catedral, com acesso a zonas habitualmente vedadas ao público, como a sacristia.

Integrado na RPM desde Maio de 2003, o Tesouro-Museu da Sé de Braga sofreu uma intervenção com repercussões a nível programático e funcional, visando adequá-lo aos hodiernos referenciais museográficos e normativos, em especial decorrentes da lei-quadro dos museus. Na sua estratégia de alargamento, teve em conta não apenas os aspectos técnicos mas também a formação de públicos, daí que, além da continuidade espacial entre o novo edifício e as salas do cabido preexistentes, atendessem ao contacto e presença cidadina ora estabelecida com a rua D. Diogo de Sousa. Sem abdicar da morfologia própria dos imóveis da área de expansão – marcada pelo dimensionamento dos lotes urbanos –, optaram por ali instalar: as reservas, com acessos mecânicos, dedicadas às colecções de maior exigência de conservação (têxtil, pintura); os serviços educativos, pela acessibilidade e visibilidade pública, não perturbando o funcionamento religioso e turístico do complexo arquitectónico; e os serviços técnicos, pelo nexos de proximidade ora com as reservas, ora com os serviços educativos, ora ainda com as salas de exposição que têm maior rotatividade de peças<sup>1250</sup>. O tesouro bracarense deu, assim, um passo considerável no sentido de se tornar uma instituição museológica plena, cumprindo mais do que a função expositiva de outrora, sem se apartar, todavia, da missão pastoral inerente a um organismo religioso.

<sup>1249</sup> P. G. Alves de SOUSA, *op. cit.*, pp. 188-190.

<sup>1250</sup> Paulo PROVIDÊNCIA, «Musealização e Ampliação do Tesouro Museu da Sé de Braga», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 20, p. 11-14; Paulo PROVIDÊNCIA, «Museografia», in *Museologia.pt, cit.*, n.º 1, pp. 192-195.

Mais recentemente teve lugar a conversão do tesouro da catedral eborense em Museu de Arte Sacra da Sé, instalado no Colégio dos Moços do Coro da Sé, também conhecido por Casa do Cabido, anexo ao conjunto monumental catedralício, e inaugurado solenemente a 22 de Maio de 2009, data da festa da dedicação daquele templo<sup>1251</sup>. Com co-financiamento através do POC e apoio mecenático da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Eugénio de Almeida, o imóvel foi reabilitado na dinâmica das comemorações do sétimo centenário da dedicação da sé – as quais decorreram entre 8 de Dezembro de 2007 e o mesmo dia do ano seguinte, dando azo a diversas actividades de índole cultural<sup>1252</sup> –, sob projecto do arquitecto João Luís Carrilho da Graça, que pretendeu restituir-lhe a traça original e a estrutura de escola-internato, embora dotado com os sofisticados requisitos técnicos, utilitários e de segurança para fins museológicos, bem como serviços de apoio ao visitante, designadamente uma loja, cafetaria e esplanada. A exposição permanente, cujo acervo integra espécimes do século XIV ao século XIX, assenta, porém, num arranjo mormente decorativo, salvo alguns apontamentos cenográficos, em particular os grupos retabulísticos, articulando-se com a arquitectura que a acolhe<sup>1253</sup>. A valia religiosa e pastoral desta instituição reside sobretudo no teor das suas colecções e no vínculo de proximidade com a catedral, o seu contexto intrínseco.

No que concerne aos tesouros catedralícios portugueses, e apesar do desfazamento entre os organismos ora criados e aqueles que vêm do Antigo Regime, podem distinguir-se dois momentos de especial dinamismo: os meados da década de 90, na sequência das orientações da Igreja em matéria de bens culturais e do esforço dos Serviços de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, que alguns anos antes deram o seu contributo tanto na concepção quanto na reformulação destes espaços; e, cerca de um decénio depois, com um impulso de melhoramento, marcado pela adaptação às exigências decorrentes do novo quadro legal e pelo co-financiamento ao abrigo de fundos estruturais da União Europeia.

---

<sup>1251</sup> «Inaugurado o novo Museu de Arte Sacra da Sé de Évora», in *A Defesa*, Évora, SIRE – Sociedade Instrutiva Regional Eborense, A. LXXXV, n.º 4380, de 3 de Setembro de 2008.

<sup>1252</sup> «Museu de Arte Sacra da Sé de Évora com novas instalações», in *Lusa...*, *cit.*, de 14 de Dezembro de 2007; Maria Antónia ZACARIAS, «Catedral de Évora está a comemorar 700 anos», in *Público*, *cit.*, de 28 de Dezembro de 2007.

<sup>1253</sup> ÉVORA, Arquidiocese, Departamento de Comunicação Social, «Évora: Museu de Arte Sacra com novas instalações», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 21 de Maio de 2009.

Já no que toca aos discursos expositivos, oscilam entre os critérios decorativos da História da Arte e os propósitos didáctico-catequéticos, denunciando, todavia, invariavelmente, uma atenção dirigida ao interesse turístico enquanto complemento da visita ao conjunto monumental. Destas instituições catedralícias, tuteladas pelos respectivos cabidos, sobressai o Tesouro-Museu da Sé de Braga – a única que integra a RPM –, o qual ampliou o seu espaço e os serviços prestados, adaptando-se aos referenciais técnicos hodiernos, sem abdicar de uma exposição temática acerca dos mistérios centrais do Catolicismo e da história da Igreja local, ao mesmo tempo que proporciona a fruição estética do seu acervo.

### **3.12. Musealização do património das Misericórdias**<sup>1254</sup>

Fundadas a partir de 1498, sob inspiração e direcção espiritual de D. Leonor, as Misericórdias portuguesas tornaram-se uma presença assistencial e confraternal permanente, apoiada numa generosa e continuada protecção régia. Nos meados do século XVI, obtendo o direito de acolher bens de raiz, começaram a desenvolver um significativo património, resultado de numerosas doações e legados pios<sup>1255</sup>.

A acção das Santas Casas assenta numa vocação de solidariedade humana, decorrente das catorze obras de misericórdia, na tradição cristã das práticas de caridade fraterna, pelo que, desde o início, sempre estiveram ligadas à Igreja. Neste contexto, os acervos reunidos ao longo da sua pentassecular existência testemunham a dimensão social, cultural e religiosa destas irmandades.

#### **3.12.1. Museu de São Roque**

Entre 1929 e 1931, o Tesouro da Misericórdia de Lisboa, acompanhando o espírito de renovação nacional decorrente do golpe militar que pôs fim à I República, sofreu uma importante remodelação, ampliando o espaço para novas salas no segundo piso, de modo a revelar ao público várias colecções até então desconhecidas, surgindo agora com a denominação de *Museu de Arte Sacra de São Roque*<sup>1256</sup>. Novo arranjo, entre 1937 e 1940, procurando não desvirtuar a anterior concepção, pretendia conferir maior visibilidade à exposição e salientar o

<sup>1254</sup> Cf. subcapítulo 2.2. Misericórdias e o Património.

<sup>1255</sup> I. C. de SOUSA, *op. cit.*, p. 11.

<sup>1256</sup> T. F. MORNA, *op. cit.*, p. 24, vd. fotografias na p. 25.

valor artístico das obras exibidas. Adaptou-se uma galeria anexa para acolher os antigos quadros da igreja de São Roque e do convento de São Pedro de Alcântara, alfaias de prata anteriormente guardadas nos cofres da Tesouraria e, ainda, objectos e documentos relacionados com a história da Irmandade de São Roque e da Companhia de Jesus<sup>1257</sup>.

Apesar das remodelações de que foi sendo alvo ao longo dos anos, em 1964, à luz dos critérios museológicos da época, a sua museografia estava desactualizada. Deu-se, então, início a uma profunda reestruturação do museu, limitando as obras de arte em exposição ao indispensável, onde a atmosfera estimulasse e orientasse a atenção do visitante. As salas do primeiro piso foram reservadas para as peças mais representativas da Colecção da Capela de São João Baptista e criou-se um núcleo para as colecções de arte portuguesa<sup>1258</sup>. Durante o período de intervenção, para que o público não ficasse privado da sua fruição por tempo tão prolongado, o museu abriu provisoriamente com uma exposição temporária e de rotação de peças em tratamento<sup>1259</sup>. Por outro lado, após uma análise do conjunto arquitectónico e do acervo ali conservado, procedeu-se a uma reclassificação do museu, dentro de um conceito de *museu monumento*, inaugurado, a 2 de Julho de 1968, como *Museu de São Roque*<sup>1260</sup>.

Temporariamente encerrado, em 1992, por necessidade de obras, reabriu, em Julho desse ano, com algumas adaptações à concepção anterior. Contudo, uma nova remodelação de vulto ocorreria em 1993. Alterando grande parte do discurso expositivo, o projecto, centrado na valorização da componente pedagógica, visava a continuidade do programa iconográfico da igreja, mediante articulação desta com o museu. O Tesouro da Capela de São João Baptista circunscreveu-se a uma das maiores salas do Museu e, com a criação de três novos núcleos – *Misericórdia de Lisboa*, *Ermida de São Roque* e *Companhia de Jesus* –, apresentava-se ao público o diversificado património da Santa Casa, alternando pintura com peças de ourivesaria e escultura. Esta fase ficou marcada pela profícua acção de divulgação das colecções, quer através da dinamização dos Serviços Educativos, quer pela reali-

<sup>1257</sup> *Idem*, p. 26, vd. fotografias nas pp. 27-31.

<sup>1258</sup> T. F. MORNA, *op. cit.*, p. 38, vd. fotografias nas pp. 35-39.

<sup>1259</sup> *Museu de Arte Sacra de São Roque. Catálogo*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1964, p. [3]; T. F. MORNA, *op. cit.*, p. 34.

<sup>1260</sup> T. F. MORNA, *op. cit.*, p. 40.

zação de exposições temáticas temporárias e conferências, que davam a conhecer o acervo conservado em reservas<sup>1261</sup>.

Membro da RPM, desde 2001, o Museu de São Roque tem vindo a prosseguir com acções de salvaguarda, valorização e estudo das suas colecções, tentando acompanhar as exigências, cada vez mais rigorosas, da prática museológica. Assim, depois de um encerramento de dois anos e meio para obras, o Museu reabriu, a 20 de Dezembro de 2008, com uma área de exposição maior e dotado de estruturas de acolhimento e apoio<sup>1262</sup> e de meios mais adequados à observação e conservação das obras de arte. Reforçando a ligação entre igreja e museu – nomeadamente, pela abertura de vãos outrora entaipados –, o discurso expositivo pretende traduzir a história do local, desde a construção da ermida de São Roque até à instalação da Misericórdia de Lisboa, dividida em cinco núcleos, segundo uma perspectiva cronológica. Por conseguinte, no piso térreo, o primeiro é dedicado à memória da *Ermida de São Roque*, patenteando espécimes directamente ligados a esta e ao culto do seu patrono. O segundo núcleo, que se estende pelo piso superior, sob o tema da *Companhia de Jesus*, encontra-se subdividido, contemplando a *Iconografia da Ordem*, *Objectos de uso litúrgico e ornamentação da igreja* e as *Principais devoções* – representadas pela devoção às relíquias e, em especial, a Paixão de Cristo, continuando pelo ciclo da genealogia da Virgem e de Cristo. O núcleo seguinte, de *Arte Oriental*, resultado da acção jesuítica no padroado português do Oriente, é exibido pela primeira vez no contexto da exposição permanente. Passa-se para o *Tesouro da Capela de São João Baptista*, núcleo autónomo do museu, ao qual se procura dar uma atmosfera intimista, recriando o espaço da capela com uma linguagem contemporânea. Por fim, um sector acerca do património da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, enriquecido ao longo dos seus mais de cinco séculos de História, em consequência de legados, doações e também aquisições<sup>1263</sup>.

---

<sup>1261</sup> *Idem*, p. 41-46.

<sup>1262</sup> «Arte. Reabertura de Museu de S. Roque é devolução ao País de espaço de excelência», *Lusa...*, *cit.*, de 19 de Dezembro de 2008; «Museu de São Roque reabriu ao público», in *Voz das Misericórdias*, *cit.*, A. XXVII, n.º 273, Janeiro de 2009, pp. 12-13; cf. Teresa Freitas MORNA, «O Novo projecto museológico do Museu de São Roque», in Maria Helena OLIVEIRA (ed. lit.) & Teresa Freitas MORNA (ed. lit.), *Museu de São Roque*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2008, p. 27; «Museu de São Roque», in *Museus em Rede...*, *cit.*, n.º 31, Março de 2009, pp. 10-11; «Museu de São Roque. Obras de remodelação/ampliação», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 20, p. 19.

<sup>1263</sup> T. F. MORNA, «O Novo projecto museológico...», *cit.*, pp. 22-27.

### *Um ciclo de exposições temporárias*

Nuno Vassallo e Silva, conservador do museu desde finais de 1992 até 1999, desenvolveu uma intensa actividade de divulgação do acervo do museu, mediante a realização de exposições temporárias temáticas que davam a conhecer os espécimes conservados nas reservas<sup>1264</sup>.

O primeiro momento deste ciclo foi a exposição *No Caminho do Japão*, que inaugurou a nova Galeria de Exposições Temporárias do Museu, entre Julho e Outubro de 1993, apresentando a colecção de arte oriental daquela Misericórdia<sup>1265</sup>. Levada a cabo com o apoio da Fundação Oriente e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, exibiu maioritariamente arte sacra e outra de cariz religioso, misturada com objectos de uso profano. Os espécimes foram classificados geograficamente, progredindo do Próximo Oriente e Índia para a China e depois para o Japão<sup>1266</sup>.

Em 1994, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa marcou a intenção de dar continuidade à divulgação do seu património artístico, ainda pouco conhecido do público, articulada com um profundo trabalho técnico-científico de pesquisa e catalogação, que visasse prosseguir a edição do seu inventário. Assim, por ocasião da comemoração do seu 496.º aniversário, promoveu *Frontais de Altar Seiscentistas da Igreja de S. Roque*, exclusivamente dedicada àqueles espécimes do acervo do Museu, num total de 10 exemplares (dos quais dois eram apenas fragmentos), previamente submetidos a tratamentos de conservação para melhor se apresentarem ao público<sup>1267</sup>.

Logo no Natal do mesmo ano, e dentro do espírito do Ano Internacional da Família<sup>1268</sup>, organizaram uma exposição subordinada ao tema do ciclo da Natividade – do Nascimento de Cristo à Adoração dos Magos –, com o título *Natividade em São Roque*. Constituída por um núcleo de obras do museu, contava ainda com espécimes de colecções particulares e do

<sup>1264</sup> T. F. MORNA, «O Museu de São Roque. 100 Anos de História...», *cit.*, p. 42.

<sup>1265</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>1266</sup> *No Caminho do Japão. Arte Oriental nas Colecções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1993, pp. 30-85.

<sup>1267</sup> *Frontais de Altar Seiscentistas da Igreja de S. Roque*, Lisboa, Museu de São Roque, 1994, p. 5.

<sup>1268</sup> Proclamado pela 44.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na Resolução A/RES/44/82, de 8 de Dezembro de 1989.

Museu Nacional do Azulejo, distribuídos tipologicamente em: *Pintura; Desenho e Gravura; e Escultura e Objectos de Arte*<sup>1269</sup>.

No ano seguinte, inauguravam, a 2 de Julho, *Mater Misericordiae – Simbologia e Representação da Virgem da Misericórdia*, um evento dedicado ao tema da iconografia de Nossa Senhora da Misericórdia, que contou com a colaboração de diversas Santas Casas portuguesas<sup>1270</sup>.

O evidente dinamismo prosseguia, em 1996, com *O Púlpito e a Imagem: Os Jesuítas e a Arte*, integrada na celebração do 498.º aniversário da Misericórdia de Lisboa<sup>1271</sup>. A instituição era detentora, por legado de D. José, do património móvel e imóvel da antiga Casa-Professa de São Roque, outrora despojada à Companhia de Jesus. Esta exposição resulta de uma selecção daquele acervo, procurando ilustrar a vivência dos Jesuítas com a imagem. O discurso expositivo assentava em três temas: a iconografia dos santos da Companhia; o gosto pela temática dos martírios; e o culto das relíquias<sup>1272</sup>, plasmados mediante obras de pintura, de escultura e de ourivesaria<sup>1273</sup>. De colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, realizou, no mesmo ano, *A Herança de Rauluchantim*, uma exposição de ourivesaria indo-europeia que tinha o propósito de dar uma panorâmica histórica dos objectos preciosos produzidos na Índia para Portugal, mas sobretudo de apresentar algumas características fundamentais da sua lavra, tanto pelos materiais empregados – ouro, prata, pedras preciosas, madrepérolas, tartaruga – quanto pelas suas funções religiosas ou profanas<sup>1274</sup>.

Durante o ano de 1998, teve lugar *Esplendor e Devoção: Os Relicários de S. Roque*, integrada nas celebrações do 5.º centenário das Misericórdias, exibindo um total de 238 relicários – em diversas tipologias e materiais (cofres relicários, bustos relicários, cruces relicários, braços relicário, urnas relicário) – da colecção de relicários da igreja de São Roque,

<sup>1269</sup> *Natividade em S. Roque*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Livros Horizonte, 1994, p. 9.

<sup>1270</sup> *Mater Misericordiae. Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Livros Horizonte, 1995.

<sup>1271</sup> Maria do Carmo ROMÃO, «Apresentação», in *O Púlpito e a Imagem. Os Jesuítas e a Arte*, Lisboa, Museu de São Roque, 1996, p. 9.

<sup>1272</sup> Nuno Vassallo e SILVA, «Apresentação», in *O Púlpito e a Imagem..., cit.*, p. 11.

<sup>1273</sup> Cf. *O Púlpito e a Imagem..., cit.*, pp. 68-79.

<sup>1274</sup> *A Herança de Rauluchantim*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 15.

constituída por obras datáveis dos séculos XIV ao XVIII e provenientes daquela igreja, legada à Misericórdia de Lisboa com todos os seus bens, por D. José, em 1768, cujo inventário vinha a ser realizado desde os anos anteriores<sup>1275</sup>. Não obstante, nesta altura, decorria uma intervenção de consolidação estrutural e beneficiação da igreja de São Roque, que deu azo à exposição *A Ermida Manuelina de São Roque*, em 1999. Um núcleo diversificado de espécimes, provenientes do acervo do museu e de empréstimos, quer de instituições similares quer de particulares, ordenados cronologicamente, do século XVI ao século XIX, servia de apoio para uma análise iconográfica e artística em torno da figura de São Roque<sup>1276</sup>.

O impulso também dado à organização do inventário e estudo aprofundando das colecções esteve na origem da edição da *Colecção Património Artístico, Histórico e Cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Por ocasião da publicação do *Inventário da Colecção de Escultura da Misericórdia de Lisboa*, em 2000, sob o título *Escultura Devotiva na Acção da Contra Reforma*, concretizou-se uma exposição que tinha como propósito revelar os espécimes mais significativos da colecção de escultura, em grande parte resultante da presença da Companhia de Jesus na Casa-Professa de São Roque, mas também de doações, heranças e legados, aquisições, assim como algumas peças oriundas de estabelecimentos integrados na obra social da Santa Casa<sup>1277</sup>.

Com a adesão à RPM, em 2001, o Museu de São Roque entrou num novo ciclo da sua existência, dirigindo a atenção para a valorização e conhecimento do acervo<sup>1278</sup>, sobretudo num contexto editorial, enquanto se desenvolvia o projecto de remodelação e ampliação de que viria a ser alvo.

### *Serviços Educativos do museu*

Na evolução ontológica dos museus, a transição do egocentrismo para o alocentrismo, quando se voltaram mais para o público, conduziu a uma maior atenção ao seu desígnio

<sup>1275</sup> Maria do Carmo ROMÃO, «Apresentação», *Esplendor e Devoção. Os Relicários de S. Roque*, Lisboa, Museu de São Roque, 1998, p. 7.

<sup>1276</sup> *A Ermida Manuelina de São Roque*, Lisboa, Museu de São Roque, 1999, pp. 62-78.

<sup>1277</sup> Maria do Carmo ROMÃO, «Apresentação», in *Escultura. Colecção de Escultura da Misericórdia de Lisboa. Século XVI ao Século XX*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2000, p. 5.

<sup>1278</sup> T. F. MORNA, «O Museu de São Roque. 100 Anos de História...», *cit.*, pp. 45-46.



educativo<sup>1279</sup>. Portugal deu os primeiros passos na relação entre os museus e as escolas durante a década de 1930. O Museu Nacional de Arte Antiga, pioneiro nesta matéria, começou a desenvolver, nessa época, um serviço de extensão educativa<sup>1280</sup>, impulsionado pelo seu director, João Couto, ex-professor liceal<sup>1281</sup>. Em carta datada de Fevereiro de 1937, informou 82 escolas acerca dos serviços que prestava no campo da educação, assumindo-se como uma extensão das escolas. Todavia, a criação efectiva do “Serviço de Extensão Escolar”, o primeiro Serviço Educativo em Portugal, ocorreu somente em 1953<sup>1282</sup>.

O Museu de São Roque, por seu turno, já desde a década de 1940 que vinha recebendo solicitações de visitas guiadas por parte de liceus, universidades e associações culturais, às quais tentava dar provimento, sem, no entanto, ter um serviço organizado. Um Serviço Educativo, propriamente dito, só começou a tomar forma após a década de 1980, mas apenas nos anos 90, com a entrada de Nuno Vassallo e Silva para o cargo de conservador, se estruturou aquele organismo, elaborando um programa de conteúdos para as faixas etárias do Ensino Secundário<sup>1283</sup>.

Depois da adesão à RPM, em 2001, e conscientes da necessidade de alargar os seus serviços educativos a um público mais alargado, o museu desenvolveu, em 2004, o projecto *Vamos conhecer a Capela de S. João Baptista*, vocacionado para as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico. As actividades apoiavam-se numa maleta pedagógica, com material lúdico-didáctico, e consistiam em visitas guiadas à Capela e ao Museu, seguidas de trabalho com fichas pedagógicas. Em termos de conteúdo, optaram por se centrar no reinado de D. João V, atendendo, nomeadamente, à diversidade do acervo da instituição, aos programas daquele nível de ensino e à sensibilidade própria das crianças a quem é dirigido o projecto. Três oficinas temáticas, dirigidas por monitores especializados, versavam uma introdução à arte do mosaico (*Os mosaicos são como os meus puzzles*), o conhecimento dos mármore

---

<sup>1279</sup> J. A. MENDES, *op. cit.*, p. 37.

<sup>1280</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>1281</sup> Maria do Rosário Palma de Melo AZEVEDO, *Mediação Cultural na Contemporaneidade dos Museus*, Lisboa, 2003 (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mimeog.), p. 86.

<sup>1282</sup> S. LIRA, *op. cit.*, pp. 97-98; M. R. P. M. AZEVEDO, *op. cit.*, p. 86; J. A. MENDES, *op. cit.*, p. 39.

<sup>1283</sup> António Meira Marques HENRIQUES, «O Serviço Educativo no Museu de São Roque», in Maria Helena OLIVEIRA (ed. lit.) & Teresa Freitas MORNA (ed. lit.), *Museu de São Roque. 100 Anos, cit.*, pp. 81-82.

(*Vamos conhecer os mármore*s) e o contacto com os materiais utilizados em pintura (*Vamos conhecer as cores*)<sup>1284</sup>.

No dia 31 de Março 2006, o museu encerrou temporariamente para obras de remodelação e ampliação, mantendo, apesar disso, os serviços técnicos em funcionamento e a actividade do Serviço Educativo, com novos projectos<sup>1285</sup>. Assim, aliando-se às comemorações em curso, lançou, nesse ano, *Vamos conhecer o Oriente com São Francisco Xavier*, orientado para o 3.º Ciclo do Ensino Básico. Incluía visitas guiadas ao ciclo pictórico de André Reinoso, situado na sacristia da igreja de São Roque, e apoiava-se num livro de banda desenhada (*Viagens e Lendas de São Francisco Xavier*) e num CD-ROM de cariz lúdico e informativo, incidindo nas temáticas de São Francisco Xavier e da obra de André Reinoso, bem como em aspectos histórico-artísticos do século XVI<sup>1286</sup>.

A par destes projectos desenvolvidos para segmentos de público específicos, o Serviço Educativo do Museu de São Roque organiza também visitas guiadas, dirigidas aos estabelecimentos dos diversos graus de ensino, do Básico ao Superior, e a associações culturais e sociais, visando transmitir uma panorâmica geral da igreja e do museu, com especial enfoque nas matérias da História e da Arte Portuguesas de Quinhentos a Setecentos<sup>1287</sup>.

Tutelado pela Misericórdia de Lisboa, o Museu de São Roque é a mais antiga instituição detentora e especialmente dedicada ao património religioso que sobreviveu até aos nossos dias, acompanhando de perto a evolução da prática museológica, desde o tesouro tardo-oitocentista, que privilegiou a opulência do acervo, ao moderno museu, dotado com variados serviços museológicos e uma exposição firmada num discurso coerente.

### 3.12.2. Nas comemorações dos 500 anos das Misericórdias Portuguesas: 1998-2000

A Misericórdia de Lisboa completou 500 anos em 1998, pelo que, nesse ano e seguintes, também outras Santas Casas comemoraram o 5.º centenário da sua instituição. Atendendo

<sup>1284</sup> *Idem*, p. 83; «Museu de São Roque. Novo Projecto do Serviço Educativo *Vamos Conhecer a Capela de S. João Baptista*», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 13, p. 22.

<sup>1285</sup> «Museu de São Roque. Obras de remodelação/ampliação», *cit.*, pp. 19-20.

<sup>1286</sup> «Museu de São Roque. Novo Projecto do Serviço Educativo», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 22, Dezembro de 2006, p. 17.

<sup>1287</sup> Cf. *Museu de São Roque. Programa. Janeiro a Março de 2010*, Lisboa, Museu de São Roque, 2009, pp. 10-15.

ao valor da obra desenvolvida e sua relevância para a história do País, o Governo Português entendeu associar-se às respectivas comemorações, as quais se estenderam pelo triénio 1998-2000<sup>1288</sup>.

O Museu de São Roque assinalou a efeméride com a exposição *Esplendor e Devoção: Os Relicários de S. Roque* e, no mesmo ano, em Cascais, esteve patente *Património Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais*, resultado da colaboração entre a Misericórdia e a Câmara Municipal desta localidade<sup>1289</sup>, no espírito desta comemoração. Expuseram-se mais de meia centena de espécimes do acervo daquela Santa Casa, contemplando pintura (incluindo ex-votos e bandeiras processionais), escultura, ourivesaria, bibliografia, cerâmica, têxteis e vestes litúrgicas, bem como objectos de uso processional<sup>1290</sup>.

Não obstante, na cidade do Porto, por decisão da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia desta cidade, as celebrações centenárias decorreram num período mais alargado, de 1993 a 2000. Em virtude do valioso acervo que possuía, nomeadamente as obras que serviam de suporte à actividade litúrgica e outras que acumularam ao longo dos tempos, em especial a colecção dos retratos dos benfeitores, esta ocasião afigurava-se igualmente como momento propício para a constituição de um museu ou de percursos museológicos<sup>1291</sup>. Com efeito, assim veio a acontecer na sequência do ciclo de exposições realizado nesta conjuntura.

Em 1995 teve lugar a mostra *Tesouros Artísticos da Misericórdia do Porto*, no âmbito do programa desenvolvido pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, instalada na recém-restaurada Galeria dos Benfeitores, o antigo pátio interno, a céu aberto, em volta do qual se organizavam as dependências da sede da irmandade e onde se exibiam ao público os retratos dos benfeitores, a cada dia 2 de Julho – dia da festa da *Visitação de Nossa Senhora*, orago das Misericórdias –, que, em finais do século XIX, durante a provedoria do Conde de Samodães, foi convertido em galeria, dentro

<sup>1288</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/97, de 30 de Junho, n.º 1.

<sup>1289</sup> José Jorge LETRIA, «Arte e Espiritualidade», in CASCAIS, Câmara Municipal & CASCAIS, Santa Casa da Misericórdia, *Património Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/Santa Casa da Misericórdia de Cascais, 1998, p. 3.

<sup>1290</sup> Vd. catálogo em CASCAIS, Câmara Municipal & CASCAIS, Santa Casa da Misericórdia, *op. cit.*, pp. 24-40.

<sup>1291</sup> José Avides MOREIRA, «Defesa e promoção da cultura», in Francisco Faria PAULINO (coord.), *Tesouros Artísticos da Misericórdia do Porto*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 9.

da novel corrente da arquitectura do ferro, para ali se apresentarem aqueles quadros em regime de permanência<sup>1292</sup>.

Esta exposição documentou, simultaneamente, cerca de cinco séculos de evolução artística nacional e a história da própria instituição. O discurso assentou, por isso, numa selecção de cerca de meia centena de espécimes, distribuídos em quatro núcleos cronológicos: *A Fundação*, partindo do painel do *Fons Vitæ*, a grande obra da Misericórdia do Porto, para a imaginária de influência nórdica e a ourivesaria manuelina; *O Legado de D. Lopo de Almeida*, uma das figuras mais importantes da história da irmandade, ilustrado por obras de finais do século XVI e de todo o século XVII, com realce para as tábuas do primitivo retábulo maneirista da capela-mor e as bandeiras da Semana Santa; *O Século de Nasoni*, dominado pela ourivesaria setecentista, embora patenteasse os projectos da fachada da igreja desenhados por aquele pintor-arquitecto; e *O Porto do Liberalismo*, dedicado à arte de Oitocentos e ao advento da industrialização<sup>1293</sup>.

O passo decisivo para a definição do espaço museológico foi dado, porém, com a exposição *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, em 1998. De ordem tipológica – como o título indica –, com 65 espécimes datados mormente do século XVIII aos princípios do século XX, apoiou-se numa narrativa bipartida, segundo critérios cronológicos, para o núcleo de ourivesaria, e uma disposição taxonómica em unidades temáticas decorrentes conjuntos ou famílias de objectos, no sector da paramentaria. Estabelecida, respectivamente, nos dois níveis da galeria, com um trajecto circular em torno do pátio, encerrava, no piso inferior, a ourivesaria, distinguindo duas zonas, uma para a prataria religiosa e a outra para a prataria civil. A concepção expositiva desta colecção pautou-se, todavia, pela entidade das peças, realçando cada uma delas “de modo singular e individualizante”. No andar superior, por sua vez, o arrumo dos têxteis sacros obedecia aos tempos e conjuntos litúrgicos, com realce para os paramentos do Colégio de Nossa Senhora da Esperança e da festa de Nossa Senhora da Misericórdia. Sobre o vazio do pátio central desenvolvia-se uma *procissão suspensa*, configurada pelo pátio e lanternas processionais, prolongando-se para a varanda

<sup>1292</sup> Manuel Joaquim Moreira da ROCHA, «O edifício da Santa Casa da Misericórdia do Porto na rua das Flores», in F. F. PAULINO (coord.), *op. cit.*, pp. 40-42.

<sup>1293</sup> Nuno Vassallo e SILVA, «Tesouros Artísticos da Misericórdia do Porto», in F. F. PAULINO (coord.), *op. cit.*, pp. 14-19.

através de uma bandeira e cruz processional, que projectava sombras na parede, em jeito de instalação plástica e classificada de “encenação não mimética”<sup>1294</sup>.

A despeito da natureza religiosa do acervo, o arranjo museográfico desta mostra – da autoria de Maria da Luz Nolasco – constituiu, assumidamente, um exercício estético, realçando a componente visual das obras de arte numa estrutura articulada com os elementos arquitectónicos da galeria que a acolheu.

No ano seguinte, assinalando os 500 anos da irmandade portuense, esta promoveu a exposição *Manuscritos, Pintura e Escultura da Misericórdia do Porto*, harmonizada com os núcleos instalados por ocasião do evento anterior. Contemplando espécimes das restantes colecções da Misericórdia e delineado pela mesma autora, o projecto incidiu na renovação do discurso do espaço central do pátio e na organização da Sala do Despacho, situada na ala sudoeste do piso superior da galeria, onde avulta o painel *Fons Vitæ* e ficou instalada grande parte do núcleo documental<sup>1295</sup>.

Em consequência destas mostras, a área expositiva da Misericórdia do Porto beneficiou consideravelmente em termos da iluminação e mobiliário museográfico então desenhados, os quais atenderam às melhores condições de conservação e fruição dos acervos. Entretanto, aquele espaço abriu ao público com um percurso museológico que compreendia a visita à Galeria dos Benfeitores, à Sala do Despacho e outras dependências, como a Capela de Santa Isabel, a sacristia e a igreja privativa. Depois, em Maio de 2008, a Santa Casa celebrou um protocolo com a Escola das Artes da UCP no sentido de inventariar, catalogar e divulgar o seu legado histórico e artístico, almejando a criação efectiva do museu, biblioteca e arquivo histórico da instituição<sup>1296</sup>.

Na cidade de Coimbra, o Museu da Santa Casa da Misericórdia teve inauguração solene a 12 de Setembro de 2000, data em que se celebrava o 5.º centenário da fundação da irmandade, ocupando parte do antigo Colégio da Sapiência, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho,

---

<sup>1294</sup> Maria da Luz NOLASCO, «A exposição: Do conceito ao projecto», in *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1998, pp. 184-191.

<sup>1295</sup> Maria da Luz NOLASCO, «A exposição: O reencontro entre o visitante e o objecto», in *Manuscritos, Pintura e Escultura da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1999, pp. 83-191.

<sup>1296</sup> Vd. subcapítulo 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa.

doado à Misericórdia após extinção das ordens religiosas<sup>1297</sup>. O percurso expositivo articula o acervo da irmandade com o imóvel e o património integrado, ao longo de oito espaços: a *Antiga Sala das Sessões da Mesa ou do Despacho (I)*, coberta por tecto estucado, ostentando as armas da Santa Casa conimbricense, e ornada com mobiliário dos séculos XVIII e XIX; a *Antiga Sala dos Retratos dos Benfeitores (II)*, que acolhe pintura e escultura, em particular os retábulos quinhentistas em pedra de Ançã, dedicados à *Visitação* e à *Virgem da Misericórdia*, proveniente da antiga igreja da Misericórdia; a *Galeria de Retratos da Irmandade (III)*, um corredor onde se exibem, em sucessão cronológica, os retratos dos benfeitores da instituição; a *Capela da Misericórdia (IV)*, correspondente à área do templo, subsistindo diversos elementos que evocam a figura de Santo Agostinho, apesar do altar-mor dedicado a Nossa Senhora da Misericórdia; a *Sacristia (V)*, com as paredes totalmente revestidas a azulejos de padrão setecentistas e um arcaz de madeira de castanho com embutidos de marfim, sobre o qual repousa conjunto de castiçais e um trono eucarístico em talha dourada barroca; o *Anexo à Sacristia (VI)*, onde se conservam dois presépios e uma cadeirinha, da primeira metade do século XIX, para o transporte de doentes; o *Claustro* ou *Antigo Claustro das Órfãs (VII)*, um espaço intimista, inacabado na estrutura das arcadas e no revestimento das abóbadas, ornamentado com painéis de azulejos seiscentistas; e a *Torre do Relógio (VIII)*, construída pela Santa Casa, em 1859, para nela colocar o sino que transitou da antiga capela<sup>1298</sup>.

Em verdade, o discurso obedece à estrutura arquitectónica, da qual tomou o nome para os aposentos. Ademais, firma-se num arranjo meramente decorativo, sem outro tipo de interpretação, excepto no caso dos retratos dos benfeitores, organizados cronologicamente. Por outro lado, a temática central desta instituição radica na história e vivências em torno da Misericórdia de Coimbra. Ainda que o património sacro predomine, insere-se, contudo, numa narrativa mais ampla.

O apogeu dos festejos, em termos museológicos, sobreveio com a exposição de âmbito nacional *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: Solidariedade de Geração em Geração*, levada a efeito na igreja do mosteiro de Santa Mónica, em Lisboa, entre 7 de Julho e 31 de

<sup>1297</sup> «Misericórdia de Coimbra / Colégio Novo / Colégio da Sapiência / Colégio de Santo Agostinho», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2003, n.º IPA PT020603020016.

<sup>1298</sup> Luís Miguel FERNANDES, «Museu da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra», in *Portal regioacento.net* [em linha], Cernache, ECTEP, disponível em URL: <http://www.regiaoacento.net/lugares/coimbra/museus/scmisericordia.htm> (acedido em 14 de Novembro de 2010).

Outubro de 2000<sup>1299</sup>. Este evento pretendia transmitir, com recurso a obras de arte relacionadas com a temática, a importância das acções desenvolvidas por aquelas instituições, ao longo dos seus cinco séculos de existência. Os espécimes provieram, na sua maioria, das 40 misericórdias que então comemoravam os 500 anos da sua fundação. Havia a preocupação de revelar objectos inéditos, evitando, dentro do possível, aqueles que tinham figurado já nas recentes exposições nacionais e internacionais<sup>1300</sup>.

A exposição desenvolvia-se em quatro grandes núcleos temáticos: *Da esmola medieval às Misericórdias da Rainha D. Leonor (I)*, evocando o ambiente medievo carenciado que animou a Rainha na criação das Misericórdias; *As Misericórdias no Império Português (II)*, um reduzido núcleo de documentos que atestam a criação de misericórdias além-mar; *Misericórdias, um Património artístico da Humanidade (III)*, o sector de maior amplitude, que incluía a reconstituição de ambientes característicos, como uma “sala dos Mesários”, dotada do seu mobiliário original, uma “Botica” e uma “Procissão do Enterro do Senhor”; e *Obrigações das Irmandades (IV)*, no qual se reconstituía uma roda de enjeitados<sup>1301</sup>.

Uma vez mais, esteve em realce o papel desempenhado pelas Misericórdias ao longo dos séculos, ilustrado por um acervo maioritariamente de cariz religioso, embora incluísse diversas obras que testemunham a sua dimensão assistencial. Por conseguinte, a arte sacra, inserida num discurso coerente, serviu de suporte a uma mensagem de pendor histórico, antropológico e sociológico, ao invés do intrínseco conteúdo litúrgico.

### 3.12.3. Dinâmica museológica das Misericórdias

Marcadas por uma forte componente espiritual e penitencial, as Misericórdias portuguesas reuniram, ao longo de cinco séculos, um notável conjunto de bens de índole cultural e religiosa. Apesar de a actividade museológica não se inserir directamente nos preceitos cristãos de caridade e solidariedade que as fundamentam, diversas Santas Casas assumiram

<sup>1299</sup> «Misericórdias. 500 anos de existência numa exposição», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXI, n.º 27, de 19 de Julho de 2000.

<sup>1300</sup> Maria Natália Correia GUEDES, «Introdução», in *500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de Geração em Geração*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, pp. 16-17.

<sup>1301</sup> *Idem*, pp. 18-19.

o ónus da conservação e valorização do seu património histórico e artístico, em especial após os anos 80, na esteira da dinâmica cultural que então se instalava<sup>1302</sup>.

A 17 de Novembro de 1984<sup>1303</sup>, a Misericórdia de Castelo Branco inaugurou o Museu de Arte Sacra Domingos dos Santos Pio, denominado em honra de um dos seus impulsionadores, provedor daquela instituição entre 1979 e 1984. Estabelecido em três salas contíguas ao claustro do convento da Graça, integra também a igreja desta invocação e a capela funerária dos Fonecas, situada atrás do altar-mor. A distribuição do acervo, com espécimes do século XVI ao século XX, obedece a critérios tipológicos e temáticos: a primeira sala subordina-se à escultura; a imediata ao tema da Paixão, ilustrado iconograficamente e mediante objectos correlacionados, como os crucifixos e as matracas empregadas na Semana Santa; e a última acolhe as bandeiras da Misericórdia, as varas dos mesários, os têxteis litúrgicos, a ourivesaria sacra e os utensílios, designadamente os ferros de hóstias<sup>1304</sup>.

Em 1985, abriu o Museu de Arte Sacra e Arqueologia de Vila Alva, concelho de Cuba, instalado na igreja da Misericórdia, a qual comunica com a capela do Senhor Jesus dos Passos ao nível dos anexos, em consequência de uma parceria firmada entre a Santa Casa e a Paróquia local, reunindo as principais obras de arte retiradas do culto das igrejas da localidade, entre pintura, escultura, indumentária litúrgica – em grandes expositores, no coro-alto – e ainda vestígios arqueológicos dos períodos pré-histórico, romano e medieval, articuladas com o património integrado<sup>1305</sup>.

A Misericórdia do Fundão constituiu um Museu de Arte Sacra numa sala do 2.º piso do seu edifício-sede, inaugurado a 8 de Julho de 1989<sup>1306</sup>. O acervo, formado pela colecção da Misericórdia, aumentada por doações de particulares, dispõe-se em torno de um núcleo central de ourivesaria sacra e vestes litúrgicas, contemplando imaginária, pintura e artes

<sup>1302</sup> Vd. subcapítulo 3.5. Nos alvares da III República.

<sup>1303</sup> Conforme a lápide à entrada do museu, ainda que o desdobrável mencione 18 de Novembro. Convém referir que aquela data tem um significado especial para as Misericórdias portuguesas, já que rememora o falecimento da rainha D. Leonor, a 17 de Novembro de 1525.

<sup>1304</sup> *Museu de Arte Sacra Domingos dos Santos Pio* [desdobrável], Castelo Branco, Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, 1999.

<sup>1305</sup> «Igreja da Misericórdia», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1996, n.º IPA PT040207030027; «Capela do Senhor Jesus dos Passos», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1996, n.º IPA PT040207030028.

<sup>1306</sup> Informação constante de um cartaz à entrada do Museu.



decorativas. Para o futuro, está projectada a construção de um novo espaço museológico no complexo da Santa Casa edificado na Quinta do Serrado<sup>1307</sup>.

Também nesta década, a Misericórdia de Pedrógão Grande reuniu um conjunto de pintura, imaginária e mobiliário – que inclui telas dos séculos XVI e XVII e escultura quatrocentista da Escola Coimbrã –, dando origem a um Museu de Arte Sacra. Instalado na denominada *Sala da Irmandade*, uma dependência anexa da sua igreja, dispõe os quadros pelas paredes, entremeando os exemplares de escultura, suportados por singelos plintos<sup>1308</sup>.

Em Vila Franca de Xira, o Museu de Arte Sacra Orlando d’Almeida Vieira ocupou um imóvel contíguo à igreja da Misericórdia, em 1992, após dois anos de obras de beneficiação do edifício para fins museológicos<sup>1309</sup>. Todavia, limitações logísticas e financeiras não permitem a abertura permanente ao público, carecendo de marcação para visitas, ainda que a Santa Casa vila-franquense pretenda, com a colaboração do Município, criar condições para isso. Distribuído por dois pisos, em várias salas, além do património móvel original da Misericórdia, com o mobiliário e obras características destas instituições, exibem-se vestes litúrgicas, oferecidas por paróquias, irmandades e confrarias, caixas de esmolas, provenientes de igrejas e hospitais, e alguns livros; na sala principal, em expositor concebido para o efeito, patenteia-se a ourivesaria sacra<sup>1310</sup>.

Indissociável do santuário contíguo, a Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos houve por bem mostrar ao público o acervo que reuniu ao longo dos anos, resultado de aquisições, legados e doações, o qual constitui não só uma evocação do seu passado institucional, mas também da memória colectiva matosinhense. Ocupando parte significativa do primeiro piso seu do edifício-sede, o Museu de Arte Sacra daquela irmandade, inaugurado em Janeiro de 1994, correspondeu a um propósito de divulgação, salvaguarda e

---

<sup>1307</sup> Elementos retirados de um cartaz informativo no interior do Museu.

<sup>1308</sup> «Museus», in *Município de Pedrógão Grande* [em linha], Pedrógão Grande, Município de Pedrógão Grande, disponível em URL: <http://www.cm-pedrogaogrande.pt/index.php/cultura/museus> (acedido em 19 de Janeiro de 2011); «Igreja da Misericórdia de Pedrógão Grande e edifício contíguo», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 1991, n.º IPA PT021013020004.

<sup>1309</sup> «Museu de Arte Sacra Orlando de Almeida Vieira», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2000, n.º IPA PT031114090027.

<sup>1310</sup> «Museu de arte sacra Orlando D’Almeida é a jóia da Misericórdia», in *O Mirante...*, *cit.*, A. XX, n.º 792, de 18 de Outubro de 2007.

“rentabilização pedagógica”<sup>1311</sup>, pelo que, nesse sentido, vem promovendo intervenções de conservação e restauro nas suas colecções e integrou a MuMa – Rede Municipal de Museus de Matosinhos, criada em 2007, cuja missão consiste em mediar e apoiar o tecido museológico do concelho, providenciando, entre outros, a abertura regular ao público e os serviços educativos<sup>1312</sup>.

A respeito do discurso expositivo empregado, as colecções distribuem-se por diversas salas em cinco núcleos de cariz temático ou tipológico. No átrio do rés-do-chão, à entrada, exhibe-se um conjunto de pintura a óleo com cenas da paixão de Cristo. Avançado para o andar superior, a *Irmandade* é ilustrada pelos retratos dos beneméritos e antigos membros e documentos históricos do século XVII, como os *Estatutos da Confraria* ou a cópia da bula papal de Paulo V, pela qual ficou canonicamente instituída. O nexó de proximidade ao santuário do *Senhor de Matosinhos* ganha corpo no núcleo de ex-votos, composto de modelos de embarcações e variados painéis votivos dos séculos XVIII e XIX – executados, na sua maioria, a óleo sobre madeira, tela ou cobre –, de pendor popular, oferecidos pelos devotos em sinal de agradecimento por graças recebidas ou pela cura de enfermidades. Outro sector, classificado de *Arte Sacra*, compreende alguns objectos em talha dourada e imagens policromadas de cariz religioso popular. Nos *Paramentos* sobressaem os têxteis litúrgicos datados do século XVIII, de seda frouxa matizada e bordada a ouro, das diversas tipologias – casulas, dalmáticas, manípulos, estolas, véus de ombros, etc. –, e, em particular, o pálio roxo oitocentista com as armas da confraria e respectiva capa de asperges. Por fim, o *Entesouramento* abarca as alfaias de elevado valor material, em metais nobres e pedras preciosas, contendo cruces de altar e processionais, cálices e patenas, turíbulos e navetas, ostensórios, sacras, resplendores, castiçais, missais, entre outros<sup>1313</sup>.

Ainda no âmbito da museografia, há arranjos dignos de menção ora pela reconstituição funcional, em jeito cenográfico, ora pela associação contextual de obras de arte semanticamente interligadas: o pálio da Misericórdia, sustentado pelas respectivas varas e flanqueado

<sup>1311</sup> *Santa Casa [da] Misericórdia [do] Bom Jesus [de] Matosinhos. Núcleo Museológico [desdobrável]*, Matosinhos, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos, s. d.

<sup>1312</sup> «Rede de Museus de Matosinhos», in *Matosinhos. Câmara Municipal* [em linha], Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, disponível em URL: [http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=11770](http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=11770) (acedido em 4 de Dezembro de 2010).

<sup>1313</sup> *Santa Casa [da] Misericórdia [do] Bom Jesus [de] Matosinhos...*, cit.

pelas lanternas processionais, sob o qual se abriga um ostensório; e, noutro espaço, em largo expositor, um frontal de altar enquadrando um grupo de artefactos litúrgicos vinculados ao altar, em particular as sacras, cálices, candelabros e castiçais<sup>1314</sup>.

Inserida nas comemorações dos 400 anos da fundação da Santa Casa matosinhense, esteve patente na Galeria Municipal uma exposição temporária monográfica, de 3 de Novembro a 2 de Dezembro de 2007, organizada em parceria pela irmandade e pelo município local, intitulada *Tesouros de Prata/Thesaurus Argentæ: Espólio da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos*, que almejou dar mais visibilidade àquela instituição junto da comunidade, trazendo a lume alguns dos exemplares da sua colecção de prataria<sup>1315</sup>.

A Misericórdia da Ericeira fundara, em 1 de Junho de 1937, o Museu Regional da Vila da Ericeira, em parceria com a Junta de Freguesia e a Junta de Turismo locais, com o intuito de recolher e conservar objectos de valor etnográfico, histórico, arqueológico e artístico relacionados com a vila e arredores. Entretanto denominado Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, abarca núcleos de artes decorativas, de história, de arte sacra e de temática marítima<sup>1316</sup>. Face à dimensão religiosa da instituição, de Julho a Dezembro de 1994, esta acolheu uma mostra de arte sacra, tendo em vista promover a mais significativa e central das suas colecções, ao mesmo tempo que reunia e ordenava um conjunto de peças dispersas. Por outro lado, a calendarização escolhida pretendia atrair o turismo estival, nos três primeiros meses, e o público escolar, nos restantes, assumindo uma postura pedagógica do museu ante a comunidade, à qual não seria alheio o facto de ser organizada por Sérgio Gorjão, irmão daquela Santa Casa e ao tempo a frequentar um curso de especialização em museologia e património cultural. Constituída exclusivamente por espécimes à guarda daquela entidade, o discurso expositivo assentou em seis secções, de acordo com uma estrutura tipológica: *As Procissões da Semana Santa e a Pintura Sacra*; o *Núcleo de Painéis*

<sup>1314</sup> Vd. fotografias em *Tesouros de Prata. Thesaurus Argentæ. Espólio da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos/Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, 2007, pp. 30-33.

<sup>1315</sup> «Tesouros do passado em Matosinhos: No âmbito das comemorações dos 400 anos da Santa Casa da Misericórdia», *Matosinhos Hoje*, Matosinhos, n.º 335, de 7 de Novembro de 2007.

<sup>1316</sup> Sérgio GORJÃO, «O Museu da Ericeira», in *Arte Sacra. Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*, Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, 1994, pp. 21-23.

*Votivos; o Núcleo de Escultura; o Núcleo de Escultura de Oratório; a Paramentaria e Alfaias de Culto; e o Núcleo de Gravuras*<sup>1317</sup>.

Acompanhando o dinamismo museológico da época e as preocupações em torno dos bens culturais, tanto a nível civil quanto eclesiástico<sup>1318</sup>, as misericórdias portuguesas vinham envidando esforços no sentido da criação de espaços que propiciassem a salvaguarda e valorização das suas colecções. No aniversário do alvará régio de criação da Misericórdia de Nisa, esta irmandade inaugurou, a 17 de Novembro de 1996, um Núcleo de Arte Sacra, instalado na sala do Consistório, sobre a sacristia da sua igreja. Expõe uma colecção eclética, com cerca de 40 espécimes do século XVI aos inícios do século XX, relativa à vida religiosa e administrativa da Santa Casa: alfaias litúrgicas, bandeiras processionais, varas de mesário e provedor, documentação<sup>1319</sup>.

Neste mesmo ano, em Aljezur, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, decidiu criar um museu de temática religiosa com o acervo próprio desta instituição, obras pertencentes à Paróquia de Nossa Senhora da Alva, algumas ofertas e aquisições. No entanto, sob a designação Museu de Arte Sacra Monsenhor Manuel Francisco Pardal e instalado no antigo Hospital da Misericórdia de Aljezur, com projecto de arquitectura da autoria de Paulo Louro, abriu ao público somente a 15 de Abril de 2000. A exposição assenta num discurso temático, distribuindo os espécimes por sete expositores de acordo com o tempo litúrgico da Igreja Católica: Advento, Natal, Tempo Comum (I), Quaresma e Semana Santa, Páscoa, Pentecostes e Tempo Comum (II). Um mostrador à entrada contém os objectos pessoais e outros referentes ao patrono do museu, monsenhor cônego Manuel Francisco Pardal<sup>1320</sup>.

Ciente da riqueza histórica e cultural que estas instituições encerram, a UMP instituiu a Comissão do Património Cultural, em 1997, num esforço de sensibilização para a sua salvaguarda, gestão, estudo e divulgação. Depois, durante o triénio 1998-2000 decorreram as comemorações dos 500 anos das Misericórdias portuguesas, caracterizadas por uma

<sup>1317</sup> *Arte Sacra. Arquivo-Museu da Santa Casa...*, cit., pp. 7-8 e 24-25.

<sup>1318</sup> Vd. subcapítulo 3.6. Nução do Património Histórico-Cultural da Igreja.

<sup>1319</sup> *Santa Casa da Misericórdia de Nisa. Secção Museológica de Arte Sacra* [desdobrável], Nisa, Santa Casa da Misericórdia de Nisa, 1996.

<sup>1320</sup> *Museu de Arte Sacra Monsenhor Manuel Francisco Pardal* [desdobrável], Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur/Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, s. d.; «Museu de Arte Sacra Monsenhor Manuel Francisco Pardal», in *RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], cit., disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=4299> (acedido em 19 de Novembro de 2010).

dinâmica muito própria, fomentando a organização de diversas exposições e até a constituição de espaços museológicos, como se viu acima. A consciência despertada pela conjugação destes factos levou a que mais Santas Casas se empenhassem na protecção e valorização dos seus bens históricos e artísticos.

Em 2001, aquando das celebrações dos 430 anos da Misericórdia de Seia, esta anunciou o projecto para criar um museu. Nessa ocasião, a irmandade promoveu a inventariação do seu acervo e realizou uma exposição de arte sacra, ponto de partida para a conversão da sua igreja e casa do despacho em espaço museológico<sup>1321</sup>, o qual abriria ao público em Agosto de 2004<sup>1322</sup>. Aqui, a colecção exibida, formada por espécimes de arte sacra e de artes decorativas, tem uma disposição singela, onde o mobiliário serve de suporte e grandes armários envidraçados acolhem as vestes litúrgicas, penduradas em cabides, e outros objectos correlacionados<sup>1323</sup>. Mais tarde, quando a Fototeca Municipal de Seia produziu uma mostra de fotografia nas galerias da Casa Municipal de Cultura, entre 14 e 25 de Junho de 2006, subordinada ao tema dos *Santuários do Concelho de Seia*, a Misericórdia, de colaboração com aquele organismo, instalou uma pequena exposição de arte sacra no Posto de Turismo, com algumas obras de arte e reproduções em tamanho natural de outras peças da sua colecção, cuja fruição era complementada com ulterior visita ao núcleo museológico da instituição<sup>1324</sup>.

No Alto Alentejo, o Museu da Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão – segundo a lápide comemorativa à entrada – foi inaugurado a 27 de Junho de 2004, no edifício do antigo hospital, por ocasião das comemorações das bodas de ouro sacerdotais do pároco, P.<sup>o</sup> Joaquim Caetano. Reconvertido especialmente para essa função, o imóvel dispõe, no rés-do-chão, de uma sala de exposições temporárias, enquanto a permanente ocupa o primeiro piso,

<sup>1321</sup> «Historial», in *Santa Casa da Misericórdia de Seia* [em linha], Seia, Santa Casa da Misericórdia, disponível em URL: [http://www.misericordiadeseia.pt/site/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=1&Itemid=7](http://www.misericordiadeseia.pt/site/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1&Itemid=7) (acedido em 28 de Setembro de 2010); «Património Arquitectónico», in *Santa Casa da Misericórdia de Seia* [em linha], Seia, Santa Casa da Misericórdia, disponível em URL: [http://www.misericordiadeseia.pt/site/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=11&Itemid=23](http://www.misericordiadeseia.pt/site/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=11&Itemid=23) (acedido em 28 de Setembro de 2010).

<sup>1322</sup> «Espaço Museológico da Santa Casa da Misericórdia de Seia abre em Agosto», in *Porta da Estrela*, cit., de 30 de Julho de 2004.

<sup>1323</sup> Cf. fotografias em «Património Arquitectónico», cit.

<sup>1324</sup> «Bispo da Guarda inaugura exposição “Santuários do Concelho de Seia”», in *Porta da Estrela*, cit., de 10 de Junho de 2006.

em três núcleos temáticos distintos: a história da Santa Casa, através dos seus estatutos, insígnias e documentação; arte sacra, em armários ou dispersa pelo espaço, ou ainda recriando alguns cenários (v. g. o altar coberto pela toalha e respectiva banquetta com a cruz ladeada por castiçais); e a memória do próprio local, o hospital, com os objectos médico-cirúrgicos e a reconstituição de um quarto hospitalar. Habitualmente encerrado, é necessário solicitar a sua visita no Lar da Misericórdia, durante horário de expediente da secretaria deste.

Ainda no mesmo ano, a Misericórdia de Penafiel inaugurou solenemente um Museu de Arte Sacra, a 30 de Outubro de 2004, no âmbito das comemorações do seu 495.º aniversário, instalado na sua igreja<sup>1325</sup>. Curiosamente, dois anos depois, o museu, apesar de já aberto ao público, voltou a ser inaugurado no conjunto de iniciativas que assinalaram a celebração dos 497 anos da irmandade<sup>1326</sup>. A génese deste espaço remonta, porém, a 1981, quando a Santa Casa organizou uma pequena exposição numa sala do lado poente do templo, onde as peças permaneceram durante vários anos<sup>1327</sup>. Durante os anos 90, com a colaboração da DGEMN, empreendeu a beneficiação da ala poente do edifício e a reconversão dos espaços anexos à sacristia em espaço museológico para ali instalar uma exposição permanente acerca da tradição espiritual da Misericórdia<sup>1328</sup>.

O percurso de visita obedece a uma estrutura composta de salas temáticas, realçando as principais devoções destas irmandades. Na recepção, por inerência subordinada ao acolhimento do público, exibem-se alguns espécimes do acervo da Santa Casa que não têm um enquadramento específico: tábuas de legados oitocentistas, testemunho da sua acção no cumprimento de legados pios, em particular a celebração de missas de sufrágio por alma do instituidor e familiares; pintura e escultura de carácter hagiográfico, dos séculos XVII e XVIII; e ourivesaria sacra, nomeadamente um ostensório, uma estauroteca, um turíbulo e respectiva naveta e um cálice com patena e bandeja com as galhetas. A *Sala Mariana* evoca à dedicação das Misericórdias à Mãe de Jesus mediante um núcleo

<sup>1325</sup> Bethania PAGIN, «Penafiel – Museu marca 495º aniversário», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXII, n.º 229, Dezembro de 2004. O sítio do museu na Internet refere, contudo, a inauguração a 31 de Outubro de 2004.

<sup>1326</sup> José VINHA, «Museu e clínica marcam 497 anos da Misericórdia», in *Jornal de Notícias*, cit., de 2 de Novembro de 2006.

<sup>1327</sup> «Museu de Arte Sacra», in *Misericórdia de Penafiel* [em linha], Penafiel, Misericórdia de Penafiel, disponível em URL: <http://www.misericordiapenafiel.pt/MuseuAS.aspx> (acedido em 16 de Fevereiro de 2011).

<sup>1328</sup> «Igreja da Misericórdia de Penafiel / Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Penafiel», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], cit., 2008, n.º IPA PT011311240018.

de imaginária sacra do século XVIII, que inclui uma *Visitação da Virgem* a Sua prima Isabel, uma Nossa Senhora das Dores e um grupo escultórico formado pela Virgem e São José, e uma pintura da *Virgem com o Menino e São João Baptista*. Depois, na *Sala de Cristo* ganha corpo a devoção das Santas Casas à Paixão e Morte de Cristo, traduzida em obras de pintura que retratam o *Calvário* e alguns dos últimos momentos da vida de Jesus, bem como uma pintura sobre tecido do *Santo Sudário*, uma pequena escultura do *Calvário* e um crucifixo de marfim e ainda uma maquete com os instrumentos da Paixão. A *Sacristia*, atendendo à sua função intrínseca, evocada pelo arcaz e pelo altar e retábulo, entre outro mobiliário próprio, acolhe os têxteis litúrgicos, com especial ênfase para o conjunto pontifical oriundo do mosteiro de Paço de Sousa – composto de casula, dalmáticas, pluvial, estolas e manípulo, véu umeral e cortina do Santíssimo Sacramento – e para as mitras e par de luvas que rememoram a efêmera dignidade episcopal de Penafiel<sup>1329</sup>, a qual tinha sede naquele templo. O *Salão Nobre* ocupou o espaço da antiga Casa do Despacho, local de reunião da Mesa da Santa Casa, distinguindo-se pelo tecto estuacado e relevado com as armas da Misericórdia penafidelense no medalhão central e o mobiliário característico, nomeadamente a grande mesa e cadeiras do período josefino. Dado o cunho utilitário deste aposento, mantém um arranjo decorativo, com uma colecção de louças e o retrato de D. Fr. Inácio de São Caetano, bispo de Penafiel. Para concluir, no *Coro Alto* exibem-se as bandeiras da irmandade, alinhadas em dois flancos e suspensas nas respectivas varas. Empregadas nas procissões da Semana Santa, colhem o programa iconográfico do tema da Paixão de Cristo, figurando numa das faces um símbolo dos Passos e na outra o correspondente episódio bíblico<sup>1330</sup>.

A musealização do património das misericórdias incorre amiúde num discurso muito peculiar: a história, a instituição, as valências, a religiosidade. Isto mesmo está patente no Tesouro da Misericórdia de Viseu, inaugurado a 18 de Novembro de 2007, ocupando toda a ala norte da igreja da Misericórdia, desde o rés-do-chão à torre do templo, após requalificação do espaço e restauro do acervo, o qual andava disperso por diversos locais da cidade.

<sup>1329</sup> Circunscrição eclesiástica criada em 21 de Junho de 1770 e extinta a 7 de Dezembro de 1778, com subsequente reintegração na Diocese do Porto [Francisco Ribeiro da SILVA, «Penafiel, Diocese de», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3, cit., pp. 424-426].

<sup>1330</sup> Ana FILIPE, Artur Jaime DUARTE & Miguel MALHEIRO, «Igreja da Misericórdia de Penafiel. Espaço museológico», in *Monumentos*, cit., n.º 23, Setembro de 2005, pp. 140-145.

O trajecto de visita principia no andar térreo, com a evolução da irmandade ao longo de cinco séculos, através de uma sucessão de documentos. Outra sala recorda a farmácia do antigo hospital com frascos de vidro, jarros medidores, boiões, almofarizes e uma balança. No piso superior tem lugar a galeria dos benfeitores, configurada pelos retratos dos beneméritos da Santa Casa viseense, e um sector dedicado aos rituais e obras de fé<sup>1331</sup>.

Entretanto, mais misericórdias deram a conhecer o seu património ou anunciaram a intenção de o fazer. A Santa Casa de Mirandela incluiu um museu de arte sacra na sua nova sede, inaugurada em 8 de Dezembro de 2008<sup>1332</sup>. Na Lourinhã aspira-se a criação do Museu da Santa Casa da Misericórdia. O acervo pictórico desta instituição, que inclui duas obras do denominado *Mestre da Lourinhã*<sup>1333</sup>, está patente na Sala do Despacho da sua igreja, encerrada ao público, contudo, devido ao mau estado de conservação. Com o intuito de prover melhores condições à colecção, a Santa Casa pretende avançar com a remodelação das antigas instalações do Centro de Saúde, das quais é proprietária, no sentido da sua conversão em museu para expor aquele património<sup>1334</sup>. Em terras da vetusta Egitânia, a Misericórdia de Proença-a-Velha anunciou a instalação de um museu de arte sacra, o qual, ao abrigo de protocolo firmado com a Diocese de Portalegre-Castelo Branco, albergará algum do património religioso espalhado pela região<sup>1335</sup>. O Município de Idanha-a-Nova, parceiro no projecto, adquiriu um edifício anexo à igreja da Misericórdia com vista à sua adequação a fins museológicos e funcionamento em articulação com o templo<sup>1336</sup>.

<sup>1331</sup> Rui BONDOSO, «Bens da Misericórdia dão corpo a novo museu», in *Jornal de Notícias*, cit., de 23 de Novembro de 2007; «Viseu – Tesouro da Misericórdia», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXV, n.º 262, Dezembro de 2007.

<sup>1332</sup> «Mirandela: Nova sede com apoio da autarquia», in *Voz das Misericórdias*, cit., A. XXVII, n.º 273, Janeiro de 2009.

<sup>1333</sup> Vd. Dalila RODRIGUES, «A pintura no período manuelino», in Paulo PEREIRA (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 223; *Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã* [desdobrável], Lourinhã, Câmara Municipal da Lourinhã, s. d.

<sup>1334</sup> Flávia CALÇADA, «Salve uma pintura antiga», in *Jornal Oeste Online* [em linha], cit., de 16 de Abril de 2007, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=15724> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008).

<sup>1335</sup> «Futuro museu vai mostrar espólio religioso espalhado pela região», in *Voz das Beiras*, Viseu, de 25 de Agosto de 2005.

<sup>1336</sup> Cristina Mota SARAIVA, «Museu de Arte Sacra vai avançar», in *A Reconquista*, cit., de 16 de Abril de 2009.



### 3.12.4. Misericórdias e poder local

A acção das Misericórdias decorre do princípio evangélico da caridade, mas a consciência do valor histórico e cultural do património reunido ao longo dos anos motivou a constituição de espaços museológicos e a organização de exposições temporárias que visassem a sua defesa, preservação, salvaguarda e divulgação, aproveitando ainda o seu potencial catalisador de desenvolvimento económico e social. Todavia, sem comprometer este preceito, algumas irmandades optaram por colocar os seus acervos artísticos à disposição de projectos mais amplos, empreendidos pelo poder local.

Datam de 1983 as primeiras diligências da Câmara Municipal de Alcochete no sentido de dotar o concelho com uma instituição museológica, promovendo obras de adaptação para o efeito numa casa de habitação. O Museu Municipal de Alcochete abriu a 13 de Agosto de 1988, com as colecções da autarquia e outros objectos entretanto recolhidos em campanhas arqueológicas, programando desde o início um organismo polinucleado, que previa a abertura de um núcleo das salinas e um núcleo rural<sup>1337</sup>.

Na realidade, o museu viria a estabelecer o Núcleo do Sal, em 1990, e o Núcleo de Arte Sacra, inaugurado em 21 de Novembro de 1993. Este resultou de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Santa Casa da Misericórdia da mesma vila, em cuja igreja foi instalado, após profunda intervenção de restauro, durante três anos, a cargo da Autarquia<sup>1338</sup>. Apesar da adaptação para fins museológicos, aproveitou-se a estrutura original do templo, dando origem a quatro áreas expositivas: a nave, a sacristia, o coro e uma sala de exposições temporárias.

O acervo, em grande parte propriedade da Santa Casa alcochetana, compõe-se maioritariamente de obras de pintura, do século XVI ao século XIX, incluindo também alguns espécimes de ourivesaria sacra, indumentária litúrgica, imaginária e um fundo documental. Em 2004, recebeu ainda escultura proveniente das escavações arqueológicas realizadas na

---

<sup>1337</sup> Maria Clara de Frayão CAMACHO, *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*, Lisboa, 1999 (Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Universidade Nova de Lisboa, mimeog.). p. 268; *Museu Municipal. Núcleo Sede* [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, s. d.

<sup>1338</sup> *Alcochete. Um Passeio à Beira-Tejo*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2007, p. 42.

antiga igreja de Santa Maria da Sabonha. O corpo da igreja patenteia o património integrado, em particular o retábulo do altar-mor<sup>1339</sup>.

A opção adoptada em Alcochete visou, em primeiro lugar, recuperar um imóvel degradado, atribuindo-lhe uma nova função, mas com um vínculo simbólico ao seu uso primordial. O espaço sagrado mantém a disposição cultural, enquanto os anexos acolhem os testemunhos da entidade assistencial que ali existiu, sob a forma de obras de arte ou documentação, configurando ainda um ambiente natural para albergar espécimes de arte sacra de outra proveniência, que evidenciam a religiosidade popular da região.

No sudeste alentejano, o Museu de Mértola brotou no seio de uma estreita relação entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola, o qual, desde 1978, envidou esforços para fomentar o levantamento, estudo e pesquisa dos bens arqueológicos, etnográficos e artísticos da região de Mértola e proceder à sua conservação e protecção. Assente numa estrutura polinucleada, começou a ganhar forma em 1989 com a abertura ao público do primeiro núcleo museológico, a *Casa Romana*, ao qual se vêm juntando outros pólos que dão corpo à Vila Museu. O Núcleo de Arte Sacra/Porta da Ribeira foi inaugurado em Abril de 2001, na antiga igreja da Misericórdia<sup>1340</sup>. A 3 de Junho de 2004, a Câmara Municipal firmou um protocolo de colaboração com o Campo Arqueológico acerca da gestão do museu, outorgando a tutela da instituição ao município e a direcção e gestão científica àquela associação cultural<sup>1341</sup>.

Em consequência da desamortização do património das Santas Casas e dos demais institutos pios ou de beneficência, resultante da Lei de 22 de Junho de 1866<sup>1342</sup>, que diminuiu consideravelmente a sua capacidade económica e ditou o enfraquecimento da sua

---

<sup>1339</sup> *Ibidem*; *Museu Municipal. Núcleo Arte Sacra* [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, s. d.

<sup>1340</sup> *Regulamento Interno do Museu de Mértola*, Mértola, Agosto de 2006, preâmbulo e art. 1.º

<sup>1341</sup> *Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola, sobre a Gestão do Museu de Mértola*, Mértola, 3 de Junho de 2004, cláusula 1.ª

<sup>1342</sup> António Martins da SILVA, «A desamortização», *cit.*, p. 339.

acção<sup>1343</sup>, a irmandade mertolina viveu um acentuado período de decadência até aos alvares da III República, começando então a recuperar o prestígio de outrora<sup>1344</sup>.

Apesar de ter servido para os ofícios litúrgicos da paróquia, entre 1948 e 1950, enquanto decorriam o restauro da igreja matriz, logrando por isso pequenos arranjos e o devido mobiliário, o templo da Misericórdia evidenciava marcada degradação nos finais dos anos 70. Envolvido pelos trabalhos de reabilitação urbana e musealização de Mértola, em 1982, após obras gerais de beneficiação na nave e sacristia, acolheu a primeira iniciativa do embrionário projecto museológico da vila. Durante alguns anos esteve ali patente uma mostra dos vestígios exumados nas escavações arqueológicas e um conjunto de imaginária e de alaias religiosas de igrejas paroquiais do concelho, já desafectado do culto e em precárias condições de conservação e segurança. Simultaneamente, nas duas dependências anexas funcionava uma oficina de restauro e o depósito de documentação do arquivo histórico municipal. No correr da década de 90, estes imóveis foram alvo de recuperação geral e adaptação a fins museológicos, cuidando, porém, que não comprometesse o valor patrimonial e simbólico da igreja da Misericórdia e em especial as cerimónias anuais da procissão do Senhor dos Passos, à qual a irmandade e respectivo templo estão indelevelmente arraigados.

No que respeita ao acervo deste núcleo de arte sacra, em virtude do vínculo à Santa Casa mertolense, inclui o património artístico que dela subsiste, ora o integrado ora a imaginária, a pintura e as varas oitocentistas de sustentação dos círios que os irmãos transportavam nas procissões, acrescentado por imagens recolhidas em outras igrejas do território, com o conhecimento e acompanhamento das populações locais, pelos antigos retábulos e pela ourivesaria da igreja matriz, desde há muito sob tutela e guarda da Câmara Municipal. O discurso expositivo, por sua vez, assentou num programa museográfico que “procurou tirar partido das vocações originais dos diferentes espaços, das suas dimensões e configurações”. Nesse sentido, e porque a musealização não podia inviabilizar a funcionalidade da área cultural, o arranjo da igreja consistiu na manutenção *in situ* do altar-mor e sacrário e no aproveitamento das paredes laterais, deixando livre o eixo da nave, mediante a colocação das duas tábuas retabulares

<sup>1343</sup> Pedro PENTEADO, «Misericórdias nos séculos XIX-XX», s. v., in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, cit., pp. 457-458.

<sup>1344</sup> Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA, «A Misericórdia de Mértola», in Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA (coord.), *Museu de Mértola. Porta da Ribeira. Arte Sacra*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 60-61.

à entrada, seguidas dos expositores adossados à parede, onde se exhibe parte substancial da colecção de imaginária. Na sacristia os vãos e reentrâncias acomodaram os mostradores para a ourivesaria, imaginária e outros artefactos de carácter votivo.

Dado que era impraticável formar núcleos temáticos autónomos, em virtude do traçado dos espaços e da discrepante representatividade das colecções, a disposição dos espécimes visa a coerência pela concentração das obras mais relevantes no mesmo sector e pela criação de segmentos expositivos em torno de um tema abrangente: o emprego funcional do complexo arquitectónico e a história da Misericórdia de Mértola, “ilustrada com painéis explicativos e peças de diferente tipo e qualidade, como a excepcional imagem da Virgem e os círios que os Irmãos empunhavam quando participavam nos cortejos processionais”<sup>1345</sup>.

A vila de Mértola abraçou um amplo e peculiar projecto museológico, decorrente de uma preocupação social e pedagógica e estribado numa linha de valorização patrimonial e cultural do concelho. Neste contexto, o legado histórico e artístico da Santa Casa local, embora em articulação com outros objectos sacros da região, evoca não apenas o passado da instituição mas sobretudo o viver religioso das gentes mertolenses, plasmado nos artefactos e tradições que o museu ajudou a manter vivos, em especial a procissão do Senhor dos Passos. A musealização da igreja da Misericórdia, pela atenção ao carácter funcional do espaço cultural, deu um forte contributo para a preservação do património imaterial daquela irmandade e da povoação.

No âmbito das comemorações dos 800 anos do primeiro foral concedido por D. Sancho à vila de Sesimbra, em 2001, a Câmara Municipal levou a efeito a exposição *Tempo e Devoção: Sete Séculos de Arte Sacra em Sesimbra*, entre 25 de Julho e 1 de Setembro, no Auditório Conde Ferreira. Este evento almejava, todavia, um duplo objectivo: assinalar a antiguidade do Concelho, mediante um conjunto representativo do seu património artístico; e preparar a abertura ao público de um museu de arte sacra no edifício da capela do Espírito Santo dos Mareantes<sup>1346</sup>, em resultado de um acordo firmado entre o Município e a Misericórdia sesimbrense.

---

<sup>1345</sup> Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA & Rui MATEUS, «De espaço-igreja a espaço-museu», in J. M. F. BOIÇA (coord.), *Museu de Mértola...*, cit., pp. 37-51.

<sup>1346</sup> Cujas ruínas haviam sido arrendadas pela autarquia, em 14 de Janeiro de 1947, à Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre, proprietária do imóvel, para ali instalar a biblioteca municipal.

A selecção de espécimes exibida provinha das colecções de arte sacra daquelas instituições e ainda das paróquias de Santiago e do Castelo, bem como do santuário do Cabo Espichel. Sob comissariado científico de Fernando António Baptista Pereira, o seu discurso expositivo assentava, contudo, numa “sequência didacticamente cronológica dos sete séculos de Arte Sacra [...] evocados, pondo em diálogo as formas artísticas e o universo devocional que lhes dava sentido”. O acervo, com cerca de meia centena de peças, datado do século XIV ao século XX, estava disposto em quatro núcleos, alternando harmoniosamente a escultura e a pintura – as tipologias que reuniam maior número de obras –, embora incluísse alguns documentos históricos e alfaias litúrgicas.

O primeiro sector rememorava as origens do povoamento e do concelho, ilustradas com o livro do *Tombo da Vila e o Foral Manuelino* e ainda uma Nossa Senhora com o Menino, de alabastro, o mais perene vestígio do primitivo templo de Nossa Senhora do Castelo. No núcleo seguinte tinham lugar a escultura quatrocentista de São Sebastião e a pintura quinhentista daquele santuário e da capela dos Espírito Santo dos Mareantes, remetendo para o período de desenvolvimento urbano ribeirinho. A secção central da exposição era dominada pelo acervo da Misericórdia, ainda que pontualmente entrecortado por objectos de outra proveniência, ora por motivos de cronologia, ora por razões de estética museográfica. Neste conjunto avultava a pintura da *Visitação*, de 1763, que outrora tapava a boca do trono do altar-mor da igreja da Misericórdia, e o painel quinhentista de Gregório Lopes, figurando Nossa Senhora da Misericórdia, antigo retábulo do mesmo templo. Imaginária barroca e as bandeiras processionais da irmandade completavam o núcleo. Depois vinha o sector dedicado à empreitada setecentista de reconstrução e embelezamento do santuário do Cabo Espichel, evocada por pintura daquela fase e pela berlinda processional e maqui-neta com a imagem de Nossa Senhora do Cabo. A devoção popular ganhava corpo no conjunto de pinturas votivas que se estendia até meados do século XX. Um expositor com escultura de pequena dimensão e alfaias sagradas dos tesouros da igreja matriz e da Misericórdia encerrava a mostra<sup>1347</sup>.

---

<sup>1347</sup> Fernando António Baptista PEREIRA, «Tempo e Devoção: Sete Séculos de Arte Sacra em Sesimbra», in *Tempo e Devoção. Sete Séculos de Arte Sacra em Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2001, pp. 9-11.

O esforço de inventariação e estudo votado à organização deste evento teve continuidade no Núcleo Museológico da Capela do Espírito Santo dos Mareantes, inaugurado a 18 de Dezembro de 2004, o primeiro do Museu Municipal de Sesimbra<sup>1348</sup>. Em virtude das campanhas arqueológicas levadas a cabo naquele local, durante os anos 70 e inícios do decénio seguinte, que puseram a descoberto vestígios do antigo hospital, este pólo museológico compreende duas áreas distintas: uma ao nível do solo, para a arte sacra; a outra na cave, onde se exibem os objectos recolhidos nas escavações e interpretam os restos do primitivo espaço assistencial<sup>1349</sup>.

O acervo de arte sacra, seleccionado com base naquela exposição, mas reduzido a pouco mais de uma quinzena de espécimes e às tipologias de pintura e escultura, inclui obras de arte maioritariamente oriundas desta capela e das colecções da Misericórdia, em particular o notável painel de Gregório Lopes, a pintura da *Visitação*, que encerra o percurso cronológico no altar-mor, e as bandeiras processionais<sup>1350</sup>. O discurso é semelhante ao empregado na mostra de 2001 que lhe serviu de suporte.

Tal como sucedeu nos exemplos anteriores, o património artístico da Santa Casa de Sesimbra está ao cuidado de um museu tutelado pelo poder local, o qual assegura condições de estudo, salvaguarda e valorização, articulando-o com espécimes de outras proveniências num discurso mais abrangente que reflecte a vivência religiosa de uma comunidade e das suas instituições. Sobressai aqui, no entanto, uma organização segundo critérios cronológicos, traçando uma evolução estética em obediência aos preceitos da História da Arte, decerto resultante do domínio científico do comissariado.

Acerca do relacionamento entre as Misericórdias e as autarquias merece ainda menção o trabalho desenvolvido pelo Museu d'Arte, em Fão – tutelado pela Câmara Municipal de Esposende –, junto das Santas Casas de Fão e de Esposende. Inaugurado em 2004, esta entidade assume o seu empenho no apoio ao exterior, disponibilizando a sua experiência e saber técnico. Neste contexto, o Município de Esposende celebrou um protocolo de colaboração com

<sup>1348</sup> «Inaugurado novo museu», in *Município Sesimbra. Boletim Informativo da Câmara Municipal de Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, A. 6, n.º 73, Dezembro de 2004, pp. 6-7.

<sup>1349</sup> João Seabra GOMES, «Intervenção na antiga Capela e *espiritual* do Espírito Santo dos Mareantes em Sesimbra», in *Monumentos, cit.*, n.º 23, Setembro de 2005, pp. 156-163.

<sup>1350</sup> *Capela e Hospital do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2004, pp. 11-35.

aqueles irmandades no sentido de proceder à inventariação, estudo e divulgação dos seus acervos, dando origem à exposição *Com-paixão: A Virgem e as Santas Mulheres*, patente no museu fangueiro de 23 de Julho de 2005 a 25 de Junho de 2006. Inserida num ciclo de exposições em torno da temática “Mulher”, a mostra pôs em realce os cultos ao feminino naquelas instituições através de um conjunto de pintura e escultura dos séculos XVIII e XIX, figurando diversas invocações da Virgem e passos da Sua vida, em particular relacionados com a Paixão de Cristo, e outras mulheres que se distinguiram pela santidade<sup>1351</sup>.

Mais recentemente, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo anunciou a criação de um núcleo museológico de arte sacra, a instalar na igreja da Misericórdia e organicamente integrado no museu municipal, uma estrutura polinucleada. Depositário do acervo da irmandade, ao abrigo de protocolo, o município manifestou o interesse na sua preservação e divulgação no quadro da história da devoção religiosa local e em particular da Santa Casa. O esforço de valorização passará não apenas pelos bens móveis, mas também pela reabilitação daquele templo e respectivo património integrado. Em termos de ordenamento, prevê uma exposição permanente no piso térreo, onde existe a sacristia e uma sala lateral de grandes dimensões, mantendo a articulação com a zona cultural da nave, e, no andar superior, um gabinete de trabalho, as reservas e uma sala de arquivo da Misericórdia<sup>1352</sup>.

### **3.12.5. Casa-Museu Padre Belo: dinâmica em torno de uma doação**

Um dos factores de enriquecimento do património das Misericórdias é a generosidade dos seus beneméritos, tanto por doação quanto por legado. Entre as variadas formas que assume – desde o imobiliário ao pecuniário –, encontram-se os bens artísticos, de natureza diversa, que, em alguns casos, deram origem a espaços museológicos, nomeadamente dedicados ao próprio benfeitor, como o Museu José Luciano de Castro, da Santa Casa da Anadia, ou a Casa-Museu Padre Belo, da Misericórdia do Crato.

Baseados nos acervos reunidos pelos patronos, dentro de um espírito colecionista, reflectem uma visão que se distingue dos habituais museus das Misericórdias. Não obstante,

<sup>1351</sup> *Com-paixão. A Virgem e as Santas Mulheres*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende, 2005, pp. 5-7 e 26-59.

<sup>1352</sup> Maria João PINA, «Novo Museu de Arte Sacra vai recuperar Igreja da Misericórdia», in *Jornal de Ferreira*, Ferreira do Alentejo, Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, A. XV, n.º 49, Março de 2009.

é particularmente digno de nota este museu do Crato, já que acolhe uma apreciável colecção de arte sacra e religiosa, doada pelo P.<sup>e</sup> Francisco António Rosado Belo à Santa Casa cratense, junto com a respectiva habitação e recheio.

O donatário, a residir naquela vila desde os cinco anos de idade, ordenado presbítero em 1958, foi para Roma, em 1971, onde se licenciou em Arqueologia Cristã, no Pontifício Instituto di Roma. De regresso a Portugal, assumiu o lugar de conservador do Museu Municipal de Portalegre e, por inerência, da Casa-Museu José Régio, naquela cidade, e integrou a Comissão de Arte Sacra da Diocese de Portalegre-Castelo Branco. Entre 1977 e 1979, exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Crato, deixando marcas importantes na qualificação urbana e arquitectónica do concelho. Nomeado vigário paroquial da cidade de Abrantes, em Setembro de 1986, ali permaneceu até à sua morte, em Junho de 2008<sup>1353</sup>.

Submetida a obras de ampliação e adaptação para fins museológicos, em atenção à vontade expressa do doador, a Casa-Museu Padre Belo teve abertura e bênção presidida pelo Bispo de Portalegre-Castelo Branco, D. Augusto César Alves Ferreira da Silva<sup>1354</sup>, a 27 de Julho de 2003, e inauguração oficial pelo Ministro da Cultura, a 22 de Novembro do mesmo ano<sup>1355</sup>. Todavia, a Misericórdia já desde 1995 – por ocasião das celebrações dos 800 anos do nascimento de Santo António – que vinha realizando exposições temporárias temáticas, com o intuito de promover o acervo, ora em instituições do Crato, ora noutras localidades, como Abrantes, Campo Maior, Lisboa e Nazaré<sup>1356</sup>.

<sup>1353</sup> «Faleceu o Padre Francisco Belo», in *O Distrito de Portalegre, cit.*, de 5 de Junho de 2008; «Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre Belo», in *O Distrito de Portalegre, cit.*, de 12 de Junho de 2008.

<sup>1354</sup> *Reg.* 1978-2004.

<sup>1355</sup> De acordo com os painéis afixados à entrada do museu.

<sup>1356</sup> *Santo António – 800 anos*, na Biblioteca Municipal do Crato (Outubro de 1995) e na Misericórdia de Abrantes (Junho de 1996); *Nossa Senhora da Conceição – 350 anos*, no Palácio Sá Nogueira, Crato (Dezembro de 1997); *O Menino Jesus está Partido*, no Museu do Café, Campo Maior (Janeiro de 1998); *O Natal e a Criança*, na Presidência da República, Palácio de Belém, Lisboa (Janeiro de 1998); *Maria – Nossa Senhora da Nazaré*, na Confraria de Nossa Senhora da Nazaré (Setembro de 1998); *Jesus, O Menino o Menino do Presépio*, no Museu Municipal do Crato (Janeiro de 1999); *Paixão, Morte e Ressurreição*, no Hospital de São José, Lisboa e no Museu Municipal do Crato (Março-Abril de 2000); *Maio, Mês de Maria*, no Hospital de Santa Marta, Lisboa (Maio de 2000); *Grande Exposição do Jubileu “Cristo, Ontem, Hoje, Sempre”*, no Museu Municipal do Crato (Dezembro de 2000 a Janeiro de 2001), e no Museu do Café, Campo Maior (Dezembro de 2000 a Fevereiro de 2001); e *Virgem Maria – Itinerário Mariano*, no Museu de Arte Sacra, Campo Maior (Dezembro de 2000 a Fevereiro de 2001), conforme a lista publicada em «Casa Museu Padre Belo», in *Santa Casa da Misericórdia da Vila do Crato* [em linha], Crato, Santa Casa da Misericórdia da Vila do Crato, disponível em URL: <http://scmcrato.com/index1.php?p=10> (acedido em 3 de Setembro de 2010).



No que respeita ao discurso expositivo, este museu compreende duas áreas distintas, embora complementares: o espaço de vivência mais íntima do P.<sup>e</sup> Francisco Belo e as salas de exposição que acolhem a sua colecção de arte. Na primeira zona incluem-se os aposentos de residência e trabalho, nos quais o sacerdote deixou o seu cunho pelo modo como decorou as paredes e arrumou o mobiliário: o escritório; o quarto de dormir, com os objectos pessoais e imagens do *Menino Jesus de Praga*, por quem nutria especial devoção; a sala de jantar, decorada com um conjunto de faiança; e a cozinha, dotada com os tradicionais artefactos. As dependências subordinadas ao acervo de arte sacra, por sua vez, obedecem a uma distribuição temática, concebida pelo presbítero, que, ao longo da vida, ali ia dando forma à sua colecção, fortemente vinculada à afeição pela infância do Deus Menino.

O percurso desde sector começa no primeiro andar com a *Sala do Presépio*, o tema principal, que ocupa a maior divisão da casa, onde se evidencia uma composição da *Natividade* em escultura de vulto, prosseguindo pela *Sala de Santo António*, em virtude do seu nexa ao Menino Jesus, e pela *Sala de São Francisco*, tradicionalmente associado à criação do presépio. De volta ao piso inferior, a *Sala de Nossa Senhora* alude à padroeira do Crato, Nossa Senhora da Conceição, e conclui-se a visita na *Sala dos Cristos*, dominada por representações do *Calvário*, sobressaindo, porém, uma imagem de *Cristo Ressuscitado*, em jeito de evocação final para o mistério da fé<sup>1357</sup>.

Com uma colecção eclética, que encerra objectos de arte sacra, das diversas tipologias, e artefactos de cariz devocional, o discurso expositivo pauta-se por um arranjo museográfico essencialmente decorativo – dentro dos temas fixados para cada sala –, marcado pela profusão e pontuais esquemas cénicos, muito caro aos gabinetes de curiosidades, denunciando alguma influência da Casa-Museu José Régio, em Portalegre, na qual o poeta acumulou as suas colecções, desde a ocupação de um humilde quarto de pensão, alugando sucessivas dependências à medida que as acrescentava, até se tornar no único hospede da casa<sup>1358</sup>. Apesar disso, a Santa Casa do Crato manteve a museografia estabelecida pelo coleccionador; na sala de exposições temporárias vem promovendo assiduamente mostras

<sup>1357</sup> *Casa Museu Padre Belo* [desdobrável], Crato, Santa Casa da Misericórdia do Crato, s. d.

<sup>1358</sup> Em 1965 o acervo foi vendido à Câmara Municipal de Portalegre, com reserva de usufruto, na condição de esta adquirir, restaurar e converter em museu [Casa-Museu José Régio], in *Município de Portalegre*, [em linha], Portalegre, Município de Portalegre, disponível em URL: <http://www.cm-portalegre.pt/page.php?page=617> (acedido em 23 de Outubro de 2009)].

de carácter temático, em jeito de rotatividade do acervo e assentes em critérios de apresentação hodiernos.

A Casa-Museu Padre Belo constitui um caso peculiar, não apenas no que respeita à musealização do património das Misericórdias, mas da arte sacra em geral. A irmandade cratense assumiu a valorização e dinamização cultural de uma doação, tarefas levadas a efeito mediante um ciclo de exposições no exterior e uma ampliação do imóvel, dotando-o de condições essenciais à acção museológica – área de acolhimento ao público e serviços, sala de exposições temporárias, reservas, acessibilidade –, sem desvirtuar, contudo, a estrutura, ambiência e colecções da habitação que lhe deu origem<sup>1359</sup>, conquanto o acervo de arte sacra e religiosa se encontre disposto por salas temáticas, em obediência a um discurso coerente, denunciando a devoção pessoal e a intenção paramuseológica do P.<sup>e</sup> Francisco Belo, por certo resultado da sua formação académica nos domínios da teologia e da arqueologia cristã.

A musealização dos bens culturais das Misericórdias portuguesas teve início com o *Thesouro da Capella* de São João Baptista, mais tarde Museu de São Roque, na esteira das exposições de arte ornamental tardo-oitocentistas e no âmbito das comemorações do quarto centenário da fundação da Santa Casa de Lisboa. Assumindo a traça de um museu de arte, esta instituição acompanhou as evoluções e exigências da ciência museológica, mas, ao longo dos últimos anos, o seu discurso expositivo sofreu alterações no sentido de uma articulação com a área do templo e de uma narrativa temática que traduz a história do local onde o museu se encontra, desde a construção da ermida de São Roque até à instalação da irmandade ulissiponense.

Não obstante, a difusão dos espaços museológicos das Misericórdias ocorreu somente a partir da década de 80, em consonância com a implementação das novas políticas culturais da república democrática e subsequente desenvolvimento dos museus locais, ora inseridos na dinâmica cultural das autarquias, enquanto factor de conhecimento do território, ora promovidos pelas próprias irmandades, nas quais ia despertando a necessidade de salvaguarda,

---

<sup>1359</sup> Cf. Rosanna PAVONI, «Towards a definition and typology of historic house museums», in *Museum International*, Paris, UNESCO, Vol. LIII, n.º 2, April 2001, pp. 16-21; Giovanni PINNA, «Introduction to historic house museums», in *Museum International*, cit., Vol. LIII, n.º 2, April 2001, pp. 4-9; António PONTE, «Casas-Museu: Museu do Privado versus Espaços de Público», in *Museologia.pt*, cit., n.º 2, 2008, pp. 90-107.

preservação, estudo e divulgação do seu património, consubstanciada na Comissão do Património Cultural da União das Misericórdias Portuguesas, instituída em 1997. O ciclo de comemorações dos 500 anos da fundação da Santa Casa de Lisboa, durante o triénio 1998-2000, deu um novo impulso nesta matéria, nomeadamente em consequência das actividades que se desdobraram por todo o país e, muito em particular, da exposição nacional *500 Anos das Misericórdias Portuguesas*, que contou com espécimes emprestados por diversas irmandades, deixando nelas uma influência latente.

Reflexo da acção e do passado das Santas Casas, estes museus assentam habitualmente em acervos que integram elementos religiosos e incluem amiúde objectos profanos, relacionados não só com os benfeitores e os aspectos históricos e administrativos das irmandades, como também evocadores da missão social e assistencial que as distingue. Além das alaias sagradas – no sentido mais amplo do conceito –, empregadas nas cerimónias litúrgicas e idênticas às que se encontram nos demais templos católicos, há obras de arte e programas iconográficos muito característicos, designadamente vinculados às procissões da Semana Santa e à devoção destas irmandades, marcada pela adesão à espiritualidade da Paixão de Cristo e pela meditação em torno da dimensão protectora e intercessora de Maria, contribuindo sobremaneira para a concepção e definição dos discursos expositivos.

### **3.13. Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima**

Situado num vértice religioso peculiar em Portugal, o Museu de Arte Sacra e Etnologia, em Fátima, funciona como ponto de articulação entre três realidades distintas: o fenómeno das Aparições da Cova da Iria, o contexto missionário da instituição que o tutela e a Etnologia.

Aberto ao público em 1991, no Instituto Missionário da Consolata, organismo que o tutela, reúne uma vasta colecção de arte sacra portuguesa e de artefactos etnográficos oriundos de vários países do mundo<sup>1360</sup>. A sua exposição narra a história de Cristo e das Missões, conduzindo o visitante pelos mistérios da fé cristã e pelos trilhos da difusão do Evangelho através dos cinco continentes<sup>1361</sup>.

<sup>1360</sup> *Museu de Arte Sacra e Etnologia* [desdobrável], Fátima, Instituto Missionário da Consolata, s. d.; Henrique Coutinho GOUVEIA, «Museus e museologia», in M. B. da CRUZ (coord.) & N. C. GUEDES (coord.), *op. cit.*, p. 219; «Museu de Arte Sacra e Etnologia», in *Roteiro de Museus*, *cit.*, pp. 164-165; M. D. DUARTE, *op. cit.*, p. 363.

<sup>1361</sup> *Museu de Arte Sacra e Etnologia...*, *cit.*

O percurso divide-se por salas temáticas, numa linha confessional e catequética. Na *Sala da Natividade* exibem-se diversos presépios e imagens da infância de Jesus, na maioria de origem portuguesa e indo-portuguesa, as mais antigas datadas do século XVI. Depois, a *Sala da Paixão* apresenta um conjunto de figuras relacionadas com a paixão e morte de Cristo, crucifixos dos séculos XIV ao XX, bem como a indumentária e alfaias litúrgicas. O mandato de evangelização, desde o Pentecostes até aos nossos dias, está patente na *Sala da Ressurreição e Missão*, em espécimes que evidenciam, sobretudo, a participação portuguesa na época dos Descobrimentos. No final, a *Sala de Etnologia* acolhe uma colecção de objectos etnográficos de uso quotidiano dos povos das zonas de missionação. Em 2000, por ocasião da beatificação de Jacinta e Francisco Marto, inauguraram a *Sala dos Pastinhos*, onde se expõe a relíquia do Beato Francisco – o carapuço – e a pedra do túmulo onde jaziam os videntes antes da sua transladação para a basílica do Santuário de Fátima<sup>1362</sup>.

Regularmente, a *Sala de Exposições Temporárias* alberga mostras de curta duração, cujas temáticas se coadunam com o âmbito científico do Museu, ora de arte sacra ou religiosa, ora de etnografia relacionada com as missões e seu encontro com os povos, tanto de épocas remotas quanto da contemporânea.

A partir de inícios da década de 2000, assistiu-se a uma nova dinâmica do Museu, à qual não será alheia, certamente, a entrada de Gonçalo Cardoso para os seus quadros, na qualidade de técnico superior, e, mais tarde, em 2005, ascendendo ao cargo de director<sup>1363</sup>. Na realidade, a instituição registou um incremento das suas actividades de extensão cultural, com um programa regular de exposições temporárias, a criação do Serviço Educativo, em 2000, e um conjunto de iniciativas anuais ou pontuais dirigidas a públicos específicos<sup>1364</sup>. O reconhecimento qualitativo ocorreu em Maio de 2003, com a sua adesão à RPM<sup>1365</sup>, da qual decorrem diversos apoios de ordem técnica e financeira<sup>1366</sup>.

<sup>1362</sup> *Ibidem*.

<sup>1363</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia em Fátima com novo director», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 3 de Março de 2005.

<sup>1364</sup> *Tesouros da Igreja, Tesouros da Europa. Resumos*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2006 (Resumos das comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Internacional da *Europæ Thesauri*, realizado em Beja, de 22 a 25 de Novembro de 2006), p. 24.

<sup>1365</sup> «Novas adesões à Rede Portuguesa de Museus», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 8, pp. 4-5.

<sup>1366</sup> Luís Filipe SANTOS, «Colaboração entre o Ministério da Cultura e o Museu de Arte Sacra e Etnologia», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 16 de Novembro de 2004; Luís Filipe SANTOS, «Estudar as colecções do Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 21 de Fevereiro de 2005.

Ultimamente, o Museu enveredou também por uma via de diálogo com a comunidade<sup>1367</sup>, primeiro com um curso livre subordinado ao tema da arte sacra de Fátima, em finais de 2008<sup>1368</sup>, depois com as *Tertúlias no Museu*, sessões de debate acerca de assuntos relacionados com Fátima, com a Cultura e o Património<sup>1369</sup>. Ademais, criou um sítio na Internet<sup>1370</sup> mais dinâmico – assente em plataforma Web 2.0 tipo *blog* – e divulga apresentações através do sítio YouTube<sup>1371</sup>.

### 3.13.1. Dinâmica de exposições

Ao longo da sua existência, o Museu de Arte Sacra e Etnologia tem desenvolvido – em especial a partir da década de 2000 – uma intensa actividade expositiva, ora no seu espaço físico, ora colaborando com outras instituições na produção de eventos enquadrados na sua missão cultural. O tema fulcral oscila entre a arte sacra ou religiosa, a missionação e a etnografia, envolvendo artefactos em técnicas e materiais diversos, mas também trabalhos de artistas contemporâneos. Neste contexto, realizaram-se exposições como *Maria na Alma Portuguesa*, em meados de 1998, com evocações populares de Nossa Senhora em azulejos e fotografias de Graça Vaz<sup>1372</sup>; *De Turim ao Mundo*, em 2001, no âmbito das comemorações do 1.º centenário da fundação do Instituto Missionário da Consolata, dando a conhecer a sua história, os seus objectivos e actividades, e a arte encontrada pelos Missionários da Consolata espalhados pelo mundo<sup>1373</sup>; *Ícones Ortodoxos: obra de talha de Kostantin Sheplyakov* – artista ucraniano residente em Portugal –, nos princípios do Verão de 2002, representando temas mariológicos e bíblicos<sup>1374</sup>; *Presépios do Mundo*, durante a quadra natalícia daquele ano<sup>1375</sup>, remontada no mesmo período de 2006 com outros espé-

<sup>1367</sup> Lígia SILVEIRA, «Museu de Arte Sacra e Etnologia aposta no diálogo com a população», in *Agência Ecclesia*, cit., de 9 de Outubro de 2008.

<sup>1368</sup> «Arte Sacra em Fátima», in *Agência Ecclesia*, cit., de 2 de Setembro de 2008.

<sup>1369</sup> Gonçalo CARDOSO, «“Tertúlias no Museu” em Fátima», in *Agência Ecclesia*, cit., de 12 de Setembro de 2008.

<sup>1370</sup> Vd. <http://masefatima.blogspot.com>.

<sup>1371</sup> Vd. <http://www.youtube.com/user/masefatima>.

<sup>1372</sup> «Sociedade. Nossa Senhora», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXIX, n.º 14, de 7 de Abril de 1998.

<sup>1373</sup> «Exposição “De Turim ao Mundo – 100 anos de Consolação”», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXII, n.º 8, de 21 de Fevereiro de 2001.

<sup>1374</sup> «Ícones ortodoxos em exposição», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIII, n.º 24, de 26 de Junho de 2002.

<sup>1375</sup> «Eclesial. “Presépios do Mundo”», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIII, n.º 41, de 20 de Novembro de 2002.

cimes provenientes das reservas do Museu<sup>1376</sup>; *Ó Minha Senhora, Ó Minha Mãe*, em Maio e Junho de 2003, composta por obras da pintora Fátima Murta<sup>1377</sup>; *Devoções: Registos de Pe. Ricardo Mónica e Miguel Pires de Azevedo*, em finais de 2003, articulando a produção daqueles irmãos com a imaginária do acervo do Museu<sup>1378</sup>; *Cristos: Pintura de Luís Mendes*, em inícios do ano seguinte, ilustrando vários momentos da vida de Cristo, em especial os ciclos da Paixão e Morte<sup>1379</sup>; *Martírios dos Santos: Instrumentos de Martírio, de Tortura e de Morte*, exposição internacional itinerante, patente no Museu entre Maio e Agosto de 2004<sup>1380</sup>; *Do Som à Imagem*, no último trimestre do ano, com pinturas de Eugénia Tomaz, inspiradas na obra do músico Olivier Messiaen<sup>1381</sup>; *Máscaras Tradicionais Africanas: Coleção de José Santos Silva*, nos princípios de 2005<sup>1382</sup>; *Livres como o Vento*, no Verão desse ano, com pintura e desenho de Eduardo Longrouva<sup>1383</sup>; e *Este Homem era realmente bom*, entre Setembro e Novembro de 2005, com diversas obras do pintor Jorge Melo acerca da figura de Cristo<sup>1384</sup>.

Além destes eventos, o Museu colaborou com a Paróquia da Amadora na produção de duas exposições integradas no âmbito do Congresso Internacional para Nova Evangelização – ICNE 2005, patentes na igreja matriz da Amadora: a primeira, *Ela Dará à luz, Ele Será a Luz*, durante o período natalício, entre Dezembro de 2004 e Janeiro de 2005, sobre a mundivisão artística da Natividade e do Presépio; a outra por ocasião da Páscoa seguinte, desde princípios de Março até Abril de 2005, sob o título *Cruz do Eterno, Redenção do Homem*,

<sup>1376</sup> Lígia SILVEIRA, «Presépios do Mundo em exposição em Fátima», in *Agência Ecclesia*, de 19 de Dezembro de 2006.

<sup>1377</sup> Luís Filipe SANTOS, «Exposição de pintura oferece quadro a João Paulo II», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Maio de 2003; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Exposição de pintura oferece quadro a João Paulo II», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIV, n.º 21, de 4 de Junho de 2003.

<sup>1378</sup> Gonçalo CARDOSO, «Devoções – Registos de Pe. Ricardo Mónica e Miguel Pires de Azevedo», in *Agência Ecclesia*, cit., de 8 de Outubro de 2003; Luís Filipe SANTOS, «Exposição sobre devoções», in *Agência Ecclesia*, cit., de 14 de Outubro de 2003; «Eclesial. Exposição de Registos», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIV, n.º 36, de 15 de Outubro de 2003.

<sup>1379</sup> Luís Filipe SANTOS, «Momentos da vida de Cristo», in *Agência Ecclesia*, cit., de 18 de Fevereiro de 2004; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Momentos da vida de Cristo», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXV, n.º 8, de 25 de Fevereiro de 2004.

<sup>1380</sup> Luís Filipe SANTOS, «O Martírio dos Santos», in *Agência Ecclesia*, cit., de 7 de Maio de 2004.

<sup>1381</sup> Luís Filipe SANTOS, «“Do Som à Imagem”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 28 de Setembro de 2004.

<sup>1382</sup> Luís Filipe SANTOS, «Máscaras tradicionais africanas», in *Agência Ecclesia*, cit., de 24 de Janeiro de 2005.

<sup>1383</sup> Luís Filipe SANTOS, «“Livres como o Vento”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 7 de Junho de 2005.

<sup>1384</sup> Luís Filipe SANTOS, «“Este Homem era realmente bom”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 5 de Setembro de 2005.

acerca do modo como as culturas europeia e africana ilustram os últimos momentos da vida de Jesus Cristo<sup>1385</sup>. Depois, na quadra do Natal de 2006, cooperou com a Câmara Municipal da Nazaré na organização da exposição *Presépios do Mundo* – título idêntico à exposição que estava então instalada no Museu –, patente no Centro Cultural da Nazaré, apresentando espécimes de distintas proveniências, como África, América Latina ou Ásia, que reflectiam as diferentes representações do nascimento de Jesus naquelas culturas<sup>1386</sup>.

Entretanto, no Museu, tiveram lugar três exposições temporárias de arte sacra, de colaboração com o Santuário de Fátima e a Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima, inseridas no amplo calendário de Comemorações dos 90 Anos das Aparições, entre finais de 2006 e os primeiros dias de 2008<sup>1387</sup>.

Passado este período evocativo, a programação do Museu assumiu uma nova linha, da qual não se pode, certamente, apartar o estudo aprofundado das suas colecções, encetado ao abrigo do Programa de Apoio à Qualificação dos Museus<sup>1388</sup>. Com início na época pascal, de 17 de Março a 31 de Agosto de 2008, levou a efeito *A Paixão do Menino Jesus*<sup>1389</sup>, que exibiu cerca de três dezenas de espécimes de escultura, pintura e artes menores, dos séculos XVII e XVIII – a maioria dos quais proveniente das reservas do Museu –, representando Jesus Cristo na infância, em figurações que, tanto pelas expressões faciais quanto pelos acessórios da Paixão, transmitem a antevisão da Sua Paixão e Morte<sup>1390</sup>. No Natal de 2009, entre 1 de Dezembro de 2009 e 31 de Janeiro de 2010, promoveu *Os Sorrisos do Menino Jesus*, expondo vinte peças de escultura dos séculos XVII e XVIII,

<sup>1385</sup> Joaquim FRANCO, «A vida de Alguém, por inteiro, esculpida numa árvore!?!», in *Fátima Missionária*, Fátima, Missionários da Consolata, A. LI, n.º 3, Março 2005.

<sup>1386</sup> Francisco GOMES, «“Presépios do Mundo” no Centro Cultural», in *Jornal Oeste Online* [em linha], *cit.*, de 14 de Dezembro de 2006, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=14372> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008).

<sup>1387</sup> Vd. subcapítulo 3.10.6. Leiria: entre a Diocese e o Santuário: 90 anos das Aparições.

<sup>1388</sup> «PAQM – Programa de Apoio à Qualificação de Museus – Projectos apoiados em 2004», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 14, Dezembro de 2004, p. 3; L. F. SANTOS, «Estudar as colecções do Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima», *cit.*; «PAQM 2005 – Projectos apoiados», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 20, p. 4; Gonçalo CARDOSO, «Ministério da Cultura apoia Museu de Arte Sacra e Etnologia em Fátima», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 27 de Março de 2006.

<sup>1389</sup> Gonçalo CARDOSO, «Paixão do Menino Jesus em Fátima», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 18 de Março de 2008; Gonçalo CARDOSO, «Exposição “A Paixão do Menino Jesus” patente até 31 de Agosto», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 21 de Julho de 2008.

<sup>1390</sup> G. CARDOSO, «Paixão do Menino Jesus em Fátima», *cit.*; G. CARDOSO, «Exposição “A Paixão do Menino Jesus” patente até 31 de Agosto», *cit.*

que representam, na maioria, o *Triunfo do Deus Menino* – provenientes da colecção do P.<sup>e</sup> António Rosado Belo, dispersa pela exposição permanente e reservas deste museu e na Casa-Museu Padre Belo, no Crato –, nas quais se pretendia realçar os diferentes sorrisos, manifestação de alegria diante da missão que Lhe foi confiada<sup>1391</sup>.

Nesta última fase, o Museu dirigiu as suas atenções para o acervo de arte sacra habitualmente mantido nas suas reservas, dando-o a conhecer em temáticas invulgares de índole catequética.

### 3.13.2. Públicos-alvo específicos

Assaz marcado pela envolvente devocional de Fátima, o museu capta grande parte do seu público entre o turismo religioso e os grupos de peregrinos que acorrem àquele santuário mariano. Porém, a criação de um serviço educativo, em 2000<sup>1392</sup>, introduziu um dinamismo voltado para públicos-alvo específicos, mormente o público escolar, dos diversos níveis de ensino, ainda que compreenda também visitas orientadas para grupos paroquiais, de catequese, lares de idosos, empresas e outras instituições.

No âmbito das comemorações do 10.º aniversário do museu, em Dezembro de 2001, deram início às *Tardes de Poesia Natalícia*, actividades promovidas durante as tardes de sábado do mês do Natal, nas quais se declamavam poemas natalícios junto de presépios e figuras do Menino Jesus<sup>1393</sup>. Contando com a participação das escolas do Ensino Básico de Fátima e de poetas locais, a iniciativa vem sendo repetida em anos ulteriores, no intuito de promover o gosto pela poesia e divulgar a colecção de presépios e Meninos Jesus do seu acervo<sup>1394</sup>.

Também naquele ano de 2001, o museu começou a celebrar o *Dia dos Avós*, associando-se às comemorações que decorriam no santuário de Fátima, em 26 de Julho – dia consagrado a Santa Ana e São Joaquim, pais de Nossa Senhora e avós de Jesus –, e davam continuidade ao encontro organizado na Cova da Iria, no ano anterior, por ocasião do Jubileu

<sup>1391</sup> «Exposição “Os Sorrisos do Menino Jesus”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 3 de Dezembro de 2009.

<sup>1392</sup> *Tesouros da Igreja, Tesouros da Europa...*, cit., p. 24.

<sup>1393</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXII, n.º 43, de 28 de Novembro de 2001.

<sup>1394</sup> Gonçalo CARDOSO, «Tardes de Poesia Natalícia», in *Agência Ecclesia*, cit., de 2 de Dezembro de 2003; Luís Filipe SANTOS, «Um Natal poético», in *Agência Ecclesia*, cit., de 9 de Dezembro de 2003; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Um Natal poético», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXIV, n.º 45, de 17 de Dezembro de 2003; Luís Filipe SANTOS, «Poesia Natalícia», in *Agência Ecclesia*, cit., de 13 de Dezembro de 2004; Luís Filipe SANTOS, «Tarde de poesia natalícia», in *Agência Ecclesia*, cit., de 30 de Novembro de 2005; Gonçalo CARDOSO, «Crianças declamam poesia natalícia», in *Agência Ecclesia*, cit., de 5 de Dezembro de 2007.



dos Avós. As actividades eram especialmente orientadas para os avós acompanhados dos respectivos netos e incluíam a visualização de um filme animado sobre aqueles santos, guiões de visita próprios, representações teatrais, jogos tradicionais, bem como uma oficina de pintura<sup>1395</sup>. Festejada no museu fatimense ainda antes da instituição do Dia dos Avós – aprovada pela Assembleia da República em 22 de Maio de 2003<sup>1396</sup> –, as iniciativas anuais daquela data têm proporcionado uma visita diferente a um espaço cultural, constituindo um singular momento de convívio entre avós e netos<sup>1397</sup>.

O Dia Internacional dos Museus, 18 de Maio – estabelecido em 1977, pela 12.<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOM<sup>1398</sup> – é evocado pelo Museu de Arte Sacra e Etnologia, desde 2002, igualmente com actividades dirigidas às crianças e adolescentes. Mediante dramatizações, dá a conhecer àqueles grupos etários as diversas funções e operações museológicas realizadas na instituição, conduzindo-os pelas áreas técnicas e espaços onde habitualmente decorrem<sup>1399</sup>. Em 2005, passou a aderir também às edições europeias da Noite dos Museus, promovendo tertúlias, concertos e visitas nocturnas, à luz de lanterna<sup>1400</sup>.

<sup>1395</sup> «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Dia dos Avós, celebrado em Fátima», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXII, n.º 31, de 5 de Setembro de 2001.

<sup>1396</sup> Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 50/2003, de 4 de Junho.

<sup>1397</sup> Paulo ROCHA, «Dia para os avós», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 26 de Julho de 2004; «Um olhar sobre os avós de Portugal», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 27 de Julho de 2004; Gonçalo CARDOSO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima festeja “Dia dos Avós”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 25 de Julho de 2005; Gonçalo CARDOSO, «Museu Avós e netos em festa no Museu de Arte Sacra e Etnologia», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 28 de Julho de 2005; Gonçalo CARDOSO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia promove acções para o Dia dos Avós», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 10 de Julho de 2006; Gonçalo CARDOSO, «Fátima. Avós e netos juntos no museu», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 26 de Julho de 2006; Gonçalo CARDOSO, «Avós e netos em festa no Museu», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 26 de Julho de 2006; «Dia dos avós no Museu de Arte Sacra, em Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 20 de Julho de 2007; «Peregrinação dos Avós a Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 26 de Julho de 2007; Gonçalo CARDOSO, «Avós e Netos juntos no Museu», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 14 de Julho de 2009.

<sup>1398</sup> ICOM, Assemblée Générale, 12, *Résolution n.º 5. Journée internationale des musées*, Moscou, 28 Mai 1977.

<sup>1399</sup> «Cultural: Dia Internacional dos Museus», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXIII, n.º 18, de 15 de Maio de 2002; Gonçalo CARDOSO, «Museus, Pontes entre Culturas», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 5 de Maio de 2005; Gonçalo CARDOSO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia – No Museu “Noite e Dia”...», in *Museus. Boletim Trimestral...*, *cit.*, n.º 16, Junho de 2005, p. 16; Nuno Rosário FERNANDES, «Museu em Fátima conta história das missões», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 18 de Maio de 2006; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. História das missões no Museu em Fátima», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXVII, n.º 20, de 24 de Maio de 2006; Gonçalo CARDOSO, «Dia dos Museus assinalado em Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 18 de Maio de 2009.

<sup>1400</sup> G. CARDOSO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia – No Museu “Noite e Dia”...», *cit.*, p. 16; N. R. FERNANDES, «Museu em Fátima conta história das missões», *cit.*; Gonçalo CARDOSO, «Fátima viveu noite dos Museus», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 22 de Maio de 2006; Gonçalo CARDOSO, «700 pessoas na noite dos Museus», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 21 de Maio de 2007; Gonçalo CARDOSO, «Noite dos Museus», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 12 de Maio de 2008; «Povo Yanomami na “Noite dos Museus”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 8 de Maio de 2009.

A orientação para o público infantil esteve presente ainda no programa das comemorações do Dia dos Pastorinhos, celebrado a 20 de Fevereiro. Desde 2005, o museu promove, naquele dia, um conjunto de actividades particularmente direccionadas para as crianças dos 6 aos 12 anos de idade, contemplando, entre outras, a projecção de um filme animado acerca da história dos videntes e dos acontecimentos que ocorreram em Fátima, em 1917, a visita à Sala dos Pastorinhos, onde se guardam algumas relíquias dos Beatos, e uma oficina de pintura<sup>1401</sup>. Em princípios de 2006, a instituição encerrou temporariamente, para remodelação, as salas de Etnografia e dos Pastorinhos, reabrindo na totalidade por ocasião da festa dos Videntes desse ano, incluindo, entre as iniciativas, uma mostra dos jogos tradicionais praticados pelos Beatos<sup>1402</sup>.

Para o ano lectivo 2007/2008, anunciou novas propostas para o público escolar, resultado da parceria estabelecida entre o serviço educativo e diversas escolas de diferentes pontos do País, bem como professores dos ensinos básico e secundário, das disciplinas de História, de História da Arte e de Educação Moral e Religiosa Católica, que consideram aquele espaço museológico um elemento complementar para a execução dos seus objectivos programáticos e meio de sensibilização para o respeito pelas várias culturas do mundo. Este vínculo deu azo à produção de alguns recursos para as visitas escolares, sob a forma de guiões ou roteiros específicos para os níveis de ensino, diaporamas, apresentações multimédia, debates, entre outros<sup>1403</sup>.

No que concerne a público com necessidades especiais, o serviço educativo do museu iniciou, em 25 de Março de 2004, o projecto *Escute o Museu!*, destinado à população surda, firmado num serviço permanente de visitas guiadas com tradução simultânea em língua

---

<sup>1401</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia – Dia dos Beatos Francisco e Jacinta Marto», in *Museus. Boletim Trimestral...*, cit., n.º 14, p. 22; Luís Filipe SANTOS, «Dia dos Beatos Francisco e Jacinto Marto», in *Agência Ecclesia*, cit., de 1 de Fevereiro de 2005; Gonçalo CARDOSO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima lembra Pastorinhos», in *Agência Ecclesia*, cit., de 14 de Fevereiro de 2007; Gonçalo CARDOSO, «Crianças assinalaram festa dos Pastorinhos», in *Agência Ecclesia*, cit., de 27 de Fevereiro de 2007; Gonçalo CARDOSO, «Museu associa-se à celebração do dia dos Beatos Francisco e Jacinta Marto», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Fevereiro de 2008; Gonçalo CARDOSO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia assinala dia dos beatos Jacinta e Francisco», in *Agência Ecclesia*, cit., de 9 de Fevereiro de 2009.

<sup>1402</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia em remodelação», in *Agência Ecclesia*, cit., de 13 de Janeiro de 2006; «Museu de Arte Sacra e Etnologia reabre em Fátima», in *Agência Ecclesia*, cit., de 14 de Fevereiro de 2006.

<sup>1403</sup> Gonçalo CARDOSO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia abre ano lectivo com novas propostas», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Setembro de 2007.

gestual portuguesa<sup>1404</sup>. À data de construção do edifício, havia já sido considerada a acessibilidade por pessoas com deficiência motora, pelo que não existem barreiras arquitectónicas que impeçam a fruição das colecções, mas existem outros grupos minoritários, aos quais decidiu ajudar a alcançar os mesmos direitos<sup>1405</sup>. Assim, além deste projecto, anunciou a intenção de criar um programa idêntico para cegos, o que implicaria a reorganização do espaço, a alteração dos expositores e a reprodução de alguns espécimes<sup>1406</sup>.

### 3.13.3. Tertúlias no Museu

No seu desígnio de abertura à comunidade, o Museu de Arte Sacra e Etnologia empreendeu as *Tertúlias no Museu*, de colaboração com a Junta de Freguesia de Fátima, propiciando espaços de conversa e discussão sobre temas diversificados, quer directamente ligados aos fatimenses, quer de âmbito nacional<sup>1407</sup>. Os encontros, que decorreram nas últimas sextas-feiras de cada mês, entre finais de 2008 e meados de 2009, tinham a forma de entrevistas – conduzidas, alternadamente por Gonçalo Cardoso, Director do Museu, e o Presidente da Junta de Freguesia –, subordinadas a assuntos como *O Santuário de Fátima: Passado, presente e futuro*, com Monsenhor Luciano Guerra, antigo Reitor do Santuário de Fátima<sup>1408</sup>; a experiência do *Departamento Histórico e Artístico da Diocese de Beja: 25 Anos*, com o arquitecto José António Falcão, director daquele organismo diocesano<sup>1409</sup>; *Urbanismo: Presente e Futuro em Fátima*, com os arquitectos Leonel Fadigas e Inês Maria Marrazes<sup>1410</sup>; *O Património Artístico e Cultural da Igreja*, com D. Carlos Azevedo, bispo-

<sup>1404</sup> Octávio CARMO, «Museu de Arte Sacra e Etnologia de Fátima cria visitas guiadas para surdos», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 23 de Março de 2004; Luís Filipe SANTOS, «Escute o Museu», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 29 de Março de 2004; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Visitas guiadas para surdos no Museu de Arte Sacra e Etnologia», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXV, n.º 13, de 31 de Março de 2004; «Museu de Arte Sacra e Etnologia – Visitas guiadas para surdos», in *Museus. Boletim Trimestral..., cit.*, n.º 12, Junho de 2004, p. 20.

<sup>1405</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia – Visitas guiadas para surdos», *cit.*, p. 20.

<sup>1406</sup> Luís Filipe SANTOS, «Novos projectos do Museu de Arte Sacra e Etnologia», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 2 de Abril de 2004.

<sup>1407</sup> G. CARDOSO, «“Tertúlias no Museu” em Fátima», *cit.*; «Museu de Arte Sacra e Etnologia – Tertúlias no Museu – exemplo de uma parceria bem sucedida», in *Museus em Rede..., cit.*, n.º 31, Maio de 2009, pp. 13-14.

<sup>1408</sup> Gonçalo CARDOSO, «Mon. Luciano Guerra em “Tertúlia do Museu”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 26 de Setembro de 2008; FÁTIMA MISSIONÁRIA, «Monsenhor Luciano Guerra na “Tertúlia no museu”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 27 de Setembro de 2008.

<sup>1409</sup> Gonçalo CARDOSO, «José António Falcão nas “Tertúlias no Museu”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 20 de Outubro de 2008.

<sup>1410</sup> Gonçalo CARDOSO, «Urbanismo em Fátima», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 28 de Novembro de 2008.

-auxiliar de Lisboa; *A visão dos nossos jovens sobre Fátima: Desafios para o Futuro*, com Filipe Gonçalves, jornalista da Sport TV<sup>1411</sup>; *O Mosteiro da Batalha: Património da Humanidade*, com Júlio Órfão, director daquele monumento<sup>1412</sup>; entre outros. O projecto registou grande adesão por parte do público<sup>1413</sup>, encorajando um novo ciclo de *Tertúlias no Museu*, nos mesmos moldes, em 2010<sup>1414</sup>.

Paralelamente, o Museu promoveu ainda um curso livre acerca da arte sacra em Fátima, dirigido a todos os interessados por esta temática, entre Outubro e Novembro de 2009, contemplando a especificidade da arte no contexto do santuário mariano da Cova da Iria, mediante sessões teóricas e visitas guiadas aos espaços onde se encontra<sup>1415</sup>. A experiência foi repetida, de Março a Maio de 2009, desta feita com um curso livre sobre a história do Concelho de Vila Nova de Ourém durante o período da Primeira República<sup>1416</sup>.

### 3.13.4. “Despertar para o Património”: sensibilização e formação do clero diocesano

O Museu de Arte Sacra e Etnologia assume a missão de conservar o seu acervo, mas acrescenta o dever de, sempre que possível, auxiliar e aconselhar igualmente outras instituições detentoras de património no seu esforço de preservação. Assim, dada a sua natureza e porque a Igreja possui um enorme legado histórico e artístico, o Museu, através do seu núcleo de estágio do curso de Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar, lançou o projecto *Despertar para o Património*, com apoio deste instituto, da Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima e da Região de Turismo Leiria-Fátima<sup>1417</sup>.

<sup>1411</sup> «Os jovens e Fátima», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Fevereiro de 2009.

<sup>1412</sup> Gonçalo CARDOSO, «Fátima: Mosteiro da Batalha nas tertúlias do Museu», in *Agência Ecclesia*, cit., de 27 de Março de 2009.

<sup>1413</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia – Tertúlias no Museu – exemplo de uma parceria bem sucedida», cit., p. 14.

<sup>1414</sup> «Fátima e o Turismo Religioso», in *Agência Ecclesia*, cit., de 17 de Fevereiro de 2010; «Tertúlia sobre “Fátima e o Turismo Religioso” retoma iniciativa», in *Notícias de Fátima*, Fátima, A. Rodrigues de Freitas, n.º 490, de 19 de Fevereiro de 2010.

<sup>1415</sup> «Arte Sacra em Fátima», cit.

<sup>1416</sup> «Ourém durante a Primeira República», in *Agência Ecclesia*, cit., de 6 de Fevereiro de 2009.

<sup>1417</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia – “Despertar para o Património” na Diocese Leiria-Fátima», in *Museus. Boletim Trimestral...*, cit., n.º 24, p. 12; «Museu de Arte Sacra e Etnologia faz “despertar para o património”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 11 de Abril de 2007.

Ao longo dos meses de Abril, Maio e Junho de 2007, dois alunos finalistas daquele curso percorreram as nove vigararias da Diocese<sup>1418</sup>, numa acção de formação e de sensibilização para as boas práticas de conservação preventiva do património religioso<sup>1419</sup>. Párcos, zeladores de igrejas, conselhos paroquiais e inclusivamente os paroquianos em geral foram convidados a assistir a sessões de esclarecimento em que se apresentavam bons e maus exemplos naquele âmbito e se davam conselhos práticos para o manuseamento e acondicionamento dos espécimes litúrgicos, a prevenção criminal e, em particular, os cuidados a observar durante as limpezas e manutenção dos templos<sup>1420</sup>.

O Museu de Arte Sacra e Etnologia insere-se na ambiência devocional de Fátima, embora sob tutela de um instituto missionário que influenciou imenso no âmbito do seu programa científico: arte sacra, missões e etnografia. Marcado por um dinamismo singular, tem, contudo, uma linha de acção muito voltada para o público escolar e infanto-juvenil. Não obstante, no que respeita à sua actividade “extramuros”, vem promovendo uma série de iniciativas em torno do património religioso, ora de conversa e reflexão, ora de carácter mais técnico, de sensibilização e formação, num propósito de abertura e diálogo permanente com a comunidade.

### 3.14. Diocese de Beja: o arquétipo

Numa região marcada pelo êxodo rural e conseqüente desertificação das zonas do interior, resultado da quase extinção dos modos de vida tradicionais durante as últimas décadas, e pese embora a prática cultural diminuta, as gentes do Baixo Alentejo, fazendo frente à difícil situação social e económica do território, conservaram um vasto e diversificado conjunto de bens culturais, no qual avulta significativamente o património religioso. Não obstante,

<sup>1418</sup> Realizadas de acordo com o calendário: Batalha, em 20 de Abril; Paroquial de Monte Real, em 21 de Abril; Milagres, em 27 de Abril; Leiria, em 28 de Abril; Colmeias, em 11 de Maio; Marinha Grande, em 18 de Maio; Ourém, em 19 de Maio; Porto de Mós, em 25 de Maio; e Fátima, em 1 de Junho. Cf. «Agenda», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, dos respectivos dias.

<sup>1419</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia – “Despertar para o Património” na Diocese Leiria-Fátima», *cit.*, p. 12; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Preservar a arte sacra», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXVIII, n.º 17, de 2 de Maio de 2007.

<sup>1420</sup> «Museu de Arte Sacra e Etnologia – “Despertar para o Património” na Diocese Leiria-Fátima», *cit.*, p. 12; «Na comunhão das Igrejas. Leiria-Fátima. Preservar a arte sacra», *cit.*; Lígia SILVEIRA, «Preservar a arte sacra em Leiria-Fátima», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 26 de Abril de 2007.

alguns templos jaziam ao abandono, por desinteresse ou escassez de recursos, outros eram submetidos a intervenções de restauro pouco criteriosas que afectavam a sua integridade material e cultural, tanto na arquitectura quanto nos bens móveis neles recolhidos, os furtos ocorriam amiudadamente, inclusive por aliciamento de antiquários e coleccionadores privados, e, com frequência, a pretexto da falta de cuidados, os serviços estatais e autárquicos incorporavam objectos da Igreja nos seus acervos. Ao tomar contacto com esta realidade, D. Manuel Franco Falcão, quatro anos após assumir a cátedra da Diocese de Beja, promulgou um decreto episcopal, a 11 de Julho de 1984, aprovando os estatutos do Secretariado de Liturgia e Arte Sacra, órgão executivo e consultivo da Cúria Diocesana de Beja, em cuja dependência funcionariam os departamentos de Liturgia e Música Sacra, do Património Histórico e Artístico e das Novas Igrejas. Conforme o disposto naquele documento:

**Artigo 4.º (Atribuições do Departamento do Património Histórico e Artístico)**

1. São atribuições do Departamento do Património Histórico e Artístico:

- a) contribuir, pelos meios convenientes e possíveis, para a investigação, defesa, conservação, restauro e valorização do património histórico, artístico e documental das entidades tuteladas pela Diocese;
- b) promover a realização e actualização permanente dos inventários preconizados pelo Direito Canónico, nos termos mais adequados, propondo aos responsáveis orientações e subsídios técnicos;
- c) dar e obter pareceres competentes nos casos de valor histórico, artístico, documental e devocional.

2. Para o mais eficaz desempenho destas atribuições, o Departamento manterá contactos com as instituições oficiais e particulares especializadas, delas procurando obter subsídios técnicos e financeiros<sup>1421</sup>.

Logo nesse ano, o DPHADB, constituído por um pequeno grupo de voluntários com formação técnica, deu início ao *Inventário dos Bens Culturais da Diocese de Beja*, desenvolvido em moldes científicos, compreendendo o património imóvel, móvel e imaterial, instrumento fulcral e condição necessária para uma gestão eficaz da herança cultural do bispado<sup>1422</sup>.

<sup>1421</sup> BEJA, Bispo, 1980-1999 (Manuel Franco da Costa de Oliveira Falcão), *Decreto*, Beja, 11 de Julho de 1984; «Secretariado de Liturgia e Arte Sacra», in *Notícias de Beja*, Beja, Diocese de Beja, A. LVI, n.º 2843, de 19 de Julho de 1984.

<sup>1422</sup> José António FALCÃO, «Do inventário à exposição. A salvaguarda dos bens culturais da Igreja no Alentejo meridional», in *Rosa Mystica. Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal/Mariendarstellungen aus dem Südlichen Portugal*, Regensburg, Schnell und Steiner, 1999, p. 14.

A este passo sobreveio um programa sistemático de intervenções de conservação e restauro, permitindo recuperar diversos edifícios e seus bens móveis e integrados, bem como uma série de actividades de sensibilização e formação e apoio técnico às paróquias e irmandades, já que o departamento favorece a preservação do património *in situ*, no seio das comunidades a que pertence. Assente no voluntariado para garantir as tarefas necessárias à manutenção dos espaços de culto e áreas associadas, apenas quando as estruturas locais não conseguem assegurar aquelas funções pondera outros enquadramentos em termos pastorais, científicos e de gestão<sup>1423</sup>. Outro factor privilegiado pelo DPHADB para o cumprimento da sua missão consiste na celebração de parcerias, quer com instituições estatais subordinadas ao Ministério da Cultura (firmou protocolo com o IPPAR em 1999, com o IPCR no ano seguinte e com o IPM em 2001), quer com as autarquias, quer ainda com outras entidades locais, em particular os serviços de turismo, as associações de defesa do património e as agências de desenvolvimento local.

Um momento significativo para a acção deste organismo diocesano ocorreu em Maio de 2001, com o arranque do projecto *Terras sem Sombra*, co-financiado pelo Programa Operacional da Cultura, tendo como alvo a valorização, dinamização e animação das rotas e dos santuários de peregrinação do Baixo Alentejo, na continuidade de um trabalho já iniciado por ocasião das comemorações do Grande Jubileu do Ano 2000. Entretanto, realizara algumas exposições, nomeadamente *Entre o Céu e a Terra*, ao tempo instalada no Panteão Nacional, em Lisboa, granjeando considerável sucesso.

De espectro alargado, aquele projecto incidiria sobre todos os vectores de actuação museológica. Dando especial zelo à planificação e instalação de infra-estruturas que facilitem o acesso, informação e acolhimento aos visitantes, assim como ao incentivo do envolvimento das comunidades locais, mediante comissões de salvaguarda e grupos de voluntários, almejava concretizar, designadamente: a criação de percursos e rotas de turismo cultural e ambiental; a salvaguarda e apresentação de imóveis de excepcional interesse patrimonial; a instauração de uma política diocesana de conservação e restauro; a abertura de monumentos religiosos e outros habitualmente encerrados ao público; a musealização de acervos

---

<sup>1423</sup> José António FALCÃO, «Da utopia ao realismo», in *Boletim do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, n.º 1, Setembro de 2001, p. 2.

de arte sacra em risco de extravio ou dano; e a organização de um ciclo abrangente de actividades de divulgação e extensão cultural, em particular exposições temporárias, publicações, congressos e acções de rua<sup>1424</sup>.

Com mais de 25 anos de trabalho continuado e coerente no inventário, conservação, restauro, valorização e divulgação do património cultural religioso da Diocese de Beja, o DPHADB foi já diversas vezes agraciado por entidades nacionais e estrangeiras, em virtude das suas acções meritórias e dos critérios e metodologia exemplares: em 2001 recebeu a Medalha de Mérito Municipal – Grau Prata, da Câmara Municipal de Beja<sup>1425</sup>; em 2004 o Ministério da Cultura distinguiu-o com a Medalha de Mérito Cultural, pela obra de conservação e restauro do património do Baixo Alentejo<sup>1426</sup>; depois mereceu o Prémio Europa Nostra 2005/Prémio União Europeia para o Património Cultural<sup>1427</sup>; e, mais recentemente, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu-lhe, por unanimidade do júri, o Prémio Vasco Vilalva 2008, pelo seu contributo para a defesa do património da região, pelo projecto *Monumentos Vivos*, que prevê a realização de actividades culturais de carácter didáctico e divulgativo em igrejas históricas recuperadas, e pelo Festival de Música Sacra *Terras sem Sombra*, que leva uma temporada de música erudita às populações isoladas do interior alentejano e das principais cidades e vilas da região através da realização de um ciclo de concertos, conferências e visitas guiadas<sup>1428</sup>.

### 3.14.1. Divulgação o património diocesano

Ante o avanço do processo de inventariação, tarefa prioritária que norteou a acção do DPHADB, este iniciou um programa sistemático de intervenções de conservação e restauro,

<sup>1424</sup> Sara FONSECA, «Projecto *Terras sem Sombra*», in *Boletim do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja*, cit., n.º 1, Setembro de 2001, p. 10.

<sup>1425</sup> «Na comunhão das Igrejas. Beja. Medalha de Mérito para Arte Sacra», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXII, n.º 24, de 20 de Junho de 2001.

<sup>1426</sup> Luís Filipe SANTOS, «Diocese de Beja recebe medalha do ministro da cultura», in *Agência Ecclesia*, de 2 de Junho de 2004.

<sup>1427</sup> BEJA, Bispo, 1999- (António Vitalino Fernandes Dantas), «Notícias da Diocese de Beja», in *Agência Ecclesia*, cit., de 6 de Junho de 2005.

<sup>1428</sup> Lígia SILVEIRA, «Diocese de Beja premiada pela Fundação Calouste Gulbenkian», in *Agência Ecclesia*, cit., de 29 de Janeiro de 2009; Carlos DIAS, «Diocese de Beja, a mais pobre e despovoada do país, conquista Prémio Vilalva 2008», in *Público*, cit., de 30 de Janeiro de 2009; BEJA, Diocese, «Departamento da Diocese de Beja recebeu Prémio Vasco Vilalva», in *Agência Ecclesia*, cit., de 5 de Fevereiro de 2009.



o que permitiu recuperar edifícios e obras de arte em risco, e delineou um plano para a divulgação das referências fundamentais da memória religiosa do território, valorizando o diálogo entre o Cristianismo e as outras duas religiões monoteístas, ou Religiões do Livro – o Judaísmo e o Islamismo –, as quais deixaram igualmente marcas profundas na região. A estratégia firmou-se sobretudo na organização de exposições de qualidade, pautadas pelo rigor científico, traduzido na publicação de catálogos arrazoados, consequência de uma investigação cuidada no âmbito da História da Arte, da Estética, da Iconologia e Simbólica, da Técnica, da Teologia e da Liturgia, ou de outras ciências complementares relevantes, que extravasa a materialidade dos objectos sacros e os insere num contexto mais amplo da sua existência. Ao mesmo tempo, estes eventos permitiram recuperar um conjunto notável de obras de arte que de outra forma ficariam em risco de abandono ou perecimento, pois todos os espécimes exibidos foram previamente sujeitos a operações de limpeza, consolidação ou restauro, atendendo ao grau de intervenção mais apropriado. Ademais, vêm servindo como fomento da sensibilidade para a urgência da salvaguarda de um património colectivo ameaçado na sua integridade e para a prudência em matéria de alienações ilegítimas ou operações de restauro inqualificadas<sup>1429</sup>.

A primeira iniciativa do departamento neste sentido teve lugar na Galeria de Exposições Temporárias do Museu Municipal de Santiago do Cacém, em 1990, sob o título *Ars Sacra: Arte Sacra do Concelho de Santiago do Cacém*. Depois, com carácter mais monográfico, promoveu, no mesmo local, *Doctor Evangelicus: Santo António na Arte do Baixo Alentejo*, em 1996, por ocasião do oitavo centenário do nascimento do Taumaturgo, e, em Sines, de parceria com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, *Da Ocidental Praia Lusitana: Vasco da Gama e o seu Tempo*, em 1998-1999, instalada no castelo, igreja de Nossa Senhora das Salas e forte do Revelim<sup>1430</sup>.

Entretanto, realizara ainda *As Vozes do Silêncio: Imaginária Barroca da Diocese de Beja*, em 1997, na igreja matriz de Nossa Senhora Entre-as-Vinhas, em Mértola, cujo título fora tomado da obra homónima de André Malraux<sup>1431</sup>. O acervo exibido, composto somente

<sup>1429</sup> José António FALCÃO, «Arte e Igreja em Beja», in *Agência Ecclesia*, cit., de 19 de Fevereiro de 2008.

<sup>1430</sup> José António FALCÃO, «Exposição *Entre o Céu e a Terra. Arte Sacra da Diocese de Beja*», in *Boletim de Pastoral Litúrgica*, Lisboa, Secretariado Nacional de Liturgia, A. XXVI, n.º 101, Janeiro/Março de 2001, p. 25.

<sup>1431</sup> *As Vozes do Silêncio. Imaginária Barroca da Diocese de Beja*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja/Lisboa, ESTAR Editora, 1997.

de 16 espécimes representativos de uma época de esplendor artístico no Baixo Alentejo, provinha de todo o bispado, sobressaindo o facto de estar patente num templo aberto ao culto, o que reforçava a intenção pedagógica enquanto testemunho do esforço da Paróquia de Mértola pela conservação e valorização do seu património cultural<sup>1432</sup>.

De 8 de Dezembro de 1999 a 2 de Fevereiro de 2000, por convite da Direcção dos Museus e Galerias da Diocese de Ratisbona, na Baviera, o DPHADB apresentou *Rosa Mystica: Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal / Mariendarstellungen aus dem südlichen Portugal*, no Museu da Catedral de Ratisbona, da qual deram a lume um catálogo bilingue português-alemão, publicado pela Schnell & Steiner, editora da Conferência Episcopal da Alemanha<sup>1433</sup>. Cerca de meia centena de obras de arte, entre pintura, escultura, ourivesaria e têxteis litúrgicos, oriundas de igrejas e santuários do Baixo Alentejo, documentavam a evolução do culto mariano nesta região, a mais clara expressão da religiosidade popular das gentes da diocese<sup>1434</sup>. Em termos de extensão cultural, a exposição deu azo a um encontro sobre a *Salvaguarda do Património Cultural Religioso*, levado a efeito na sala de conferências daquele museu catedralício, em finais de Janeiro de 2000, contando mormente com oradores portugueses, não apenas daquele organismo diocesano, mas também de outras entidades ligadas a esta matéria<sup>1435</sup>.

Não obstante, o primeiro evento de relevo nacional foi a exposição *Entre o Céu e a Terra: Arte Sacra da Diocese de Beja*, que estivera instalada na Pousada de São Francisco, em Beja, entre Agosto de 1998 e Abril de 1999 – no âmbito da qual decorreu o simpósio internacional sobre a *Protecção dos Bens Culturais em Situações de Emergência*, em Dezembro de 1998 –, e posteriormente reposta no Panteão Nacional de Lisboa, igreja de Santa Engrácia, de 6 de Setembro de 2000 à mesma data do ano seguinte<sup>1436</sup>. Em ambas as ocorrências se adiou o encerramento inicialmente previsto em virtude do elevado número

<sup>1432</sup> «Na Comunhão das Igrejas. Beja. Exposição», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXVIII, n.º 37, de 15 de Outubro de 1997.

<sup>1433</sup> *Rosa Mystica...*, *cit.*

<sup>1434</sup> «Alentejo na Alemanha», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXX, n.º 41, de 8 de Dezembro de 1999; «Na comunhão das Igrejas. Beja. Património», in *Voz Portucalense, cit.*, A. XXXI, n.º 9, de 1 de Março de 2000.

<sup>1435</sup> «Simposio sobre o património cultural religioso», in *Notícias de Beja, cit.*, de 3 de Fevereiro de 2000.

<sup>1436</sup> António MARUJO, «A explosão da arte sacra», in *Público, cit.*, de 6 de Setembro de 2000.

de visitantes, considerando-se, ao tempo, no caso ulissiponense, a primeira vez em Portugal que uma exposição de arte permanecia aberta durante um ano<sup>1437</sup>.

Oferecendo uma perspectiva histórica acerca da presença da Igreja no Baixo Alentejo e seus contactos com o Judaísmo e Islamismo, desde a época de fundação da Diocese até à actualidade, esta mostra dividia-se em cinco núcleos temáticos: *Cidade de Deus*, *Cidade dos Homens*, que traçava a evolução das comunidades cristãs alentejanas, da implantação da primeiras *ecclesiae* locais à organização institucional em torno da Diocese; *Alfa e Ómega*, no contexto da particular devoção dos alentejanos pelo nascimento do Menino Deus e, no outro extremo, pelos passos de Jesus Cristo no ciclo da Paixão e Morte; *Estrela da Manhã*, representativo das grandes tradições marianas no Baixo Alentejo, tanto no culto da esfera comunitária quanto no espaço íntimo e resguardado da devoção privada; *Esplendor da Verdade*, dedicado à sumptuosidade do culto divino, ilustrado por numerosas alfaias e têxteis litúrgicos; e *Corte Celestial*, composto de testemunhos do culto aos santos que tiveram lugar de vulto no quotidiano das populações transtaganas<sup>1438</sup>.

Apesar de um percurso coerente definido por esta estrutura, a museografia deixava a leitura em aberto, mais abrangente e mais plural, de modo que cada visitante, com toda a flexibilidade, pudesse delinear o seu próprio caminho e dialogar com os espécimes que, por motivos diversos, mais prendiam a sua atenção. Desta forma, a mostra cumpria o desígnio de comunicar com uma pluralidade de públicos, independentemente da sua cultura ou confissão religiosa, ainda que firme à preocupação de ir ao encontro das muitas pessoas da região que nunca haviam tido uma experiência museológica, em particular através de visitas guiadas para grupos paroquiais e juvenis e das publicações que lhe aprofundam o conhecimento e prolongam a memória<sup>1439</sup>.

Após o sucesso obtido com este evento, o DPHADB empreendeu *As Formas do Espírito: Arte Sacra da Diocese de Beja*, na Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, entre 17 de Dezembro de 2003 e 3 de Junho de 2004, depois de ter estado patente,

<sup>1437</sup> «Entre o Céu e a Terra», in *Agência Ecclesia*, cit., de 31 de Julho de 2001.

<sup>1438</sup> *Entre o Céu e a Terra. Arte Sacra da Diocese de Beja*, vols. II-III, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000; J. A. FALCÃO, «Exposição *Entre o Céu e a Terra...*», op. cit., pp. 25.

<sup>1439</sup> José António FALCÃO, «Algumas notas sobre a museografia e a arquitectura da exposição», in *Entre o Céu e a Terra. Arte Sacra da Diocese de Beja*, vol. I, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000, p. 166.

cerca de um ano antes, de Dezembro de 2002 a Julho de 2003, na Galeria de Exposições Temporárias do Instituto Portoghese di Sant'Antonio, em Roma<sup>1440</sup>. À semelhança do que acontecera com a exposição anterior, também esta durou mais do que inicialmente programado devido à forte afluência de público<sup>1441</sup>.

O discurso expositivo assentava em três núcleos temáticos, que ilustravam o percurso da vida mística: do chamamento (*O Crepúsculo*) ao reencontro pleno com Deus (*A Aurora*), passando pelo período solitário da prova (*A Noite*)<sup>1442</sup>, recorrendo ao colorido das salas e à iluminação envolvente para criar um misticismo próprio<sup>1443</sup>. N' *O Crepúsculo* encontravam-se objectos de compreensão imediata, testemunhos de uma religiosidade consolidada, com imagens pintadas e esculpidas de *Deus Pai*, do *Bom Pastor*, das invocações da Virgem e de vários santos de devoção popular, intervalados por ourivesaria sacra, como resplendores e lampadários. *A Noite* imergia-nos na dor de Deus e do Homem, manifestada nas representações da morte de Cristo e do martírio dos santos, nas cruzes processionais e crucifixos indo-portugueses, eco da cultura lusa nos longínquos países do Oriente, e nos ex-votos, marcas de uma piedade popular. Com o despontar d' *A Aurora*, o Homem encontrava a certeza na Fé e materializava-a em objectos de devoção: estantes de altar, turíbulos, cálices, píxides, ostensórios, vestes litúrgicas<sup>1444</sup>.

Ambas as exposições supramencionadas dispuseram de um Serviço Educativo, com roteiros específicos, num discurso direccionado para os mais novos e incluindo um conjunto de actividades pedagógicas relacionadas com a temática<sup>1445</sup>.

<sup>1440</sup> Luís Filipe SANTOS, «As “Formas do Espírito” em Lisboa», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 3 de Dezembro de 2003; José António FALCÃO, «Espiritualidade e Arte do Baixo Alentejo em Lisboa», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 15 de Dezembro de 2003; José António FALCÃO, «Exposição *As Formas do Espírito* no Palácio da Ajuda», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIV, n.º 46, de 24 de Dezembro de 2003; Octávio CARMO, «Há religião no Alentejo», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 20 de Janeiro de 2004.

<sup>1441</sup> Cf. Luís Filipe SANTOS, «O sucesso das “Formas do Espírito”», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 7 de Maio de 2004.

<sup>1442</sup> Luciana Stegagno PICCHIO, «Uma exposição de arte sacra alentejana», in *As Formas do Espírito. Arte Sacra da Diocese de Beja*, vol. I, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2003, p. 64; José António FALCÃO, «Espiritualidade e Arte do Baixo Alentejo em Lisboa», *cit.*

<sup>1443</sup> Pedro FLOR, «Arte Sacra da Diocese de Beja», in *História*, Lisboa, História, Publicações e Conteúdos Multimédia, S. III, A. XXV, n.º 64, Março de 2004, p. 49.

<sup>1444</sup> *As Formas do Espírito. Arte Sacra da Diocese de Beja*, vols. I-III, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2003.

<sup>1445</sup> Cf. *Surpresas Entre o Céu e a Terra. Guia da Exposição dos 6 aos 12 Anos*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 1998; *As Formas do Espírito. Arte Sacra da Diocese de Beja. Roteiro do Serviço Educativo*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico/Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese, 2004.

Depois, o DPHADB recebeu um convite para associar o Baixo Alentejo ao ciclo de eventos da iniciativa Faro 2005 Capital Nacional da Cultura, o que concretizou mediante uma exposição de significativa envergadura, instalada nos três salões nobres e capela do Paço Episcopal de Faro, cedido pela Diocese do Algarve, parceira na organização, entre 27 de Dezembro de 2005 e 30 de Setembro de 2006. Tal como sucedera nos casos anteriores, a data de fecho resultou de adiamento, consequência do sucesso alcançado nos primeiros meses, de modo a manter a mostra visitável durante o Verão, a época alta do turismo<sup>1446</sup>.

*A Invenção do Mundo: Arte Sacra da Diocese de Beja* reuniu cerca de meia centena de obras de arte (espécimes de pintura mural e de cavalete, escultura, manuscritos iluminados, ourivesaria, joalheria, torêutica, têxteis litúrgicos e outras manifestações das artes decorativas e ornamentais), provenientes de igrejas, ermidas, cenóbios, irmandades e museus do Baixo Alentejo, oferecendo uma panorâmica do entrosamento das vivências da religiosidade meridional e o património artístico gerado no seio das comunidades tradicionais, desde os alvares da cristianização do território até à actualidade – uma pintura de Joana Vilaverde, acerca do 7.º dia, encomendada para a exposição –, e contrapondo o legado cristão à presença das outras Religiões do Livro, as quais deixaram traços vincados na esfera cultural do Alentejo e do Algarve.

O discurso da exposição propunha uma reflexão em torno dos sete dias da *Criação do Mundo*, conforme as narrativas arcaicas coligadas na Bíblia e noutros livros da sabedoria antiga, distribuindo as obras em sete núcleos que estruturavam a organização espacial e criavam um percurso coerente do ponto de vista temático e plástico pela tipologia bíblica dos “seis dias mais um”, com a sucessiva geração do tempo, do espaço, da luz, da matéria e dos seres vivos, terminando num momento de repouso. Sem perder o cunho religioso, a exposição dava especial atenção aos aspectos próprios do património meridional, realçando a abertura do Sul de Portugal a outras civilizações e culturas (Mediterrâneo, Flandres, África, Índia, Extremo-Oriente, Brasil) e a afirmação de escolas artísticas regionais (Évora, Beja, Moura, Faro, Tavira, entre outras)<sup>1447</sup>.

<sup>1446</sup> Samuel MENDONÇA, «Exposição de Arte Sacra no Paço Episcopal de Faro poderá manter-se até ao final do Verão», in *Agência Ecclesia*, cit., de 27 de Abril de 2006.

<sup>1447</sup> «A Invenção do Mundo. Algumas reflexões em torno da próxima exposição temporária da Diocese de Beja», in *Notícias de Beja*, cit., A. LXXVII, n.º 3826, de 10 de Fevereiro de 2005; *A Invenção do Mundo*.

Além das mais-valias no que respeita à valorização, restauro e divulgação do património da Diocese de Beja, este evento teve também repercussões para o bispado algarvio, tanto pela intervenção no imóvel onde decorreu quanto pelo seu papel na sensibilização para a salvaguarda e inventariação do legado cultural religioso deste território<sup>1448</sup>.

Em princípios de 2007, a convergência de objectivos em torno da divulgação e valorização patrimonial do Caminho de Santiago à escala internacional esteve na génese de um protocolo de cooperação que uniu a Diocese de Beja, o Município de Santiago do Cacém e o Governo Regional da Galiza<sup>1449</sup>. No âmbito deste instrumento, o DPHADB levou a efeito a exposição *No Caminho sob as Estrelas: Santiago e a Peregrinação a Compostela*, entre 11 de Julho e 31 de Novembro de 2007, para dar a conhecer o notável património espiritual, artístico e antropológico associado ao Caminho, tendo como cenário a igreja matriz de Santiago do Cacém, alvo de importantes obras de requalificação<sup>1450</sup>. O acervo, pouco mais de uma centena de espécimes, proveio do Museu da Catedral de Santiago de Compostela e de outras instituições galegas, bem como de igrejas e museus do Alentejo e algumas colecções privadas, incluindo uma peça contemporânea, encomendada à artista Joana Vasconcelos para este evento.

Com o intuito de abordar o culto de Santiago na sua irradiação europeia e internacional – em particular no Novo Mundo –, o fenómeno da peregrinação a Compostela e a sua influência na definição da identidade de Santiago do Cacém, do Alentejo e de Portugal, esta exposição distinguia sete núcleos temáticos, os primeiros acerca das tipologias iconográficas e os restantes sobre os aspectos próprios do culto jacobeu: *Santiago Maior, Após-*

---

*Arte Sacra da Diocese de Beja* [desdobrável], s. 1., [2005]; Luís Filipe SANTOS, «Arte sacra de Beja na Capital da Cultura», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 2 de Fevereiro de 2005; Luís Filipe SANTOS, «“A Invenção do Mundo”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 19 de Dezembro de 2005; «Faro: Inaugurada exposição de arte sacra com 150 obras», in *Lusa...*, de 27 de Dezembro de 2005.

<sup>1448</sup> Samuel MENDONÇA, «Exposição de arte sacra no Paço Episcopal dotou diocese algarvia de espaço para iniciativas semelhantes», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 13 de Outubro de 2006.

<sup>1449</sup> BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Caminhos de Santiago no Alentejo», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 21 de Março de 2007; «Cidade alentejana quer ter Centro de Estudos Jacobeus», in *Diário do Minho, cit.*, de 30 de Março de 2007.

<sup>1450</sup> «Exposição “No Caminho sob as Estrelas – Santiago e a peregrinação a Compostela”», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 15 de Junho de 2007; Luís Filipe SANTOS, «Do Baixo Alentejo a Santiago de Compostela», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 27 de Junho de 2007; BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Para Compostela desde o Alentejo», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 7 de Julho de 2007.

*tolo; Santiago Maior, Peregrino; Santiago Maior, Guerreiro; Santiago de Compostela; Peregrinações e Relíquias; A Devoção a Santiago; e A Ordem de Santiago*<sup>1451</sup>.

Um aspecto que ressaltou nesta mostra, em Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades, prende-se com o acesso de pessoas portadoras de deficiências motoras, visuais ou cognitivas, sobretudo mediante a redução de obstáculos físicos e, mais recentemente, inscrições em Braille, meios de áudio e visitas com recurso ao tacto, uma experiência protagonizada, a 13 de Novembro, por um grupo de 70 crianças do Centro Helen Keller, de Lisboa, muitas delas cegas. Durante a visita, cruzaram barreiras e sentiram com as mãos aquilo que os restantes colegas observaram com os olhos<sup>1452</sup>.

Simultaneamente, com este evento, a organização pretendia contribuir para a afirmação de Santiago do Cacém como um destino privilegiado do turismo cultural, para a valorização do centro histórico da cidade e para a divulgação do património cultural galego, numa lógica de estreitamento de relações entre os dois territórios ibéricos.

Nos últimos anos, o DPHADB optou por empreender o caminho da internacionalização, através de acções, articuladas com as instâncias locais, em sítios estratégicos da Europa, no sentido de mostrar a identidade da cultura alentejana fora do seu âmbito geográfico e estimular a afirmação do seu território. Tem como objectivo a integração das igrejas e museus da região em circuitos europeus, valorizando percursos de enorme significado cultural, mas ainda pouco conhecidos além-fronteiras. A realização de exposições qualificadas constitui um elemento decisivo para alcançar tal meta.

Neste contexto, entre 18 de Julho e 18 de Agosto de 2008, teve lugar a exposição *Un Río de Agua Pura: Arte Sacro del Sur de Portugal*, inserida no programa oficial da Expo Zaragoza 2008 – ainda que fora do recinto do Ebro –, organizada pelo DPHADB e pelo Centro de Estudios Borjanos da Diputación de Zaragoza, em três museus da cidade de Borja: o Museu Arqueológico, o Palácio de Aguilar e o Museu da Colegiada de Santa Maria, com o apoio dos municípios de Beja e Borja e a colaboração de um amplo conjunto

<sup>1451</sup> *No Caminho sob as Estrelas. Santiago e a Peregrinação a Compostela*, vols. I-II, [no prelo]; «Na comunhão das Igrejas. Beja. Exposição “No Caminho sob as Estrelas – Santiago e a peregrinação a Compostela”», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXVIII, n.º 26, de 4 de Julho de 2007; «Caminhos de Santiago no Alentejo», in *Voz Portucalense*, cit., A. XXXVIII, n.º 31, de 5 de Setembro de 2007.

<sup>1452</sup> Luís Filipe Santos, «Ver uma exposição através do tacto», in *Agência Ecclesia*, cit., de 14 de Novembro de 2007.

de entidades nacionais e regionais. Assim, o itinerário centrou-se em três núcleos temáticos distintos, correspondentes à Virtudes Teológicas – Fé, Esperança e Caridade –, apoiado na reflexão teológica dos escritos de São Paulo, numa época em que a Igreja assinalava a efeméride do Ano Paulino. Reunindo cerca de meia centena de obras de arte de igrejas, cenóbios e museus do Baixo Alentejo, recorreu ao elemento água – tema fundamental da Expo 2008 – como alegoria da existência humana para apresentar uma síntese das tradições religiosas mais profundas do Baixo Alentejo, a partir da leitura plástica e teológica de realidades que fazem parte do cerne do Cristianismo, como a fé, o mistério da encarnação, o culto eucarístico, a vivência do ano litúrgico e a devoção aos santos. Não deixou, porém, de traduzir as características próprias da espiritualidade alentejana, nomeadamente o fervor em torno da Paixão de Cristo e o apego à Virgem, bem enraizadas na piedade das gentes meridionais. Outros aspectos realçados evocavam os contactos culturais com a Europa e o Oriente, o gosto pela sumptuosidade, evidente no entusiasmo pelas cores vibrantes e pelas superfícies douradas, e o diálogo artístico com diferentes regiões peninsulares, desde a Andaluzia até ao Levante<sup>1453</sup>.

Em Outubro de 2009, inaugurou uma exposição no Musée d'Art Religieux de Fourvière, em Lyon, intitulada *Portugal Eternel: Patrimoine de la Région de l'Alentejo*, por convite do director daquele museu, Bernard Berthod, consultor pontifício para os bens culturais e vice-presidente da associação *Europæ Thesauri*, organismo que congrega os principais museus de arte sacra da Europa e tem Lyon e Beja entre os seus fundadores. A mostra resultou de uma parceria com o Turismo de Portugal, o Município de Beja, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Camões e o Turismo do Alentejo.

Com cerca de centena e meia de espécimes, pretendeu apresentar a um público culto e exigente, mas assaz interessado, aquilo que há de mais eterno na arte sacra alentejana, desde o fim dos tempos pagãos até à actualidade. Ao longo de cinco sectores de assumida fruição estética – *Da Antiguidade à Reconquista Cristã; A Piedade da Era Gótica; O Tempo do*

---

<sup>1453</sup> «Arte Sacra portuguesa atrai em Espanha», in *A Defesa*, cit., A. LXXXV, n.º 4380, de 3 de Setembro de 2008; BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Beja revela os seus tesouros artísticos em Espanha», in *Agência Ecclesia*, cit., de 18 de Julho de 2008; «Bispo de Beja saúda presença na Expo 2008», in *Agência Ecclesia*, cit., de 24 de Julho de 2008; BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Arte Sacra portuguesa desperta grande interesse em Aragão», in *Agência Ecclesia*, cit., de 1 de Setembro de 2008.



*Império e das Missões; A Reforma Católica e o Barroco; e O Cristianismo e a Modernidade* – encadeavam-se movimentos religiosos e escolas plásticas muito diversas, numa linha de fidelidade ao gosto meridional, pautado pela ideia de que a arte deve tornar presente, no seio das populações rurais e urbanas, o apogeu da obra criadora de Deus e marcado pela permanência da tradição e pelo apego à sumptuosidade do ouro, da prata e das policromias fortes, ao diálogo do Cristianismo com o Paganismo, o Judaísmo e o Islão, ao exotismo das culturas africanas, asiáticas e ameríndias<sup>1454</sup>.

O *Inventário dos Bens Culturais da Diocese de Beja* trouxe a lume um notável acervo de cariz religioso, extremamente rico e diversificado, que, a breve trecho, começou a ser mostrado ao público mediante um programa sistemático de exposições temporárias, ora no território diocesano, ora noutros bispados, ora ainda no estrangeiro. Esta medida teve, contudo, sérias repercussões num âmbito mais alargado da acção museológica do DPHADB, que sempre insistiu na realização de mostras de grande qualidade, com um enquadramento museográfico rigoroso, sobretudo no que respeita à apresentação, à conservação, à segurança e à extensão cultural. Além dos efeitos imediatos, no que toca à divulgação, à fruição artística e à sensibilização para a defesa do património, contribuíram para a recuperação de vários espécimes, propositadamente intervencionados para figurarem nos eventos, e para o conhecimento acerca destas matérias, em virtude dos catálogos publicados, cujo teor dá corpo a um amplo trabalho de investigação em diversas áreas do saber. Os discursos expositivos, por seu turno, assentam mormente numa narrativa de ordem teológica ou catequética, embora realcem também as componentes histórica e estética, de modo a adequar-se aos distintos públicos e permitir uma leitura não confessional.

### **3.14.2. Rede Museológica Diocesana**

O papel do Bispo de Beja está bem vincado na história da museologia portuguesa, em especial através da figura de D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas<sup>1455</sup>, colecionador

<sup>1454</sup> BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Tesouros de arte do Baixo Alentejo em Lyon», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 1 de Outubro de 2009.

<sup>1455</sup> Reg. 1770-1802 (embora entrasse na Diocese apenas em 1777) e novamente em 1808-1814, como arcebispo de Évora com jurisdição eclesiástica sobre a diocese de Beja.

esclarecido que fez inaugurar, a 15 de Março de 1791, o Museu Sisenando Cenáculo Pacense, numa sessão marcada pela inédita *Oração do Museu*<sup>1456</sup>, compreendendo uma secção de história natural e outra lapidar e arqueológica, embora levasse consigo a maior parte das suas peças e livraria quando foi nomeado Arcebispo de Évora, em 1802<sup>1457</sup>. Já no que concerne ao património religioso, o antístite D. José do Patrocínio Dias<sup>1458</sup>, na década de 40 do século XX, manifestava a intenção de constituir um museu na sede episcopal, reiterada nos decénios seguintes até aos anos 70, a qual ficou, todavia, por concretizar, quer pelos elevados encargos financeiros inerentes ao crescente nível de exigência técnica que a instalação e organização dos museus vinha requerendo, quer pela oposição decorrente da solução centralizadora proposta, numa época em que a evolução no contexto museológico tendia a garantir às populações locais a permanência e usufruto dos seus valores patrimoniais<sup>1459</sup>.

Na sequência desta conjuntura, a opção do DPHADB assentou logo na fundação de vários museus de pequena e média dimensão, que vêm sendo estrategicamente distribuídos pela diocese, visando dar a conhecer um vasto conjunto de alfaías litúrgicas retiradas do culto e oferecer uma perspectiva histórica do Baixo Alentejo. Contudo, apesar da independência, estão integrados numa rede que assegura serviços comuns, nomeadamente apoio técnico nos campos da museografia, museologia, conservação e restauro. O plano de actividades, por sua vez, obedece à realidade diocesana e seu programa pastoral.

A primeira iniciativa museológica daquele departamento foi o Museu de Arte Sacra de Santiago do Cacém, canonicamente erecto a 8 de Dezembro de 1988, embora a comissão instaladora tenha tomado posse apenas em 14 de Abril de 2000<sup>1460</sup>. A estabelecer no antigo hospital do Espírito Santo, com projecto do arquitecto Eduardo Souto de Moura, incorporaria o tesouro da plurissecular colegiada de monges guerreiros da Ordem de Santiago e o acervo arqueológico do convento de Nossa Senhora do Loreto<sup>1461</sup>. Porém, em princípios de 2001, a desco-

---

<sup>1456</sup> Discurso de inauguração do museu atribuído a Fr. José de São Lourenço do Valle, colaborador de D. Fr. Manuel do Cenáculo.

<sup>1457</sup> J. C. P. BRIGOLA, *op. cit.*, pp. 422-423 e 432-433.

<sup>1458</sup> *Reg.* 1920-1965.

<sup>1459</sup> H. C. GOUVEIA, «Museus e museologia», *cit.*, p. 226.

<sup>1460</sup> «Um passo decisivo para a afirmação do Alentejo», in *Notícias de Beja, cit.*, de 20 de Abril de 2000.

<sup>1461</sup> Cláudio CATARINO, «Arte Sacra salvaguada em Santiago do Cacém», in *Setúbal na Rede* [em linha], Setúbal, Setúbal na Rede, Comunicação Social e Multimédia, de 16 de Fevereiro de 2001, disponível em

berta de uma necrópole medieval<sup>1462</sup>, no curso das escavações arqueológicas que antecederam os trabalhos de recuperação e adaptação do imóvel, conduziu à interrupção do processo.

Não obstante, a igreja matriz de Santiago do Cacém, imóvel classificado como Monumento Nacional e sede da antiga colegiada, vinha sendo alvo de uma intervenção de conservação e restauro, desde meados da década de 90, num esforço conjunto da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e do DPHADB, com o intuito da sua reabilitação e valorização cultural<sup>1463</sup>. Em 25 de Julho de 2002, dia dedicado ao apóstolo São Tiago e feriado municipal, teve ali lugar a inauguração solene do Tesouro da Colegiada de Santiago do Cacém, instalado na sacristia e sala do capítulo, no âmbito do projecto *Terras sem Sombra*, e apoiado pelo POC. Do seu acervo fazem parte alfaias litúrgicas, imaginária e pintura, que evocam o passado da região, designadamente o relicário do Santo Lenho oferecido por D. Vataça Lescaris – princesa bizantina detentora da comenda de Santiago do Cacém entre 1310 e 1336 –, entrosadas com a arquitectura e história do templo, em especial o alto-relevo gótico representando *Santiago Mata-mouros*, obra de escultura do século XIV<sup>1464</sup>.

Entretanto, a Diocese erigira canonicamente o Tesouro de São Vicente de Cuba, a 24 de Junho de 2002, mais um passo decisivo na constituição da rede diocesana de museus, com a colaboração do município local. Inaugurado a 22 de Janeiro de 2003, na igreja matriz de Cuba, compreende pintura, escultura, ourivesaria, têxteis e outras manifestações artísticas europeias e orientais. Na mesma data, firmou-se também um protocolo visando a recuperação das igrejas históricas do concelho, no âmbito da colaboração com o IPPAR<sup>1465</sup>.

Em finais do mesmo ano, a 17 de Outubro de 2003, abriu o Tesouro da Basílica Real de Castro Verde, concretizando um desejo antigo, já que a erecção canónica data de 31

---

URL: <http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=3948> (acedido em 19 de Novembro de 2010).

<sup>1462</sup> Carlos DIAS, «Necrópole Medieval Descoberta em Santiago do Cacém», in *Público*, *cit.*, de 13 de Fevereiro de 2001.

<sup>1463</sup> «Igreja Matriz de Santiago do Cacém», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], *cit.*, 2005, n.º IPA PT041509060001; «Na comunhão das Igrejas. Beja. Santiago», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXIX, n.º 8, de 25 de Fevereiro de 1998.

<sup>1464</sup> «Na comunhão das Igrejas. Beja. Colegiada de Santiago do Cacém», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIII, n.º 29, de 31 de Julho de 2002; «Beja. Rede de Museus da Diocese de Beja», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIII, n.º 30, de 4 de Setembro de 2002.

<sup>1465</sup> Luís Filipe SANTOS, «Tesouro da Igreja de S. Vicente», in *Agência Ecclesia*, *cit.*, de 21 de Janeiro de 2003; «Na comunhão das Igrejas. Beja. Novo núcleo museológico da Diocese de Beja», in *Voz Portucalense*, *cit.*, A. XXXIV, n.º 3, de 22 de Janeiro de 2003.

de Maio de 1991. Co-financiado pelo POC, no contexto do projecto *Terras sem Sombra*, o seu funcionamento insere-se no protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Castro Verde e a Diocese, em 2002, para a salvaguarda e divulgação dos monumentos religiosos do concelho<sup>1466</sup>.

A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição conserva um importante conjunto de alfaias litúrgicas da antiga colegiada real que teve a sua sede na igreja matriz de Castro Verde – notável pelo seu património integrado e móvel, com realce para os ciclos de azulejaria e pintura mural – e outras resultantes, em grande parte, de encomenda régia. No entanto, para além da exposição rotativa do acervo da própria matriz, este tesouro integra, a título de depósito temporário e com a indicação das paróquias a que pertencem, peças provenientes de santuários rurais de Castro Verde, como a cabeça-relicário de São Fabião, de Casével, obra-prima da ourivesaria românica peninsular (século XIII), a imagem flamenga de Santa Bárbara (século XV) e um crucifixo indo-português seiscentista, de Entradas<sup>1467</sup>.

Iniciativa da responsabilidade do DPHADB e do Município de Castro Verde, contando com o empenho de todas as paróquias do concelho, este espaço museológico serve ainda o propósito de estimular a visita às demais igrejas históricas do território e aos percursos de turismo cultural, religioso e ambiental que elas suscitam<sup>1468</sup>.

Depois, a 17 de Dezembro de 2004, abriu ao público o Museu de Arte Sacra de Moura – Colegiada de São Pedro, concretizado em colaboração com as paróquias e a câmara municipal local e o apoio do Programa Operacional da Região do Alentejo, para instalar a exposição inaugural, *Visões do Invisível*, que dá a conhecer as grandes referências do património religioso da margem esquerda do Guadiana. O acervo inclui mais de uma centena de obras de arte, restauradas para o efeito, e datadas desde os primórdios da presença da Igreja, no século V, até à actualidade. Rotativamente, o museu acolherá outras exposições

---

<sup>1466</sup> Luís Filipe SANTOS, «Tesouro da Basílica Real de Castro Verde», in *Agência Ecclesia*, cit., de 14 de Outubro de 2003.

<sup>1467</sup> *Tesouro da Basílica Real de Nossa Senhora da Conceição. Castro Verde* [desdobrável], Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, s. d.

<sup>1468</sup> José António FALCÃO, «Inauguração do tesouro da basílica Real de Castro Verde», in *Agência Ecclesia*, cit., de 16 de Outubro de 2003.

temporárias, trazendo a lume os bens culturais eclesiásticos daquele concelho e do arcebispo de Moura, que integra as paróquias de Barrancos e Serpa<sup>1469</sup>.

A ermida de Nossa Senhora das Salas foi, desde os finais da Idade Média, um centro polarizador da devoção mariana das gentes de Sines, em especial dos navegantes e pescadores. Reconstruída nos primórdios do século XVI, por iniciativa de Vasco da Gama, constituiu um dos raros testemunhos arquitectónicos que pode ser associado à vida do almirante.

Classificado desde 1922 como Monumento Nacional, este templo recebeu, ao longo dos últimos anos, obras muito profundas de recuperação, que puseram cobro ao adiantado estado de degradação tanto do imóvel quanto do património integrado. A 9 de Agosto de 2006, o DPHADB, no âmbito de uma parceria com o IPPAR e a Câmara Municipal de Sines, com a colaboração das paróquias, inaugurou, na antiga sacristia, o Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas, trazendo à fruição colectiva dezenas de jóias e alfaias que foram oferecidas ao longo dos séculos à imagem da Virgem e outras peças provenientes de vários monumentos religiosos do concelho de Sines, alguns dos quais já desaparecidos, como o convento de Santo António e a ermida de Santa Catarina<sup>1470</sup>.

Ainda neste ano, a 10 de Outubro de 2006, abriu o museu do Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima, em Beja<sup>1471</sup>, consequência da reestruturação do espaço museológico daquele estabelecimento de ensino, sob orientação técnica e científica do DPHADB, e, em 20 de Novembro seguinte, concluindo a Rede Museológica Diocesana, o Museu Episcopal de Beja, instalado no edifício anexo à igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, outrora casa do despacho e dependências da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres e, mais tarde, residência do capelão. Encerrada após o falecimento deste, apresentava, nos finais dos anos 90, evidente degradação. Perante a eminência da perda de um dos mais

<sup>1469</sup> José António FALCÃO, «O museu como agente do futuro», in José António FALCÃO (dir.), *Visões do Invisível. Património Religioso da Margem Esquerda do Guadiana*, Coleção Terras sem Sombra, n.º 2, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2005, pp. 11-13; Carlos DIAS, «Moura abre Museu de Arte Sacra para travar onda de furtos», in *Público*, cit., de 17 de Dezembro de 2004; Luís Filipe SANTOS, «Novo museu de arte sacra na diocese de Beja», in *Agência Ecclesia*, cit., de 17 de Dezembro de 2004.

<sup>1470</sup> BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Igreja de Nossa Senhora das Salas apresenta o seu tesouro pela primeira vez», in *Agência Ecclesia*, cit., de 7 de Agosto de 2006; Lígia SILVEIRA, «Diocese de Beja recupera símbolo do manuelino», in *Agência Ecclesia*, cit., de 9 de Agosto de 2006; *Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas. Sines* [desdobrável], Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, s. d.

<sup>1471</sup> Vd. subcapítulo 3.4.7. Museus instituídos pela Igreja.

belos templos barrocos do Sul, o DPHADB intercedeu junto das autoridades nacionais e, em 1998, teve início o processo de recuperação do edifício, a cargo da DGEMN, com a reparação das coberturas e a consolidação das pinturas murais que revestem o tecto na íntegra, criando a ilusão de uma arquitectura povoada por cenas da vida da Virgem. Entre 2002 e 2006, o IPPAR realizou, em sucessivas empreitadas, o restauro do edifício e das suas colecções, que incluem peças oferecidas por D. Fr. Manuel do Cenáculo.

Através da parceria entre o DPHADB e o Estado, efectivou-se um exemplar processo de recuperação que permitiu salvaguardar a talha, as pinturas murais e de cavalete, os azulejos e as obras de arte móveis daquela igreja. Convertida para o uso museológico, a sua denominação – Museu Episcopal de Beja – evoca a instituição fundada em 1892 por monsenhor Amadeu Ruas, sob a égide do bispo D. António Xavier de Sousa Monteiro, no intuito de evitar a dispersão das obras de arte pertencentes aos últimos conventos e mosteiros femininos de Beja, extinguidos ao longo da segunda metade do século XIX. Com o advento da República, foi nacionalizado e incorporado no Museu Regional de Beja, mantendo-se vivo, porém, no organismo ora criado, o ideal que esteve na sua génese: preservar, estudar e divulgar o património religioso pacense. A exposição inaugural, intitulada *Nas Asas da Aurora*, revelou alguns dos tesouros ocultos das igrejas e antigas casas religiosas da cidade, entre alfaias litúrgicas, pinturas, esculturas e objectos devocionais<sup>1472</sup>.

Embora dada como terminada, a Rede Museológica Diocesana integrou um novo núcleo, o Museu de Arte Sacra de Grândola, instalado na igreja de São Sebastião e inaugurado a 5 de Fevereiro de 2011, com a exposição temporária itinerante *Loci Iacobi: Lugares de Santiago, Lieux de Saint Jacques*, um projecto realizado em parceria com a Secretaria Xeral para o Turismo da Xunta de Galicia (Espanha) e a Communauté d'Agglomération du Puy-en-Velay (França). Sob o tema central do Caminho de Santiago, reúne cerca de três dezenas de obras de arte, da época medieval ao século XXI, provenientes de museus e igrejas dos três países envolvidos na mostra. À data, previa-se a montagem da exposição permanente no Verão de 2011, a qual contará com peças de escultura, paramentaria, ourivesaria,

---

<sup>1472</sup> José António FALCÃO, «Beja conclui Rede Museológica Diocesana», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 20 de Novembro de 2006; Carlos DIAS, «Igreja histórica de Beja reabre hoje como museu», in *Público, cit.*, de 20 de Novembro de 2006; Lucinda CANELAS, «A “igreja de ouro” de Beja reabre depois de oito anos de restauro», in *Público, cit.*, de 21 de Novembro de 2006.

mobiliário e pintura do acervo da vila de Grândola, dependendo da evolução dos trabalhos de restauro. Além disso, aquele espaço receberá igualmente exposições temporárias com espécimes das freguesias rurais do concelho<sup>1473</sup>.

Um dos eixos de intervenção do DPHADB no âmbito do projecto *Terras sem Sombra* consistia na musealização de acervos de arte sacra. Porém, ao invés de um museu central diocesano, que apartaria as peças das comunidades a que pertencem – factor agravado pela enorme área geográfica do bispado –, aquele organismo optou por criar várias unidades de pequena e média dimensão, estrategicamente distribuídas pelo território e integradas numa rede museológica. Deste modo, as populações não só mantêm o vínculo afectivo com o seu património religioso, mas também se minimiza a sensação de perda material, já que os espaços museológicos ficam instalados em edifícios religiosos no mesmo contexto administrativo e as próprias comunidades são envolvidas no seu normal funcionamento. Neste sentido, a Diocese celebrou protocolos com os municípios locais para a recuperação dos imóveis e instalação dos museus, inserindo-os em percursos culturais mais abrangentes. Em Março de 2008, numa iniciativa inédita além destes instrumentos, a Diocese e Município de Beja formaram uma parceria, mediante a constituição de uma associação de desenvolvimento regional, intitulada *Portas do Território*, tendo por objecto o estudo, a salvaguarda, a requalificação, a valorização, a divulgação e a promoção turística do património cultural, natural e ambiental, numa perspectiva de desenvolvimento local e regional integrado e sustentável.

A integração em rede, por seu turno, vem permitindo ao DPHADB actuar em todos os campos de acção museológica de forma coerente, apesar de aqueles espaços se encontrarem amiúde subordinados à exposição. Um grupo de trabalho comum, institucionalmente ligado ao departamento e composto de especialistas em diversos ramos do conhecimento, providencia os serviços técnicos necessários à preservação, estudo e valorização das colecções, atendendo ao programa cultural e pastoral definido para o território diocesano. As exposições

---

<sup>1473</sup> BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Diocese de Beja inaugura exposição “Lugares de Santiago”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 2 de Fevereiro de 2011; «Novo museu de arte sacra abre no sábado na igreja de São Sebastião», in *Lusa...*, cit., de 3 de Fevereiro de 2011; «Museu de Arte Sacra inaugurado com 30 obras em exposição», in *O Setubalense*, Setúbal, PLURIJORNAL, de 7 de Fevereiro de 2011.

temporárias – como se viu acima – têm sido meios privilegiados para o cumprimento destes objectivos, pois procede-se a operações de conservação e restauro em espécimes que ingressam posteriormente naqueles museus, com as devidas condições para a sua defesa e salvaguarda, e publicam-se os respectivos catálogos segundo critérios científicos.

### 3.14.3. Extensão cultural

A missão que o DPHADB chamou a si tinha como objectivo cuidar de todo o património histórico e artístico do bispado pacense. Numa caminhada que principiou no conhecimento, mediante o inventário, e evoluiu para a recuperação e valorização, dando corpo a criteriosas exposições temporárias e espaços museológicos, aquele organismo vem produzindo também uma série de actividades articuladas que reforçam a sua acção cultural.

As exposições temporárias têm sido geralmente complementadas por catálogo científico, mas incluem ainda serviços educativos vocacionados para acolher grupos-alvo específicos (escolares, de catequese, de paroquianos, entre outros), com um roteiro próprio para o público infantil<sup>1474</sup>, e visitas guiadas por especialistas, realçando temáticas ou tipologias particulares. Não obstante, estes eventos, além do seu papel fundamental na sensibilização das comunidades, proporcionaram o contexto para a realização de colóquios e jornadas, participando, de modo mais alargado, nos objectivos assumidos pelo DPHADB: em Dezembro de 1998, na sequência da exposição *Entre o Céu e a Terra*, em Beja, teve lugar o simpósio internacional *Protecção dos Bens Culturais em Situações de Emergência*; por ocasião da mostra *Rosa Mystica*, em Ratisbona, na Baviera, levou a efeito o encontro sobre a *Salvaguarda do Património Cultural Religioso*, em finais de Janeiro de 2000; depois, em Junho de 2004, no ambiente d' *As Formas do Espírito*, em Lisboa, decorreram as 1.<sup>as</sup> Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja Católica, intituladas *Os Museus da Igreja Católica: Novas Experiências, Novas Realidades*, acerca dos aspectos relacionados com a inventariação, o labor museográfico e as fontes de financiamento; e, em Novembro de 2007, em Santiago do Cacém, as 2.<sup>as</sup> Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja, no âmbito

---

<sup>1474</sup> As publicações *Surpresas Entre o Céu e a Terra. Guia da Exposição dos 6 aos 12 Anos*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 1998; *As Formas do Espírito. Arte Sacra da Diocese de Beja. Roteiro do Serviço Educativo*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico/Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2004.



da exposição *No Caminho sob as Estrelas*, voltadas para o regime jurídico e novas exigências quanto à credenciação de museus<sup>1475</sup>.

O esforço de salvaguarda, estudo e valorização das variadas dimensões da herança cultural religiosa da Europa levaram à criação, em 2005, sob os auspícios da União Europeia, de uma associação internacional destinada a agrupar os tesouros e os museus religiosos: *Europae Thesauri*. Fundada ao abrigo da legislação belga, com sede no Tesouro da Catedral de Liège, congrega instituições da Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal e Suíça. Em Novembro de 2006, a convite do Conselho de Administração deste organismo, o DPHADB, com a colaboração da Câmara Municipal de Beja e o apoio de diversas entidades nacionais e regionais, promoveu um congresso internacional, subordinado ao tema geral *Tesouros da Igreja, Tesouros da Europa*, com o intuito de estimular uma reflexão transdisciplinar sobre os desafios que a sociedade contemporânea coloca aos museus detentores de colecções de cariz religioso<sup>1476</sup>.

Mais recentemente, em finais de Abril de 2009, o DPHADB, em parceria com o Governo Civil de Beja, a Institución Cultural “Fernando el Católico” (Diputación Provincial de Zaragoza) e a Delegación de Patrimonio del Obispado de Tarazona, empreendeu o I Simpósio Luso-Aragonês de História da Arte, na igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (Museu Episcopal de Beja). Esta iniciativa pretendeu realçar a herança cultural comum, atendendo não só aos elementos históricos e estéticos, mas propondo também uma discussão em torno de temáticas como o inventário e a salvaguarda dos monumentos de carácter religioso ou a reutilização das fortalezas medievais no âmbito de rotas turísticas<sup>1477</sup>.

Noutro plano, a par dos catálogos das exposições, cujo teor inclui diversos estudos complementares acerca da matriz histórica, artística e religiosa do território diocesano, o DPHADB vem dando a lume outras publicações, marcadas por um profundo rigor cientí-

<sup>1475</sup> Vd. subcapítulos 3.14.1. Divulgação o património diocesano e 2.1.3. Acção da Igreja portuguesa: Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica.

<sup>1476</sup> José António FALCÃO, «Congresso Internacional sobre Museus e Tesouros», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 18 de Outubro de 2006; BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Congresso Internacional sobre Museus e Tesouros reúne especialistas europeus em Beja», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 22 de Novembro de 2006; Octávio CARMO, «Património religioso em risco», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 25 de Novembro de 2006; Lígia SILVEIRA, «Papel importante do património religioso na sociedade», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 25 de Novembro de 2006.

<sup>1477</sup> «Simpósio Luso-Aragonês de História da Arte», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 30 de Abril de 2009.

fico, tanto de carácter monográfico, sobre edifícios e obras de arte particularmente relevantes, quanto trabalhos de investigação que abordam variados aspectos da história e cultura alentejanas, contando com a participação de especialistas nas respectivas matérias. Entre estas, merecem especial menção as obras da colecção *Terras sem Sombra*<sup>1478</sup> e o livro *A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Beja*<sup>1479</sup>, acerca da arte e história de um monumento que realça a influência das fontes barrocas italianas e francesas na linguagem *sui generis* do Barroco nacional.

Além destes eventos, que constituem uma extensão natural do trabalho do DPHADB, incidindo nas temáticas dos bens culturais religiosos e sua salvaguarda, este departamento diocesano enveredou por actividades colaterais relacionadas com a música sacra em articulação com o património móvel e imóvel. De colaboração com a Associação Arte das Musas, apresentou, em 2003, a primeira edição do *Festival Terras sem Sombra: Festival de Música Sacra do Baixo Alentejo*, o qual vem sendo realizado anualmente. Contextualizado por um projecto homónimo de animação e valorização do património da Diocese de Beja e distinguido por uma programação de qualidade internacional de concertos de música erudita e conferências temáticas, assente nas tradições mais profundas da música litúrgica, o festival tem carácter itinerante, percorrendo espaços privilegiados do ponto de vista histórico e acústico em diversos concelhos do Baixo Alentejo. Ao mesmo tempo, numa relação coerente da dimensão pedagógica e da divulgação artística, visa incentivar a formação de novos públicos, promovendo o reencontro com edifícios que, na maior parte dos casos, estiveram encerrados ao público ou com sérios problemas de degradação e o conhecimento do grande repertório da música cristã, desde a Idade Média até ao século XXI<sup>1480</sup>.

<sup>1478</sup> As obras: José António FALCÃO & Fernando António Baptista PEREIRA, *O Alto-Relevo de Santiago Combatendo os Mouros da Igreja Matriz de Santiago do Cacém*, Colecção Terras sem Sombra, n.º 1, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja/Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2001; José António FALCÃO (dir.), *Visões do Invisível. Património Religioso da Margem Esquerda do Guadiana*, Colecção Terras sem Sombra, n.º 2, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2005; José António FALCÃO, *A a Z. Arte Sacra da Diocese de Beja*, Colecção Terras sem Sombra, n.º 3, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2006.

<sup>1479</sup> José António FALCÃO, Francisco LAMEIRA & Vítor SERRÃO, *A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Beja. Arte e História de um Espaço Barroco. 1672-1698*, Lisboa, Alêtheia, 2007.

<sup>1480</sup> José António FALCÃO, «Festival Terras sem Sombras», in *Agência Ecclesia*, cit., de 7 de Novembro de 2003; Luís Filipe SANTOS, «Beja abre igrejas a projecto musical de vanguarda», in *Agência Ecclesia*, cit., de 20 de Julho de 2004; «Festival “Terras sem Sombra”», in *Agência Ecclesia*, cit., de 9 de Novembro de 2006; Lúcia SILVEIRA, «Música Sacra conquistou Baixo Alentejo», in *Agência Ecclesia*, cit., de 28 de Março de 2008.

Em 2008, o DPHADB deu um novo passo para o conhecimento do património religioso da região, acrescentando uma componente científica às dimensões artística, histórica, antropológica e espiritual. No âmbito do projecto *Ciência Viva no Verão*, da Associação Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, em parceria com o Museu Nacional de História Natural e com o apoio dos municípios locais, vem organizando sessões, em ambiente informal e com periodicidade anual, subordinadas à análise da composição gemológica das pedrarias das alfaias do culto e ex-votos do Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas, em Sines, bem como na igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Beja, dois pólos museológicos notáveis pelas suas colecções de joalharia e ourivesaria. A identificação dos materiais empregados deu ainda azo à discussão do seu contexto devocional, sob uma perspectiva etnológica e sociológica. Estas actividades vieram demonstrar que a ciência, além de um instrumento essencial para o estudo e a salvaguarda do património, pode ter um papel de relevo em torno da sua animação e divulgação<sup>1481</sup>.

Quando o DPHADB foi instituído, em 1984, a Diocese de Beja padecia de uma conjuntura assaz difícil quanto à salvaguarda do património e carecia não só de um inventário dos bens culturais sob sua tutela, como também de um organismo que promovesse a sua realização. Estruturado, pois, sem antecedentes, aquele departamento pautou-se sobretudo por preocupações de ordem técnica e científica, tendo a particularidade de ser dirigido, desde a sua génese, por um leigo e constituído por um grupo de peritos em diversos domínios (história, arte, arquitectura, engenharia, liturgia, conservação e restauro, museologia, etc.), a título voluntário.

Ainda naquele ano, tiveram início os trabalhos de inventariação dos bens imóveis, móveis e imateriais – merecendo especial menção, àquele tempo, o desvelo para com o património imaterial –, os quais tiraram do olvido e, por vezes, do abandono muitos dos tesouros artísticos do Baixo Alentejo. À medida que iam avançando no terreno e tomavam contacto com a verdadeira riqueza patrimonial da diocese, o DPHADB orientou o seu plano

---

<sup>1481</sup> «Iniciativa inédita dá a conhecer património religioso do Sines», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 2 de Setembro de 2008; BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Pedras preciosas nas igrejas históricas», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 31 de Agosto de 2009; BEJA, Diocese, Departamento do Património Histórico e Artístico, «Diocese de Beja faz do património religioso um autêntico laboratório», in *Agência Ecclesia, cit.*, de 7 de Setembro de 2010.

de actuação para outras áreas, designadamente ao nível da sua conservação e valorização. Em concomitância com as intervenções levadas a cabo no património imóvel, que permitiram a abertura ao público de vários monumentos religiosos, dotados de guardaria e informação veiculada em folhetos e inseridos em rotas culturais, as exposições temporárias constituíram pólos de dinamismo museológico no que respeita à apresentação, à segurança, à conservação e restauro e à extensão cultural, dando especial zelo à ligação com a diversidade de públicos, inclusive os que não professam o Catolicismo. A criação de uma rede diocesana de museus, por seu turno, sob serviços técnicos comuns, representa um melhor aproveitamento dos recursos, mantendo, ao mesmo tempo, os objectos próximos das comunidades de origem. Ademais, em parceria com outras entidades, alargou a oferta cultural, no sentido de formar e captar novos públicos, sempre na esfera da animação e divulgação do património, ao serviço do desenvolvimento integral da região.

Ao longo de mais 25 anos, o DPHADB vem fazendo um esforço ininterrupto e perseverante para o estudo, defesa e dinamização dos bens culturais religiosos do Baixo Alentejo, com apoio financeiro de programas ao abrigo de fundos estruturais da União Europeia e através de protocolos de colaboração firmados com instituições de âmbito nacional, regional e local, estabelecendo um diálogo construtivo com a sociedade civil. Focado na herança cultural e religiosa das gentes alentejanas, aquele organismo diocesano desenvolveu um trabalho descentralizado, no seio das comunidades, assumindo, porém, todos os vectores de acção museológica hodiernos, uma postura de rigor e actualidade científica à qual não foi alheia, por certo, a direcção de um leigo com formação académica e experiência profissional no domínio do património cultural.

A arte sacra é um fenómeno plástico criado no contexto de uma religião com o propósito intrínseco de enobrecer e exteriorizar a acção ritual enquanto elemento sensível e significativo. Por conseguinte – atendendo em especial ao Catolicismo, com maior representatividade em Portugal –, a Igreja reuniu, ao longo dos séculos, um vasto património de carácter religioso, vincado fundamentalmente pela amplitude geográfica e social e pela diversidade

tipológica e qualitativa, daí que se revista de elevado valor histórico, artístico e antropológico e, por extensão, de interesse museológico.

Não obstante, pela primazia da função litúrgica e devocional, estes objectos pertencem à esfera do sagrado, em detrimento da fruição estética. Ao advento do Liberalismo sobreveio a nacionalização dos bens do clero regular, embora algumas iniciativas episcopais tenham contribuído para evitar a dispersão de parte desse espólio. Depois, a instauração da República e a separação do Estado da Igreja ditou o mesmo destino para o restante património eclesiástico, deixando nos templos somente o que fosse necessário ao culto. Os acervos então reunidos deram azo à formação de museus regionais de arte.

Coincidindo com a afirmação do museu enquanto instituição pública, estes processos implicaram uma alteração do múnus da arte sacra e decorrente transformação em *res museologicae*, sobressaindo a sua valia histórica e artística, ainda que contextualizada pelos edifícios onde se instalaram, amiúde da mesma procedência. Apesar da reconciliação institucional durante o Estado Novo, a arte da Igreja servia mormente objectivos de propaganda nacional, com reflexos nas dinâmicas culturais concelhias. Nos meados do século XX, ante as recomendações emanadas de Roma acerca do decoro da arte sacra, os seminários constituíram colecções de índole pedagógica, no espírito da disciplina de arqueologia cristã, embora também com um propósito de salvaguarda de bens em risco de perda.

Se o protagonismo das entidades eclesiásticas neste período passara essencialmente pela colaboração com o Estado, mediante o empréstimo de peças, nos alvares do regime democrático, associada ao poder deposto, a Igreja manteve algum distanciamento das actividades museológicas. O dinamismo cultural introduzido pela criação do IPPC e depois pela Lei n.º 13/85, marcado pelo alargamento do conceito de património e pelo envolvimento cívico, propiciou a fundação de museus locais e a realização de exposições que deram ênfase aos acervos religiosos, com o intuito de despertar as comunidades para a necessidade da sua defesa e salvaguarda, mas o tema dominante da museologia local nesta fase continuava a ser, porém, a relação com o território envolvente.

As reformas litúrgicas determinadas no âmbito do Concílio Vaticano II acarretaram a desafecção do culto para numerosos artefactos, pelo que a Igreja dimanou orientações no sentido da sua preservação e de pôr termo às alienações ilegítimas e outros abusos a

pretexto da reestruturação, salientando a figura do inventário. Em finais da década de 80 e princípios da seguinte, estas matérias granjearam maior atenção dos organismos pontifícios, cada vez mais especializados. A Igreja portuguesa deu corpo a estas preocupações numa nota pastoral sobre o seu património histórico-cultural, em 1990, um documento que acusa o descontentamento do episcopado em relação à *Lei do Património Cultural* e assenta em três ideias-chave: evitar o abandono, a dispersão e a integração dos acervos eclesiásticos em museus estatais.

A constituição da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, em 1993, reorientou a acção das entidades anteriores do campo da conservação para o plano da valorização, concedendo ao património histórico-artístico eclesiástico uma finalidade educativa, catequética, litúrgica e cultural. Dava-se então um passo significativo para uma mudança ontológica da arte sacra, a qual tivera uma dupla existência, ora na qualidade de objecto litúrgico, no âmbito de uma acção ritual, motivo subjacente à sua concepção, ora como produção artística, em contexto museológico, sujeita apenas aos critérios taxonómicos da História da Arte.

A pouco e pouco, as iniciativas promovidas por entidades eclesiásticas assentavam em discursos expositivos que privilegiavam o valor teológico e litúrgico das obras de arte, ao invés de uma ordenação cronológica, estilística ou tipológica, avultando a mostra *Cristo, Fonte de Esperança*, levada a efeito por ocasião do Jubileu do Ano 2000. Com efeito, em Junho de 2001, aquele organismo pontifício dimanou uma carta circular acerca da função pastoral dos museus da Igreja, abordando sobretudo o *porque e para que* se criou o património eclesiástico e não apenas *como* ou *quando* se criou.

No dealbar do novo milénio, as normativas decorrentes da lei de bases do património cultural e da lei-quadro dos museus marcaram a museologia portuguesa, mas influenciaram igualmente uma dinâmica mais assertiva da Igreja nestas matérias, em particular no que respeita ao inventário e à requalificação dos museus, nomeadamente daqueles que estão inseridos na RPM ou ambicionam a integração. O Projecto *Igreja Segura*, que envolveu também as Misericórdias, foi outro factor importante para a defesa, salvaguarda e valorização do património religioso, quer pela sensibilização das comunidades, quer pela orientação em termos de mecanismos técnicos e administrativos. Ademais, importa referir os

co-financiamentos ao abrigo de programas operacionais dos Fundos Estruturais da União Europeia, que permitiram a efectivação de projectos de inventariação diocesanos, a intervenção de conservação e restauro em bens móveis e imóveis, a criação de espaços museológicos e a realização de exposições, entre outras actividades de formação e divulgação, em especial nos meados do primeiro decénio do século XXI.

Em virtude da sua abrangência cultural e social, a arte sacra surge não só em grande abundância, como também atravessa os vários estratos da sociedade e tem lugar nos diversos tipos de aglomerados populacionais, desde a magnificência encontrada nas catedrais urbanas à ingenuidade patente numa singela ermida dos núcleos rurais.

À semelhança do que acontece com a arte, a sua museologia reflecte muitas vezes estes aspectos, em especial quando as preocupações em torno da segurança chegam aos meios mais pequenos e vulneráveis ou simplesmente por influência de comunidades vizinhas ou instituições tomadas como modelo. Na realidade, ao longo deste trabalho encontram-se numerosos espaços museológicos de reduzidas dimensões, coordenados por titulares de cargos relevantes na tutela (pároco, membro de comissão fabriqueira, provedor de Misericórdia, etc.), mas sem formação técnica específica para o exercício das funções. Por outro lado, em muitos casos não existe sequer quem os dinamize, quem deles se ocupe de modo permanente e carecem de abertura regular ao público. À luz do quadro legislativo em vigor, e embora usem a designação de museu, poderão receber, quando muito, a classificação de colecção visitável. Porém, apesar do carácter de armazenamento, são amiudadamente a única razão de sobrevivência dos acervos.

As sedes diocesanas, pelo exemplo que constituem para as suas paróquias e sobretudo pela maior captação de recursos humanos e financeiros, procuram ter espaços mais adequados às novas exigências da ciência museológica, apesar da prioridade ainda devotada por alguns bispados aos trabalhos de inventário, instrumento basilar para uma gestão eficaz do seu património. No entanto, deve ter-se presente que existe um forte vínculo devocional e afectivo por parte das populações, o que dificulta a incorporação dos espécimes em museus de maior envergadura.

O exemplo de maior vulto no âmbito da museologia da arte sacra em Portugal – considerando a amplitude do trinómio metafuncional *investigação/preservação/comunicação* –,

é o trabalho desenvolvido pelo departamento de património da Diocese de Beja, desde 1984. Com efeito, a sua estratégia de actuação vai ao encontro das preocupações e necessidades sentidas neste domínio e resulta fundamentalmente da conjuntura daquele extenso território episcopal, fortemente vincado pela desertificação rural e pela baixa prática religiosa e do facto de se firmar num grupo de especialistas das diversas áreas envolvidas, ainda que, noutras regiões e de um modo geral, a Igreja tenha manifestado alguma relutância no envolvimento de leigos em matéria de património, decerto resquício das históricas alfétenas com o Estado.

As acções desenvolvidas por este organismo e outros similares, a par do esforço empreendido pelas Misericórdias, contando, em muito casos, com o apoio das autarquias e outras entidades locais, têm trazido a lume uma herança cultural que dá a conhecer a espiritualidade e vivência religiosa dos Portugueses, tanto nos museus de arte sacra e exposições que consubstanciam os inventários, quanto nos catálogos e outras publicações que as perpetuam no tempo e fornecem um saber mais aprofundado. Com um discurso temático coerente estribado no conteúdo intrínseco dos objectos – e não apenas nos aspectos formais – e passível de múltiplas leituras, quer orientadas, quer livres, as exposições cumprem um objectivo de abertura universal, apesar do carácter confessional porventura decorrente dos acervos, servindo a sua missão pastoral e cultural por estar acessível desde o crente ao que professa outra religião, do iletrado ao especialista, do que procura fortalecer a fé ao que busca o prazer estético.

Propiciadoras de intervenções de conservação e restauro que devolvem a dignidade aos artefactos e asseguram a continuidade para os vindouros, as grandes exposições deste virar de século conduziram à alteração ontológica da arte sacra, mantendo a referência primordial à liturgia e à teologia, pese embora a sua conversão, ainda que transitória, em *res museologica*.

No curso de dezassete séculos de liberdade de culto, o Cristianismo deu origem a um notável património de natureza litúrgica, não isento, porém, de sucessivos espólios, aniquilações, descaminhos e outras alienações. As políticas liberalistas e a emergência do museu público removeram a arte sacra do domínio ritual e deram-lhe uma existência secular ou mundana, inserindo-a na alçada do deleite estético, até ao advento do terceiro



milénio, quando se passaram a articular todas as suas valências, do intrínseco ao formal, do funcional ao belo.

Desde que brotou o interesse museológico em torno da arte sacra, várias entidades, civis e eclesiásticas, individualmente ou em parceria, vêm promovendo a sua exibição, no contexto de efemérides laicas e religiosas, em eventos de maior ou menor vulto, rigor científico ou qualidade museográfica. Tal como acontecera com a arte sacra, também a sua museologia decorre da índole e condição dos povos, adaptada no espaço e no tempo à mentalidade social, artística e intelectual do Homem.



## CAPÍTULO IV

### **SECULARIDADE DA ARTE SACRA**



## 4. Secularidade da arte sacra

Atendendo à duplicidade semântica do vocábulo *século*, enquanto unidade cronológica e mundo laico ou temporal, mas também à especificidade da denominação arte sacra, este capítulo alude às duas dimensões mais significantes da ontologia desta manifestação estética: o tempo e o espaço, *i. e.*, a evolução da arte sacra e a sua relação com a esfera do não-religioso.

### 4.1. Arte Sacra e o Século

#### 4.1.1. Ἔθος (*Ēthos*) da arte sacra

A Igreja exige a beleza e a verdade da arte sacra, que existe quando a sua forma é compatível com a sua vocação própria, ou seja, “evocar e glorificar, na fé e na adoração, o mistério transcendente de Deus”<sup>1</sup>. Edifícios sagrados e objectos destinados ao culto divino devem ser dignos e belos, enquanto sinais e símbolos das realidades celestes<sup>2</sup>. Por isso, a Igreja, de harmonia com a constituição *Sacrossanctum Concilium*, vem escolhendo “entre as obras dos artistas as que estavam de acordo com a fé, a piedade e as orientações veneráveis da tradição e que melhor pudessem servir ao culto”<sup>3</sup>. Assim, a arte sacra não é apenas uma obra de arte, um fenómeno estético ou artístico, nem lhe basta ser uma obra de arte religiosa cristã, pois tem de ser também uma obra de arte que sirva a acção litúrgica.

#### *Uma arte ao serviço do culto*

O conceito de objectos sagrados destinados a servir o culto existe desde tempos imemoriais. Artefactos de carácter utilitário e, porventura, de uso corrente, vêem a sua função elevada a outra categoria, a função sacra, pois “intervêm, como sinais significantes e

---

<sup>1</sup> CCE 2502.

<sup>2</sup> IGMR 288.

<sup>3</sup> SC 122.

actuantes, numa acção sagrada<sup>4</sup>. O sentido distingue-se quer pelos materiais empregados, cuja beleza e riqueza contribuem para a sua dignidade e nobreza, quer pela proporção das formas ou pela iconografia e simbologia decorativa associada. Mas também as obras de carácter essencialmente artístico estão ligadas à função litúrgica, visto que actuam como mediadoras e fomentam a participação e a comunhão<sup>5</sup>. Os lugares de culto são locais de adoração e reunião e necessitam não só de condições para a participação comunitária mas também de beleza e *decorum* para a actividade litúrgica<sup>6</sup>.

Durante a estada de Moisés no Monte Sinai, o Senhor instruiu-o minuciosamente sobre o culto que os israelitas Lhe deviam prestar e como tinham de ser construídos o tabernáculo e o templo, bem como o seu mobiliário, utensílios e vestes sacerdotais<sup>7</sup>. No período neotestamentário, aquando da preparação para Ceia Pascal, aquela que seria a Última e também a instituição da Eucaristia, Jesus enviou Pedro e João à cidade, onde encontrariam um homem que lhes indicaria uma grande sala, no andar de cima – o andar nobre –, mobilada e toda pronta<sup>8</sup>. Passado o tempo da perseguição, em que os Apóstolos e os seus sucessores partiam o pão pelas casas, ergueram-se por toda a Terra as novas Casas de Deus, sempre com a preocupação de evocarem a Jerusalém Celeste do Apocalipse<sup>9</sup>.

A revelação cristã determina os conteúdos e as normativas da arte sacra, a qual adquire plena identidade no âmbito cultural<sup>10</sup>, o seu contexto vital por inerência<sup>11</sup>. Amplificação sonora e visual dos actos rituais<sup>12</sup>, a arte sacra tem como atributos fundamentais a funcionalidade e a sacralidade<sup>13</sup>. Colhendo da liturgia um conteúdo digno de ser representado sob

---

<sup>4</sup> E. NADAL, *op. cit.*, p. 118.

<sup>5</sup> Matías AUGÉ, *Liturgia. Historia. Celebración. Teología. Espiritualidad*, Colección Biblioteca Litúrgica, n.º 4, 2.ª ed., Barcelona, Centre de Pastoral Litúrgica, 1997, p. 72.

<sup>6</sup> Cf. MD 174.

<sup>7</sup> *Ex* XXV-XXVIII.

<sup>8</sup> *Mc* XIV, 13-15; *Lc* XXII, 8-12.

<sup>9</sup> Cf. *Apc* XXI-XXII.

<sup>10</sup> C. CHENIS, *op. cit.*, p. 55.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>12</sup> Titus BURCKHARDT, *Principes et Méthodes de l'Art Sacré*, Collection L'essence du sacré, Paris, Éditions Dervy, 1995, p. 85.

<sup>13</sup> C. CHENIS, *op. cit.*, p. 121.

a forma visual, constitui o necessário sistema ornamental e mediador daquela<sup>14</sup>, numa relação de complementaridade que insere a arte no sagrado, submetendo-a a uma função servil na preparação de uma sede adequada para os ritos divinos<sup>15</sup>, porém, em total respeito pela sua autonomia estética e expressiva<sup>16</sup>.

### *Artes da Igreja*

Desde o princípio dos tempos, a arte assiste o caminhar da religião, enquanto expressão do culto e elemento de mediação para a acção litúrgica<sup>17</sup>. Contudo, e apesar da posição funcional da arte sacra diante da liturgia, a Igreja nunca reclamou um estilo próprio<sup>18</sup>. Ao invés, aceitou os estilos de todas as épocas que atravessou, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos diversos ritos<sup>19</sup>.

A Liturgia compõe-se por elementos humanos e divinos<sup>20</sup>. Estes, instituídos pelo Omnipotente, não podem ser alterados pelos homens; aqueles, pelo contrário, permitem modificações, aprovadas pela hierarquia sagrada, assistida pelo Espírito Santo, de acordo com as exigências dos tempos, das coisas e das almas<sup>21</sup>. Assim, a Igreja deixa evoluir a liturgia no que ela tem de humano, adaptando-a no tempo e no espaço à mentalidade social, artística e intelectual do Homem<sup>22</sup>. Nesta circunstância, e no decurso dos séculos, criou um vasto património que documenta o caminho da fé através das obras de várias gerações, no âmbito de determinado período e de um território concreto<sup>23</sup>.

Assim, a arte sacra trespassa vários estratos sociais e culturais e os diversos níveis de formação académica, tocando todas as pessoas que professam aquela fé. A produção artística oscila entre o erudito e o popular. Nas comunidades rurais, amiúde de posses modestas,

---

<sup>14</sup> Não há celebração sem arte. Gestos, palavras e ritos exigem uma expressão que produza uma diferença na banalidade do quotidiano [cf. E. NADAL, *op. cit.*, p. 117].

<sup>15</sup> Cf. MSD 13.

<sup>16</sup> C. CHENIS, *op. cit.*, p. 121.

<sup>17</sup> E. NADAL, *op. cit.*, p. 119.

<sup>18</sup> Cf. SC 123.

<sup>19</sup> Cf. SC 123; GS 62.

<sup>20</sup> MD 45; SC 21.

<sup>21</sup> MD 45.

<sup>22</sup> M. C. M. ATANÁSIO, *op. cit.*, p. 18; cf. GS 62.

<sup>23</sup> Cf. SC 123; IGMR 289.

sobressai principalmente o valor religioso, mas encontram-se também obras de elevado mérito estético e material, resultado, muitas vezes, de encomendas por gentes mais esclarecidas, das classes abastadas ou membros do clero.

Por conseguinte, a arte sacra, além de um instrumento pastoral e evangélico, ao serviço da Igreja e da sua missão, constitui um importante elemento para o estudo da evolução do gosto e do belo, sob o prisma da História da Arte, e ainda um meio de conhecimento dos povos e do seu desenvolvimento ao longo dos tempos, nos domínios da estrutura social, das vivências religiosas peculiares, da riqueza material, do gosto, dos problemas e angústias que os afligem...

#### 4.1.2. Epifanias da arte sacra

Arte e Religião são dois meios de expressão humana muito próximos e intimamente relacionados. Desde os primórdios da Humanidade, a Arte germinou e desenvolveu-se no terreno do sentir religioso, atingindo um lugar de particular relevo com o Cristianismo<sup>24</sup>. Instrumento para educação dos rudes, anamnese do mistério da encarnação e da vida dos santos e ignígeno do afecto pela devoção, tem na acção ritual um papel preponderante enquanto mediadora e elemento sensível do culto. A arte sacra, ordem cimeira da arte de carácter religioso, une a experiência do belo à experiência do sagrado, do *totalmente outro*<sup>25</sup>. Posta ao serviço da Liturgia, assume uma condição que a separa das demais manifestações artísticas e, por conseguinte, é julgada como heterotópica. A deslocação das obras de arte sacra para um âmbito museológico ou coleccionista significa a destituição, temporária ou permanente, da sua função primeira.

#### *Local de culto*

O local de culto é o habitat natural e primordial da arte sacra. Concebida para a função ritual, encontra nestes espaços a sua *ratio essendi*. Na Igreja Católica Romana, os edifícios cultuais<sup>26</sup> são, eles próprios, lugares funcionais onde as assembleias se reúnem para parti-

<sup>24</sup> J. ÁLVAREZ GÓMEZ, *op. cit.*, p. 3.

<sup>25</sup> Cf. R. OTTO, *op. cit.*, pp. 38-44.

<sup>26</sup> Geralmente a igreja ou templo, embora seja admissível que, quando esta falta ou é insuficiente, os fiéis se reúnam num lugar decente, digno e apto para a acção ritual [cf. IGMR 288].



cipar da celebração da liturgia<sup>27</sup>. Ao contrário de outras religiões, onde os templos são locais reservados à divindade, no catolicismo o edifício representa a *domus ecclesiae*, ou seja, a casa da igreja, da assembleia<sup>28</sup>. No entanto, constitui mais do que uma mera sala de reunião; é um espaço de oração que, além de estar ao serviço da necessidade funcional, expressa o mistério da assembleia celebrante<sup>29</sup>. Neste sentido, e pela ligação intrínseca da arte sacra com a liturgia, os objectos consagrados mantêm igualmente um vínculo essencial com os espaços culturais.

Pese embora o habitual desígnio da arte para a experiência estética, no contexto cerimonial aquela não é um elemento isolado, antes assiste a liturgia, acompanhando a palavra proclamada, a oração, a acção sacramental, a linguagem do canto e a música<sup>30</sup>. Não obstante, estes lugares deram azo, amiúde, à constituição de tesouros, em especial compostos de relíquias, os quais, apesar do carácter devocional inerente, denunciam atitudes paramuseológicas – como notou Madalena Brás Teixeira a respeito da capela das relíquias do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça<sup>31</sup> –, mediante a exposição dos bustos relicários à veneração, devidamente identificados com as respectivas tabelas.

### *Museus*

Ainda que elaborada para os locais de culto, a arte sacra tem também uma presença relevante nos museus, na qualidade de bem comum ou colecção pública, saindo do domínio reservado dos fiéis<sup>32</sup>. Despojada das suas funções rituais, ali sobrevive enquanto objecto de valor cultural, histórico e artístico. No correr do tempo, os espécimes sacros costumam tornar-se obsoletos ou inúteis. Com a revisão da hermenêutica religiosa e a alteração das exigências do culto, a evolução da Técnica, a mudança do gosto estético e até pelo desgaste causado pelo uso, as obras de arte sacra perdem o significado utilitário primacial. Assim, e enquanto património material da humanidade, podem ser resgatadas

<sup>27</sup> M. AUGÉ, *op. cit.*, p. 65; cf. Joseph RATZINGER, *Introdução ao Espírito da Liturgia*, Coleção Dessedentar, n.º 2, Lisboa, Paulinas, 2001, p. 47; SC 122 e SC 124; IGMR 293.

<sup>28</sup> M. AUGÉ, *op. cit.*, p. 67; J. RATZINGER, *op. cit.*, p. 47.

<sup>29</sup> M. AUGÉ, *op. cit.*, p. 68.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>31</sup> M. B. TEIXEIRA, *Los Comienzos...*, *cit.*, p. 11.

<sup>32</sup> A. GIRARD, *op. cit.*, p. 228.

pelo museu<sup>33</sup>, ficando deste modo sujeitas a todas as funções museológicas. Ali não há distinção entre os objectos de arte sacra e os demais. A disciplina científica do museu – Arte, História, Etnologia, Antropologia, entre outras – e a investigação realizada sobre as colecções determinarão o conteúdo transmitido ao público, proporcionando leituras particulares que se afastam, porém, das primordiais referências litúrgicas ou devocionais,

Neste contexto, ressalta a figura do museu de arte sacra, enquanto instituição monográfica especialmente concebida e vocacionada para acolher e exhibir acervos daquela natureza, ao qual se atribui ainda uma função pastoral<sup>34</sup>. Considerando o que acima se mencionou sobre a essência da arte sacra, estes organismos deverão assentar num sistema de valores distinto, pois a sua acção incide em artefactos de variadas categorias técnicas, materiais e artísticas, mas que testemunham a fé de um povo e cultivam a memória da Igreja. Por conseguinte, reclamam a participação interdisciplinar – mais do que multidisciplinar – de diversas ciências do saber para uma interpretação e fruição integral dos objectos, tanto da sua componente material ou formal quanto dos elementos imateriais ou simbólicos.

### *Tesouros*

O vocábulo *tesouro* designa, habitualmente, um tesouro de igreja, um conjunto de *ornamenta e apparatus ecclesiae*, objectos ligados ao ornamento e exercício da função litúrgica e à devoção<sup>35</sup>, ou à veneração das relíquias, conservado em anexo ou nas proximidades de um espaço consagrado<sup>36</sup>.

As suas origens remontam à Grécia Antiga, onde os habitantes de uma cidade construía, junto aos santuários, pequenos monumentos ou capelas votivas (os θησαυροί, mais

<sup>33</sup> Entenda-se museu numa perspectiva meramente ontológica. Ou seja, a incorporação das peças de arte sacra no museu não é sinónimo da perda de direitos de propriedade por parte da comunidade que as detinha. Com a cessação do uso cultural estas são inseridas num contexto museológico, porventura no seio da mesma comunidade eclesial ou em proximidade com ela. Por outro lado, esta incorporação é reversível, pois as obras de arte, desde que reúnam as condições de decoro e dignidade [cf. SC 122], poderão ser reclamadas, em ocasiões especiais, para o uso esporádico em acções rituais [cf. nota 94].

<sup>34</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici...*, cit.

<sup>35</sup> *Trésors d'Églises et de Cathédrales en France. Comment Aménager, Gérer et Ouvrir au Public un Trésor d'Objets Religieux. Guide Pratique*, Paris, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction de l'Architecture et du Patrimoine, 2003, p. 11; O. POISSON, *op. cit.*, p. 217.

<sup>36</sup> A. GIRARD, *op. cit.*, p. 229.

tarde os *thesauri*, no mundo romano) para receber os ex-votos dos fiéis<sup>37</sup>. O fenómeno dos tesouros acumulados em contexto religioso alargar-se-ia, depois, à cristandade, bem como ao mundo islâmico, à China e ao Japão<sup>38</sup>.

No Cristianismo, ultrapassado o período de clandestinidade<sup>39</sup>, começou a formação dos tesouros de igreja, assente, porém, numa dupla origem. Por um lado, a acumulação de diversos objectos necessários à digna celebração do culto<sup>40</sup>, permanentemente enriquecida por doações, dentro do espírito da motivação religiosa “dar para receber”; por outro, a ligação ao culto das relíquias<sup>41</sup>, verdadeiro capital para uma igreja, tanto pela sua riqueza espiritual<sup>42</sup>, quanto pela habitual opulência material dos relicários<sup>43</sup>. Permanecendo no âmbito dos tesouros de igreja, distingue-se ainda o tesouro de catedral, instalado na igreja da sede ou cátedra do bispo, beneficiando da generosidade pessoal dos sucessivos prelados e seus cabidos<sup>44</sup>, e o tesouro de santuário, composto por objectos relacionados cultural e historicamente à instituição que os abriga<sup>45</sup>.

Os tesouros de instituições religiosas foram equiparados a museu no aditamento à definição do ICOM, na redacção fixada pelos estatutos de 1961.

### Exposições

Uma exposição pode ser entendida como permanente ou temporária. O adjectivo permanente qualifica as exposições pensadas para um longo prazo<sup>46</sup>, próprias do museu, como

<sup>37</sup> L. ALONSO FERNÁNDEZ, *op. cit.* p. 50; G. BAZIN, *op. cit.*, pp. 12-14; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 14.

<sup>38</sup> G. BAZIN, *op. cit.*, p. 34.

<sup>39</sup> Após o Édito de Milão, promulgado em 313 pelo imperador Constantino I (\* ca. 280 – † 337; *reg.* 306-337), que garantiu a tolerância e liberdade religiosa para os cristãos em todo o Império Romano.

<sup>40</sup> *Trésors d'Églises et de Cathédrales en France...*, *cit.*, p. 11; Philippe GEORGE, «Définition et fonction d'un trésor d'église», in *Bulletin du Centre d'Etudes Médiévales d'Auxerre* [em linha], Auxerre, Le Centre d'Etudes Médiévales Saint-Germain d'Auxerre, n.º 9, 2005, disponível em URL: <http://cem.revues.org/document719.html> (acedido em 30 de Abril de 2010).

<sup>41</sup> Apoiado na fé cristã, que reconhece o poder dos restos mortais dos santos ou dos objectos que estiveram em contacto com eles [cf. Barbara Drake BOEHM, «Cult of relics», *s. v.*, in J. TURNER (ed. lit.), *op. cit.*, vol. 8, p. 259].

<sup>42</sup> Depois do martírio de São Policarpo, bispo de Esmirna, em 155, os cristãos recolheram e veneraram os seus restos mortais, mais valiosos do que pedras preciosas ou do que puro ouro [*Martyrium Polycarpi*, XVIII; cf. J.-P. MIGNE, *Patrologiae Cursus Completus. Series Graecae*, T. 5, *cit.*, col. 1043].

<sup>43</sup> P. GEORGE, *op. cit.*; cf. G. BAZIN, *op. cit.*, p. 30; M. BOLAÑOS, *op. cit.*, pp. 17-18.

<sup>44</sup> *Trésors d'Églises et de Cathédrales en France...*, *cit.*, p. 11; P. GEORGE, *op. cit.*

<sup>45</sup> *Trésors d'Églises et de Cathédrales en France...*, *cit.*, p. 12.

<sup>46</sup> F. J. ZUBIAUR CARREÑO, *op. cit.*, p. 333.

instituição estável que é<sup>47</sup>. A exposição temporária, por seu turno, é concebida para um prazo mais curto, de alguns dias até vários meses<sup>48</sup>. Projecto mais concreto e circunstancial, constitui um meio de promoção sociocultural, quer para os museus quer para outras instituições e espaços de actividade expositiva<sup>49</sup>.

Entrando no domínio do evento, uma exposição temporária oferece potencialidades singulares. A sua efemeridade permite a inovação e atrevimento sem grandes riscos, acompanhando a evolução das técnicas museográficas, bem como a exibição de espécimes que não poderiam estar patentes de modo duradouro<sup>50</sup>. Consegue-se assim uma maior liberdade na composição do discurso expositivo, recorrendo a objectos de outras instituições ou de colecções particulares, cedidos por empréstimo, e, no caso específico da arte sacra, a obras ainda ao uso nos actos litúrgicos, mas temporariamente incorporados no conjunto exposto.

### *Colecções privadas*

Uma colecção, por definição, é a reunião ordenada de coisas<sup>51</sup> de interesse estético, científico, histórico, lúdico, etc., ou que possuem valor pela sua raridade, ou apenas porque despertam a vontade de colecioná-las<sup>52</sup>. Ao qualificá-la de privada insere-se num regime de propriedade individual, *i. e.*, na esfera da fruição pessoal, íntima, reservada.

Oriundo de qualquer estrato social e idade<sup>53</sup>, o colecionador é alguém que ambiciona reunir séries e procura sempre o que está em falta para as conseguir completar<sup>54</sup>. Na raiz

<sup>47</sup> L. ALONSO FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 207; Luis ALONSO FERNÁNDEZ & Isabel GARCÍA FERNÁNDEZ, *Diseño de Exposiciones. Concepto, Instalación y Montaje*, Colección Materiales/Arte y Música, n.º 23, Madrid, Alianza Editorial, 2005, p. 19.

<sup>48</sup> Em alguns casos pode mesmo converter-se em permanente, por motivos diversos [cf. F. J. ZUBIAUR CARREÑO, *op. cit.*, p. 333].

<sup>49</sup> L. ALONSO FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 207; L. ALONSO FERNÁNDEZ & I. GARCÍA FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 19.

<sup>50</sup> F. J. ZUBIAUR CARREÑO, *op. cit.*, p. 333.

<sup>51</sup> Usamos o vocábulo de sentido geral *coisa*, pois a propensão colecionista pode ir mais longe do que a vulgar materialidade, incorporando também ideias e experiências [cf. Russel W. BELK, «Collectors and collecting», in Susan M. PEARCE (ed.), *Interpreting Objects and Collections*, Collection Leicester Readers in Museum Studies, Oxon/New York, Routledge, 1994, p. 317].

<sup>52</sup> ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, ed. lit. & FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, ed. lit., *op. cit.*, vol. 1, p. 3175, s. v. “colecção”; A. HOUAISS (ed. lit.), M. de S. VILLAR (ed. lit.) & F. M. de M. FRANCO (ed. lit.), *op. cit.*, vol. 2, p. 3138, s. v. “colecção”.

<sup>53</sup> Angela VETTESE, *Invertir en Arte. Producción, Promoción y Mercado del Arte Contemporáneo*, Colección Economía y Empresa, Madrid, Pirámide, 2002, p. 25.

dos seus desejos, o respeito pelo passado e coisas antigas, o instinto de propriedade, o amor pela arte ou o coleccionismo puro<sup>55</sup>.

A arte sacra, na colecção privada, sofre uma alteração ontológica semelhante à que ocorre no museu, ou seja, perde as suas funções rituais e converte-se em objecto de colecção, património reservado de um indivíduo ou entidade. Contudo, o coleccionador esclarecido pode prestar um respeitável serviço à sociedade, seja pela cedência temporária dos seus espécimes para estudo por parte da comunidade científica, seja pelo empréstimo de obras para o desfrute alargado em exposições ou outros eventos públicos. Noutros casos, ainda, as colecções, reunidas num contexto privado, estão na origem ou no enriquecimento de instituições museológicas de direito.

## 4.2. Musealização da arte sacra

### 4.2.1. Arte sacra como objecto museológico

A noção mais habitual de *objecto museológico* – no que concerne ao património material – pressupõe a transferência de um ente, seleccionado e removido do seu contexto primário para uma nova existência gerada pelo museu e sua acção, com o intuito de documentar a realidade da qual foi apartado<sup>56</sup>. É, por isso, como notou Mário Canova Moutinho, um objecto “herdado”<sup>57</sup>, já que existia previamente e apenas mudou de condição.

No domínio particular da arte sacra, esta tem uma função litúrgica intrínseca. O culto estabelece os seus limites e objectivos<sup>58</sup> e o valor sagrado instala-se na obra de arte pela afectação ao rito através da consagração, da dedicação ou da bênção<sup>59</sup>. Assim, o primeiro lugar

<sup>54</sup> R. W. BELK, *op. cit.*, p. 324; Maurice RHEIMS, *Les Collectionneurs. De la Curiosité, de la Beauté, du Goût, de la Mode et de la Spéculation*, Paris, Ramsay, 1981, p. 27.

<sup>55</sup> F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 13; cf. Angela VETTESE, *op. cit.*, pp. 25-28.

<sup>56</sup> Peter van MENSCH, «Methodological museology; or, towards a theory of museum practice», in Susan PEARCE (ed.), *Objects of Knowledge*, Collection New Research in Museum Studies, n. 1, London, The Athlone Press, 1990, pp. 144-145.

<sup>57</sup> Mário Canova MOUTINHO, *A construção do objecto museológico*, Cadernos de Museologia, n.º 4, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994, p. 7.

<sup>58</sup> Cf. SC 123-128; *Circular do Santo Ofício*, Cidade do Vaticano, 25 de Novembro de 1947, *apud* M. C. M. ATANÁSIO, *op. cit.*, p. 61.

<sup>59</sup> J. ÁLVAREZ GÓMEZ, *op. cit.*, p. 8; CIC 1917 can. 1497 § 2; cf. CIC 1917 cann. 1150 e 1154; CIC 1983 cann. 1171 e 1205.

para fruição dos bens artísticos da Igreja é a sua correcta e pública utilização<sup>60</sup>: os actos litúrgicos. Todavia, no curso do tempo, agentes de ordem diversa motivam o termo deste uso. Além de alterações na materialidade dos objectos, por desgaste ou degradação física que os inutiliza ou torna impróprios para a prática litúrgica<sup>61</sup>, há factores de evolução estética e eclesial que conduzem igualmente à sua desafecção do culto, tanto pela troca de alfaias sagradas por outras mais modernas, quanto pela obsolescência decorrente das reformas litúrgicas que aboliram determinados ritos. Perdido o carácter sacro e utilitário primordial ganha realce o valor cultural latente naqueles artefactos e o museu (actividade museológica) emerge como uma possível tutela e oportuna fruição, minimizando o risco de perecimento, abandono, alienação e outros descaminhos<sup>62</sup>. Deste modo, dá-se a passagem do objecto sacro para a esfera da museologia e, por conseguinte, a sua transformação em objecto museológico.

Não obstante, ainda quando ao serviço do culto, a arte sacra, inclusive a hodierna, constitui simultaneamente um acervo de valia histórica e estética à qual se deve também atender. Com efeito, a Igreja vem envidando esforços no sentido da sua defesa e salvaguarda, segundo métodos técnicos e museológicos adequados, mediante instrumentos como o inventário e as criteriosas intervenções de conservação e restauro. Embora não ocorra uma conversão plena em ente museal, os objectos litúrgicos beneficiam do saber e *praxes* da museologia.

Acerca da sua valorização e fruição fora do contexto ritual e eclesial, por seu turno, a “Igreja não se furta a que o seu património cultural seja considerado entre o património artístico nacional ou local”, dispondo-se a colaborar nas iniciativas civis, mas, para que tal aconteça, “exigirá a aceitação dos critérios de utilização que ela própria tiver definido, o reconhecimento da propriedade dos bens em causa, o respeito pelo seu possível carácter sagrado e o cumprimento das cláusulas acordadas para a utilização em vista”<sup>63</sup>. Portanto, está aberta à cedência temporária de espaços e objectos artísticos para utilização civil, salvaguar-

<sup>60</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações sobre os Bens culturais da Igreja*, cit., n.º II, 16.

<sup>61</sup> Cf. subcapítulo 4.1.1. “Ἔθος (Ēthos) da arte sacra.

<sup>62</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Sacra Congregatio pro Clericis, *Litteræ Circulares ad Praesides Conferentiarum Episcopaliū. Opera Artis. De Cura Patrimonii Historico-Artistici Ecclesiae*, cit., n.º 6; IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici...*, cit., n.º 2.1.1.

<sup>63</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações sobre os Bens culturais da Igreja*, cit., n.º II, 17.

dando, porém, as condições de “não prejuízo grave para o culto, finalidade de empréstimo condizente com a dignidade do lugar ou do objecto emprestado, cumprimento das condições de segurança devidamente acordadas, autorização da entidade competente”<sup>64</sup>.

No entanto, os atributos do sagrado são permanentes, pelo que os lugares ou objectos sacros apenas perdem a consagração, a dedicação ou a bênção em casos de grande dano ou se, por disposição da devida autoridade eclesiástica ou *de facto*, estiverem convertidos de modo definitivo a usos profanos<sup>65</sup>.

Assim, analisando a arte sacra na qualidade de objecto museológico podem observar-se três cenários distintos. A situação mais frequente é a transição para o universo da museologia em consequência da perda de função ritual, tanto pela incorporação em museus tutelados pela Igreja, os quais têm uma função pastoral acrescida, como em museus civis, desde que garantido o respeito pelo contexto original. Neste âmbito, merece também menção o caso do património esbulhado ao abrigo das nacionalizações compulsivas dos bens eclesiásticos e incorporado em museus de arte estatais, no qual o prejuízo da funcionalidade litúrgica se deveu a uma alienação.

Num segundo cenário, os artefactos mantêm o carácter de sacralidade e funcionalidade mas são temporariamente transformados em objecto museológico, ora pelo empréstimo para utilização em iniciativas civis, ora pela conservação quotidiana em ambiente museológico, no seio da comunidade eclesial. Se, por um lado, é usado frequentemente em actos litúrgicos e pode integrar eventos de índole museológica – nas condições acima aludidas –, por outro, os espécimes de utilização ocasional têm no museu um espaço privilegiado para a valorização patrimonial e pastoral, em particular as alfaias mais faustosas, empregadas somente nas cerimónias solenes.

Por último, deve considerar-se igualmente a situação inversa, *i. e.*, o objecto museológico que retoma, de modo efêmero, a sua função ritual. Isto incide, em especial, nos artefactos que integram os fundos dos museus do Estado ou de outras entidades públicas – resultado, em grande medida, dos espólios perpetrados na conjuntura da desamortização dos bens eclesiásticos –, os quais podem ser cedidos para cerimónias litúrgicas nos templos

---

<sup>64</sup> *Idem*, n.º IV, 30.

<sup>65</sup> Cf. CIC 1983 can. 1212.

a que pertenciam, quando este se encontre na mesma localidade onde estão guardados, nos termos da *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa*, quer na redacção de 1940, quer na de 2004<sup>66</sup>.

#### 4.2.2. Trinómio museológico

As funções atribuídas ao museu radicam fundamentalmente no trinómio metafuncional *investigação/preservação/comunicação*<sup>67</sup>, tendo como desígnio o estudo, a educação e o deleite. Pela definição de museu, sabe-se que este trata do património material e imaterial da Humanidade<sup>68</sup>. Ora, a arte sacra, enquanto objecto museológico, é uma evidência material, logo sujeita a todas as funções do museu.

#### *Investigação*

A missão fundamental do museu é conservar as suas colecções e utilizá-las para o desenvolvimento e difusão do saber<sup>69</sup>, pelo que necessita não só de identificar os artefactos que protege como também compreendê-los na sua plenitude. A investigação constitui, pois, condição prévia para a preservação e comunicação e pressupõe o conhecimento, tão exaustivo quanto possível, dos acervos sob a sua tutela, ora da unidade material de cada objecto ou conjunto de objectos, ora do contexto cultural, histórico e artístico em que foram concebidos e utilizados<sup>70</sup>.

<sup>66</sup> Cf. subcapítulo 2.3.2. Disposições concordatárias: relações entre Estado e Igreja.

<sup>67</sup> Cf. A. DESVALÉES, «El desafio museológico», in G. H. RIVIÈRE, *op. cit.*, p. 458; I. MAROEVIĆ, *op. cit.*, pp. 222-223; P. van MENSCH, «Methodological museology...», *cit.*, pp. 142-143. Alguns autores propõem uma divisão em quatro funções, distinguindo a colecção ou aquisição, enquanto outros optam por apenas duas funções: conservação e comunicação [cf. Peter van MENSCH, *Towards a Methodology of Museology. Museological Functions*, in *Eesti Muuseumide Infokeskus* [em linha], Tartu, Eesti Muuseumiühing, 2005, disponível em URL: [http://www.muuseum.ee/erialane\\_areng/museoloogialane\\_ki/ingliskeelne\\_kirjand/p\\_van\\_mensch\\_toward/mensch17](http://www.muuseum.ee/erialane_areng/museoloogialane_ki/ingliskeelne_kirjand/p_van_mensch_toward/mensch17) (acedido em 14 de Abril de 2010), (edição electrónica da tese de doutoramento apresentada à Universidade de Zagreb, 1992)].

<sup>68</sup> Segundo a definição mais recente do ICOM, em ICOM, Assemblée Générale, 22, *Statuts*, Vienne, Autriche, 24 août 2007, article 3: Définition des termes: Section 1. Cf. «Evolution de la définition du musée selon les statuts de l'ICOM (2007-1946)», *cit.*

<sup>69</sup> Cf. a definição de museu apresentada pelo ICOM em ICOM, Assemblée Générale, 22, *Statuts*, Vienne, Autriche, 24 août 2007, article 3: Définition des termes: Section 1.

<sup>70</sup> Cf. L. ALONSO FERNÁNDEZ, *op. cit.*, pp. 165-166; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 160; I. MAROEVIĆ, *op. cit.*, p. 248; G. H. RIVIÈRE, *op. cit.*, p. 223.



No que concerne às obras de arte sacra que se tornaram inadequadas para o culto, deve ter-se em conta que não compõem uma mera colecção de objectos fora de uso, mas um conjunto de bens culturais que esteve ao serviço da missão da Igreja<sup>71</sup>. Ao proceder à sua musealização, não podem apartar-se da história individual e comunitária das vivências cristãs e sua evolução, nem do encontro destas com as expressões culturais do seu território. Exibida aos olhos do século, a arte sacra é um instrumento de formação cultural, de fruição artística, de conhecimento histórico, bem como de elevação espiritual, de catequese *ad intra* e de anúncio do Evangelho *ad extra*, e de diálogo tanto com os crentes quanto com os afastados, para que ambos, cada um a seu modo, a possa apreciar<sup>72</sup>.

### *Preservação*

A preservação de bens culturais é a acção deliberada que previne a sua destruição ou perda<sup>73</sup>. Nesse sentido, envolve as tarefas de colecção, conservação, restauro, armazenamento e documentação<sup>74</sup>. Exercida na materialidade dos objectos, os cuidados prestados à arte sacra são em tudo semelhantes aos dispensados às restantes colecções. Não há qualquer distinção entre os objectos sacros ou religiosos e os profanos. Porém, um museu possui objectivos muito distintos daqueles que encontramos nos locais de culto, locais para onde a arte sacra foi intencionalmente elaborada. O modo como são cientificamente analisados, classificados e catalogados, seleccionados e relacionados, transforma os objectos, outrora sagrados, em vulgar documento ou testemunho de tempos idos. No museu, a arte sacra é apreciada como obra de arte, como evidência cultural ou como suporte de uma prática religiosa ou de uma fé, tudo dependendo do saber que o museu pretende adquirir e transmitir<sup>75</sup>.

<sup>71</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici...*, cit., n.º 2.1.1.

<sup>72</sup> *Idem*, n.º 4.1.

<sup>73</sup> I. MAROEVIĆ, *op. cit.*, p. 224.

<sup>74</sup> Peter van MENSCH, *Towards a Methodology of Museology. Museological Functions*, cit.; Georges Henri Rivière, todavia, associa a colecção à investigação, visto que esta orienta a política de aquisições e, consequentemente, o enriquecimento daquela [cf. G. H. RIVIÈRE, *op. cit.*, p. 224].

<sup>75</sup> Cf. Svetlana ALPERS, «The museum as a way of seeing», in Ivan KARP (ed.) & Steven D. LAVINE (ed.), *Exhibiting Cultures*, Washington/London, Smithsonian Institution Press, 1991, pp. 25-32.

Outra modalidade de preservação consiste na conservação *in situ*, *i. e.*, no contexto original, particularmente relevante no que respeita ao património religioso. Além de manter o vínculo afectivo entre os objectos, os respectivos templos e as comunidades, este modelo articula o usufruto cultural com a fruição cultural, ao mesmo tempo que justifica a revitalização dos imóveis e acervos e configura um factor de desenvolvimento socioeconómico do meio em que se insere. Todavia, fenómenos de desertificação e rarefacção humana, sobretudo nas populações rurais do interior, bem como de diminuição do número de clérigos, condicionam a sua abertura regular ao público. Em termos ontológicos, verifica-se uma dupla essência da arte sacra, já que os artefactos litúrgicos têm um carácter sagrado, enquanto participantes do culto, e um propósito cultural, na qualidade de manifestação estética.

Os conceitos relacionados com a preservação vêm sofrendo uma ampla discussão e evolução, em particular após os meados do século XX, na sequência da destruição causada pela II Guerra Mundial, e principalmente a partir dos anos 80.

A Igreja desde cedo devotou especial atenção à custódia e salvaguarda do seu património, quer por acção directa dos pontífices, quer pela documentação que estes dimanaram. Contudo, as preocupações apontavam mormente para as regras e princípios em torno da concepção da arte sacra, para o decoro e para a sua adequação à função litúrgica. Somente a fundação da Pontifícia Comissão para a Arte Sacra em Itália, em 1924, denunciou o caminho para uma noção mais hodierna de património, embora circunscrita ao âmbito geográfico italiano. Não obstante, as comissões diocesanas de arte sacra que começaram a surgir, um pouco por todas as Igrejas locais, a partir dos meados da centúria, muito marcadas pela *Instrução sobre Arte Sacra*, emitida pela Congregação do Santo Ofício, em 1952, e pelo espírito dos movimentos de renovação da arte religiosa, mantiveram uma linha de zelo pela criação artística, tanto de objectos litúrgicos quanto de espaços sagrados, e pelo rigor e critério das intervenções de restauro, visando sobretudo uma reabilitação para a continuidade do uso ritual.

Apesar das recomendações da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, em 1971, na esteira da reforma litúrgica decorrente do Concílio Vaticano II, que realçavam a importância do inventário e o papel dos museus diocesanos para recolher os espécimes desafec-

tados do culto, apenas na viragem do milénio se tomaram medidas mais efectivas nesse sentido, em especial com a *Carta Pastoral sobre a Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos*, remetida aos episcopados em Junho de 2001<sup>76</sup>.

### *Comunicação*

Comunicação é a metafunção responsável pela ligação entre o museu e a sociedade. Maioritariamente, aquele comunica através das exposições, de carácter temporário ou permanente, cujo conteúdo é determinado pelo programa científico da instituição, mas também pelo público a que se destina. Todavia, além de comunicar com os visitantes, o museu pode chegar também às pessoas que estão fora do seu espaço físico, através das publicações científicas, catálogos, folhetos, meios de comunicação em massa, entre muitos outros<sup>77</sup>, cujo discurso se norteia pelo teor, leituras e interpretações da exposição.

Desde sempre uma função prioritária do museu, antes ainda de este ser uma entidade aberta ao público, a exposição era uma simples exibição de objectos para contemplação dos mesmos<sup>78</sup>. Porém, durante as últimas décadas do século XX, os museus começaram a tornar-se centros activos de aprendizagem<sup>79</sup>. Abandonaram a função de meros expositores para assumirem o papel de educadores e difusores do conhecimento<sup>80</sup>.

Em jeito de definição, dir-se-ia que uma exposição é uma mostra ordenada e interpretada a partir de objectos colocados próximos uns dos outros para serem vistos pelo público<sup>81</sup>. Por seu turno, a tipologia de exposições é classificável sob variadíssimos critérios<sup>82</sup>. Não obstante,

<sup>76</sup> Vd. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé.

<sup>77</sup> Cf. E. HOOPER-GREENHILL, *op. cit.*, p. 76; Peter van MENSCH, *Towards a Methodology of Museology. Communication*, in *Eesti Muuseumide Infokeskus* [em linha], Tartu, Eesti Muuseumiühing, 2005, disponível em URL: [http://www.muuseum.ee/et/erialane\\_areng/museoloogialane\\_ki/ingliskeelne\\_kirjand/p\\_van\\_mensch\\_towar/mensch22](http://www.muuseum.ee/et/erialane_areng/museoloogialane_ki/ingliskeelne_kirjand/p_van_mensch_towar/mensch22) (acedido em 14 de Abril de 2010), (edição electrónica da tese de doutoramento apresentada à Universidade de Zagreb, 1992); María del Carmen VALDÉS SAGÜÉS, *La Difusión Cultural en el Museo. Servicios Destinados al Gran Público*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 31, Gijón, Ediciones Trea, 1999, p. 84.

<sup>78</sup> F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 201

<sup>79</sup> Cf. E. HOOPER-GREENHILL, *op. cit.*, p. 9; María Inmaculada PASTOR HOMS, *Pedagogía Museística. Nuevas Perspectivas y Tendencias Actuales*, Colección Ariel Patrimonio, Barcelona, Ariel, 2004, pp. 32-36.

<sup>80</sup> Cf. E. HOOPER-GREENHILL, *op. cit.*, p. 10.

<sup>81</sup> F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 202.

<sup>82</sup> Os critérios de tipificação das exposições é matéria vasta e sujeita a múltiplas interpretações e pontos de vista, todos eles válidos [cf. Beatriz MARTÍN ARIAS, «La organización de exposiciones: Coordinación y difusión», in Juan Carlos RICO (ed. lit.), *Los Conocimientos Técnicos. Museos, Arquitectura, Arte*, Madrid, Sílex, 1999, p. 76]. A título de exemplo, Barry Lord e Gail Dexter Lord enfatizam os modelos de apresentação das

do ponto de vista da comunicação, e considerando sobretudo o universo da arte, em particular a arte sacra, pode-se tipificar uma exposição entre dois extremos: o estético e o contextual<sup>83</sup>. No lado estético, temos um modelo contemplativo, onde o objecto é o mais importante e vale por si. Mais clássico, está particularmente vocacionado para objectos artísticos e vive apenas das sensações e emoções que estes despertam no visitante<sup>84</sup>. É uma experiência pessoal de comunhão entre o visitante e o objecto exposto, que depende em larga medida dos conhecimentos prévios do fruidor da obra de arte<sup>85</sup>. No extremo oposto, a contextualização, com um forte peso didáctico, enfatizam-se os elementos informativos, interpretativos, comparativos e explicativos, muitos deles sob a forma escrita, em detrimento do objecto<sup>86</sup>.

A arte sacra é mais do que um fenómeno estético ou artístico, mas também não é possível racionalizá-la ao ponto de a obra exibida ser apenas uma ilustração ao texto. É necessário equilíbrio entre a contemplação e a finalidade didáctica, tendo em consideração que também as peças de menor importância artística ou valia material são testemunho no tempo do empenho das comunidades que as produziram ou das circunstâncias que as motivaram<sup>87</sup>. A fruição da arte sacra cristã dá-se primária e fundamentalmente no contexto cultural cristão, mas é uma experiência que tem de estar aberta a um público de todas as condições religiosas, sociais e culturais<sup>88</sup>. As obras devem ser interpretadas, compreendidas e desfrutadas na sua complexidade e na sua globalidade, colocando igualmente em evidência a

---

exposições, distinguindo o contemplativo, o temático, o ambiental, o sistemático, o interactivo e outro em que se permite tocar os objectos [vd. Barry LORD & Gail Dexter LORD, *Manual de Gestión de Museos*, Colección Ariel Patrimonio, Barcelona, Editorial Ariel, 1998, pp. 106-107; cf. J. BALLART HERNÁNDEZ, *op. cit.*, pp. 205-211]. Beatriz Martín Arias, por seu lado, estabelece como critérios de classificação o tempo de permanência, a forma de exposição, a participação do público e o conteúdo [cf. B. MARTÍN ARIAS, *op. cit.*, pp. 76-78]. Luis Alonso Fernández elenca de modo exaustivo a tipologia das exposições, obedecendo a critérios de tempo ou duração, de natureza do material exposto, de densidade objectual, de disciplina científica, de natureza institucional, de extensão geográfica, de intenção sociocultural, de formas de exposição e de funções gerais da exposição [vd. L. ALONSO FERNÁNDEZ, *op. cit.*, pp. 202-208; L. ALONSO FERNÁNDEZ & I. GARCÍA FERNÁNDEZ, *op. cit.*, pp. 18-24, consulte-se em especial os quadros das pp. 23-24].

<sup>83</sup> Cf. Peter VERGO, «The reticent object», in Peter VERGO (ed.), *The New Museology*, London, Reaktion Books, 1989, pp. 48-49.

<sup>84</sup> Cf. B. LORD & G. D. LORD, *op. cit.*, p. 106, s. v. “contemplativo”.

<sup>85</sup> Cf. P. VERGO, *op. cit.*, p. 48.

<sup>86</sup> Cf. *Idem*, p. 49; J. BALLART HERNÁNDEZ, *op. cit.*, pp. 207-209; D. LORD, & G. D. LORD, *op. cit.*, p. 106, s. v. “temático”.

<sup>87</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici...*, *cit.*, n.º 1.1.

<sup>88</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Sacra Congregatio pro Clericis, *Litterae Circulares ad Praesides Conferentiarum Episcopaliuum...*, *cit.*, n.º 6.

íntima ligação entre o elemento estético e religioso, já que na beleza somos chamados a compreender o sagrado<sup>89</sup>.

Elaborar uma exposição de arte sacra, seja temporária ou permanente, constitui um acto de comunicação. Como tal, pressupõe a existência de um emissor (o museu ou instituição organizadora), de um receptor (o público) e de uma mensagem (o conteúdo da exposição)<sup>90</sup>. Para uma comunicação eficaz, o emissor deve ter um profundo conhecimento do saber que pretende transmitir, bem como do receptor que tenciona atingir, de forma a adequar a sua linguagem.

O teor da mensagem tem de ser focado na arte sacra, na sua essência e na sua envolvente, nos seus contextos. A arte sacra é, antes de tudo, arte sacra e, por isso, mesmo que portadora de valor histórico, artístico, antropológico e cultural, é indissolúvel da sua relação com o culto e das suas dimensões espiritual e religiosa. Todos aqueles valores são importantes, dir-se-ia necessários, para a compreender na sua globalidade, assim como a arte sacra também é essencial para o estudo da História, da Arte, da Antropologia, da Etnologia, da Cultura... Mas não pode deixar de ser arte sacra para ser apenas arte. Considerá-la dessa maneira é amputá-la do seu sentido original.

Não obstante, relativamente à museografia, a arte sacra não reclama para si uma tipologia particular. Enquanto alicerce da exposição e suporte material da mensagem, dependerá essencialmente dos objectos seleccionados e do jeito como eles se inserem na temática e no discurso expositivo, tanto na totalidade como nos elementos constitutivos; da distribuição dos objectos no espaço e das relações que se estabeleçam ou não entre eles; dos meios técnicos utilizados e, inclusive, do carácter do local de exposição<sup>91</sup>.

A mensagem pode ser escrita de diversas feições e, tal como um texto se escreve com palavras, também uma exposição se faz com uma combinação de palavras, imagens e objectos. Um princípio basilar é o equilíbrio entre a componente verbal e a não-verbal, tendo presente de que na comunicação humana apenas uma pequena parte da linguagem é percebida de modo verbalizado e de que o objectivo primordial de uma exposição é criar

---

<sup>89</sup> Vd. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici...*, cit., n.º 2.1.2.

<sup>90</sup> Cf. E. HOOPER-GREENHILL, *op. cit.*, pp. 61 e 69.

<sup>91</sup> Cf. F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 203.

condições idóneas para que se estabeleça o diálogo entre o visitante e o objecto exibido<sup>92</sup>. As formas devem ser explicadas para que se possa compreender e apreender todo o seu sentido<sup>93</sup>, mas não esqueçamos que os objectos de arte sacra acumulam em si já uma intensa carga semântica.

Uma exposição temporária apenas difere da permanente na sua duração, o período em que está patente ao público. A efemeridade, porém, traz vantagens acrescidas no que respeita à museografia empregada, cuja concepção pode ser mais actual e arrojada (conquanto sempre acorrentada aos grilhões do orçamento disponível), sem a responsabilidade inerente a um projecto que terá de durar alguns anos, e, por outro lado, permite que, pelo menos em teoria, se elejam e exibam alguns objectos que não entraram ainda no circuito museológico, como obras que estejam ainda em uso no culto e que são convenientes para uma relação ou uma interpretação.

Em virtude das características peculiares da sacralidade da arte sacra, e desde que seja respeitada a sua dignidade, as obras podem ser temporariamente retiradas da função litúrgica para fins expositivos e vice-versa<sup>94</sup>. Esta ideia era já observada nos tesouros medievais, que serviam de repositório dos objectos temporária ou definitivamente apartados das actividades utilitárias e, em oportunas circunstâncias, expostos à admiração do público<sup>95</sup>. Outro aspecto da exposição temporária é a possibilidade de explorar temáticas mais especializadas, que complementem ou não uma exposição permanente, através das quais evidencia épocas e artistas, circunstâncias históricas e espirituais, devoções, tradições e ritos.

A musealização da arte sacra apresenta-se como um meio de salvaguarda e promoção do património religioso, de formação cultural, de fruição artística, de conhecimento histórico, mas também como instrumento de elevação espiritual, de catequese e de caridade. Levar aos olhos do público uma arte que outrora esteve ao serviço do culto exige um profundo conhecimento dos objectos e dos seus peculiares contextos. A exposição tem de respeitar, e até evidenciar, esta *diferença*. À museografia caberá o papel de adequar

---

<sup>92</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>93</sup> A. GIRARD, *op. cit.*, p. 229.

<sup>94</sup> Cf. *Concordata... [1940]*, *cit.*, art. VI; *Concordata... [2004]*, *cit.*, art. 22 § 2.

<sup>95</sup> M. BOLAÑOS, *op. cit.*, p. 15; IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici...*, *cit.*, n.º 1.3.

a sua forma ao seu conteúdo e à sua missão, atendendo sempre aos mais recentes avanços desta disciplina, mas também às possibilidades de quem leva a efeito esta tarefa. Tal como a arte sacra, o fundamental é que, embora na humildade, a sua museografia seja bela e verdadeira.

#### 4.2.3. Museologia, arte e Igreja

As artes vinculadas ao sagrado e à prática litúrgica existem no território ora Portugal desde tempos imemoriais. Porém, no contexto da formação das colecções e dos museus, perdido o carácter utilitário cultural, eram tomadas mormente como objectos de interesse arqueológico e etnológico. Exceptuam-se os artefactos criados no seio do Catolicismo, a religião que mais influenciou a matriz cultural portuguesa, dos quais se realçou, sobretudo, o valor estético.

Com uma representatividade elevada no panorama artístico português, os espécimes de arte sacra vêm servindo amiúde para ilustrar o desenvolvimento do gosto e da produção artística nacional e estrangeira, quer em museus<sup>96</sup>, quer através de exposições temporárias<sup>97</sup>, com obras provenientes tanto de colecções civis quanto de organismos eclesiásticos. Todavia, as temáticas dominantes aludem habitualmente a tipologias e/ou períodos artísticos, ao invés de uma interpretação apoiada em critérios teológicos ou religiosos.

A arte sacra caracteriza-se pela função utilitária no âmbito de uma prática ritual, na qualidade de elemento sensível e significativo do culto. Por conseguinte, a sua fruição depende da secularização ou do afastamento do acto litúrgico, ainda que efémero e reversível. Durante o curso do tempo, factores diversos propiciaram esta desafecção: a obsolescência, em virtude de mudanças e reformas litúrgicas; a antiguidade; a alteração do

---

<sup>96</sup> Nomeadamente os museus de arte nacionais e os museus regionais, cujos acervos resultaram, em grande medida, de espólios eclesiásticos ao abrigo das leis de extinção das ordens religiosas e da separação do Estado da Igreja (atente-se, porém, que, pelo disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 46758, de 18 de Dezembro de 1965, perderam a designação de regional os museus dependentes da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes – Museu de Aveiro, Museu de Évora, Museu de Grão Vasco e Museu de Lamego).

<sup>97</sup> Algumas das quais com predominância de objectos religiosos, em Portugal e no estrangeiro, designadamente *Crowning Glory. Images of the Virgin in the Arts of Portugal*, Lisboa, Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, 1997; *Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998; *Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo, 1300-1500*, Milão, Electa, 2000; *A Escultura de Coimbra. Do Gótico ao Maneirismo*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003; *Frei Cipriano da Cruz em Coimbra*, Coimbra, Coimbra 2003, 2003; entre outras.

gosto e influência de estilos artísticos; a degradação causada pelo uso... Outras obras foram simplesmente reabilitadas de modo a permanecer em utilização, ora pelo repinte de harmonia com os recentes cânones e modas, ora pela fundição dos trabalhos de ourivesaria para obtenção de novas alfaias. Ademais, circunstâncias políticas e medidas anti-clericais – como a extinção das ordens religiosas e a separação do Estado da Igreja – deram azo ao esbulho de grande parte do património eclesiástico, do qual resultaram numerosas colecções dos museus estatais, mas também avultadas perdas em virtude de más condições de conservação e do derretimento dos metais preciosos.

A Igreja tem, fundamentalmente, uma missão pastoral, a qual ocasionou uma posição peculiar ante a herança religiosa de valor histórico-artístico, distinta da assumida pelas entidades culturais civis ou laicas. O aspecto mais preponderante desta relação deriva da génese do património, pois mantém um vínculo intrínseco com aquela ao passo que estas apenas o acolhem na sequência da desafecção do culto. No entanto, ao reconhecer a sua importância cultural e a necessidade da sua salvaguarda e valorização, a Igreja chamou a si um papel interventivo a este respeito, zelando pelos bens que ainda detém, embora reclame a colaboração do Estado, visto que é também património da humanidade enquanto objecto de interesse comum, marca cultural das regiões e dos povos que as habitam.

Logo, à duplicidade ontológica da arte sacra junta-se uma natureza institucional bipartida – laica e religiosa – das entidades que cuidam da sua musealização, com reflexos evidentes nas respectivas opções tomadas, designadamente no que concerne à selecção das obras expostas e à sua exegese. Ou seja, mesmo convertida em *res museologica*, a arte sacra será valorizada e apreciada de modo diferente consoante se trate de um ente museológico civil ou religioso. Nos extremos, o primeiro desconsidera o contexto litúrgico e devocional em benefício do valor estético e cultural, inserindo-a na esfera da história local e da história da arte, e o outro tende a menosprezar os públicos não católicos e os conteúdos laicos, privilegiando a evangelização e o testemunho da fé, daí que compreenda amiúde objectos de pouca valia artística ou material, vulgares para quem os contempla mas plenos de significado quando interpretados à luz do seu nexos com o sagrado.

Enquanto responsável moral pela criação da arte litúrgica e devocional e detentora de um vasto património, a Igreja tem um encargo inerente à sua hermenêutica, mas também à



defesa e promoção da sua memória. Nesse sentido, adoptou tarefas consignadas à ciência museológica, enquadrando-as, porém, na sua missão pastoral basilar, e reivindicou liberdade de actuação e autonomia institucional nesta matéria.

A Igreja de Roma lançara, em Abril de 1971, na sequência das reformas litúrgicas conciliares, algumas recomendações acerca da necessidade de inventário do património religioso e da incorporação de objectos em museus eclesiásticos. Contudo, os instrumentos de cunho mais técnico e prático, na forma de cartas circulares, só viriam a lume em Dezembro de 1999, sobre a necessidade e urgência do inventário, e em Junho de 2001, a respeito da função pastoral dos museus eclesiásticos ou de arte sacra. Documentos extensos, abordam com certa profundidade os aspectos relacionados com a prática de gestão e organização museológica, atendendo ao caso particular do património religioso<sup>98</sup>.

Em consonância com esta postura, o episcopado português emitira também algumas orientações, mas o seu cumprimento efectivo arrastou-se até aos alvares do novo século. Não obstante, a partir dos anos 80, especialmente por influência da conjuntura criada em torno do património cultural<sup>99</sup>, quando emergiram numerosos museus de índole local e tiveram lugar exposições de arte religiosa promovidas por grupos cívicos, diversos organismos eclesiásticos instituíram pequenos espaços de cariz museológico para acolher os bens desafectados do culto e deram início a projectos singelos de inventariação. Exceptua-se a actividade desenvolvida pelo DPHADB, que, germinando neste contexto, evoluiu num programa diocesano paradigmático, marcado pela coerência, pelo rigor científico e pela inovação<sup>100</sup>.

Da análise aos museus de tutela eclesiástica fundados neste período sobressaem alguns denominadores comuns, os quais, de certo modo, caracterizam outros organismos formados no passado – salvo o Museu de Arte Sacra do Funchal, cujo desenvolvimento segue de perto os cânones de um museu de arte –, apesar de ligeira atipicidade nos tesouros catedralícios, em consequência do valor artístico e material que encerram e da ligação à estrutura diocesana.

---

<sup>98</sup> Vd. subcapítulo 2.1.2. Zelo pela arte sacra: o empenho da Santa Sé.

<sup>99</sup> Vd. subcapítulo 3.5. Nos alvares da III República.

<sup>100</sup> Vd. subcapítulo 3.14. Diocese de Beja: o arquétipo.

O facto mais relevante consiste num emprego fácil do vocábulo *museu* para designar os espaços onde se mostram obras de arte sacra, uma denominação atribuída, não raras vezes, mais por ingenuidade incorrente em tradição do que por constituição formal ou erecção canónica. Com frequência se tem notícia de “museus de arte sacra” que, afinal, constam somente de um conjunto de móveis envidraçados, em sacristias, dependências de igrejas ou seminários, nos quais se guardam artefactos litúrgicos, com intenção meramente decorativa e para fruição privada, mas que a comunidade anuncia orgulhosamente como museu. Além disso, o desejo mimético, intrínseco à natureza humana, conduziu ainda à proliferação de pequenos “museus” inspirados em instituições de prestígio ou por simples imitação de iniciativas levadas a efeito em comunidades vizinhas.

Em verdade, a maioria dos museus eclesiásticos evidencia ainda alguma insciência quanto à noção de museu – tal como está definida pelo ICOM e aceite pela comunidade científica –, sem uma compreensão aprofundada das implicações que dela resultam nem um conhecimento das correntes e dos avanços teóricos que vêm fundamentando as entidades museológicas. À luz do novo quadro legal dos museus portugueses, estabelecido em 2004, estes organismos poderão tão-só receber a classificação de “coleção visitável”.

Com áreas de modestas dimensões, os acervos provêm geralmente de uma circunscrição paroquial ou comunidade eclesial, ocupando salas anexas de um templo ou de outro edifício eclesiástico, como a residência ou o centro paroquial. A direcção, gestão ou administração cabe aos sacerdotes, pároco ou co-pároco, que a assumem, embora com entusiasmo e boa vontade, entre muitos outros encargos inerentes à sua função pastoral. Ademais, os museus estribam-se no voluntariado, carecendo amiúde de pessoal técnico e qualificado. Por outro lado, a abertura regular ao público é quase inexistente, algumas vezes articulada com os horários de culto ou o calendário das festas locais, enquanto noutras situações se exige a marcação de visitas, mesmo individuais, ou o contacto na povoação com a pessoa que vela pelo espaço e detém as chaves.

Estes “museus” assentam num objectivo primário de custódia dos bens culturais religiosos, património de uma comunidade individual. São, na realidade, simples colecções de objectos sacros sobre os quais não recai qualquer intervenção nos domínios do estudo, da conservação preventiva ou da programação expositiva. Eventualmente dispõem de desu-

midificadores e recebem algum cuidado ao nível do controlo de iluminação natural, além da manutenção elementar do espaço.

No que concerne à ligação com o público, a falta de investigação em torno das colecções limita a coerência da sua apresentação e a informação disponibilizada. Os discursos expositivos, quando não apenas uma arrumação meramente decorativa, partem do conteúdo formal ou imediato dos espécimes, *i. e.*, configuram distribuições de ordem tipológica ou iconográfica, embora um ocasional arranjo cenográfico ou temático das alfaias litúrgicas denuncie a participação de um clérigo ou um propósito mais confessional do que cultural. Nas áreas de exposição, escasseiam os elementos textuais e a documentação de apoio, se acaso existe, resume-se a um desdobrável ou roteiro com a identificação sumária das obras patentes e um ou outro texto de carácter bíblico ou hagiográfico.

Com efeito, a estratégia de criação de museus no seio da Igreja tem visado, acima de tudo, enfrentar três problemas que habitualmente lesam o património eclesiástico: a dispersão, tanto por venda quanto por apropriação ilegítima; o abandono, e consequente degradação e perda; e a incorporação em colecções e museus estatais ou laicos. Todavia, esta ideia não é de todo desconhecida, já que estivera na origem dos primeiros museus e colecções subordinadas à arte sacra portuguesa, cerca de um século antes, fundados por figuras eclesiásticas proeminentes – nomeadamente o tesouro da sé de Coimbra, promovido por D. Manuel Correia de Bastos Pina, e a colecção reunida no paço episcopal de Lamego por D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito –, com o intuito de custodiar o património proveniente dos cenóbios femininos que iam sendo extintos, evitando assim a seu desmembramento e, simultaneamente, a integração em museus do Estado. No entanto, a instauração da República pôs cobro a estes intentos ao nacionalizar os bens eclesiásticos e determinar a criação de museus de arte regionais para acolher parte do espólio.

A reforçar aqueles desígnios assoma o facto de as estruturas eclesiásticas e comunidades eclesiais tenderem a constituir museus na sequência de situações problemáticas, em especial relacionadas com a prática de crimes de furto e outras alienações, as quais representam um perda imediata dos bens e, por conseguinte, mais facilmente despertam a necessidade de defesa e salvaguarda do património que subsiste.

Não obstante, a criação de museus de arte sacra não pode cingir-se à mera apresentação incoerente de um amontoado de artefactos, pontualmente acessível à fruição pública, nem sequer à elementar figura de *museu-expositor*. Na concepção destes espaços, os seus mentores devem questionar-se acerca da pertinência cultural dos equipamentos e sua sustentabilidade e equacionar soluções de preservação *in situ*, que garantem a conservação do património no seio das comunidades religiosas locais, embora sem comprometer a apreciação por parte de outros potenciais públicos, um conceito preconizado pelo Projecto *Igreja Segura*.

Ou seja, a organização e acomodação dos museus tem de estribar-se num significativo interesse histórico e artístico das colecções e numa estrutura qualificada que providencie o cumprimento das funções museológicas, sobretudo: instalações apropriadas para acolher os diversos serviços; uma programação atractiva, que fomente a captação e formação de públicos; recursos financeiros, técnicos e humanos que assegurem o normal funcionamento e regular abertura ao público.

A respeito da ligação com os visitantes, por sua vez, deve atender-se à função pastoral dos museus eclesiais, mas apenas enquanto complemento e articulada com as demais atribuições consignadas pela noção de museu. Ainda que participem da missão pastoral da Igreja e sirvam como instrumento pedagógico da fé, são espaços culturais e não só de evangelização. Os seus públicos, independentemente da religião que professam, não buscam a catequização mas a fruição e o contacto com os objectos expostos, pelo que a comunicação tem de proporcionar também uma experiência estética.

Espaços de memória e identitários, encerram colecções de valia histórica e artística, mas detentoras de uma carga religiosa e devocional que não pode ficar omissa, quer do percurso museológico, quer no diálogo com o público, tanto no planeamento de visitas guiadas quanto na produção de elementos textuais, desde as folhas de sala e roteiros até aos catálogos científicos, olhando, em especial, à inclusão da vertente confessional e a sua articulação com os públicos acatólicos e pagãos.

Na sequência das reuniões e assembleias que o episcopado português vinha realizando no âmbito da defesa e valorização dos bens culturais da Igreja, a CEP apoiou algumas exposições que, de certa maneira, deram corpo àqueles preceitos e visaram um propósito de sensibilização para as carências e boas-práticas: *Encontro de Culturas: Oito Séculos de*

*Missionação Portuguesa* (Lisboa, 1994); *Fons Vitæ* (Lisboa, 1998); e *Cristo, Fonte de Esperança* (Porto, 2000). Nestes eventos, sobressaiu o discurso coerente, de matriz cultural cristã mas aberto a um público ecuménico, a museografia cuidada e inovadora, a extensão cultural e o programa editorial, contando com a participação de especialistas nas diversas áreas do saber para uma compreensão abrangente dos espécimes exibidos.

No ano 2000, culminar das celebrações jubilares da encarnação de Cristo, além de numerosos eventos, tiveram lugar notáveis exposições de índole religiosa, como aquela na cidade do Porto, inserida no programa de comemorações, e, em Lisboa, as mostras *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: Solidariedade de Geração em Geração e Entre o Céu e a Terra: Arte Sacra da Diocese de Beja*, o que levou, inclusivamente, a falar-se numa “explosão da arte sacra”<sup>101</sup>. Com efeito, começava a emergir um interesse mais esclarecido pelo património eclesiástico, despertando atenções para uma actividade consistente e qualificada.

A prioridade era ainda a realização dos inventários diocesanos dos bens culturais, instrumento basilar para a concepção de uma política de salvaguarda e valorização. Todavia, embora este princípio conste da documentação emanada pela CEP, a ideia geral e preocupações que se coligem das notícias publicadas a respeito da evolução e relevância dos trabalhos apontam mormente no sentido da prevenção criminal. Não obstante, esta tarefa visa também o conhecimento mais profundo da materialidade e da fortuna crítica das obras de arte, suportando a fixação de prioridades de conservação e restauro, o planeamento de exposições, temporárias ou permanentes, e de programas editoriais de carácter científico, entre outros.

A efectivação dos projectos de inventariação diocesanos ocorreu fundamentalmente a partir dos meados da primeira década deste século, com apoio financeiro de fundos estruturais da União Europeia, assentes em critérios exigentes e dados a conhecer sobretudo mediante exposições de qualidade, que propiciaram o restauro de vários espécimes, e publicações catalográficas com estudos complementares. No mesmo período, aproveitando fontes de financiamento idênticas, houve lugar à requalificação de museus, em particular de

---

<sup>101</sup> A. MARUJO, «A explosão da arte sacra», *cit.*

tutela diocesana, no sentido da adequação aos cânones impostos pela RPM e pela *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*.

Ao longo do último decénio, a prática museológica em torno da arte sacra vem sofrendo um forte incremento a nível eclesiástico, marcado por um esforço de qualificação e de aproximação aos organismos estatais de referência, bem como aos requisitos hodiernos nesta matéria, e coincidente com uma maior abertura da Igreja ao laicado e às entidades civis para o provimento de competências técnicas.

O empenho da Igreja portuguesa na musealização do seu património – salvo casos pontuais –, é uma realidade mui recente. Até aos finais do século XX, e apesar das experiências tardo-oitocentistas, não teve grande protagonismo nem autonomia nesta matéria, sobretudo por força das sucessivas conjunturas políticas que o país atravessava. A arte sacra, por seu turno, teve uma presença assídua no panorama museológico nacional, tanto nos museus de arte do Estado e do poder local quanto nas exposições promovidas por entidades civis e associações de fiéis, ora como temática exclusiva, assente em taxonomias de apreensão imediata – iconografia, técnica ou tipologia –, ora suporte a discursos centrados na história da arte ou no conhecimento e identidade do território.

Estudos sociológicos demonstram que o público frequentador de museus e exposições de arte se compõe maioritariamente de pessoas de estatuto social e nível de formação académica elevadas<sup>102</sup>. Todavia, no que respeita à arte sacra, além do prazer estético despertado pela manifestação do belo, existe um vínculo congénito que atinge os crentes de todos estratos e classes da sociedade, cada um à sua maneira. De facto, mesmo nos períodos marcados pelo anti-clericalismo, a arte das igrejas mobilizara populações em acesas lutas pela sua permanência na mesma circunscrição geográfica.

Ao invés do que sucede com as demais produções artísticas, este património faz parte do viver religioso e da prática piedosa e devocional das comunidades, as quais, ao longo de sucessivas gerações, assistiram e participaram da sua constituição, manutenção e enriquecimento, dos mais humildes aos abastados, dos iletrados aos instruídos, segundo os haveres e vontades individuais. Assim, ainda quando propriedade legítima da Igreja e ao serviço do

---

<sup>102</sup> Cf. Pierre BOURDIEU, Alain DARBEL & Dominique SCHNAPPER, *L'Amour de l'Art. Les Musées d'Art Européens et Leur Public*, 2.º éd., Paris, Les Éditions de Minuit, 1969, pp. 35-36.

culto, brota a consciência de um legado colectivo, de um património comum – em sentido estrito do termo –, e de elemento identitário.

Esta noção putativa de posse da parte da comunidade eclesial e o nexa afectivo, em conjunção com os receios de perda e alienação e com o desejo mimético ante as iniciativas das entidades civis nas décadas de 80 e 90, permitem compreender porque proliferaram os pequenos espaços de cariz museológico e mostras subordinadas à arte sacra, em jeito de musealização de vicinalidade, limitados, porém, a um papel de *contentor-expositor*, sem providenciar outras valências que a custódia e a exibição dos bens.

Posto isto, infere-se que a arte sacra, secularizada como *res museologica*, é objecto, em simultâneo, de oferta e fruição cultural por dois grupos elementares de indivíduos. Um, composto de gentes mais esclarecidas, crentes e não crentes, conhecedores da prática museológica e frequentadores assíduos ou ocasionais de museus e exposições, no qual sobressai a experiência cultural plena dos bens em todas as suas vertentes. O outro, constituído unicamente de fiéis, aceita a secularização apenas numa relação física ou espiritual de proximidade com o templo e tem dificuldade em entender a dimensão cultural do património. Marcado por um forte vínculo afectivo e devocional, valoriza a experiência parareligiosa ou parapiedosa e prevalece um conteúdo confessional. Por outro lado, apesar da reduzida prática de frequência cultural, este grupo mantém um contacto estreito com os bens musealizados, já que fazem parte da sua vivência religiosa e existe uma co-responsabilidade putativa na sua custódia.

Há, pois, uma ligação íntima e mística com a arte sacra que não ocorre com as demais manifestações estéticas, pelo que, embora aquele grupo esteja aberto à universalidade cultural, incluindo o património eclesiástico, este cuida somente da arte das igrejas. Por conseguinte, ainda que não tenha uma atitude cultural, é atraído pelos equipamentos e eventos onde se patenteiam os artefactos com os quais se identifica, de modo que o cultivo daquele nexa emocional constitui uma mais-valia para a museologia da arte, como vem ficando demonstrado, mormente pela acção do DPHADB, mas também de outros organismos diocesanos.

A inclusão da arte sacra numa acção museológica motiva a visita de pessoas sem hábitos de frequência que se deslocam sobretudo com o intuito de ver o património da sua igreja ou da sua paróquia, o “seu” património, não saindo, todavia, incólumes à estima e admiração

que o mesmo desperta nos outros. Esta participação, voluntária mas inconsciente, num acto cultural aproxima-as da esfera dos museus e proporciona uma singular oportunidade de educação para a cultura. Por isso, além de uma ferramenta de sensibilização para acções museológicas mais profundas no seio das comunidades, tais como o inventário e a implementação de boas práticas de manutenção, conservação e restauro, as exposições da arte das igrejas são um meio eficaz e privilegiado para a criação e formação de públicos, mediante uma postura pedagógica transversal, com programas diferenciados para visitantes de múltiplos níveis etários, credos e opções ideológicas, estratos e classes sociais e não apenas – como sucede amiúde – orientados para o público escolar.

A museologia do património cultural religioso, nas suas várias dimensões, pode configurar, portanto, um passo e um instrumento para a democratização da cultura, em particular da sua vertente artística, tanto pela captação de indivíduos e grupos sociais usualmente distanciados da prática museológica quanto pela elevação da sua experiência cultural.

Contudo, este é um processo ainda em curso, com uma dinâmica cada vez mais acentuada das instituições detentoras de arte sacra, apesar de marcado por um grande assincronismo e heterogeneidade. Tem avultado o trabalho realizado pelo departamento de património da Diocese de Beja, em vários eixos de acção, mas outras dioceses portuguesas vêm dando corpo ao seu empenho nesta matéria. O equilíbrio entre oferta e qualidade, assente em projectos culturais e pastorais criteriosos, numa articulação entre entidades eclesiásticas e organismos civis, sustentarão uma abordagem daquele legado histórico e artístico numa perspectiva global e integradora das suas dimensões cultural e religiosa, colocando-o ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento e da missão pastoral da Igreja.



## **CONCLUSÃO**



## Conclusão

Este trabalho partiu do pressuposto enunciado pela expressão “museologia da arte sacra em Portugal”, cuja validação resulta, por conseguinte, da demonstração que a arte sacra se distingue das demais manifestações artísticas – atendendo ao caso particular da Igreja Católica, mais representativa –, com implicações inerentes na prática museológica, analisadas no âmbito do território português.

A arte sacra germina no terreno do sentir e do viver religioso, concebida com um propósito específico de servir uma prática ritual ou um acto litúrgico, no qual intervém na qualidade de elemento mediador, significante e actuante. Não tem, pois, uma finalidade estética. A sua beleza e riqueza, reforçadas pela iconografia e simbologia decorativa, decorrem dos preceitos de dignidade e nobreza exigidos aos objectos que participam numa acção sagrada. Intrinsecamente funcional e utilitária, dirigida tão-só ao culto divino, adquire identidade plena no contexto eclesial, o seu ambiente basilar, do qual não pode ser apartado, diferenciando-se, portanto, das obras produzidas com o desígnio de concretização de um ideal de beleza e harmonia ou de expressão da subjectividade humana.

Não obstante, no curso do tempo, em consequência do desuso, da degradação, da obsolescência, ou até por alienação, aqueles artefactos transitam para o domínio do século, perdem a afectação à prática ritual. Assoma, então, o valor cultural latente, que deriva da sua própria existência, testemunho da fé e memória do caminhar do *homo religiosus*, reflexo da evolução do gosto estético, mas também dos momentos de prosperidade e de precariedade, de fausto e de aflição, das devoções e dos ritos, oscilando entre o magnífico e o austero, entre o erudito e o ingénuo... A musealização – e actividades correlacionadas –, enquanto processo cujo objecto é o património material e imaterial da Humanidade, posto ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, emerge como um fim privilegiado para a conservação e valorização daquele legado.

A prática museológica em torno da arte sacra ocorre, por isso, na esfera do século, ou seja, onde tem lugar toda e qualquer acção da museologia. Cabendo-lhe o epíteto de ciência do museu, subordinada ao estudo da sua história, do seu papel na sociedade e dos seus métodos específicos de actuação, esta deve conferir à arte sacra os mesmos cuidados que às restantes classes de bens culturais, *i. e.*, submetê-la às várias funções museológicas – adquirir, conservar, estudar, exhibir e transmitir –, com o propósito de estudo, educação e deleite. Em virtude da essência peculiar da arte sacra, o desenrolar destas actividades tem de atender não apenas aos valores histórico e estético mas também ao conteúdo religioso, designadamente na óptica da liturgia e da teologia. Contudo, o aspecto mais significativo da relação entre museologia e arte sacra resulta do vínculo intrínseco de propriedade e tutela com a Igreja e as comunidades eclesiais, no âmago das quais foi criada e utilizada.

Ao longo da História, vicissitudes diversas motivaram a secularização e posterior integração de numerosos bens culturais eclesiásticos em colecções e instituições civis. Neste contexto, a sua musealização obedece somente aos cânones definidos pelas entidades que os detêm. Todavia, na circunstância particular da atitude museológica da Igreja, esta invoca uma função pastoral decorrente do valor catequético do seu património, numa postura de autonomia que começou a ganhar corpo, de modo universal, com as medidas tomadas na sequência das reformas conciliares do Vaticano II e culminou na publicação de uma carta circular, em 2001, acerca da dimensão pastoral dos museus eclesiásticos enquanto pólos de formação cultural e religiosa das comunidades cristãs que os acolhem.

Logo, a posição da Igreja ante o conhecimento, salvaguarda e valorização dos seus bens culturais fundamenta uma prática museológica característica, referenciada pelas vertentes cultural, social, eclesial e devocional dos acervos e assumindo-se, além dos objectivos de estudo, educação e deleite, como instrumento de elevação espiritual, de catequese, de evangelização, de memória histórica e de identidade da comunidade eclesial.

O denominador comum na expressão “museologia da arte sacra” é, por conseguinte, a figura institucional da Igreja, *ratio essendi* da arte sacra e *ratio agendi* na museologia.

Analisando o caso particular da Igreja portuguesa, esta reuniu, na interpenetração do exercício da sua missão com a vocação religiosa da comunidade nacional, um vasto conjunto de artefactos afecto ao culto, entre outro património. Porém, num período de afirmação do

museu como instituição de utilidade pública, o Liberalismo, nas suas expressões monárquica e depois republicana, ocasionou uma nacionalização coerciva dos bens móveis e imóveis da Igreja, origem de grande parte dos acervos e instalações dos museus estatais portugueses. Muitos objectos litúrgicos ingressaram então no panorama museológico, mas apenas na qualidade de obras de arte e privados do seu sentido religioso original. A Igreja, por seu turno, mantivera apenas o que carecia para a realização do culto, por cedência gratuita e a título precário, e restringia a sua actividade à missão pastoral. Não obstante, nos finais do século XIX, avultara o efémero museu da sé de Coimbra, promovido por D. Manuel Correia de Bastos Pina, tanto pelas condições de conservação e segurança, quanto pelo arranjo museográfico, procurando veicular o sentido litúrgico dos objectos expostos.

Durante os anos que se seguiram, até aos alvares da república democrática, não houve grande protagonismo por parte dos organismos eclesiais em matéria de museologia. Instalada a paz religiosa, a Igreja reouve a tutela de parte dos seus bens, designadamente os tesouros catedralícios de Braga, Évora e Viseu, que foram sujeitos a conversão em museu de arte sacra, embora assentes nos critérios adoptados nos demais museus de arte. Os poucos espaços museológicos criados por figuras eclesiais visavam sobretudo um propósito de salvaguarda e defesa de espécimes em risco de dispersão e abandono, inclusive os instituídos nos seminários, apesar de uma finalidade didáctica acrescida.

A arte das igrejas teve alguma presença como temática exclusiva nas exposições do Estado Novo, mas enquadrada numa estratégia de propaganda política e ideológica, com discurso que realçava o território, a nação e a história portuguesa. As mostras de arte sacra moderna, estimuladas pela dinâmica em torno dos movimentos de renovação da arte religiosa, inseriam-se num plano de valorização dos artistas plásticos portugueses. Ao nível do território local, onde sobressaía o património de matriz religiosa, a entusiasmo expositivo do poder central impulsionou a organização de pequenas exposições, um pouco por todo o país, as quais denunciavam um carácter pedagógico de sensibilização para o conhecimento e salvaguarda daquele legado cultural. Porém, prevalecia o valor histórico e artístico, até em eventos promovidos para assinalar datas ou comemorações de índole religiosa.

O advento do regime democrático, marcado por um novo ordenamento jurídico e uma maior participação cívica, coincidindo com o alargamento do conceito tradicional de

património, deram azo a uma profusão de museus e exposições, mormente de índole local e fomentados pelo poder autárquico ou por associações de defesa do património. Subordinados à temática geral do território, ilustrada com espécimes de arqueologia, etnografia e arte, tinham amiúde o intuito pedagógico de sensibilizar as gentes para a necessidade da conservação e valorização do seu legado cultural. A arte sacra, enquanto testemunho da religiosidade das populações, vem merecendo, desde então, cada vez mais atenção por parte dos organismos municipais, ora pela criação de núcleos museológicos, ora pela realização de exposições, ora ainda pela cooperação no esforço de inventário dos bens culturais religiosos. Dava-se corpo, assim, a uma ideia de responsabilidade partilhada – duplo dever e duplo interesse da sociedade civil e da Igreja – na salvaguarda e valorização do património eclesástico, decorrente da sua qualidade concomitante de memória histórica e identidade de uma comunidade eclesial e marca cultural dos povos e das regiões.

Por outro lado, o dinamismo cultural que invadiu o país teve reflexo também ao nível das comunidades eclesiais, que vêm constituindo pequenos museus e colecções visitáveis e promovendo a exibição do seu património, contando habitualmente com a participação e apoio técnico de organismos estatais, nomeadamente no que concerne à qualificação dos espaços e integração em redes museológicas municipais. Todavia, apesar de contributos indiscutíveis para a investigação, conservação e valorização da arte sacra, a maior parte destas ocorrências atende somente ao valor cultural dos acervos, conquanto nalguns casos se preserve o nexo de proximidade com o contexto religioso original e sobressaia um cunho identitário.

A “museologia da arte da sacra”, no seu sentido mais estrito e entendida de modo pleno, resulta da acção do episcopado e dos organismos diocesanos, ao longo dos dois últimos decénios. Ainda conotada com o regime deposto, a Igreja portuguesa mantivera uma posição passiva e discreta no pós-25 de Abril de 1974, pelo que apenas em 1990 emitiu uma nota pastoral sobre a importância do seu património cultural, com recomendações acerca da sua defesa, conservação e fruição, coligindo as orientações da remota carta circular emanada pela Sagrada Congregação para o Clero, em 1971, na sequência da reforma litúrgica determinada pelo concílio Vaticano II, bem como da recém-criada comissão pontificia com o encargo da conservação do património artístico e cultural da Igreja. Com este documento, se bem que

reclamasse a colaboração da sociedade civil, assumiu uma postura de autonomia a respeito da acção museológica e lançou algumas bases para o seu cumprimento.

Na década de 90, aproveitando o ensejo de grandes eventos internacionais, a CEP promoveu exposições de prestígio – *Encontro de Culturas* (Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura), *Fons Vitæ* (Expo'98) e *Cristo, Fonte de Esperança* (Jubileu do Ano 2000) –, assentes em critérios hodiernos da museologia da arte, estendidos na dimensão catequética e didáctica do conteúdo religioso e litúrgico, mas abertas à fruição de um público ecuménico. Contudo, apesar dos esforços então envidados, mormente no sentido da realização do inventário dos bens culturais eclesiásticos, a efectivação de medidas para uma acção museológica plena, embora vincada pelo assincronismo, teve lugar apenas no primeiro decénio deste século e é ainda um trabalho em curso: a formação e sensibilização dos intervenientes, em particular as boas-práticas de manutenção, conservação e restauro; a criação de programas pedagógicos para o património, sob a forma de jornadas e cursos livres; os projectos diocesanos de inventariação, plasmados em exposições de qualidade e publicações científicas; as intervenções criteriosas de conservação e restauro dos acervos, em consequência das prioridades estabelecidas durante o inventário ou da inserção em exposições; a criação e requalificação de museus diocesanos e tesouros catedralícios, no espírito da adequação ao quadro legal vigente e inseridos nos respectivos planos pastorais dos bispos; a fundação de uma associação de museus da Igreja... O protagonismo vem sendo assumido principalmente pelos organismos diocesanos com a tutela do património, implementando acções que compreendem tanto as *praxes* decorrentes da evolução da ciência museológica quanto as orientações emanadas pelas entidades pontificias nesta matéria.

Neste aspecto, há alguns factores que importa salientar, pois têm concorrido não só para a materialização daqueles intentos como também para a qualidade de que se revestem: em termos de recursos financeiros, a comparticipação de fundos estruturais da União Europeia, através de diversos programas operacionais; a nível técnico e científico, a estreita colaboração de organismos estatais, quer na formação, quer nas intervenções de conservação e restauro, quer ainda na consultoria técnica, e uma maior abertura ao laicado na prestação de competências, em especial na investigação e estudo e na concepção museográfica, articuladas, obviamente, com o programa pastoral definido.

Até esta atitude emancipada da Igreja, havia em Portugal fundamentalmente uma museologia em torno da arte sacra – ao invés de uma museologia da arte sacra –, acompanhando de certo modo a dinâmica da actividade museológica, mas sem se desprender dos critérios museográficos empregados pelos museus de arte, inclusive em iniciativas promovidas por organismos eclesiais, apesar de temáticas por vezes mais específicas de natureza religiosa. Mesmo no contexto actual, a arte sacra continua a ilustrar discursos que privilegiam o seu valor histórico e estético e olvidam o sentido litúrgico e devocional. Realizaram-se numerosas exposições, constituíram-se museus e colecções visitáveis, contribuindo, ainda assim, para o conhecimento, estudo e salvaguarda dos espécimes, para a sensibilização e mobilização das comunidades em matéria da sua defesa, conservação e valorização, e até para a captação de públicos.

Todavia, o potencial representado pela carga semântica da arte sacra só pode ser entendido numa óptica global e inter-relacional das dimensões cultural e religiosa, assente em programas culturais e pastorais sólidos. À museologia da arte sacra caberá articular as suas funções de estudo e teorização com o referencial litúrgico e pastoral de um património que brotou do âmago do viver religioso.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## Fontes e Bibliografia

### Fontes impressas

[AMARAL, João], *Relação dos objectos que figuraram na Exposição de Arte Sacra [realizada em Outubro de 1950, no Museu Regional de Lamego, por iniciativa de sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>a</sup> o Senhor D. João da Silva Campos Neves]*, Lamego, 1950.

*Catechismus Catholicæ Ecclesiæ*, Città del Vaticano, Libreria Editrice vaticana, 1997.

CHERUBINI, Laertii, *Magnum Bullarium Romanum*, T. 1., Lugduni, Sumpt. Petri Borde, Joannis & Petri Arnaud, 1692.

*Constituições que fez ho Senhor Dom Diogo de Sousa B[is]po do Porto*, Porto, na oficina de Rodrigo Alvares, 1497 [ed. fac-simil., Lisboa, Edições Távola Redonda, 1997].

*Corpus Iuris Canonici. Decretalium Collectiones*, Lipsiae, ex Officina Bernhardi Tauchnitz, 1881.

DIOGENIS LAETRII, *De vitis philosophorum*, T. I, Lipsiae, Sumptibus Ottonis Holtze, 1870.

*Enchiridion dei Beni Culturali della Chiesa. Documenti Ufficiali della Pontificia Commissione per i Beni Culturali della Chiesa*, Bologna, EDB – Edizioni Dehoniane Bologna, 2002.

*Esriptos Diversos de Augusto Filippe Simões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

GONÇALVES, António Augusto & CASTRO, Eugénio de, *Notícia Historica e Descrptiva dos Principaes Objectos de Ourivesaria Existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Académica, 1911.

MIGNE, J[acques]-P[aul], *Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina*, Parisiis, Migne, 1844-1880.

MIGNE, J[acques]-P[aul], *Patrologiæ Cursus Completus. Series Secunda*, Parisiis, Migne, 1845-1846.

MIGNE, Jacques-Paul *Patrologiæ Cursus Completus. Series Greca*, Parisiis, Migne, 1857-1866.

- SIMÕES, A[ugusto] Filipe, *A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola em Lisboa. Cartas ao Redactor do “Correio da Noite”*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1882.
- STRABO, *The Geography of Strabo*, Cambridge [Massachusets], Harvard University Press/London, William Heinemann, 1967.

### **Documentos da Igreja Católica**

- Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa*, Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940.
- AVEIRO, Bispo, 2006- (António Francisco dos Santos), *Decreto*, Aveiro, 16 de Abril de 2009.
- BEJA, Bispo, 1980-1999 (Manuel Franco da Costa de Oliveira Falcão), *Decreto*, Beja, 11 de Julho de 1984.
- BRAGA, Arcebispo, 1999- (Jorge Ferreira da Costa Ortiga), *Nota sobre Bens Patrimoniais*, Braga, 5 de Maio de 2005.
- Charta der Villa Vigoni – Carta di Villa Vigoni*, Lovenno di Menaggio, 1 de Março de 1994.
- COIMBRA, Bispo, 1872-1913 (Manuel Correia de Bastos Pina), *A Execução das Leis de Fazenda na Extinção dos Conventos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.
- COIMBRA, Bispo, 1872-1913 (Manuel Correia de Bastos Pina), *Officio do Bispo de Coimbra ao Ex.<sup>mo</sup> Presidente do Governo Provisorio da Republica ácerca do Thesoiro da Sé da mesma cidade*, Coimbra, F. França Amado, 1911.
- Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa [1940]*, Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940.
- Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa [2004]*, Cidade do Vaticano, 18 de Maio de 2004.
- CONSELHO NACIONAL DOS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 1, *[Comunicado Final]. Património eclesial exige compromisso de todos*, Lisboa, 19 de Junho de 2008 (Comunicado Final do I Conselho Nacional dos Bens Culturais da Igreja, reunido no Mosteiro de São Vicente de Fora, Patriarcado de Lisboa, nos dias 18 e 19 de 2008).
- Codex Iuris Canonici. Pii X Pontificis Maximi Iussu Digestus Benedicti Papae XV Auctoritate Promulgatus*, Roma, 27 de Maio de 1917. AAS 9 II (1917).

*Codex Iuris Canonici. Auctoritate Ioannis Pauli PP. II Promulgatus*, Roma, 25 de Janeiro de 1983. AAS 75 II (1983).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota do Episcopado sobre a Lei do Património Cultural Português*, Lisboa, 14 de Novembro de 1985.

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, Lisboa, 14 de Maio de 1990 (Lisboa, Secretariado Geral do Episcopado, 1990).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa sobre o Jubileu do Ano 2000*, Lisboa, 8 de Setembro de 1996.

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Nota Informativa sobre o Património Cultural da Igreja*, Fátima, 13 de Novembro de 1997.

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações sobre os Bens culturais da Igreja*, Fátima, 16 de Novembro de 2005 (Lisboa, Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2005).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 148, *Comunicado Final*, Fátima, 15 de Novembro de 2001 (Comunicado Final da 148.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 12 a 15 de Novembro de 2001).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 149, *Comunicado Final*, Fátima, 11 de Abril de 2002 (Comunicado Final da 149.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 8 a 11 de Abril de 2002).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 151, *Comunicado Final*, Fátima, 14 de Novembro de 2002 (Comunicado Final da 151.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 11 a 14 de Novembro de 2002).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 153, *Comunicado Final*, Fátima, 8 de Maio de 2003 (Comunicado Final da 153.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 5 a 8 de Maio de 2003).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 157, *Comunicado Final*, Fátima, 11 de Novembro de 2004 (Comunicado Final da 157.<sup>a</sup> Assembleia

Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 8 a 11 de Novembro de 2004).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 159, *Comunicado Final*, Fátima, 7 de Abril de 2005 (Comunicado Final da 159.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 4 a 7 de Abril de 2005).

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, Assembleia Plenária, 161, *Comunicado Final*, Fátima, 17 de Novembro de 2005 (Comunicado Final da 161.<sup>a</sup> Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Fátima de 14 a 17 de Novembro de 2005).

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1342-1352 (Clemens PP. VI), *Bulla Iubilaei Unigenitus Dei Filius*, Avinhão, 27 de Janeiro de 1343.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1417-1431 (Martinus PP. V), *Constitutio Apostolica Etsi in Cunctarum Orbis Provinciarum*, Roma, 31 de Março de 1425.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1846-1878 (Pius PP. IX), *Bulla Ineffabilis Deus*, Roma, 8 de Dezembro de 1854. Acta Pii IX, I, pp. 597-619.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Epistula Encyclica Saeculo Exeunte Octavo*, Roma, 13 de Junho de 1940. AAS 32 (1940) 249-260.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Radiomensagem aos Fiéis Portugueses por Ocasão da Consagração da Igreja e do Género Humano ao Coração Imaculado de Maria*, Roma, 31 de Outubro de 1942. AAS 34 (1942) 313-325.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Litteræ Encyclicæ Mediator Dei*, Roma, 20 de Novembro de 1947. AAS 39 (1947) 521-601.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Litteræ Encyclicæ Fulgens Corona*, Roma, 8 de Setembro de 1953. AAS 45 (1953) 577-592.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1939-1958 (Pius PP. XII), *Litteræ Encyclicæ Musicae Sacrae Disciplina*, Roma, 25 de Dezembro de 1955. AAS 48 (1956) 5-25.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Adhortatio Apostolica Petrum et Paulum Apostolos*, Roma, 22 de Fevereiro de 1967. AAS 59 (1967) 193-200.

IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Constitutio Apostolica De Romana Curia Regimini Ecclesiae Universae*, Roma, 15 de Agosto de 1967. AAS 59 (1967) 885-928.

- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Motu Proprio Sollemnis Professio Fidei*, 30 de Junho de 1968. AAS 60 (1968) 433-445.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulus PP. VI), *Litteræ Apostolicæ Seraphicus Patriarcha*, Roma, 24 de Junho de 1978. AAS 70 (1978) 454-455.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Litteræ Apostolicæ sub Plumbo Datæ Aperite Portas Redemptori*, Roma, 6 de Janeiro de 1983. AAS 75 (1983) 89-106.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Santa Messa per la XX Giornata Della Pace. Omelia di Giovanni Paolo II. Solennità di Maria Santissima Madre di Dio*, Cidade do Vaticano, 1 de Janeiro de 1987. AAS 79 (1987) 1146-1150.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Constitutio Apostolica Pastor Bonus*, Roma, 28 de Junho de 1988. AAS 80 (1988) 841-912.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Litteræ Apostolicæ Motu Proprio Datæ Inde a Pontificatus*, Roma, 25 de Março de 1993. AAS 85 (1993) 549-552.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Epistula Apostolica Tertio Millennio Adveniente*. Cidade do Vaticano, 10 de Novembro de 1994. AAS 87 (1995) 5-41.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Litteræ Apostolicæ sub Plumbo Datæ Quibus Anni Bismillesimi Magnum Indicitur Iubilaeum Incarnationis Mysteriorum*, Roma, 29 de Novembro de 1998. AAS 91 (1999) 129-143.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Lettre aux Artistes*, Cidade do Vaticano, 4 de Abril de 1999. AAS 91 (1999) 1155-1172.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Messaggio del Santo Padre Giovanni Paolo II per la Giornata Missionaria Mondiale, 2000*, 11 de Junho de 2000. AAS 92 (2000) 685-690.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1978-2005 (Ioannes Paulus PP. II), *Santa Messa e Processione Eucaristica Nella Solennità del SS.<sup>mo</sup> Corpo e Sangue di Cristo. Omelia di Giovanni Paolo II*, Cidade do Vaticano, 10 de Junho de 2004.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 2005- (Benedictus PP. XVI), *Celebrazione dei Primi Vespri della Solennità dei Santi Apostoli Pietro e Paolo. Omelia di Sua Santità Benedetto XVI*, Roma, 28 de Junho de 2007.

- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare Le Biblioteche Ecclesiastiche nella Missione della Chiesa. Prot. n. 179/91/35*, Roma, 19 de Março de 1994.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera I Beni Culturali degli Istituti Religiosi. Prot. n. 275/92/12*, Roma, 10 de Abril de 1994.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Relazione sul Questionario Inviato alle Università Cattoliche. Prot. n. 239/89/18*, Roma, 10 de Setembro de 1994.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Necessità e Urgenza dell'Inventariazione e Catalogazione dei Beni Culturali della Chiesa. Prot. n. 147/97/87*, Cidade do Vaticano, 8 de Dezembro de 1999.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare La Funzione Pastorale degli Archivi Ecclesiastici. Prot. n. 274/92/87*, Cidade do Vaticano, 2 de Fevereiro de 1997.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Presentazione della "Carta di Villa Vigoni" sulla Tutela dei Beni Culturali della Chiesa. Prot. n. 4/93/57*, Roma, 10 de Maio de 1994.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Necessità e Urgenza dell'Inventariazione e Catalogazione dei Beni Culturali della Chiesa. Prot. n. 147/97/87*, Cidade do Vaticano, 8 de Dezembro de 1999.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla Funzione Pastorale dei Musei Ecclesiastici. Prot. n. 1119/97/57*, Cidade do Vaticano, 29 de Junho de 2001.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Profilo*, Cidade do Vaticano, 8 de Outubro de 2001.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Presentazione della Nuova Pontificia Commissione per la Conservazione del Patrimonio Artistico e Storico della Chiesa*, Roma, 10 de Abril de 1989.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Quesiti Circa gli Archivi Ecclesiastici. Prot. n. 111/90/1*, Roma, 30 de Junho de 1990.



- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Lettera Circolare sull'Apertura delle Frontiere nella Comunità Europea e il Pericolo di Traffico Illecito di Opere d'Arte*. Prot. n. 103/91/1, Roma, 15 de Junho de 1991.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Presentazione del Corso Superiore per i Beni Culturali della Chiesa presso la Pontificia Università Gregoriana in Roma*. Prot. n. 66/90/121, Roma, 15 de Junho de 1991.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Invio di un Questionario sullo Studio dei Beni Culturali nelle Università Cattoliche*, Roma, 31 de Janeiro de 1992.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Relazione sulle Risposte al Questionario sui Beni Culturali nelle Varie Nazioni*, Roma, 10 de Março de 1992.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Lettera Circolare sulla Formazione dei Futuri Presbiteri all'Attenzione Verso i Beni Culturali della Chiesa*. Prot. n. 121/90/18, Roma, 15 de Outubro de 1992.
- IGREJA CATÓLICA, Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia, *Notifica della Cessazione dell'Attività della Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra in Italia*. Prot. n. 358/87141, Roma, 20 de Novembro de 1989.
- IGREJA CATÓLICA, Sacra Congregatio pro Clericis, *Litteræ Circulares ad Praesides Conferentiarum Episcopaliū. Opera Artis. De Cura Patrimonii Historico-Artistici Ecclesiæ*, Cidade do Vaticano, 11 de Abril de 1971.
- IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Editto dell'Emo e Rmo Sig. Cardinal Pacca Camerlengo di S. Chiesa sopra le Antichità e gli Scavi*, Roma, 7 de Abril de 1820.
- IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Lettera Circolare dell'Em.mo Card. Merry del Val per l'Istituzione dei Commissariati Diocesani per i Monumenti Custoditi dal Clero*. N. 27114, Roma, 10 de Dezembro de 1907.
- IGREJA CATÓLICA, Secretaria Status, *Circolare della Segreteria di Stato del 1.º Settembre 1924 a tutti gli Ecc.mi Vescovi d'Italia con la quale Veniva Istituita la Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra*. N. 34215, Roma, 1 de Setembro de 1924.

- IGREJA CATÓLICA, Suprema Sacra Congregatio Sancti Officii, *Instructio De Arte Sacra*, Cidade do Vaticano, 30 de Junho de 1952.
- LEIRIA, Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva), *Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora do Rosário da Fátima. Provisão*, Leiria, 1955.
- LEIRIA, Bispo, 1987-2006 (Serafim de Sousa Ferreira e Silva), *Normas Gerais sobre o Património Cultural*, Leiria, 4 de Dezembro de 2002.
- LISBOA, Cardeal-Patriarca, 1998- (José da Cruz Policarpo), *Patriarcado de Lisboa tem museu virtual de arte sacra. Mensagem do Cardeal-Patriarca*, Lisboa, 7 de Dezembro de 2004.
- PORTALEGRE-CASTELO BRANCO, Bispo, 2008- (Antonino Eugénio Fernandes Dias), *Comissão Diocesana para os Bens Culturais. Decreto*, Portalegre, 11 de Fevereiro de 2009.
- PORTO, Bispo, 1982-1997 (Júlio Tavares Rebimbas), *Decreto*, Porto, 15 de Outubro de 1993.
- SACROSANCTUM CONCILIUM ŒCUMENICUM VATICANUM II, Constitutio de Sacra Liturgia, *Sacrossanctum Concilium*, Roma, 4 de Dezembro de 1963. AAS 56 (1964) 97-138.
- SACROSANCTUM CONCILIUM ŒCUMENICUM VATICANUM II, Declaratio de Libertate Religiosa, *Dignitatis Humanæ*, Roma, 7 de Dezembro de 1965. AAS 58 (1966) 929-946.
- SACROSANCTUM CONCILIUM ŒCUMENICUM VATICANUM II, Decretum de Activitate Missionali Ecclesiæ, *Ag Gentes*, Roma, 7 de Dezembro de 1965. AAS 58 (1966) 947-990.
- SACROSANCTUM CONCILIUM ŒCUMENICUM VATICANUM II, Constitutio Pastoralis de Ecclesia in Mundo huius temporis, *Gaudium et Spes*, Roma, 7 de Dezembro de 1965. AAS 58 (1966) 1025-1120.
- SANTARÉM, Bispo, 1998- (Manuel Pelino Rodrigues), *O Espírito Santo no Mistério Trinitário: Mensagem do Bispo de Santarém*, Santarém, 2 de Junho de 2005.

### **Outros documentos**

- AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Governo avança com museu de arte sacra na Igreja do Colégio* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 11 de Março de 2005.
- AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Agenda do Governo Regional dos Açores para 22, 23, 24 e 25 de Abril* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 21 de Abril de 2006.

- AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Arcano Místico na Ribeira Grande foi declarado tesouro regional* [comunicado de imprensa], Horta (Açores), 12 de Maio de 2009.
- AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Governo classifica conjunto escultório raro guardado na Matriz da Ribeira Grande* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 15 de Janeiro de 2009.
- AÇORES, Governo Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social, *Presidente do Governo inaugura exposição de custódias em São Miguel* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 4 de Julho de 2007.
- ÅGREN, Per-Uno, *Les musées régionaux et locaux* [Rapport n.º 2], Paris, UNESCO, 1979.
- ALBUFEIRA, Câmara Municipal, *Acta (Reunião Ordinária Pública)*, Albufeira, 4 de Abril de 2006.
- ALBUFEIRA, Câmara Municipal, *Acta (Reunião Ordinária)*, Albufeira, 7 de Junho de 2005.
- ALBUFEIRA, Câmara Municipal, *Nota de Imprensa n.º 70*, Albufeira, 11 de Abril de 2006.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, *Associação dos Museus da Igreja promove 2.ªs Jornadas Nacionais do sector* [nota de imprensa], de 20 de Novembro de 2007.
- BORBA, Câmara Municipal, *Acta N.º 26/2001 (Sessão Ordinária)*, Borba, 28 de Dezembro de 2001.
- BORBA, Câmara Municipal, *Acta N.º 8/2004 (Sessão Ordinária)*, Borba, 23 de Abril de 2004.
- CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 7/99 (Reunião Ordinária Pública)*, Cantanhede, 23 de Fevereiro de 1999.
- CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 31/99 (Reunião Ordinária Pública)*, Cantanhede, 24 de Agosto de 1999.
- CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 11/2000 (Reunião Ordinária Privada)*, Cantanhede, 21 de Março de 2000.
- CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 18/2000 (Reunião Ordinária Privada)*, Cantanhede, 16 de Maio de 2000.
- CANTANHEDE, Câmara Municipal, *Acta n.º 33/2001 (Reunião Ordinária Pública)*, Cantanhede, 25 de Setembro de 2001.

- CHAVES, Assembleia Municipal, *Acta n.º 4/2006 (Sessão Ordinária)*, Chaves, 27 de Setembro de 2006.
- CHAVES, Assembleia Municipal, *Acta n.º 5/2007 (Sessão Ordinária)*, Chaves, 19 de Dezembro de 2007.
- CHAVES, Câmara Municipal, *Acta n.º 4/2003 (Reunião Ordinária)*, Chaves, 17 de Fevereiro de 2003.
- CHAVES, Câmara Municipal, *Acta n.º 23/2007 (Reunião Ordinária)*, Chaves, 8 de Novembro de 2007.
- Estatutos da União das Misericórdias Portuguesas*, Fátima, 19 de Dezembro de 1982.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Relatório Balanço e Contas 2005*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- ICOM, Assemblée Générale, 12, *Résolution n.º 5. Journée internationale des musées*, Moscou, 28 Mai 1977.
- ICOM, Assemblée Générale, 22, *Statuts*, Vienne, Autriche, 24 août 2007.
- LAGOS, Câmara Municipal, *Acta N.º 03/04 (Reunião Pública Ordinária)*, Lagos, 28 de Janeiro de 2004
- Leader +. Programa Nacional – Portugal*, Lisboa, 21 de Julho de 2001.
- OLHÃO, Câmara Municipal, *Editais N.º 4/2005*, 4 de Fevereiro de 2005.
- O que se fez na cultura, desporto e tempos livres em 2002*, Ponta Delgada (Açores), Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2002.
- OURÉM, Câmara Municipal, *Acta n.º 52 (Reunião Privada)*, Ourém, 22 de Dezembro de 2003.
- PENELA, Câmara Municipal, *Acta n.º 13/2006 (Reunião Ordinária)*, Penela, 19 de Junho de 2006.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves – Chaves 2015*, Chaves, Município de Chaves, s. d.
- PONTA DELGADA (Açores), Câmara Municipal, Gabinete de Imprensa, *Arte Sacra em Exposição no CMC* [comunicado de imprensa], Ponta Delgada (Açores), 4 de Fevereiro de 2009.
- PORTUGAL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Belas-Artes e Design, *Licenciatura em Arte. Universidade Católica Portuguesa. [Relatório de Avaliação Externa]*, Julho de 2005.

*Protocolo de Colaboração*, Macedo de Cavaleiros, 9 de Dezembro de 2006.

*Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola, sobre a Gestão do Museu de Mértola*, Mértola, 3 de Junho de 2004.

*Protocolo Igreja Segura*, Lisboa, 18 de Junho de 2003.

REGUENGOS DE MONSARAZ, Câmara Municipal, *Acta n.º 8/2006 (Reunião Ordinária)*, Reguengos de Monsaraz, 12 de Abril de 2006.

*Regulamento do Ecomuseu de Vinhais*, Vinhais, Câmara Municipal de Vinhais/Turimontesinho EEM, 2010.

*Regulamento Interno da Rede Museológica de Ovar*, Ovar, 6 de Maio de 2010.

*Regulamento Interno do Museu de Mértola*, Mértola, Agosto de 2006.

*Regulamento Interno do Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, 27 de Junho de 2008.

UNESCO, Conférence générale, 22, *Actes de la Conférence Générale*, Paris, UNESCO, 1983 (Actes de la Conférence générale, vingt-deuxième session, Paris, 25 octobre – 26 novembre 1983).

UNESCO, General Conference, 17, *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*, Paris, 16th November 1972.

UNESCO, General Conference, 19, *Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*, Nairobi, 26th November 1976.

VINHAIS, Câmara Municipal, *Acta n.º 6/2008 (Reunião Ordinária)*, Vinhais, 7 de Março de 2008.

VINHAIS, Câmara Municipal, *Acta n.º 14/2010 (Reunião Ordinária)*, Vinhais, 5 de Julho de 2010.

### **Fichas de inventário**

*Inventário do Património Arquitectónico*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: «Antiga capela de São Vicente dos Gafos / Igreja de São João Batista», 2003, n.º IPA PT031012050043; «Antiga Casa Professa de São Roque / Igreja e Museu de São Roque», 2007, n.º IPA PT031106150012; «Antigo Paço Episcopal e Seminário / Museu da Guarda», 2001, n.º IPA PT020907420020; «Antigo Solar dos Condes de Vinhó e Almedina / Museu Abel Manta», 2006, n.º IPA PT020906180080; «Capela de Nossa Senhora da Lapa / Antigo Hospital da Misericórdia», 2006, n.º IPA PT010312480028; «Capela de Nossa Senhora do Carmo / Museu de Arte Sacra», 2004, n.º IPA

PT041204030029; «Capela do Senhor Jesus dos Passos», 1996, n.º IPA PT040207030028; «Casa dos Bogalhos», 1999, n.º IPA PT020602040024; «Castelo de Penela», 2006, N.º IPA PT020614060001; «Convento de Santo António de Ferreirim / Igreja Paroquial de Ferreirim / Igreja de Santo António», 1997, n.º IPA PT011805070010; «Convento de São Domingos / Convento de Santo António da Ordem de São Domingos», 1999, n.º IPA PT040706040013; «Igreja da Misericórdia de Pedrógão Grande e edifício contíguo», 1991, n.º IPA PT021013020004; «Igreja da Misericórdia de Penafiel / Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Penafiel», 2008, n.º IPA PT011311240018; «Igreja da Misericórdia e Antiga Casa do Despacho de Tavira», in *Inventário do Património Arquitectónico* [ficha de inventário], Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2001, N.º IPA PT050814060003; «Igreja da Misericórdia», 1996, n.º IPA PT040207030027; «Igreja de Santa Maria / Museu Municipal de Marvão», 2002, n.º IPA PT041210020008; «Igreja de Santo António de Lisboa», 2007, n.º IPA PT031106520044; «Igreja do antigo Mosteiro da Madre de Deus / Igreja Matriz de Vinhó», 2006, n.º IPA PT020906220010; «Igreja e Colégio de Nossa Senhora da Soledade / Hospício de Nossa Senhora da Soledade / Igreja de Nossa Senhora das Dores», 2003, n.º IPA PT040703040018; «Igreja Matriz de Santiago do Cacém», 2005, n.º IPA PT041509060001; «Igreja Matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho», 2006, n.º IPA PT011813140002; «Misericórdia de Coimbra / Colégio Novo / Colégio da Sapiência / Colégio de Santo Agostinho», 2003, n.º IPA PT020603020016; «Mosteiro de Arouca e o túmulo de Santa Mafalda», 1998, n.º IPA PT010104030002; «Museu de Arte Sacra Orlando de Almeida Vieira», 2000, n.º IPA PT031114090027; «Paço Episcopal e Capela anexa», 1998, n.º IPA PT062203100013; «Paços da Audiência», 1999, n.º IPA PT040711030038; «Sé de Lisboa», 1999, n.º IPA PT031106520004; «Sé de Viseu», 2002, n.º IPA PT021823240002; «Sé do Porto», 2004, n.º IPA PT011312140001.

## Legislação

75/65/EEC: Commission Recommendation of 20 December 1974 to Member States concerning the protection of the architectural and natural heritage. *Official Journal of the European Communities*, L 021, 28th January 1975.

*Constituição da República Portuguesa*, de 2 de Abril de 1976, publicada nos termos do Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de Abril de 1976. *Diário da República*, I Série, n.º 86, de 10 de Abril de 1976.

Decreto de 28 de Maio de 1834. *Chronica Constitucional de Lisboa*, n.º 127, de 31 de Maio de 1834.

*Diário do Governo*: Decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911 [Lei da Separação do Estado das Igrejas], n.º 92, de 21 de Abril de 1911; Decreto com força de lei, de 21 de Janeiro de 1911, n.º 18, de 23 de Janeiro de 1911; Decreto n.º 1, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, n.º 124, de 29 de Maio de 1911; Decreto n.º 2:119, de 13 de Novembro de 1915, I Série, n.º 248, de 4 de Dezembro de 1915; Decreto n.º 2:284-C, de 16 de Março de 1916, I Série, n.º 51, de 16 de Março de 1916; Decreto n.º 3:074, de 5 de Abril de 1917, I Série, n.º 53; Decreto n.º 3:856, com força de lei, de 22 de Fevereiro de 1918, I Série, n.º 34, de 23 de Fevereiro de 1918; Decreto n.º 11:887, com força de lei, de 6 de Julho de 1926, I Série, n.º 152, de 15 de Julho de 1926; Decreto n.º 15:209, com força de lei, de 17 de Março de 1928, I Série, n.º 65, de 20 de Março de 1928; Decreto n.º 18:127, com força de lei, de 25 de Março de 1930, I Série, n.º 69, de 25 de Março de 1930, com nova publicação, rectificada, em I Série, n.º 73, de 29 de Março de 1930; Decreto n.º 18:324, com força de lei, de 14 de Maio de 1930, I Série, n.º 110; Decreto n.º 22:241, de 22 de Fevereiro de 1933, I Série, n.º 43; Decreto-Lei n.º 1:355, de 16 de Janeiro de 1915, I Série, n.º 35, de 24 de Fevereiro de 1915, com nova publicação, rectificada, em I Série, n.º 40, de 2 de Março de 1915; Decreto-Lei n.º 20:803, de 21 de Janeiro de 1932, I Série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 1932; Decreto-Lei n.º 22:465, de 11 de Abril de 1933 [Acto Colonial], I Série, n.º 83, de 11 de Abril de 1933; Decreto-Lei n.º 23:625, de 3 de Março de 1934, I Série, n.º 51; Decreto-Lei n.º 31:207, de 5 de Abril de 1941 [Estatuto Missionário], I Série, n.º 79; Decreto-Lei n.º 41306, I Série, n.º 223, de 2 de Outubro de 1957; Decreto-Lei n.º 46758, I Série,

n.º 286, de 18 de Dezembro de 1965; Lei n.º 1:910, de 23 de Maio de 1935, I Série, n.º 117; Lei n.º 1/74, de 25 de Abril de 1974, I Série, n.º 97, Suplemento; Lei n.º 3/74, de 14 de Maio de 1974, I Série, n.º 112; Portaria, de 23 de Agosto de 1911, n.º 198, de 25 de Agosto de 1911; Portaria, de 7 de Junho de 1912, n.º 135, de 11 de Junho de 1912; Portaria n.º 1:012, de 6 de Julho de 1917; I Série, n.º 109; Portaria n.º 1:219, de 8 de Fevereiro de 1918, I Série, n.º 26, de 9 de Fevereiro de 1918; Portaria n.º 5:872, de 21 de Janeiro de 1929, I Série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 1929.

*Diário da República*: Contrato n.º 504/2006, de 10 de Janeiro de 2006, II Série, n.º 63, de 29 de Março de 2006; Decreto-Lei n.º 37/78, de 20 de Fevereiro de 1978, I Série, n.º 42; Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março de 1980, I Série, n.º 67, Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril de 1980, I Série, n.º 79; Decreto-Lei n.º 235/80, de 18 de Julho de 1980, I Série, n.º 164; Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro de 1986, I Série, n.º 270; Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto de 1991, I Série-A, n.º 182; Decreto-Lei n.º 145/92, de 21 de Julho de 1992, I Série-A, n.º 166; Decreto-Lei n.º 217/92, de 15 de Outubro de 1992, I Série-A, n.º 238; Decreto-Lei n.º 161/97, de 26 de Junho de 1997, I Série-A, n.º 145; Decreto-Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro de 1999, I Série-A, n.º 239; Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro de 2000, I Série-A, n.º 259; Decreto-Lei n.º 252/2002, de 22 de Novembro de 2002, I Série-A, n.º 270; Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de Dezembro de 2005, I Série-A, n.º 248; Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro de 2006, I Série, n.º 208; Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março de 2007, I Série, n.º 63; Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de Fevereiro de 2009, I Série, n.º 30; Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto de 1980, I Série, n.º 177; Despacho conjunto n.º 616/2000, de 17 de Maio, II Série, n.º 130, de 5 de Junho de 2000; Despacho conjunto n.º 309/2003, de 14 de Março, II Série, n.º 79, de 3 de Abril de 2003; Despacho conjunto n.º 455/2004, de 6 de Julho, II Série, n.º 176, de 28 de Julho de 2004; Despacho n.º 29271/2007, de 13 de Agosto, II Série, n.º 246, de 21 de Dezembro de 2007; Despacho Normativo n.º 3/2006, de 10 de Janeiro, I Série-B, n.º 18, de 25 de Janeiro de 2006; Edital n.º 292/2004 [Projecto de Regulamento da Rede Municipal de Museus de Arruda dos Vinhos], II Série, n.º 109, Apêndice n.º 58, de 10 de Maio de 2004; Edital n.º 295/2004 [Proposta de Plano Estratégico



Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos], II Série, n.º 109, Apêndice n.º 58, de 10 de Maio de 2004; Lei n.º 13/85, de 6 de Julho de 1985, I Série, n.º 153; Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho de 2001, I Série-A, n.º 143; Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro de 2001, I Série-A, n.º 209; Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto de 2004, I Série-A, n.º 195; Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de Setembro de 1982, I Série, n.º 227; Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de Julho de 1989, I Série, n.º 155, Suplemento; Lei Constitucional n.º 1/92, de 25 de Novembro de 1992, I Série-A, n.º 273, Suplemento; Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro de 1997, I Série-A, n.º 218; Lei Constitucional n.º 1/2001, de 12 de Dezembro de 2001, I Série-A, n.º 286; Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de Julho de 2004, I Série-A, n.º 173; Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto de 2005, I Série-A, n.º 155; Regulamento n.º 180-I/2007, de 25 de Junho, II Série, n.º 151, 2.º Suplemento, de 7 de Agosto de 2007; Resolução da Assembleia da República n.º 50/2003, de 4 de Junho de 2003, I Série-A, n.º 129; Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/93, de 8 de Março de 1993, I Série-B, n.º 56; Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/97, de 30 de Junho de 1997, I Série-B, n.º 148; Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2004, de 16 de Junho de 2004, I Série-B, n.º 140; Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2004, de 23 de Dezembro de 2004, I Série-B, n.º 299; Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2005, de 21 de Julho de 2005, I Série-B, n.º 139; Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto de 2005, I Série-B, n.º 149; Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2006, de 16 de Outubro de 2006, I Série, n.º 199.

Resolução n.º 43/1997. *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, I Série, n.º 11, de 13 de Março de 1997.

Resolution 85/C 153/02, of 13 June 1985. *Official Journal of the European Communities*, C 153/2, 22nd June 1985.

### **Publicações periódicas**

*Açoriano Oriental*, Ponta Delgada (Açores), Açormédia, de 4 de Fevereiro de 2009.

*Agência Ecclesia. Agência de Notícias da Igreja Católica em Portugal*, Moscavide, Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Igreja, 2003-.

- Agenda de Santo Tirso*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, n.º 3, Outubro/Novembro de 2002.
- Almada. Boletim Municipal*, Almada: Câmara Municipal de Almada, n.º 84, Julho/Agosto de 2003.
- Amigo do Povo (O)*, Coimbra, Diocese de Coimbra, de 4 de Julho de 2004.
- Boletim do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, n.º 1, Setembro de 2001.
- Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, A. XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951; n.º 319, Janeiro de 1952; A. XXVIII, n.º 326-327, Agosto-Setembro de 1952; n.º 328, Outubro de 1952; n.º 329, Novembro de 1952; n.º 330, Dezembro de 1952.
- Boletim Municipal*, Chaves, Município de Chaves, n.º 25, Outubro/Novembro de 2006.
- Boletim Municipal do Município de Velas*, Velas, Município de Velas, 2006.
- Borba. Boletim Municipal*, Borba, Câmara Municipal de Borba, 2004-.
- Campeão das Províncias*, Coimbra, Campeão das Províncias, S. 2, A. 8, n.º 412, de 13 de Março de 2008.
- Comércio do Porto (O)*, Porto, de 2 de Novembro de 1999.
- Conquistador (O)*, Guimarães, Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, A. XIV, n.º 337, de 30 de Junho de 2006; A. XVII, n.º 391, de 23 de Dezembro de 2008; n.º 392, de 16 de Janeiro de 2009.
- Correio da Manhã*, Lisboa, Presselivre, 2000-.
- Correio de Coimbra*, Coimbra, Diocese de Coimbra, A. LXXXIV, n.º 4101, de 20 de Outubro de 2005; n.º 4102, de 27 de Outubro de 2005.
- Correio de Lagos*, Lagos, Correio de Lagos, n.º 207, Agosto de 2006; n.º 221, Outubro de 2007.
- Correio do Minho*, Braga, Arcada Nova – Comunicação, Marketing e Publicidade, 2003-.
- Correio do Vouga*, Aveiro, Tempo Novo – Multimédia – Edição e Venda de Livros, A. LXXV, N.º 3637, de 3 de Março de 2004; N.º 3646, de 5 de Maio de 2004; A. LXXVI, n.º 3687, de 23 de Março de 2005; A. LXXVIII, n.º 3795, de 20 de Junho de 2007; n.º 3815, de 12 de Dezembro de 2007; A. LXXVIX, N.º 3855, de 15 de Outubro de 2008.
- Correio dos Açores*, Ponta Delgada (Açores), Gráfica Açoreana, de 10 de Fevereiro de 2009.

- Defesa (A)*, Évora, SIRE – Sociedade Instrutiva Regional Eborense, A. LXXXV, n.º 4380, de 3 de Setembro de 2008.
- Despertar. Boletim Paroquial*, Ribeira Chã, A. X, n.º 70, Maio de 1985.
- Diário As Beiras*, Taveiro, Sojormedia Beiras, 2004-.
- Diário de Coimbra*, Coimbra, de 20 de Janeiro de 2005.
- Diário do Minho*, Braga, Empresa Diário do Minho, 2005-.
- Diário dos Açores*, Ponta Delgada (Açores), Empresa do Diário dos Açores, 2003-.
- Diário Insular*, Angra do Heroísmo, Sociedade Terceirense de Publicidade, 2002-.
- Diário XXI. O Jornal da Beira Interior*, Fundão, Fólio – Comunicação Global, 2004-.
- Distrito de Portalegre (O)*, Portalegre, 2005-.
- Eco de Pombal (O)*, Pombal, Empresa Jornalística O ECO, n.º 2769, de 20 de Março de 2008.
- Falcão do Minho*, Viana do Castelo, Falcão do Minho – Editorial Regiminho, A. XXI, n.º 986, de 20 de Março de 2008; n.º 1004, de 24 de Julho de 2008.
- Família Cristã*, Lisboa, Paulus Editora, Outubro de 2009.
- Fátima Missionária*, Fátima, Missionários da Consolata, A. LI, n.º 3, Março 2005.
- Fonte Nova. Bissemanário da Região de Portalegre*, Portalegre, Publiarvis, n.º 1347, de 1 de Abril de 2006; n.º 1474, de 17 de Julho de 2007; n.º 1533, de 1 de Março de 2008; n.º 1535, de 8 de Março de 2008; n.º 1511, de 8 de Dezembro de 2007.
- Gazeta do Interior*, Castelo Branco, Informarte – Informação Regional, A. XVII, n.º 934, de 8 de Novembro de 2006; A. XX, n.º 1097, de 23 de Dezembro de 2009.
- Guarda (A)*, Guarda: Casa Vértas Editora, 2004-.
- iM – InterMuseus*, Ponta Delgada (Açores), Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional de Cultura, n.º 2, Outubro de 2004; n.º 6, Julho de 2006.
- Informação Municipal*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, A. XX, n.º 83, Outubro 2002 a Julho 2003.
- Interior (O)*, Guarda, JORINTERIOR – Jornal O Interior, n.º 198, de 28 de Agosto de 2003; n.º 242, de 1 de Julho de 2004; n.º 304, de 8 de Setembro de 2005; n.º 373, de 25 de Janeiro de 2007.

- Jornal da Beira. Informativo da Diocese de Viseu*, Viseu, Fundação Jornal da Beira, A. LXXXVIII, n.º 4516, de 10 de Janeiro de 2008; A. LXXXVIII, n.º 4585, de 14 de Maio de 2009.
- Jornal de Ferreira*, Ferreira do Alentejo, Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, A. XV, n.º 49, Março de 2009.
- Jornal de Notícias*, Lisboa, Empresa do Jornal de Notícias, 1976-.
- Jornal do Centro. Semanário da Região de Viseu*, Viseu, O Centro – Produção e Edição de Conteúdos, A. VII, n.º 364, de 6 de Março de 2009.
- Jornal Luz, Boletim Interparoquial*, Santiago da Guarda, Jornal Luz, Julho de 2006.
- Jornal Nova Guarda*, Guarda, Nova Guarda – Agência de Informação, 2003-.
- Jornal O Futuro*, Lavra, Fábrica da Igreja de Lavra, A. 25, n.º 276, de Novembro de 2005; A. 27, n.º 299, de Dezembro de 2007; n.º 294, de Junho de 2007.
- Jornal O Vilaverdense*, Vila Verde, Ideia Cinco Multimédia, A. XC, n.º 859, Junho de 2010.
- Lusa. Agência de Notícias de Portugal*, Lisboa, Lusa – Agência de Notícias de Portugal, 2001-.
- Matosinhos. Revista Municipal*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, n.º 8, 2005.
- Matosinhos Hoje*, Matosinhos, n.º 335, de 7 de Novembro de 2007.
- Mensagem (O). Semanário Católico*, Leiria, A. 37, n.º 1670, de 16 de Fevereiro de 1950; n.º 1689, de 8 de Abril de 1950; n.º 1692, de 29 de Abril de 1950; n.º 1691, de 22 de Abril de 1950.
- Mensagem Notícias*, [Bragança], Fundação Mensageiro de Bragança, 2008-.
- Mirante (O). Jornal do Concelho da Chamusca*, Chamusca, Maria Fátima F. S. Emídio, de 14 de Abril de 2005.
- Mirante (O). Semanário Regional*, Chamusca, A. Bastos, A. XX, n.º 792, de 18 de Outubro de 2007; A. XXIII, n.º 917, de 4 de Fevereiro de 2010.
- Misericórdia. Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, A. XVI, n.º 44, de Dezembro 2008.
- Município Sesimbra. Boletim Informativo da Câmara Municipal de Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, A. 6., n.º 73, Dezembro de 2004.
- Museus. Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, n.º 1, Junho de 2001; n.º 6, Dezembro de 2002; n.º 7, Março de 2003; n.º 8,

Junho de 2003; n.º 9, Setembro de 2003; n.º 12, Junho de 2004; n.º 13, Setembro de 2004; n.º 14, Dezembro de 2004; n.º 15, de Março de 2005; n.º 16, Junho de 2005; n.º 17, Setembro de 2005; n.º 20, Junho de 2006; n.º 22, Dezembro de 2006; n.º 24, Junho de 2007; n.º 29, Setembro de 2008.

*Museus em Rede. Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 31, Março de 2009; n.º 32, Junho de 2009.

*Nordeste. Semanário Regional de Informação*, Bragança, Pressnordeste, de 2006-.

*NÓS. Guia Cultural da Rede Museológica de Ovar* [desdobrável], Ovar, Câmara Municipal de Ovar, n.º 6, Novembro/Dezembro 2010.

*Notícias de Beja*, Beja, Diocese de Beja, 1984-.

*Notícias de Fátima*, Fátima, A. Rodrigues de Freitas, n.º 490, de 19 de Fevereiro de 2010.

*Notícias de Lamego*, Lamego, de 5 de Setembro de 1983.

*Notícias do Douro. O Semanário da Região Demarcada do Douro*, Régua, A Gráfica Duriense, 2007-.

*Oeiras Actual. Boletim Municipal*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1999-.

*Par e Passo (A). Boletim da Câmara Municipal de Lagos*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, n.º 6, Agosto 2004.

*Paredes de Coura. Informação Municipal*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, n.º 4, Agosto/Setembro de 2002.

*Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, Lisboa, IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+, II série, n.º 24, Novembro de 2004.

*Ponte de Lima. Boletim Municipal*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, A. VI, n.º 15, Março de 2002.

*Porta da Estrela*, Seia, Editora Porta da Estrela, 2004-.

*Porta do Sol. Quinzenário diocesano de Santarém*, Santarém, Seminário de Santarém, S. II, A. II, n.º 26, de 18 de Março de 2001; n.º 36, de 26 de Setembro de 2001; S. III, A. VI, n.º 121, de 22 de Maio de 2005; n.º 122, de 5 de Junho de 2005; n.º 123, de 19 de Junho de 2005.

*Primeiro de Janeiro (O)*, Porto, Fólio – Comunicação Global, 2005-.

*Público*, Lisboa, Público Comunicação Social, 1999-.

- Reconquista (A)*, Castelo Branco, Fábrica da Igreja da Paróquia de São Miguel da Sé, 2004-.
- Região de Leiria*, Leiria, Empresa Jornalística Região de Leiria, n.º 3265, de 10 de Março de 2000.
- Região Sul*, Loulé, Região Sul 2 Publicações, A. XI, n.º 495, de 4 de Fevereiro de 2004.
- Semanário Transmontano*, Chaves, Jornal de Chaves, 2006-.
- Setubalense (O)*, Setúbal, PLURIJORNAL, de 7 de Fevereiro de 2011.
- Soberania do Povo*, Águeda, Soberania do Povo Editora, A. 130, n.º 8544, de 16 de Outubro de 2008; n.º 8545, de 23 de Outubro de 2008.
- Terras da Beira*, Guarda, Fundação Frei Pedro, 1996-.
- Terras do Homem*, Vila Verde, Terraimagem, A. V, n.º 102, de 11 de Março de 2004; A. VI, n.º 133, de 20 de Maio de 2005; A. VIII, n.º 190, de 30 de Julho de 2007; A. IX, n.º 214, de 26 de Junho de 2008; A. XI, n.º 256, de 4 de Fevereiro de 2010; A. XI, n.º 270, de 19 de Agosto de 2010.
- Turel. Boletim Informativo*, Braga, TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, n.º 1, Junho 2004; n.º 3, Outubro/Novembro/Dezembro 2004; n.º 4, Janeiro/Fevereiro 2005; A. II, n.º 5, Março/Abril 2005; n.º 7, Julho/Agosto 2005; n.º 8, Setembro/Outubro 2005; A. III, n.º 10, de Janeiro/Fevereiro 2006; n.º 11, Março/Abril 2006; n.º 12, Maio/Junho 2006; n.º 13, Julho/Agosto 2006; n.º 14, Setembro/Outubro 2006; n.º 15, de Novembro/Dezembro 2006.
- União (A)*, Angra do Heroísmo, [Diocese de Angra], 2005-.
- Vianense (O). Jornal Quinzenário da Região de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Matias de Barros, A. XXVI, n.º 476, de 30 de Maio de 2005.
- Vida Católica*, Lisboa, Patriarcado de Lisboa, S. 3, A. VI, n.º 16, de Janeiro/Abril de 2004.
- Viriatis. Boletim do Museu de Grão Vasco*, Viseu, Museu de Grão Vasco, V. I, n.º II, 1957.
- Voz das Beiras*, Viseu, de 25 de Agosto de 2005.
- Voz das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003-.
- Voz Portucalense*, Porto, Fundação Voz Portucalense, 1997-.

## Bibliografia

- 1.<sup>a</sup> *Exposição Temporária: Mestres de Ferreirim*, Lamego, Museu Regional de Lamego, 1957.
- 500 Anos das Misericórdias Portuguesas. *Solidariedade de Geração em Geração*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000.
- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ed. lit.) & FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (ed. lit.), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, 2001.
- ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- Açores. Roteiro dos Museus*, [Ponta Delgada (Açores)], Direcção Regional dos Assuntos Culturais, [199-].
- Agenda do Professor 07.08*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007.
- AGOSTINHO, sanctus, *A Cidade de Deus*, vol. 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- Ai Confini della Terra. Scultura e Arte in Portogallo, 1300-1500*, Milão, Electa, 2000.
- AIRES-BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e Patologias*, vol. 1, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001.
- Alcochete. Um Passeio à Beira-Tejo*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2007.
- Alfena Olha o Teu Museu. "Casa Museu Idalina e Aurora Matos"*, Alfena, Paróquia de Alfena, 1996.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (coord.), *Catálogo do Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1967-1971.
- ALMEIDA, José Fernandes de, *O Seminário de Leiria. Achegas para a Sua História*, Leiria, 1987.
- ALONSO FERNÁNDEZ, Luis, *Museología y Museografía*, 2.<sup>a</sup> ed., Barcelona, Ediciones del Serbal, 2001.
- ALONSO FERNÁNDEZ, Luis & GARCÍA FERNÁNDEZ, Isabel, *Diseño de Exposiciones. Concepto, Instalación y Montage*, Colección Materiales/Arte y Música, n.º 23, Madrid, Alianza Editorial, 2005.
- ÁLVAREZ GÓMEZ, Jesús, *Arqueología Cristiana*, Colección Sapientia Fidei: Serie de Manuales de Teología, n.º 17, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1998.

- ALVES, Alexandre, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu/Santa Casa da Misericórdia de Viseu/Grupo de Amigos do Museu de Grão Vasco, 1995.
- AMBROSE, Timothy & PAINE, Crispin, *Museum Basics*, 2.<sup>nd</sup> ed., London/New York, Routledge, 2006.
- Anuário Católico de Portugal*, Lisboa, Secretariado-geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2007.
- Arte & Devoção. Formas e Olhares. Rotatividade Anual da Exposição*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2009.
- Arte de Cister em Portugal e Galiza*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- Arte e Arqueologia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.
- Arte Sacra*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996.
- Arte Sacra. Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*, Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, 1994.
- Arte Sacra do Arciprestado de Cinfães*, Cinfães, Município de Cinfães, 2007.
- Arte Sacra do Séc. XVI (finais) ao Séc. XVIII*, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 2002.
- Arte Sacra e Mistério da Redenção. Exposição de Arte Sacra no Ano Jubilar da Redenção*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1984.
- Arte Sacra Luso-Oriental*, Porto, Sé Catedral do Porto, 1994.
- Arte Sacra na Coleção Telo de Morais (A)*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006.
- Arte Sacra no Concelho da Figueira da Foz*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2004.
- Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Coleção Arte e Património, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1995.
- Aspectos Iconográficos da Bíblia*, Lamego, Museu de Lamego, 1989.
- ASSOCIAÇÃO CATÓLICA DO PORTO, *Roteiro da Exposição de Arte Mariana*, Porto, Tip. Emp. Gráfica, 1954.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, *Os Museus da Igreja Católica: Novas Experiências, Novas Realidades: 1.<sup>as</sup> Jornadas Nacionais dos Museus da*



- Igreja Católica: [Programa]* [desdobrável], s. 1., Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica, 2004.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA, *A Credenciação e a Qualificação dos Museus: 2.<sup>as</sup> Jornadas Nacionais dos Museus da Igreja Católica: [Programa]* [desdobrável], s. 1., Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica, 2007.
- ATANÁSIO, Manuel Cardoso Mendes, *Arte Moderna e Arte da Igreja*, Coimbra, 1959.
- ATHAÍDE, Luís Bernardo Leite d', «A Banqueta e as duas Custódias do Museu da Matriz de Ponta Delgada», in *Revista Michaelense*, Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, A. II, n.º 2, 1919, pp. 179-183.
- AUGÉ, Matías, *Liturgia. Historia. Celebración. Teología. Espiritualidad*, Colección Biblioteca Litúrgica, n.º 4, 2.<sup>a</sup> ed., Barcelona, Centre de Pastoral Litúrgica, 1997.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira, *Catedral do Porto*, Porto, Cabido Portucalense, 2001.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2002.
- AZEVEDO, Maria do Rosário Palma de Melo, *Mediação Cultural na Contemporaneidade dos Museus*, Lisboa, 2003 (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mimeog.).
- BALLART HERNÁNDEZ, Josep, *Manual de Museos*, Colección Patrimonio Cultural, n.º 4, Madrid, Editorial Síntesis, 2001.
- BAPTISTA, Anna Paola P., *O Eterno ao Moderno. Arte Sacra Católica no Brasil, Anos 1940-50*, Rio de Janeiro, 2002 (Tese de Doutoramento em História Social, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeog.).
- BARATA, António Francisco, *Catalogo do Museu Archeologico da Cidade de Evora Anexo de sua Bibliotheca*, Lisboa, 1903.
- BARREIROS, Manuel de Aguiar, *Elementos de Archeologia e Bellas Artes*, Braga, Imprensa Henriquina, 1917.

- BARREIROS, Manuel d'Aguiar, *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos Críticos Archeologico-artísticos*, Porto, Marques Abreu, 1922.
- BARREIROS, Manuel de Aguiar, *Catálogo e Guia do Tesouro da Sé Primaz de Braga*, Porto, Marques Abreu, 1954.
- BARREIROS, Manuel de Aguiar, *Ensaio Iconográfico. Exposição Mariana*, Braga, 1954.
- BARRETO, António (coord.) & MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999-2000.
- BAZIN, Germain, *Le Temps des Musées*, Colection L'Art Témoin, Liège/Bruxelles, Desoer, 1967.
- BELLINO, Albano, *Archeologia Christã. Descrição Historica de todas as Igrejas, Capelas, Oratorios, Cruzeiros e outros Monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1900.
- BENNETT, Tony, *The Birth of the Museum. History, Theory, Politics*, London/New York, Routledge, 1995.
- Bíblia. Palavra Inspirada*, [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2006.
- BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...*, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.
- BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira (coord.), *Museu de Mértola. Porta da Ribeira. Arte Sacra*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001.
- BOLAÑOS, María, *Historia de los Museos en España. Memoria, Cultura, Sociedad*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 10, Gijón, Ediciones Trea, 1997.
- BORGES, Dulce Helena Pires, *O Museu da Guarda. Entre o Passado e o Futuro. Espaços e Coleções*, Coleção Raiz do Tempo, Viseu, Palimage Editores, 2003.
- BOURDIEU, Pierre, DARBEL, Alain & SCHNAPPER, Dominique, *L'Amour de l'Art. Les Musées d'Art Européens et Leur Public*, 2.ª éd., Paris, Les Éditions de Minuit, 1969.
- BRANCO, Ilda Amália Fernandes, *Mirandela Setecentista*, Porto, 2009 (Tese de Doutoramento em História, apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, mimeog.).

- BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BURCKHARDT, Titus, *Principes et Méthodes de l'Art Sacré*, Collection L'essence du sacré, Paris, Éditions Dervy, 1995.
- CAILLOIS, Roger, *O Homem e o Sagrado*, Coleção Perspectivas do Homem, n.º 10, Lisboa, Edições 70, 1988.
- CAMACHO, Clara Fraião, PIGNATELLI, Clara Freire & MONTEIRO, Joana Sousa, *Rede Portuguesa de Museus. Linhas Programáticas*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, 2001.
- CAMACHO, Maria Clara de Frayão, *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*, Lisboa, 1999 (Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Universidade Nova de Lisboa, mimeog.).
- Capela da Lapa. Museu de Arte Sacra*, Vila Nova de Famalicão, Comissão Instaladora do Museu de Arte Sacra – Capela da Lapa, 1997.
- Capela e Hospital do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2004.
- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso, *Eucaristia na Arte Sacra*, Póvoa de Varzim, 1999, separata do Boletim Cultural Póvoa de Varzim, vol. XXXIV, 1998-99.
- CARVALHO, Gabriela & ALMEIDA, Anabela, *Vade-mécum. Preservação do Património Histórico e Artístico das Igrejas*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro/Conferência Episcopal Portuguesa, Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, 2007.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de, «O sr. bispo-conde e os livres pensadores», in *A Província*, A. 3, n.º 203, de 3 de Abril de 1914.
- CARVALHO, Rui Galopim de, *Pedras Preciosas na Arte e Devoção. Tesouros Gemológicos da Arquidiocese de Évora*, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2006.
- Casa Museu Padre Belo* [desdobrável], Crato, Santa Casa da Misericórdia do Crato, s. d.
- CASCAIS, Câmara Municipal & CASCAIS, Santa Casa da Misericórdia, *Património Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/Santa Casa da Misericórdia de Cascais, 1998.

- Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela (O)*. *Catálogo da Exposição*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1990.
- Catálogo [de] Pinturas dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira*. Maio 1955, Lisboa, 1955.
- Catálogo da 1.ª Exposição de Arte Sacra Moderna*, Lisboa, 1945.
- Catálogo da Exposição de Arte Religiosa no Collegio de Santa Joanna Princeza em Benefício dos Pobres de Aveiro*, Aveiro, Minerva Central, 1895.
- Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica do VIII Centenário da Chegada das Relíquias de São Vicente a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973.
- Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.
- Catecismo da Igreja Católica*, 2.ª ed., Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2000.
- CAYOLLA ZAGALLO, Manuel, «Algumas palavras sobre o património artístico da Ilha da Madeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, nº 1, 1934, p. 26-35.
- CHENIS, Carlo, *Fondamenti Teorici dell'Arte Sacra: Magistero Post-Conciliare*, Collezione Biblioteca di Scienze Religiose, 94, Roma, LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 1991.
- CLODE, Luiz Peter, *Património Artístico da Ilha da Madeira. Lampadários*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, s. d.
- CLODE, Luiz Peter & FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *Catálogo Ilustrado da Exposição de Ourivesaria Sacra*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1951.
- CLODE, Luís Peter & FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *Exposição de Esculturas Religiosas*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1954.
- Código de Direito Canónico [1983]*, 3.ª ed. revista, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa/Braga, Editorial Apostolado da Oração, 1995.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca/Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, 1988.
- Colecção de Ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio (A)*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998.
- Com-paixão. A Virgem e as Santas Mulheres*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende, 2005.

- Compasso da Terra (O). A Arte enquanto Caminho para Deus*, Lamego, Diocese de Lamego, 2006.
- Concílio Ecuménico Vaticano II. Constituição-Decretos-Declarações e Documentos Pontifícios*, 11.<sup>a</sup> ed., Braga, Editorial A. O., 1987.
- Concordatas Santa Sé – Portugal, 18 de Maio 2004, 7 de Maio 1940*, Coleção Cadernos Forum Canonicum, n.º 3, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de Direito Canónico, 2004.
- Convento de S. Paio. Memórias para um Convento [desdobrável]*, Vila Nova de Cerveira, Associação Cultural Convento de S. Paio, s. d.
- CONWAY, Moncure Daniel, *Travels in South Kensington*, New York, Harper & Brothers, 1882.
- COSTA, Avelino de Jesus da, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983 (Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, V. 38, 1983)
- COSTA, Avelino de Jesus da, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1984 (Separata da Revista Theologica, vol. XVIII, fascs. I-II e III-IV 1983).
- COSTA, Cunha e, *A Igreja Catholica e Sidonio Paes*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921.
- COUTINHO, Bernardo Xavier (org.), *Álbum da Exposição de Arte Sacra sobre o Coração de Jesus e o Coração de Maria*, Porto, Comissão Executiva do Congresso, 1946.
- COUTINHO, José Eduardo R[eis], «Inventariação dos bens culturais das igrejas: relatório conjunto», in *Correio de Coimbra*, Coimbra, Diocese de Coimbra, A. LXXXVIII, n.º 4273, de 28 de Maio de 2009.
- COUTINHO, José Eduardo Reis & PACHECO, Milton Pedro Dias, *Eucaristia. Plenitudinis Mysterium. O Segredo da Superabundância Soteriológica*, Coimbra, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Coimbra, 2005.
- COUTO, João, *As Exposições de Arte e Museologia*, Lisboa, 1950.
- COUTO, João, *Os Painéis Flamengos da Ilha da Madeira*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1955.
- Credo na Arte (O)*, Lamego, Museu de Lamego, 1968.
- Cristo Fonte de Esperança*, Porto, Diocese do Porto, 2000.

- Cristo na Arte. Algumas Esculturas do Séc. XII ao XIX Existentes no Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXVII, Porto, Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1955.
- Crowning Glory. Images of the Virgin in the Arts of Portugal*, Lisboa, Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, 1997.
- Crucifixos*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2000.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Coleção Torre de Babel, n.º 5, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.
- CRUZ, Manuel Braga da (coord.) & GUEDES, Natália Correia (coord.), *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001.
- Culto de Nossa Senhora da Atalaia em Alcochete (O)* [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2004.
- Custódias da Ilha. Ouvidorias da Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada (Açores), Museu Carlos Machado, 2007.
- D. Miguel de Portugal. Bispo de Lamego e Embaixador de D. João IV*, Lamego, Museu de Lamego, 1990.
- Da Natureza ao Homem e do Homem ao Sagrado*, Vila Nova de Cerveira, Convento de S. Paio, 2005.
- Da Palavra à Imagem. Exposição* [desdobrável], Viseu, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, 2008.
- DEBIDOUR, Victor-Henry (ed. lit.), *Problèmes de l'Art Sacré*, Paris, Le Nouveau Portique, 1951.
- DELLINGER, Eva Carrasco, «Conservação preventiva da Sala do Cabido», in *Monumentos*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 19, de Setembro de 2003, pp. 89-93.
- DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- DIAS, Pedro, *Mosteiro de Arouca*, 2.ª ed., Coleção Figuras e Factos de Arouca, n.º 3, Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, 2000.
- DIAS, Pedro, *A Escultura de Coimbra. Do Gótico ao Maneirismo*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003.

- DIAS, Pedro & GONÇALVES, António Nogueira, *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2004.
- Direito do Património Cultural*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1996.
- Divina Eucaristia no Concelho de Ovar (A). Expressão Artística e Popular*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2006.
- Do Mar ao Culto... o Homem*, Lamego, Museu de Lamego, 2003.
- Doutoramento em Arte Sacra: 2008-2011* [desdobrável], Porto, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Escola das Artes, 2008.
- Eco-Museu da Paróquia de S. Miguel da Vila das Aves*, Vila das Aves, Fernando de Azevedo Abreu, 2003.
- ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*, Coleção Vida e Cultura, n.º 62, Lisboa, Livros do Brasil, 2002.
- ELIADE, Mircea, *Tratado de História das Religiões*, 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Edições ASA, 2004.
- Enciclopedia Cattolica*, Città del Vaticano, Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per il Libro Cattolico, 1948-1954.
- Encontro de culturas. Oito Séculos de Missionaçã Portuguesa*, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa, 1994.
- Entre o Céu e a Terra. Arte Sacra da Diocese de Beja*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000.
- Ermida Manuelina de São Roque (A)*, Lisboa, Museu de São Roque, 1999.
- Escultura. Coleção de Escultura da Misericórdia de Lisboa. Século XVI ao Século XX*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2000.
- Escultura de Coimbra (A). Do Gótico ao Maneirismo*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003.
- Espaço Arte e Memória* [desdobrável], Gouveia, Câmara Municipal de Gouveia, 2005.
- Espada e o Deserto (A)*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2002.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, 1, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1966.
- Espírito que Dá a Vida (O)*, Lisboa, Patriarcado de Lisboa, 1998.
- Esplendor e Devoção. Os Relicários de S. Roque*, Lisboa, Museu de São Roque, 1998.

- Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- Eucaristia. Plenitudinis Mysterium. O Segredo da Superabundância Soteriológica* [desdobrável], Coimbra, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Coimbra, 2005.
- Eucaristia (A). Vários Olhares. Exposição de Ourivesaria Sacra e Paramentaria* [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2003.
- Evocação de Alguns Bispos de Lamego*, Lamego, Museu de Lamego, 1976.
- Evocação dos Conventos Cistercienses da Diocese de Lamego – No IX Centenário do Nascimento de São Bernardo*, Lamego, Museu de Lamego, 1990.
- Exposição Arte Sacra. Encerramento Ano Eucaristia* [folha de sala], Sobrosa, Museu de Arte Sacra de Sobrosa, 2005.
- Exposição da Ourivesaria Portuguesa dos Séculos XII a XVII. Catálogo-guia*, Coimbra/Lisboa, Bertrand, 1940.
- Exposição de Arte Sacra*, Bragança, Museu do Abade de Baçal/Comissão dos Centenários da Diocese de Bragança e Miranda, 1981.
- Exposição de Arte Sacra*, Lamego, Museu de Lamego, 1965.
- Exposição de Arte Sacra*, Sernancelhe, 1964.
- Exposição de Arte Sacra. As Formas da Fé. 800 Anos de Património Artístico nas Terras de Idanha* [desdobrável], Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2005.
- Exposição de Arte Sacra. Catálogo*, Arganil, Câmara Municipal de Arganil, 1991.
- Exposição de Arte Sacra. Escultura Religiosa dos Séculos XVI-XIX*, Évora, Comissão Municipal de Turismo de Évora, 1954.
- Exposição de Arte Sacra do Concelho de Matosinhos. Integrada nas Festas do Concelho*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 1972.
- Exposição de Arte Sacra do Concelho de Sintra*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1955.
- Exposição de Arte Sacra e Bibliografia de Estremoz*, Estremoz, 1955.
- Exposição de Arte Sacra Missionária*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951.
- Exposição de Arte Sacra Moderna*, Lisboa, 1949.
- Exposição de Escultura Religiosa de Maria Amélia Carvalheira da Silva. Catálogo*, Lisboa, Of. Gráfica, 1950.



- Exposição de Escultura Sacra em Madeira de Adolfo de Carvalho*, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1955.
- Exposição dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas*, Braga, Diocese de Braga, 2000.
- Exposição Iconográfica e Artística do Menino Jesus*, Évora, 1973.
- Exposição Imagens da Virgem da Coleção Vilhena (Séculos XIV-XV-XVI)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1971.
- Exposição Mariana*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1988.
- Exposição Sou o Anjo da Paz* [desdobrável], Fátima, Museu de Arte Sacra e Etnologia, 2006.
- Exposição Temporária. A Eucaristia – Mistério de Amor* [desdobrável], Ribeira Chã, Centro Social e Paroquial de Ribeira Chã, Núcleos Museológicos, 2005.
- Exposição Temporária de Arte Sacra na Igreja de Santa Maria – Tavira* [desdobrável], Tavira, Paróquia de Santiago/Paróquia de Santa Maria, 2003.
- FALCÃO, José António, «Exposição *Entre o Céu e a Terra. Arte Sacra da Diocese de Beja*», in *Boletim de Pastoral Litúrgica*, Lisboa, Secretariado Nacional de Liturgia, A. XXVI, n.º 101, Janeiro/Março de 2001, pp. 23-26.
- FALCÃO, José António (dir.), *Visões do Invisível. Património Religioso da Margem Esquerda do Guadiana*, Coleção Terras sem Sombra, n.º 2, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2005.
- FALCÃO, José António, *A a Z. Arte Sacra da Diocese de Beja*, Coleção Terras sem Sombra, n.º 3, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2006.
- FALCÃO, José António, LAMEIRA, Francisco & SERRÃO, Vítor, *A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Beja. Arte e História de um Espaço Barroco. 1672-1698*, Lisboa, Alêtheia, 2007.
- FALCÃO, José António & PEREIRA, Fernando António Baptista, *O Alto-Relevo de Santiago Combatendo os Mouros da Igreja Matriz de Santiago do Cacém*, Coleção Terras sem Sombra, n.º 1, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja/Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2001.
- FALCÃO, Manuel Franco, *Enciclopédia Católica Popular*, Coleção Biblioteca de Cultura Religiosa, Lisboa, Paulinas, 2004.

- Família na Iconografia Cristã (A)*, Lamego, Museu de Lamego, 1980.
- Feitorias. L'Art au Portugal au Temps des Grandes Découvertes. Fin XIV<sup>e</sup> Siècle jusqu'à 1548*, Bruxelles, Europália, 1991.
- FERREIRA, Américo, *Alma e Imagem. Museu da Diocese de Leiria-Fátima*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima, 2006.
- Festas do Concelho de Nordeste/96* [programa das festas], [Nordeste, Câmara Municipal de Nordeste, 1996].
- FIGUEIREDO, José de, «O museu nacional de arte antiga, de Lisboa», in *Atlântida*, Lisboa, Pedro Bordallo Pinheiro, A. I, V. I, n.º 2, Dezembro de 1915, pp. 142-155.
- FILIFE, Ana Artur, DUARTE, Jaime & MALHEIRO, Miguel, «Igreja da Misericórdia de Penafiel. Espaço museológico», in *Monumentos*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 23, Setembro de 2005, pp. 140-145.
- FLOR, Pedro, «Arte Sacra da Diocese de Beja», in *História*, Lisboa, História, Publicações e Conteúdos Multimédia, S. III, A. XXV, n.º 64, Março de 2004, pp. 48-51.
- Fons Vitæ*, Lisboa, Pavilhão da Santa Sé na Expo '98, 1998.
- FONTOURA, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001.
- Formas da Fé (As). 800 Anos de Património Artístico nas Terras de Idanha*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2006.
- Formas de Devoção*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, 1999.
- Formas do Espírito (As). Arte Sacra da Diocese de Beja*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2003.
- Formas do Espírito (As). Arte Sacra da Diocese de Beja. Roteiro do Serviço Educativo*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico/Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2004.
- Forme et Sens. Colloque sur la formation à la dimension religieuse du patrimoine culturel. [actes du colloque]*, Paris, La Documentation Française, 1997.
- Foz Côa. Inventário e Memória*, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000.

- Fragments de Eternidade: Imagens da Virgem na Pintura Europeia (Séculos XVI-XIX)*, Alpiarça, Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2004.
- FRANCO, José Eduardo, *História da Província Portuguesa dos Sacerdotes do Coração de Jesus (Dehonianos)*, Lisboa, 2000.
- Frei Cipriano da Cruz em Coimbra*, Coimbra, Coimbra 2003, 2003.
- Frei Marcos de Lisboa. Cronista franciscano e bispo do Porto*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras/Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2002.
- Frontais de Altar Seiscentistas da Igreja de S. Roque*, Lisboa, Museu de São Roque, 1994.
- GOMES, João Seabra, «Intervenção na antiga Capela e *espiritual* do Espírito Santo dos Mareantes em Sesimbra», in *Monumentos*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 23, Setembro de 2005, pp. 156-163.
- GOMES, Marques, *D. Manoel Corrêa de Bastos Pina. Bispo de Coimbra, Conde d'Arganil. Esboço Biographico*, Aveiro, Minerva Central, 1897.
- GOMES, Marques, *História do Museu Regional de Aveiro. 1911-1921*, Aveiro, 1921.
- GOMES, Saul António, *Livros e Alfaias Litúrgicas do Tesouro da Sé de Viseu em 1188*, s. l., 2002 (Separata da Revista Humanitas, V. 54, 2002).
- GONÇALVES, Nogueira, «Museu de D. Manuel Correia de Bastos Pina», in *Correio de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, A. XXX, n.º 1502, de 16 de Novembro de 1951.
- GORJÃO, Sérgio, *Senhor Jesus da Pedra. Guia do Núcleo Museológico*, Óbidos, Santuário do Senhor Jesus da Pedra, 1997.
- GORJÃO, Sérgio, *Tesouro das Igrejas de Santa Maria e São Pedro de Óbidos. Guia do Núcleo Museológico*, Óbidos, Câmara Municipal, 1998.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Museus de Coimbra. Da I Exposição Distrital à Organização do Museu Machado de Castro*, Coimbra, Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1980.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, vol. 1, n.º 1, Janeiro/Junho 1985, pp. 147-184.

- GUEDES, Natália Correia, «A divulgação de um “tesouro” catedralício», in *Monumentos*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 17, Setembro de 2002, pp. 140-143.
- GUERRA, José Vitorino, *O Museu de Leiria. 1932-1987*, Coimbra, 1999 (Trabalho realizado no âmbito do Seminário do Mestrado em Museologia e Património Cultural, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).
- GUERRA, L. de Figueiredo da, «A exposição de Viana do Castello», in *O Archeologo Português*, Lisboa, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 2, n.º 1-12, de Janeiro-Dezembro 1896, pp. 269-272.
- GUERRINHA, José, *Gouveia (Serra da Estrela)*, Gouveia, José Guerrinha, 2005.
- Guia do Museu Eclesiástico*, Vila das Aves, Fernando de Azevedo Abreu, 2002.
- GUIMARÃES, Alfredo, *Exposição de Arte Sacra. Conferência*, Lisboa, Edições Nação Portuguesa, 1928.
- GUSMÃO, Adriano de, *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Santo Tirso*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1955.
- Herança de Rauluchantim (A)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996.
- HERBERMANN, Charles G. (ed.) et al., *The Catholic Encyclopedia. An International Work of Reference on the Constitution, Doctrine, Discipline, and History of the Catholic Church*, vol. VIII, New York, The Universal Knowledge Foundation, 1913.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *Manual de Museología*, Colección Ciencias de la Información: Biblioteconomía y Documentación, Madrid, Editorial Síntesis, 1994.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *El Patrimonio Cultural. La Memoria Recuperada*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 60, Gijón: Ediciones Trea, 2002.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Los Museos y sus Visitantes*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 17, Gijón, Ediciones Trea, 1998.
- HOUAISS, Antônio (ed. lit.), VILLAR, Mauro de Salles (ed. lit.) & FRANCO, Francisco Manuel de Melo (ed. lit.), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002-2003.

- ICOM News*, Paris, ICOM, Vol. 23, n.º 1, 1970.
- Iconografia da Trindade na Diocese do Porto. Catálogo*, Porto, Ordem Terceira da Santíssima Trindade, 1991.
- Igrejas de Amarante*, Amarante, Paróquia de Amarante, 2001.
- Imagens da Virgem*, Lamego, Museu Regional de Lamego, 1962.
- Imagens de Nossa Senhora. Algumas Esculturas do Séc. XIV ao XVIII Existentes no Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXIV, Porto, Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1954.
- Imagens do Homem, Idades de Deus*, Torres Novas, Museu Municipal de Torres Novas, 1996.
- Imagens e Escultura*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996.
- Imaginária de Pedra*, Lamego, Museu de Lamego, 1969.
- Imaginária em Marfim na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada (Açores), Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989.
- Imaginária Feminina na Arte Sacra Portuguesa. Processos de Conservação e Restauro*, Porto, 2005.
- Imaginária Religiosa Barroca. Paredes de Coura 2002/2003*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2002.
- Indicador na exposição de arte ornamental de Vianna do Castello*, Vianna [do Castelo], 1896.
- Instituto Limiano. Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, Instituto Limiano, 1983.
- Invenção do Mundo (A). Arte Sacra da Diocese de Beja* [desdobrável], s. l., [2005].
- Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora* [desdobrável], Évora, Fundação Eugénio de Almeida, [2006].
- Inventário do Museu de Évora. Colecção de Ourivesaria*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1993.
- Inventário, que Futuro?*, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1999.
- Invocações de Nossa Senhora*, Lamego, Museu de Lamego, 1970.
- Invocações Marianas na Diocese de Aveiro*, Aveiro, Museu de Aveiro, 1988.

- JACOB, João Manuel Neto, «Museu do Abade de Baçal. As intervenções mais recentes», in *Museologia.pt*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 1, 2007, pp. 132-135.
- Jesus Cristo. Ontem, Hoje e Sempre*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2002.
- Jornadas do Património (I). 18 a 29 de Junho* [desdobrável], Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2007.
- Jornadas do Património (II). 21 a 28 de Novembro* [desdobrável], Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2008
- JUNTA DE TURISMO DO CARAMULO, *Exposição de Arte Sacra. Subsídios para o Inventário Artístico do Concelho de Tondela*, Caramulo, Junta de Turismo do Caramulo, 1951
- KARP, Ivan (ed.) & LAVINE, Steven D. (ed.), *Exhibiting Cultures*, Washington/London, Smithsonian Institution Press, 1991.
- Lamego. Um Inventário em Construção*, Lamego, Diocese de Lamego, 2006.
- LAMEIRA, Francisco I. C., *A Igreja Matriz de Vila do Bispo* [desdobrável], Vila do Bispo, Junta de Freguesia de Vila do Bispo, s. d.
- Lei da Separação da Igreja do Estado. Decretada pelo Governo Provisório da Republica Portuguesa em 20 de Abril de 1911*, Lisboa, Francisco Franco, [191-].
- LIRA, Sérgio, *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda. The Portuguese case during the Estado Novo*, Leicester, University of Leicester, 2002 (Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the University of Leicester, mimeog.).
- LOBÃO, Carlos, *Expressões e Objectos Cultuais. Exposição Temporária* [folha de sala], Horta, Museu da Horta, s. d.
- LOGOS. Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia*, vol. 4, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1989-1992.
- LORD, Barry & LORD, Gail Dexter, *Manual de Gestión de Museos*, Colección Ariel Patrimonio, Barcelona, Editorial Ariel, 1998.
- Luz do Oriente (A). Madrepérolas e Objectos Orientais de Devoção Cristã*, Óbidos, Museu Paroquial de Óbidos, 2003.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

- MAIRESSE, François, DESVALLÉES, André & DELOCHE, Bernard, «Concepts fondamentaux de la muséologie», in *Museology. Back to Basics*, ICOFOM Study Series, 38, Paris, ICOFOM, 2009, pp. 19-128.
- MAIRESSE, François (dir.) & DESVALLÉES, André (dir.), *Concepts Clés de Muséologie*, Paris, Armand Colin, 2010.
- MARTINS, Fausto S[anches], «Normas artísticas das Constituições Sinodais de D. Frei Marcos de Lisboa», in *Frei Marcos de Lisboa. Cronista franciscano e bispo do Porto*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras/Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2002, pp. 297-309.
- Manuscritos, Pintura e Escultura da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1999.
- MARKL, Dagoberto L., CABRAL, Teresa Starsfield & FRAZÃO, Irene, *O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz. Conservação e Restauro*, Coleção Cadernos, n.º 2, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999.
- MAROEVIĆ, Ivo, *Introduction do Museology: The European Approach*, Munich, Verlag Dr. C. Müller-Straten, 1998.
- MARQUES, João Francisco, *A Arquidiocese de Braga na Evangelização do Além-Mar*, Braga, Comissão Arquidiocesana das Comemorações dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas/Universidade Católica Portuguesa, 2001.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Hospital do Espírito Santo da Misericórdia. Subsídios para o seu Inventário Artístico. 1494-1994*, Praia da Vitória (Açores), Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1994.
- Mártir (O). Corpo Ferido na Árvore*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2005.
- Mater Misericordiae. Simbolismo e Representação da Virgem da Misericórdia*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Livros Horizonte, 1995.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1994.
- MCKENZIE, John L., *Dicionário Bíblico*, São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- MENDEIROS, José Filipe, *Guia do Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora*, Évora, 1985.

- MENDES, José Amado, «As exposições como “festas de civilização”: Portugal nas exposições internacionais (Sécs. XIX-XX)», in *Gestão e Desenvolvimento*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional das Beiras, n.º 7, 1998, pp. 249-273.
- MENDES, José Amado, *Estudos do Património. Museus e Educação*, Coleção Estudos: Humanidades, n.º 3, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- MENDES, José Maria, *Figueiró da Serra. Apontamentos sobre a sua História*, s. l., 1999.
- Menino dos Meninos (O)*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2007.
- Mestres da Vida Espiritual. Testemunhas do Absoluto*, Porto, Secretariado Diocesano das Pastoral das Vocações, 1993.
- MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao texto actual da Constituição*, 5.º ed., Lisboa, Livraria Petrony, 2004.
- Mistério e Intimidade. Exposição de Iconografia Trinitária*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima, 2004.
- Montante do Tempo (A). Exposição de Arte Sacra. Aldeias Vinhateiras*, Lamego, Diocese de Lamego, 2006.
- MOREIRA, Francisco de Almeida, *Museu Regional de Grão-Vasco. Catalogo e Guia Sumário*, Porto, Francisco de Almeida Moreira, 1921.
- Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca (O). História e Arte*, Lisboa, Medialivros, 2003.
- MOTA, Valdemar, *Santa Sé do Salvador. Igreja Catedral dos Açores. Angra do Heroísmo*, 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Sé de Angra, 2007.
- MOURA, Mário & FERNANDES, José Manuel, «A Casa da Freira do Arcano, diálogo com o arquitecto», in *Revista da Câmara Municipal da Ribeira Grande*, Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, n.º 3, Junho de 2006, pp. 55-57.
- MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DA ARTE RELIGIOSA & GALERIA PÓRTICO (ed. lit.), *Exposição de Arte Sacra Moderna*, Lisboa, Galeria Pórtico, 1956.
- MURRAY, Peter & MURRAY, Linda, *The Oxford Companion to Christian Art and Architecture*, Oxford/New York, Oxford University Press, 1996.
- Museu Antoniano e Igreja de Santo António, à Sé. Breve Roteiro. Festas da Cidade, Junho 1978*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1978.



- Museu Carlos Machado. Núcleo de Arte Sacra. Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada (Açores), Museu Carlos Machado, 2006.
- Museu da Pedra do Município de Cantanhede* [desdobrável], Cantanhede, Câmara Municipal de Cantanhede, s. d.
- Museu das Janelas Verdes (O)*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1995.
- Museu de Alberto Sampaio. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005.
- Museu de Arte Sacra* [desdobrável], Sobrosa, Paróquia de Santa Eulália de Sobrosa, 2005.
- Museu de Arte Sacra. Capela de Nossa Sr.<sup>a</sup> do Carmo. Campo Maior. Um Museu que Surpreende e Encanta* [desdobrável]. Campo Maior, s. d.
- Museu de Arte Sacra da Ordem III São Francisco de Vinhais* [desdobrável], Vinhais, Ecomuseu de Vinhais, s. d.
- Museu de Arte Sacra de Elvas. Casa do Cabido*, Elvas, Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, 2000.
- Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros*, Macedo de Cavaleiros, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2009.
- Museu de Arte Sacra de Santa Maria do Azinhoso* [desdobrável], Azinhoso, Paróquia de Nossa Senhora da Natividade de Azinhoso, s. d.
- Museu de Arte Sacra de São Roque. Catálogo*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1964.
- Museu de Arte Sacra de Sobrosa. Historial* [folha de sala], Sobrosa, Paróquia de Santa Eulália de Sobrosa, 2005.
- Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamengo*, Lisboa, Edicarte, 1997.
- Museu de Arte Sacra Domingos dos Santos Pio* [desdobrável], Castelo Branco, Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, 1999.
- Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto/Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior, 1998.
- Museu de Arte Sacra e Etnologia* [desdobrável], Fátima, Instituto Missionário da Consolata, s. d.
- Museu de Arte Sacra Monsenhor Manuel Francisco Pardal* [desdobrável], Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur/Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, s. d.
- Museu de Aveiro* [desdobrável], Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, s. d.

- Museu de Comunidade. Ribeira Grande. Guia Explicativo*, Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande/Museu da Ribeira Grande, 2004.
- Museu de Lamego. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998.
- Museu de São Roque. Programa. Janeiro a Março de 2010*, Lisboa, Museu de São Roque, 2009.
- Museu do Abade de Baçal. Bragança*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1994.
- Museu dos Terceiros. Ponte de Lima [desdobrável]*, Ponte de Lima, Museu dos Terceiros, s. d.
- Museu Grão Vasco. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus/Edições ASA, 2004.
- Museu Municipal. Núcleo Arte Sacra [desdobrável]*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, s. d.
- Museu Municipal. Núcleo Sede [desdobrável]*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, s. d.
- Museu Municipal de Torres Novas [desdobrável]*, Torres Novas, Município de Torres Novas, s. d.
- Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, Edições Inapa, 1999.
- Museu Nacional de Arte Antiga. Roteiro*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2003.
- Museu Paroquial de Moncarapacho [desdobrável]*, Moncarapacho, Fábrica da Igreja Paroquial de Moncarapacho, s. d.
- Museus de Portugal*, vol. I, Lisboa, Direcção-geral do Património Cultural, 1978.
- Museu da Matriz*, Viana do Castelo, Paróquia de Santa Maria Maior, 2001.
- Museu de Angra do Heroísmo. Roteiro*, Angra do Heroísmo, Oficinas Gráficas do Diário Insular, 1969.
- NABAIS, António José C. Maia, «Les musées d'anthropologie au Portugal», in *Recherches en Anthropologie au Portugal*, Paris, Groupe Anthropologie du Portugal du Centre d'Études Portugaises, Vol. 4, N. 1, 1992-1994, pp. 74-84.
- Natividade*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2000.
- Natividade em S. Roque*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Livros Horizonte, 1994.
- NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Coleção Série 1 – Ensaios, n.º 10, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.
- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

- No Caminho do Japão. Arte Oriental nas Coleções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1993.
- No Caminho sob as Estrelas. Santiago e a Peregrinação a Compostela*, [no prelo].
- No Tempo das Feitorias. A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1992.
- Norte à Procura do Restauro da sua Talha (O). 11 e 12 de Junho de 1999* [desdobrável], Porto, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Escola das Artes, 1999.
- Nossa Senhora de Nazaré na Iconografia Mariana. Catálogo*, Nazaré, Museu Etnográfico e Arqueológico Doutor Joaquim Manso, 1982.
- Nossa Senhora na Devoção do Povo de Arouca. I.ª Exposição de Escultura Mariana do Concelho de Arouca (séc. XIV a XVIII)*, Arouca, Real Irmandade Rainha Santa Mafalda/Câmara Municipal de Arouca/Vigararia Eclesiástica de Arouca, 1988.
- Novas Igrejas de Vários Tempos. Colóquio sobre Arquitectura e Arte Sacra. Actas*, Lisboa, Rei dos Livros, 1998.
- Novas Igrejas de Vários Tempos: Actas*, Lisboa, Rei dos Livros, 1998.
- Núcleo de Arte Sacra da Região Flaviense* [desdobrável], Chaves, s. d.
- Núcleo Museológico de Arte Sacra. Igreja do Mártir Santo S. Sebastião*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001.
- OLIVEIRA, Maria Helena (ed. lit.) & MORNA, Teresa Freitas (ed. lit.), *Museu de São Roque. 100 Anos*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2005.
- OLIVEIRA, Maria Helena (ed. lit.) & MORNA, Teresa Freitas (ed. lit.), *Museu de São Roque*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2008.
- Opera Fidei. Obras de Fé num Museu de História*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2003.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Catálogo da sala de Sua Magestade El-Rei. Exposição de arte sacra ornamental, promovida pela Comissão do Centenário de Santo António em Lisboa no anno de 1895*, Lisboa, Castro & Irmão, 1895.
- OTTO, Rudolf, *O Sagrado*, Coleção Perspectivas do Homem, n.º 41, Lisboa, Edições 70, 1992.
- Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1998.

- Ourivesaria Sacra*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996.
- Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda. Congresso Histórico. 450 Anos da Fundação*, Bragança, 1997.
- Palavra e o Espírito (A)*, Lamego, Diocese de Lamego, 2007.
- Panorama Museológico em Portugal (O) [2000-2003]*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais/Rede Portuguesa de Museus, 2005.
- Pão da Vida (O). Arte Sacra da Eucaristia nas Paróquias de Matosinhos*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 2005.
- Paramentaria Religiosa*, Bragança, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, 1996.
- PASTOR HOMS, María Inmaculada, *Pedagogía Museística. Nuevas Perspectivas y Tendencias Actuales*, Colección Ariel Património, Barcelona, Ariel, 2004.
- Patrimoine, Temps, Espace. Patrimoine en Place, Patrimoine Déplacé*, Actes des Entre-tiens du Patrimoine, n. 2, Paris, Fayard, 1997.
- Património Classificado. Actas dos Encontros*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1997.
- Património Cultural da Igreja e Evangelização. Simpósio [desdobrável]*, Lisboa, Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja, 1994.
- PAULINO, Francisco Faria (coord.), *Tesouros Artísticos da Misericórdia do Porto*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.
- PAVONI, Rosanna, «Towards a definition and typology of historic house museums», in *Museum International*, Paris, UNESCO, Vol. LIII, n.º 2, April 2001, pp. 16-21.
- PEARCE, Susan (ed.), *Objects of Knowledge*, Collection New Research in Museum Studies, n. 1, London, The Athlone Press, 1990.
- PEARCE, Susan M. (ed.), *Interpreting Objects and Collections*, Collection Leicester Readers in Museum Studies, Oxon/New York, Routledge, 1994.
- PEIXOTO, Rocha, «Museus Regionais», in *Revista de Portugal*, Porto, Lugan e Genelioux, V. III, n.º 14, Novembro de 1890, pp. 184-194.
- PEREIRA, Gabriel, *Bibliotheca Publica*, Estudos Eborenses, 5, Évora, Minerva Eborensis, 1886.

- PEREIRA, Gabriel, *As Exposições de Arte Ornamental*, Estudos Eborenses, 25, Évora, Minerva Eborensis, 1890.
- PEREIRA, Gabriel, «Exposição de Arte Sacra Ornamental», in *Occidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, Lallement Frères, A. XVIII, vol. 18, n.º 597, de 25 de Julho de 1895.
- PEREIRA, Luís Filipe Raposo, *Museu de Arte Popular. Memórias de Poder*, Lisboa, 2008 (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada à Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mimeog.).
- PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- PERLASCA, Alberto, *Il Concetto di Bene Ecclesiastico*, Collezione Tesi Gregoriana, Serie Diritto Canonico, n.º 24, Roma, Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1997.
- PINHEIRO, Carlos F. M., *Museu de Arte Sacra de Ponte de Lima. Subsídios para a sua História*, Ponte de Lima, Museu de Arte Sacra, 1974.
- PINNA, Giovanni, «Introduction to historic house museums», in *Museum International*, Paris, UNESCO, Vol. LIII, n.º 2, April 2001, pp. 4-9.
- PINTO, Liliana & GUERREIRO, Sabrina, *Igreja Matriz de Esposende e Museu de Arte Sacra*, Braga, Instituto de História e Arte Cristãs – Museu Pio XII, 2007.
- PONTE, António, «Casas-Museu: Museus do Privado versus Espaços de Público», in *Museologia.pt*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 2, 2008, pp. 90-107.
- PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Coleção Biblioteca Breve – Série Artes Plásticas, n.º 68, 2.ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- PORTUGAL, Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Algarve, *Directório Algarve Cultural*, Faro, Direcção Regional da Cultura do Algarve, 2006.
- PORTUGAL, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000.
- PORTUGAL, Museu de Évora, *Iconografia Mariana no Alto Alentejo*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1988.
- PORTUGAL, Secretariado Nacional de Informação, *São Francisco de Xavier, Apóstolo das Índias. Catálogo*, Lisboa, 1963.

- Primitivos da Diocese de Lamego. Exposição Comemorativa do XXV Aniversário da Acção Católica*, Lamego, Museu Regional de Lamego, 1959.
- Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva*, Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2009.
- Projecto Igreja Segura* [desdobrável], Lisboa, Instituto Superior de Polícia e Ciências Criminais, 2004.
- Projecto Igreja Segura. Manual Básico de Segurança*, Lisboa, Instituto Superior de Polícia e Ciências Criminais, 2004.
- PROVIDÊNCIA, Paulo, «Museografia», in *Museologia.pt*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 1, 2007, pp. 192-195.
- Púlpito e a Imagem (O). Os Jesuítas e a Arte*, Lisboa, Museu de São Roque, 1996.
- RAMALHO, Monteiro «Exposição Districtal de Aveiro», in *Occidente. Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, Lisboa, Lallement Frères, A. V, vol. 5, n.º 125, de 11 de Junho de 1882, pp. 130-131; n.º 126, de 21 de Junho de 1882, pp. 142-143; n.º 127, de 1 de Julho de 1882, pp. 150-151.
- RAMOS, Cláudia Maria Toriz da Silva, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (c. 950-1250)*, vol. 1, Porto, 1991 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mimeog.).
- RATZINGER, Joseph, *Introdução ao Espírito da Liturgia*, Colecção Dessedentar, n.º 2, Lisboa, Paulinas, 2001.
- REBELLO, Brito, «Exposição retrospectiva de arte ornamental em Lisboa», in *Occidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, Lallement Frères, A. IV, vol. 4, n.º 96, de 21 de Agosto de 1881, p. 187; A. V, vol. 5, n.º 111, de 21 de Janeiro de 1882, pp. 22-23; n.º 113, de 11 de Fevereiro de 1882, pp. 34-35; n.º 114, de 21 de Fevereiro de 1882, p. 43; n.º 115, de 11 de Março de 1882, p. 59; n.º 117, de 21 de Março de 1882, p. 67; n.º 118, de 1 de Abril de 1882, p. 75; n.º 119, de 11 de Abril de 1882, p. 82; n.º 120, de 21 de Abril de 1882, p. 94; n.º 123, de 21 de Maio de 1882, p. 119; n.º 124, de 1 de Junho de 1882, p. 127; n.º 127, de 1 de Julho de 1882, p. 147; n.º 128, de 11 de Julho de 1882, pp. 154-155; n.º 129, de 21 de Julho de 1882, p. 163; n.º 131, de 11 de Agosto de 1882, pp. 183-184; n.º 132, de 21 de Agosto de 1882,

- p. 190; n.º 137, de 11 de Outubro de 1882, p. 227-230; A. VI, vol. 6, n.º 146, de 11 de Janeiro de 1883, p. 11; n.º 152, de 11 de Março de 1883, p. 62; n.º 156, de 21 de Abril de 1883, p. 95; n.º 164, de 11 de Julho de 1883, p. 159; n.º 166, de 1 de Agosto de 1883, pp. 174-175; n.º 169, de 1 de Setembro de 1883, p. 197; n.º 171, de 21 de Setembro de 1883, p. 214; n.º 173, de 11 de Outubro de 1883, p. 227; n.º 176, de 11 de Novembro de 1883, p. 251-254; n.º 179, de 11 de Dezembro de 1883, p. 279; n.º 180, de 21 de Dezembro de 1883, p. 287; A. VII, vol. 7, n.º 190, de 1 de Abril de 1884, p. 75; n.º 191, de 11 de Abril de 1884, pp. 87-88; n.º 192, de 21 de Abril de 1884, p. 91.
- Recordar é Reviver. Exposições Temporárias Efectuadas pelo Instituto Limiano – Museu dos Terceiros*, Ponte de Lima, Instituto Limiano – Museu dos Terceiros, 2003.
- REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1992.
- RHEIMS, Maurice, *Les Collectionneurs. De la Curiosité, de la Beauté, du Goût, de la Mode et de la Spéculation*, Paris, Ramsay, 1981.
- Ribeira Chã. Freguesia Museu*, Ribeira Chã, Junta de Freguesia de Ribeira Chã, 2007.
- RIBEIRO, Agostinho Jorge de Paiva, *Museu de Lamego. Vinte anos de acção educativa*. Coimbra, 1999 (Trabalho final do Seminário “Museologia: Investigação e Educação”, mimeog.).
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1893.
- RICO, Juan Carlos (ed. lit.), *Los Conocimientos Técnicos. Museos, Arquitectura, Arte*, Madrid, Sílex, 1999.
- RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museología: Curso de Museología/Textos y Testemonios*, Colección Arte y Estética, n.º 30, Madrid, Ediciones Akal, 1993.
- ROBINSON, J[ohn] C[harles] (ed.), *Catalogue of the Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art, South Kensington Museum, 1881*, London, Chapman & Hall, 1881.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992.

- RODRIGUES, Romana Margarida Silva Costa de Oliveira, *Construções Antigas de Madeira. Experiência de Obra e Reforço Estrutural*, Braga, 2004 (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil apresentada à Universidade do Minho, mimeog.).
- RODRIGUES, Sarmiento, «Exposição de arte sacra missionária. Discurso de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Ultramar no acto da solene inauguração», in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, A. XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951.
- ROMANO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- ROQUE, Maria Isabel Rocha, *Musealização do Sagrado. Práticas museológicas em torno de objectos do culto católico em contexto português*, Lisboa, 2006 (Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, mimeog.).
- Rosa Mystica. Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal/Mariendarstellungen aus dem Südlichen Portugal*, Regensburg, Schnell und Steiner, 1999.
- ROSA, José António Pinheiro e, *Arte Sacra em Tavira*, Tavira, Comissão Municipal de Turismo de Tavira, 1966.
- Rosário (O). Instrumento de Espiritualidade no Mundo e no Catolicismo*, Óbidos, Museu Paroquial de Óbidos, 2004.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso & PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, «Arte e nacionalidade. Uma proposta de Yriarte a propósito da exposição de arte ornamental portuguesa e espanhola de 1882», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, S. II, vol. VIII, pp. 327-338.
- Roteiro de Museus*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus, 2004.
- Roteiro do Museu do Abade de Baçal*, Bragança, Museu do Abade de Baçal, 1979.
- Roteiro museológico do Concelho de Alcoutim. Contar história e valorizar comunidades [desdobrável]*, Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, s. d.
- S. Thiago Discipulo de Jezus e fêz Guerra contra os Mouros*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1998.



- SÁ, Leonor, «Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária: “Igrejas roubadas: trancas à porta?”», in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Lisboa, Ordem dos Advogados, n.º 29, Novembro/Dezembro 2003.
- SALGUEIRO, Tiago Passão, *A Adaptação da Igreja de Santa Cruz a Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa*, Évora, 2006 (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora, mimeog.).
- Sanctus Benedictus – São Bentinho*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004.
- Santa Casa [da] Misericórdia [do] Bom Jesus [de] Matosinhos. Núcleo Museológico* [desdobrável], Matosinhos, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos, s. d.
- Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã* [desdobrável], Lourinhã, Câmara Municipal da Lourinhã, s. d.
- Santa Casa da Misericórdia de Nisa. Secção Museológica de Arte Sacra* [desdobrável], Nisa, Santa Casa da Misericórdia de Nisa, 1996.
- Santa Maria da Sabonha. Evolução de um Culto*, [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2005.
- Santíssima Trindade... adoro-Vos profundamente* [desdobrável], Fátima, Museu de Arte Sacra e Etnologia, 2007.
- Santo António: O Santo do Menino Jesus*, Lisboa, Instituto Português de Museus/ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1996.
- Santo do Menino Jesus (O). Santo António. Arte e História*, Lisboa, Instituto Português de Museus/ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1995.
- Santo do Menino Jesus (O). Santo António. Devoção e Festa*, Lisboa, Instituto Português de Museus/ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1995.
- Santos da Casa*, Leiria, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima, 2002.
- Santos que Curam e Protegem. Registos Devocionais no Concelho de Ovar*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2003.
- SANTOS, Carlos Fernando Russo, *A Ordem de Santiago e o Papado no Tempo de D. Jorge. De Inocêncio VIII a Paulo III*, Porto, 2004 (Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mimeog.).

- Santuário de Fátima. 90 Anos das Aparições. 2006-2007* [desdobrável], Fátima, Santuário de Fátima, 2006.
- São Francisco Xavier. A Sua Vida e o Seu Tempo. 1506-1552*, Lisboa, Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, 2006.
- São Paulo... as Formas da Fé* [desdobrável], Viseu, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, 2009.
- Sé de Lisboa. Tesouro*, Lisboa, 1996.
- Semente em Boa Terra. Raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2000.
- Seminário Furto e Tráfico Internacional de Obras de Arte. Situação Actual e Estratégias para o Futuro*, Lisboa, Polícia Judiciária, 1997.
- SERRA, Carlos, *D. Manuel Correia de Bastos Pina. Paladino do Património*, Coimbra, 1999 (Trabalho realizado no âmbito do Seminário do Mestrado em Museologia e Património Cultural da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).
- SERRA, Carlos, *Em torno do Museu de Arte Sacra da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1999 (Trabalho realizado no âmbito do Seminário do Mestrado em Museologia e Património Cultural da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).
- SERRA, Carlos Manuel Santos, *António Augusto Gonçalves. O Percurso Museológico*, Coimbra, 2002 (Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).
- SERRÃO, Eduardo da Cunha & SERRÃO, Vítor, *Sesimbra Monumental e Artística*, 2.<sup>a</sup> ed., Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 1997.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1978-.
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984-1992.
- SERRÃO, Vítor, *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.
- SERRÃO, Vítor, *A Lenda de São Francisco Xavier pelo Pintor André Reinoso. Estudo Histórico, Estético e Iconográfico de um Ciclo Barroco Existente na Sacristia da Igreja de São Roque*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Quetzal Editores/Museu de São Roque, 2006.

- SILVA, António Martins da, *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*, Coimbra, 1990 (Tese de Doutoramento em Letras, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).
- SILVA, Sara Dinis Mendes da, *Realidade Museológica no Arquipélago da Madeira*, Lisboa, 2002 (Dissertação de Mestrado em Museologia, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mimeog.).
- SIMÃO, José Rosa, *Igreja de São Sebastião. Paróquia de Albufeira. Museu de Arte Sacra* [desdobrável policopiado], Albufeira, Paróquia de Albufeira, s. d.
- Sob o Signo da Etnografia. As Origens de um Museu Regional*, Angra do Heroísmo, Museu de Angra do Heroísmo, 2000.
- SOUSA, Francisco Clode de, «Experiências museológicas recentes na Ilha da Madeira», in *Museologia.pt*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 1, 2007, pp. 76-81.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 1998.
- SOUSA, Pio Gonçalo Alves de, «Um Tesouro, um Museu», in *Museologia.pt*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, n.º 1, 2007, pp. 188-191.
- SOUSA, Sílvia Maria Borba Fonseca e, *A Museologia na Ilha de São Miguel: 1974-2008*, Ponta Delgada, 2009 (Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento apresentada ao Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, mimeog.).
- Surpresas Entre o Céu e a Terra. Guia da Exposição dos 6 aos 12 Anos*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 1998.
- TEIXEIRA, Madalena Braz, «Os primeiros museus criados em Portugal», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, vol. 1, n.º 1, Janeiro/Junho 1985, pp. 185-239
- TEIXEIRA, Madalena Braz, *Los Comienzos de la Investigación y de la Actividad Museológica en Portugal*, coleção Revista de Museología [monografías], n.º 1, Madrid, Asociación Española de Museólogos, 2000.
- Tempo e Devoção. Sete Séculos de Arte Sacra em Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2001.

- “*Tempos Áureos*” de Freixo de Numão. *Arte Sacra e Diplomática: Séc XIV/XIX*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1996.
- Tesouro da Basílica Real de Nossa Senhora da Conceição*. Castro Verde [desdobrável], Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, s. d.
- Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas*. Sines [desdobrável], Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, s. d.
- Tesouro de Arte Sacra*. *Museu da Catedral de Viseu* [desdobrável], Viseu, s. d.
- Tesouros da Colegiada de São Martinho de Cedofeita*. *No Rasto de uma História*, Porto, Paróquia de Cedofeita, 2007.
- Tesouros da Igreja, Tesouros da Europa*. *Resumos*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2006 (Resumos das comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Internacional da *Europæ Thesauri*, realizado em Beja, de 22 a 25 de Novembro de 2006).
- Tesouros de Arte e Devoção*, Fundação Eugénio de Almeida, 2003.
- Tesouros de Prata*. *Thesaurus Argentæ*. *Espólio da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos/Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, 2007.
- Testemunhos de Fé: exposição* [desdobrável], Sobrosa, Museu de Arte Sacra de Sobrosa, 2007.
- TOMAS DE AQUINO, sanctus, *Suma de Teologia*, 4.ª ed., vol. 1, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.
- TOMÉ, Miguel Jorge, «A intervenção dos “Monumentos Nacionais” nos extintos mosteiros de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris», in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, S. I, V. 2, 2003, pp. 703-734.
- Trésor au Moyen Âge (Le)*. *Questions et Perspectives de Recherche*. *Der Schatz im Mittelalter*. *Fragestellungen und Forschungsperspektiven*, Neuchâtel, Institut d’Histoire de l’Art et de Muséologie, 2005.
- Trésors d’Églises et de Cathédrales en France*. *Comment Aménager, Gérer et Ouvrir au Public un Trésor d’Objets Religieux*. *Guide Pratique*, Paris, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction de l’Architecture et du Patrimoine, 2003.

- Trindade (A). O Mistério de Deus*, Óbidos, Museu Paroquial de Óbidos, 2006.
- Turismo Cultural e Religioso. Oportunidades e Desafios para o Século XXI*, Braga, Turel|TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, 2008.
- TURNER, Jane (ed. lit.), *The Dictionary of Art*, New York, Grove, 1996.
- Um Coração com Rosto. A Nova Devoção*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2005.
- Um Homem para os Outros. Nos 2000 Anos do Nascimento de Jesus Cristo*, Aveiro, Diocese de Aveiro, 1999.
- Um Museu, uma História...*, Braga, Museu Pio XII, 2008 (Guião do Museu Pio XII).
- Um Olhar pelas Nossas Igrejas*, Amarante, Paróquia de São Gonçalo, s. d.
- Um Olhar sobre as Igrejas de Alcoutim. Núcleo Museológico de Arte Sacra* [desdobrável], Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, s. d.
- Um Olhar sobre Cascais através do Seu património. I. Património e Mundo Rural*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 1989.
- Um Olhar sobre Cascais através do Seu património. II. Fontes Documentais e Arte Sacra*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 1989.
- Universidade de Coimbra. Museu de Arte Sacra. Pequeno Roteiro* [desdobrável], Coimbra, Imprensa da Universidade, s. d.
- VALDÉS SAGÜÉS, María del Carmen, *La Difusión Cultural en el Museo. Servicios Destinados al Gran Público*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 31, Gijón, Ediciones Trea, 1999.
- VALE, A. de Lucena e, *Viseu Monumental e Artístico*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu, 1949.
- VALLE PÉREZ, Xosé Carlos (coord.), *Do Tardogótico ó Manierismo. Galicia e Portugal*, Galicia, Fundación Pedro Barrié da la Maza/Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- VAZ, A. Luís, *O Cabido de Braga. 1071 a 1971*, Braga, José Dias de Castro, 1971.
- VEIGA, Afonso Costa Santos, *Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca*, Coleção Figuras e Factos de Arouca, n.º 5, Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca, 2005.
- Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*, vol. 21, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.
- VERGO, Peter (ed.), *The New Museology*, London, Reaktion Books, 1989.

VETTESE, Angela, *Invertir en Arte. Producción, Promoción y Mercado del Arte Contemporáneo*, Colección Economía y Empresa, Madrid, Pirámide, 2002.

*Vida e a Senhora da Vida (A)*, [desdobrável], Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2007.

*Vigor da Imaculada. Visões de Arte e Piedade*, Porto, Paróquia Senhora da Conceição, 1998.

VILA NOVA DE GAIA, Associação Cultural “Amigos de Gaia”, *I Exposição de Arte Religiosa do Concelho de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1978.

VILA NOVA DE GAIA, Associação Cultural “Amigos de Gaia”, *II Exposição de Arte Religiosa do Concelho de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1980.

*Virgem na Arte Portuguesa (A). Catalogo. Lisboa – Maio de 1954*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1954.

VITERBO, Sousa & ALMEIDA, R. Vicente d’, *A Capella de S. João Baptista Erecta na Igreja de S. Roque*, Lisboa, Typ. da Loteria da Santa Casa da Misericórdia, 1902.

*Vivências da Paixão de Cristo. A Imaginária Religiosa no Concelho de Ovar*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2003.

VORGRIMLER, Herbert, *Neues Theologisches Wörterbuch*, Freiburg, Herder, 2000.

*Vozes do Silêncio (As). Imaginária Barroca da Diocese de Beja*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja/Lisboa, ESTAR Editora, 1997.

ZUBIAUR CARREÑO, Francisco Javier, *Curso de Museología*, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural, n.º 103, Gijón, Ediciones Trea, 2004.

### **Sítios na Internet e documentos eletrónicos**

*AGECAL – Associação e Gestores Culturais do Algarve* [em linha], Tavira, AGECAL, disponível em URL: <http://www.agecal.pt/> (acedido em 20 de Novembro de 2010).

*ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias* [em linha], Lisboa, ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, disponível em URL: <http://www.anafre.pt/> (acedido em 2 de Dezembro de 2009).

«Archivio della Pontificia Commissione Centrale per l’Arte Sacra in Italia: Inventariazione del fondo», in *Archivum Secretum Apostolicum Vaticanum* [em linha], Cidade do Vaticano, Archivio Segreto Vaticano, disponível em URL: <http://asv.vatican.va/it/prog/cei.htm> (acedido em 4 de Julho de 2010).

- AZORESDigital – O Jornal Digital dos Açores!* [em linha], Angra do Heroísmo, Via Oceânica, Marketing e Informática, disponível em URL: <http://www.azoresdigital.com/> (acedido em 1 de Março de 2007).
- Barlavento – Jornal de Informação Regional do Algarve* [em linha], Portimão, Mediregião – Edição de Distribuição de Publicações, disponível em URL: <http://www.barlavento.online.pt/> (acedido em 25 de Janeiro de 2010).
- BCDP – Departamento de Bens Culturais da Diocese do Porto* [em linha], Porto, Diocese do Porto, disponível em URL: <http://www.bcdp.org/> (acedido em 25 de Setembro de 2010).
- BUMBARU, Dinu, «Patrimoine religieux et lieux sacrés», in *ICOMOS International Secretariat e-news special*[em linha], Paris, ICOMOS, de 18 April 2008, disponível em URL: [http://www.international.icomos.org/18thapril/2008/18\\_april\\_calendar\\_events.pdf](http://www.international.icomos.org/18thapril/2008/18_april_calendar_events.pdf) (acedido em 19 de Dezembro de 2010).
- Câmara Municipal de Monchique* [em linha], Monchique, Câmara Municipal de Monchique, disponível em URL: <http://www.cm-monchique.pt/> (acedido em 27 de Janeiro de 2010).
- Câmara Municipal Vila Franca do Campo* [em linha], Vila Franca do Campo, Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, disponível em URL: <http://www.cmvfc.pt/> (acedido em 1 de Março de 2007).
- Casa-Museu de Arte Sacra* [em linha], Ovar, Casa-Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular, disponível em URL: <http://cmasovar.blogspot.com/> (acedido em 15 de Junho de 2010).
- centrofundao.com* [em linha], Fundão, Centro Fundão, disponível em URL: <http://www.centrofundao.com/> (acedido em 2 de Dezembro de 2008).
- CLER – Cultura Local em Rede* [em linha], s. l., disponível em URL: <http://www.cler.amna.pt/> (acedido em 19 de Novembro de 2008).
- Comissão do Património – União das Misericórdias Portuguesas* [em linha], Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, disponível em URL: <http://cpc.ump.pt/ump/> (acedido em 21 de Julho de 2010).
- Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu* [em linha], Viseu, Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, disponível em URL: <http://bensculturais.diocesedevisau.pt/> (acedido em 25 de Julho de 2010).

- Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: 18 de Abril* [em linha], Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Abril de 2008, disponível em URL: <http://18deabril.sapo.pt> (acedido em 26 de Agosto de 2009).
- Diocese de Santarém* [em linha], Santarém, Diocese de Santarém, disponível em URL: <http://www.diocese-santarem.pt/> (acedido em 25 de Julho de 2010).
- Diocese do Algarve* [em linha], Faro, Diocese do Algarve, disponível em URL: <http://www.diocese-algarve.pt/> (acedido em 21 de Janeiro de 2010).
- Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa* [em linha], Porto, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Escola das Artes, disponível em URL: <http://www.artes.ucp.pt/> (acedido em 15 Julho de 2010).
- Espigueiro. Central de Informações Regionais* [em linha], s. l., Trás-os-Montes Digital-SCETAD, disponível em URL: <http://www.espigueiro.pt/> (acedido em 20 de Setembro de 2006).
- «Évolution de la définition du musée selon les statuts de l'ICOM (2007-1946)», in *ICOM* [em linha], Paris, ICOM, de 9 Agosto de 2009, disponível em URL: [http://archives.icom.museum/hist\\_def\\_fr.html](http://archives.icom.museum/hist_def_fr.html) (acedido em 21 de Abril de 2010).
- Freguesia de Alvares* [em linha], Alvares, Freguesia de Alvares, disponível em URL: <http://www.alvares.pt/> (acedido em 17 de Setembro de 2010).
- GAM – Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo* [em linha], Montemor-o-Novo, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, disponível em URL: <http://gam.blogs.sapo.pt/> (acedido em 1 de Março de 2010).
- GEORGE, Philippe, «Définition et fonction d'un trésor d'église», in *Bulletin du Centre d'Etudes Médiévales d'Auxerre* [em linha], Auxerre, Le Centre d'Etudes Médiévales Saint-Germain d'Auxerre, n.º 9, 2005, disponível em URL: <http://cem.revues.org/document719.html> (acedido em 30 de Abril de 2010).
- Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora* [em linha], Évora, Fundação Eugénio de Almeida, disponível em URL: <http://www.inventarioevora.com.pt/> (acedido em 12 de Novembro de 2010).
- Jornal Diário* [em linha], Ribeira Grande (Açores), Empresa de Palavras, disponível em URL: <http://www.jornaldiario.com/> (acedido em 18 de Fevereiro de 2009).



- Jornal Oeste Online* [em linha], Caldas da Rainha, Associação Oeste Informação Online, disponível em URL: <http://www.oesteonline.pt/> (acedido em 19 de Fevereiro de 2008).
- «Joyeux 18 Avril! La Journée Internationale des Monuments et des Sites», in *ICOMOS International Secretariat e-news* [em linha], Paris, ICOMOS, n.º 36, de 18 April 2008, disponível em URL: [http://www.international.icomos.org/publications/e-news/2008/E-news\\_36\\_20080418.pdf](http://www.international.icomos.org/publications/e-news/2008/E-news_36_20080418.pdf) (acedido em 19 de Dezembro de 2010).
- Junta de Freguesia de Monchique* [em linha], Monchique, Junta de Freguesia de Monchique, disponível em URL: <http://jf-monchique.pt/> (acedido em 27 de Janeiro de 2010).
- Junta de Freguesia de Sobrosa* [em linha], Sobrosa, Junta de Freguesia de Sobrosa, disponível em URL: <http://www.freguesias.pt/portal/index.php?cod=131021> (acedido em 19 de Setembro de 2010).
- LAVAJO, Joaquim Chorão, «*Laudatio* de Túlio Alberto da Rocha Espanca (aquando do Doutoramento Honoris causa de Túlio Espanca, na Universidade de Évora, em 1 de Novembro de 1990)», in *Universidade Túlio Espanca* [em linha], Évora, Universidade Sénior Túlio Espanca – Escola Popular da Universidade de Évora, disponível em URL: <http://www.utulioespanca.uevora.pt/Tulio-Espanca> (acedido em 20 de Maio de 2010).
- Matosinhos. Câmara Municipal* [em linha], Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, disponível em URL: <http://www.cm-matosinhos.pt/> (acedido em 4 de Dezembro de 2010).
- MENSCH, Peter van, *Towards a Methodology of Museology. Communication*, in *Eesti Muuseumide Infokeskus* [em linha], Tartu, Eesti Muuseumiühing, 2005, disponível em URL: [http://www.muuseum.ee/et/erialane\\_areng/museoloogiaalane\\_ki/ingliskeelne\\_kirjand/p\\_van\\_mensch\\_towar/](http://www.muuseum.ee/et/erialane_areng/museoloogiaalane_ki/ingliskeelne_kirjand/p_van_mensch_towar/) (acedido em 14 de Abril de 2010), (edição electrónica da tese de doutoramento apresentada à Universidade de Zagreb, 1992).
- Misericórdia de Penafiel* [em linha], Penafiel, Misericórdia de Penafiel, disponível em URL: <http://www.misericordiapenafiel.pt/> (acedido em 16 de Fevereiro de 2011).
- Município de Loulé* [em linha], Loulé, Câmara Municipal de Loulé, disponível em URL: <http://www.cm-loule.pt/> (acedido em 3 de Março de 2010).
- Município de Marvão* [em linha], Marvão, Câmara Municipal de Marvão, disponível em URL: <http://www.cm-marvao.pt/> (acedido em 19 de Novembro de 2008).

- Município de Pedrógão Grande* [em linha], Pedrógão Grande, Município de Pedrógão Grande, disponível em URL: <http://www.cm-pedrogaogrande.pt/> (acedido em 19 de Janeiro de 2011).
- Município de Pinhel* [em linha], Pinhel, Câmara Municipal de Pinhel, disponível em URL: <http://www.cm-pinhel.pt/> (acedido em 4 de Dezembro de 2009).
- Município de Portalegre*, [em linha], Portalegre, Município de Portalegre, disponível em URL: <http://www.cm-portalegre.pt/> (acedido em 23 de Outubro de 2009).
- Museu Arqueológico de Montemor* [em linha], Montemor-o-Novo, disponível em URL: <http://museumontemor.com.sapo.pt/> (acedido em 1 de Março de 2010).
- Museu da Guarda* [em linha], Guarda, Museu da Guarda – IMC, disponível em URL: <http://museudaguarda.imc-ip.pt/> (acedido em 3 de Fevereiro de 2010).
- Museu da Pedra* [em linha], Cantanhede, Câmara Municipal de Cantanhede/Museu da Pedra, disponível em URL: <http://www.cm-cantanhede.pt/museudapedra/> (acedido em 23 de Agosto de 2010).
- Museu da Região Flaviense – Rede de Museus Municipais de Chaves* [em linha], Chaves, Museu da Região Flaviense, disponível em URL: <http://museudaregiaoflaviense.blogspot.com/> (acedido em 23 de Outubro de 2010).
- Museu de Angra do Heroísmo* [em linha], Angra do Heroísmo, Museu de Angra do Heroísmo, disponível em URL: <http://museu-angra.azores.gov.pt/> (acedido em 20 de Outubro de 2009).
- Museu de Arte Sacra do Funchal* [em linha], Funchal (Madeira), Museu de Arte Sacra do Funchal, disponível em URL: <http://www.museuartesacrafunchal.org/> (acedido em 28 de Dezembro de 2009).
- Museu Pio XII* [em linha], Braga, Museu Pio XII, disponível em URL: <http://www.museupioxii.com/> (acedido em 18 de Junho de 2009).
- Museu S. Pedro da Palhaça* [em linha], Palhaça, Museu de São Pedro da Palhaça, 2005, disponível em URL: <http://www.museusaopedro.org/> (acedido em 20 de Outubro de 2008).
- Museu Terras de Regalados* [em linha], Pico de Regalados, Museu Terras de Regalados, disponível em URL: <http://museuterrasderegados.blogspot.com/> (acedido em 28 de Outubro de 2010).

- Notícias de Aveiro* [em linha], Aveiro, disponível em URL: <http://www.noticiasdeaveiro.pt/> (acedido em 18 de Junho de 2009).
- Notícias de Castelo de Vide* [em linha], Castelo de Vide, Grupo de Amigos de Castelo de Vide, disponível em URL: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/> (acedido em 27 de Julho de 2010).
- Oeste Diário* [em linha], s. 1., Oeste XXI, disponível em URL: <http://www.oestediario.com/> (acedido em 17 de Maio de 2008).
- OvarVirtual* [em linha], Ovar, OvarVirtual, disponível em URL: <http://www.ovarvirtual.com/> (acedido em 15 de Março de 2008).
- Paróquia da Ribeira Brava* [em linha], Ribeira Brava (Madeira), Paróquia da Ribeira Brava, disponível em URL: <http://www.igreja.brava.com/> (acedido em 18 de Junho de 2009).
- Paróquia de S. Sebastião On-Line* [em linha], Guimarães, Paróquia de São Sebastião, disponível em URL: <http://www.paroquia-ssebastiao.com/> (acedido em 15 de Setembro de 2009).
- Patriarcado de Lisboa* [em linha], Lisboa, Patriarcado de Lisboa, disponível em URL: <http://www.patriarcado-lisboa.pt/> (acedido em 2 de Novembro de 2009).
- Portal do Município de Pombal* [em linha], [Pombal], Município de Pombal, disponível em URL: <http://www.cm-pombal.pt/> (acedido em 1 de Maio de 2008).
- Portal do Município de Vila Nova de Famalicão* [em linha], Vila Nova de Famalicão, Município de Vila Nova de Famalicão, disponível em URL: <http://www.vilanovadefamalicao.org/> (acedido em 2 de Dezembro de 2009).
- Portal Figueiro* [em linha], Figueiró da Serra, José Ferreira, disponível em URL: <http://www.figueirodaserra.com/> (acedido em 8 de Março de 2009).
- Portal regiaocentro.net* [em linha], Cernache, ECTEP, disponível em URL: <http://www.regiaocentro.net/> (acedido em 14 de Novembro de 2010).
- Projecto IGREJA SEGURA* [em linha], Lisboa, Instituto Superior de Polícia e Ciências Criminais, disponível em URL: <http://www.igrejasegura.com.pt> (acedido em 19 de Dezembro de 2010).
- RADIX – Ministério da Cultura* [em linha], Faro, Direcção Regional da Cultura do Algarve, disponível em URL: <http://radix.culturalg.pt/> (acedido em 19 de Novembro de 2010).

- Rede de Museus dos Açores* [em linha], Angra do Heroísmo, Direcção Regional da Cultura, disponível em URL: <http://museus.azores.gov.pt/> (acedido em 20 de Outubro de 2009).
- Região Sul* [em linha], Loulé, Região Sul 2 Publicações, disponível em URL: <http://www.regiao-sul.pt/> (acedido em 1 de Março de 2009).
- Santa Casa da Misericórdia da Vila do Crato* [em linha], Crato, Santa Casa da Misericórdia da Vila do Crato, disponível em URL: <http://scmcrato.com/> (acedido em 3 de Setembro de 2010).
- Santa Casa da Misericórdia de Seia* [em linha], Seia, Santa Casa da Misericórdia, disponível em URL: <http://www.misericordiadeseia.pt/> (acedido em 28 de Setembro de 2010).
- Setúbal na Rede* [em linha], Setúbal, Setúbal na Rede, Comunicação Social e Multimédia, disponível em URL: <http://www.setubalrede.pt/> (acedido em 19 de Novembro de 2010).
- SILVA, Raquel Henriques da, ROSSA, Walter, AGUIAR, José & TORRES, Cláudio, *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Problemas na Política da Conservação do Património Cultural* [em linha], Lisboa, 18 de Abril de 2008, disponível em URL: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/wrrhsjaartigofinalpublico.pdf> (acedido em 26 de Agosto de 2009).
- Urbi et Orbi. Jornal On-Line da UBI* [em linha], Covilhã, Universidade da Beira Interior, disponível em URL: <http://www.urbi.ubi.pt/> (acedido em 13 de Março de 2009).